



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Marco Antonio dos Santos Teixeira

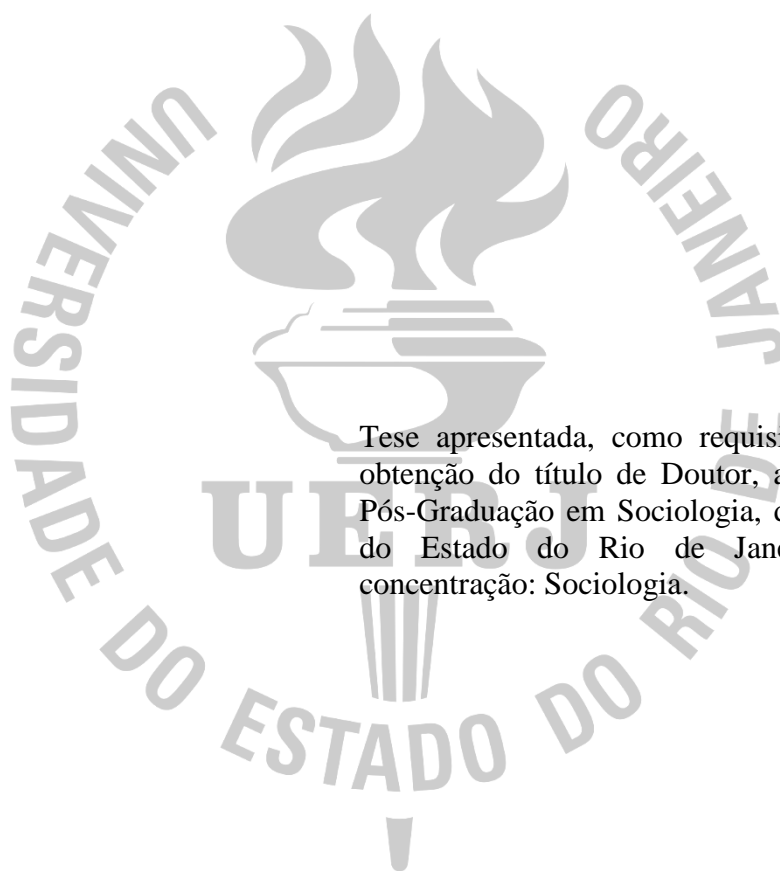
**Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social:
a experiência da Contag (1963-2015)**

Rio de Janeiro

2018

Marco Antonio dos Santos Teixeira

**Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social:
a experiência da Contag (1963-2015)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA IESP

T266	<p>Teixeira, Marco Antonio dos Santos. Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015) / Marco Antonio dos Santos Teixeira. – 2018. 331 f.</p> <p>Orientador: Breno Marques Bringel. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.</p> <p>1. Movimentos sociais - Teses. 2. Reprodução – Teses. 3. Estado – Teses. 4. Sociologia – Teses. I. Bringel, Breno Marques. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.</p> <p>CDU 378.245</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marco Antonio dos Santos Teixeira

**Movimentos Sociais, ações coletivas e reprodução social:
a experiência da Contag (1963-2015)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em 10 de agosto de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Afrânio Raul Garcia Jr

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Profa. Dra. Leonilde Servolo de Medeiros

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Moacir Gracindo Soares Palmeira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Mesquita D'Avila Filho

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

Aos militantes do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, por lutarem por um mundo mais justo e igualitário e por compartilharem suas histórias com tanta generosidade. Agradeço principalmente aos dirigentes, assessores e funcionários da Contag, que partilharam seu dia a dia de militância, experiências e conhecimento, tornando possível a realização da pesquisa e desse trabalho. Preferi não citar nomes para não deixar ninguém de fora da lista. Contudo, não posso deixar de agradecer nominalmente a Nicinha e Zezé, que abriram os caminhos da pesquisa em Brasília, me acolheram, apoiaram, estimularam e foram um oásis de carinho no meio do Cerrado. Obrigado pelas conversas, confiança, pelo cuidado e amizade. Aos dirigentes e funcionários da Fetag/RJ, pelo acolhimento generoso e companheirismo, especialmente ao Oto, Ezaquiel, Eliane e Sandra.

Ao meu orientador, Breno Marques Bringel, agradeço por ter aceitado me orientar e por ter me oferecido um ambiente de conversas horizontais, generosas, com liberdade, companheirismo e afeto. A sua incansável energia de trabalho e o esforço de manter um diálogo engajado e crítico com os movimentos sociais me inspiraram e estimularam a seguir essa agenda de pesquisa e a parceria de trabalho. Obrigado pelo apoio permanente e, principalmente, pela amizade.

Aos professores que aceitaram compor a banca. A Leonilde Medeiros, hoje na banca, me deu uma oportunidade de aprender sobre o universo dos movimentos sociais ao me contratar como estagiário do NMSPP/CPDA/UFRRJ. No meu primeiro dia de estágio, recebi a tarefa de assistir ao 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais, na UFF, em Niterói, em 26 de julho de 2006. Esse gesto mostra seu comprometimento e generosidade com a formação dos seus alunos e por isso sou muito grato. Obrigado pelas conversas que sempre me encheram de ideias, ânimo e força para seguir com a pesquisa. Acima de tudo, obrigado pela amizade. Ao Moacir Palmeira, sou grato pelas dicas, comentários e estímulos, na banca de qualificação e nos encontros da Comissão Camponesa, principalmente. Ao Afrânio Garcia e Paulo D'Ávila, por terem aceitado se somar à banca, ler o presente trabalho e me oferecer a oportunidade de diálogo sobre o resultado de alguns anos de pesquisa. Agradeço ainda ao Adalberto Cardoso, por ter participado da qualificação e ter me brindado com comentários e provocações que me estimularam e orientaram os anos seguintes de pesquisa. A todos vocês, é uma honra e alegria poder partilhar ideias e debater com aqueles que estão entre as minhas principais referências acadêmicas.

A meu orientador do doutorado-sanduíche, no LAI-FU, em Berlim, Sérgio Costa, pela acolhida calorosa, pelas conversas generosas, estimulantes e valiosas que me indicaram caminhos e abriram portas. A Renata Motta, também professora do LAI-FU, pelas conversas que tanto me orientaram e me encheram de ânimo – do café em Neukölln, caminhada pelo Tempelhofer Park, encontros no IAI, aos reencontros em Brasília e no Rio de Janeiro, passando pelos papos no Skype e novos projetos e parcerias. Mas, principalmente, pela amizade e incentivo que foram combustíveis para a conclusão desse trabalho.

Aos professores do Iesp, especialmente Carlos Antônio, José Maurício e San Romanelli, amiga do tempo das Comissões da Verdade a quem tive a alegria de reencontrar no Iesp. Aos funcionários do Iesp, que fazem a instituição funcionar com eficiência, carinho e amizade.

À Faperj, pela bolsa de doutorado e doutorado-sanduíche, que deram condições materiais para fazer o doutorado. À Uerj, que sempre resiste!

Aos amigos do Iesp, das aulas, do Netsal e do escritório, especialmente Andrea, Bruno, Broz, Cecília, Enzo, Leo, Livia, Marcella, Marcos, Nara, Pablo, Ramon, Talita, Tânia e Vanessa. Foi uma alegria contar com vocês nessa jornada.

Aos amigos que foram também meus leitores, orientadores, incentivadores, psicólogos e minha principal base para conseguir concluir esse trabalho. Eu não teria conseguido sem vocês. Obrigado Juliana, Alejandra, Alessandro, Bruno, Simone, Carol, e Drica.

Aos amigos da escola, universidades, bares, festas, bibliotecas, trabalho e de tantos outros lugares, mas que hoje transcendem espaços e são parte de mim. Pela força, pelos ouvidos, ombros, braços, leituras e amor com que sempre me acolheram e me acompanharam: Bel, Biba, Carol, Débora, João, Thati, Laura, LG, Fellipe, Luiza, Mari Reis, Mari Fonseca, Nanda, Nathi, Patrícia e Victor.

Aos amigos de Berlim, que tornaram a experiência do doutorado-sanduíche um momento de profundo aprendizado, descobertas e transformação. Obrigado Raiza, Jonas, Mel, Magdalena, Marcelo, Ana, Zé, Edu, Débora, Yolanda, Mitch, Lukas, Jens e Anette.

Às amigas e companheiras de trabalho do GIP: Ana, Alice, Stella, Graziela e Jaque. Eu não teria conseguido se não fosse pelo apoio, solidariedade e compreensão de vocês.

Agradeço especialmente a: Aline, Bruno e Simone, por sempre me incentivarem e serem um ombro amigo para todas as horas; Ale, Rafilda e Pri, pelo grupo de estudos e incentivos que não me deixaram desanimar nunca; Alessandro, Drica, Clara e Mari, pela amizade da vida que nos tornou uma família, do jeito que podemos ser. Por me alimentarem, cuidarem de mim e me darem carinho e tranquilidade para poder terminar o trabalho; a Raquel, por partilhar aventuras, sonhos, medos, pela amizade nas horas mais difíceis e nos momentos mais alegres, por ter

caminhado de mãos dadas comigo nessa aventura do doutorado; a Ju – nada poderia ser mais bonito e simbólico do que lhe encontrar nas rampas e salas de aula da Unirio, em 2004, e 14 anos depois, em 2018, terminarmos o doutorado juntos no Iesp.

A minha família, que mais do que todo mundo sabe o custo de cada uma dessas páginas, conhece todas as renúncias, testemunhou todas os desafios, comemorou as conquistas e torceu por mim. Por terem me dado casa, colo, conforto, estímulo, apoio, bolo com café, pão de queijo, sorvete e amor. A minha mãe, Emair, ao meu pai, Antonio (*in memoriam*), ao meu irmão, Eduardo, a minha cunhada, Michelle, e ao meu sobrinho e afilhado, Antônio, obrigado por terem tornado os sonhos vivos e os sorrisos mais alegres. Obrigado pelo incentivo permanente!

RESUMO

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. *Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015)*. 2018. 333f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Nesse trabalho foi analisada a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) por meio das suas ações coletivas e ações de reprodução social entre 1963 e 2015. Também foi examinado o modo como a Contag e Estado se relacionaram ao longo do período mencionado. Isso foi feito por meio do exame de algumas situações emblemáticas da trajetória da Contag: os congressos; a atuação na Coprofam; ação com base na legislação; campanhas salariais de Pernambuco; Gritos da Terra Brasil; e Marchas das Margaridas. O estudo desses casos procurou destacar a importância de uma investigação orientada pela contribuição da experiência dos atores e de uma análise diacrônica para a compreensão da atuação da Contag por um período de mais de 50 anos. A abordagem proposta destacou a importância em estudar as ações coletivas e de reprodução social da Contag de maneira articulada, de modo a compor um painel mais complexo sobre a atuação dos movimentos sociais, tema central de reflexão nas teorias dos movimentos sociais e da ação coletiva. Também ressaltou a importância em se adotar uma noção teórica relacional para o Estado, o que permitiu ter uma perspectiva capaz de identificar e analisar as diferentes forças e dinâmicas em relação no Estado. A pesquisa foi feita, primordialmente, por meio da análise de documentos, realização de entrevistas e etnografia multisituada de eventos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Ação coletiva. Reprodução Social. Estado. Contag.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. *Social movements, collective actions and social reproduction: the Contag's experience (1963-2015)*. 2018. 333f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

In this work the performance of the National Confederation of Agricultural Workers (Contag) was analyzed through its collective and social reproduction actions between 1963 and 2015. The forms of relationship between Contag and the State during this period were also examined. This effort was achieved by reviewing some important landmarks of Contag's trajectory: the national meetings; activities inside its international network (Coprofam); actions using Brazilian legal apparatus; wage riots and manifestations at the state of Pernambuco; the "Brazil's Cry of the Land" (*Grito da Terra Brasil*) manifestation; and the "Daisies' March" (*Marcha das Margaridas*). The study of these cases aimed to highlight the importance of an enquiry that was mainly guided by the contribution of the actors' experience itself by a diachronic analysis to understand the path followed by Contag for over its 50 years of existence. The proposed approach highlighted the importance of studying collective and social reproduction actions in an articulated manner, presenting a more complex panel of the social movements way of acting, a central topic for the theory of social movements and collective action. The work also stressed the importance of having a relational theoretical notion for the State, allowing us to better analyze and identify the different ways of acting in relation to the State. The research was mainly held by the analysis of Contag's documentation, interviews, and the multi-sited ethnography of events.

Keywords: Social Movements. Collective action. Social reproduction. State. Contag

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do Jornal Terra Livre, Ano XIV, Nº 130, SP, janeiro de 1964	87
Figura 2 – Trecho da matéria na Folha de São Paulo, em 15 de maio de 1997	237
Figura 3 – Cartaz do 4º CNTR	255
Figura 4 – 4º CNTR	256

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação dos relatórios anuais da Contag localizados	31
Tabela 2 – Ações da Contag	37
Tabela 3 – Tipologia das ações	39
Tabela 4 – Congressos da Contag	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACU – Associação de Colonos do Uruguai
AIAF – Ano Internacional da Agricultura Familiar
Alca - Área de Livre Comércio das Américas
AMB – Articulação das Mulheres Brasileiras
AMRU – Associação de Mulheres Rurais do Uruguai
ANA – Articulação nacional de Agroecologia
Anpocs – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AP – Ação Popular
Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Capoib – Conselho da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil
CCP – Central Campesina do Peru
CCV – Comissão Camponesa da Verdade
Cecosne – Centro de Comunicação Social do Nordeste
Cedoc/CUT – Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores
Cemarx/Unicamp – Centro de Estudos Marxistas da Universidade Estadual de Campinas
Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
Cesir – Centro de Estudo Sindical Rural
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CID/Contag – Centro de Documentação e Informação da Contag
Cimi – Conselho Indigenista Missionário
CIOEC – Coordenador de Integração de Organizações Econômicas Camponesas da Bolívia
Ciosl – Confederação Internacional de Operários e Sindicatos Livres
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNFR – Comissão Nacional de Fomento Rural do Uruguai
CNMTR – Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
CNTA – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CNTR – Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais
CNTTR - Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
Conaq – Coordenação Nacional dos Quilombolas
Conclat – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
Concut – Congresso Nacional da CUT
Conjuve – Conselho Nacional de Juventude
Consir – Comissão Nacional de Sindicalização Rural
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
Contar – Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais
Contec – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito

Contraf Brasil – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil
Coprofam – Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DETRs/CUT – Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais da CUT
Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNT – Departamento Nacional do Trabalho
DNTR/CUT - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enfoc – Escola Nacional de Formação da Contag
FAA – Federação Agrária Argentina
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
Feab – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
Fetaesp – Federação de Trabalhadores Rurais de São Paulo
Fetag/RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Fetags – Federação de Trabalhadores na Agricultura
Fetape – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
Fetraf – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Fetrafesc – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
FNO – Fundo Constitucional de Financiamentos do Norte
FNUAP - Fundo de População das Nações Unidas
Fundo SAAP - Fundo Serviço de Análise e Assessoria a Projetos
Funrural – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GTA da Amazônia - Grupo de Trabalho Amazônico
GTB – Grito da Terra Brasil
GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
IAI – Instituto Ibero-americano, Berlim, Alemanha
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Iesp – Instituto de Estudos Sociais e Políticos
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Inbra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPL – Intergremial de Produtores de Leite do Uruguai
ITR – Imposto Territorial Rural
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica

LAI-FU – Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Livre de Berlim
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM – Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente a Mineração
Mama – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Master – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MCP – Movimento Camponês Popular
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas
MMM – Marcha Mundial de Mulheres
MMTR-NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MPP – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
MUCHECH – Movimento Unitário de Campesinos e Etnias do Chile
Nead – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NEPAC/Unicamp – Núcleo de pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva da Universidade Estadual de Campinas
Netsal - Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina
NMSPP/CPDA/UFRRJ – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PADRS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República
PNTTR - Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
PPA – Plano Plurianual
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Provap – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
Reaf – Rede Especializada sobre Agricultura Familiar

Rede LAC – Rede de Trabalhadoras Rurais Latino-Americana e do Caribe
SAF/MDA – Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário
SAR – Serviço de Assistência Rural
SNJ - Secretaria Nacional de Juventude
SOF – Sempre Viva Organização Feminista
Sorpe – Serviço de Orientação Rural,
SPM/MDA – Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário
SSB – Sindicalismo Socialista Brasileiro
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Supra – Superintendência da Reforma Agrária
UAN – União Agrícola Nacional do Paraguai
UBM – União Brasileira de Mulheres
Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Uita – União Internacional dos Trabalhadores na Alimentação, Agrícolas, Hotéis, Restaurantes, Tabaco e Afins
Ultab – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE – União Nacional dos Estudantes
Unicafes – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unifem – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a mulher
Unirio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo
WRF – World Rural Forum

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	ABORDAGENS RELACIONAIS PARA PESQUISA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS	46
1.1	Movimentos sociais como categoria analítica e empírica	50
1.2	Formas de ação coletiva	55
1.3	Ações de reprodução social	63
1.4	Por uma concepção relacional das dinâmicas de relação entre Movimentos Sociais e Estado	66
1.5	Uma abordagem relacional centrada no ator e no tempo	74
2	A TRAJETÓRIA DA CONTAG	80
2.1	Antecedentes e Fundação da Contag (anos 1950-1964)	83
2.2	O golpe de 1964 e a intervenção sobre a Contag (1964-1968)	92
2.3	A eleição de 1967 e a vitória de José Francisco (1967-1979)	99
2.4	O 3º Congresso da Contag e a mudança na forma de atuação da Confederação (1979-1990)	111
2.5	A Reestruturação do MSTTR (1990-1995)	121
2.6	A filiação da Contag à CUT e a criação do PADRS(S) (1995-2009)	128
2.7	Da desfiliação da CUT à criação de uma Confederação específica de agricultores familiares (2009-2015)	138
3	AÇÕES DE REPRODUÇÃO SOCIAL	143
3.1	Os Congressos da Contag	146
3.2	Articulação com atores não estatais	166
3.2.1	<u>Articulações internacionais da Contag: a participação na Coprofam</u>	173
4	FORMAS DE AÇÃO COLETIVA	184
4.1	Ação com base na legislação	187
4.2	A retomada das ações de massa: as campanhas salariais	198
4.2.1	<u>“Os comunistas estão chegando”: a Campanha Salarial de 1979</u>	202
4.2.2	<u>Desdobramento das Campanhas</u>	216
4.3	Gritos da Terra Brasil: a “data-base” do MSTTR	222
4.3.1	<u>Caracterização do Grito da Terra Brasil</u>	223

4.3.2	<u>GTB e relação com o Estado</u>	232
4.3.3	<u>Reflexões sobre o GTB depois de mais de 20 anos de mobilização</u>	246
5	ENTRE A AÇÃO E A REPRODUÇÃO: A MARCHA DAS MARGARIDAS	251
5.1	Trajetórias de organização e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais no MSTTR	252
5.2	“2000 razões para marchar” : origem e realização da 1ª Marcha.....	266
5.3	“Toda a Marcha tem o seu jeito Marcha de ser e de marchar” : 15 anos de Marcha das Margaridas.....	273
5.4	“Sozinha a gente não faz” : as alianças que constroem a Marcha.....	285
5.5	Reprodução e ação coletiva em Marcha	290
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	298
	REFERÊNCIAS	306
	APÊNDICE A – Descrição das Ações da Contag.....	325
	APÊNDICE B – Lista das entrevistas realizadas no contexto de pesquisa da tese.....	329
	APÊNDICE C – Lista das entrevistas realizadas por terceiros no contexto de outras pesquisas.....	331

INTRODUÇÃO

Não é raro encontrar quem fale sobre a “desmobilização”, “crise”, “refluxo”, “desarticulação”, “imobilismo” ou “fim” dos movimentos sociais. Todos adjetivos que buscam qualificar a atuação dos movimentos sociais. Em geral, essas interpretações só consideram que os movimentos sociais atuam quando identificam seus atos mais visíveis, que são as mobilizações de massa, geralmente expressas em marchas, passeatas e greves, por exemplo. A década de 1990 no Brasil, por exemplo, foi vista por intérpretes dos movimentos sociais como um período de desmobilização. Geralmente costuma-se considerar as mobilizações pelo impeachment de Collor e as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na última década do século XX como exceções à regra. Em oposição, o caso emblemático de mobilização são os movimentos sociais que emergiram na década de 1980, que incluiu uma ampla gama de causas e atores, como a luta pela anistia, pela redemocratização, greves operárias, líderes comunitários etc.

A dicotomia “mobilização *versus* desmobilização” tem sido utilizada para caracterizar a atuação dos movimentos sociais e influencia muitas interpretações que cientistas sociais fazem dos movimentos sociais no Brasil. Ao se pautarem por esse binômio, os intérpretes dos movimentos sociais produzem uma visão pouco relacional da ação coletiva desses atores. Esta rigidez acontece porque os cientistas sociais ressaltam em suas interpretações um ou outro aspecto do fenômeno estudado. Os elementos destacados nas interpretações variam segundo alguns fatores, entre os quais: a orientação teórica dos autores; a projeção que os pesquisadores fazem dos movimentos sociais; o momento histórico no qual as interpretações são elaboradas; e pela visão dos movimentos sociais sobre si próprios.

Para fugir dessa rigidez, é necessário refletir sobre esta dicotomia à luz de experiências históricas concretas e analisar em que medida as categorias que têm sido utilizadas pelos pesquisadores são suficientes para que se construa uma interpretação mais complexa e relacional da realidade social. Tendo como premissa a necessidade de superar essa dicotomia que tradicionalmente serve de parâmetro para as interpretações, este estudo tem como objetivo a construção de leituras alternativas que ressaltem uma visão mais relacional dos sujeitos sociais e analise as experiências vividas dos atores em diálogo com as interpretações consolidadas sobre o tema.

Diferentemente de estudos que buscam problematizar as interpretações que os *autores* fazem sobre os *atores* sociais (por exemplo, Perruso, 2009), o presente trabalho refletiu sobre a dicotomia mencionada a partir da análise da trajetória da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a mais antiga instância nacional de representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A Contag tem abrangência nacional e existente há mais de 50 anos. Em 1962, com a regulamentação da sindicalização rural¹, foram criados sindicatos com base municipal e federações estaduais. A criação da Contag ocorreu em 1963. Antes disso, houve um processo social de organização política dos trabalhadores do campo que remonta a pelo menos fins dos anos 1940 e que ganhou força ao longo da década seguinte e nos primeiros anos da década de 1960². A Contag é por isso um caso interessante que permite a aferição das interpretações dominantes, pois possibilita analisar, em diferentes conjunturas (políticas e sociais, mas também em diferentes momentos de hegemonias interpretativas), a atuação de um movimento social.

A permanência ao longo do tempo é uma característica comum em boa parte das definições de movimentos sociais, servindo para distingui-los de outras experiências coletivas mais efêmeras³. De fato, a temporalidade (e a historicidade dos movimentos sociais) é um elemento central no presente trabalho para visualizar permanências e rupturas, evitando assim conclusões apressadas, de curto prazo e meramente conjunturais, algo habitual no estudo dos movimentos sociais no Brasil.

Por isso, o marco inicial do estudo será 22 de dezembro de 1963, data de criação da Contag. Já o marco final será 31 de outubro de 2015, quando o Sistema Contag⁴ optou pela representação da categoria agricultura familiar e dissociou a categoria dos assalariados rurais. Com isso, foi criado um outro sistema sindical específico para os assalariados e assalariadas rurais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar). Este fato é um marco na história da Contag e altera de forma significativa sua estrutura.

Considerando o panorama descrito acima, como entender a ação da Contag ao longo do tempo evitando interpretações dicotômicas que se pautem pela caracterização da atuação da Confederação como “mobilizada” ou desmobilizada”? Evitar essa dicotomia é importante para

¹ A regulamentação da sindicalização rural ocorreu com a Portaria nº 355-A, de 20/11/1962 e foi consolidada com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963.

² Sobre o processo de constituição e organização dos movimentos sociais no campo, ver Medeiros (1989).

³ É o caso das definições de Tilly (1978), para citar um exemplo. Esse aspecto também foi ressaltado por Diani (1992) em artigo no qual analisa diferentes concepções conceituais de movimentos sociais de acordo com as linhas interpretativas de cada corrente teórica.

⁴ O termo Sistema Contag se refere ao conjunto de instâncias que compõe o MSTTR: confederação, federações e sindicatos.

entender a ação da Contag a partir da experiência histórica da sua atuação, seguindo o próprio *fazer-se* da entidade, para utilizar uma terminologia de Thompson (1987). Trata-se, portanto, de entender e interpretar a experiência histórica do sujeito social recusando pré-concepções que moldam e orientam os olhares dos pesquisadores, conforme sugestão de Bachelard (1997) e Bourdieu (2001).

A pesquisa desenvolvida sobre a Contag mostrou que ao estudar a sua atuação era importante considerar quer a dimensão pública, quer a não pública da ação da entidade sindical. Muitos estudos fazem isso, mas sem tratar essas dimensões de forma articulada: ora se concentram na dimensão visível da ação, ora na dimensão pouco ou nada visível da atuação. Em outras palavras, estudam as ações coletivas ou as ações de reprodução social, para adotar a terminologia que utilizarei daqui para a frente.

Em termos gerais, a ação coletiva se refere às maneiras pelas quais os movimentos sociais atuam publicamente. Muitos estudos tratam desse aspecto, sendo este um dos principais campos de pesquisa sobre movimentos sociais. Já o termo ações de reprodução social é utilizado nesse trabalho para designar as atividades dos movimentos sociais que criam as condições necessárias para o desenvolvimento das ações coletivas e a própria existência dos movimentos sociais. Alguns estudos sobre movimentos sociais abordam esses aspectos utilizando outras formulações e enfoques.

O que os estudiosos geralmente não fazem é identificar, relacionar e analisar essas duas dimensões de maneira correlacionadas, aspecto que considero importante para se ter uma visão mais complexa e totalizante da atuação dos movimentos sociais. Tratar essas duas dimensões de forma relacionadas ajuda a evitar interpretações que caracterizam a atuação dos movimentos sociais como mobilizados ou desmobilizados porque é capaz de identificar, analisar e entender a atuação dos movimentos sociais para além da ação coletiva pública e de massas. Por isso, nesse trabalho, identifico e analiso as formas de ação coletiva e as ações de reprodução social da Contag no tempo a partir de uma abordagem que considere essas duas dimensões como partes correlacionadas e constitutivas da atuação dos movimentos sociais.

Considerando que um dos principais focos de atuação da Contag tem sido o Estado brasileiro, ao analisar as formas de ação coletiva da Contag investiguei particularmente a relação entre a Contag e o Estado ao longo do tempo para a partir desse caso compreender e interpretar como movimentos sociais e Estado tem se relacionado e quais os sentidos dessa relação em cada momento histórico. Por isso, Estado é outra dimensão central nessa tese e será tema de reflexão no primeiro capítulo e concepção transversal nesse trabalho. Por ora, farei três observações sobre esse debate.

Primeira, no âmbito dos estudos sobre movimentos sociais não há um grande acúmulo da discussão sobre a noção de Estado. E isso faz com que geralmente se produza uma análise baseada em uma visão que substantiviza o conceito. Em outras palavras, as pesquisas sobre movimentos sociais e acerca da relação destes com o Estado têm privilegiado as teorias da ação coletiva e tratado pouco ou sequer mencionado a reflexão teórica sobre Estado. Para evitar isso, procuro conjugar as reflexões teóricas sobre movimentos sociais e ações coletivas com uma interpretação da teoria do Estado. Nesse caso, baseio-me fundamentalmente na concepção de Estado como relação social, baseado principalmente nas reflexões Nicos Poulantzas (1981), com a intenção de ter uma visão mais abrangente e relacional do contato entre movimentos sociais e Estado, essencial para que seja possível perceber a inter-relação entre as partes a partir da experiência social, rejeitando categorias definidas *a priori* que geralmente classificam essa dinâmica de relação por meio da dicotomia “autônomos” ou “institucionalizados”. Essa classificação é comum na literatura brasileira e insuficiente para entender as complexas dinâmicas de relação entre ambas as partes. A concepção de Estado de Poulantzas permite compreender as transformações do Estado ao longo do tempo porque reconhece a existência de lutas no seu interior entre diferentes setores, inclusive as massas populares, uma vez que suas ações não são externas ao campo estratégico do Estado e produzem efeito nele, ainda que estejam fisicamente excluídas dos espaços de poder institucional do Estado.

Adotar uma concepção de Estado é também importante para que se evite um segundo problema comum na literatura brasileira sobre a relação movimentos sociais e Estado: a pouca clareza sobre a diferenciação entre Estado e governo, termos muitas vezes utilizadas de forma indiferenciadas. O termo governo tem pelo menos dois sentidos principais: 1) refere-se ao “conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade” (LEVI, 1998, p. 553); 2) além de indicar o conjunto de pessoas que detêm o poder de Governo, refere-se também ao complexo dos órgãos que institucionalmente têm o exercício do poder (LEVI, 1998), sendo essa acepção mais próxima da realidade do Estado moderno. Dessa forma, o governo se refere mais ao exercício do poder por pessoas e setores. Os conceitos de governo e Estado estão relacionados, mas nesse trabalho procuro sobretudo entender como as forças se expressam e se articulam com o Estado, entendendo o governo como mais um ator importante nesse conjunto.

Finalmente, e esse é o terceiro problema que gostaria de destacar e que está relacionado ao anterior, há uma tendência dos estudos sobre a relação entre movimentos sociais e Estado em analisar essa problemática a partir de recortes temporais de curto prazo, muitas vezes circunscritos a uma gestão governamental. As causas para isso são variadas e passam, entre

outros fatores, pela lógica da pesquisa acadêmica recente que necessita de resultados rápidos, mas também aos interesses dos pesquisadores em cada momento. Nos anos mais recentes, por exemplo, tem sido particularmente comum o esforço de pesquisas sobre a relação entre movimentos sociais de base popular e a relação com governos progressistas que chegaram ao poder em algumas partes da América Latina⁵. Se por um lado esses estudos têm trazidos contribuições importantes para pensar as fronteiras entre movimentos sociais e Estado, por exemplo, por outro lado contribuem pouco para pensar nos padrões de relação entre Estado e movimentos sociais em diferentes conjunturas, governos e relações sociais e de poder materializadas no Estado.

Por isso, nesse trabalho, optei por analisar a atuação da Contag de maneira longitudinal entre 1965 e 2015, como já destaquei, e nesse escopo discuto a sua relação com o Estado em diferentes conjunturas. Isso me permitiu entender mudanças nos padrões de relação dos atores e transformações nas maneiras de atuação do movimento em relação ao Estado em função, entre outros fatores, do contexto político, governo no poder e contexto de relações sociais. Em relação ao Estado, tomei como referência na pesquisa, por questões de operacionalização de recorte e delimitação analítica, o poder executivo, principal interlocutor da Contag. O estudo da relação da Contag com os poderes legislativo e /ou judiciário ficam como agenda de pesquisa a se realizar.

Em resumo, a questão histórica mais importante dessa tese é abordar a trajetória de atuação da Contag, entidade que tem relevância central para a trajetória dos movimentos sociais no país, principalmente para os do campo, como se convencionou chamar. Conhecer melhor e preservar essa história é fundamental se quisermos encontrar alternativas ao modelo de exploração do homem e da natureza em voga na atualidade, na medida em que as vozes e passos daqueles que percorreram caminhos semelhantes podem oferecer pistas na criação de alternativas no presente. Já as questões teóricas mais importantes são entender a atuação dos movimentos sociais a partir das suas ações de reprodução social e ações coletivas ao longo do tempo e com destaque para o papel dos sujeitos sociais nessa história; e identificar e analisar as diferentes dinâmicas de relação entre movimentos sociais e Estado, evitando interpretações de curto prazo e acusatórias que qualificam a atuação dos movimentos sociais como autonomistas ou institucionalizadas conforme o grau de aproximação deles com o Estado.

⁵ Essa onda começou com a vitória eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, e foi seguida por outras vitórias no Brasil (2003), Argentina (2003), Uruguai (2005), Bolívia (2006), Honduras (2005), Chile (2006), Costa Rica (2006), Equador (2006), Nicarágua (2006).

Em *Calibã e a bruxa*, Federici (2004) reconstruiu as lutas antifeudais da Idade Média e as lutas com as quais o proletariado europeu resistiu à chegada do capitalismo. A partir dessa história a autora destacou o papel central que mulheres tiveram no que se convencionou chamar "transição para o capitalismo". Federici explicou no prefácio do seu livro que esperava que essa história ajudasse a reviver entre gerações mais jovens a memória de uma história de resistência ameaçada de ser apagada, aspecto central se quisermos encontrar uma alternativa ao capitalismo. "Pois essa possibilidade dependerá de nossa capacidade de ouvir as vozes daqueles que percorreram caminhos semelhantes", afirmou Federici (2004, p. 11). Inspirado nisso, espero que o presente trabalho sirva para ajudar a destacar e amplificar as vozes daqueles que percorreram caminhos para encontrar alternativas ao capitalismo e às formas de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras subjacentes a esse sistema, principalmente, no caso aqui trabalhado, das mulheres e homens do campo, das águas e das florestas.

Por que estudar a Contag?

As experiências que têm subsidiado a elaboração de interpretações hegemônicas e abrangentes sobre os movimentos sociais no Brasil, e por sua vez sobre o Brasil contemporâneo, são, em sua maioria, urbanas. Nesse sentido, os movimentos grevistas do ABCD paulista⁶ iniciados em 1978 tem sido considerado o momento de "retomada" dos movimentos sociais no país após o golpe de 1964⁷. O movimento grevista, que começou com cerca de dois mil trabalhadores, se espalhou para outras áreas, tendo importantes desdobramentos políticos na luta contra a ditadura civil-militar implantada no Brasil em 1964 (SANTANA e BRAGA, 2009).

Em contrapartida à grande visibilidade dos movimentos grevistas do ABCD, pouco se fala no conjunto de pesquisa sobre movimentos sociais sobre as greves dos canavieiros de Pernambuco de 1979 e 1980. Na greve de 1980, mais de cem mil trabalhadores pararam de trabalhar nas usinas da Zona da Mata para reivindicar seus direitos trabalhistas⁸. Antes disso, desde meados dos anos 1970, tinha início os "empates" dos seringueiros do Acre, que eram

⁶ O termo refere-se às cidades industriais localizadas na Região Metropolitana de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

⁷ Ver, por exemplo, Telles (1987).

⁸ Ver Sigaud (1980).

uma forma de ação coletiva para impedir a derrubada das florestas, ato precedido pela expulsão dos seringueiros e apropriação da terra. A atuação dos seringueiros e a brutal violência contra este movimento acabaram dando visibilidade ao que acontecia na região. Os dois principais líderes na época, Wilson Pinheiro e Chico Mendes, foram assassinados, em 1979 e 1988, respectivamente⁹. Foi também no final dos anos 1970 que emergiram mobilizações de reação à implantação de novas barragens em diferentes partes do país. Os principais focos de luta naquele momento foram Tucuruí, no Pará, Itaipu (binacional com Paraguai), no Sul, e Itaparica, no Nordeste. Além disso, na segunda metade dos anos 1980, algumas ocupações de terra ganharam destaque no país, estando entre os casos mais conhecidos o da Fazenda Macali e Brilhante, em 1979, da Fazenda Annoni, em 1985, ambas no Rio Grande do Sul, e da Fazenda São José da Boa Morte, no Rio de Janeiro, em 1980. Menciono estes exemplos para mostrar que outros episódios de grande mobilização não foram identificados como marcos da “retomada” dos movimentos sociais no Brasil após o golpe de 1964 apesar de as mobilizações em áreas rurais serem intensas nesse período. Ainda que cada evento tenha tido significados específicos para a política em termos nacionais, todos eles foram importantes momentos de organização e mobilização de trabalhadores ainda no contexto da redemocratização.

Uma rápida análise da bibliografia sobre movimentos sociais e conjuntura política no Brasil tem revelado, portanto, que há uma primazia dos eventos urbanos nos marcos de interpretação do tema. Isto, de alguma forma, acaba tendo reflexos na produção das ciências sociais, uma vez que o universo rural, em geral, acaba tendo pouco espaço no tratamento de questões teóricas e metodológicas¹⁰.

O debate sobre o “lugar” conferido pela academia aos pesquisadores do chamado “mundo rural” foi feito por Sigaud (1992), para quem:

como os ‘especialistas’ em ‘índios’, os do campo são confinados em sua própria região. Enquanto os ‘especialistas’ em outros ‘temas’ transitam com facilidade pelas diferentes regiões do espaço, a sua especialidade sendo revelada, os do ‘campo’ são chamados a atuar em outras regiões quando estiver em jogo o ‘campo’. Se o ‘campo’ estiver em alta, serão chamados com mais frequência (como no período da eclosão da reforma agrária), se estiver em baixa, serão deixados em paz em seu canto. Impensável convocá-los para os debates ‘teóricos-metodológicos’ que conferem maiores rendimentos simbólicos (SIGAUD, 1992, p. 33).

Em outro trecho, Sigaud amplia sua reflexão em relação a maneira como os pesquisadores sobre o campo são vistos na academia. De acordo com a antropóloga:

⁹ Sobre esse caso, ver Almeida (2004).

¹⁰ Ver Bringel e Teixeira (2015).

não tendo nenhuma relação com a produção realizada a partir do ‘campo’, aonde se encontram incorporados ao nível das análises feitas ‘avanços’ teóricos recentes da teoria sociológica e antropológica, nem com o reconhecimento do prestígio dos que fizeram seu ‘nome’ no ‘campo’, a tendência ao confinamento e à exclusão revela a rigor uma relação com a ‘realidade’ por eles estudada e a qual são assimilados. Uma ‘realidade’ percebida pelo critério geográfico, uma ‘realidade’ que remete aos sertões, ao interior, aos grotões, a um mundo que ocupa uma posição subordinada em relação à cidade, ao centro. Vistos não como aqueles que fazem sociologia, antropologia e economia *a partir do campo*, mas como sociólogos, antropólogos e economistas *do campo*, os produtores, sobretudo aqueles que não se ocupam das grandes tendências que articulam pelo viés do ‘econômico’ o campo à cidade, são associados a um outro ‘Mundo’, meio esotérico, meio estranho: um ‘mundo’ de coronéis, jagunços e violências, um ‘mundo’ de profetas e beatos; um ‘mundo’ de líderes sindicais que não se sabe muito bem de onde vieram e de padres da teologia da libertação; um “mundo” da subsistência, da roça e da farinha; um ‘mundo’ em tudo pré-moderno, do voto de cabresto e dos currais eleitorais. Reconhecidos como especialistas neste ‘mundo’, são respeitados e prestigiados, desde que se limitem a falar deste ‘mundo’ (SIGAUD, 1992, p. 84).

Além disso, as pesquisas sobre movimentos sociais no Brasil têm se centrado, em geral, em estudos de caso de experiências temáticas circunscritas a uma localidade ou a uma categoria específica. Kauchakje (2010) afirmou que há pouco esforço de propor uma reflexão mais abrangente neste campo de estudos. Neste âmbito, ganhou centralidade as experiências de lutas ocorridas no Sudeste, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse processo parece ter sido mais agudo nos anos 1970 a 1990 devido à localização dos centros de pós-graduação no Brasil, concentrados principalmente nesta região do país naquele momento. Contudo, mesmo nessa época já havia programas de pós-graduação em outras partes do país que acabaram sendo centros de produção de conhecimento sobre movimentos e mobilizações sociais para além do foco no Sudeste. É o caso, por exemplo, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, de 1967, e dos Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pertence ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, ambos de 1977.

Com a expansão da pós-graduação em Ciências Sociais para outros estados, houve uma tendência em ampliar a produção de trabalhos com base em experiências ocorridas em diferentes lugares. Contudo, é verdade que a circulação de pesquisadores de diferentes regiões e estado de alguma forma provocou o estudo de diferentes experiências não circunscritas ao Sudeste, embora desenvolvidas majoritariamente nesta região.

Considerando o diagnóstico anterior, busco neste trabalho analisar a atuação do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, por meio da sua confederação, a Contag, pelo fato de este ser um dos mais importantes movimentos sociais de trabalhadores

rurais do país, com abrangência nacional, existente há mais de 50 anos, ampla pauta de reivindicações, múltiplas formas de ação e interlocução com diversos atores, entre eles o Estado.

A Contag foi criada em 1963 e reunia em 2015 trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados em 27 federações estaduais e mais de quatro mil sindicatos municipais. Isso significa que o MSTTR tem uma grande capilaridade em todo o país. A longa e perene existência da Contag a torna um caso excepcional de análise, uma vez que através de suas experiências de atuação será possível cotejar as interpretações dominantes sobre movimentos sociais no Brasil. Mais especificamente, me permitiu entender como se dá o processo de atuação de um movimento social em diferentes contextos, identificando continuidades e rupturas no tempo nas formas de ação e nos modos de se relacionar com o Estado.

Vale destacar que não quero com a escolha do caso substituir os marcos de interpretação baseados em experiências empíricas sobre os chamados “urbanos” pelos “rurais”, mas partir de uma análise de uma situação pouco estudada. O foco da pesquisa empírica é a Contag, mas utilizei a literatura sobre os demais movimentos como fonte de diálogo, assim como situações empíricas de articulações entre os chamados movimentos sociais rurais e urbanos. Com isso, espero analisar interseções entre os comumente denominados universos urbano e rural com o intuito de relativizar aspectos que autores de ambos os lados têm considerado ser especificidades ligadas ao local no qual esses movimentos se desenvolvem – no meio rural ou urbano. Não quero com isso negar em absoluto a diversidade ou especificidade de algumas situações, mas questionar possíveis incongruências nas análises que, ao focar no tema ou no espaço, deixam de perceber dinâmicas comuns entre movimentos sociais atuantes na cidade e/ou no campo e que podem vir a contribuir para a reflexão da teoria dos movimentos sociais.

Outra razão para estudar os movimentos sociais rurais é por considerar suas pautas importantes para a melhor democratização da sociedade e melhoria da vida de milhões de brasileiros marginalizados de diversos direitos, distante de uma situação de justiça social. As pautas de reivindicação da Contag, por exemplo, incluem pedidos de garantia de direitos sociais, políticos, humanos, culturais, ambientais e territoriais que melhorem a qualidade de vida dos povos do campo. Portanto, estudar este tema é um esforço para contribuir para transformar a “questão do campo” em um dos tópicos privilegiados de pesquisa. Falar sobre o tema é importante porque pode produzir efeitos no âmbito acadêmico e político, contribuindo para dar visibilidade à questão.

Sobre este aspecto, vale mais uma vez retomar a contribuição de Sigaud (1992). A autora mostrou como uma série de trabalhos sobre o rural produzidos nos anos 1970 e 1980

contribuíram para “[...] cunhar uma representação do ‘campo’ e fornecer instrumentos para que, nas lutas políticas a propósito do campo, os atores que se enfrentam dispusessem de outros princípios de classificação impensáveis nos anos 60” (SIGAUD, 1992, p. 40). Foi assim com o trabalho de D’Incao e Mello (1975) na produção da representação sobre o boia-fria em meados dos anos 1970; com o trabalho de Graziano da Silva (1985), que forneceu subsídios para a elaboração da representação das mudanças no campo brasileiro como uma *modernização dolorosa*; com os trabalhos daqueles que estudaram os pequenos produtores; na imposição do termo *camponês* como referência a sujeitos sociais em detrimento de termos como “rústicos” ou “rurais”, como os estudos feitos por Martins (1981); nos trabalhos sobre movimentos sociais que afirmaram a existência de lutas no campo, como greves, ocupações, além de violências de vários tipos, como o de Medeiros (1989).

Finalmente, uma vez elaborada a justificativa para a escolha do estudo de uma experiência rural de movimentos sociais, vale mencionar algumas palavras a respeito da opção por estudar movimentos de trabalhadores. Segundo Marcelo Kunrath Silva, os movimentos de trabalhadores têm tido uma presença modesta na literatura recente sobre movimentos sociais no Brasil. O autor explica que esse processo tem a ver com a diminuição da ênfase na classe como fundamento de processos organizativos na sociedade civil. Segundo Silva, este fato pode promover uma secundarização de “[...] um campo organizativo que possui uma posição central na estruturação do tecido associativo no Brasil, com recursos e influência praticamente sem paralelo entre outras organizações sociais” (SILVA, 2010, p. 7).

Por outro lado, Kauchakje (2010) afirma que os movimentos de trabalhadores, urbanos e rurais, foram privilegiados nos estudos sobre movimentos sociais entre 1970 e 2005, inclusive com crescimento de estudos a partir de 1990. As divergências entre Silva e Kauchakje provavelmente têm a ver com a diferença da fonte utilizada por cada um deles: enquanto Silva analisou algumas revistas científicas, Kauchakje teve por subsídio as dissertações e teses elaboradas na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Diante do exposto, é difícil afirmar se atualmente os trabalhadores têm, ou não, sido foco de interesse dos trabalhos acadêmicos no conjunto de estudos sobre movimentos sociais. Por outro lado, é possível afirmar como hipótese que houve uma tendência no Brasil a se divorciar o estudo de movimentos de trabalhadores ou sindicais de pesquisa sobre movimentos sociais. Vale lembrar, como mostrei anteriormente, que os estudos sobre o universo dos trabalhadores foi um dos grandes temas que constituiu o campo de estudos sobre movimentos sociais. Dessa forma, enquanto o universo de pesquisa sobre movimentos sociais concentrou os

trabalhos que tratavam de movimentos populares e/ou os chamados “novos movimentos sociais”, principalmente, estudos sobre trabalhadores acabaram se concentrando no campo da Sociologia do Trabalho, o qual, embora tenha inter-relação com algumas questões da Sociologia dos Movimentos Sociais, possui suas especificidades. Ademais, A Sociologia do Trabalho tem dado pouca atenção ao universo de pesquisa rural quando comparamos o volume de pesquisa sobre o universo urbano com o rural.

O universo de pesquisa sobre sindicalismo rural parece ter seguido essa tendência e teve dificuldade de dialogar com pesquisas e estudos sobre movimentos sociais e sindicalismo urbano em nosso país, conformou indicou Ricci (2009). Para o autor, os estudos sobre sindicalismo rural no Brasil se dividem em três vertentes teóricas. A primeira é estrutural-funcionalista e tem como expoente Luzia Guedes Pinto (1979), para quem a Contag seria uma

[...] instituição contraditória e ambivalente: um órgão de representação e colaboração com os poderes públicos. A ambivalência estaria fatalmente demarcada pela estrutura sindical vigente, definida a partir dos interesses dos órgãos de gestão federal. Segundo sua análise a forma pela qual está definida a estrutura sindical brasileira faz com que os sindicatos não tenham condições de assumir uma forma pura de ação: colaboracionista ou representativa (RICCI, 2009, 324).

A segunda vertente é estruturalista marxista. O autor de referência dessa perspectiva é Armando Boito Júnior (1990). Na leitura de Ricci:

O autor [Boito Júnior] sugere que a relação umbilical da estrutura sindical não apenas com o aparelho de Estado, mas com a própria concepção de representação a) induziria todas as correntes sindicais a aderirem ao sindicato oficial; b) induziria tais correntes a aceitar a tutela do Estado; e c) reproduziria a ideologia populista no interior das práticas sindicais nacionais. Daí emergiria o que denominou de sindicalismo de Estado, cujas lideranças não seriam passivas, mas estariam envolvidas numa visão de mundo a partir da qual a lógica sindical seria exclusivamente aquela institucionalizada. Para esses autores, o sindicalismo rural seria mais subserviente ao Estado, mais imobilista e assistencialista que o urbano” (RICCI, 2009, 325).

Finalmente, a terceira vertente é a dos novos movimentos sociais. De acordo com Ricci:

Ainda que não filiados às mesmas referências teóricas, um conjunto de pesquisas e estudos iniciados com ensaios produzidos por Leonilde Sérvalo Medeiros (1984) a respeito do sistema de lealdades e acordos internos do sindicalismo de trabalhadores rurais liderados pela Contag, procurou superar a leitura estruturalista e compreender as disputas ideológicas no interior do sindicalismo, consolidadas no pós-64, tendo como referência a construção de uma cultura sindical alicerçada na experiência concreta da organização e das lutas sociais do campo. A experiência concreta passou a ser a senha desses novos estudos, seguindo a profunda crítica que Edward Palmer Thompson endereçou aos estudos de Althusser (RICCI, 2009, 325).

Porém, essa última corrente é a que talvez mais tenha feito o esforço de dialogar com outros estudos sobre movimentos sociais no Brasil e no mundo, inclusive tomando por referência uma abordagem teórica diversa que foi elaborada com base em estudos cujo tema vão desde operários ingleses no século XVIII, como é o caso de Thompson, citado no trecho acima, e os autores famosos pela nova teoria dos movimentos sociais, como Alain Touraine e Alberto Melucci, que influenciaram vários trabalhos sobre movimentos sociais no Brasil, principalmente nos anos 1980, como os estudos desenvolvidos por Ilse Scherer-Warren.

Considerado o exposto acima, com essa tese procurei concentrar meus esforços em estudar um movimento social rural de trabalhadores rurais a luz principalmente do debate teórico e metodológico sobre movimentos sociais. Outros recortes seriam possíveis e poderiam render análises interessantes. Contudo, diante do diagnóstico apresentado acima, considero relevante buscar aproximações entre esses dois universos de pesquisa que na origem não foram estanques como são hoje e cuja aproximação rendeu algumas reflexões ao campo de estudos sobre movimentos sociais.

Trabalho de campo em e sobre movimentos

Esta seção é dedicada à exposição e explicação da abordagem metodológica da pesquisa. Há duas observações importantes sobre essa parte da introdução. A primeira é que, embora ele narre de maneira organizada o percurso metodológico da pesquisa, é importante ter em mente que esse caminho não foi tão retilíneo como a narrativa pode levar a crer. O percurso foi feito pouco a pouco, com retoques, correções, emendas, para utilizar as expressões de Bourdieu (2001) para se referir ao trabalho de construção do objeto. Tavares dos Santos (1991) descreveu esse processo de pesquisa como um “caminho inverso”, destacando as idas e vindas entre a teoria e empiria inerentes ao percurso de pesquisa.

A segunda observação é sobre narrativa da seção em si, dedicada exclusivamente à explicação metodológica da pesquisa. Essa maneira de apresentação metodológica segmenta a explicação do método de pesquisa da apresentação da pesquisa em si. Considero esse divórcio em alguma medida limitante por não explicar a maneira como se construíram os dados no momento em eles são utilizados para analisar um determinado fenômeno social. Contudo, será fundamental explicitar o percurso metodológico previamente à exposição do conteúdo da pesquisa em si porque a concepção da estrutura da tese é devedora do trabalho metodológico.

Para amenizar essa diferenciação, comentarei, sempre que possível, sobre o método no decorrer da tese para buscar aproximar as interpretações desenvolvidas do modo como construí os dados que me permitiram elaborar tais interpretações, aproximando o leitor/a do modo como a pesquisa foi feita e, portanto, espero, criando a possibilidade de reconstrução dos caminhos da pesquisa.

Da pesquisa em arquivos à construção de um banco de dados

Para mapear as formas de ação coletiva da Contag procurei fontes que me permitissem identificar como a Contag atuou ao longo da sua trajetória. Para realizar essa busca, optei por consultar dois acervos: o Centro de Documentação e Informação da Contag (CID) e o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ). Essa escolha foi baseada no meu conhecimento prévio sobre o movimento sindical dos trabalhadores rurais e o campo dos arquivos¹¹. Consultar o arquivo da própria Contag era fundamental porque acreditava que ali estava reunida a maior parte da documentação da entidade. E o NMSPP/CPDA/UFRRJ está entre as principais instituições que reúnem acervo documental sobre a Contag. Além disso, trabalhei no NMSPP por anos e por isso conheço bem o universo documental desse acervo.

O CID/Contag foi criado com a missão de “[...] armazenar, organizar e preservar qualquer tipo de documento que tenha registrado informações relacionadas ao MSTTR”¹². Na prática, o CID reúne principalmente a biblioteca da Contag, com publicações produzidas pela própria Confederação e outras adquiridas ou recebidas pela entidade, os seus anais de

¹¹ Em 2005 comecei a estudar o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais na iniciação científica da graduação em História na Unirio e desde então não interrompi o estudo do tema, investigando diferentes questões a partir de diversas escalas e recortes temáticos e teóricos. Desde 2006 atuo no NMSPP como documentalista na organização do acervo documental do Núcleo e como pesquisador em projetos vinculados ao Núcleo. E, finalmente, entre 2011 e 2016 atuei em atividades da Contag. Como consultor, participei de um projeto na área de políticas públicas territoriais entre 2011 e 2015. Depois disso, entre 2015 e 2016, trabalhei em outro projeto que também se concentrava em políticas públicas, mas com foco no crédito fundiário. Como colaborador, faço parte da rede de educadores e educadoras populares da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc), apoiando e participando principalmente dos cursos estaduais e regionais. Por causa disso e devido ao meu interesse de pesquisa tenho acompanhado diversas atividades organizadas pela confederação, entre congressos, marchas, reuniões, encontros.

¹² Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=289&nw=1>>. Acesso em: 10 Out. 2017.

congressos, jornais e boletins, fotografias e alguns documentos diversos. O material está disposto em estantes e arquivos e foi organizado por um funcionário da Contag, mas no geral não está adequado às lógicas de organização da arquivologia.

Após consultar o CID percebi que ali não estava reunida toda a documentação produzida pela Contag ao longo da sua trajetória. Perguntei a diversas pessoas – diretores/as, assessores/as e pesquisadores/as – sobre onde estavam guardados os documentos da Contag e ninguém soube responder com certeza. Muitos acreditavam que estavam no CID. Outros diziam que todos os documentos históricos da Contag tinham se perdido quando houve um acidente hidráulico na sala onde eles ficavam guardados. Outros mencionavam que os documentos foram se perdendo nas sucessivas mudanças de sede da Contag e da própria sala onde o material ficava guardado¹³.

A descoberta do local onde a Contag guardava o seu acervo documental foi feita por uma pesquisadora que também fazia pesquisa na entidade¹⁴. Em conversa com um funcionário do almoxarifado, ele mencionou que existia uma sala onde havia muitos documentos antigos da Contag. Com essa pista, finalmente foi descoberto onde estavam armazenados os documentos históricos da Contag que foram preservados ao longo da história da entidade sindical: em uma sala compartilhada com os arquivos correntes da entidade, sobretudo documentos de convênios da Contag com entidades estatais e documentos de processos previdenciários, material passível de ser analisados por auditores do Estado e que por isso são geridos com cuidado pela Contag.

Os documentos históricos da Confederação estão guardados em caixas do tipo box dispostas em estantes na sala mencionada. São centenas de caixas dispostas em dezenas de

¹³ Entendo essas diferentes narrativas sobre o destino dos documentos da Contag como indicadores de poucas atividades feitas pela confederação para gerir os documentos que produzia para criar uma ação de salvaguarda do seu patrimônio histórico documental, requisito fundamental para preservar a sua memória e história. Não se trata necessariamente de uma falta de interesse ou preocupação com o tema, pois no plano narrativo, sempre que conversei com diretores/as e assessores/as da Contag sobre o tema, eles/elas destacaram a importância dessa questão. Contudo, não traduziram a preocupação que tinham no plano narrativo em ações práticas. Entendo que isso se deve à eleição das prioridades da diretoria da Contag sobre o que é mais relevante e urgente. E, nessa classificação, a preservação da memória e história da entidade por meio de políticas de salvaguarda do acervo documental não foi feita de forma sistemática e perene até os dias de hoje, fato que não é nenhuma particularidade da entidade. Há um campo de debate sobre a relação entre o universo dos trabalhadores e movimentos sociais e seus arquivos. No Brasil, esse debate tem sido feito de forma sistemática nos anos recentes no âmbito dos seminários internacionais “O mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, iniciativa do Arquivo Nacional e do Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores (Cedoc/CUT) e que atualmente conta com o apoio de centros de documentações ligados à universidade brasileiras com foco na salvaguarda de acervo do universo do mundo do trabalho e de movimentos sociais. Até hoje, já foram realizadas quatro edições do Seminário, respectivamente em 2008, 2011, 2013 e 2016. Para mais detalhes sobre o debate, ver: Stampa e Marques (2010); Stampa; Netto (2013); Pereira; Garcia (2014); Pessanha; Medeiros (2015); Lopes; Regos (2015); Santana; Rodrigues (2015); Marques; Troitiño (2016); Gill; dos Santos Neto (2016; Medeiros; Teixeira (2016).

¹⁴ Essa pesquisadora foi Iby Montenegro de Silva, que na época fazia pesquisa para sua dissertação de mestrado sobre os processos formativos da Contag. Para mais detalhes, ver Silva, I. (2013).

estantes. Poucas pessoas têm acesso à sala onde o material fica guardado. Pedi permissão para consultar os documentos a um diretor da Contag, que a concedeu. Todas as vezes em que ia a sala eu era acompanhado por um funcionário da Contag. A cada visita eu recolhia um conjunto de caixas de documentos e as consultava em uma das salas de reunião que estavam vazias no Centro de Estudo Sindical Rural (CESIR). Repeti esse procedimento algumas dezenas de vezes durante os períodos que estive na Contag realizando o trabalho de campo dessa pesquisa. Conforme consultava os documentos fui me dando conta da impossibilidade de analisá-los no escopo dessa pesquisa por causa do grande volume existente¹⁵. Apesar disso, insisti na consulta para mapear o tipo de material que tinha encontrado. Nesse processo, localizei um conjunto de relatórios anuais da Contag, sobretudo dos anos 1970, 1980 e começo dos 1990.

Ao ler aqueles relatórios percebi que eles eram uma fonte de pesquisa interessante, pois tinham uma minuciosa descrição das atividades desenvolvidas pela Confederação ao longo de cada ano. Logo me lembrei que o NMSPP também tinha alguns relatórios anuais e que eles poderiam me ajudar a compor uma coleção mais completa do material.

Contudo, os documentos disponíveis na Contag e no NMSPP eram, principalmente, dos anos 1970, 1980 e primeira metade dos 1990. Para localizar os relatórios da segunda metade dos anos 1990 e dos anos 2000, consultei os diretores/as e assessores/as da Contag. Minha intenção era reunir o maior número de relatórios anuais possíveis para ter uma série histórica das informações mais relevantes sobre a atuação da Confederação.

Contudo, não foi possível localizar muitos dos relatórios mais recentes. Alguns fatores contribuíram para a dificuldade em localizar esse material, entre eles: 1) a ausência ou descontinuidade de uma política deliberada e centralizada de gestão documental na entidade; 2) a dispersão dos documentos mais recentes provocada principalmente por duas razões. Em primeiro lugar pela divisão da organização interna da Contag em diretorias temáticas por áreas de atuação (política agrícola, política agrária, assalariados rurais etc.) desde 1990. Com isso, a produção documental de cada diretoria tende desde então a ser guardada pela própria secretária, aumentando a descentralização da guarda de documentos. Em segundo lugar, pela adoção do uso de computadores e internet pela Contag, que aos poucos intensificou a produção e circulação de documentos muitas vezes somente por meio eletrônico. Isso fez aumentar a dificuldade em reunir, organizar e armazenar os documentos de forma integrada. Antes do uso do computador, todos os documentos que entravam e saíam da Contag passavam pelo protocolo da entidade. Isso garantia um certo controle e centralização do material documental.

¹⁵ O volume de documentos existentes é significativo, mas segundo assessores/as mais antigos da Contag, existia muito mais documentos antes das perdas tidas ao longo das últimas décadas.

Durante a busca dos relatórios mais recentes, nenhuma pessoa que consultei entre diretores/as e assessores/as da Contag sabia ao certo onde estavam. O que consegui identificar foram alguns relatórios dos anos 2000 junto com a assessoria da Secretaria Geral da Contag (gestão 2013-2017). A tabela a seguir sintetiza a relação de relatórios anuais da Contag localizados, a origem de cada um deles e algumas observações, quando for o caso. Os espaços em branco significam que nenhum documento para aquele ano foi localizado.

Tabela 1 – Relação dos relatórios anuais da Contag localizados

ANO	ORIGEM	OBSERVAÇÕES
1970	NMSPP	
1971	NMSPP	
1972	AF/Contag	
1972-1974	AF/Contag	Relatório Trienal
1973		
1974		
1975	NMSPP	
1976		
1977	NMSPP	
1978		
1979	NMSPP	
1980	NMSPP	
1981	AF/Contag	
1982	AF/Contag	
1983	AF/Contag	
1984	AF/Contag	
1985	AF/Contag	
1986	AF/Contag	Versão preliminar.
1987	AF/Contag	
1988	AF/Contag	
1989	AF/Contag	Versão preliminar.
1990		
1991	AF/Contag	
1992	AF/Contag	
1993	AF/Contag	
1994	AF/Contag	
1995	AF/Contag	Versão preliminar.
1996		
1997		
1998		
1999		
2000		
2001		

2002		
2003		
2004		
2005		
2006		
2007		
2008	AD/Contag	Apresentação em ppt do relatório.
2009	AD/Contag	
2010	AD/Contag	
2011	AD/Contag	
2012	AD/Contag	
2013	AD/Contag	Apresentação em ppt do relatório.
2014	AD/Contag	Versão preliminar.

Legenda:

AF/Contag: Arquivo Físico/Contag

AD/Contag: Arquivo Digital/Contag

Mesmo com a coleção incompleta dos relatórios anuais, decidi construir um banco de dados para mapear a ação da Contag ao longo dos anos 1970 e 1980 com base nos documentos identificados. Acreditava que poderia suprimir as lacunas dos anos para os quais não tinha relatório utilizando os jornais e boletins da Contag¹⁶. Mas no decorrer da construção do banco de dados desisti desse plano, como explicarei a seguir.

O relatório da Contag é um documento síntese das atividades desenvolvidas pela confederação ao longo do ano. O documento é feito e apresentado anualmente ao Conselho de Representantes da Contag. Foi possível utilizar os relatórios produzidos entre 1970 e 1985 para compor o banco de dados porque esses documentos possuem uma estrutura interna semelhante: uma primeira parte de caráter mais descritiva na qual são apresentados os grandes temas e atividades que foram foco da atuação da Confederação ao longo do ano, como os temas tratados na política agrária, agrícola, dos assalariados etc. E uma segunda parte composta por anexos com listas de atividades realizadas pela Confederação, tais como cursos, reuniões internas, reuniões com outras entidades (internacionais, de classe, do Estado etc.), palestras proferidas, participação em solenidades etc. A segunda parte foi a principal fonte de dados para o banco de dados. No final dos anos 1980 o relatório mudou as suas características, passando a apresentar principalmente apenas a primeira parte referente à descrição dos temas e atividades. Além disso,

¹⁶ Os Boletins/Jornais O Trabalhador Rural e Boletins/Jornais da Contag foram publicações produzidas pela própria Contag desde os anos 1960 e publicadas com periodicidade variada ao longo do tempo com as principais notícias e matérias informativas e formativas para o público da confederação. O nome da publicação mudou ao longo do tempo.

os documentos passaram a ser mais sintéticos. Se nos anos 1970 e 1980 os relatórios tinham geralmente cerca de 150 páginas, no final dos anos 1980 e nos 1990 continham normalmente cerca de 50 páginas. Os mais recentes, dos anos 2000, são ainda mais sintéticos.

Com isso, os dados descritos no relatório que subsidiaram a construção do banco de dados ao longo dos anos 1970 e 1980 não existiam para os anos subsequentes. Foi então que percebi que o preenchimento dos dados para os anos 1990 e 2000 com base no material disponível mudaria o caráter do banco de dados, que foi elaborado buscando respeitar o modo como as informações eram descritas no relatório. Como o conteúdo passou a ser descrito de outra maneira, eu produziria outro tipo de banco de dados a partir dos anos 1990, com menos *inputs* e detalhes do que antes, assim como com diferentes lógicas de classificação das atividades da Contag, uma vez que elas não estavam mais sintetizadas no anexo do relatório as atividades. A insistência na realização do banco de dados com o uso de informações diferenciadas poderia me conduzir, por exemplo, à conclusão de que a atuação da Contag recrudescera ou mudou significativamente. Mas a partir da leitura dos relatórios uma afirmação possível era que a Contag alterou apenas a maneira como descrevia a sua atuação nesses documentos.

Nesse momento, também percebi que não valeria a pena manter a lógica de construção do banco de dados com base nos jornais da Contag porque a descrição da atuação da entidade nos periódicos e nos relatórios anuais era bastante diferente. Enquanto nos relatórios anuais havia um detalhamento de cada ação desenvolvida, os jornais descreviam as principais mobilizações nacionais e também diversas notícias locais da atuação do movimento sindical nas regiões, estados e municípios. Com isso, mais uma vez, os dados seriam subdimensionados para os anos em que eu utilizasse os jornais como fonte quando comparados aos anos em que eu usei os relatórios dos anos 1970 e 1980 como referência, o que também poderia me levar a conclusões incorretas sobre a atuação da Contag, que teriam mais a ver com os dados disponíveis nos documentos do que com a atuação da Contag em si.

Apesar de não ser possível ter um banco de dados como planejei *a priori*, mantive o plano de elaborar o banco de dados sobre a atuação da Contag com base nos relatórios anuais dos anos 1970 e 1980 por dois motivos principais:

- 1) por reconhecer que os relatórios anuais traziam dados inéditos sobre a atuação da Contag no período. Vale lembrar que é mais difícil encontrar fontes sobre a atuação da Contag nessas décadas e também fazer entrevistas com as pessoas que atuaram na confederação naquele momento, seja porque já morreram, porque são pessoas de idade avançada e já não têm mais disponibilidade para conceder entrevistas ou se lembram pouco daquele momento, e porque as

pessoas que atuaram naquele período estão em diferentes locais do país e no contexto dessa pesquisa não havia recursos para viajar para vários estados;

2) porque considero inédita e profícua a possibilidade de sistematizar os dados disponíveis nos relatórios em um banco de dados sobre a atuação de um movimento social tendo como fonte documentos produzidos pelo próprio movimento. Isso significa ter a narrativa do próprio movimento sobre a sua atuação. E esse aspecto é original entre as pesquisas que trabalham com banco de dados de eventos de protesto porque elas, em sua maioria, utilizam como fontes materiais de imprensa. Ou seja, narrativas produzidas por atores externos ao movimento¹⁷. Um dos relatórios consultados apresenta uma breve observação sobre o documento em si que ajuda a entender como o relatório era concebido pela Contag

O relatório ora apresentado ao Conselho de Representantes da Contag não deve ser apreciado somente como uma simples descrição de atividades realizadas ou tabulação de dados estatísticos. Ele representa também uma forma de atuação, uma posição firme e decidida em favor de uma causa e a crença, dos que fazem a Contag, no trabalhador rural e nos seus órgãos de classe (CONTAG, 1977, p. 2).

Em resumo, o banco de dados foi concebido como uma maneira de organizar os dados de modo a construir um mapeamento sistemático de como a Contag atuou em determinado período, a partir de sua própria narrativa.

Por outro lado, o processo de construção do banco de dados me ofereceu ideias sobre como abordar o estudo da atuação dos movimentos sociais. Com isso, o banco acabou funcionando como amostra e a partir dele pude fazer inferências sobre como tratar o problema de pesquisa. Portanto, a partir disso, desenvolvi um modelo de análise do estudo da atuação de movimentos sociais. O caminho percorrido para chegar a esse modelo é o tema da seção seguinte. Vale destacar que não ambiciono com isso propor um modelo geral e genérico de análise de movimentos sociais, mas ressaltar o desenvolvimento de uma abordagem própria para esse estudo que foi elaborada com base na análise dos dados obtidos na pesquisa de campo e à luz dos debates teóricos e empíricos da literatura sobre movimentos sociais. A possibilidade de uso desse modelo para outros casos é questão a ser resolvida na prática.

¹⁷ Apesar das diferenças destacadas em relação aos trabalhos que utilizam a abordagem dos eventos de protesto, a concepção do banco de dados que elaborei se inspirou na abordagem criada por Charles Tilly (1978, 1995) e, portanto, se associa e é devedor do conjunto de estudos que trabalham com esse tipo de método de pesquisa. No Brasil, essa metodologia tem servido de inspiração para autores como Angela Alonso (2015, 2017); Marcelo Kunrath, (UFRGS) que tem atualmente coordenado um projeto de elaboração de um catálogo de eventos de reivindicação coletiva no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1970 a 2010, a partir de fontes jornalísticas; e Luciana Tatagiba (NEPAC/ Unicamp) e Andreia Galvão (Cemarx/Unicamp), que têm desenvolvido uma pesquisa sobre confronto político no Brasil pós-redemocratização com base na elaboração de Banco de Dados de Protestos e Greves.

Do banco de dados à elaboração de uma abordagem de estudos de movimentos sociais

O banco de dados da atuação da Contag mapeou o conjunto de ações da Confederação entre 1970 e 1985. Não registrei no banco de dados apenas eventos de protesto, ou formas de ação coletiva, nos termos desse trabalho, mas também as ações de reprodução social do movimento. Quando se identifica somente os eventos de protesto costuma-se ignorar uma série de ações que antecedem e sucedem o protesto em si. Isso torna o trabalho de construção de um protesto e os seus desdobramentos invisíveis. E, como já mencionado, parte significativa da atuação dos movimentos sociais é dedicada a esses momentos. Perceber isso é importante para compreender e analisar de maneira mais complexa os movimentos sociais.

Outra experiência de pesquisa foi particularmente importante na percepção de que era necessário falar não só da ação coletiva, mas também das ações de reprodução social: a vivência da organização e realização da quinta edição da Marcha das Margaridas, em agosto de 2015. A Marcha das Margaridas é uma ação coletiva promovida pela Contag, federações e sindicatos do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em parceria com movimentos sociais de mulheres e centrais sindicais. Em 2015, eu me hospedei na sede da Contag nas três semanas que antecederam a realização da Marcha e uma semana após a sua ocorrência. A sede da Contag reúne escritórios, salas de reunião e centro de formação, com hospedagem, refeitório, biblioteca. Ou seja, trata-se de uma sede que concentra as principais atividades cotidianas da Confederação. Nas semanas que antecederam e nos dias que seguiram a Marcha acompanhei diversas reuniões, conversas e atividades de planejamento e desdobramentos. Ao me hospedar lá, pude observar e vivenciar o dia a dia do trabalho da Confederação nas semanas que antecederam a Marcha e entender melhor o processo de conformação de uma ação coletiva e de funcionamento da Contag. Em muitas ocasiões, colaborei com o trabalho de relatoria e sistematização das atividades em curso, o que me permitiu uma posição privilegiada de participação nessa ação coletiva. Também o trabalho de sistematização e análise dos relatórios da Contag que resultaram em um banco de dados sobre a atuação da Contag entre 1970 e 1985 me permitiu perceber de forma sistemática os esforços da confederação nas ações de reprodução social do próprio movimento.

Sobre o banco de dados, o marco inicial em 1970 se deve ao fato desse ser o ano do primeiro relatório localizado. E 1985 se justifica porque: 1) os relatórios a partir de 1986

mudaram a maneira como descreviam a atuação da Contag; 2) 1986 começa uma nova diretoria na Contag; c) 1985 é considerado por muitos pesquisadores o final do regime ditatorial. Com isso, o banco de dados se circunscreve à atuação da Contag durante a ditadura iniciada em 1964.

Três elementos são centrais no banco de dados: a ação, o tempo e os atores. O cruzamento dessas três variáveis me permite identificar: 1) padrões de atuação da Contag ao longo do tempo; 2) padrões de articulação de atores de acordo com: a) o tipo de evento; b) o contexto histórico.

Em relação à ação, procurei respeitar a maneira como a Contag nomeava as suas próprias atividades ao incluir os dados no banco. Muitas vezes, foi preciso uniformizar a nomenclatura para garantir a comparação dos dados. As ações foram descritas em sua maioria considerando as características, objetivos e/ou a relação estabelecida entre a Contag e seu interlocutor. Um critério secundário usado na descrição das ações foi considerar os termos utilizados pela literatura de movimentos sociais e, mais especificamente, a literatura que trabalha com bancos de dados de eventos de protesto.

O tempo no banco de dados se refere ao ano no qual a ação foi desenvolvida e é importante por ressaltar a historicidade da ação analisada. Por fim, os atores se referem aos sujeitos em relação e que nas suas práticas dão materialidade à ação. No banco de dados, separei os atores em três tipos diferentes: 1) Contag, sempre presente nas ações. Era critério para inclusão de uma ação na tabela ela ter sido protagonizada pela Confederação; 2) instância do Estado com a qual a Contag se relacionou na ação, se foi o caso; 3) outros atores, incluindo aqui outras instâncias do movimento sindical (regional, estadual ou local), outros movimentos sociais, organizações e instituições não estatais.

Além disso, registrei no banco de dados informações referenciais sobre a fonte consultada que permitissem a mim ou a qualquer outro pesquisador refazer os caminhos de pesquisa; a quantidade de vezes que a ação se repetiu em cada ano; e observações sobre o conteúdo da ação descrita que poderiam servir de subsídio na análise futura do tema, quando era o caso.

Na tabela abaixo, a relação das ações mapeadas em ordem alfabética:

Tabela 2 - Ações da Contag

1	Abaixo-assinado
2	Ação dirigidas a empresas
3	Ação institucional (poder executivo estadual)
4	Ação institucional (poder executivo federal)
5	Ação institucional (poder judiciário)

6	Ação institucional (poder legislativo estadual)
7	Ação institucional (poder legislativo federal)
8	Ação institucional (poder legislativo municipal)
9	Ações de expansão do Sistema Contag
10	Apoio e/ou participação em atividades promovidas por entidades de base da Contag
11	Articulação com instituições da sociedade civil
12	Articulação com instituições de classe
13	Articulação com instituições internacionais
14	Articulação com instituições religiosas
15	Atividade de avaliação, estudo, debate ou planejamento da Contag
16	Atividades administrativas, financeiras e eleitorais
17	Atividades de formação da Contag
18	Campanhas
19	Campanhas salariais
20	Concessão de entrevista
21	Eventos
22	Manifestações coletivas
23	Outros
24	Participação da Contag em palestras e atividades de pesquisa
25	Publicações

Para uma descrição mais detalhada do significado de cada uma das ações, ver o anexo

1. O passo seguinte foi classificar as ações identificadas em uma **tipologia da ação da Contag**. Ou seja, reuni as ações que tinham conexões/afinidades entre si conforme a categoria abaixo:

- 1) **Ações internas:** ações promovidas pela Contag que garantem o funcionamento do próprio movimento;
- 2) **Ações de articulação com atores não estatais:** as diferentes formas de atuação da Contag com atores não estatais.
- 3) **Ações dirigidas à sociedade:** ações coletivas feitas pela Contag que buscam promover mudanças na sociedade;
- 4) **Ações dirigidas ao Estado:** ações coletivas feitas pela Contag de articulação, demanda ou contestação a alguma instância do Estado;
- 5) **Ações dirigidas à sociedade e Estado:** ações nas quais a Contag tem um foco de mudança societária e também de articulação, demanda ou contestação a alguma instância do Estado;

Conforme analisei os dados para construir o banco de dados, fui percebendo outras dinâmicas que não eram o centro inicial da minha atenção, mas que me pareceram fundamentais

para analisar a atuação da Contag de uma maneira mais holística. Assim, percebi que as ações dirigidas ao Estado eram, em muitos casos, também dirigidas à sociedade. Outras ações eram basicamente dirigidas somente à sociedade. E há ainda todo um trabalho de articulação com outros atores não estatais que é parte fundamental da atuação dos movimentos sociais. E, finalmente, o trabalho que classifico como de ações internas do movimento social que dá conta das atividades desenvolvidas pelo movimento sociais que garantem o seu funcionamento e qualificação. Nesse ponto, analisar somente as ações da Contag dirigidas ao Estado me pareceu insuficiente para entender as dinâmicas de atuação da confederação (e, portanto, de um movimento social). Essas diferentes dimensões precisam ser analisadas em relação e em conjunto e por isso ganharam importância central no modo como analiso a atuação da Contag nesse trabalho, passando a ser o meu foco de análise.

Ou seja, na prática, essas situações se sobrepõem. Classificar uma ação como direcionada ao Estado, à sociedade ou de articulação com atores não estatais depende do foco pelo qual se olha. O caso do Grito da Terra Brasil (GTB), por exemplo, é ilustrativo disso. O Grito da Terra é uma mobilização anual feita pela Contag desde 1994 cujo foco é uma ação de negociação de políticas pública com o Estado, mas que também envolve mobilizações de rua. Contudo, na sua origem, foi feito por meio da articulação entre diversos movimentos sociais e outros atores, que compartilhavam uma liderança conjunta. Por isso, o estudo do GTB poderia focar o processo de articulação e mobilização de movimentos sociais e outros atores para a sua efetivação. Com isso, poderia classificar essa ação na categoria “ações de articulação com atores não estatais”. Ainda, se quisesse entender os efeitos pedagógicos e formativos da ação para a prática sindical poderia entender o papel do GTB como parte de uma ação interna da Contag. Contudo, como preferi analisar o esforço de ação do Grito voltado para o Estado, classifiquei e analisei essa situação como uma ação dirigida ao Estado.

A tabela a seguir descreve a correspondência entre as ações e a tipologia das ações, identificando quais delas compõe cada categoria. Por fim, identifiquei entre as tipologias de ação quais correspondem prioritariamente às ações de reprodução social e quais constituem as formas de ação coletiva.

Tabela 3 - Tipologia das ações

Formas de ação		Tipologia das ações				
		Ações de reprodução social		Ações coletivas		
		Ações internas	Ações de articulação com atores não estatais	Ações dirigidas à sociedade	Ações dirigidas ao Estado	Ações dirigidas à sociedade e Estado
1	Abaixo-assinado					
2	Ação dirigidas a empresas					
3	Ação institucional (poder executivo estadual)					
4	Ação institucional (poder executivo federal)					
5	Ação institucional (poder judiciário)					
6	Ação institucional (poder legislativo estadual)					
7	Ação institucional (poder legislativo federal)					
8	Ação institucional (poder legislativo municipal)					
9	Ações de expansão do Sistema Contag					
10	Apoio e/ou participação em atividades promovidas por entidades de base da Contag					
11	Articulação com instituições da sociedade civil					
12	Articulação com instituições de classe					
13	Articulação com instituições internacionais					
14	Articulação com instituições religiosas					
15	Atividade de avaliação, estudo, debate ou planejamento da Contag					
16	Atividades administrativas, financeiras e eleitorais					
17	Atividades de formação da Contag					
18	Campanhas					

19	Campanhas salariais					
20	Concessão de entrevista					
21	Eventos					
22	Manifestações coletivas					
23	Outros					
24	Participação da Contag em palestras e atividades de pesquisa					
25	Publicações					

A classificação das experiências da Contag em ações e a construção das categorias têm finalidade exclusivamente analítica. A classificação das ações de um movimento social em uma tipologia de cinco tipos reduz e limita o que o movimento social faz. Por isso, assumindo os limites dessa classificação, entendo essa tipologia como um tipo ideal, um instrumento teórico analítico (WEBER, 1979), na medida em que existe no plano das ideias sobre os fenômenos e não nos próprios fenômenos. Cohn comenta que os tipos ideais são um "[...] recurso metodológico para ensejar a orientação do cientista no interior da inesgotável variedade de fenômenos observáveis na vida social. Consiste em enfatizar determinados traços da realidade [...] até concebê-los na sua expressão mais pura e consequente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis" (COHN, 2003, p. 8).

Foi essa abordagem que orientou a leitura, sistematização e análise das demais fontes de pesquisa recolhidas. Contudo, mantendo a coerência ao modo pelo qual desenvolvi essa abordagem, não tratei esse modelo como algo rígido e imutável, mas como orientação para entender a atuação da Contag. Esse modelo poderia ter sido alterado se fosse necessário, mas ele se mostrou suficiente para os propósitos dessa pesquisa.

Dessa forma, tratarei cada um dos tipos de ação identificados a partir de casos emblemáticos das ações da Contag. Utilizo a noção de casos emblemáticos inspirado na abordagem desenvolvida pela Comissão Camponesa da Verdade (ver SAUER et. al., 2015)¹⁸. Casos emblemáticos da ação da Contag serão ações que podem ser entendidas como metonímias da tipologia de ação analisada por permitir a partir dela o entendimento do todo pela parte.

Os demais métodos de pesquisa empregados

Os métodos de pesquisa devem ser pensados em diálogo com o problema de pesquisa. Muitas vezes, apenas um método não é suficiente para tratar o problema e por isso é preciso

¹⁸ “[...] a CCV trabalhou, parcialmente, com a noção de “caso emblemático” – episódio importante, historicamente circunscrito, ou um processo temporal mais longo, envolvendo pessoa, grupo de pessoas e comunidades inteiras – como situações e episódios que exemplificam a violência, a violação de direitos e as diversas formas de repressão no campo. São exemplos, no sentido de evento ou episódio particular, que, ao serem resgatados, (re)construídos e recontados, explicitam ações e violações por parte do Estado e de seus agentes” (SAUER et. al., 2015, p. 26-27).

utilizar diferentes ferramentas de pesquisa de maneira conjugada. É o que fiz nesse trabalho por meio do uso da/das:

- 1) Análise de documentos produzidos pela Contag ou demais instâncias do movimento sindical de trabalhadores/as rurais, tais como: jornais, boletins, relatórios, anais de congressos etc.;
- 2) Entrevistas feitas por mim e por terceiros com antigos e atuais diretores/as e assessores/as da Contag;
- 3) Observação participante;
- 4) Análise da literatura acadêmica sobre o movimento sindical dos trabalhadores/as rurais.

Ao todo, fiz 25 entrevistas, com aproximadamente 50 horas de gravação. Além disso, consultei mais 15 entrevistas feitas por terceiros para outros contextos de pesquisa, mas que tratavam da atuação da Contag ou de outras instâncias do movimento sindical.¹⁹

A observação participante aconteceu em diferentes situações, relacionadas abaixo:

- 1) Participação no 11º (2013) e 12º (2017) Congressos da Contag;
- 2) Participação na 5ª Marcha das Margaridas (2015);
- 3) Atuação como consultor em dois convênios da Contag com o MDA (2011 e 2015/2016), o que me fez ir à sede da Confederação em diversas ocasiões;
- 4) Estádias na Contag para acompanhamento de atividades cotidianas e realização de entrevistas no segundo semestre de 2015.

O trabalho de campo realizado pode ser entendido no que se tem chamado de etnografia multisituada, que consiste na observação específica de eventos, situações, contexto e pessoas conectadas (HANNERZ, 2003).

A minha inserção em campo foi facilitada devido a minha trajetória de pesquisa acadêmica e atuação profissional prévias sobre e com a Contag. A proximidade que tenho deste movimento me garantiu acesso ao acervo, aceite de entrevistas e possibilidade de participar de espaços e atividades que me permitiram conhecer com mais profundidade o universo estudado. Sem essa trajetória eu não teria tido acesso às experiências e proximidade dos diretores e assessores.

Tanto na graduação como no mestrado estudei o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. O foco, porém, era a luta pela terra no Rio de Janeiro, sendo a atuação do

¹⁹ Ver tabela com as entrevistas feitas e consultados no anexo 2 desse trabalho.

movimento uma das dimensões da pesquisa. Em 2011, trabalhei como consultor da Contag em um projeto na política de desenvolvimento territorial. Depois disso, entre 2015 e 2016, trabalhei em outro projeto que também se concentrava em políticas públicas, mas o foco dessa vez estava no crédito fundiário. Ambos os projetos foram coordenados pela Contag e realizados em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. E, nos dois, trabalhei na elaboração de diagnósticos e relatórios sobre as políticas públicas e sobre a atuação do movimento sindical em relação a essas políticas. Também organizei e promovi cursos de formação com trabalhadores e trabalhadoras e participei de atividades e reuniões nacionais e regionais, com membros da Contag e atores estatais.

Pude ainda aprofundar a minha relação com a Contag na atuação em cursos formativos com trabalhadores e trabalhadoras quando passei a colaborar com os cursos de formação desenvolvidos pela Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc), desde 2011. Desde então contribuí eventualmente com o planejamento e execução de etapas estaduais (no Rio de Janeiro, em colaboração com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro – Fetag/RJ) e regionais (Sudeste) dos cursos.

Por tudo isso, essa tese buscou conciliar o compromisso militante e a análise crítica da vida social. O compromisso militante significa que tenho uma empatia pela agenda e trabalho com movimentos sociais do campo popular. A análise crítica significa interpretar a vida social com a intenção de produzir conhecimento crítico sem se limitar à reprodução da voz dos atores sociais (BRINGEL, 2012).

Divisão da tese

A tese está dividida em cinco capítulos, além dessa introdução, considerações finais, referências bibliográficas e apêndice. No capítulo um apresento os conceitos fundamentais que orientam os debates da tese: movimentos sociais, ações de reprodução social, formas de ação coletiva. Além disso, desenvolvo os termos da abordagem para tratar da relação entre movimentos sociais e Estado; e situo esse estudo no âmbito de uma sociologia relacional com especial sensibilidade para reconhecer a importância do tempo e dos atores como categorias centrais para a análise da atuação da Contag (ações coletivas e de reprodução social).

No capítulo dois apresento de forma sintética a trajetória da Contag a partir de uma periodização elaborada principalmente a partir dos marcos internos do MSTTR, conforme

destacado nos documentos analisados e nas entrevistas realizadas, principalmente, em diálogo com o contexto histórico. A periodização feita se dividiu em sete fases, a saber: 1) antecedentes e fundação da Contag (anos 1950-1964); 2) golpe de 1964 e intervenção; 3) da eleição de José Francisco da Silva até o 3º Congresso (1967-1979); 4) a retomada das lutas de massa (1979-1990); 5) reestruturação da Contag (1990-1995); 6) filiação a CUT e criação do PADRS (1990-1995); 7) da desfiliação a CUT até a dissociação sindical (2009-2015).

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo das ações de reprodução social da Contag. Nele retomo as linhas gerais da noção, descrevo as situações nas quais a Contag atua e que constituem o que denomino de ação de reprodução social e analiso dois casos emblemáticos. O primeiro são os Congressos da Contag, tipo de ação referente às ações internas da Contag. Entre 1963 e 2015 a Contag promoveu 11 edições. A partir desse caso, procuro mostrar a importância dessa atividade para o funcionamento e perenidade da instituição, descrevendo como as decisões tomadas nesses eventos definem o rumo político da entidade e ajudam a entender as ações coletivas desenvolvidas pelo MSTTR. O segundo caso analisado é o da atuação da Contag na Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado (Coprofam). Por meio desse exemplo procuro esmiuçar a maneira como a Contag tem desenvolvido ações em parceria com atores não estatais. Nesse caso, destaco as articulações feitas pela Contag com entidades internacionais de representação de camponeses e agricultores familiares e camponeses no âmbito do Mercosul, cuja atuação conjunta acabou gerando a constituição da Coprofam. Esse caso é particularmente interessante por ressaltar a atuação da entidade para além do âmbito nacional.

Já o capítulo quatro é dedicado para o estudo das ações coletivas ao longo do tempo. Aqui, utilizei dois critérios para a escolha das situações analisadas: escolhi casos que abarcassem diferentes momentos históricos da Contag e que abrangessem cada uma das três tipologias que conformam as formas de ação coletiva da Contag: ações dirigidas à sociedade; ações dirigidas ao Estado; e ações dirigidas à sociedade e Estado. Dessa forma, nesse capítulo, trato da: 1) luta com base na legislação (anos 1960-1970); 2) campanhas salariais (1978-anos 1980); 3) Grito da Terra Brasil (1994-2015).

Finalmente, no quinto e último capítulo, examino a Marcha das Margaridas (2000-2015) como uma ação coletiva e ação de reprodução social ao longo de quinze anos de existência da mobilização e procurando destacar a contribuição das mulheres nessa história. O que procurei fazer aqui foi trabalhar de forma sistemática e conjunta a análise das ações coletivas e de reprodução social, mostrando como ambas estão imbricadas e não existem sem a outra. Espero com isso mostrar como a abordagem que junta as duas pontas dessa atuação de um movimento

social tem maiores probabilidades de ter uma explicação mais completa da atuação dos movimentos sociais.

Nas considerações finais procuro por um lado destacar as principais potencialidades, desafios e limites da abordagem apresentada e por outro lado fazer uma breve reflexão sobre a atuação da Contag vis-à-vis à atuação de outros movimentos sociais no país a partir da literatura sobre o tema.

1 ABORDAGENS RELACIONAIS PARA PESQUISA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

Esse capítulo está dividido em cinco seções. As três primeiras são dedicadas à apresentação dos conceitos orientadores desse trabalho: movimentos sociais; formas de ação coletiva; e ações de reprodução social. A quarta parte é voltada à reflexão sobre a relação entre movimentos sociais e Estado, aspecto central nesse estudo. Finalmente, na última seção, descrevo os termos gerais do enfoque transversal à tese: uma abordagem relacional centrada na importância do ator e do tempo para o estudo da atuação dos movimentos sociais.

Nesse trabalho, formas de ação coletiva se referem às maneiras pelas quais os movimentos sociais atuam publicamente para alcançar determinados objetivos. Alguns exemplos são as marchas, passeatas, greves, participação em conselhos, ações na justiça. Já as ações de reprodução social são atividades que criam as condições necessárias para o desenvolvimento das ações coletivas e para a própria existência e perenidade dos movimentos sociais.

Em linhas gerais, há no campo de estudos sobre movimentos sociais duas abordagens principais que se dividem em explicações mais estruturais ou mais culturais da atuação dos movimentos sociais. A primeira se aproxima mais da problemática da ação coletiva e a segunda da reprodução social.

Entre os estudos cuja abordagem se centra principalmente nas questões estruturais e na ação coletiva estão aqueles vinculados à teoria da mobilização de recursos e teoria do processo político, só para citar algumas das abordagens mais amplamente conhecidas²⁰.

A teoria mobilização de recursos tem como um dos seus expoentes o trabalho de John D. McCarthy e Mayer N. Zald (1977), quem propõem uma abordagem racional dos movimentos sociais. Rejeitando teorias psicologizantes sobre a adesão de participantes em movimentos sociais, os autores destacam que a mobilização de participantes em movimentos sociais deve ser entendida a partir de um cálculo individual e racional dos benefícios e custos de mobilização. Trata-se de investigar os recursos necessários que tornam uma mobilização possível. Uma das principais inspirações dessa concepção é a teoria da ação racional, de Mancur

²⁰ Nos parágrafos que se seguem procurarei descrever de forma breve e esquemática as principais ideias de algumas abordagens centrais no estudo sobre movimentos sociais com o objetivo de situar o debate que proponho aqui num contexto mais amplo das pesquisas sobre o tema. Esforços de revisão da literatura teórica sobre movimentos sociais já foram feitos por diversos autores, entre os quais, destaco alguns: McAdam, McCarthy e Zald (1996), Gohn (1997), Goodwin e Jasper (2003), Alonso (2009), Medeiros (2012).

Olson (1965, 1999), cujo trabalho procurou explicar o comportamento de indivíduos racionais que se associam para a obtenção de algum benefício coletivo.

A teoria do processo político também focou sua atenção na pesquisa sobre ação coletiva para além de movimentos sociais, ampliando seu escopo de investigação para experiências históricas de revoluções, rebeliões, nacionalismo e terrorismo, entre outros temas. Para se referir às ações coletivas conhecidas e que se repetem ao longo do tempo em determinados períodos históricos e são utilizadas por ativistas em suas mobilizações esses autores utilizam o conceito de repertórios de ação coletiva. O principal autor dessa vertente e formulador do conceito de repertórios é Charles Tilly (1978). Também têm destaque nessa abordagem os trabalhos de Sidney Tarrow (1989) e Doug McAdam (1999), principalmente. Um dos conceitos-chave dessa corrente teórica é o de oportunidades políticas, que em linhas gerais se refere à relação entre um grupo e o mundo ao seu redor. O que o conceito busca apreender são os incentivos e os constrangimentos políticos que facilitam ou limitam as possibilidades de ação. Nesse contexto, Tarrow (2009) desenvolveu o conceito de ciclo de confrontos, que acontece quando o confronto se espalha por toda a sociedade. Tarrow destaca que os ciclos de confronto são influenciados pelas oportunidades políticas. De acordo com Alonso (2009), em texto no qual faz um balanço teórico dos estudos sobre movimentos sociais, essa abordagem adicionou aspectos culturais em sua explicação das ações coletivas ao destacar que a coordenação entre ativistas é crucial para a formação de mobilizações e para que isso aconteça é fundamental o desenvolvimento da solidariedade entre atores. Porém, o foco nas oportunidades políticas é predominante nessa abordagem.

Essas teorias foram elaboradas tendo como universo empírico movimentos sociais e ações coletivas da Europa e Estados Unidos. Em síntese, alguns dos principais termos de debate desses campos de investigação são: organizações, escolha racional, estruturas de mobilização, distribuição de recursos materiais, repertório de ação coletiva, estrutura de oportunidades políticas e ciclo de protesto. Embora tenham força explicativa para determinadas situações, essas abordagens deram pouca atenção ao papel dos sujeitos, cultura e valores em seus modelos explicativos.

Por sua vez, outras vertentes dos estudos sobre movimentos sociais tenderam a olhar mais para os aspectos culturais e sociais das mobilizações coletivas, ressaltando o papel dos sujeitos e da cultura. Essa linha interpretativa se aproxima do debate que faço aqui por meio do termo ações de reprodução social dos movimentos sociais. Digo que se aproxima porque com o termo ações de reprodução social procuro ressaltar não só os aspectos culturais da ação coletiva, mas, mais do que isso, destacar o processo de constituição social e perenidade do

sujeito coletivo que atua coletivamente ao longo do tempo, dimensão importante para que se tenha um entendimento mais amplo da atuação dos movimentos sociais e se entenda essas experiências históricas de uma forma multidimensional.

A abordagem cultural do estudo dos movimentos sociais costuma ser mais identificada com os trabalhos reunidos em torno do que se convencionou chamar de teoria dos Novos Movimentos Sociais, cujos expoentes são, principalmente, autores como Alain Touraine e Alberto Melucci. O foco dessas abordagens é entender como indivíduos e grupos percebem e interpretam as condições materiais, procurando destacar o papel cognitivo, afetivo e de valores na emergência das mobilizações coletivas.

Touraine ficou conhecido por suas formulações que ganharam relevo com a publicação do trabalho “O retorno do ator”, em 1984, entre outros estudos. O enfraquecimento da indústria e do trabalho como principais características organizadoras da sociedade e o crescimento da dominação cultural por meio do controle da informação e da técnica levaram o sociólogo francês a caracterizar a sociedade daquele momento como “pós-industrial”. Nesse contexto, o fator organizador dos movimentos sociais não eram mais os conflitos no universo do trabalho ou contra o Estado, mas aqueles que marginalizavam os atores a partir de padrões socioculturais estabelecidos. Dessa forma, os atores agiam no âmbito da sociedade civil em busca de mudanças de valores. Entre os casos de estudo de Touraine estavam os movimentos de negros, mulheres e ambientais.

Já os trabalhos de Melucci procuraram analisar as identidades coletivas produzidas por meio da ação política. Para o autor, a ação dos movimentos sociais está estreitamente relacionada à vida cotidiana e à experiência individual. No quadro da sociedade complexa, conforme expressão do autor, “os conflitos sociais mobilizam atores que lutam para se apropriar da possibilidade de dar sentido ao seu agir; atores que buscam tornar-se sujeitos da própria ação e de produzir significados autônomos em relação ao espaço e tempo” (MELUCCI, 2001, p. 9-10). Ao falar dos movimentos na sociedade contemporânea, Melucci indica que

os movimentos não são personagens que se movem com a unidade de fins que lhes é atribuída pelos ideólogos. São sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores (MELUCCI, 2001, p. 23).

De acordo com Alonso, “os novos movimentos sociais seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas” (2009, p. 64). Em resumo, as

principais categorias nessas abordagens são: identidades coletivas, experiência, cotidiano, subjetividade e emoções. Um dos principais limites da teoria dos Novos Movimentos Sociais é negligenciar a relação dos movimentos sociais com a dinâmica político-institucional.

Dessa forma, grosso modo, há um quadro interpretativo sobre os movimentos sociais que por um lado busca entender os movimentos sociais se centrado na ação coletiva e por outro lado focando nos aspectos culturais dos sujeitos coletivos que atuam. Em comum a ambas as abordagens está o fato de negligenciarem a interdependência das ações coletivas e das ações de reprodução social para o estudo da atuação dos movimentos sociais²¹. Ao descuidarem de uma ou outra dimensão, as pesquisas sobre a atuação dos movimentos sociais deixam de analisar aspectos importantes do processo de conformação dos movimentos sociais e das suas ações, limitando a capacidade de compreensão do fenômeno.

Em resumo, diante desse diagnóstico, proponho aqui uma abordagem analítica sobre a atuação dos movimentos sociais que considere e relacione as formas de ação coletiva (contenciosas ou não) e as ações de reprodução social como dimensões interdependentes que precisam ser analisadas dessa forma para que se entenda melhor a atuação dos movimentos sociais.

Interdependência é um termo central na sociologia de Norbert Elias, usado para se referir às conexões estabelecidas entre indivíduos na conformação de figurações específicas. As figurações buscam ajudar na compreensão das relações sociais, focalizando a interdependência entre as ações individuais e as ações sociais, ao invés de pensar de maneira causal e unilinear os processos sociais (ELIAS, 2006; 2008). A abordagem de Elias é a referência que utilizo aqui para conformar o esquema analítico de compreensão da atuação dos movimentos sociais, considerando as formas de ação coletiva e as ações de reprodução social dos movimentos sociais como aspectos interdependentes. Na essência, essa abordagem procura se orientar para o que se convencionou chamar de sociologia relacional. Apesar das diferenças existentes entre os diversos enfoques relacionais, há um certo consenso entre eles da importância em se considerar como unidade social básica as relações sociais em vez de atores ou estruturas (EMIRBAYER, 1997).

Para explicar a abordagem mencionada, recorro a uma metáfora relativamente conhecida e já utilizada anteriormente, mas potente em sua capacidade elucidativa²². Comparo

²¹ Tentativas de superar a dicotomia entre as abordagens mais estruturais e mais culturais já foram feitas, como é o caso do trabalho de Tarrow (2009), cuja primeira edição é de 1998.

²² Essa metáfora foi utilizada, por exemplo, por Clemens e Hugges (2002) e citada por Bringel em trabalho no qual o autor analisa a obra de Charles Tilly. “Em várias de suas dimensões, os movimentos sociais são como icebergs, com grande parte da sua vida acontecendo por debaixo da superfície visível (CLEMENS; HUGHES,

as formas de ação coletiva dos movimentos sociais com a parte de um iceberg que emerge no mar e é vista por quem está na superfície da água, como um marinheiro. Contudo, há uma parte do iceberg submersa nas águas e que só pode ser vista por quem observa a grande pedra de gelo mergulhado no mar, como um mergulhador. É tarefa do pesquisador ser marinheiro e mergulhador: navegar ao redor do iceberg e observar a grande pedra de gelo que desponta do mar; e mergulhar para conhecer as partes não visíveis do iceberg quando vistas da superfície²³. Note que a parte visível e a não visível do iceberg são dimensões interdependentes de um todo. Elas podem ser descritas separadamente, porém não podem ser bem entendidas se não forem consideradas em seu conjunto de forma articulada. Recorro a essa metáfora para argumentar que uma explicação mais complexa da atuação dos movimentos sociais deve pensar os aspectos visíveis (formas de ação coletiva) e menos visíveis (ações de reprodução social) da atuação desses atores de maneira interdependente, buscando assim uma compreensão mais holística do fenômeno social. A seguir, discutirei mais detalhadamente as noções de formas de ação coletiva e de ações de reprodução social conforme desenvolvidas neste trabalho.

1.1 Movimentos sociais como categoria analítica e empírica

Existe uma variedade de compreensões para o significado do termo movimentos sociais. Um primeiro quadro de interpretação dos movimentos sociais associou-os a movimentos revolucionários, compreendidos como mobilizações de massa que buscavam se apossar do poder de um Estado ao qual se opunham. A concepção de movimentos sociais também esteve associada ao movimento operário e aos conflitos no mundo do trabalho. Essa noção ganhou força nas interpretações marxistas, em várias das suas vertentes, e predominou desde aproximadamente 1830 até pelo menos os anos 1960 (ALEXANDER, 1998; MEDEIROS, 2012; BRINGEL; DOMINGUES, 2012).

2002, p. 212). Captar essas dimensões invisíveis para um “analista de escritório” (que normalmente tem como foco somente os aspectos visíveis da ação coletiva, ou seja, sua dimensão exógena) é fundamental” (BRINGEL, 2012, p. 57).

²³ Além da superfície, há outros elementos que influenciam na composição do iceberg, como a composição química da água do mar e do próprio iceberg e as influências externas da natureza e do homem. Menciono isso para destacar que no caso do estudo dos movimentos sociais há vários outros elementos que são importantes para a compreensão do fenômeno, como o processo de engajamento militante. Contudo, não é possível tratar em profundidade de todos eles no escopo desse trabalho.

Nos anos 1960 e 1970, a emergência de outras formas de mobilizações com o movimento negro, de mulheres, de estudantes, de contracultura, pacifistas, ambientalistas entre outros mostravam que as manifestações no Ocidente não podiam mais ser entendidas a partir de concepções estritamente classistas. Os movimentos emergentes colocavam em debate problemáticas que envolviam esferas da vida que não se reduziavam apenas à produção e ao trabalho. Surgiam questões como o reconhecimento de identidades étnicas, de gênero e geração, demanda por acesso à ampliação de direitos sociais e políticos, recusa à guerra e defesa da preservação do meio ambiente etc. Em resumo, os movimentos sociais que apareceram nos anos 1960 e 1970 se caracterizaram pela multiplicidade de atores, diversidade de planos e instrumento de transformação social e por serem irredutíveis em suas diferenças em uma sociedade descentrada (MEDEIROS, 2012). E, ao destacar diversos atores e demandas antes invisibilizadas, esses eventos provocaram indagações sobre a abrangência e a capacidade explicativa da noção de movimentos sociais.

A série de lutas sociais que emergiram a partir dos anos 1960, a crescente especialização acadêmica em curso na época e o interesse dos pesquisadores em estudar as mobilizações sociais que apareciam fortemente em cena no período culminaram no processo de institucionalização acadêmica dos estudos sobre movimentos sociais, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Para dar conta da ocorrência destes fenômenos, alguns pesquisadores passaram a utilizar a expressão “novos movimentos sociais”. Aos “novos” se opunham os “velhos”, designação atribuída aos movimentos de caráter classista, que reuniam trabalhadores de determinadas categorias. Essa classificação nem sempre foi dita de forma direta. Mas pode-se apreendê-la por silogismo. Frequentemente, usava-se a expressão “movimentos operários” ou “movimentos sindicais” para se referir aos ditos “velhos” movimentos sociais.

Craig Calhoun (1995) destacou que a oposição entre “velhos” e “novos” movimentos sociais revela uma leitura que percebe os fenômenos como uma espécie de sucessão histórica. Esse uso criou a impressão de que os “novos” movimentos sociais, como os feministas ou ambientais, sucederam os “velhos”, como os movimentos sindicais, o que de fato não ocorreu. Os ditos “novos” e “velhos” movimentos sociais convivem e se interpenetram no mesmo tempo histórico. Esse convívio produz efeitos variados um no outro. Um exemplo disso é a incorporação do debate sistemático de pautas feministas e ambientais na agenda política do movimento sindical, fenômeno que ganhou força principalmente a partir dos anos 1970. Ou como o modo de atuar coletivamente dos “velhos” movimentos sociais serviram de exemplo e influenciaram as formas de ação coletiva dos “novos” movimentos.

A diferenciação que se pode estabelecer entre os chamados “novos” e “velhos” movimentos sociais está principalmente na visibilidade que cada um deles ganhou em um dado momento. Medeiros (2012) ressalta a importância em se considerar as condições teóricas e históricas em que cada tipo de movimento descrito como “novo” e “velho” foi gestado e reflete sobre estas observações a luz da experiência brasileira. De acordo com a autora,

se olharmos, por exemplo, para a história recente do Brasil, vemos que o que foi chamado entre nós de ‘novos movimentos sociais’ (e que se constituíram em força condutora no processo de redemocratização do país) combinou com o aparecimento do que ficou conhecido como ‘novo sindicalismo’ e com a constituição de experiências políticas inovadoras que se definiram como classistas, como é o caso da formação do Partido dos Trabalhadores, no início dos anos 1980. Da mesma forma, as ocupações de terra que passaram a ocorrer com intensidade desde o final dos anos 1970, reafirmaram a questão fundiária de uma maneira fortemente classista, revigorando a oposição entre as diversas formas de trabalho no campo e o ‘latifúndio’, termo que recobria tanto uma determinada forma de apropriação da terra, como relações de exploração e opressão. Se essas ações não encontraram no sindicato seu canal de expressão, não deixa de ser significativo que os sindicatos também tenham empunhado a bandeira da reforma agrária e tenham sido atores fundamentais para que o debate em torno das transformações fundiárias ganhasse destaque na Aliança Democrática e no início da Nova República. Finalmente, hoje, não só no Brasil como na América Latina, não é difícil perceber o quanto segmentos que até há pouco pareciam secundários ou inexpressivos ganharam força política no cruzamento de identidades étnicas e classistas. É o caso, por exemplo, da Bolívia ou do Equador, onde a afirmação de identidades indígenas seculares se mescla com a construção de uma identidade camponesa e um discurso classista (MEDEIROS, 2012, p. 12).

A diferenciação entre “velhos” e “novos” movimentos sociais tem por base uma compreensão do termo como categoria empírica. Contudo, alguns autores têm assumido a perspectiva de tratar movimentos sociais como categoria analítica (MELUCCI, 1999; 2001). Nesse trabalho, utilizo o termo movimentos sociais em ambos os sentidos dependendo do contexto do seu emprego.

Utilizo o termo movimentos sociais como categoria analítica para delimitar o problema de pesquisa, ou seja, para apreender experiências de atores que compartilham entre si aspectos comuns de identidade e solidariedade, atuam coletivamente a partir de reivindicações afins, possuem certa sustentação no tempo e se reconhecem ou são reconhecidos no processo desta atuação como movimentos sociais. Identidade, formas de ação e reivindicações comuns não são dados *a priori*, mas se constituem a partir de uma experiência social vivida coletivamente pelos atores no decorrer do processo social. Esta concepção é importante porque reúne uma diversidade de experiências empíricas, tornando-as analiticamente comparáveis.

Já o uso da noção de movimentos sociais como categoria empírica é feito basicamente para me referir ao ator estudado. Faço isso acompanhando a maneira como os próprios atores se nomeiam e são reconhecidos como tal. De acordo com essa lógica, também utilizo, muitas

vezes, o termo movimento sindical para me referir empiricamente ao caso estudado. Isso porque a Contag muitas vezes se identifica como “movimento social” ou “como movimento sindical”. Como hipótese, avalio que a diferenciação do uso dos termos é feita muitas vezes sem grandes preocupações com as implicações do significado de cada conceito no cotidiano de atuação do movimento ou varia conforme o interlocutor. Em uma reunião com outras entidades sindicais a referência ao termo “movimento sindical” parece ser mais recorrente, enquanto em uma atividade com outros atores que se denominam movimento social pode ser mais adequado se identificar como “movimento social”. Para citar um exemplo, em matéria produzida pela assessoria de imprensa da Contag sobre a reunião das entidades que compõe o Campo Unitário²⁴ realizada em 15 de fevereiro de 2017, foi utilizado o seguinte discurso:

Como parte do processo da construção e fortalecimento da unidade dos povos do campo, da floresta e das águas, os principais movimentos sociais do campo, da floresta e das águas estão reunidos no Seminário do Campo Unitário, que começa hoje (15) e segue até sexta-feira (17), na sede da Contag, em Brasília²⁵.

No trecho acima não há diferenciação entre movimentos sociais, sindicais e outros tipos de organização. Nessa situação, o que parece ser importante é frisar a unidade e identidade dos atores presentes no encontro em torno do termo “movimentos sociais”. Em outras situações, a autoidentificação como movimento sindical ou organização sindical é que se destaca nas falas de dirigentes e matérias produzidas pela assessoria de imprensa da Contag, como no trecho da matéria a seguir, de primeiro de dezembro de 2017, que trata da mobilização de diversos atores contra a Reforma da Previdência proposta pelo governo Michel Temer (2016-2018): “Diante da pressão das organizações sindicais e movimentos sociais, o governo ilegítimo decidiu retirar a proposta de votação da ‘reforma’ da previdência, marcada para o próximo dia 06 de dezembro,

²⁴ O Campo Unitário é a articulação de entidades de representação dos povos do campo, das águas e das florestas que se reúnem para articular pautas e fortalecer ações em conjunto que atendam as demandas dos seus públicos. Entre as organizações que compõe o Campo Unitário estão: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação Nacional dos Quilombolas (Conaq), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf Brasil), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente a Mineração (MAM), Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

²⁵ “Movimentos do Campo Unitário reúnem-se para debater estratégias de luta”, de 15/02/2017. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=12033&mt=1&nw=1>>. Acesos em: 8 Fevereiro 2018.

na Câmara dos Deputados”²⁶. Como se pode ver, o uso do melhor termo para se autodenominar é dinâmico e varia conforme os contextos vivenciados.

Alguns autores preferem não se referir aos movimentos sindicais como movimentos sociais²⁷. Em linhas gerais, essa concepção está baseada na compreensão de que o movimento sindical apresenta uma estrutura mais burocrática enquanto o movimento social seria uma forma de organização mais descentralizada. De fato, há diferenças entre a estrutura organizacional de uma instância sindical e movimentos sociais. Mas também é verdade que a estrutura de organização de diferentes tipos de movimentos sociais é igualmente heterogênea. Para os fins desse estudo é suficiente e importante falar em movimentos sociais. Suficiente porque o foco é menos a estrutura de organização e mais as formas de ação coletiva. Importante porque considerando o foco o estudo das ações coletivas, é fundamental pensar nesse campo de reflexão superando barreiras que costumam separar o estudo dos movimentos sociais do universo do mundo do trabalho, divórcio nem sempre existente se olharmos em perspectiva histórica a trajetória de estudos de movimentos sociais. De acordo com Berger (2014), o distanciamento do campo de estudos dos movimentos sociais da sociologia e história do trabalho teve influência da crítica de muito “novos” movimentos sociais em relação aos sindicatos e tradicionais partidos a partir dos anos 1970. Ou seja, essa separação tem marcas históricas. O estudo de movimento de trabalhadores e sindicatos está na origem das pesquisas e debates acadêmicos sobre movimentos sociais.

Diante disso, proponho a pergunta: qual contribuição o estudo de experiências do mundo do trabalho pode trazer para a sociologia dos movimentos sociais? Espero com essa tese mostrar alguns ganhos possíveis em articular ambos os universos, que foram separados nas últimas décadas – o campo sindical e do trabalho do âmbito indenitário e/ou popular.

²⁶ “CONTAG segue mobilizada em defesa dos direitos previdenciários!”, de 01 Dez. 2017. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=12685&mt=1&nw=1>>. Acesso em: 8 Fevereiro 2018.

²⁷ Uma expressão dessa separação é a existência de grupos distintos em Congressos acadêmicos dedicados a estudar: de um lado movimentos sindicais, de trabalhadores, ação sindical; de outro lado, movimentos sociais. Um exemplo disso são os Grupos de Trabalho dos Congressos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Tomando o exemplo do Congresso de 2017, por um lado o GT “Trabalho, trabalhadores e ação coletiva” se centrou, entre outros aspectos, no estudo da ação coletiva de trabalhadores; por outro lado, o GT “Entre as Ruas e os Gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais” voltou-se à reflexão sobre movimentos sociais majoritariamente deslocados do universo do trabalho.

1.2 Formas de ação coletiva

Nos anos mais recentes, provavelmente um dos conceitos mais utilizados nos estudos sobre as ações coletivas dos movimentos sociais é repertório de confronto ou alguma das suas variações, elaborado por Charles Tilly (1978). No Brasil, o diálogo com o autor e com a sua obra parece ter se intensificado principalmente na última década. Até 2008, ano da sua morte, apenas um livro, dois artigos e uma entrevista haviam sido traduzidos para o português. Depois disso, outros artigos de Tilly foram passados para a língua portuguesa e sua obra vêm sendo discutida e seus conceitos utilizados em diversos trabalhos de pesquisadores brasileiros, principalmente de cientistas sociais e historiadores²⁸.

É difícil indicar com precisão uma definição para o conceito de repertório de confronto porque o significado dado por Tilly à noção varia ao longo da sua obra. Inclusive, o próprio termo muda de nome. Na sua origem, Tilly falava em repertórios de ação. Nos anos mais recentes, o termo mais corrente foi repertório de confronto. Porém, não cabe aqui apresentar a genealogia e desenvolvimento do conceito na obra de Tilly porque esse trabalho já foi feito por Alonso (2012). Contudo, vale destacar que, de maneira geral, o conceito busca expressar que as ações coletivas são escolhidas a partir de repertórios de confronto conhecidos, herdados do passado e, por isso, limitados. Nas palavras de Tilly, “a ação coletiva toma, em geral, formas bem definidas já familiares aos participantes, no mesmo sentido que a maior parte da arte de uma época toma um número pequeno de formas estabelecidas” (TILLY, 1978, p. 143)²⁹. Apesar da forte ênfase na importância das experiências passadas na escolha dos repertórios de confronto, novos repertórios podem ser criados conforme diferentes práticas são combinadas em novas formas de organização, mobilização e expressão de demandas, conforme comentaram Abers, Serafim e Tatagiba (2014).

Uma dimensão central na noção de repertório de confronto é o conflito. Tilly se concentrou fundamentalmente à análise das ações contenciosas em detrimento das ações que estavam imbuídas de consenso. Trata-se, portanto, do foco em um tipo de ação. No seu livro de 1978, *From Mobilization to Revolution*, Tilly destacou: “Meu próprio trabalho empírico se concentrou no conflito e não no consenso” (TILLY, 1978, p. 50)³⁰. Embora estivesse convicto

²⁸ Para uma explicação sobre as razões para a reduzida difusão das obras de Tilly no Brasil até o a segunda metade da década de 2000 e a sua recuperação nos últimos anos, ver Bringel (2012).

²⁹ No original: “collective action usually takes well-defined forms already familiar to the participants, in the same sense that most of an era’s art takes on of a small number of established forms”.

³⁰ No original: “my own empirical work has concentrated on conflict rather than consensus”.

de que seu modelo de explicação desse conta do estudo de ações não contenciosas (ou nos termos do autor, ações de consenso), o próprio Tilly deixa claro ao leitor os limites das evidências em sua abordagem para dar conta da aplicação do conceito para situações não contenciosas de ação coletiva:

a fraqueza relativa da evidência que concerne à ação coletiva cotidiana, rotinizada, pacífica, deixará em aberto a possibilidade de que Weber e Durkheim estavam certos: de que realmente há um domínio à parte da ação coletiva contenciosa, extraordinária, e que esta requer um modo de explicação à parte. Eu não acho que seja assim. Mas o leitor cético pode preferir tratar o que segue como uma análise de ação coletiva descontínua e contenciosa e reservar seu julgamento sobre o resto (TILLY, 1978, p. 50-51)³¹.

A predominância do uso do conceito de repertório de confronto na atualidade é indicativa da sua capacidade explicativa e relevância para o campo de estudos de movimentos sociais. Se é certo que o conceito tem amplo uso para os estudos de confrontos políticos, vários autores têm adaptado o termo para empregá-los em outras situações conforme consideram adequado³², mostrando outras abordagens e maneiras de analisar a ação coletiva dos movimentos sociais. Talvez o maior expoente disso seja Sidney Tarrow, sociólogo dos Estados Unidos com quem Tilly desenvolveu alguns estudos. De acordo com Alonso (2012), Tarrow modificou o conceito “[...] pela adição, do lado da semântica, do conceito goffmaniano de enquadramentos interpretativos [frame], e pelo lado da sintaxe, com o desenvolvimento da ideia de modularidade” (2012, p. 34). Além disso, Tarrow também associou ao conceito de repertórios o seu próprio conceito de ciclo de protestos (ALONSO, 2012).

Se Tarrow manteve a ideia de confronto presente nas reformulações do conceito de Tilly, outras abordagens procuraram adaptar o termo para que tenha um sentido mais amplo da ação coletiva dos movimentos sociais do que a apreendido pela formulação original. Dessa forma, outras abordagens procuraram adaptar o termo para apreender dimensões contenciosas e não contenciosas da ação. É o caso do trabalho de Abers et al. (2014), que por meio de uma adaptação criativa, desenvolveu o conceito de repertório de interação entre Estado e sociedade civil para analisar relações que envolvem não só dinâmicas contenciosas, mas também dinâmicas colaborativas entre atores no Estado e na sociedade. O conceito dá conta, portanto,

³¹ No original: “the relative weakness of the evidence concerning everyday, routinized, peaceful collective action will leave the possibility that Weber and Durkheim were right: that there really is a separate realm of contentious, extraordinary collective action which requires a separate mode of explanation. I do not think so. But the skeptical reader may prefer to treat what follows as an analysis of discontinuous, contentious collective action, and to reserve judgment about the rest”.

³² Por exemplo: Abers, Serafim e Tatagiba (2010) e Alonso (2015).

das situações nas quais os militantes investiram em uma ação por dentro das instituições do Estado, como por meio das novas arenas participativas ou da atuação e posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política. O estudo de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) se foca na análise de rotinas de interação do Estado com os movimentos sociais na construção de políticas públicas durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), centrando no estudo das políticas de desenvolvimento agrário, política urbana e segurança pública.

Contudo, neste trabalho, preferi não utilizar o conceito de repertório de confronto. Tilly concebia como unidade básica da noção as interações conflitivas e ao realçar o caráter contencioso da ação coletiva, o conceito limita as possibilidades de se pensar em ações não conflitivas, ou pelo menos em ações que não sejam estruturadas fundamentalmente pelo conflito entre as partes. Um outro problema nas perspectivas que enfatizam os conflitos nos estudos das ações coletivas é que elas tendem a igualar ação coletiva às grandes mobilizações, perdendo de vista que os atores dedicam tempo e recursos significativos para desenvolver e sustentar outras formas de ação nas quais o conflito não é uma característica constitutiva, conforme sugere Silva (2010).

A atuação da Contag ao longo da sua trajetória é um caso que desafia a potencialidade do termo repertório de confronto. Em muitas situações, como demonstrarei ao longo dos próximos capítulos, o que estruturou a ação da Contag não foi majoritariamente o conflito contra o seu interlocutor, mas em muitas situações a cooperação, diálogo e, em algumas situações, até mesmo a parceria. Se esse tipo de relação que a Contag estabeleceu com o Estado, por exemplo, foi particularmente comum no momento dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), não é raro encontrar situações anteriores nas quais a orientação da ação coletiva da entidade era mais a busca de um diálogo e parceria com o Estado do que o conflito. O debate sobre a eficácia desse tipo de ação é outro tema e que não cabe no escopo dessa pesquisa debater.

Outras situações que desafiam a correlação direta entre ação coletiva de movimentos sociais e conflito são aquelas estudadas por Fabrício Pereira da Silva (2011, 2013), para citar outro exemplo, que em pesquisas sobre a relação entre movimentos sociais e Estado na Venezuela, Bolívia e Equador mostra como é complexa e variada as dinâmicas de relação entre esses atores, oferecendo pistas para a reflexão sobre as diferentes formas que as ações coletivas dos movimentos sociais podem assumir na prática que não se restringem apenas a ações contenciosas, como ilustra bem o caso da Bolívia.

Dessa forma, o ponto de partida deste trabalho é uma visão que se considera mais ampla e abrangente da ação coletiva porque capaz de identificar a variedade das formas que as ações dos movimentos sociais podem assumir na experiência social. Parto da premissa de que o que estrutura a ação coletiva são as relações sociais, mais do que os conflitos. Com isso, entendo que a unidade básica das ações coletivas são as relações sociais, que podem ser conflitivas ou não. Uma das referências básicas para pensar as relações sociais como o cerne da organização da vida social, na qual fazem parte as ações coletivas, é Max Weber. De acordo com Cohn, u dos comentadores de Weber, o conceito de relação social “[...] se refere à conduta de múltiplos agentes que se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações” (COHN, 2003, p. 30).

Para isso, considero necessário romper com esquemas classificatórios ou concepções preliminares do que é a ação coletiva e trabalhar a partir de uma abordagem que pense a ação coletiva a partir da experiência histórica dos sujeitos³³. Com isso, aproximo-me muito mais de uma abordagem pragmatista na maneira de conceber a construção da categoria ação coletiva neste trabalho. O desenvolvimento de uma pesquisa baseada em uma abordagem pragmatista se caracteriza pela observação e descrição de práticas concretas, de experiências circunscritas a situações. Em outras palavras, ao invés de uma visão de simples exterioridade em relação ao que descreve, a abordagem pragmatista acompanha as experiências e as perspectivas dos atores. Com isso, uma perspectiva pragmatista não lida com atores já constituídos, dispendo de recursos e produzindo estratégias, mas analisa contextos de experiências públicas e privilegia as situações de prova (*épreuve*), considerado um momento de qualificação de situações, de ações e de mobilização de formas de justificação. Um autor que parte dessa abordagem para o estudo de movimentos sociais é o sociólogo Daniel Cefaï, que explica que desenvolver uma abordagem pragmatista para os estudos das mobilizações coletivas significa analisar dinâmicas de mobilização coletiva por meio da observação e descrição de processos de codefinição e de codomínio de situações problemáticas (CEFAÏ, 2002).

Nesse sentido, utilizo a categoria formas de ação coletiva para compreender as maneiras pelas quais as pessoas atuam coletivamente com fins comuns considerando a perspectiva dos próprios sujeitos sobre essas ações. Com isso, a ideia de formas de ação coletiva nesse trabalho exprime a ideia da elaboração dos sujeitos na própria experiência das ações. Os atores constroem e dão formas às ações coletivas conforme cada situação. Se a experiência histórica é elemento central que orienta a elaboração de uma forma de ação coletiva em um dado

³³ Nesse ponto, posso dizer que concordo com Tilly (1978), para quem a história era parte fundamental da compreensão social e sociológica.

momento, como a noção de repertório de Tilly salienta, a categoria formas de ação coletiva ressalta também o papel dos atores na conformação da ação coletiva não só por meio da maneira como atuam, mas também pelo sentido que atribuem à ação. Essa concepção não nega que haja tendências entre as formas de ação coletiva, mas destaca que elas se conformam em cada *figuração*³⁴ (ELIAS, 2006, 2008) e que os sentidos atribuídos pelos atores às ações tendem a torna-las mais variadas do que a princípio podem parecer se observarmos apenas suas formas.

Com isso, aproximo-me do que Melucci (2001) destacou com a concepção de que o campo analítico da ação de um movimento social depende do sistema de relações no qual tal ação coletiva se situa e à qual se refere. A ação é para Melucci “um campo de significados que são construídos através de relações sociais no interior de recursos e de vínculos” (MELUCCI: 2001, p. 162). Em outro trecho, o sociólogo italiano destaca: “A ação social é então pensada como uma significação, colocando fim ao dualismo estruturas-intenções. A ação é um processo interativo de construção no interior de um campo de possibilidades e de limites que os atores reconhecem” (MELUCCI: 2001, p. 167).

Dois aspectos têm sido trabalhados nos estudos sobre movimentos sociais e ação coletiva e que considero que merecem destaque porque orientaram minha análise sobre a ação coletiva da Contag: a diversidade das formas que a ação pode assumir; e a multiplicidade das motivações que fundamentam o desencadeamento da ação. Para a construção de uma perspectiva que permite perceber a diversidade das formas de ação coletiva foi fundamental a leitura de Thompson (1998). O historiador inglês, em um estudo no qual analisa alguns motins de fome ocorridos na Inglaterra no século XVIII, mostrou que há diversas formas de ação coletiva alternativas à rebelião, comumente identificada como a mais óbvia. Entre elas, “[...] petições em massa junto às autoridades, jejum, sacrifícios e orações, inspeções até as casas dos ricos ou migração de aldeias inteiras” (THOMPSON, 1998, p. 206).

Outro autor que contribui para esta reflexão é Palmeira (2009), na medida em que olhou para os diferentes modos de ação dos trabalhadores do campo e nelas enxergou diferentes formas de luta. Para Palmeira, diante da expulsão dos moradores pelos proprietários na região da Zona da Mata pernambucana, ocorre uma reação por parte dos expulsados, que não foi pontual nem esporádica, mas presente em todos os momentos. Palmeira observou como reação dos trabalhadores à intimidação do proprietário para que desocupassem o sítio ou a casa foi

³⁴ Figuração é um conceito desenvolvido por Elias (2008, 2006) como uma maneira de superar o problema tradicional na sociologia: a separação entre indivíduo e sociedade. Dessa forma, figuração expressa as formas específicas de interdependência que relacionam indivíduos entre si. Segundo Corcuff, essa noção possibilita que o sociólogo abandone o velho esquema causal e unilinear dos processos sociais do tipo “A causa B” para analisá-los do ponto de vista da interdependência entre as ações individuais e as ações sociais. (CORCUFF, 2001).

esperar que o proprietário e seus “vigias” (espécie de polícia privada) destruíssem seu roçado ou destelhassem sua casa. Com isso, os trabalhadores procuravam o sindicato ou a Justiça em resposta à ação ilegal dos proprietários. “Esperar”, nesse contexto, caracteriza-se como forma de ação. Um pesquisador que fosse a campo procurar por formas convencionais de ação coletiva provavelmente teria dificuldade em encontrá-las e poderia chegar a uma conclusão equivocada: a de que não havia lutas sociais na região. Não foi este o caminho feito por Palmeira, que observou em diferentes ações as expressões de formas de luta dos trabalhadores.

Palmeira (2009), assim como Sigaud (1986, 2009), também chama a atenção para a importância em entender a atuação dos movimentos sociais para além dos seus momentos espetaculares. De acordo com Palmeira (2009), há uma tendência entre os pesquisadores em privilegiar a reflexão sobre as lutas sociais em seus momentos mais críticos, enquanto os momentos menos espetaculares tendem a ser esquecidos. “A própria existência da luta costuma ser vinculada aos seus momentos de maior intensidade. Fora dali, ela é considerada inexistente.” (PALMEIRA, 2009, p. 172). Assumir esta postura significa, para o autor, aceitar um recorte dos fatos que esconde a existência dos conflitos e, conseqüentemente, exclui da hierarquia dos objetos de conhecimento um conjunto de experiências vividas pelas classes trabalhadoras. Para Palmeira,

o estudo dos momentos de ‘desmobilização’, além de recuperar essas experiências [vividas pelas classes trabalhadoras], pode nos ajudar a entender o aparecimento ou o desaparecimento de conflitos mais abertos. E, em situações como a que descrevemos, pode nos dizer alguma coisa sobre as mudanças efetivamente operadas no padrão de atuação de uma classe social pela própria movimentação dessa classe numa conjuntura de desmobilização política. (PALMEIRA, 2009, p. 172).

Em texto no qual analisa o ciclo de greves dos trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco, entre 1979 e 1985, Sigaud desenvolve um argumento alinhado ao de Palmeira ao destacar a importância de analisar os conflitos sociais para além dos seus momentos espetaculares. Nas palavras da autora:

Ao contrário dos estudiosos das greves, que tendem a focalizar sua atenção apenas nelas (Perrot, 1974; Shorter, Tilly, 1978), examinarei também o que se passa depois, no intervalo. Tal opção traz a marca da singularidade do caso que examino. Como estou confrontada a um ciclo, não posso ignorar o que ocorre para além do momento espetacular da greve. A inclusão desse tempo no campo da análise poderá ter a virtude de fornecer novos elementos para melhor entender outras greves, em outras localidades e conjunturas históricas (SIGAUD, 2009, p. 288).

Apesar de chamar a atenção para aspectos pouco espetaculares da mobilização social, Sigaud e Palmeira se concentram em destacar o potencial conflitivo de momentos aparentemente sem mobilização, de acordo com a perspectiva de muitos estudiosos. Sobre o ciclo de greves dos canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco entre 1970 e 1985, Sigaud destaca:

Muitos dos enfrentamentos que se travam no interregno [entre greves, que aconteceram a cada ano] são invisíveis para a massa dos trabalhadores e para o conjunto dos dirigentes sindicais. Os trabalhadores conhecem aqueles dos quais foram protagonistas ou que ocorreram em áreas adjacentes ao local onde residem. Os dirigentes sindicais contabilizam os enfrentamentos que patrocinaram e aqueles nos quais se implicaram negociando com os patrões (SIGAUD, 2009, p. 300).

Sigaud destaca que não existia registros desses enfrentamentos. Alguns rastros desses enfrentamentos podem ser encontrados em ações trabalhistas que eventualmente se encontram arquivados nos arquivos sindicais ou das Juntas de Conciliação e Julgamento. Outros somente podem ser reconstituídos pelo observador que se desloca pelos municípios e escuta os relatos dos atores envolvidos na greve, entre trabalhadores, dirigentes e patrões. Sigaud destaca que a “[...] a invisibilidade do interregno contrasta fortemente com a visibilidade das greves. Estas foram, durante todo o ciclo, objeto de atenção da imprensa” (SIGAUD, 2009, p. 301).

Scott (2002) é outro autor relevante que destaca a importância de se estudar os aspectos cotidianos da luta como uma forma de compreender melhor os conflitos sociais e a resistência e com isso chama a atenção para as diferentes dimensões da ação. Para Scott, a história dos eventos e das insurreições camponesas ou dos trabalhadores fabris dedicadas inteiramente a greves gerais e a protestos, por mais importantes e sintomáticas que possam ser, não revela muito sobre a esfera mais durável dos conflitos de classes e da resistência, como “[...] a luta mais cotidiana levada na fábrica pela jornada de trabalho, pelo direito ao lazer, pelo salário, pela autonomia, por direitos e por respeito” (SCOTT, 2002, p. 11). Scott acrescenta que, no caso dos “[...] trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de lutas cotidianas podem ser a única opção [de resistência] disponível” (2002, p. 11). O autor entende por formas cotidianas de resistência “[...] a luta prosaica, mas constante entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros” (SCOTT, 2002, p. 11).

Em segundo lugar, também foi fundamental na leitura do trabalho de Thompson (1998) – e essa questão está relacionada à anterior – a interpretação de que não eram apenas elementos econômicos os motivadores para as ações populares. Thompson (1998) estudou os motins de

fome na Inglaterra do século XVIII e percebeu que, se por um lado, o aumento dos preços, os maus procedimentos dos comerciantes e a fome certamente eram motivadores dos motins, por outro lado, esses elementos não explicavam de maneira holística as motivações das ações. O motivo para o desencadeamento das ações diretas estava também ligado à manutenção dos costumes, que o autor chama de “economia moral dos pobres”. O historiador inglês mostra ainda que essa economia moral não tinha implicações só nos momentos de perturbação social, mas influenciava, de forma geral, o governo e o pensamento do século XVIII (THOMPSON, 1998). Nas palavras de Thompson,

essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta (THOMPSON, 1998: 152).

Essa leitura chama a atenção para a importância da multiplicidade de motivações que levam os atores a agir nas lutas sociais. Honneth (2003) também reforça a concepção de que os estudos sobre ação coletiva devem analisar não só os interesses pragmáticos e racionais dos sujeitos que agem, mas também os aspectos culturais e morais. Sobre esse aspecto, Honneth (2003) chama a atenção para o fato de que a luta social não tem como ponto de partida apenas interesses, mas sim sentimentos morais de injustiça e destaca que as novas tendências da historiografia podem revelar o nexo firmado entre desrespeito moral e luta social³⁵. E afirmar isso não significa considerar que todos os confrontos sociais sejam produto de um mesmo modelo de luta por reconhecimento moral, mas que eles são importantes ser considerados ao invés de restringir as motivações das ações a elementos materiais, conforme foi feito em muitos trabalhos, principalmente aqueles focados no universo do trabalho.

Muitos casos históricos já mostraram que a segurança da sobrevivência econômica motivou o protesto e a rebelião em massa. Saber se, em linhas gerais, o conflito social segue a lógica da persecução de interesses, a lógica da formação da reação moral ou mesmo entender como esses elementos se combinam permanece como questão empírica. O que não se deve evitar é deter a teoria social na dimensão do interesse, pois isso obstruiria a visão do significado social dos sentimentos morais.

³⁵ Honneth (2003) cita os trabalhos de E. P. Thompson (1990), Barrington Moore Jr. (1987) e Andreas Griebinger (1981) como as primeiras comprovações empíricas dessa tese.

Em resumo, nesta seção procurei apresentar a concepção de ação coletiva desse trabalho, destacando dois elementos centrais que orientam essa concepção: a multiplicidade de formas que a ação pode assumir na prática e a diversidade de motivações que impulsionam a ação. Porém, a ação coletiva é apenas parte da atuação dos movimentos sociais. As ações coletivas são interdependentes do que denominei aqui de ações de reprodução social dos movimentos sociais. E o sentido dessa noção será o foco do tópico seguinte.

1.3 Ações de reprodução social

O conceito de reprodução nas ciências sociais possui diferentes significados e varia a partir das qualificações que o acompanham. Reprodução de classes sociais, reprodução da desigualdade, reprodução econômica, reprodução cultural são alguns exemplos da aplicação da noção em universos de pesquisa diversos. Entre alguns campos de maior aplicação uso do conceito de reprodução social nas ciências sociais estão os estudos sobre sistemas educacionais e universos do trabalho, para citar dois exemplos. Em linhas gerais, o debate sobre reprodução social nos estudos sobre o universo educacional costuma ressaltar o papel da educação ou da escola na reprodução social e cultural do sistema, das posições sociais, da desigualdade social etc.. Provavelmente a formulação mais conhecida desse campo é a obra *A Reprodução*, de Bourdieu e Passeron, cuja primeira edição é de 1970. No livro, os autores, em linhas gerais, tratam a reprodução como um mecanismo de preservação e legitimação da cultura dominante e dos sistemas de dominação.

Já as investigações sobre a dimensão reprodutiva do trabalho procuram entender, de maneira geral, as atividades que não se restringem ao universo produtivo, como o trabalho que se faz no âmbito doméstico e que permitem a reprodução da classe trabalhadora. Há um número expressivo de trabalhos sobre isso no campo de estudos sobre o campesinato, por exemplo. Uma referência desse debate é um outro trabalho de Bourdieu, de 1962, intitulado *Célibat et condition paysanne*, no qual o sociólogo francês identificou que o celibato masculino é um mecanismo utilizado pela família camponesa como meio de manter a integridade da propriedade territorial. A abordagem inspirou trabalhos semelhantes no Brasil, como o de Carneiro (2001) sobre os colonos italianos do sul do Brasil.

A reflexão sobre o tema da reprodução social também teve força nos trabalhos de Marx e marxistas em geral. Para esse trabalho, importa principalmente apresentar a crítica feminista

ao modelo de explicação da reprodução social do trabalho em Marx, debate contido na explicação do teórico sobre o processo de acumulação primitiva e da divisão social do trabalho. Dessa forma, seguindo à leitura de Federici (2004) sobre o modelo clássico de explicação marxista, a autora afirma que há em Marx uma separação entre as esferas da produção e reprodução do trabalho; que essa explicação usa apenas o salário para comandar o trabalho dos não assalariados; e desvaloriza a posição social das mulheres com o advento do capitalismo. Para Federici, esteve ausente das análises de Marx reflexões sobre as transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres³⁶.

Diante desse diagnóstico, Federici propôs interpretações alternativas para o entendimento dessa questão. Com isso, em *Calibã e a Bruxa* (2004)³⁷, Federici parte de uma leitura feminista para ressaltar os limites da abordagem de Marx sobre o trabalho reprodutivo ao não enxergar a dimensão de criação de valor e exploração desse trabalho. De acordo com Federici, no novo sistema que estava sendo criado, as atividades das mulheres foram definidas como não-trabalho, como um recurso natural disponível para todos. E isso forneceu as bases necessárias para a fixação delas no trabalho reprodutivo e para utilizá-las como trabalho mal remunerado na indústria artesanal doméstica. Nas palavras de Federici,

com o desaparecimento da economia de subsistência que havia predominado na Europa pré-capitalista, a unidade entre produção e reprodução, típica de todas as sociedades baseadas na produção-para-o-uso, chegou ao fim conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas. No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. O trabalho reprodutivo continuou sendo pago – embora em valores inferiores – quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificada como uma vocação natural e sendo designada como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas, e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio” (FEDERICI: 2004, p. 132-133, grifo meu).

³⁶ O trabalho de Federici foi tomado aqui como referência de um debate mais amplo sobre a reflexão do trabalho reprodutivo relacionado à discussão sobre o trabalho das mulheres, modo pelo qual inicialmente me aproximei desse debate. Os estudos sobre as atividades entendidas como não produtivas exercidas pelas trabalhadoras rurais e que são fundamentais para a reprodução do campesinato/agricultura familiar/modo de vida rural, por exemplo, foi a principal porta de entrada para começar essa reflexão. Algumas dessas reflexões podem ser vistas em trabalhos publicadas em coletâneas como as de Medeiros e Neves (2013) e Hora, Macedo e Rezende (2015).

³⁷ A formulação da ideia de reprodução social permeia o trabalho da autora. Desse conjunto, merece menção a coletânea de artigos da autora publicada em 2012, sob o título: *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle*.

Ou seja, a introdução do capitalismo representou a exclusão das mulheres da esfera do trabalho socialmente reconhecido e das relações monetárias. A crítica feminista feita por Federici mostrou os limites da interpretação de Marx para a dimensão da reprodução social no capitalismo foi a principal base de inspiração para a reflexão sobre os limites das abordagens que tendem a estudar ações coletivas como temas isolados da esfera do que eu chamo aqui de reprodução social dos movimentos sociais³⁸.

Em outras palavras, a reflexão de Federici me levou a entender que o trabalho reprodutivo dos movimentos sociais é o que permite a realização da ação coletiva e para o melhor entendimento da atuação dos movimentos sociais é fundamental superar as barreiras entre as duas dimensões – ação e reprodução – e analisá-las de maneira interdependente, conforme os termos de Elias (2006, 2008).

Geralmente os estudos sobre ação coletiva (passeatas e marchas, por exemplo) se centram na análise da forma acabada da ação e por isso não levam em conta as incertezas que estão em jogo no processo de construção da ação, como a negociação da utilização do espaço público com autoridades, a preocupação com a segurança dos participantes, a escolha do melhor dia e hora para se marchar, os recursos financeiros necessários para se elaborar toda a ação, os canais e estratégias de publicização da ação, assim como os elementos imponderáveis. Por isso, para um entendimento mais qualificado da ação coletiva dos movimentos sociais é preciso analisar também a ação de reprodução social dos movimentos sociais. Falar da reprodução social dos movimentos sociais significa propor uma abordagem de análise da atuação dos movimentos sociais que relacione de uma forma mais holística (possível) ação e reprodução, proporcionando uma compreensão mais ampla e complexa do fenômeno social e sociológico.

Com isso, nesse trabalho, as ações de reprodução social se referem às atividades do movimento social que criam as condições necessárias para o desenvolvimento das ações coletivas e a própria perenidade/existência social do movimento. São as ações que acontecem principalmente nos intervalos das manifestações coletivas e criam as condições, entre outros fatores, para que essas aconteçam. Assim como Federici (2012) percebeu que o trabalho reprodutivo é o que mantém o mundo em movimento, é o trabalho de reprodução social dos movimentos sociais que os mantêm em movimento.³⁹

³⁸ Entendo o processo de atribuição de um novo significado a um termo já utilizado recorrentemente na literatura sociológica como se fosse um processo antropofágico: degluto teorias, conceitos e ideias provenientes da literatura das ciências sociais e vis-à-vis com os dados empíricos busco elaborar noções que orientam a compreensão da vida social nesse trabalho.

³⁹ “Through my involvement in the women’s movement I realized that the reproduction of human beings is the foundation of every economic and political system, and that the immense amount of paid and unpaid domestic work done by women in the home is what keeps the world moving” (FEDERICI, 2012, p. 2). Em outro trecho a

A compreensão sobre a importância de se considerar as ações de reprodução social dos movimentos sociais como parte interdependente das formas de ação coletiva na análise da atuação dos movimentos sociais se conformou durante o trabalho de campo no qual vivenciei atividades desenvolvidas pela Contag, principalmente a Marcha das Margaridas, em 2015, e durante as atividades de sistematização e análise do material documental identificado, principalmente os relatórios anuais da Contag.⁴⁰

Em resumo, interpretar a atuação dos movimentos sociais a partir exclusivamente ou ainda majoritariamente das categorias de ação coletiva, repertório de ação coletiva, performance e conceitos afins limita a compreensão do fenômeno, ocultando a esfera da reprodução social dos movimentos sociais. Por isso, nesse trabalho, ação e reprodução são dimensões de um todo. Em toda ação há reprodução, assim como e toda reprodução está contida a possibilidade de se realizar ações coletivas.

1.4 Por uma concepção relacional das dinâmicas de relação entre Movimentos Sociais e Estado

O início de um governo presidencial progressista próximo a muitos movimentos sociais de base popular no Brasil em 2003 resultou em uma aproximação entre estes e o Estado brasileiro de diferentes maneiras: por meio de debates em processos participativos institucionalizados, da negociação direta em reuniões e espaços informais, criação e ampliação de convênios, presença de pessoas com históricos de militância na gestão pública etc. Esse fato provocou também o aumento do debate público sobre a relação de aproximação entre movimentos sociais e Estado. Para muitos, o diagnóstico é categórico: essa relação significou a institucionalização ou cooptação dos movimentos sociais. Essa interpretação encontra respaldo em parte da literatura que trata dos movimentos sociais, que ora ressalta a aproximação que se estabelece entre estes atores e o Estado, ora enfatiza a tentativa dos movimentos sociais

autora disse: "[...] it pays no attention to the work of reproduction, despite decades of feminist writings on the contribution of this activity to the accumulation of capital" (FEDERICI, 2012, p. 68). Nos termos do presente trabalho: reprodução contribui para manter o movimento social existindo e, nisso, está contida a própria ação coletiva.

⁴⁰ A Marcha das Margaridas é uma ação coletiva promovida pela Contag, Federações e Sindicatos do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em parceria com movimentos sociais de mulheres e centrais sindicais, e será tema de análise no quinto capítulo da tese.

em distanciar-se deles. Trata-se, em geral, de um debate que ficou conhecido nos termos “autonomia” ou “institucionalização” dos movimentos sociais.

Em linhas gerais, no campo de pesquisa sobre movimentos sociais no Brasil, os anos 1970 e 1980 foram marcados por estudos que ressaltaram a tendência autonomistas dos movimentos, enquanto nos anos 1990 e 2000 ganhou força a dimensão da institucionalização destes atores. Esta visão dicotômica tem relação com uma perspectiva que tem privilegiado a análise da relação entre movimentos sociais e Estado centrada numa concepção apriorística que projeta como deve ser a atuação dos movimentos sociais: centrada no confronto contra o Estado. Assim, o movimento que combate o Estado é considerado autônomo. Aqueles que investe em ações que visam a cooperação, diálogo, negociação ou outra forma pouco ou não conflituosa tenderiam a se institucionalizar.

Essa leitura é predominantemente política e não contribuiu muito para a reflexão sociológica sobre a relação entre Estado e movimentos sociais. Por isso, nessa seção, irei propor uma abordagem para descrever e analisar dinâmicas de relação entre Estado e a Contag buscando evitar interpretações dicotomizadas que enxergam a aproximação dos movimentos sociais do Estado como institucionalização dos movimentos sociais e o distanciamento como sinal de autonomia dos movimentos sociais. Essa dinâmica é mais complexa e repleta de matizes, aspectos que procurarei sublinhar ao longo desse trabalho.

A importância em se analisar a relação entre a política e os movimentos sociais já foi mencionada por alguns autores, como Grzybowski (1983). Ele chamou atenção para esse aspecto ao destacar que ao se estudar a organização de trabalhadores é central refletir sobre os modos como eles se integram no processo político e na correlação de forças centrais. Segundo o autor, isso significa pensar em com quem os movimentos sociais se fundem, com quem se aliam e a quem se opõem.

Porém, muitos autores que estudam movimentos sociais não atribuem relevância ao Estado neste campo de investigação ou só o percebem na ótica do ator que deve ser combatido, como um inimigo com o qual os movimentos sociais devem medir forças (ABERS; VON BÜLOW, 2011). Todavia, o Estado tem sido um dos principais interlocutores dos movimentos sociais em sua atuação em muitas experiências históricas. Por isso, estudar a relação entre estes atores é fundamental para uma melhor compreensão das dinâmicas associativas.

Provavelmente uma das principais formulações sobre o assunto provêm da vertente dos pesquisadores americanos do projeto *contentious politics*. Tendo como principais referências Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2001), o projeto propôs uma abordagem do processo político que aproximasse a política dos estudos sobre confrontos, que são entendidos

por estes autores numa perspectiva mais ampla do que movimentos sociais, considerado uma subárea específica do confronto político. Se por um lado esta abordagem chama a atenção para a relação dos atores transgressores e Estado, por outro lado ela impede que se veja alguns aspectos essenciais que a relação entre Estados e movimentos sociais pode assumir ao limitar a relação entre estes atores à lógica do conflito.

Esta abordagem recebeu algumas críticas, sumarizadas por Abers, Serafim, Tatagiba (2014). São elas: excluíram da agenda os movimentos que não têm o Estado como interlocutores, revelando uma percepção estreita da política, vista em termos da relação com governos; a ênfase na luta e no conflito levou à exclusão de outras formas importantes de ação coletiva, reduzindo de forma exagerada o alcance da análise; consideram que os movimentos podem ser definidos como inerentemente distintos do Estado (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Nas palavras de Abers, Serafim, Tatagiba,

esse pressuposto impede que se capturem algumas das relações complexas que existem entre pessoas no aparato estatal e aquelas que agem a partir de organizações de movimentos sociais. Se pensarmos o Estado como um bloco homogêneo que opera em um espaço organizativo distinto, dificilmente conseguiremos reconhecer redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil como parte importante dos movimentos sociais. Porém, como sugerimos a seguir, na América Latina – e, em particular, no Brasil – as redes de movimentos sociais muitas vezes cruzam essas fronteiras (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 64).

Em suma, as análises de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) e Abers e von Bülow (2011) questionam a concepção de que a relação entre Estado e movimentos sociais transformadores é sempre conflituosa. As pesquisas desenvolvidas pelas autoras mostraram que há relações de colaboração entre alguns atores dentro e fora do Estado, enquanto em outras situações persistiram conflitos. Elas afirmam ainda que a presença de atores oriundos de movimentos sociais no Estado coloca em xeque a visão que contrapõe ambos os atores. Dessa forma, Abers e von Bülow (2011) propõem que as fronteiras organizacionais da unidade de análise não devem ser definidas *a priori*, mas sim pelo formato de redes de ação coletiva que existem na prática. Isso porque as autoras entendem que a aliança entre Estado e movimentos sociais muitas vezes envolvem a construção de redes que cruzam as fronteiras entre Estado e Sociedade. Com isso, as autoras querem evitar que se exclua da unidade de análise atores oriundos de movimentos sociais que estão posicionados dentro da arena estatal. Em suma, Abers, Serafim e Tatagiba chamam atenção para a necessidade de ver a relação entre Estado e movimentos sociais não só pela chave do confronto. Segundo Abers, Serafim e Tatagiba,

[...] neste contexto de maior proximidade, movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente com padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras. Ativistas que assumiram cargos na burocracia federal frequentemente transformaram agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da sociedade civil. No governo, tais ativistas buscaram construir e fortalecer espaços participativos formalizados, que até então se restringiam a âmbitos municipais. Mas eles também experimentaram outros canais de comunicação, negociação e colaboração entre Estado e sociedade civil, tais como novas formas de negociação baseadas em protestos e outros encontros, menos públicos e mais personalizados, entre Estado e representantes de movimentos sociais. Em algumas áreas de políticas públicas, espaços participativos formalizados como conselhos e conferências tiveram papel central, enquanto em outros setores predominaram formas de interação menos formais. No governo Lula, o mote da "participação da sociedade" abriu espaço para a combinação mais criativa de diferentes práticas e rotinas, ampliando as chances de acesso e influência dos movimentos sobre o Estado, obviamente com variações setoriais importantes. Visto sob a ótica das relações Estado/movimento, o governo ampliou as possibilidades de combinações novas e criativas em relação aos padrões estruturais de interação, o que não significa que essas combinações resultem necessariamente em ampliação do acesso aos direitos de cidadania, atendimento das agendas do movimento no curto prazo ou fortalecimento das redes movimentistas no longo prazo (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014, p. 326-327).

A reflexão proposta não é válida somente para o estudo da relação entre movimentos sociais e Estados progressistas nos anos mais recentes. Antes disso, o estudo de Ferreira dos Santos (1981), debatido por Kovarick (1987), mostrou como a relação entre movimentos sociais e Estado é feito de marchas e contramarchas, conflitos e colaboração, em diferentes contextos, como no caso das lutas urbanas no Brasil nos anos 1970 e 1980. Kovarick advertiu:

O conflito e antagonismo entre dominados e dominantes no contexto das reivindicações e lutas urbanas contra o Estado, ao retomar uma visão estreita de conflitos de classes, a partir de uma premissa de análise – a oposição natural e radical – pode redundar numa postura de cunho genérico que deixa de apreender a riqueza de processos sócio-políticos que, certamente, variam muito de uma conjuntura para outra” (KOWARICK, 1987, p. 5).

Com isso, Kowarick sinalizou, em referência à proposta metodológica apresentada por Boschi e Valladares (1983), para a necessidade de se eliminar pressuposições que se cristalizaram em interpretações correntes caso se queira analisar as relações entre movimentos sociais e Estado. Isso não significa considerar que as explicações anteriores estavam incorretas, mas indicar “[...] que sua adequação deve ser objeto da análise e não seu ponto de partida ou pressuposto” (KOWARICK, 1987, p. 6).

Tendo em vista o debate exposto até aqui, considero necessário adotar uma perspectiva capaz de captar a diversidade dos modos de relação entre movimentos sociais e Estado. Estes modos de relação não podem ser entendidos em sua multiplicidade caso não se abandone a visão que vincula a relação movimentos sociais e Estado ao conflito. Esta relação precisa ser

vista também em termos de cooperação, diálogo, negociação etc., que devem ser apreendidos a partir da análise empírica. Para isso, será necessário abandonar pressupostos que atribuem aos movimentos sociais determinados projetos de transformação em um dado sentido. Assim como não tratar o Estado como uma instituição homogênea. Para isso, é necessário adotar uma visão sobre ação coletiva que permita captar as ações contenciosas ou não assim como considerar a multiplicidade das formas que a ação pode assumir na prática⁴¹. Perceber a variedade que as formas de ação coletiva podem assumir no processo de atuação dos movimentos sociais é necessário para que se possa entender possíveis articulações dos movimentos sociais com o Estado como uma forma de ação. Ao mesmo tempo, é preciso seguir uma concepção mais relacional de Estado, capaz de perceber a diversidade de situações e possíveis sentidos presentes nesse conceito em cada figuração (ELIAS, 2006, 2008).

Até aqui, discuti a questão da relação movimentos sociais e Estado principalmente a partir da literatura que centra o olhar nos primeiros. Com isso, foi possível desenvolver uma abordagem preliminar para o problema. Contudo, para compor esta abordagem, proponho ainda dialogar com a literatura debatida até o momento com a discussão sobre Estado. Poucos estudos sobre movimentos sociais se preocuparam em trazer para o centro da reflexão o debate sobre Estado. Isto produz implicações importantes para estes trabalhos, gerando interpretações que naturalizam ou substantivam a categoria Estado, percebendo-a como uma noção homogênea. Como destacou Bringel e Falero (2015):

En muchos análisis actuales sobre la relación entre los movimientos sociales y el Estado, éste aparece como algo dado, prácticamente naturalizado. Quizás eso se deba a que buena parte del esfuerzo analítico se vuelca al entendimiento de los movimientos sociales en sí (con el consecuente desarrollo teórico del debate sobre conflicto, acción colectiva, identidades, repertorios, etc.), relegando a un segundo plano el debate teórico sobre el Estado (BRINGEL; FALERO, 2015, p. 33).

Dessa forma, nesse trabalho, adotarei como entendimento na noção de Estado a perspectiva que entende essa categoria como relação social. Trata-se da concepção de Estado de Nicos Poulantzas (1981), segundo a qual ele é entendido como uma condensação de uma relação de forças, para o qual a luta de classes, particularmente a luta política e a dominação política, tem um papel fundamental na sua “ossatura institucional” e na sua reprodução histórica. Ao incluir a luta de classes na sua formulação, Poulantzas buscou produzir uma concepção mais relacional para o conceito de Estado, afastando-se do que ele considera um teorismo formalista na teoria do Estado que se centrava apenas no aspecto das relações de

⁴¹ Conforme noção de ação coletiva apresentada na segunda seção desse capítulo.

produção no sentido de uma estrutura econômica para compreender a formação do Estado. De acordo com Poulantzas,

[...] o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca mas [...] como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado (POULANTZAS, 1981, p. 147, grifo do autor).

O Estado como condensação de uma relação permite um distanciamento da compreensão do Estado como Coisa e do Estado como Sujeito. No primeiro caso, o Estado é visto como um instrumento passivo manipulado por uma única classe ou fração. Nenhuma autonomia é reconhecida a ele. No segundo, a autonomia do Estado é considerada absoluta e sua vontade é vista como instância racionalizante da sociedade civil. Dessa forma, com a concepção de Poulantzas, o Estado, sua política, suas formas e suas estruturas não são mera traduções mecânicas dos interesses da classe dominante, mas fruto de uma relação de forças que o torna uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento (POULANTZAS, 1981). No trecho a seguir Poulantzas resume sua concepção em relação a esse debate.

Resumindo, entender o Estado como condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como *um campo e um processo estratégicos*, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros. Emanam daí táticas movediça e contraditórias, cujo objetivo geral ou cristalização institucional se corporificam nos aparelhos estatais. Esse campo estratégico é transpassado por táticas muitas vezes bastante explícitas ao nível restrito onde se inserem no Estado, táticas que se entrecruzam, se combatem, encontram pontos de impacto em determinados aparelhos, provocam curto-circuito em outros e configuram o que se chama “a política” do Estado, linha de força geral que atravessa os confrontos no seio do Estado. Nesse nível, essa política é certamente decifrável como calculo estratégico, embora mais como resultante de uma coordenação conflitual de micropolíticas e táticas explícitas e divergentes que como formulação racional de um projeto global e coerente (POULANTZAS, 1981, p. 157).

Partir desta concepção é importante pois ela permite compreender a especificidade e transformações do Estado e dos seus variados aparelhos e setores através da sua reprodução histórica (POULANTZAS, 1981). Dessa forma, procurei analisar os diferentes momentos do Estado brasileiro dos anos 1960 até os 2010 buscando destacar os elementos que permitem entender suas formas diferenciadas de atuação conforme seus distintos setores, acompanhando as transformações contextuais no período mencionado. Essa orientação é fundamental para uma

análise mais complexa da relação entre Estado e movimentos sociais que supere uma visão substantiva do Estado e, por sua vez, das dinâmicas de relação deste com os movimentos.

Embora a contribuição e Poulantzas permita visualizar as mudanças nas relações de força entre classes e seus efeitos no Estado, o autor não deixa de destacar os limites das transformações, constrangidas pelo o que ele chama de opacidade e resistências próprias do Estado. Assim, uma mudança no poder não é suficiente para transformar a materialidade do Estado. Para isso, só uma transformação e ação específicas que levariam a criação de um outro Estado.

O legado de Poulantzas não se restringe à concepção de Estado em si. As reflexões do autor são também importantes para que se pense na relação entre os movimentos sociais e o Estado, ou, conforme os seus termos, entre as classes dominantes e as classes dominadas. Assim, em primeiro lugar Poulantzas destacou que não é só a relação de forças do bloco no poder que o Estado concentra. Nele está inscrita também a relação de forças entre estas e as classes dominadas. Com isso, Poulantzas abre possibilidades para que se reflita sobre a tensão entre as classes dominantes e dominadas no interior do Estado, percebendo que há espaço para transformações o interior dos seus aparelhos. E isso não significa que as lutas populares se esgotam no Estado, como afirmou Poulantzas. Com isso, Poulantzas oferece uma pista para que se reflita, seguindo sua abordagem, as relações entre movimentos sociais e o Estado e a potencialidade de atuação dos primeiros na transformação do segundo, se esse for um objetivo.

Ainda sobre a relação entre as lutas populares e o Estado, Poulantzas afirma que a decisão em se integrar ou não ao Estado depende da estratégia política, que deve ser fundamentada na autonomia das organizações das massas populares. Ele continua:

[...] mas atingir essa autonomia não significa para as organizações sair do terreno estratégico da relação de forças que é o Estado-poder, assim como para as outras organizações (sindicatos ou qualquer outra) colocar-se fora dos dispositivos de poder correspondentes, como se isso fosse possível, segundo a velha ilusão anarquista, no melhor sentido do termo. Organizar-se no campo do poder não significa, tanto num caso como noutro, que essas organizações devam inserir-se diretamente no espaço físico das instituições (isso depende das conjunturas), nem, o que também acontece, que elas devam reproduzir sua materialidade (muito pelo contrário) (POULANTZAS, 1981, p. 176).

Apesar de destacar que as massas populares devem manter e desenvolver permanentemente focos e redes à distância dos aparelhos de Estado, “[...] estes não se situam, por mais que visem objetivos políticos, nem fora do Estado nem, de qualquer maneira, fora do poder, conforme as ilusões simplistas de uma pureza anti-institucional” (POULANTZAS, 1981, p. 177). Para Poulantzas, ainda que as massas populares estejam fisicamente excluídas de certos

aparelhos do Estado, suas lutas não são exteriores ao campo estratégico do Estado, tendo efeitos em seu seio – ainda que estes efeitos de manifestem de qualquer maneira à distância e entremeados por pessoas, o pessoal do Estado. Com isso, Poulantzas destaca que a exclusão física não deve ser entendida como uma espécie de barreira intransponível às lutas populares. Estas têm repercussão no Estado e por isso estão inscritas em sua constituição. A contribuição de Poulantzas me levou a considerar o Estado como uma categoria central no desenvolvimento desse estudo, ainda que, a princípio, e algumas situações, o Estado não seja o interlocutor mais direto da Contag. O que Poulantzas destaca é a permanente presença dos setores do Estado na relação com as massas populares, para utilizar um dos seus termos.

Finalmente, a reflexão proposta por Poulantzas pode contribuir também para a análise da ascensão de grupos considerados de esquerda no Estado, fenômeno que ganhou destaque no presente século na América Latina. Segundo o autor, o fato da esquerda ocupar o governo não se traduz automaticamente na esquerda controlar realmente os aparelhos do Estado ou alguns deles. Isso porque a complexidade de articulação dos diversos aparelhos do Estado e de seus setores algumas vezes se traduz em uma distinção entre poder real e poder formal, sendo este, aparente, da cena política. Caso haja um acesso das massas populares ao Estado, esta organização institucional permite a burguesia permutar os lugares de poder real e informal. Isso porque, segundo Poulantzas,

mesmo no caso em que a esquerda no poder, além de ocupar o governo, controle realmente os setores e aparelhos do Estado, nem por isso ela controla forçosamente aqueles, ou um entre eles, que detém o papel dominante no Estado, que constituem o pivô central do poder real. A unidade centralizada do Estado não reside numa pirâmide na qual bastaria ocupar o cume para garantir seu controle. Há mais: a organização institucional do Estado torna possível à burguesia permutar o papel dominante de um aparelho por outro, no caso em que a esquerda ocupando o governo conseguisse controlar o aparelho que, até então, desempenhasse o papel dominante. De outra maneira, essa organização do Estado burguês lhe permite funcionar por deslocamentos e substituições sucessivas, dando condições para o deslocamento do poder da burguesia de um aparelho para outro: o Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico (POULANTZAS, 1981, p. 159-160).

As reflexões de Poulantzas são acionadas aqui como elementos orientadores para a análise da relação da Contag com o Estado, sendo este entendido como relação de forças (e não como substância). Espero que a adoção dessa perspectiva seja suficiente para escapar do debate dicotômico entre “autonomia” ou “dependência” quando se fala da relação entre movimentos sociais e Estado e permita compreender as variadas dinâmicas existentes quando se analisa as articulações entre estes atores.

1.5 Uma abordagem relacional centrada no ator e no tempo

Para entender a atuação de movimentos sociais é preciso analisar as suas formas de ação coletiva e as ações de reprodução social, como destaquei anteriormente. Contudo, dizer isso não é suficiente. Não há ação sem ator e sem tempo. Como afirmou o historiador Marc Bloch (2001) não existe história sem “homens no tempo”. Ambas são dimensões essenciais para pensar a experiência social. Por isso, ação (coletiva e de reprodução social) será pensada aqui em relação com os atores e com o tempo (entendido principalmente como contexto histórico) a partir de uma análise que dialoga com o que se convencionou denominar sociologia relacional.

O destaque ao papel do sujeito na história é um elemento central nesta abordagem e orientou as análises feitas nesse trabalho sobre a atuação dos movimentos sociais. Quem age e em relação a quem age é um elemento determinante da conformação da perspectiva de análise sobre a atuação dos movimentos sociais desenvolvidas aqui. Em poucas palavras, o ator importa na compreensão da ação na medida em que é o ator – individual ou coletivo – que dá vida à ação e imprime significado a ela.

Para pensar a importância do ator nessa abordagem foi central a contribuição da noção de experiência (Thompson, 1987) porque ela a elaboração que os sujeitos fazem das suas vivências. Isso significa acentuar os papéis dos atores na história. A experiência é entendida como uma categoria “[...] que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15). A experiência surge porque homens e mulheres são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e a seu mundo (THOMPSON, 1981).

Ao valorizar a contribuição dos atores Thompson destaca, em outro trabalho, sobre a formação a classe operária inglesa (1987), o papel fundamental da classe trabalhadora no movimento do “autofazer-se” das classes sociais ao longo da história. Thompson uso o termo “fazer-se” para destacar o processo ativo, resultado da ação humana e dos condicionamentos, da formação da classe operária, vista como um processo histórico e não como algo que existe *a priori*. “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p. 10).

Outros trabalhos que seguem na mesma linha são os estudos de Castoriadis (1985) e Sader (1988), por exemplo. Ambos os autores levam a sério a concepção de valorização da contribuição dos atores nos processos históricos estudados. Enquanto Castoriadis faz uma leitura ampla de vários autores marxistas e destaca que em muitas abordagens o operariado não tem um papel que lhe é de direito, Sader pesquisa experiências populares no Brasil em redemocratização e analisa as formulações de política dos sujeitos do movimento, recusando concepções prévias. Adotando essa perspectiva, pôde perceber uma pluralidade de ações na prática dos movimentos sociais, compondo um amplo e rico painel de como os movimentos sociais atuavam nas décadas de 1970 e 1980.

Touraine e Melucci também contribuíram para a reflexão sobre a relevância do sujeito na ação. Touraine publicou texto intitulado “O retorno do ator” em 1984, no qual chama a atenção para a centralidade do ator na análise sociológica e histórica. Sua abordagem procura entender os atores como sujeitos que elaboram suas próprias trajetórias, produzem sentido e não são reflexos de representações de papéis que lhe são atribuídos *a priori*. Touraine é um autor importante no campo de estudos dos movimentos sociais e destaca a importância de estudar movimentos sociais como atores que elaboram as situações históricas, e não o contrário. Trata-se de analisar como se formam os atores e entender como a sociedade pode ser dirigida por eles. Uma das críticas feitas a abordagem de Touraine é ter dado demasiada centralidade ao ator e pouca relevância ao papel das estruturas nos processos sociais.

Já Melucci (2001) chamou a atenção para a composição dos fenômenos coletivos, feitos de motivações, formas de relação, orientações diversas. Com isso, desloca para o passado a concepção de que cabe somente às estruturas produzir transformações, ignorando os modos de construir, individual e coletivamente, a mesma experiência humana. Para ele, a transformação também deve se operar nas mentes, nos afetos e nas emoções. Melucci (2001) destaca que a ação dos movimentos está estreitamente relacionada com a vida cotidiana e com a experiência individual. O que se apreende das proposições desse autor, e que é central para esse trabalho, é a forma como ele examina a vida social, considerando-a em relação com as dimensões individuais e a experiência subjetiva. Nessa abordagem, o ator tem papel fundamental, como deixa claro o trecho abaixo:

Nos movimentos contemporâneos, como em todos os fenômenos coletivos, combinam-se formas de ação que dizem respeito aos diversos níveis da estrutura social, que implicam diversas orientações, que pertencem a fases históricas diversas. Trata-se, portanto, de compreender esta multiplicidade de elementos, sincrônicos e diacrônicos, e de explicar, pois, como eles se combinam na concreta unidade de um ator coletivo (MELUCCI, 2001, p. 25).

O papel dos sujeitos como elaboradores e narradores das suas próprias histórias é central nesse trabalho e por isso busco aqui me aproximar o máximo possível de uma história contada do ponto de vista dos sujeitos, entendendo que eles são os protagonistas da história narrada e produtores de sentidos sobre suas histórias. Com isso quero ressaltar que reconhecer a centralidade do ator na análise da trajetória de atuação da Contag significa ter que lidar com diferentes memórias de experiências vivenciadas.

Por recorrer à narrativa dos atores sobre suas próprias histórias e à pesquisa no acervo da Contag, um conceito transversal a esse trabalho é o de memória coletiva. Cunhado por Maurice Halbwachs (1990), o termo foi elaborado para explicitar que as memórias vão além da dimensão individual na medida em que são relacionadas aos contextos sociais e aos grupos sociais. Ou seja, as memórias de um indivíduo não são só suas, pois as lembranças não podem ser compreendidas apartadas da sociedade.

Trabalhar com narrativas dos atores sobre suas experiências significa reconhecer a seletividade da memória (POLLAK, 1992) e as implicações disso para a pesquisa. Trata-se, entre outros aspectos, de considerar que as narrativas dos personagens são marcadas por esquecimentos e silêncios (POLLAK, 1989), cronologias plurais que variam conforme as vivências diferenciadas dos sujeitos (POLLAK, 1992), conflito e competição com outras memórias (POLLACK, 1989) e são marcadas pelo tempo histórico em que são lembradas ou, em outras palavras, são marcadas pelo presente (POLLAK, 1992; PORTELLI, 1998).

Outra ideia-chave nesse trabalho é a de tempo, que menciono aqui para me referir à importância em considerar o contexto histórico em que a atuação dos movimentos sociais acontece em cada situação para melhor entendê-la. Tilly e Tarrow chamam a atenção para a importância do contexto no estudo da ação coletiva por meio da ideia de oportunidades e restrições políticas. O precursor da ideia de oportunidades políticas foi Charles Tilly, em seu estudo *From mobilization to Revolution*, de 1978. De acordo com Tarrow, “naquele livro, Tilly formulou um ‘modelo do sistema político’ para a análise da ação coletiva, a partir do qual elaborou um conjunto de condições para a mobilização, estando entre as principais as oportunidades-ameaças para os desafiantes e a facilitação-repressão das autoridades. [...] Essas duas dimensões ligavam a ação coletiva ao Estado” (TARROW, 2009, p. 46-37). Partindo desta concepção, Tarrow desenvolveu sua concepção de oportunidades políticas.

Entendo oportunidades políticas como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam pessoas a se engajar no confronto político. Entendo as restrições políticas como

fatores – tal como a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes – que desencorajam o confronto, não só porque a especificação dessas variáveis muda em diferentes circunstâncias históricas e políticas como fatores diferentes podem variar em direções opostas. Como resultado, o termo ‘estrutura de oportunidade política’ não deveria ser entendido como um modelo invariável que produz, inevitavelmente, movimentos sociais, mas como um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades e, portanto, a movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 38-39).

Uma crítica que se pode fazer à noção de Tarrow refere-se à forte ênfase na dimensão externa do conceito de oportunidades e restrições políticas, limitando a possibilidade de agência dos atores no processo de mobilização para a ação coletiva. Embora ele considere a possibilidade de criação de condições de oportunidades políticas pelos movimentos, estas estão condicionadas à difusão da ação coletiva, da indicação de possibilidades de coalizão, da criação de espaço político para movimentos e contramovimentos e da produção de incentivos para provocar a reação das elites e de outros partidos. De toda forma, para sair de uma situação de não confronto para uma de confronto, o movimento que se mobiliza inicialmente, e que pode gerar um processo de mobilização em outros movimentos, depende das oportunidades criadas por elementos que lhe são externos. Nas palavras de Tarrow,

o confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para escapar da submissão e encontra oportunidades para usá-los. Ele também aumenta quando as pessoas se sentem ameaçadas por custos que não podem arcar ou que ofendem o seu senso de justiça. Os desafiantes encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. Quando isso se combina com a percepção do alto custo de inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político (TARROW, 2009, p. 99).

Destaco o trabalho de Tilly e Tarrow para ressaltar a importância em relacionar e entender as formas de ação coletiva e as ações de reprodução social com o contexto histórico, aspecto que os autores sublinham por meio do conceito de oportunidades e restrições políticas. Aqui, busco pensar o contexto histórico não só nos termos oportunidades-ameaças ou facilitação-repressão. Mas entender o contexto histórico como categoria que junto com os atores e as ações (de reprodução e coletivas) ajudam a entender a atuação dos movimentos sociais.

A literatura tem diversos exemplos que mostram a importância em se relacionar ação e contexto para um melhor entendimento da lógica de mobilização dos movimentos sociais. Destaco abaixo um trecho que considero relevante por expressar esta vinculação.

Os movimentos que se organizam em decorrência dos projetos de grande escala encontram-se muito marcados pelas situações conjunturais, principalmente quando o Estado apresenta-se como seu interlocutor principal. É nesse sentido que em Catumbi/RJ, onde o movimento inicia-se em pleno período ditatorial (final da década de 60), há muito cuidado para que o diálogo com o Estado seja realizado dentro das regras do jogo e canais estabelecidos. O movimento tenta deixar claro que não tem nenhuma conotação subversiva (FERREIRA DOS SANTOS, 1981, p. 188). O mesmo ocorre com os 'atingidos' por barragens no início da década de 70, como em Sobradinho. Já na fase da 'abertura' política (final da década de 70 e início da de 80), há ações políticas que se caracterizam pelo confronto e protesto. Pretendia-se deslegitimar tais projetos como decisões tomadas autoritariamente. O "não às Barragens" da Bacia do Uruguai/RS e SC ilustra este momento (ver SCHERER-WARREN e REIS, 1986). Já na fase de "transição democrática", as ações políticas de negociação e o lado reivindicativo destes movimentos tendem a predominar. O lado contestador reaparece quando os acordos não são cumpridos satisfatoriamente (ver SCHERER-WARREN e REIS, 1986) (SCHERER-WARREN, 1993, p. 90).

O olhar diacrônico para as ações dos movimentos sociais é importante pois, como advertiu Sader (1988), a importância de alguns desses fenômenos só pode ser percebida em sua inteireza com o tempo. "Pequenos atos, que até então seriam considerados insignificantes ou reiteração de uma impotência, começam a receber novas conotações. Manifestações incapazes de incidir eficazmente sobre a institucionalidade estatal – antes interpretadas como sinal de imaturidade política – começam a ser valorizadas como expressão de resistência, de autonomia e criatividade" (SADER, 1989, p. 32-33). A análise da atuação desses movimentos num período temporal mais amplo é importante para que o autor identifique as ações em diferentes conjunturas, podendo assim perceber variações e diferentes modos de agir no tempo.

Assim, será possível identificar as formas de ação e entendê-las em relação com o ator e a conjuntura, identificando possíveis padrões, limites e facilitadores conforme o tempo. Não se quer aqui pensar em termos de ciclos de protestos, conforme propôs Tarrow (2009), uma vez que essa noção ressalta a dimensão dos momentos de ascenso ou descenso dos movimentos, entendendo que eles oscilam conforme as dinâmicas dos conflitos e as forças sociais em jogo. Não é o interesse aqui falar nestes termos, pois isso significa eleger uma dinâmica de ação como elementar na atuação dos movimentos sociais. No caso de Tarrow, as ações privilegiadas na análise são as de confronto. Mais interessante, de acordo com a perspectiva que se construiu, é refletir em termos de processo de desenvolvimento de formas de ação coletiva, aproveitando e adaptando a concepção do sociólogo Norbert Elias de processo de desenvolvimento, chamando a atenção para a historicidade dos processos sociais.

Elias ajuda a pensar que fenômenos à primeira vista carentes de sentido se examinados na escala do tempo imediato podem revelar seu nexos quando postos contra uma medida de longo prazo, destaca Renato Janine Ribeiro na apresentação de livro *O processo civilizador*.

Seguindo essa linha, o trecho abaixo destaca possíveis vantagens do estudo de períodos mais longos:

O foco dos cientistas sociais sobre o presente referencia, em geral, uma preocupação estreita com causas e consequências de curto prazo. O foco dos historiadores sobre o passado oferece uma oportunidade para estudar não somente as consequências de curto prazo mas também a *longue durée* e os processos de mudança de longo prazo, tais como a industrialização, a urbanização ou as transições demográficas. Muitos historiadores não aproveitam a oportunidade e a maior parte da pesquisa histórica tende a focar no estudo em profundidade de períodos relativamente curtos de tempo. Mas a atenção a processos de mudança de longo prazo e aos limites temporais que demarcam diferentes períodos históricos pode ajudar a descobrir as condições gerais, ou limites, das generalizações teóricas e a identificar pontos decisivos nos processos de mudança (DILL; AMINZADE, 2007, p. 268)⁴².

Contudo, não há uma primazia ou dicotomia entre os estudos de curta e longa duração. O importante é pensar em escopos temporais que dialoguem com o problema de investigação, de modo que sejam suficientes para responder as perguntas feitas pelo pesquisador. Inclusive, a escolha de temporalidades não é mutuamente excludente. De acordo com Dill e Aminzade, “escopos temporais – isto é, o período de tempo durante o qual ocorre a mudança – não são elementos inerentes aos processos sociais, mas sim construções analíticas impostas pelo pesquisador” (DILL; AMINZADE, 2007, p. 284)⁴³. No caso desse trabalho, cujo objetivo é entender a atuação da Contag ao longo do tempo, o recorte temporal de análise buscou compreender como a Confederação atuou ao longo da sua trajetória, desde a sua criação, em 1963, até anos recentes, perpassando por diferentes contextos, cotejando as interpretações correntes, e, geralmente, circunscritas a um curto período, sobre os processos de mobilização dos movimentos sociais.

⁴² No original: “the focus of social scientists on the present often means a narrow concern with short-term causes and short-term consequences. Historians’ focus on the past provides an opportunity to study not just short-term sequences but also the *longue durée* and long-term processes of change, such as industrialization, urbanization, or demographic transitions. Many historians do not seize this opportunity and most historical research tends to focus on the in-depth study of relatively short periods of time, but an attentiveness to long-term processes of change and to the temporal boundaries demarcating different historical periods can help to ascertain the scope conditions, or boundaries, of theoretical generalizations and to identify key turning points in processes of change”.

⁴³ No original: “temporal scopes — that is, the period of time over which change occurs — are not inherent elements of social processes, but rather are analytic constructs imposed by the researcher”

2 A TRAJETÓRIA DA CONTAG

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) é composta atualmente por 27 federações estaduais, que juntas reúnem 3936 sindicatos municipais e representa a categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares⁴⁴. As federações se organizam em polos ou regionais sindicais, que reúnem sindicatos da mesma região geográfica. Alguns sindicatos se organizam em delegacias sindicais, conformadas geralmente por comunidades, fazendas ou sítios da área de atuação de um sindicato, que ajudam a organizar a base de atuação. Para se referir a esse conjunto de entidades é comum usar as expressões “Sistema Contag” ou “Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR)”, sendo essa última mais comum no âmbito do sindicalismo rural.

Atualmente a Contag está estruturada em Presidência e Vice-Presidência (que também coordena as relações internacionais) e mais 10 secretarias, que coordenam as frentes de luta do MSTTR. São elas: Secretaria Geral; Política Agrária; Política Agrícola; Políticas Sociais; Formação e Organização Sindical; Finanças e Administração; Meio Ambiente; Mulheres Trabalhadoras Rurais; Trabalhadores(As) da Terceira Idade; Jovens Trabalhadores(As) Rurais. Até 2017, existia também a Secretaria de Assalariados, que deixou de existir em 2017.

O atual nome da Contag foi instituído em 2015, atendendo a mudança recente da instituição, que deixou de representar os assalariados rurais, tendo sido oficializado em 2017, após a mudança no estatuto da Confederação e publicação no 12º CNTTR. A alteração também foi registrada no Ministério do Trabalho. Até então, a Contag era chamada apenas de Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura⁴⁵. Essa alteração foi decorrência do processo chamado pela Contag de “dissociação sindical”, por meio do qual uma nova confederação de representação dos assalariados foi criada, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar).

Em sua origem e ao longo de boa parte da sua trajetória, a Contag foi uma entidade de representação de trabalhadores rurais, termo genérico que aglutinava uma diversidade de situações de vida e trabalho, tais como posseiros, meeiros, parceiros arrendatários, pequenos

⁴⁴ Esse nome foi adotado a partir da mudança estatutária feita em abril de 2016. O registro sindical com o novo nome foi emitido em abril de 2017, mas precisou ser ratificado e com isso foi expedido novamente em outubro de 2017. Há uma outra confederação de agricultores e agricultoras familiares disputando a representação da categoria em plano nacional – a Contraf.

⁴⁵ A inserção do termo “Trabalhadoras” aconteceu após o 7º Congresso da Contag, em 1998.

proprietários, assalariados etc. A partir de finais dos anos 1970, um processo de diferenciação desses sujeitos políticos ganhou força, e novos movimentos e organizações no campo foram criados, em geral, para representar categorias e identidades mais específicas e/ou para atuar de acordo com parâmetros de ação política diferentes aos da Contag naquele momento. Nesse contexto foram criados movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), por exemplo⁴⁶.

Apesar disso, a Contag manteve a sua identidade e continuou representando uma parcela importante dos trabalhadores rurais, buscando agregar a diversidade de sujeitos que viviam no campo brasileiro, ainda que, sobretudo a partir dos anos 1980, já convivesse com novos movimentos e organizações sociais e políticas de setores populares do campo.

A partir do final dos anos 1980, começou a ganhar força no interior da Contag a luta dos pequenos agricultores ou pequenos produtores. Ao longo dos anos 1990, os termos pequenos agricultores e pequenos produtores caíram em desuso e deram lugar ao termo agricultores familiares⁴⁷, inicialmente empregado de maneira mais descritiva pelo MSTTR. Foi na própria década de 1990, ainda, que o termo agricultor familiar ganhou forte conteúdo político. E foi também ainda nos anos 1990 que se iniciou o processo de constituição do que viria a ser uma confederação de trabalhadores da agricultura familiar, hoje denominada Contraf.

A origem da Contraf remonta à formação da articulação denominada Frente Sul da Agricultura Familiar, em 1999, em um Encontro Regional da Agricultura Familiar, em Francisco Beltrão, Paraná. O encontro aconteceu após a derrota nas eleições para a direção da Contag na chapa apoiada pelo Fórum Sul dos Rurais da CUT, organização regional sucessora

⁴⁶ No plano local, as pessoas vinculadas a esses movimentos muitas vezes circulavam entre ambas entidades.

⁴⁷ A categoria agricultura familiar foi incorporada no meio sindical em um primeiro momento nos documentos do DNTR/CUT - caderno de tese do II Congresso Nacional do DNTR/CUT, realizada de 25 a 28 de março de 1993 -, logo em seguida também pela Contag. De acordo com Picolotto, as organizações sindicais assumiram a categoria agricultura familiar como "uma tentativa de superar uma condição de inferioridade social atribuída aos pequenos produtores, reabilitando-os social e politicamente como personagens do mundo contemporâneo e participantes ativos do desenvolvimento. Com esta mudança foram incorporados novos valores positivos, identificados com o novo lugar que se pretende para este grupo de agricultores. Nesse sentido, é construída a ideia-força de que são os agricultores familiares os grandes produtores de alimentos para os brasileiros". (PICOLOTTO, 2014, p. 81-82). De acordo com o autor, três conjuntos de atores foram os construtores e difusores da categoria a agricultura familiar e dos seus sujeitos políticos: os agricultores familiares. "O primeiro foi composto pelo debate acadêmico que recolocou luz sobre o lugar que a agricultura familiar ocupou no desenvolvimento dos países do capitalismo avançado e as condições de precariedade que ela encontrou historicamente no Brasil. O segundo é representado pelas ações do Estado que contribuíram para definir o sentido oficial da categoria agricultura familiar e as políticas públicas que a fortaleceram. O terceiro, nem por isso menos importante, é composto pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais (que passa a ser mais identificado como agricultura familiar) e pelos movimentos sociais do campo que, mesmo sendo formado por forças políticas diversas, conseguiram organizar projetos de um novo lugar para a agricultura familiar no país" (PICOLOTTO, 2014, p. 64).

da antiga Articulação Sindical Sul⁴⁸. A Frente Sul passou a lutar pelo reconhecimento da agricultura familiar como agenda pública central e modelo de agricultura a ser estimulado no país. A Frente era formada por sindicatos, cooperativas de crédito, produção, associações e ONGs ligadas à agricultura familiar. Com o tempo, a Frente Sul sentiu a necessidade de formar uma estrutura sindical específica para os agricultores e agricultoras familiares. Isso aconteceu por causa do processo de fortalecimento da dinâmica organizativa e da identidade da agricultura familiar na região Sul; da percepção das enormes dificuldades de mudança na correlação de forças existentes nas federações na região ligadas ao sistema Contag; e também por, muitas vezes, divergir na concepção sobre o modo como se conduz a luta política. Com isso, durante o I Congresso Sindical da Agricultura Familiar, em março de 2001, em Chapecó-SC, foi fundada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) (PICOLOTTO, 2014; MEDEIROS; PICOLOTTO, 2016, p. 12-13).

Com a Fetraf-Sul e a existência de outras federações de agricultores familiares já criadas em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia e Minas Gerais, reforçou-se a ideia de nacionalização de uma organização de representação dos agricultores familiares. Assim, em 2005, durante o I Congresso Nacional da Agricultura Familiar, foi fundada a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil). Em 2016, a Fetraf-Brasil mudou de nome e passou a se chamar Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contraf). Essa mudança aconteceu no contexto do IV Congresso Nacional da então Fetraf-Brasil, em 2016, e buscou adequar o nome da entidade ao registro sindical requerido, de confederação da agricultura familiar, e também por acreditarem que a alcunha de confederação atribuiria um peso político maior à entidade (MEDEIROS; PICOLOTTO, 2016).

As mudanças recentes na estrutura da Contag têm a ver com esse processo de disputa pela representação dos sujeitos do campo. Não é o objetivo deste trabalho contar essa trajetória. Contudo, menciono essa mudança para esclarecer a razão de estabelecer o marco final desse estudo em 2015 e contextualizar a atual condição da Confederação.

Apresento neste capítulo a trajetória da Contag para situar a atuação política da Confederação no contexto da sua genealogia e desenvolvimento histórico. O que procuro fazer aqui, seguindo os passos de Norbert Elias (1994), é uma sociogênese do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais a partir do estudo da sua entidade de representação

⁴⁸ Organização interestadual criada em 1984 em oposição ao sindicalismo da Contag e federações dos estados do sul. A Articulação estava próxima a CUT, MST, MAB e MMTR e foi apoiada pelos setores progressistas da Igreja Católica e Luterana, ligados à Teologia da Libertação (PICOLOTTO, 2014).

nacional, a Contag. Por isso, nas próximas páginas, apresentarei uma breve história da Contag com base em trabalhos acadêmicos, documentos e entrevistas. Longe de narrar em detalhes o percurso histórico da Contag, o capítulo tem como objetivo apresentar uma breve contextualização destacando alguns marcos fundamentais. Para isso, elaborei uma periodização da Contag em sete fases, de acordo com marcos internos do próprio movimento. Como toda periodização, essa também possui certa arbitrariedade. Contudo, na eleição dos marcos, procurei me orientar e dialogar com o que já existe nos trabalhos escritos sobre a Contag, assim como nas narrativas dos documentos e atores entrevistados. Dessa forma, cheguei à seguinte periodização: 1) antecedentes e fundação da Contag (anos 1950-1964); 2) golpe de 1964 e intervenção; 3) da eleição de José Francisco da Silva até o 3º Congresso (1967-1979); 4) a retomada das lutas de massa (1979-1990); 5) reestruturação da Contag (1990-1995); 6) filiação à CUT e criação do PADRS (1990-1995); 7) Da desfiliação a CUT até a dissociação sindical (2009-2015).

2.1 Antecedentes e Fundação da Contag (anos 1950-1964)

A regulamentação da sindicalização rural ocorreu somente em 1962 e provocou um crescimento no registro de organizações de representação de trabalhadores rurais já existentes e a criação de novas. Foi essa regulamentação que forneceu as bases legais para a criação da Contag em 1963. Contudo, a constituição de sujeitos políticos organizados no campo brasileiro não é resultado da legislação criada. É principalmente produto do processo de organização de atores políticos no campo que remonta a processos sociais e políticos anteriores à legislação instituída.

Para ficar restrito ao contexto do que se convencionou chamar de movimentos ou lutas sociais no campo, o processo de organização política dos trabalhadores rurais é herdeiro das lutas sociais que se desenvolveram pela ação de diversos sujeitos sociais⁴⁹. Antes esporádicas e localizadas, foi a partir dos anos 1950, principalmente, que as lutas no campo ganharam força e o campesinato se tornou um ator político relevante no cenário nacional por meio das suas

⁴⁹ Para saber mais sobre a história das lutas sociais no campo no Brasil, ver as edições da Coleção História Social do Campesinato no Brasil, especialmente os volumes 1 e 2 do tomo Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história (MOTTA; ZARTH, 2008; 2009) e os volumes 1 e 2 do tomo Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas (FERNANDES; MEDEIROS; PAULINO, 2009).

mobilizações. Nesse momento, surgiram diversas organizações de representação dos sujeitos sociais do campo, tais como: as Ligas Camponesas – provavelmente a mais conhecida delas –, que eram associações de trabalhadores rurais criadas no final da década de 1950, inicialmente no estado de Pernambuco e na Paraíba, que posteriormente se expandiram para outras localidades sob influências diversas; Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB); o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), criado em 1960, no Rio Grande do Sul, sob influência do governador do Estado Leonel Brizola, que chegou a ter 47 acampamentos em todo o estado até março de 1964 (MEDEIROS, 1989; SAUER et al., 2015).

Dentre as organizações que surgiram nesse contexto, merece destaque a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), por ter sido a primeira organização que pretendia ser instância nacional de representação de trabalhadores rurais. A criação da Ultab ocorreu em 1954 e foi um passo importante para superar o localismo e o isolamento das lutas no campo. A sua fundação aconteceu na II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. A Ultab tinha o objetivo de coordenar as lutas camponesas em âmbito nacional e foi constituída sob forte influência comunista (GRYNSZPAN, 1987; MEDEIROS, 1989). Contudo, nem sempre a Ultab conseguiu articular as diversas organizações dos trabalhadores no campo e lhes dar direção. Na prática, as associações e organizações locais desempenhavam o papel de organizar as resistências e as lutas no cotidiano. A presença da Ultab se dava fundamentalmente nas formulações de bandeiras mais gerais, como a da reforma agrária. (MEDEIROS, 1989).

A Ultab foi a entidade que convocou o Congresso Camponês de Belo Horizonte, em 1961, marco na história das organizações políticas no campo, e que teve a participação de outras forças políticas que atuavam nas áreas rurais além da Ultab, como as Ligas Camponesas e o Master. Alguns autores consideram este Congresso um marco das lutas no campo devido a dois aspectos: “a proposta de reforma agrária radical, ‘na lei ou na marra’, e as divergências entre Francisco Julião e o Partido Comunista Brasileiro, em torno da validade da luta por medidas parciais de reforma agrária” (MEDEIROS, 1989, p. 56). Esse congresso marcou ainda o reconhecimento político e social da categoria “camponês” como um termo que sintetiza um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo. A presença de importantes autoridades no Congresso, como do então Presidente da República, João Goulart, são indicadores do fato político de relevo e da gravidade que a questão agrária assumia (MEDEIROS, 1989).

Ressalto aqui de forma breve as lutas e organizações do campo que antecederam a fundação da Contag para frisar que a constituição dessa confederação de trabalhadores rurais é

fruto de um processo histórico de mobilizações e organizações no campo e de conformação do trabalhador rural como sujeito político no cenário nacional.

Nesse contexto, a Portaria nº 209-A/25, de 25 de junho de 1962, do Ministério do Trabalho, regulamentou a sindicalização rural no país, uma demanda antiga de setores rurais organizados politicamente, criando as bases legais para a organização e reconhecimento de sindicatos, federação e confederação de trabalhadores rurais e de empregadores. Também estabeleceu categorias de enquadramento de atividades e profissões que deveriam orientar a criação de organizações sindicais de trabalhadores e empregadores. De acordo com essa Portaria, posseiros, arrendatários e outras categorias de pequenos produtores ficavam agrupados como empregadores⁵⁰. A mudança dessa situação aconteceu em 27 de novembro de 1962, por meio da Portaria 355-A, também do Ministério do Trabalho⁵¹. Essa Portaria fez alterações no quadro de atividades, estabelecendo que os produtores autônomos, pequenos proprietários, arrendatários e trabalhadores autônomos que explorassem atividade rural sem empregados, em economia familiar ou coletiva, eram considerados trabalhadores. Dessa forma, estabeleceu quatro categorias econômicas ou profissionais de trabalhadores rurais: trabalhadores na lavoura; trabalhadores na pecuária e similares; trabalhadores na produção extrativa rural; produtores autônomos.

O reconhecimento dos direitos trabalhistas dos assalariados do campo só foi efetivado com o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4214 de 02/03/1963)⁵². De acordo com o Estatuto (art. 2º.), os assalariados do campo eram “pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura ou parte in natura e parte em dinheiro”. Do ponto de vista legal, e para efeitos de organização sindical, a unificação de todas as categorias em uma – trabalhador rural – ocorreu somente em 1965 por meio da Portaria do Ministério do Trabalho (n. 71, de 02/02/1965). (MEDEIROS; PICOLLOTO, 2016). De acordo com a regulamentação da sindicalização rural,

em cada município poderia haver um único sindicato, que representaria o conjunto dos que trabalhavam no campo, quer em regime de economia familiar (em terra própria; pagando uma renda pelo uso da terra ou sem ter título legal de propriedade), quer como assalariados, permanentes ou temporários. Na prática, o sindicato representava localmente apenas uma das categorias, que poderia ser tanto a majoritária no município, quanto aquela que, por sua trajetória mais ativa ou por laços com o poder local, tinha seus interesses representados pelo grupo que dirigia o

⁵⁰ Diário Oficial da União, 12 jul. 1962, p. 7499-7500.

⁵¹ Diário Oficial da União, 27 nov. 1962, p. 12236-12238.

⁵² O Estatuto do trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, e publicada no Diário Oficial no dia 18 de março de 1963) representou a extensão da legislação social ao trabalhador rural, fornecendo as bases para a organização sindical do campo brasileiro.

sindicato. Ou seja, efetivamente apenas alguns segmentos eram representados. Esses sindicatos se agrupavam no plano estadual em federações de trabalhadores na agricultura (Fetags) e, no plano nacional, na Contag (MEDEIROS; PICOLLOTO, 2016, p. 3).

Dessa forma, a partir de 1962, centenas de sindicatos de trabalhadores rurais foram fundados. De acordo com Ricci (2009), o Ministério do Trabalho reconhecia os sindicatos dirigidos por lideranças das correntes partidárias do Ministro em exercício. Assim, na gestão de Franco Montoro (8 de setembro de 1961 a 12 de julho de 1962), os sindicatos beneficiados eram aqueles ligados às correntes sindicais católicas, vinculação do então Ministro, que era do Partido Democrata Cristão. Já na gestão de Almino Afonso (24 de janeiro a 18 de junho de 1963), do PTB, mas aliado ao PCB, então clandestino, os maiores beneficiados foram os sindicatos dirigidos por lideranças comunistas. Para Ricci (2009), o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais naquele período foi marcado por acordos estabelecidos no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (Consir).

No Boletim *Trabalhador Rural*, comemorativo dos dez anos da Contag, há a informação de que em 1962 existiam 153 sindicatos fundados, sendo 83 reconhecidos. Após a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, esse número aumentou, chegando a 475 sindicatos fundados, sendo 220 reconhecidos. Em 1963, foram fundadas também várias Federações de Trabalhadores na Agricultura, chegando a um total de 29 federações em 18 estados até o final desse ano, embora nem todas tenham sido reconhecidas⁵³.

É nesse contexto que a Contag é fundada, em 20 dezembro de 1963, como entidade de representação nacional dos trabalhadores rurais. A eleição da primeira diretoria da Contag foi realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 1963. Na ocasião, participaram delegados sindicais de 263 sindicatos rurais reconhecidos, 480 em processo de reconhecimento no Ministério do Trabalho e 29 federações de 19 estados do Brasil, número indicativo da existência de mais de uma federação por estado e, portanto, sinal da competição política pela representação dos trabalhadores rurais naquele momento.

⁵³ O *Trabalhador Rural*, Ano 6, Nº 1, Janeiro 1974.

RG-058
BIBLIOTECA NACIONAL
AVENIDA RIO BRANCO
RIO - GUANABARA

PORTE PAG
Expedido pe
Editor



TERRA LIVRE

A TERRA PARA OS QUE NELA TRABALHAM

ANO XIV - N.º 130

SÃO PAULO

JANEIRO DE 1964

H. SOSTHENES JAMBO
Diretor Executivo
HEROS TRENCH
Proprietário
Redação e Administração
Rua José Bonifácio, 29
19.º andar - Sala 103
São Paulo (2) - Brasil
Assinatura anual Cr\$ 200,00
Preço avulso Cr\$ 20,00

CONTAG: Poderoso instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores do campo



Grandes Vitórias em 63: Passos Decisivos em 64

Sosthenes Jambo

Acabamos de atravessar, com grandes êxitos, mais uma etapa da luta dos camponeses, no âmbito da Reforma Agrária, a regulamentação da Sindicalização Rural, o Estatuto do Trabalhador Rural e a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), foram frutos de uma luta intensa, travada há longos anos, pelos camponeses brasileiros, ajudados pelo seu natural aliado, a classe operária. Chegamos ao fim de 1963, com 569 sindicatos rurais, 29 federações, além da Confederação, produto de um trabalho positivo qual o da aplicação de uma política de frente única com todas as correntes que atuam no campo, o que também abre caminho para um maior fortalecimento do movimento camponês.

Greves de trabalhadores rurais explodiram por todo o território nacional, vitórias em sua grande maioria, conquistando, aqui e ali, novos direitos ou o respeito a direitos anteriormente conquistados. Os movimentos grevistas culminaram com os 200 mil camponeses pernambucanos que cruzaram os braços nos fins de 1963, marcando a maior parade já levada a efeito na história das lutas dos trabalhadores rurais brasileiros. Se no ano de 1963, ao iniciar-se, o movimento camponês registrou grandes e importantes conquistas de terra, como na região do Imbé, no Estado do Rio, encerrado com a greve que parou o Estado de Pernambuco, registrou também, por outro lado, importantes assembleias, congressos e congressos, tais como o Encontro de Goiânia, Goiás, cujo êxito, realizou o avanço dos camponeses de Goiás.

Todos esses movimentos grevistas, de maior ou menor proporção, em todos os Estados da Federação, somados às grandes assembleias e concentrações camponesas, representam as ações de massa dos trabalhadores rurais brasileiros tomando consciência da sua força e aplicando essa consciência na sua luta por melhores condições de vida. E essa luta não pode parar e que não vai parar, tem um caminho seguro e um objetivo certo a atingir: a manutenção da atual estrutura agrícola, com base na modificação do parágrafo 16 do ar-

tigo 141 da Constituição, para dar lugar a uma reforma agrária que realmente satisfaça às necessidades de desenvolvimento da nossa agricultura e, conseqüentemente, das populações do campo e da própria indústria nacional.

Essas lutas e o que vem determinando, sob o efeito de pressão, as desapropriações e distribuição de títulos de terra por parte do Governo, como ocorreu em Goiás (Dourados), Estado do Rio (Hagui), e Ceará. Outra medida do Governo, que é também fruto das lutas do nosso povo, é a desapropriação das terras colonas às margens dos açúcares e das estradas federais (rodovias e ferrovias), desmascarando o latifúndio que tem se beneficiado com aquelas obras de administração federal, contrariadas com o dinheiro do povo. Essas desapropriações cujos estudos foram realizados pela SUPRA, vêm colar despindo os interesses anti-nacionais do PCB, com quem vem conciliando o sr. João Goulart.

Ai está, companheiros, um rápido balanço do que foram as lutas no período de 1963. Duras lutas e grandes e importantes vitórias que nos abrem a perspectiva de melhores condições para 1964, no sentido da conquista de medidas iniciais e concretas de reforma agrária. Neste ano que iniciamos, poderemos dar passos decisivos para a reforma agrária, na medida em que avançamos na organização das massas camponesas; nas ações de massa que exercem pressão contra a classe dominante, através das reivindicações econômicas e ligando essas reivindicações à exigência do respeito às liberdades democráticas, a liberdade dos sargentos e camponeses presos, dentre eles Jofre Corrêa Neto. Passos decisivos no sentido das reformas estruturais e da emancipação nacional das garras do latifúndio e do imperialismo norte-americano poderão ser dados, na medida em que soubermos utilizar e aplicar bem as nossas forças de massa que exercem pressão contra a classe dominante, com todas as correntes e camadas que lutam pelo progresso da Nação; e na medida, também, em que soubermos reforçar a aliança operário-camponesa, sem a qual serão praticamente impossíveis as conquistas de nível mais elevado, no caminho das reformas de base.

No dia 20 de dezembro último, como um legítimo presente de Natal mas um autêntico fruto de lutas cruéis, os trabalhadores do campo de todo o Brasil receberam nas mãos, por intermédio de uma Diretoria eleita por unanimidade, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), órgão que coordenará todo o movimento camponês no País.

A eleição foi realizada na sede do Sindicato dos Bancários do Estado da Guanabara, e contou com o voto de representações sindicais rurais de 19 estados, sendo que a chapa única, formada por integrantes das várias correntes que atuam no campo, encabeçada pelo conhecido dirigente camponês Lyndolpho Silva.

Na fotografia ao lado, o Presidente da CONTAG, Lyndolpho Silva, quando discursava após sua eleição. A sua direita, o deputado Padre Lage e os líderes camponeses do Estado do Rio, Braulio Rodrigues e José Puzosa da Silva (Comandante do Imbé). A sua esquerda, Nestor Vera (Tesooureiro eleito), Manoel Gonçalo (Vice-Presidente eleito - Pernambuco), e o dr. Geraldo Moretzson Monteiro de Barros, da Comissão Nacional de Sindicalização Rural do Ministério do Trabalho. A CONTAG, que teve, também, a valiosa colaboração da SUPRA, foi criada já nas mãos de legítimos representantes camponeses. (Leia na página 5, sob o título acima, importante entrevista de Lyndolpho Silva).

Fundada após grandes lutas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Na fotografia abaixo, um aspecto do ato solene de posse da Diretoria eleita da CONTAG, vend-se o ministro do Trabalho, dr. Amauri Silva, dirigindo a palavra aos representantes sindicais do campo de todo o Brasil, ladeado por Lyndolpho Silva e pelo dr. Sérgio Veloso, presidente da Comissão Nacional de Sindicalização Rural, a quem se deve boa parte dos êxitos. (Leia na página 5, reportagem completa).



Figura 1: Capa do Jornal Terra Livre, Ano XIV, N.º 130, SP, janeiro de 1964. Fonte: NMSPP/CPDA/UFRRJ.

Sobre o processo de criação da Contag, o atual assessor jurídico da Confederação, Ivaneck Perez Alves, comentou:

na verdade, já tinha um pedido do Ministério do Trabalho, feito pelo pessoal ligado à Igreja Católica, de criação da CNTA⁵⁴. Por isso, inclusive, que a Contag, das confederações oficiais, é a única que não segue a lógica do nome. Porque sempre é

⁵⁴ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CNTC, CNTI, CNTE, tudo assim. A Contag é Contag, porque o nome CNTA estava ligado a esse pedido da igreja católica. O Ministro segurou esse pedido e forçou a convocação de um congresso, com a participação de todas as forças. E aí, quem ganhou, nesse processo, ganhou a direção, foi o Lyndolpho Silva, que era ligado ao PCB⁵⁵.

O processo de disputa pela criação de sindicatos, federações e confederação também foi tratado na entrevista com o ex-assessor educacional da Contag ao longo dos anos 1960 a 1980, José Gonçalves. Antes de ingressar na Confederação, José Gonçalves atuava no sindicalismo rural em Pernambuco e, por isso, foi testemunha dos eventos que narrou. Zé Gonçalves, como é conhecido, contou:

[...] Falta eu te falar que, antes do golpe de 64, nós chegamos a ter 29 federações⁵⁶. Porque houve aquela caminhada para assumir a liderança do movimento sindical. Então, nós tivemos várias tentativas, dos diversos grupos, de organizar federações, organizar sindicatos. [...] Então, nós começamos a ter sindicatos de assalariados, sindicatos de pequenos proprietários, sindicatos de... a memória agora está ficando ruim, cara. Eu sei que eram três: assalariados, pequenos proprietários e a outra, que era aglomerar os posseiros, os meeiros, etc. Era mais ou menos isso. [...] Agora, o que é que acontecia aí? Acontecia que ninguém queria perder a liderança, junto aos trabalhadores rurais. E os trabalhadores rurais só estavam organizados em duas fações, mais ou menos: nós tínhamos a federação dos pequenos proprietários e nós tínhamos a dos assalariados. [...]. Então, nós entramos no bolo também, para não perder. Quem estava nessa linha também era o pessoal do PCB. O pessoal comunista. E para não se perder liderança, aí começamos a fazer sindicatos de tudo quanto era canto. E federações também. A cada 5 sindicatos, fazia-se uma federação. A cada três federações, fazia-se, podia fazer uma confederação. Então, quando nós chegamos a cinco, então, a gente já propôs, na convenção de Natal, a gente já propôs organizar a equipe da Contag⁵⁷.

A Convenção de Natal foi, segundo José Gonçalves, o evento de fundação de uma confederação de trabalhadores ligada a grupos da Igreja Católica e que, na competição pelo reconhecimento sindical, perdeu espaço para a Contag, não sendo, portanto, reconhecida como entidade nacional representativa dos trabalhadores rurais pelo Ministério do Trabalho. A fundação dessa confederação contou com o apoio de cinco federações estaduais⁵⁸.

A Convenção de Natal mencionada por José Gonçalves é, provavelmente, a “I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais”, que ocorreu entre 15 e 20 de setembro de 1963 em Natal, Rio Grande do Norte. Um dos objetivos do encontro era discutir a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CNTA), entidade mencionada por José Gonçalves

⁵⁵ Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

⁵⁶ A Portaria 355-A, de 27 de novembro de 1962, estabeleceu quatro categorias econômicas ou profissionais de trabalhadores rurais: trabalhadores na lavoura; trabalhadores na pecuária e similares; trabalhadores na produção extrativa rural; produtores autônomos. Por isso, havia mais de uma federação por estado.

⁵⁷ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

⁵⁸ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

e que, na disputa pelo reconhecimento sindical, perdeu para a Contag, então iniciativa do grupo de federações ligadas ao PCB. Foi possível descobrir essa informação por meio da matéria do *Jornal Diário de Natal* intitulada “Reunião em Natal será ponto de partida para sindicalização rural”⁵⁹. De acordo com a reportagem, somente tinham direito a voz e voto os sindicalistas ligados às federações credenciadas pelos sindicatos. Os demais participantes podiam observar, porém não participar das discussões, explicava o advogado da federação de Pernambuco na matéria.

Entrevistado pela reportagem do periódico, o então advogado da Fetape, João Moura, mencionou que o evento previa reunir cerca de 10 federações. A Convenção tinha o objetivo de ser o ponto de partida para uma campanha nacional por sindicalização. Nas palavras da reportagem:

O grande objetivo do conclave [...] é dar uma consciência profissional ao trabalhador rural para cujo plano pró-sindicalização estruturado pelos próprios líderes camponeses, será executado, tendo por base a vivência dos problemas agrários e a integração definitiva dos trabalhadores nos princípios da Justiça e moral cristãos. Na Convenção, continuou, serão discutidos assuntos ligados ao estudo da reforma agrária, ao Estatuto do Trabalhador Rural, à Superintendência da Reforma Agrária (Supra), à Previdência Social Rural e à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CNTA)⁶⁰.

Contudo, como já destacado, a Confederação que recebeu o reconhecimento do Ministério do Trabalho foi a Contag. A disputa pela criação da confederação correspondia a uma concorrência mais ampla entre católicos e comunistas pela liderança da organização dos trabalhadores rurais no campo. Para os católicos, tratava-se de conter a expansão do comunismo no campo, como a atuação do Partido Comunista, e as Ligas Camponesas.

No mesmo dia da criação da Contag, em 20 dezembro de 1963, foram aprovados os seus Estatutos e a direção da instituição, e também ocorreu a posse dos diretores, com a presença do então Ministro do Trabalho, representando o Presidente da República, e o presidente da Superintendência de Política Agrária. A chapa eleita foi formada por meio de uma composição de frente única entre diversas forças atuantes no campo brasileiro, entre elas a Ultab, a Ação Popular (AP)⁶¹ e grupos católicos do Nordeste. Apesar de a matéria publicada no *Jornal Terra*

⁵⁹ *Jornal Diário de Natal*, de 8 de setembro de 1963, p. 2 e 4. Fonte: Hemeroteca Digital.

⁶⁰ *Jornal Diário de Natal*, de 8 de setembro de 1963, p. 2 e 4. Fonte: Hemeroteca Digital.

⁶¹ A Ação Popular foi fundada em 1962 e era marcada por uma forte influência do humanismo cristão. O movimento era formado a partir dos membros mais radicalizados das juventudes especializadas, principalmente da Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Estudantil Católica (JEC). Após o golpe civil-militar de 1964, a AP sofreu um processo de crise sobre os rumos da sua atuação. Por volta de 1967, a AP assumiu uma postura marxista-maoísta, marcando a radicalização do movimento.

Livre sobre a formação da chapa anunciar que a frente única era formada por todas as correntes, a verdade é que outras forças ficaram de fora da chapa eleita, como o Master e as Ligas Camponesas⁶². O primeiro presidente da Contag foi Lyndolpho Silva e o primeiro tesoureiro foi Nestor Veras, ambos ligados ao PCB. O secretário da entidade foi Sebastião Lourenço de Lima, ligado à AP. A composição de forças políticas presentes na primeira diretoria da Contag é representativa de parte dos grupos que disputavam articular a organização sindical dos trabalhadores rurais no Brasil. De acordo com Ricci (1999, 2009), no congresso de fundação da Contag, estiveram presentes dez federações vinculadas ao PCB, oito vinculadas à AP e seis dirigidas por grupos católicos do Nordeste.

José Gonçalves era uma das pessoas presentes no Congresso de fundação da Contag que era ligada aos sindicatos mais próximos de grupos católicos do Nordeste. Ele explica os arranjos políticos estabelecidos na ocasião de fundação da Contag, que levaram Lyndolpho Silva ao cargo de presidente da nova Confederação, deixando os católicos do Nordeste com espaços poucos expressivos na composição da diretoria da Confederação que se formara.

Perdemos nas primeiras eleições por força de um grupo de AP, que existia na época, que era um grupo de Igreja, mas ficou um pouco dissidente do grupo mais tradicional, que era na linha dos Círculos Operários. Então, na hora que vai compor a chapa, lá no Rio de Janeiro, a gente perdeu para o pessoal que tinha tendência mais à esquerda. Eu digo que é a gente, porque nós fazíamos parte do outro grupo, mais igreja, mais Círculos Operários. Aí dentro, tinha os mais consequentes e os menos consequentes. Mas era nesse bolo que a gente estava. E com uma linha também, para aquela ocasião, uma linha bem avançada. Bom, mas o pessoal achou melhor compor com a turma mais de esquerda. Que a gente começar a rotular, fica meio complicado. Porque eram companheiros nossos também. Bom, para encurtar a história, foi eleito o Lyndolpho. E nós, que vínhamos de Pernambuco, o pessoal do Nordeste, aquele negócio todo, ficou, que era mais ligado à Igreja, ficou um pouco escanteado⁶³.

Em entrevista ao Jornal *Terra Livre*, Lyndolpho Silva, primeiro presidente da Contag, destacou o fato de que a unidade reinou entre os presentes no Congresso: “Essa unidade estava plasmada, fundamentalmente, na existência de uma única chapa e na unanimidade de votos por ela recebido”⁶⁴. A unidade exaltada pelo líder comunista veio a ser uma das marcas características do sindicalismo da Contag, que ao longo de toda a sua trajetória buscou sempre que possível ter apenas uma chapa nas eleições sindicais.

Lyndolpho Silva anunciou que as primeiras atividades da Contag se desenvolveriam em torno da instalação da sede da entidade no Rio de Janeiro e da aplicação efetiva do Estatuto do

⁶² *Terra Livre*, Ano XIV, Nº 130, SP, Janeiro de 1964, p. 1.

⁶³ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

⁶⁴ *Terra Livre*, Ano XIV, Nº 130, SP, Janeiro de 1964, p. 5.

Trabalhador Rural e da regulamentação dos seus itens que tratam da Carteira Profissional, da Previdência Social, do desconto de habitação, do Imposto Sindical e do Conselho Arbitral. Além disso, eram parte integrante do programa inicial: regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, financiamento direto ao pequeno agricultor, preços mínimos compensadores nas fontes de produção, títulos definitivos de posse aos verdadeiros posseiros e a reforma agrária com a modificação do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição⁶⁵. Ou seja, o foco no cumprimento da legislação, demanda que orientará a ação da Contag nos anos subsequentes, já estava no horizonte de atuação da Contag, mesmo antes do golpe de 1964.

O reconhecimento da Contag chegou em 31 de janeiro de 1964 por meio do Decreto nº 53.517⁶⁶. O decreto estabeleceu as atribuições da Contag e aprovou os seus Estatutos Sociais, na forma do instituído pelo Estatuto do Trabalhador Rural,

como entidade sindical de grau superior coordenadora dos interesses profissionais dos trabalhadores na agricultura, pecuária e similares, produção extrativa rural, bem como dos trabalhadores autônomos e pequenos proprietários rurais, em todo o território nacional⁶⁷.

Em abril de 1964 ocorreu um golpe de Estado, destituindo o presidente. No bojo desse processo, logo em seguida, a Contag sofreu uma intervenção por parte do Ministério do Trabalho, como tantas outras entidades sindicais no país. Como parte da intervenção, a direção da entidade foi substituída por uma Junta Governativa nomeada pelo Ministério do Trabalho. A Junta foi liderada por José Rotta, católico circulista e presidente da Federação de Trabalhadores Rurais de São Paulo (Fetaesp). A nova direção se preocupou em dotar a Contag de uma sede provisória, dar-lhe certa estrutura administrativa e promover o reestabelecimento do movimento sindical de trabalhadores rurais a nível nacional. Essa Junta esteve à frente da Confederação por praticamente um ano e, depois disso, foram convocadas eleições, reestabelecendo a normalidade administrativa da Contag. O mesmo aconteceu com algumas federações e sindicatos, sobretudo aqueles ligados à linha comunista. Portanto, entre a fundação da Contag, em dezembro de 1963, e a intervenção, em abril de 1964, pouco foi feito. Após o golpe, portanto, o rumo da luta dos trabalhadores do campo e do sindicalismo rural foi alterado.

⁶⁵ *Terra Livre*, Ano XIV, Nº 130, SP, Janeiro de 1964, p. 1.

⁶⁶ *Terra Livre*, Ano XIV, Nº 130, SP, Janeiro de 1964, p. 1.

⁶⁷ *Diário Oficial da União*, 5 fev. 1964, p. 1169.

2.2 O golpe de 1964 e a intervenção sobre a Contag (1964-1968)

O Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, concedeu ao autodenominado Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o poder de, entre outras coisas, cassar mandatos legislativos de todas as esferas e suspender direitos políticos de qualquer pessoa pelo prazo de dez anos.

Foi nesse contexto de cerceamento das liberdades políticas que se deram as intervenções nos sindicatos, ordenadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Essa ação buscava controlar as organizações sindicais a partir dos objetivos e funções a elas atribuídos pelo novo regime (FIGUEIREDO, 1978), atingindo várias entidades recém-criadas do movimento sindical de trabalhadores rurais, dentre elas a Contag. As intervenções confirmavam, portanto, uma clara ingerência do Estado sobre as entidades sindicais, via Ministério do Trabalho. Os sindicatos foram encarados pelo regime militar como canal prioritário de controle sobre a classe trabalhadora. Longe de opor-se à sua existência, o ministro do trabalho Arnaldo Sussekind (1964-1965) nomeou interventores ou juntas governativas, buscando estabelecer controle direto sobre as entidades sindicais por meio da cassação dos dirigentes considerados subversivos ou pelo afastamento de diretorias eleitas antes do Golpe.

Entre os principais dirigentes da Contag no momento do golpe estava Lyndolpho Silva, presidente da Confederação. Ele teve seus direitos políticos cassados, em 1965, por dez anos, e manteve-se na clandestinidade, sob risco de prisão, até 1973, quando se exilou na Europa, estabelecendo-se em Praga, onde permaneceu até o retorno ao país, em 1979, beneficiado pela Lei de Anistia (SAUER et. al., 2015; CARNEIRO; CIOCCARI, 2011).

Mas o desmantelamento das organizações sindicais não aconteceu apenas por meio das intervenções oficiais. Os efeitos das intervenções e repressão política atingiram também muitos sindicatos recém-criados, seja por meio da fuga das suas principais lideranças, seja pela não-obtenção da carta sindical que as reconhecia oficialmente como entidade de representação sindical, ou ainda pela dificuldade de atuação política em um contexto de restrições democráticas. Se em 1963 havia 29 federações em 19 estados, mais de uma por estado, por conta das categorias de enquadramento, em 1967 existiam apenas onze. A redução das federações pode ser explicada, em grande medida, pela dificuldade de organização política dos movimentos sociais após o golpe de 1964 e é indicativa da repressão que atingiu as entidades sindicais após 1964. Mas também pelo fato de a partir de 1965 ter acontecido a unificação de

todas as categorias em uma – trabalhador rural – com Portaria do Ministério do Trabalho (n. 71, de 02/02/1965), já mencionada.

Depois disso, novas medidas governamentais determinaram os canais de acesso aos postos administrativos e diretivos dos sindicatos oficiais, proibindo muitos sindicalistas de concorrer a cargos eletivos ou privando-os de seus direitos políticos, seja por pertença partidária anterior, seja por emitirem suas opiniões ideológicas. Também a legislação existente foi utilizada de maneira efetiva e ampla para controlar as entidades sindicais, de acordo com Figueiredo (1978). Havia ainda maneiras criadas pelo Ministério do Trabalho para interferir nas entidades sindicais. De acordo com Paulo Jarbas, que trabalhou no setor de contabilidade da Contag desde 1968, o Ministério buscava exercer o controle da Confederação por meio do exame da prestação de contas, solicitando alterações na prestação constantemente, buscando com isso criar problemas para a entidade. Sabendo disso, Paulo Jarbas disse que a estratégia era fazer as correções que eram solicitadas e, quando não havia mais solução, devolver os recursos referentes às notas eventualmente não aceitas pela equipe do Ministério⁶⁸.

O dispositivo legal que garantiu ao Ministério do Trabalho o direito de intervir nas entidades sindicais não foi uma novidade do regime militar, mas estava garantido desde 1943 pela CLT. No entanto, durante o governo Castello Branco, o Estado brasileiro, por meio do referido ministério, fez uso deste dispositivo autoritário de maneira repressiva e sistemática. O artigo 528 da CLT funcionou como justificativa legal para as intervenções na maioria dos casos. O artigo deixava claro que

ocorrendo dissídios ou circunstâncias que perturbem o funcionamento do sindicato, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá nele intervir, por intermédio de delegados com atribuições para administração da associação e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento⁶⁹.

Este artigo ganharia nova redação com o Decreto-lei n° 3, de 27 de janeiro de 1966, incluindo, ao lado das circunstâncias que perturbam o funcionamento da entidade sindical, também os “motivos relevantes de segurança nacional”.

Além do art. 528, os artigos 521 e 549 da CLT também são citados de forma exaustiva para justificar o afastamento de diretorias depostas ou sob investigação e a gestão do patrimônio da entidade sindical. O artigo 521, na alínea “a” versava sobre a “proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como

⁶⁸ Entrevista com Paulo Jarbas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de novembro de 2015.

⁶⁹ Consolidação das Leis do Trabalho, art. 528. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm>. Acesso em: 09 set. 2015.

de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato”, servindo de justificativa não apenas para a destituição das diretorias, mas, associada à portaria nº 40, de janeiro de 1965, impedindo que as diretorias depostas pudessem concorrer novamente às eleições. Já o art. 549 da CLT trata dos bens e rendas das entidades sindicais dos quais não poderiam ser alienados sem o conhecimento da Comissão Nacional de Sindicalização e do Ministro do Trabalho. Esse dispositivo era acionado sempre que os relatórios dos interventores e os pareceres do Departamento Nacional do Trabalho informavam a suspeita de “malversação do dinheiro da entidade”.

Entre abril e maio de 1964, segundo levantamento realizado nos Diários Oficiais da União, o Ministério do Trabalho nomeou 242 interventores e determinou a intervenção em sete das dez confederações, entre elas o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a recém-criada Contag, como mencionado anteriormente. Cabia aos interventores investigar, identificar e denunciar o passado de lideranças sindicais conhecidas, selando assim o futuro dos dirigentes que planejavam a resistência e a luta pelo atendimento de suas demandas (ESTEVEZ; TEIXEIRA, 2015).

Em 21 de janeiro de 1965, o Ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind publicou a Portaria nº 40, apelidada entre os trabalhadores de “AI-5 do movimento sindical”. Conforme explica Santana, “ela instruíu os interventores a iniciar processos contra as direções depostas pelo golpe, por supostas irregularidades, impedindo-os, pelo exposto na portaria, de retornar ao sindicato via eleição” (SANTANA, 2001, p. 151). Está aí expressa claramente a intenção governamental de controlar os sindicatos pela escolha de seus líderes.

Mattos (2009) destacou que, entre 1964 e 1967, os interventores eram líderes em sua maioria ligados aos Círculos Operários Católicos⁷⁰ e ao sindicalismo estadunidense que haviam perdido sua hegemonia para o PCB e PTB nos anos Goulart⁷¹. No meio rural, outras forças também exerceram o papel de interventores, como o Serviço de Orientação Rural, em Pernambuco, e o Serviço de Assistência Rural (SAR), no Rio Grande do Norte. Na Contag, a junta governativa que assumiu a entidade após o afastamento dos antigos líderes era composta por sindicalistas ligados aos Círculos. De acordo com Ricci (2009), havia um acordo entre militares e setores da Igreja para manter a organização sindical dos trabalhadores rurais. O

⁷⁰ Os círculos eram uma força ligada à Igreja Católica e tinham importante influência em algumas entidades do MSTTR no pré-golpe, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo.

⁷¹ A Confederação Internacional de Operários e Sindicatos Livres (Ciosl), por exemplo, foi a entidade ligada ao sindicalismo estadunidense de maior proeminência no Brasil nesse período e buscou controlar entidades sindicais por meio do oferecimento de benesses aos associados, tais como diárias e passagens a dirigentes sindicais que desejassem fazer cursos de formação nos EUA e México e, entre outros países. Estes cursos estavam impregnados de ideologia anticomunista. Para maiores informações, ver FREDERICO, 2010.

combinado era unificar as diversas instâncias locais em uma única base – o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRs) –, mantê-las abertas, principalmente aquelas sob controle da Igreja, e ter indicações de interventores da Igreja. A manutenção da organização sindical se deu porque, “para o regime que se constituía, marcado por uma proposta modernizadora da economia e da sociedade, não se tratava de eliminar o sindicalismo rural, mas sim de lhe dar outra direção, mais condizente com os novos tempos” (MEDEIROS, 1989, p. 88).

O interventor nomeado pelos militares para a direção da Contag foi José Rotta, católico circulista que dirigia a Federação de Trabalhadores Rurais de São Paulo. Era, portanto, alguém familiar às pautas dos trabalhadores rurais, mas que se diferenciava fortemente da linha de condução desenvolvida pelas forças presentes na direção anterior da Contag, com origens na militância do PCB. Muitos dos interventores que passaram a ocupar os cargos de direção no interior das instâncias de representação do MSTTR tinham origem em setores da Igreja que disputavam a hegemonia da representação dos trabalhadores rurais com os comunistas no pré-golpe. Isso significou que os interventores não eram sujeitos deslocados e *outsiders* ao movimento sindical, mas atores na defesa dos sujeitos do campo, claro, de acordo com sua visão de mundo.

A intervenção na Contag durou até 1965. Naquele momento, seis federações estaduais já haviam se reorganizado após o golpe e as eleições para a confederação foram convocadas (São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe, Pernambuco e Paraíba). O resultado das eleições legitimou os interventores pelo voto. A chapa eleita para a diretoria da Contag na gestão 1965-1968 tinha a seguinte composição: Presidente, José Rotta, de São Paulo; Primeiro Vice-presidente, Euclides Nascimento, de Pernambuco; Secretário-geral, João Almeida Cavalcanti, do Rio Grande do Sul; Tesoureiro, Agostinho José Neto, do Rio de Janeiro (BARCELLOS, 2008, p. 88). “A chapa de 1965 parece incorporar diversos segmentos apoiados e/ou articulados pela Igreja no processo de competição política que antecedeu o golpe militar, indicando que esses setores eram heterogêneos” (TAVARES, 1992, p. 109). Muitos dos quadros ligados à Igreja que ocuparam cargos nos sindicatos estavam imbuídos de uma concepção de direitos que os faziam defender a necessidade do combate às variadas formas de opressão que atingia os homens e mulheres que viviam no campo no Brasil (MEDEIROS, 2014b).

Francisco Urbano destacou que a realização da eleição para a diretoria da Contag em 1965 foi um sinal de que a repressão não foi absoluta. Embora encabeçada por José Rotta, a chapa vitoriosa contou com dirigentes de diversas federações que, em muitos casos, foram escolhidos por meio de um processo de composição de chapa negociado pelas lideranças

estaduais do movimento sindical. A chapa escolhida e vitoriosa foi ratificada pelo Ministério do Trabalho, sem sofrer interferência. Esse fato aponta que a repressão do Estado à Contag não atingia todas as atividades da Confederação. Havia espaços de atuação com certa liberdade, que foram utilizados pelos dirigentes quando possível.

Com isso, a Contag não deixou de negociar com o governo militar, mesmo sabendo que o contexto não era favorável às causas dos trabalhadores rurais, de acordo com Francisco Urbano Araújo Filho. Para o dirigente sindical, que esteve na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte entre novembro de 1966 e 1974, quando assumiu o cargo de Secretário-geral da Confederação, a pauta de reivindicações da Contag levava à negociação com o Estado, foco da demanda dos trabalhadores.

A atuação da Contag, sob a liderança de José Rotta, focou em organizar a entidade e dar apoio assistencial aos trabalhadores. Para Agostinho José Neto, tesoureiro da confederação entre 1965 e 1968, a Contag, naquele momento, não passava de um “monte de papéis”. Com isso, o líder sindical buscou destacar que o trabalho da Confederação se concentrou em atividades burocráticas em detrimento de atividades diretas de mobilização com os trabalhadores. Para o diretor, não havia campo de luta naquele momento por conta do controle político exercido por forças ligadas ao regime. Agostinho mencionou em sua entrevista que “o delegado do DOPS disse que sabia a hora que a gente chegaria e saía de casa, que sabia até o ônibus que a gente pegava”⁷².

Um dos trabalhos aos quais os novos dirigentes da Contag se dedicaram foi a organização da estrutura sindical com o objetivo de fazer valer a recém-regulamentada contribuição sindical. Até então chamada de imposto sindical, este dispositivo foi disciplinado, desde 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho, pelos artigos 578 a 610. A Lei Nº 5.172/1966, que dispunha sobre o Sistema Tributário Nacional e instituiu normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, passou a chamar o dispositivo de contribuição sindical.

A contribuição foi um passo importante para a sustentabilidade financeira das entidades, permitindo a estruturação da confederação, federações e sindicatos. Foi com esse recurso que a confederação adquiriu seu patrimônio e que expandiu e fortaleceu a estrutura sindical nos anos subsequentes.

No início dos trabalhos da Contag, o Círculo Operário do Rio de Janeiro emprestou sala e equipamentos para a entidade, dando-lhe condições mínimas de funcionamento para exercer

⁷² Entrevista concedida por José Neto Agostinho a Leonilde Sérvolo de Medeiros no dia 09/11/1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

suas atividades. Para José Gonçalves, assessor na Federação de Pernambuco no momento em que Rotta era presidente da Contag, o apoio dos Círculos foi fundamental para a manutenção das atividades sindicais dos trabalhadores rurais, ainda que com limites⁷³.

De acordo com Francisco Urbano de Araújo Filho⁷⁴, a Contag também teve apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) após o golpe, que ofereceu dinheiro e estrutura física para que esta se mantivesse funcionando⁷⁵.

Outra ação de destaque na gestão de Rotta, de acordo com alguns entrevistados, foi a criação de delegacias regionais, responsáveis pela articulação dos estados de cada região. Essas delegacias eram dirigidas por lideranças escolhidas por Rotta em negociação com os estados da federação. Entre as ações promovidas nas delegacias estava a realização de encontros regionais sobre temas diversos. José Gonçalves contou que assessorou a delegacia do Nordeste e que, nesse contexto, promoveu encontros para debater, por exemplo, questões relacionadas ao setor canavieiro⁷⁶.

Outro momento de destaque nesse período foi o congresso de trabalhadores rurais, em 1966, que contou com o patrocínio do recém-criado Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) (MEDEIROS, 1989). As questões abordadas no congresso referiram-se ao Estatuto da Terra⁷⁷, ao Estatuto do Trabalhador Rural, à Previdência Social, direito à greve etc. A questão da reforma agrária apareceu de forma tímida, apenas na solicitação de que o Ibra tornasse a lei uma realidade concreta, “[...] quer pela caracterização do maior número possível de áreas prioritárias, com a consequente desapropriação, quer pela imediata adjudicação das terras desapropriadas aos trabalhadores” (MEDEIROS, 1989, p. 91). Para Medeiros (1989), apesar da resistência organizada ter desaparecido, as conclusões desse congresso sugerem que as demandas anteriores permaneciam vivas e, em alguns aspectos, estavam presentes nas organizações impostas aos trabalhadores.

No entanto, apesar do tema da reforma agrária ter sido tratado no congresso, as propostas apareciam de forma difusa. Isso ajuda a explicar o fato de que, na lembrança de Acácio

⁷³ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

⁷⁴ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

⁷⁵ A Contec foi presidida por Rui Brito de Oliveira Pedrosa entre outubro de 1965, em substituição a Aluísio Palhano Pedreira Ferreira (1963-1964), cujo mandato foi cassado no contexto do golpe, e outubro de 1972, quando a entidade sofreu nova intervenção por parte do Ministério do Trabalho.

⁷⁶ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014.

⁷⁷ O Estatuto da Terra (Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) foi definida em seu artigo 1º como “lei [que] regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”. De acordo com Medeiros (1989), era formada de duas partes bastante distintas: uma sobre reforma e outra de desenvolvimento.

Fernandes dos Santos, dirigente da Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag-RJ), as discussões terem sido basicamente em torno da questão da previdência, da legislação, não sendo muito discutidas questões referentes à reforma agrária. A luta pela reforma agrária, nesse sentido, parece ter perdido força naquele momento, não porque os trabalhadores tenham desacreditado dela, mas sim devido à dificuldade em se falar do tema: “Não se falava em reforma agrária. Falar com o grupo que estava no poder de reforma agrária era uma piada. A gente falava, fazia discursos por aí fora, mas na prática, pra exigir era difícil, não tinha condição mesmo”⁷⁸. A história da inclusão do tema reforma agrária no documento final do congresso até hoje é pouco conhecida. De acordo com o relato de Francisco Urbano,

[...] nós fizemos um congresso da Contag em 65, 65, ainda liderado pelo Rotta, tá certo? Aonde o presidente do congresso era o presidente do Incra⁷⁹, um coronel. Porque ele deu dinheiro para fazer. Mas lá nós incluímos a reforma agrária. Nós [da federação do Rio Grande do Norte] tínhamos no congresso, nós levamos um delegado lá – e essa foi uma coisa muito engraçada, a gente não consegue encontrar esse documento. O Rotta não tinha nada, era tudo meio perdido, não tinha ninguém para escrever legal. E aí ele chamou o nosso advogado do Rio Grande do Norte, Edson Luís Sena, pra relatar todas aquelas do grupo de trabalho, pra fazer o relatório final do congresso, para no dia seguinte ser apresentado. O Edson chamou a gente e disse: ‘olha, o seguinte, eu vou sumir, desaparecer agora e vocês vão dizer que eu fui tomar cachaça – que esse pessoal é meio doido assim mesmo –, mas amanhã esse documento tem que estar pronto. Eu vou fazer a porra desse documento e vou encher a cara depois para não voltar tão cedo’. Sumiu e foi escrever o documento, os progressistas ficaram assim balançado, criticando tudo: ‘isso mesmo é a reforma agrária? Isso mesmo’. Nove horas da manhã, chega o presidente do Incra, desesperado para começar e cadê o documento? Edson tava fazendo as últimas leituras lá no quarto dele, né, como se estivesse dormindo. Batendo na porta, nada; telefone, nada. E a gente sabia, né? ‘Que foi, foi, tô indo, tô indo, tô indo’. E o cheiro de cachaça e vai fazer a leitura, tudo, um mal estar, ele terminou de ler, terminou o congresso. O debate, o próprio congresso. E mudaram esse documento, mas ele levou uma cópia. Só que depois a gente não conseguiu guardar isso, porque era perigoso para ele também guardar. Só que a gente não tem esse documento que ele fez, é uma pena que ele tá muito doente, não dá pra contar, é engraçado contar essa história, né? E pouquíssimos dirigentes nossos lembra disso efetivamente. Acho que o Zé Francisco, que foi uma pessoa importantíssima também naquela época, não lembra disso. Porque ele também não pode falar isso como todo mundo, ele falou com nós do Rio Grande do Norte, de confiança... Acabou sendo o documento do congresso. O presidente do congresso e que era do Incra, ele simplesmente considerou aprovado e terminou a reunião, porque não era o debate, tá certo? Terminou ali. Terminou o congresso. Mas o documento não é... claro que ele era muito equilibrado, estava, pra época foi uma porrada, mas tinha um limite, porque senão vira pesadelo, né? Porque você está num período, de 65, nessa época não era a data do congresso⁸⁰.

⁷⁸ Entrevista concedida por José Neto Agostinho a Leonilde Sérvolo de Medeiros no dia 09/11/1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁷⁹ Apesar do entrevistado se referir ao Incra, esta autarquia só foi criada em 1970. Provavelmente ele se referia ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), nessa e nas próximas duas menções ao Incra nesse mesmo trecho.

⁸⁰ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

Apesar disso, na avaliação de Acácio, este congresso foi importante, pois fez com que os dirigentes presentes percebessem que o funcionamento dos sindicatos era permitido e que o movimento estava vivo, tirando um pouco o medo que sentiam de se organizar em virtude da repressão⁸¹. Perguntado sobre a ação do DOPS no congresso, Acácio esclareceu que esse problema não existiu, pois o presidente da Contag era José Rotta, interventor nomeado pelo governo. Além disso, o congresso foi realizado junto ao INDA, um órgão do Estado⁸². Isso fazia a presença de policiais e do exército desnecessária, pois o Estado já tinha seus representantes naquele espaço.

Porém, o trabalho conduzido por Rotta não era consensual entre todas as entidades do movimento sindical. Ao longo do mandato do dirigente paulista, líderes sindicais de outros estados se articularam para fazer oposição à direção constituída. O processo de sedimentação da oposição a Rotta teve início principalmente nos sindicatos e federações ligados ao Serviço de Orientação Rural, grupo ligado a setores da Igreja Católica de segmento diferente ao grupo de José Rotta, que era relacionado aos Círculos Operários.

2.3 A eleição de 1967 e a vitória de José Francisco (1967-1979)

Em 1967 aconteceriam novas eleições para a Contag e um grupo descontente com o domínio de José Rotta criou uma chapa para concorrer à diretoria. De acordo com Ricci (2009), o mote da chapa de oposição foi a crítica à corrupção que envolvia a direção da Contag e a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais inscritos na legislação brasileira. A chapa de oposição era encabeçada por José Francisco da Silva, dirigente oriundo de Pernambuco, e terminou por vencer as eleições, derrotando seu opositor por um voto. De acordo com José Gonçalves, ex-assessor da Contag, foi no contexto das atividades desenvolvidas nas delegacias sindicais criadas na gestão de Rotta que se articulou a criação de uma chapa de oposição a Rotta eleições de 1967. Gonçalves explicou que os encontros realizados nas delegacias facilitaram a articulação de dirigentes sindicais de diferentes estados, que dialogaram e se uniram para constituir uma chapa de oposição⁸³.

⁸¹ Entrevista concedida por Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Sérvolo de Medeiros no dia 26/10/1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁸² Entrevista concedida por Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Sérvolo de Medeiros no dia 26/10/1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁸³ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

Já Francisco Urbano contou que a articulação para a construção dessa chapa começou a ser desenvolvida em um congresso que ocorreu em 1967, no Rio de Janeiro, e que foi organizado pela Contag e pela Contec. Tratou-se de uma conferência intersindical com trabalhadores rurais e bancários, entre outros. Nesse evento, lideranças de Pernambuco se aproximaram das lideranças do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro que faziam parte da então atual direção da Contag: José Agostinho Neto, Tesoureiro, do Rio de Janeiro, e João de Almeida Cavalcante, Secretário-Geral, do Rio Grande do Sul⁸⁴.

Esta eleição é identificada pelos dirigentes que então assumiram a direção da entidade como um momento de ruptura institucional por ter ocorrido a “retomada” da entidade pelos “representantes legítimos” dos trabalhadores (MEDEIROS, 2014b). Essa interpretação é hegemônica tanto no meio sindical como na literatura acadêmica, tendo como principal porta-voz Moacir Palmeira (1985, p. 46). Contudo, essa interpretação é questionada por Tavares (1992), para quem a ideia de “retomada” precisa ser relativizada por uma ruptura radical, quando na verdade o que parece ter acontecido foi uma estratégia de penetração na estrutura da Contag pelas lideranças pernambucanas formadas pela Sorpe. Para justificar o argumento, Tavares cita a eleição para a Contag de 1965, quando a chapa liderada por José Rotta contou com a participação de sindicalistas de diferentes partes do país, inclusive de Pernambuco, Euclides Nascimento. Nas palavras de Tavares, “o papel jogado por Nascimento foi muito importante, no sentido de que atuou como ponte, abrindo as portas para que, em 1967, a liderança pernambucana pudesse disputar a hegemonia na confederação” (TAVARES, 1992, p. 109). Além disso, de acordo com Tavares, “dados de entrevista mostram que o objetivo inicial era desalojar José Rotta da presidência da Contag, mantendo-o na diretoria, mas em cargo secundário. O ex-interventor, no entanto, não aceitou passivamente sair do centro do cenário e então duas chapas disputaram o pleito” (TAVARES, 1992, p. 110).

Na minha visão, se por um lado é necessário relativizar a ideia de “retomada”, por outro lado não se pode ignorar o significado atribuído pelas lideranças a esse momento, que representou para eles a mudança na liderança à frente da Confederação, tirando do cargo da presidência aquele que foi nomeado pelo governo militar e colocando em seu lugar alguém sem vinculação com a intervenção sofrida após o golpe. Por outro lado, a chapa vencedora não era composta exclusivamente por dirigentes que faziam oposição à direção estabelecida, mas também por lideranças que foram parte da direção anterior, entre os quais estavam Euclides

⁸⁴ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

Nascimento, do Rio Grande do Norte, e Agostinho José Neto, do Rio de Janeiro. Ambos faziam parte da direção em exercício liderada por Rotta.

A avaliação do grupo que buscava assumir a direção da Contag era de que, sem as lideranças então na diretoria, não seria possível ter chances de ganhar as eleições, uma vez que a chapa era eleita por votação de um colégio eleitoral formado por um representante de cada federação⁸⁵. Sobre o processo de composição de chapa, José Francisco destacou:

E na Contag, era um voto por estado. Para se candidatar, disputar uma chapa, bastava ser sindicalizado, entendeu? Isso era da própria lei, do próprio estatuto do trabalhador rural. Agora, você se candidatava, duas chapas, três chapas, para disputar aqueles onze votos. É claro que você não tinha condições, se não houvesse... se não houvesse uma articulação muito grande, não tinha condições. Para duas já foi difícil! Fizemos uma articulação com a oposição, que se somou seis estados⁸⁶.

Em 1967, haviam 11 federações em situação legal e, por isso, o destino da nova executiva da Contag foi decidido por esses onze votos. Para ganhar o voto dos líderes dos estados, foi necessário fazer uma composição política na chapa encabeçada por José Francisco da Silva, que comenta o processo:

Aí foi fácil a gente articular essa questão do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Norte... e Sergipe. [...] E a gente articulou com a Paraíba também. Era onze e a gente estava contando com sete a quatro.[...] A gente contou com oito. Contou com um cearense lá. O cearense fracassou, fraquejou. Porque a pressão foi violenta, na retomada da Contag, foi violenta. Porque de um lado estava o poder, estava o Estado, o Ministério do Trabalho lá dentro, não é?⁸⁷.

O processo de convencimento dos dirigentes estaduais foi intenso e, no final, José Francisco havia conseguido convencer oito estados a votar em sua chapa, como afirmou acima.

⁸⁵ O artigo 58 da CLT regulava o processo de escolha dos dirigentes das Confederações. De acordo com a lei: “Art. 538. A administração das federações e confederações será exercida pelos seguintes órgãos:

a) diretoria;

b) conselho de representantes.

§ 1º A diretoria será constituída, no máximo, de sete e, no mínimo, de três membros, eleitos pelo conselho dos representantes, com mandato por dois anos.

§ 2º O presidente da federação ou confederação será escolhido, dentre os seus membros, pela diretoria.

§ 3º O conselho dos representantes será formado pelas delegações dos sindicatos ou das federações filiadas, constituída cada delegação de dois e quatro membros respectivamente conforme se tratar de Federação e de Confederação, com mandato por dois anos, cabendo um voto a cada delegação”. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 10 Jun. 2018.

⁸⁶ Entrevista com Josefa Martins Reis e José Francisco da Silva concedida a Leonilde Medeiros no contexto da pesquisa Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do meio rural brasileiro, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁸⁷ Entrevista com Josefa Martins Reis e José Francisco da Silva concedida a Leonilde Medeiros no contexto da pesquisa Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do meio rural brasileiro, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

Contudo, na véspera da votação, o dirigente da Paraíba que ia votar na chapa se sentiu mal e foi para o hospital, segundo a narrativa de José Francisco. Seu substituto não manteve a mesma posição. Além disso, o dirigente do Ceará mudou de voto. Isso levou a chapa de oposição a Rotta perder dois votos, da Paraíba e do Ceará. Contudo, José Francisco ainda conseguiu os seis votos necessário para a vitória, com o apoio dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, saindo vitorioso das eleições⁸⁸.

A história da apuração das eleições entre José Rotta e José Francisco foi repetida por vários entrevistados e tem status de episódio heroico na história do MSTTR, tendo marcado a memória de muitos dirigentes. Um dos relatos de destaque é o de Francisco Urbano, que contou em detalhes os momentos da apuração:

Começou o primeiro voto: Zé Rotta, Zé Rotta, Zé Rotta, até cinco votos. Um, dois, três, quatro, cinco votos – nós tremendo lá. E que a gente sabia que alguns companheiros seriam presos no Rio de Janeiro. O Rotta, ganhasse a eleição, naquele mesmo dia ele entregava alguns companheiros e alguns seriam presos, ou preso quando chegasse em cada cidade nossa. [...] Bom, e aí começa a apuração. Agora, todo mundo sabe o que é agarrar a tua mão na cadeira? Que que vai acontecer no sexto? José Francisco. Empatou cinco a cinco. E o cara [que fazia a apuração] sacana fazia sempre sensação, fazia pra matar a gente um pouquinho antes. Aí o último voto, ele pegou, olhou assim, olhou pro presidente da mesa, olhou assim ‘José...’, aí o cara olhou pra ele como ‘me diga logo essa porra aí’. ‘José Francisco’. Todo mundo gritou, pulou, o cara se levantou, disse: ‘quero ordem na mesa, ordem no plenário’. Se a gente bagunçasse, ele, não... aí todo mundo entendeu. Tem que ficar aqui que é pra lavar a ata⁸⁹.

Em suma, o que parece ter havido na vitória da chapa liderada por José Francisco em 1967 foi uma composição entre lideranças para assumir os postos de direção da confederação. Antigos e novos dirigentes passaram a co-dirigir a entidade a partir de então.

Tavares (1992) contou que houve tentativas de anular este resultado, que, no entanto, resultaram infrutíferas. O trabalho de composição da chapa de oposição a Rotta e a possível vitória de José Francisco de nada adiantaria se o resultado das urnas não fosse validado pelo Ministério do Trabalho, o que aconteceu.

Uma das primeiras ações da nova diretoria eleita foi realizar um encontro nacional com as onze federações existentes para promover a integração e planejar a ação articulada do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais. José Francisco se lembra que entre a posse, em

⁸⁸ Entrevista com Josefa Martins Reis e José Francisco da Silva concedida a Leonilde Medeiros no contexto da pesquisa Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do meio rural brasileiro, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁸⁹ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

março de 1968, e o encontro, em julho, houve tempo apenas de planejar a atividade e convencer as federações a participar. A integração das federações era um passo importante naquele momento na concepção dos dirigentes sindicais para refazer os laços rompidos e disputas geradas nas eleições do ano anterior, quando duas chapas disputaram a direção da confederação.

Esse encontro foi chamado de “Seminário de Integração dos Programas da Contag, Delegacias da Contag, Federações”, mas ficou conhecido pelos dirigentes sindicais como Encontro de Petrópolis, por ter acontecido na cidade fluminense. O Encontro de Petrópolis traçou linhas de atuação do MSTTR, entre as quais se destacou a reorganização e integração do movimento sindical e a realização de ações de educação⁹⁰. Nas palavras de José Francisco, foi necessário

[...] centrar a discussão em torno das principais bandeiras do movimento e não em torno de divergência [...]. E, para tanto, [...] tirar uma linha de ação do movimento [...], para reestruturar o movimento e aproveitar as brechas, os espaços que tinha, para defender os trabalhadores, de acordo com a sua realidade⁹¹.

De acordo com Francisco Urbano, o Programa de Integração Nacional “[...] definiu toda uma estratégia de como você trabalhar e fortalecer, assim ‘use a lei’, pra poder fazer as reuniões. O que a gente discutia lá não estava escrito. Porque ia ser preso se escrevesse”⁹². No trecho a seguir, Francisco Urbano comentou com mais detalhes sobre o Programa.

E aí começou a ter um grande debate no sul, porque a gente só falava em reforma agrária e direito trabalhista e o sul queria política agrícola. Naquela época, ele já falava. Então criou-se um grande programa chamado Programa de Integração Nacional. Acho que até aí nunca ninguém tinha falado sobre isso. Nós passamos uma semana no Rio de Janeiro, com a eleição do Zé Francisco, trancado todo mundo, pau quebrando com dirigente conservador, aí vem os assessores, pessoal progressista, de esquerda. Então nós criamos um grande programa de integração nacional. O que que era esse? Era um programa pra discutir política agrícola, um programa pra discutir reforma agrária, um programa pra discutir direito trabalhista. E um programa de formação, capacitação e organização sindical. Que era todo programa de capacitação. Você tinha um programa de capacitação para a organização sindical e dentro dele você colocava os interesses de cada grupo. Então nós íamos discutir agora com os pequeno produtor tudo que ele queria. E não ficar discutindo reforma agrária com ele, né? Isso facilitou. Nós estamos juntos até hoje e agora começamos a se dividir [refere-se ao

⁹⁰ Entrevista com Josefa Martins Reis e José Francisco da Silva concedida a Leonilde Medeiros no contexto da pesquisa Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do meio rural brasileiro, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁹¹ Entrevista com Josefa Martins Reis e José Francisco da Silva concedida a Leonilde Medeiros no contexto da pesquisa Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do meio rural brasileiro, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁹² Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

processo de dissociação sindical dos assalariados da Contag em curso no momento da entrevista]⁹³.

Na nova gestão, portanto, três linhas de atuação marcaram a ação da Contag de maneira particular até 1979: 1) a busca constante pela expansão e construção da unicidade sindical (característica, aliás, que marca toda a trajetória da Contag, até 2015); 2) a ação educativa e de formação; 3) a orientação da luta por meio das vias legais de ação e diálogo, orientando-se pela legislação. A atuação da Contag nesse período deve ser entendida considerando-se o contexto da época, de forte repressão do regime às organizações de trabalhadores, e a trajetória das suas lideranças, muitas delas forjadas em uma militância ligada a setores da Igreja Católica, que prezavam pelo diálogo e negociação como meio de atuação. Neste capítulo, discutirei principalmente o primeiro ponto: a expansão da estrutura sindical do MSTTR, uma vez que os demais temas serão abordados em outros momentos nesse trabalho.

A ideia da expansão da estrutura sindical no país era criar federações e sindicatos onde estes não existissem. O primeiro passo foi formar delegacias sindicais onde não houvesse presença do MSTR para fomentar a criação de sindicatos e federações. Foi o que aconteceu, por exemplo, nos estados de Minas Gerais (1968), Santa Catarina (1968), Goiás (1970), Piauí (1970), Mato Grosso (1971) e Maranhão (1972)⁹⁴. O trabalho de reconstrução sindical em todo o país era importante para recuperar os sindicatos que haviam sido fechados ou sofrido intervenção após o golpe de 1964, e também para criar e expandir a malha sindical, ampliando a capilaridade do MSTTR e a interlocução política com atores locais nas diferentes regiões. Nas palavras de José Gonçalves:

[o objetivo era] colocar um pequeno núcleo nos estados que não tinham federação, chamado delegacia sindical da Contag. Ali, a gente formava um pequeno grupo, com dirigente, trabalhador rural, com um advogado. Fazer uma equipe de acordo com a realidade do estado. Bom, a função era fazer a ampliação dos sindicatos, e assim que tiver condição, formar a federação. Aí, nós fizemos Minas Gerais, fizemos Maranhão, fizemos Piauí, fizemos Santa Catarina, fizemos... Paraná já tinha um trabalho, mais ou menos, iniciado. Fizemos Acre, fizemos Amazonas. Praticamente de imediato. Quer dizer, de imediato, porque a gente já atacou isso aí. [...] Então, na política do Zé Francisco, a gente expandiu, a gente entrou com a expansão do movimento sindical. Foi a linha já adotada, de cara⁹⁵.

⁹³ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

⁹⁴ Os anos entre parênteses correspondem as datas de criação das federações estaduais. Entrevista com Josefa Martins Reis e José Francisco da Silva concedida a Leonilde Medeiros no contexto da pesquisa Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do meio rural brasileiro, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁹⁵ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

De acordo com o Boletim *Trabalhador Rural*, a expansão do sindicalismo entre os trabalhadores rurais brasileiros foi um dos pontos altos da atuação da Contag nos seus primeiros dez anos de existência. Se no primeiro ano de existência a Contag tinha 475 sindicatos filiados, dez anos depois havia 1881, atingindo 47,51% dos municípios brasileiros, com mais de dois milhões de trabalhadores sindicalizados⁹⁶. Somente entre 1971 e 1980 foram criados mais 1.200 STRs, de acordo com Ricci (1999).

O processo de criação de novos sindicatos não se fazia sem dificuldades. Francisco Urbano se lembra que a interferência do Ministério do Trabalho nas entidades sindicais ainda era grande no final dos anos 1960 e ao longo dos anos 1970.

Que dizer, qual foi o grande debate – que essa coisa foi de 68 – e isso criou um movimento grande no país para nós, para os nossos sindicatos, aumentar criação de sindicato, recuperar sindicato. Só que, enquanto fazia isso, toda hora você tinha ou um presidente de sindicato impedido de fazer eleição, de se candidatar, porque era uma caneta vermelha assim – fazia assim – e estava impedido. Não decidia outra coisa, era só o ministro do governo... O Ministério do Trabalho⁹⁷.

Para alcançar esse objetivo foi importante a constituição de uma equipe de assessores na Contag. E se estimulou que o mesmo fosse feito nas federações. Aquelas que não tivessem condições financeiras para isso contaram com o apoio da Contag⁹⁸. José Gonçalves explicou em sua entrevista como foi estruturada a equipe de assessores da Contag, comparando o modelo criado na gestão de José Francisco com o modelo de gestão anterior, de José Rotta:

Bom, internamente, nós montamos a equipe de educação. E aí, já vem o primeiro lance de situação, vamos dizer, avançada. Enquanto o Rotta trabalhava com departamentos – departamento jurídico, departamento agrário, departamento isso, departamento aquilo – isolado, sem ter uma comunicação, sem ter um trabalho de conagração? Nós chegamos lá e tiramos logo o nome de departamento para assessoria: assessoria jurídica, assessoria educacional, assessoria contábil, assessoria de reforma agrária. Com isso, na minha mente e na mente dos nossos dirigentes que estavam comigo – Zé Francisco e companhia limitada – com isso, a gente desmontava aquela linha capitalista, que o cara, no seu departamento, também tem seu chefe, depois tem os seus subalternos, certo? Aqui, não. Com a assessoria, você vai ter um trabalho mais horizontal. Um trabalho mais adjunto. E foi com isso que a gente reuniu a primeira equipe da Contag, com contador, com advogado, com sociólogo, com educador. Com as peças que a gente tinha⁹⁹.

⁹⁶ O Trabalhador Rural, Ano 6, Nº 1, Janeiro 1974.

⁹⁷ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

⁹⁸ Entrevista com Josefa Martins Reis e José Francisco da Silva concedida a Leonilde Medeiros no contexto da pesquisa Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do meio rural brasileiro, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁹⁹ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

Um dos mais importantes princípios dessa reconstrução e expansão sindical foi a busca pela unicidade sindical entre as diferentes organizações que compunham o movimento sindical – sindicatos, federações e confederação. O princípio da unicidade sindical estava descrito na CLT, em seu artigo 516, que dizia: “Não será reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial”¹⁰⁰.

O princípio da unicidade alimentava a concepção da Contag de unidade da base, importante para fortalecer o sistema sindical de trabalhadores rurais que se forjava no país e para criar uma identidade para o movimento sindical a despeito das divergências de concepções políticas entre as diversas entidades que compunham o MSTTR.

Uma das expressões do trabalho de construção da unidade sindical foi a opção política da Contag de manter a representação unitária do conjunto dos trabalhadores rurais (trabalhadores em regime de economia familiar e assalariados temporários ou permanentes). Antes, as organizações se constituíam por categorias profissionais, segmentados em trabalhadores na lavoura; trabalhadores na pecuária e similares; trabalhadores na produção extrativa rural; produtores autônomos¹⁰¹.

O processo de construção da unicidade sindical foi permeado por disputas. Talvez a mais famosa delas seja aquela entre os trabalhadores do Sul, na maioria dos casos mais preocupados com questões agrícolas, e os trabalhadores do Nordeste, conhecidos por se identificarem mais com questões de política agrária. Portanto, a construção da unidade sindical deve ser vista como uma ação forjada politicamente pela Contag, que procurava dar as diretrizes ao conjunto dos sindicatos e federações, ao mesmo tempo em que consolidava sua estrutura e constituía suas propostas (PALMEIRA, 1985; TAVARES, 1992; MEDEIROS; PICOLLOTO, 2016).

Havia um entendimento entre dirigentes e assessores da Contag entrevistados de que o trabalho de base de reconquista e criação de novos sindicatos era uma atividade possível diante do contexto de repressão e redução das possibilidades de ação de enfrentamento direto vividas pelos movimentos sociais durante a ditadura. Ao mesmo tempo, o trabalho de base era importante para o fortalecimento do MSTTR e daria as bases de sustentação para a emergência de um movimento sindical mais combativo quando o regime arrefecesse. Essa é uma visão compartilhada pelos atores *a posteriori*. Ainda que houvesse na época um entendimento de que

¹⁰⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm. Acesso em: 21 Abril 2018.

¹⁰¹ De acordo com a Portaria 355-A, de 27 de novembro de 1962.

essa era uma ação possível diante do contexto, era difícil prever por quanto tempo seria necessário atuar de forma mais sutil e com menos combates diretos, de modo a evitar a repressão. De acordo com Ricci, essa posição política estava pautada em uma leitura específica dos assessores da Contag, “[...] para quem a conquista gradual da democracia e do Estado de Direito não rimava com pressões políticas constantes que fossem interpretadas como provocação” (RICCI, 2009, p. 328).

Uma das expressões dos esforços da Contag em ampliar sua rede sindical é a alta intensidade de audiências que a Confederação realizou com o Ministério do Trabalho na época, conforme identificado nos relatórios anuais da Contag. A assessoria sindical da Contag acompanhava constantemente os processos de sindicatos e federações que tramitavam no Ministério do Trabalho, principalmente aqueles que tratavam de Investidura Sindical. Era um processo contínuo e cotidiano e um trabalho quase invisível para quem analisa as ações coletivas de movimentos sociais, mas fundamental para a expansão e perenidade do sindicalismo. Um trabalho que expressa as duas dimensões da atuação de um movimento sindical: a dimensão invisível de um trabalho cotidiano de acompanhamento, pressão e articulação e uma ação de pressão às autoridades estatais.

A forte relação da Contag com o Ministério do Trabalho nos anos 1970 se deve à necessidade de a Confederação ter os seus sindicatos e federações reconhecidos por essa estrutura do Estado, conforme determinava a lei. De acordo com o RA1972: “Durante o ano de 1972, por motivo de Investidura Sindical, realizaram-se várias audiências com o Sr. Ministro do Trabalho, com o Secretário Geral e Secretário do MTPS e com o Diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT)” (RELATÓRIO ANUAL DE 1972, p. 4).

A criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural), em 1971, pelo governo federal, foi um marco importante nesse período e contribuiu com o crescimento do número de sindicatos e, por sua vez, do sistema contaguiano. De acordo com Ricci (2009), o Funrural estava previsto no Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.4.214, de 1963), mas foi deixado de lado e só criado em 1971. “O fato é que, via assistencialismo ou construção da unidade e laços de lealdades entre dirigentes sindicais rurais, o sindicalismo de trabalhadores rurais prosperou nos anos 70 (RICCI, 2009, p. 329). Nas palavras do atual assessor jurídico da Contag e que está na confederação desde o começo dos anos 1990:

[...] foi no início da década de 70, quando você criou o Funrural. A maioria dos sindicatos do Sul foram criados para poder garantir o acesso dos agricultores familiares, principalmente, ao Funrural. Porque você precisava da declaração de sindicato e tudo isso? Então, foi o momento

de criação, muito forte, entende? Porque se você não tivesse os sindicatos, os trabalhadores não acessavam. Se você pegar a história do movimento, você vai ver que as federações do sul, elas se articulam, principalmente, em torno dessa questão¹⁰².

De acordo com Tavares, “a extensão ao campo de benefícios e de assistência à saúde, repassados através dos sindicatos de trabalhadores rurais, estimulou a sindicalização rural ao longo dos anos 70 e 80” (TAVARES, 1992, p. 23). Além disso, os benefícios previdenciários também influenciaram no aumento da procura de trabalhadores pelos sindicatos. E, com isso, uma grande rede dos sindicatos de trabalhadores rurais se estruturou”.

Em meio a toda a expansão do movimento sindical a Contag se mudou do Rio de Janeiro para Brasília, em 1972. Inicialmente se estabeleceu em uma sede provisória com a maioria dos seus funcionários. Foi também nesse ano que foi inaugurado o Centro de Educação Sindical Rural (Cesir), em sede provisória, para a realização de encontros destinados à capacitação e aperfeiçoamento de lideranças, orientadores e assessores sindicais. A construção do que viria a ser a sede definitiva da Contag e do Cesir teve início em 1973. Esses fatos são indicativos do processo de expansão pelo qual a entidade passava.

Outro encontro destacado como particularmente importante para o MSTTR por alguns entrevistados foi o de Itaparica, na Bahia, em 1970. Esse encontro teve o objetivo de reunir sindicalistas com setores da Igreja que atuavam junto com o MSTTR para buscar recuperar a presença desse segmento como apoio para a luta do movimento sindical. A avaliação da Contag era a de que setores da Igreja haviam se afastado das lutas no campo. Para expressar esse afastamento, José Gonçalves descreveu que a Igreja vinha mantendo uma ação “flácida”, embora não “entregue”, em algumas federações. Já nas palavras de Josefa Reis, ex-assessora educacional da Contag, a Igreja estava “recuada”¹⁰³. A ideia do Encontro de Itaparica era, portanto, reaproximar esses setores da Igreja Católica da luta popular no campo.

A Contag convidou os principais bispos do Brasil com histórico de participação e apoio às lutas do campo para debater reforma agrária. Estiveram presentes, entre outros, Dom Edmundo, do Rio Grande do Sul, Dom Pelé, da Paraíba, Dom Zé Brandão, de Sergipe, Dom Zé Rodrigues, da Bahia.

O Encontro durou dez dias e grande parte da programação foi dedicada a debater a questão da comunicação no movimento sindical. Para isso, a Contag convidou o Centro de

¹⁰² Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

¹⁰³ Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

Comunicação Social do Nordeste (Cecosne) com o objetivo de oferecer ferramentas de comunicação que facilitasse a aproximação do movimento sindical das bases em todo o Brasil¹⁰⁴. José Gonçalves destacou outros aspectos do Encontro na sua narrativa:

Agora, foi antecedido por 6 dias de comunicação, dada pela Faculdade de Comunicação do Recife. Veio um grupo de lá treinar a gente em processos educacionais. Explicando como é que se faz um jornal, como é que a gente pode colaborar com as notícias para um jornal – jornal da cidade dele – e tudo, quais são as nossas atitudes perante os meios de comunicação que estavam surgindo também, que não são os meios de hoje. Que hoje já está bem mais avançado. Olha a preocupação! Seis dias, a gente, interno, lá. E os três últimos dias, com a bancada de bispos, técnicos da igreja, dirigentes sindicais de federações e companhia limitada. A gente já preparado no processo de comunicação¹⁰⁵.

Ainda, outro encontro nacional realizado pela Contag nesse período de destaque foi a segunda edição do Congresso da Contag, em 1973. Na memória dos entrevistados, esse evento foi marcado pela tentativa dos militares de impedir o debate sobre o tema da reforma agrária. De acordo com Josefa Reis, o Ministério do Trabalho, na época sob a chefia do Ministro Júlio Barata, chegou a impedir a realização da atividade.

Para lidar com a proibição, José Francisco reuniu os líderes das federações já presentes em Brasília para o Congresso e foi negociar com o Ministro, argumentando que muitos já estavam no Distrito Federal e outros tantos a caminho de Brasília e que por isso não era possível desmarcá-lo. José Gonçalves narrou como foi vivida essa situação:

O Ministro proíbe o congresso. Zé Francisco reúne as federações [...] que já estavam convocadas para chegar antes do congresso e vai lá para o Ministro dizer: ‘O congresso não pode deixar de existir, Ministro. [...] Não pode deixar de existir, porque as federações já estão convocadas. Aqui mesmo o senhor está vendo dirigentes de federação que estão comigo aqui, que vieram para o congresso. Os trabalhadores deles estão vindo atrás, já convocados¹⁰⁶.

E a partir disso se desenrolou um diálogo entre o Ministro e José Francisco, que José Gonçalves relatou. De acordo com o assessor educacional da Contag, o Ministro argumentou:

- Ok. Então, se há o congresso [em 1973], não há o tema reforma agrária.¹⁰⁷
- Ministro, um congresso de trabalhador rural, não tem a reforma agrária como tema?

¹⁰⁴ Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

¹⁰⁵ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

¹⁰⁶ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

¹⁰⁷ Era o contexto do governo Emílio Médici (1969-1973) e questão da reforma agrária era associada a pautas comunistas, inimigos dos militares. Foi nesse governo que dois focos guerrilheiros no meio rural foram dissolvidos, um em Ribeira, no Estado de São Paulo, e outro no Araguaia, no Pará.

- Bom, se vai ter congresso e vai ter reforma agrária, eu vou botar os nossos companheiros lá. (O pessoal da repressão, não é?).
- O senhor pode fazer o que quiser, Ministro. Agora, a gente não veio pedir ao senhor para fazer o congresso, não. O congresso estava convocado. A gente veio conversar com o senhor, que o congresso vai acontecer¹⁰⁸.

Em entrevista concedida a Leonilde Medeiros, José Francisco também mencionou esse episódio e narrou em detalhes o que disse ao Ministro naquela ocasião:

Olha Ministro: o problema é o seguinte: a Contag tem tido o cuidado de não discutir, nos seus congressos, as coisas que não tem fundamento na nossa Constituição, na nossa legislação. Agora, as coisas que estão fundadas na legislação e na Constituição, é um direito dela, é um dever dela, discutir essas coisas. E a reforma agrária é um tema que foi aprovado. Está aí o Estatuto da Terra, está aí o Ibra, não é? E foi aprovado inclusive, no Governo militar. A Mensagem 33¹⁰⁹ foi encaminhada ao Congresso, pelo Ministro Castelo Branco. E foi aprovada no Governo de Castelo Branco. E até hoje não foi revogada. Está em vigor. Então, um país que tem a sua lei, e nem sequer discutir [...] isso pode? E uma lei que passou pelo crivo do governo militar? E aí? Que congresso é esse? A quem cabe a reforma agrária? À Contag. É área rural, é área nossa! Se o movimento urbano discute ou não discute a reforma agrária é outros quinhentos. Mas a Contag, fazer um congresso e não discutir o Estatuto da Terra e a reforma agrária?¹¹⁰.

Feito isso, foi necessário redobrar os cuidados durante a realização do encontro. No trecho a seguir, José Gonçalves explica quais foram as estratégias traçadas para lidar com a presença da vigilância do governo militar no Congresso:

Agora, o que é que nós fizemos? Essas coisas nem sempre se coloca aí, não. O que é que nós fizemos? Nós agora trabalhamos quem eram os coordenadores das comissões. Nós tínhamos cinco comissões. [...] [legislação trabalhista rural, educação, previdência social rural, reforma agrária e colonização e desenvolvimento agrícola]. Em cada comissão dessa, se antes a gente já tinha cuidado, com essa do Ministro, a gente teve mais cuidado ainda, não é? Então, nós colocamos companheiros do Rio Grande do Sul muito mais assim, com aquela calma, com aquele jeito, numa das comissões. Nós colocamos um cara mais tarimbado numa comissão do sindicalismo, que era quente, entendeu? Na de política agrícola – acho que era política agrícola – quente também. Então, a gente calçou os coordenadores. Bom, e reunimos os coordenadores antes de partir para lá. Aí, o Zé Francisco coloca a situação e tal, e dá as dicas como é o comportamento. [Tratar] os pontos, mas também não achar que são os heróis da coisa. Então, calçamos tudo e foi feito o congresso¹¹¹.

A tentativa de controle, vigilância e repressão por parte do governo militar não afetou apenas os encontros da Confederação, mas também buscou atingir a estrutura de reprodução

¹⁰⁸ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

¹⁰⁹ A mensagem nº 33, de 26 de outubro de 1964, encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei sobre o Estatuto da Terra.

¹¹⁰ Entrevista com Josefa Martins Reis e José Francisco da Silva concedida a Leonilde Medeiros no contexto da pesquisa Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do meio rural brasileiro.

¹¹¹ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

social do MSTTR ao tentar impedir que a chapa eleita para compor a diretoria da Contag em 1977 tomasse posse. Após a disputada eleição de 1967, José Francisco foi reeleito presidente da Contag nas eleições seguintes, em 1971, 1974, 1977 e posteriormente. Contudo, na eleição de 1977, outros desafios surgiram. Apesar de vencer as eleições, a chapa não foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho, que, de acordo com a CLT, precisava legitimar os resultados das eleições. José Francisco contou em uma das entrevistas que concedeu que foi chamado pela Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério do Trabalho para ser informado que seu nome seria vetado de assumir a confederação. Na ocasião, ele argumentou que havia participado e vencido as eleições e, se fosse preciso, iria à Justiça do Trabalho contra a tentativa de tentarem impedi-lo de assumir o cargo¹¹². A tentativa de legitimar a vitória de José Francisco é um indício de que a ação da Contag estava desafiando as forças no poder. A tentativa de impedir que a chapa vencedora assumisse era um forte golpe contra a confederação que atacava diretamente sua reprodução social.

O primeiro passo do Ministério do Trabalho para tentar conter a permanência de José Francisco como presidente da Contag foi suspender a posse da chapa eleita por trinta dias, segundo José Francisco. Para reverter o quadro, José Francisco, por sua vez, buscou o apoio de outros atores, entre eles Arnaldo Prieto e Ulysses Guimarães, Ministro do Trabalho e deputado federal por São Paulo, respectivamente¹¹³. Ao mesmo tempo, foi organizada a posse da diretoria eleita pela própria Contag. Francisco Urbano contou que na presença de todos os presidentes das federações estaduais a diretoria eleita tomou posse e registrou o fato em ata, que posteriormente foi reconhecida em Cartório. O documento foi então protocolado e entregue no Ministério do Trabalho, acompanhado de um pedido de audiência com o Ministro. Com tudo isso, a diretoria acabou sendo reconhecida e empossada¹¹⁴.

2.4 O 3º Congresso da Contag e a mudança na forma de atuação da Confederação (1979-1990)

¹¹² Entrevista com Josefa Martins Reis e José Francisco da Silva concedida a Leonilde Medeiros no contexto da pesquisa Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do meio rural brasileiro.

¹¹³ Entrevista com Josefa Martins Reis e José Francisco da Silva concedida a Leonilde Medeiros no contexto da pesquisa Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do meio rural brasileiro.

¹¹⁴ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

A conjuntura política começou a ter sinais de mudanças em fins dos anos 1970, com o crescimento das mobilizações populares e o enfraquecimento do regime militar. As lutas no campo também ganharam visibilidade nesse período na onda de crescimento das mobilizações coletivas no contexto de redemocratização e de crítica ao regime militar.

Atenta aos sinais de mudança, a Contag organizou uma série de cursos de formação que antecederam o Congresso de 1979, o terceiro da entidade. Ao todo, foram realizados 18 cursos de 20 dias no Cesir, com 25 participantes por turma, todos dirigentes sindicais estaduais. Cada turma era formada por cinco participantes de cinco diferentes estados e, com isso, procurava-se estimular a convivência e troca de experiências entre realidades distintas do movimento sindical no Brasil. Os cursos tratavam de temas abrangentes, como a formação agrária do Brasil, instrumentos de luta, história do sindicalismo, questão agrária, trabalhista, agrícola, social e organização social e trabalho de base¹¹⁵. Esses cursos podem ser entendidos aqui como casos típicos de ações de reprodução social na medida em que colaboraram para a perenidade do movimento sindical ao refletirem sobre a própria organização da entidade e ao formar novos líderes, por exemplo. Ao mesmo tempo contribuíram para criar condições para que estratégias e ações fossem feitas nos anos seguintes.

Dessa forma, um dos efeitos do curso foi nivelar a formação dos dirigentes sindicais que participariam do Congresso de 1979. Não por acaso que o 3º Congresso se tornou um marco na trajetória política da Contag por ter marcado a mudança na linha de atuação coletiva da Contag, orientada a partir de então para o desenvolvimento de ações coletivas de massa. No plano interno, a resolução foi desenvolver “lutas unificadas”, conforme destacou Josefa Reis¹¹⁶.

A interpretação da conjuntura política que orientou a mudança na atuação da Contag a partir de 1979 foi exposta nos anais do 3º Congresso. O que o texto abaixo ressalta é uma leitura da conjuntura política feita pelos atores que orienta a decisão sobre a linha de ação a seguir. De acordo com o documento:

A situação política também apresenta mudanças importantes. Não há dúvida que ainda estamos longe da plenitude democrática. Mas a movimentação de toda a sociedade brasileira em prol da reordenação da vida política do País começa a dar seus frutos. Movimentos pela anistia, pela volta ao Estado de Direito, etc. passaram a ter o seu lugar no cenário político. O Congresso Nacional começou a reassumir seu papel de poder autônomo. Igreja, as universidades, os empresários, as associações profissionais lançaram-se com firmeza na luta pela redemocratização. As greves, dos operários

¹¹⁵ Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

¹¹⁶ Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

inicialmente, e agora também das camadas médias, ao mesmo tempo que demonstram a vontade dos trabalhadores de aumentarem sua participação na vida nacional, chamam a atenção do País para o fato de que seu modelo sindical está superado e que a liberdade sindical é um elemento indispensável à construção de uma democracia. O atual Presidente da República tem proclamado sua intenção de responder positivamente a essas aspirações de liberdade e de promover uma efetiva abertura política. Ainda é cedo para se fazer uma avaliação da ação governamental nesse campo. No entanto, já se percebem resultados positivos. É sentimento generalizado entre os trabalhadores que a redemocratização não pode ser retardada (CONTAG, 1979b, p. 83).

Foi a partir dessa avaliação da conjuntura política que, em 1979, se discutiu a ideia de atualizar as práticas sindicais então vigentes. O resultado desse debate veio com a recomendação do 3º Congresso de dar prioridade às formas coletivas de reivindicação e pressão. Em outras palavras, depois de 1979, tratava-se mais de pressionar e exigir do que de pedir, como antes. Nas palavras de Medeiros,

as propostas aprovadas nesse evento [III Congresso] alinharam a Contag com diversas concepções e demandas do chamado ‘novo sindicalismo’ que então emergia, em especial no que se referia à defesa da liberdade e autonomia sindical e na concepção de que não bastava pedir, mas que era necessário exigir e pressionar o Estado para que fossem atendidas as reivindicações dos trabalhadores, em especial no tangente ao acesso à terra, aumento salariais, melhores preços para os produtos agrícolas e mudanças na previdência social (MEDEIROS, 2014, p. 253).

Nas palavras de Josefa Reis, “o 3º Congresso deu um salto qualitativo para as lutas de massa, coletiva. Foi aí que saiu o plano de luta pelas campanhas, pela terra, pelo combate às consequências da seca. [...] Passou-se a ter as chamadas “lutas unificadas”¹¹⁷. A decisão de mudar a estratégia de atuação da Contag não deve ser vista como uma decisão de diretores da Confederação, mas como resposta do conjunto do movimento sindical aos processos e curso no país.

Além de ser precedido por uma série de cursos, o Congresso de 1979 aprovou a realização de encontros estaduais para refletir sobre a prática de atuação do sindicalismo face à situação socioeconômica e política do país. Os encontros foram temáticos nas principais áreas de atuação da Contag naquele momento: assalariados, posseiros, pequenos agricultores e trabalhadores atingidos por barragens, no vale do Rio São Francisco, e ocorreram em 13 estados do país. Eles tiveram o objetivo de fazer um diagnóstico, avaliando a atuação do movimento sindical no encaminhamento das soluções e se posicionando com novas atitudes para colocar em prática as metas traçadas (CONTAG, 1980). A realização de diagnósticos para orientar a

¹¹⁷ Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

ação da Contag era prática já desenvolvida no âmbito do MSTR, especialmente na atuação da Contag.

As mudanças apontadas pelo 3º Congresso já puderam ser percebidas nos documentos subsequentes, como no Relatório Anual de 1980, que muda o discurso em relação aos anteriores, adotando uma narrativa de mais enfrentamento nas ações, como reflexo da alteração na linha de atuação da Confederação. De acordo com o documento,

cumprindo as decisões do 3º Congresso, os Trabalhadores Rurais realizaram e registraram uma série de mobilizações, objetivando, de forma coletiva, a solução de problemas comuns a cada grupo da categoria. Cerca de um milhão e meio de camponeses fazendo greves, indo às ruas em passeatas e concentrações, barrando estradas, recuperando terras que lhes foram tomadas ou resistindo contra a implantação de projetos anti-sociais, manifestaram, em 1980, sua insatisfação com os rumos da política agrícola do país, ao tempo em que formularam reivindicações e por elas lutaram, visando à melhoria de suas condições de vida no campo (CONTAG, 1980, p. 13).

Outra marca discursiva que chama atenção nos relatórios anuais foi o aparecimento de uma tabela intitulada “manifestações coletivas” no documento de 1981. A descrição desses dados não aparecia antes provavelmente pelo fato dessa prática não ser o foco de atuação do movimento. Com as mudanças operadas a partir de 1979, surgiu a necessidade de relatar o que foi feito em termos de mobilizações coletivas pela Contag a partir de então.

Emblemático desse momento foi a greve dos canavieiros de Pernambuco de 1979, que foi seguida por um ciclo de greves em outras partes do país nos anos subsequentes, até meados dos anos 1980, abrangendo os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro¹¹⁸ (Ver SIGAUD, 1980; TAVARES, 1992).

Também ocorreram diversas mobilizações em torno da demanda por terras e por políticas agrícolas em várias partes do país¹¹⁹. De acordo com o Relatório Anual de 1979,

A intensificação dos Conflitos de terra e a consequente mobilização dos Trabalhadores Rurais como forma de garantir sua permanência na terra, contra aqueles que quiseram espoliar o seu principal direito desencadeou uma série de ações, exigindo da Contag interferência direta ou indireta junto ao seu Conselho de Representantes, junto às Autoridades e, notadamente, junto à Classe. Levantamento de conflitos, denúncias à opinião pública, participação em concentrações e encontros, análises dos problemas desses Trabalhadores, sobretudo, posseiros, foram atividades constantes do ano (CONTAG, 1979b, p. 3-4, grifo meu).

¹¹⁸ Tratarei dessa mobilização no quarto capítulo.

¹¹⁹ Sobre as greves de Pernambuco, ver Sigaud (1980 e 1986).

Também ganharam força nesse momento as mobilizações políticas específicas por parte dos então chamados “pequenos agricultores”. Apesar do número significativo e de serem parte importante da base de sustentação da Contag, até então eles tinham tido pouca visibilidade. A emergência dessa categoria na cena pública ocorreu sobretudo no sul do país, com as mobilizações por melhores preços para seus produtos, créditos com melhores condições de juros, direitos previdenciários etc. (MEDEIROS, 2014). Para Medeiros (2014), dois aspectos foram importantes para entender a emergência dos pequenos agricultores como atores centrais na cena pública: 1) embora fossem parte da base da Contag desde a fundação, esta foi hegemônica ao longo dos anos 1970 por dirigentes nordestinos que privilegiavam a reforma agrária e direitos trabalhistas como bandeiras de luta; 2) as mudanças no setor agrícola brasileiro, que afetaram profundamente os agricultores de base familiar. O trecho a seguir ajuda a entender o processo de mobilização dessa categoria.

Na década de 1970, a acelerada transformação tecnológica das atividades agrícolas provocou uma intensa diferenciação dos agricultores, parte deles integrando-se às agroindústrias e gerando um tipo de produtor profundamente dependente das empresas processadoras (é o caso dos produtores de aves, suínos, de uvas para produção de vinhos, frutas para conservas etc.). Outros se tecnicaram, tornando-se bastante dependentes da compra de insumos modernos e com dificuldade de competir, embora de forma subordinada, com produtores melhor inseridos nos mercados. Uma parcela não conseguiu permanecer na terra ou não teve condições, seguindo as tradições dos ‘colonos’, de comprar terras para os filhos, engrossando o contingente dos sem terras. Parte deles tentou a sorte nos projetos de colonização na Amazônia, outros passaram a se mobilizar por terra em seus locais de origem, em especial a partir do apoio da Igreja Católica. É importante considerar que não se trata de trajetórias estanques (MEDEIROS, 2014, p. 257).

Ainda, a Contag atuou ativamente nas mobilizações em torno da defesa dos atingidos por barragens e participou dos atos unificados pela seca. A construção de grandes barragens sem plano de assentamento das comunidades rurais trouxe consequências para a população, principalmente a perda do acesso à terra e ao rio, fonte de vida e trabalho para os trabalhadores rurais. Um dos casos em que a Contag atuou foi em Itaparica, no Nordeste. A ação da confederação se deu no sentido de apoiar a organização da população atingida e orientar a ação, fazendo denúncias, apoiando mobilizações ou realizando ações jurídicas e administrativas. A mobilização em torno das secas seguiu o mesmo padrão: organização dos trabalhadores, mobilizações locais e denúncia da situação ao governo, exigindo medidas para resolver a situação. Em 1981, por exemplo, uma série de atos públicos foi realizado entre seis e treze de setembro com o objetivo de ampliar as denúncias à opinião pública, buscando obter mais apoio às reivindicações.

Seis anos após o Congresso de 1979, marco na mudança da linha de atuação da Contag, foi realizado um novo Congresso, em 1985. Com um intervalo de seis anos, os delegados sindicais voltam a se reunir em mais um ano fundamental para a transição democrática no país. Se em 1979 era o momento de abertura política cuja principal pauta era a anistia política, 1985 foi marcado pelo começo do primeiro governo democrática, ainda eleito indiretamente via Colégio Eleitoral.

Nesse momento, os delegados sindicais fizeram um balanço sobre a linha de ação tomada pelo MSTR. Entre as principais pautas de atuação naquele momento estavam: resistência e ocupações de terras; greves dos assalariados; grandes mobilizações e boicotes dos pequenos agricultores; grandes mobilizações nas áreas de barragem e seca e pela reformulação da Previdência Social Rural (CONTAG, 1985b, p. IV).

Ao mesmo tempo em que a atuação política de massa da Contag ganhava força, também crescia a crítica às práticas sindicais vigentes no interior do MSTR. No final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, as chamadas “oposições sindicais” ganharam força como um grupo crítico às concepções e práticas da Contag, alinhadas com a defesa de uma estrutura sindical mais flexível, menos centralizada e voltada para a mobilização e ocupação dos espaços públicos (MEDEIROS, 2014).

Foi também principalmente nesse período que se multiplicaram as organizações de trabalhadores no campo. Se até então a Contag era praticamente a única organização nacional de representação dos trabalhadores do campo, nesse período esse cenário se alterou. As entidades que surgiam conduziam, em geral, lutas mais específicas a partir de estruturas menos rígidas do que os sindicatos. Um resumo dos personagens que emergiram nesse período foi feito por Medeiros:

Em áreas onde ainda não havia sindicatos ou onde estes eram percebidos como entidades que ‘não se comprometiam com as lutas’, segmentos da Igreja, vinculados à Teologia da Libertação, passaram a denunciar o processo de expropriação e a se colocar como porta-vozes dos trabalhadores, estimulando sua organização e denunciando o processo de expropriação em curso. [...] A partir dessas críticas e práticas de enfrentamento, constituíram-se grupos que, ao longo dos anos 1980, buscaram quer a ‘tomada’ dos sindicatos, procurando alterar sua linha de atuação, quer a construção de organizações não sindicais, que se autoidentificavam como ‘movimentos’, mais flexíveis e autônomas em relação ao Estado. É o caso do MST [...] e das organizações de atingidos por barragens no Sul, que posteriormente se articularam nacionalmente por meio do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB. Os próprios seringueiros, cujas lutas, no Acre, num primeiro momento, foram eminentemente conduzidas pelos sindicatos, acabaram criando uma organização própria, o Conselho Nacional dos Seringueiros, com o objetivo de ultrapassar os limites de ação que a estrutura sindical oferecia. Mas foi também a situação de assalariados da cana em São Paulo, que romperam com a federação local em 1989,

apoiando-se na Constituição de 1988, que garantiu liberdade e autonomia sindical (MEDEIROS, 2014a, p. 255).

Um sinal de não conformação de parcelas da base da Contag com todas as diretrizes da Confederação foi o comparecimento de um número expressivo de sindicalistas rurais ao congresso que fundou a CUT, no início dos anos 1980. Apesar de ter participado de todo o processo de articulação de uma central de trabalhadores, a Contag rompeu com o grupo que organizava a criação da central quando o ele adotou resolução que permitia a participação das oposições sindicais, o que representava para a Contag um rompimento com a noção de unicidade sindical, cara ao MSTTR (FAVARETO, 2006). Defensora da unicidade sindical, a Contag condenou o encontro e se manteve alinhada à Conclat, embora sem se filiar a ela, mantendo a defesa do princípio de unicidade sindical (MEDEIROS, 2014a).

As disputas por diferentes concepções de condução política do movimento sindical são indícios da diminuição do consenso ou então de visibilização das cisões internas no sindicalismo. No trecho abaixo Medeiros descreve o processo de enfraquecimento da unidade *contaguiana* ao longo dos anos 1980.

No IV Congresso da Contag, realizado em 1985, já ficou evidente a presença das ‘oposições’, como força organizada, defendendo seus princípios. Embora minoritário, esse segmento foi muito ativo e provocou debates em torno de alguns pontos polarizadores, entre eles os relacionados à estrutura sindical. Também temas como reforma agrária foram objeto de intensa discussão, demarcando posições, uma vez que os setores sindicais majoritários, hegemônicos pela Contag, tendiam a apostar na possibilidade de que o novo governo efetivamente fizesse reforma agrária com a qual a Aliança Democrática havia se comprometido, enquanto que os setores *cutistas*, muitos deles ligados ao MST, não depositavam confiança nas promessas governamentais e preferiam mobilizar os trabalhadores para ocupações, como forma de pressão (MEDEIROS, 2014a, p. 258).

O processo de articulação de oposições sindicais culminou com a criação da Secretaria Nacional de Trabalhadores Rurais, no II Congresso da CUT, realizado em 1986, que em 1988 se transformou em Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais. Essa estrutura se ampliou e ganhou capilaridade nos estados por meio da criação de Departamentos Estaduais (MEDEIROS, 2014a; RICCI, 2009). A criação de uma nova estrutura sindical de representação dos trabalhadores rurais naquele momento é expressão de uma cisão política importante no MSTR brasileiro.

Para além das disputas no âmbito dos movimentos e mobilizações em torno das pautas do campo e das ações da Contag, esse período foi também para a Confederação um importante momento de mobilização em torno de pautas questões mais amplas que definiam os rumos

políticos do país. No final dos anos 1970 e ao longo dos 1980, a Contag se engajou na luta contra a ditadura e pela redemocratização, como a Campanha pela Anistia e a Campanha pelas Diretas Já. Como um movimento social nacional e com intensa capilaridade, a Contag se posicionava em relação às principais questões políticas, sociais, culturais e econômicas nacionais. É um equívoco analisar a Contag apenas do ponto de vista de um movimento social que atua em torno de pautas específicas. Sem dúvida elas são importantes e centrais. Contudo, a atuação política da Contag em toda a sua história é baseada em um projeto político que aborda as principais questões nacionais sob a lente da população do campo, enfatizando determinados segmentos conforme as situações.

A Contag foi também atuante no processo de articulação política na transição democrática. Refiro-me aqui particularmente à interlocução da Contag com as forças políticas que se reuniram em torno da Aliança Democrática para disputar a presidência da República, por meio do Colégio Eleitoral no fim da ditadura¹²⁰. De acordo com Tavares:

Dirigentes e assessores da Contag, naquela conjuntura, participaram intensamente das articulações políticas que visavam a derrota do regime militar e a vitória do candidato aglutinador das tradicionais forças de oposição, as quais lutavam naquele momento contra Paulo Maluf, candidato do partido de sustentação do governo, o PDS. A Contag fez parte do bloco de forças sociais e políticas que lutou pela democratização do país” (TAVARES, 1992, p. 342-343).

Nesse processo, a Contag se encontrou com o então candidato à presidência, Tancredo Neves, e lhe entregou uma carta na qual sugeria dois pontos principais: um plano nacional de reforma agrária e o fim da intervenção policial nas greves de assalariados rurais. Para Tavares (1992), foi nesse encontro que começou a se gestar o que viria a ser o I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (I PNRA).

Dessa forma, outro ponto que merece destaque na trajetória de atuação da Contag nos anos 1980 é a sua especial atenção à participação política institucional por meio de duas ações prioritárias: a elaboração do PNRA e o processo da Constituinte. Inclusive, o anúncio da elaboração do Plano ocorreu no 4º Congresso da Contag, em 1985, com a presença do então presidente da República, José Sarney. Maria José Costa Arruda, assessora da Contag, comentou sobre como aquele momento foi vivido:

¹²⁰ A Aliança Democrática foi um acordo do PMDB com a Frente Liberal, dissidência do Partido Democrático Social (PDS), para apoiar na eleição a ser realizada por meio do Colégio Eleitoral em 1985, a chapa formada por Tancredo Neves como candidato a presidente e José Sarney como vice.

Cara, foi o momento de êxtase político, entendeu? Com todas as autoridades importantes do país, todos os movimentos sociais presentes, o movimento sindical em massa – que cinco mil participante, né – então, assim, foi aquele momento assim, que eu digo assim, o ápice do momento assim de...¹²¹.

A estratégia da Contag na Assembleia Nacional Constituinte era mobilizar a categoria para pressionar deputados e senadores a aprovarem as propostas de interesse dos trabalhadores. Porém, o empenho da Contag no processo da Constituinte teve dois focos: a conquista da previdência social para os trabalhadores rurais e a luta pela reforma agrária. Um exemplo da atuação da Confederação na pauta de reforma agrária foi o recolhimento de mais de um milhão de assinaturas em apoio à emenda popular em favor da reforma agrária, como é mencionado nos anais do V Congresso, no discurso de abertura de Aluísio Carneiro, sindicalista baiano e presidente da Confederação naquela ocasião (CONTAG, 1991, p. 25). A emenda popular previa a desapropriação de 43 milhões de hectares e o assentamento de 1,4 milhão de famílias. Contudo, a Contag não foi exitosa em seu pleito da emenda. Por outro lado, a inclusão da concepção de função social da propriedade como matéria constitucional era uma reivindicação da Contag e outros movimentos sociais e representou uma vitória para o sindicalismo. Assim como a inclusão do direito à previdência social para os trabalhadores rurais na Constituição.

O processo de democratização que atingia as instituições políticas brasileiras foi acompanhado por práticas democratizantes no plano interno da Contag. Uma das medidas nesse sentido e que passou a valer após o Congresso de 1985 foi a definição de eleições para as entidades sindicais e de grau superior em Congresso, ampliando a consulta da escolha dos dirigentes da instância nacional do MSTR. Até então, a diretoria era escolhida pelo voto de um colégio eleitoral formado pelos presidentes das federações estaduais. Contudo, os avanços ainda demoraram para ser implementados. Tavares (1992) destacou que no pleito seguinte, em 1988, o modelo decidido em Congresso em 1985 ainda não havia sido implementado:

em 1988, alegando dificuldades financeiras – que de fato existiam, mas não podem ser absolutizadas como justificativa –, a diretoria da Contag criou um complexo sistema eleitoral, no qual, ao invés de um congresso nacional, se fariam encontros estaduais para definir a escolha da nova diretoria. Este processo foi denunciado pela oposição à diretoria, especialmente pelos sindicalistas ligados à CUT, como antidemocrático” (TAVARES, 1992, p. 389).

¹²¹ Entrevista com Maria José Costa Arruda (Zezé) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 19 de março de 2015.

Também foi em 1985 que, pela primeira vez, um Congresso tratou a questão da mulher no temário como um assunto específico. Houve, inclusive, uma moção relativa ao tema neste encontro, que destacou fatos da situação da mulher trabalhadora rural e indicou a necessidade de uma maior participação das trabalhadoras rurais no movimento sindical.

Em resumo, os anos 1980 foram marcados por muitas mudanças para o movimento sindical de trabalhadores rurais e para o país. No plano conjuntural, muitas das apostas feitas pela Contag não tiveram o resultado político esperado: o fracasso do PNRA, a derrota de Lula nas eleições após o alinhamento da Contag ao candidato do PT para aquelas eleições e o início do processo neoliberal enfraqueceram a atuação dos trabalhadores rurais, assim como de diversos movimentos sociais.

No âmbito dos movimentos sociais rurais, nas décadas de 1980 e 1990 a Contag perdeu o protagonismo da luta por terra no Brasil para o MST. As greves de assalariados, especialmente dos canavieiros, também diminuíram. Segundo Medeiros (2014), isso aconteceu devido à impossibilidade de reprodução do “modelo Pernambuco”, como ficou conhecida a forma de realização das greves de assalariados, ou pelas novas configurações do mercado de trabalho, marcado pela crescente mecanização do setor e pela busca de mão de obra em setores distantes da produção, aumentando a complexidade dos fluxos migratórios e dificultando a organização dos trabalhadores nos locais de moradia e trabalho.

Com a Constituição de 1988, o modo de organização sindical também mudou. Os sindicatos puderam adotar a forma organizativa que achassem melhor sem ter que seguir um estatuto padrão. As eleições sindicais deixaram de ser fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho. Também elementos relacionados à conjuntura de atuação política dos movimentos sociais rurais colocaram em xeque a hegemonia da Contag no final dos anos 1980. De acordo com Favareto (2006), três fatores contribuíram de forma particular para as mudanças internas da entidade:

i) ao desgaste resultante de sua aproximação com o Estado, e principalmente com o governo da Nova República, já citado; ii) ao seu distanciamento da CUT, não só com a não filiação à central, mas também pela rejeição dos princípios de liberdade e autonomia sindical expressos na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, durante o IV Congresso, de 1985; e iii) ao episódio relativo à eleição da direção de 1988, realizada de forma indireta apesar das disposições contrárias que indicavam a eleição em Congresso, e sobre a qual foram feitas acusações de fraude (FAVARETTO, 2006, p. 37).

Todas essas mudanças afetaram o MSTR, que precisou se reestruturar internamente para manter sua reprodução. Dessa forma, o começo dos anos 1990 foi marcado por um período de

reestruturação do movimento sindical, que teve que lidar com os desafios da conjuntura naquele momento. Esse será o principal tema da seção seguinte.

2.5 A Reestruturação do MSTTR (1990-1995)

O processo de crise vivido pelo MSTR no final dos anos 1980 levou a Contag a repensar sua concepção da estrutura sindical, a refletir sobre suas práticas e replanejar sua atuação política. Em 1990, a Contag realizou a 1ª Plenária Nacional Ampliada do MSTR. Além de debater as bandeiras de luta mais importantes, uma das principais temáticas desse evento foi o debate sobre a organização interna da Contag.

Um dos destaques desse debate foi a questão da contribuição confederativa como alternativa de auto-sustentação do MSTR diante das dificuldades financeiras que o MSTR vivia no momento. O depoimento de Ivanek, assessor jurídico, dá certa dimensão da situação financeira da Confederação no começo dos anos 1990:

Para você ter uma ideia, para trabalhar na Contag o dia inteiro, um assessor, na época, ganhava menos de 5 salários mínimos. Para dar duas horas de plantão no sindicato dos médicos, eu ganhava dez salários mínimos. Para você ver a... Quando eu entrei na Contag, a Contag era uma entidade quase miserável. Você mantinha a Contag funcionando, muitas vezes, vendendo patrimônio. Vendendo os imóveis que a Contag tinha comprado na época... O 5º Congresso foi realizado com a venda de 2 casas¹²².

A partir de 1971, a contribuição sindical destinada ao MSTR era recolhida automaticamente com base na extensão de terras dos proprietários rurais. O recolhimento era feito junto com o Imposto Territorial Rural (ITR) pelo Incra. A partir de 1975, o governo mudou a regra e o cálculo da contribuição passou a ser medido pela quantidade de funcionários existentes nas propriedades com base na folha salarial. Com isso, a arrecadação sindical do MSTR diminuiu. Não só porque nem todas as propriedades tinham funcionários, mas também porque muitos deles eram informais e isso não era contabilizado no cálculo da arrecadação. Para piorar o quadro, as contribuições eram recolhidas por volta do mês de maio e entregues ao

¹²² Entrevista com Ivanek Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

MSTR somente em outubro. Em um contexto de alta taxa de inflação, a perda de recursos era grande¹²³.

A situação financeira da Contag apresentou sinais de melhoras após a Constituição de 1988, quando foi criada uma contribuição confederativa. Também, a Lei 8.213, de 1991, passou a permitir que, mediante autorização do trabalhador, a contribuição social para a entidade sindical podia ser descontada diretamente do benefício previdenciário. Além disso, no governo FHC, começaram a ser feitos convênios com as entidades sindicais com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Isso melhorou a situação financeira da Contag. E são esses recursos que, em sua maioria, tem sustentado o MSTTR até hoje¹²⁴.

Uma das principais mudanças realizadas na Plenária foi a constituição de secretarias específicas para cada área de atuação da Contag. O objetivo dessa alteração foi responder às demandas específicas com mais agilidade e conhecimento e qualificar a articulação da Contag com outros setores da sociedade. A decisão passou a vigorar a partir do 5º Congresso, em 1991. Até então a Contag era organizada em assessorias – jurídico-sindical, educacional, contábil, administrativa, de reforma agrária, de política agrícola, de comunicação. A partir de então a Contag passou a ter, além dos tradicionais cargos de presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário geral, também secretarias de política agrícola, agrária e salarial. No Congresso seguinte, em 1995, essa área de atuação se ampliou ainda mais e a Contag elegeu também diretores para as então criadas secretarias de política social e formação e organização sindical. Também em 1995 foi eleita uma coordenadora para a CNMTR. Francisco Urbano contou de forma breve algumas das motivações para a criação das secretarias específicas:

Isso, tinha uma diretoria enorme, mas, exatamente, o executivo era esse, né? Isso, era segundo secretário, segundo secretário. Bom, começamos a sentir o seguinte: com atividade leve, viajar nas cidades de reunião dos conselhos de representantes que não tivesse briga com conflito, reunião no Incra, se não tivesse conflito, todo mundo quer. Mas quando tinha alguma coisa mais quente, a gente começa a ver o povo, sobrava pro Zé Francisco ou pra mim, não dava conta... começava a ter problema. Daqui a pouco os caras fugiam, deixava você sozinho, sozinho. ‘Ah, você’, não é da minha área, né?’. Aquela história: ‘ah, então, não é assim da minha área’. Começar o seguinte, vamos criar secretaria, secretaria de política agrícola, secretaria de reforma agrária, secretaria de comissão rural, para qualificar esse processo, a partir do seu conhecimento¹²⁵.

¹²³ Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

¹²⁴ Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

¹²⁵ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

Nos anais do 7º CNTR, em 1998, há uma justificativa para a criação das secretarias específicas e uma avaliação sobre a sua implantação:

A criação das secretarias específicas (Política Agrícola, Política Agrária, Assalariados, Políticas Sociais, Formação e Organização Sindical, etc.) foi uma tentativa de enfrentar os problemas relativos à diversidade da categoria “trabalhadores e trabalhadoras rurais”. Apesar de ter melhorado significativamente a ação sindical do MSTR, não foi suficiente para responder aos problemas e demandas presentes nos diversos setores de representação. O MSTR deve promover um processo de ampliação das secretarias específicas nas Federações e nos STRs (CONTAG, 1998, p. 37).

A avaliação sobre a criação de secretarias especializadas não é unívoca na Contag. Desde então e até hoje há um processo de reflexão sobre essa decisão. Em geral, os dirigentes consideram a especialização um bom caminho para engajar diretores e assessores em um tema, tornando-o uma espécie de especialista e porta-voz da Contag em um determinado assunto, área ou setor. Por outro lado, essa especialização tende a privar o diretor e assessor de uma visão mais ampla do conjunto de temas de atuação da Confederação. Um dos entrevistados chegou a falar que esse processo produziu uma espécie de “profissionalização” de diretores em um determinado tema. Na avaliação desse entrevistado, um dirigente sindical deve ser capaz de falar e conhecer minimamente todos os assuntos pautados pelo MSTR e o processo de criação de secretarias específicas, embora sem essa intenção, acabou tendo um efeito negativo.

O Congresso de 1991 foi também importante por ter sido o primeiro a eleger a diretoria da Contag durante o encontro, conforme orientação do 4º CNTR e do Estatuto da Contag.

Até o 4º Congresso, realizado em 1985, os congressos tinham caráter apenas reivindicatório, discutindo o conteúdo e o encaminhamento das lutas dos trabalhadores. A partir do 5º Congresso eles passam a ser também eleitorais, sendo a primeira Diretoria eleita, liderada por Francisco Urbano Araújo Filho, que substituiu na presidência o sindicalista baiano, Aloisio Carneiro, eleito em 1989 (CONTAG, 1998, p. 8).

Um fator central para entender as mudanças pelas quais a Contag passava naquele momento foi a aproximação com a CUT. O marco disso foi o V Congresso da Contag, em 1991, quando forças do sindicalismo rural ligadas à CUT fizeram parte da chapa eleita para a direção da Contag. Dos sete novos diretores, dois eram sindicalistas ligados à CUT. Favareto (2006) comenta sobre esse processo:

Após anos de debates, polêmicas, idas e vindas – e numa resposta à crise identificada –, a porção rural da CUT, no início dos anos de 1990, faz uma importante redefinição sobre seu projeto político. Quanto às dubiedades da estrutura sindical, o novo

sindicalismo resolve assumir a importância da estrutura sindical oficial e, deixando de lado o posicionamento ambíguo, afirma a necessidade premente de conquista e transformação da Contag. Com relação às bandeiras de luta, o novo sindicalismo abandona as antigas – reforma agrária e direitos trabalhistas, ou reforma agrária, política agrícola e direitos trabalhistas – e assume outras – “um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, ancorado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar”, segmento que passa a ser considerado prioritário nessa nova estratégia para o meio rural que o sindicalismo se propõe a construir (Favareto e Bittencourt, 2000; Medeiros, 1997) (FAVARETO, 2006, p. 37).

Tavares (1992) também buscou interpretar a aproximação entre CUT e Contag acompanhando o desenrolar dos eventos. A hipótese do autor é a de que a participação dos rurais da CUT do V Congresso e a decisão em participar do processo eleitoral estavam relacionadas às dificuldades internas do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) na sua relação com os demais setores sociais e políticos inseridos na própria CUT. No âmbito da Central Única, havia outra interpretação para esse processo, que o próprio Tavares apresenta:

Nos círculos cutistas, a importância de penetrar na Contag foi articulada como uma necessidade de impedir que a Força Sindical, central concorrente à CUT, fundada em 1990, [...] assumisse o controle da Contag. De fato, do ponto de vista da CUT, caso a Força Sindical conquistasse a hegemonia na Contag, abrindo portas para entrar no sindicalismo rural, isto representaria um risco de fortalecimento de um competidor. Entretanto, tal ameaça parece-me mais retórica do que concreta, naquelas circunstâncias (TAVARES, 1992, p. 392).

Entretanto, Tavares não apresenta indicadores que justifiquem a narrativa da ameaça de aproximação da Força Sindical da Contag. O que é possível afirmar é que a aproximação entre CUT e Contag alteraria os rumos do sindicalismo dos trabalhadores rurais brasileiros. Embora o grupo que historicamente exercia o poder da Contag mantivesse o controle da entidade, inclusive com hegemonia da visão sobre a estrutura sindical, a chegada de dirigentes ligados à CUT provocou mudanças em algumas estratégias de luta, entre elas a ocupação de latifúndios por trabalhadores rurais (TAVARES, 1992). Contudo, essas mudanças não aconteceram de um dia para o outro. Havia, ainda, no interior do movimento sindical resistência ao grupo *cutista*. A fala de Inavek, assessor jurídico da Contag, é ilustrativa desse momento:

Ivanek: [...] por incrível que pareça, em 1990, eu fui o primeiro assessor assumidamente petista, que a Contag teve. Os outros eram escondidos. Você não podia se declarar petista, dentro da Contag.
Marco: Por que isso?

Ivanek: Porque eles morriam de medo de PT. PT era CUT. Tinha havido todo o processo de disputa com a CUT, durante a época da CGT. Então eles queriam distância do petista¹²⁶.

Contudo, a resistência à CUT foi sendo superada aos poucos. A aproximação definitiva com a central sindical aconteceu em 1995, quando os delegados presentes no 6º Congresso da Contag votaram pela filiação da Confederação à CUT. A decisão pela filiação foi tomada por meio de votação direta dos delegados sindicais presentes no CNTR. O resultado foi: 841 delegados votaram pela filiação da Contag à CUT imediatamente, 546 a favor da filiação em janeiro de 1996, 42 votaram em branco e 116 nulo.

A atuação da Contag no começo dos anos 1990 não se restringiu apenas à reorganização da estrutura sindical. A Confederação manteve em pauta suas principais bandeiras de luta e participou de mobilizações nacionais, como a mobilização pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Contudo, uma pauta teve centralidade na atuação da Contag e, por isso, concentrou grande parte dos esforços de atuação política da Confederação naquele momento: a previdência social. Questão histórica e fundamental na pauta do MSTR, o direito à previdência aos trabalhadores rurais havia sido garantido na Constituição de 1988, porém não fora regulamentado imediatamente. Segundo Ivanek Perez Alves, assessor jurídico da Contag,

apesar da Constituição ter garantido, em 88, eles continuavam fora. Porque o Collor tinha vetado a lei que tinha sido aprovada, regulando a previdência. Então, estava nesse... nesse momento, a bandeira central mesmo era a questão da regulamentação da previdência social e a assegurar o acesso dos trabalhadores rurais à previdência social¹²⁷.

Até então, os trabalhadores rurais recebiam benefícios do Funrural (Lei Complementar N.º 11/1971), que eram inferiores a um salário mínimo na época e não incluía os trabalhadores rurais no Regime Geral de Previdência Social, o que só aconteceu após a Constituição de 1988. Isso significou que os trabalhadores rurais passaram a ter os seus direitos previdenciários garantidos pelo Sistema de Seguridade Social com a sua diversificada base de financiamento¹²⁸.

Antiga bandeira de luta do MSTR, o direito à previdência social em regime de seguro especial foi comemorado e é considerado até hoje um dos maiores ganhos políticos dos

¹²⁶ Entrevista com Ivanek Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

¹²⁷ Entrevista com Ivanek Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

¹²⁸ Ver: CONTAG. Previdência social rural: potencialidades e desafios. 2016. Disponível em: <http://www.contag.org.br/arquivos/relatorio_previdencia%202.pdf>. Acesso em: 12 abril 2018.

trabalhadores rurais. Com isso, a população do meio rural contemplada pela lei passou a ter acesso universal à previdência social em regime especial, com direito a um salário mínimo condicionado à comprovação do exercício da atividade rural na condição de produtor, parceiro, meeiro, arrendatário rural, garimpeiro e pescador artesanal, bem como seus respectivos cônjuges que exerceram atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes¹²⁹. Além disso, o acesso à aposentadoria foi fixado em 60 anos para o homem e 55 anos para as mulheres. Os argumentos para isso eram o ingresso precoce no trabalho no campo, a dureza da jornada e a menor expectativa de sobrevida dos trabalhadores rurais¹³⁰.

Contudo, para sua efetivação, o direito conquistado precisava ser regulamentado pela presidência da república e foi para que isso acontecesse que a Contag precisou se manifestar. Ivaneck Perez Alves explicou que enquanto o direito não foi regulamentado, os trabalhadores não tinham acesso ao novo regime previdenciário nem ao Funrural. O INSS negou todos os pedidos dos trabalhadores de acesso à previdência porque não havia regulamentação da matéria. Por duas vezes, houve redações de projetos de lei que regulamentavam o direito. Contudo, o então presidente Collor vetou na integra ambos. A situação começou a reverter quando trabalhadores entraram na justiça para fazer valer seu direito. Ivaneck comento sobre esse processo:

Foi quando, especialmente alguns advogados na federação do Rio Grande do Sul, começam a organizar a tese e entrar na justiça e ganhar, de que aquele artigo era autoaplicável. E que, portanto, se não tinha regulamentação, era problema do governo. Os trabalhadores tinham direito ao benefício da aposentadoria por idade. E começaram a ganhar. Ganharam. O processo subiu, foi até o Supremo, e ganhou. Então, formou jurisprudência. E não foi só um: foram milhares de processos. Até que o INSS regulamentou. Mas o INSS regulamentou, mas continuou existindo vários problemas. Na verdade, você veio conseguir resolver a maioria desses problemas, já no Governo Fernando Henrique, lá para 1996¹³¹.

Os problemas mencionados por Ivaneck passavam pelas declarações e provas da condição de trabalhadores rurais. No caso das mulheres, por exemplo, como muitas delas se autoidentificavam como “do lar”, quando elas solicitavam o benefício como trabalhadoras rurais, os funcionários do INSS não a reconheciam como tal. Isso se deve à falta de conhecimento das características do trabalho rural feminino, marcado por jornadas de trabalho

¹²⁹ Ver: CONTAG. Previdência social rural: potencialidades e desafios. 2016. Disponível em: <http://www.contag.org.br/arquivos/relatorio_previdencia%202.pdf>. Acesso em: 12 abril 2018.

¹³⁰ Ver: CONTAG. Previdência social rural: potencialidades e desafios. 2016. Disponível em: <http://www.contag.org.br/arquivos/relatorio_previdencia%202.pdf>. Acesso em: 12 abril 2018.

¹³¹ Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

no plantio e na esfera doméstica. A exigência de documentos a um público que não tinha como prática registrar suas atividades em documentos foi outro empecilho, dificultando à aplicação do direito previdenciário para a população do campo. Ivaneck acompanhou esse processo de perto e o comentou:

Então, foi uma briga que durou, praticamente, até 98, essa briga. No início, o INSS aceitava a homologação dos promotores. Depois, eles perceberam que os promotores homologavam qualquer coisa que chegasse na mão deles. Deixou de ser pelo promotor, passou a ser pelo funcionário do INSS. Mas como a lei era muito restritiva, a tendência do funcionário era não se arriscar. Então, ele negava o benefício. Ou então deixava sem julgamento. Foi quando deu aquele represamento que chegou a quase 800.000, em todo o país [de pedidos de aposentadoria]¹³².

Com tudo isso, a Contag exerceu grande pressão para fazer valer a lei e garantir a regulamentação do direito previdenciário previsto na Constituição, que aconteceu por meio das Leis 8.212/91 (Plano de Custeio) e 8.213/91 (Planos de Benefícios). Contudo, na avaliação de Ivaneck, a questão só ficou mais resolvida com novas regulamentações da questão, em 1998, na gestão do então Ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, no governo Fernando Henrique Cardoso. Stephanes foi um dos principais articuladores do governo nas negociações que buscavam a aprovação no Congresso das emendas aos dispositivos constitucionais que regulamentavam a previdência social e outros temas que faziam parte do conjunto de reformas constitucionais propostas pelo governo. As questões referentes à previdência foram aprovadas pela Emenda Constitucional n° 20, de 15 de dezembro de 1998.

Um dos efeitos da inclusão da política da previdência social foi o aumento do número de sindicalizados no campo. A necessidade de comprovar o exercício da atividade rural e a possibilidade de ter o apoio desse tipo de comprovação com o sindicato levou muitas pessoas a procurarem o sindicato e terem nesse momento se sindicalizado. Antoninho Rovaris, atualmente diretor da Contag, no começo dos anos 1990 era ainda dirigente sindical no STR e lembra que nesse período ele conseguiu sindicalizar mais de três mil pessoas em seu sindicato no estado de Santa Catarina¹³³.

¹³² Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

¹³³ Entrevista com Antoninho Rovaris concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 27 de outubro de 2015.

2.6 A filiação da Contag à CUT e a criação do PADRS(S) (1995-2009)

A filiação da Contag à CUT no 5º CNTR, em 1995, levou à extinção do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais e dos Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais da CUT. Essa desmontagem foi condição para a filiação da Contag à Central (RICCI, 2009). Essa opção foi resultado de uma aproximação e articulação entre as entidades que ganhou corpo inicialmente com a indicação de dois nomes *cutistas* para cargos da direção da Contag, já em 1991. Apesar das divergências internas, houve uma decisão do DNTR/CUT naquele momento de se aproximar da Contag. Essa escolha, porém, não se fez sem embates no interior da CUT.

O fato é que a opção pela aproximação da Contag foi a linha que prevaleceu no interior da CUT e se consolidou em 1995, durante o 6º Congresso da Contag, quando sindicalistas ligados ao DNTR passaram a ocupar cargos mais significativos na entidade, resultando em uma nova composição na direção da Contag. De acordo com Medeiros,

Esse foi um momento político particular, na medida em que a própria direção da CUT estava interessada em ampliar sua força atraindo para dentro de si a Contag e fortalecendo-se, dessa forma, em relação às outras centrais sindicais existentes, em especial a Força Sindical que começava também a disputar a adesão dos sindicatos de trabalhadores rurais. Não por acaso, figuras expressivas da direção da CUT estiveram no congresso, ajudando a formalizar acordos que culminaram na filiação da Contag à CUT (MEDEIROS, 2014, p. 266).

Um dos principais elementos de convergência entre CUT e Contag naquele momento era a centralidade dos “agricultores familiares” no universo de representação das entidades sindicais. As bases para a conceituação da agricultura familiar e sua importância para o meio rural e situação política e social do Brasil foram construídas no âmbito do Projeto CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical. A prioridade em se construir um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural com base no fortalecimento da agricultura familiar e ampla e massiva reforma agrária era uma pauta defendida principalmente pelos sindicalistas rurais cutistas, de acordo com Favareto (2006).

A demanda de construir esse projeto surgiu na aproximação da Contag à CUT. Naquele momento, era necessário traçar os novos rumos que a Contag seguiria após a aproximação da Central Única. Havia diferenças entre as organizações e foi necessário refletir sobre como superá-las ou como lidar com elas. Ao mesmo tempo, foi uma oportunidade para a Contag refletir sobre a situação do universo rural no Brasil no novo contexto pós-constituição. Mais

uma vez, a Confederação estava atualizando suas concepções a luz do contexto, buscando formas de manter a sua reprodução social.

De acordo com Rocicleide, que foi assessora da Contag, o projeto buscava montar uma proposta de desenvolvimento rural para o país baseada na agricultura familiar. Para isso, buscaram experiências exitosas de agricultura familiar no país¹³⁴. O debate sobre a centralidade do agricultor familiar para a construção de um projeto de desenvolvimento para o meio rural vinha sendo desenvolvido no âmbito da CUT nos primeiros anos da década de 1990. Essa discussão encontrou respaldo na Contag e esse foi um dos pontos de convergência que permitiu a aproximação das duas entidades. De acordo com Medeiros, o projeto CUT/Contag “[...] selou a aliança entre as duas grandes forças do sindicalismo rural e consagrou a preeminência dos agricultores familiares como categoria sindical de destaque” (MEDEIROS, 2014, p. 267a)¹³⁵.

Silva (2012) destacou que este projeto teve três eixos operativos: 1) diagnóstico; 2) formação política; 3) elaboração de diretrizes para um projeto alternativo de desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar. O diagnóstico teve dois pontos centrais: desenvolvimento e sindicalismo rural. “No primeiro caso, foram estudadas dinâmicas de desenvolvimento em diferentes regiões brasileiras. No segundo, tratava-se de fazer um amplo diagnóstico do sindicalismo no país, em especial o estudo de experiências inovadoras e mobilizadoras” (MEDEIROS, 2014, p. 267). Para desenvolver esse projeto, a Contag montou uma equipe de consultores, entre os quais estavam os acadêmicos José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Leonilde Medeiros, Regina Novaes, entre outros. Esse processo foi acompanhado por um corpo de assessores da Contag – Francisca Rocicleide Pereira da Silva, Engenheiro Conolly e Ivaneck Perez Alves – e da CUT – Gilson Bittencourt, Diogo del Marco e o Arilson Favareto. Esse grupo era responsável pela organização e concepção do Projeto em diálogo com os acadêmicos¹³⁶.

O Projeto CUT/Contag durou de junho de 1996 a dezembro de 1999. O resultado final foi a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, um documento político que orienta a atuação política da Contag até hoje e cuja base central é a agricultura familiar.

Naquele momento, a Contag caracterizou a agricultura familiar como o regime de trabalho formado pelo trabalho familiar, em até quatro módulos fiscais. Posteriormente, inclui-

¹³⁴ Entrevista com Francisca Rocicleide Pereira da Silva (Roci) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 29 de novembro de 2015.

¹³⁵ Ver Favareto (2006).

¹³⁶ Entrevista com Francisca Rocicleide Pereira da Silva (Roci) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 29 de novembro de 2015.

se a possibilidade de se poder ter até dois empregados por propriedade¹³⁷. A mudança do termo sinaliza para uma alteração do enfoque da produção para as pessoas que produzem. De acordo com Medeiros,

Não se trata apenas de uma mudança de nomes. Quando falamos em mudança identitária estamos nos referindo a um processo que se inicia no final dos anos 1970, com as mobilizações dos pequenos agricultores levadas adiante tanto pelas oposições sindicais, quanto pelas federações ligadas à Contag, em especial no Rio Grande do Sul e Paraná; à circulação nacional e internacional de lideranças, visando troca de experiências, patrocinadas pela Igreja e por organizações não governamentais que, no contexto da redemocratização, apoiavam a organização dos trabalhadores do campo, quer de organização da produção por meio de cooperativas e associações, quer de criação de sindicatos por categorias específicas (avicultores, suinocultores etc.) (MEDEIROS, 2014a, p. 261-262).

Vale destacar que a mudança que se operava naquele momento era a adoção do termo “agricultor familiar” em detrimento de “pequeno agricultor”, expressão mais comum até o começo dos anos 1990. A questão dos pequenos produtores sempre esteve presente no escopo de atuação do MSTR, mas há um discurso comum de que a Contag não dava centralidade a essa pauta, sobretudo entre os sindicalistas da região Sul, onde a questão era mais presente. Nos anos 1970, por exemplo, as negociações dos pequenos produtores por melhores preços e condições de produção mobilizava os pequenos produtores reunidos em torno dos STRs e federações, como se viu.

A partir do começo dos anos 1990, portanto, esse quadro começou a se inverter e o debate sobre o que se convencionou chamar “agricultura familiar” foi progressivamente ganhando força e se tornando hegemônico. Hoje, a Contag é uma confederação de representação exclusiva dos agricultores e agricultoras familiares. Concomitantemente, outros movimentos emergem, seja disputando a representação política dos agricultores familiares, seja reforçando outras categorias sociais.

O PADRS é, portanto, um plano político que apresentava as diretrizes do movimento de uma maneira geral e expressa a concepção de desenvolvimento do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Trata-se de uma percepção que visa se opor ao modelo agrário e agrícola baseado na concentração de terra e renda e na produção de monoculturas para exportação. O PADRS foi uma iniciativa do MSTTR para afirmar para a

¹³⁷ Entrevista com Luiz Vicente Facco concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de novembro de 2015. O debate sobre a caracterização da agricultura familiar atravessou anos e teve a contribuição de vários atores. No âmbito sindical, a Contag elaborou o documento Proposta do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais para as Leis Agrária e Agrícola em 1989 e o DNTR/CUT o documento Proposta para um Projeto de Lei Agrícola em 1990. Tanto Contag como DNTR contribuíram com o debate da elaboração da Lei Agrícola, n. 8.171 de 1991, que dispõe sobre o tema (PICOLOTTO, 2014).

sociedade brasileira a importância econômica e social do meio rural para o desenvolvimento sustentável e solidário.

Se o agricultor familiar já vinha ganhando força no interior do MSTTR desde o começo dos anos 1990, é possível afirmar que a partir de então ele se torna o protagonista no interior do MSTTR. Ou, em outras palavras, essa categoria se torna hegemônica na direção da Contag e também do foco da ação da entidade, espaço antes hegemônico pelos assalariados rurais e pelas lutas por terra, sobretudo durante a gestão de José Francisco da Silva. Nas palavras de Medeiros e Picolotto:

A busca do fortalecimento e ampliação da agricultura familiar passou a ocupar o centro do projeto da Contag, implicando uma mudança no eixo de poder interno. Se desde a sua fundação, as pautas prioritárias foram a reforma agrária e os direitos trabalhistas, com lideranças nordestinas nos seus postos principais, com a entrada dos cutistas e adoção do PADRS, foi eleita a agricultura familiar como prioritária (MEDEIROS; PICOLOTTO, 2016, p. 11).

O trecho a seguir, dos anais do 6º CNTR, em 1995, destaca a importância do novo projeto político que se gestava e as implicações disso para a estrutura sindical existente: “[o PADRS] implica assumir uma tarefa mais ampla do que a de articular a luta pelos interesses econômicos mais imediatos da categoria. Para implementação desta estratégia, a alteração da estrutura e organização sindical passou a ser imprescindível” (CONTAG, 1995, p. 36).

A aprovação dos pontos centrais do PADRS se concluiu em 1998 e esse é até hoje o projeto político que orienta a linha de atuação da Contag, claro, com algumas mudanças feitas desde então. No 7º Congresso da Contag, em 1998, foram aprovados os contornos centrais do PADRS, que são:

a luta por reforma agrária como forma de romper com o modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de terra, renda e poder e para expandir e consolidar a agricultura familiar; a opção pelo modelo da agricultura familiar que, além de propiciar desenvolvimento mais descentralizado, democrático, pode produzir alimentos com menores custos e danos ambientais, além de reduzir o êxodo rural; para os assalariados rurais, tratava-se de criar novos postos de trabalho, reduzir o desemprego e possibilitar melhores condições de vida e trabalho; criação de novas políticas sociais para o campo: educação, saúde, lazer, previdência e assistência social, formação profissional, pesquisa e assistência técnica etc.; e o repensar das relações de gênero e geração para valorizar os diversos sujeitos (mulheres, homens, jovens, crianças e idosos) (Contag, 1998) (MEDEIROS, PICOLOTTO, 2016 p. 10).

A ação política do PADRS se sustentava na combinação de três pontos: a negociação, a mobilização social e a luta política. Dessa forma, a Contag se aproximava das diretrizes do

sindicalismo *cutista* como um todo, marcada pela ideia da ação propositiva (MEDEIROS, 2014a).

Tal opção foi vista como a passagem de um sindicalismo reivindicatório, crítico da ação do Estado (marcado fortemente por mobilizações e reivindicações da década de 1980) para um sindicalismo propositivo (que faz mobilizações, mas que tem propostas concretas, um projeto para a agricultura e para o país), com a participação mais ativa em comissões conjuntas com órgãos do Estado, na realização de estudos sobre a agricultura familiar e na definição de políticas públicas para este público. Este era um tema caro à CUT na época e marcou decisivamente a postura de seus sindicatos filiados (MEDEIROS; PICOLLOTO, 2016, p. 9-10).

Ivaneck, assessor jurídico da Contag, avalia que com a adoção do PADRS, a Contag muda o seu escopo de atuação, reconhecendo um universo mais amplo da população rural, antes mais limitado ao que se denominava “trabalhador rural”. Ao mesmo tempo, com o PADRS, na avaliação de Ivaneck, após o Projeto Alternativo, fica mais claro o papel da Contag como construtora de políticas públicas. A seguir, a fala do entrevistado:

Você deixa de ser representante do trabalhador. Você passa a se ver como representante da população rural. E da população rural, não apenas a que está no campo, mas também as que estão nas pequenas cidades. E a Contag se vê, vamos dizer assim, assume a tarefa de construir políticas públicas. Então, fica claro para a Contag que o papel dela é de elaborar, sugerir, lutar, pressionar, pela adoção de políticas públicas, mas que não é ela que deve executar a política. A política é de obrigação do governo. Mas a Contag, ela tem que estar nesse processo de elaboração e de aperfeiçoamento das políticas¹³⁸.

A preponderância da agricultura familiar e dos agricultores familiares como principal elemento da pauta da Contag nesse período precisa ser entendida em relação à perda da importância da Confederação nos debates sobre reforma agrária, assunto que passou a ser reconhecido como pauta central do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Se nos anos 1980, o MST surgiu como importante movimento e ganhou espaço no meio político e social, foi nos anos 1990 que o movimento se consolidou como uma das mais importantes forças sociais do país, internacionalmente conhecida pelas suas ocupações de terras e marchas. A mobilização dos trabalhadores rurais e o papel do MST e do sindicalismo variou no plano local, com hegemonias e disputadas variadas. Sobre este aspecto, Favareto comenta:

No que se refere à Contag, [...] a adoção do termo agricultura familiar deu-se num momento em que suas históricas bandeiras de luta eram progressivamente esvaziadas ou tomadas por outro protagonista. A luta pela reforma agrária foi, ao longo dos anos

¹³⁸ Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

de 1990, sendo diretamente associada a outro movimento social rural – o MST –, o que se deve tanto aos méritos inerentes a esse movimento, suas estratégias, sua vitalidade e representatividade, como também ao excessivo legalismo com que federações e a própria Contag tratavam o tema. Isso muitas vezes obscureceu o fato de que parte das ocupações de terra vinha sendo, na verdade, conduzida também por sindicatos de trabalhadores rurais. Outra das antigas bandeiras da Contag – a defesa dos direitos trabalhistas – perdeu parte daquela relevância histórica de outrora, embora obviamente não tenha se transformado em banalidade (FAVARETTO, 2006, p. 39).

A aproximação da CUT e Contag no plano nacional não significou uma reprodução desse modelo no plano local. Em vários estados, as disputas entre os DETRs e as federações tinha contornos próprios e muitas vezes acirrados, tornando o trabalho de aproximação das entidades algumas vezes impossível. Não é o foco deste trabalho dar conta das particularidades de cada estado. Entretanto, é importante ter em vista que no processo de disputa local surgiram novas entidades de representação de agricultores familiares e isso vai influenciar no âmbito nacional nos anos subsequentes. É o caso da criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina (Fetrafesc), em 1997. Antes dela, já havia sido formada uma outra federação de trabalhadores com base em uma categoria: a Federação de Empregados e Assalariados Rurais (Feraesp), em 1989, também nascida de divergências com a federação de trabalhadores ligada ao Sistema Contag. Essas entidades pediram a filiação à Contag no 7º Congresso, em 1998, mas tiveram o pedido recusado em nome da unicidade sindical, o que revela a manutenção de um vínculo à federação que já fazia parte do sistema Contag.

É possível afirmar que remonta a esse processo de disputas pela representação dos trabalhadores rurais nos planos locais a origem de criação de uma nova estrutura de representação sindical de agricultores familiares, inicialmente por meio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf Sul/CUT), em 2001, culminando na criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil/CUT), em 2004, por ocasião do 1º Encontro Nacional Sindical da Agricultura Familiar, em Brasília, que reuniu mais de 2000 agricultores familiares provenientes de 22 estados do país. Esse fato rompia com o monopólio de representação sindical defendido pela Contag¹³⁹ (MEDEIROS, 2014).

A criação da Fetraf-Brasil/CUT tornou as relações entre Contag e CUT tensas. “A Contag denunciou a criação da nova entidade e, em especial, a posição da CUT em relação a ela, ameaçando a sua desfiliação” (MEDEIROS, 2014a, p. 269). Contudo, a CUT manteve seu reconhecimento da nova organização porque tinha fortes vínculos com ela. A CUT ajudou na institucionalização da Fetraf e a nova entidade teve o reconhecimento do governo Lula, recém iniciado naquele momento.

¹³⁹ Para mais detalhes sobre o processo de criação da Fetraf, ver Picolotto (2011, 2014).

Em termos de ação política, foi nesse período que se consolidou aquela que é hoje considerada a mais importante ação coletiva da Contag: o Grito da Terra Brasil (GTB). Iniciada em 1994, foi na segunda metade dos anos 1990 que essa ação ganhou força e se tornou uma marca do MSTTR no Brasil. O Grito da Terra Brasil é uma mobilização que tem por característica central apresentar e negociar uma pauta de reivindicações para o Estado por meio de mesas de negociação e mobilizações. Falarei sobre essa mobilização em mais detalhes no quarto capítulo desse trabalho.

Por ora, vale mencionar que as mobilizações do GTB resultaram em uma série de conquistas, sobretudo de políticas públicas. Entre elas, uma das mais lembradas pelos entrevistados é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um programa de crédito cujo principal objetivo é financiar projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. A criação do Pronaf aconteceu em 1996, no governo Fernando Henrique, e foi precedida pelo Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), instituído em 1994, no Governo Itamar Franco, que basicamente concedia créditos aos agricultores familiares via BNDES.

A criação desses programas significou para os agricultores familiares a possibilidade de ter acesso a créditos em condições mais favoráveis. “Para entender a relevância do fato, é preciso ter em conta que era a primeira vez na história do Brasil que se criava uma linha de crédito voltada para esse tipo de agricultor e se produzia seu reconhecimento como categoria particular” (MEDEIROS, 2014a, p. 265). Para a Contag, tratava-se de uma importante conquista: uma política diferenciada para a agricultura familiar (antes chamada de pequeno produtor ou pequeno agricultor), antiga bandeira do MSTTR. Ivaneck explica o que significa uma política diferenciada para os agricultores familiares:

Mas o que é essa política diferenciada? É uma política do grande produtor para o pequeno. É só uma questão de você dar acesso ao pequeno à política que o grande já está tendo acesso. Quando você começa a trabalhar com agricultura familiar, você começa a trabalhar, realmente, brigando por uma política específica. Que é quando você conquista o Pronaf¹⁴⁰.

Ao reconhecer o avanço que a conquista do Pronaf significou, o próprio Ivaneck avalia os limites da política, como fica claro no trecho a seguir:

¹⁴⁰ Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

Ele trabalha em cima de financiamento de uma produção. Ele não tem uma visão mais completa da produção da agricultura familiar. Não é à toa que, a maioria das pessoas que entram nele, acabam se endividando, se inviabilizando, de continuar acessando – que é um dos problemas mais sérios que nós temos hoje – porque não foi criado um crédito para a agricultura familiar. É um crédito que a agricultura pode acessar, mas ainda é um crédito na lógica dos bancos e dos grandes. Mas foi um avanço significativo, em termos de política agrícola. Antes, você não tinha nada para a agricultura familiar¹⁴¹.

Se o MSTTR obteve avanços importantes ao longo dos anos 1990 em termos de conquistas de direitos e políticas públicas, algumas mudanças também se operaram no âmbito interno do sindicalismo. Ao longo dos anos 1990 e 2000 se consolidou uma tendência que já vinha se esboçando desde os anos 1980 no interior do MSTTR de afirmação e reconhecimento de especificidades de grupos sociais no meio rural que não podiam ser reduzidas a demandas relacionadas ao apoio à produção e melhor inserção nos mercados. No plano local (que muitas vezes reflete no âmbito nacional), identidades com fortes recortes étnicos e territoriais tiveram destaque nesse período, como quilombolas, faxinalenses, comunidades de fundo e fecho de pasto, quebradeiras de coco, raizeiros, geraizeiros etc.

No âmbito da Contag, esse processo teve diversas repercussões. A primeira e provavelmente mais forte delas foi a luta das mulheres por democracia interna. Essa ação teve várias dimensões e remonta aos anos 1980. Mas foi nos anos 1990 que ela despontou. Um dos marcos mais importantes dessa pauta nesse período foi a aprovação da cota mínima de 30% de mulheres trabalhadoras rurais em todas as instâncias do movimento no Congresso de 1998, resultando na eleição de mulheres para a diretoria executiva e uma para o conselho fiscal da Contag pela primeira vez na história da entidade. Foi a partir de 1998 também que se incluiu o termo “trabalhadora” no nome do Congresso da Contag. Assim, o antes chamado “Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (CNTR)” passou a ser denominado “Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR)”. A adoção do termo “trabalhadora” foi feita nas demais nomenclaturas do movimento sindical, passando a ressaltar a contribuição da mulher nos processos políticos.

Outro grande marco da luta das mulheres do MSTTR nesse período foi a criação da Marcha das Margaridas, uma das maiores mobilizações de mulheres do mundo que a cada quatro anos se reúne nas ruas de Brasília para reivindicar reconhecimento e políticas públicas

¹⁴¹ Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

específicas. A primeira edição da Marcha foi em 2000, seguida por outras quatro em 2003, 2007, 2011 e 2015. Esse tema será abordado com mais profundidade no quinto capítulo.

Na segunda metade dos anos 1990 também ganhou força o debate sobre a inclusão dos jovens e idosos na organização. A questão já aparecia antes, com diferentes tratamentos. Mas foi no final da década de 1990 e ao longo da primeira de 2000 que se institucionalizou internamente na Contag. Um marco importante para a organização política dos jovens trabalhadores rurais foi o I Encontro Nacional de Jovens Rurais, em 1999, passo importante para a articulação política dos jovens porque permitiu a esse grupo, em alguma medida, organizar suas pautas e estratégias de luta. Foi também nesse período que se constituiu a Comissão Provisória de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que atuou inicialmente de forma descontinuada. Ainda, no 2º Congresso Extraordinário da Contag, em 1999, o MSTTR deliberou pela caracterização da faixa etária do jovem rural entre 16 e 32 anos (GALINDO, 2017).

O debate sobre as questões dos jovens se solidificou em 2001, quando o 8º Congresso deliberou pela criação da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR) e pela integração de sua Coordenadoria à Diretoria Executiva da Contag. Isso significou a definitiva incorporação dos jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais na organização do MSTTR. Algumas ações marcaram os primeiros anos de atuação dos jovens no MSTTR após a constituição da CNJTTR, entre elas: 1) Projeto Juventude Rural – protagonista do desenvolvimento local sustentável”, desenvolvido em parceria com uma entidade alemã, conhecida pela sigla GTZ; 2) A pesquisa “A voz do adolescente e jovem rural”, feita com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); 3) o Programa Jovem Saber, de 2004, voltado à formação de jovens trabalhadores rurais com temas relacionados ao desenvolvimento local sustentável e solidário e coordenado pela Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag; 4) o Consórcio Social da Juventude Rural Rita, que durou de 2005 a 2009, dedicado à formação profissional de jovens e desenvolvido com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego (GALINDO, 2017).

Outro marco importante para a trajetória da organização política dos jovens rurais foi a aprovação das cotas de participação de, no mínimo, 20% de jovens nas instâncias do Movimento Sindical, no 9º Congresso, em 2005. Dois anos depois, em 2007, foi realizado o 1º Festival da Juventude Rural, uma ação que buscou ao mesmo tempo evidenciar a cultura e identidade da juventude rural e propor e negociar políticas públicas específicas com o Estado brasileiro. A ação se tornou parte do calendário do MSTTR e desde então outras duas edições já foram realizadas, em 2011 e 2015.

A importância das pautas trazidas pelos jovens ganhou espaço também na esfera estatal. Na primeira década dos anos 2000, importantes espaços institucionais foram criados e ampliaram a possibilidade de debate e criação de políticas públicas específicas. Entre estes espaços, destaca-se a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Ambos se tornaram importantes interlocutores dos jovens do MSTTR na criação de políticas públicas.

O debate sobre terceira idade ganhou força no contexto da discussão sobre geração e da necessidade de inclusão dos diversos sujeitos sociais do campo na organização sindical e, por sua vez, na pauta política da Contag, reconhecendo suas especificidades e necessidades setoriais. Com isso, a partir de 1999, os trabalhadores e trabalhadoras da terceira idade realizaram encontros, plenárias e um congresso nacional, em 2004, para definir propostas específicas do segmento, que foram aprovadas e remetidas ao 9º CNTTR, para serem debatidas e deliberadas. Nesse encontro, foi estabelecido o entendimento no movimento sindical sobre a terceira idade, caracterizadas como pessoas com idade igual ou superior a 50 anos. No 9º Congresso, também se deliberou pela criação do cargo de Coordenador(a) da Comissão Nacional da Terceira Idade na diretoria executiva da Contag, que foi eleito a partir do 10º Congresso, em 2009. No interim, uma coordenação provisória atuou na pauta e criou o Coletivo Nacional da Terceira Idade. Em 2009, a Coordenadoria se transformou em Secretaria, assim como as de Juventude e Mulheres, uma medida que buscou dar reconhecimento igual a todas as áreas de atuação da Contag. Desde então a Secretaria de Trabalhadores (as) da Terceira Idade vem construindo sua pauta política no âmbito do movimento sindical e elaborando suas pautas específicas, além de contribuindo para o debate político mais amplo, no interior do movimento sindical e da política nacional. Em junho de 2016 foi realizada a 2ª Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade e Idosos(as). Na ocasião, foi lançada uma carta política com 30 compromissos, com conteúdo que servirá de subsídio para o desenho da política nacional do MSTTR para a Terceira Idade.

Por fim, vale ainda mencionar que em termos de organização sindical, foram criadas as coordenações regionais da Contag, uma em cada região. A ideia era assegurar mais democracia e representatividade na Confederação. As coordenadorias ajudariam no entendimento das demandas, reivindicações, hábitos, costumes, potencial e formas de luta de cada região.

2.7 Da desfiliação da CUT à criação de uma Confederação específica de agricultores familiares (2009-2015)

Depois de 14 anos filiada à CUT, em 2009, por decisão do 10º CNTTR, a Contag se desfiliou da Central Única dos Trabalhadores, em razão de uma série de divergências internas, num processo que se efetivou em 2009, mas tem origem anos antes. Pelo menos desde 2007 o tema esteve em pauta de forma clara, quando na Plenária da Contag daquele ano, representantes de pelo menos sete estados (RS, SC, PR, SP, MG, MA e BA), lideranças sindicais rurais da Corrente Sindical Classista, ligada ao PCdoB, do Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), ligada ao PSB, e sindicalistas independentes pautaram o tema da desfiliação (MEDEIROS, 2014). O interessante é que o processo de desfiliação da Contag da CUT ocorreu ao mesmo tempo em que a Confederação apostava no seu fortalecimento no interior da Central Única, participando da gestão da entidade.

O ano de 2007 foi também importante para a decisão acerca da desfiliação da CUT porque foi naquele ano que a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) foi criada. A origem da CTB está ligada à iniciativa de militantes da Corrente Sindical Classista que se diziam insatisfeitos com algumas orientações *cutistas*, sobretudo com a defesa da unicidade sindical. Quem destacou esse aspecto como importante para a decisão de fundar a CTB foi o dirigente da Contag na época da entrevista, David Wylkerson Rodrigues de Souza, que também se tornou vice-presidente da primeira diretoria da CTB e foi reconduzido ao cargo após o primeiro mandato.

A decisão pela desfiliação da Contag da CUT não se fez sem polêmica interna. O que estava em jogo naquele momento era a disputa de dois grupos ligados a duas centrais sindicais diferentes no interior da Contag: CUT e CTB. David de Souza falou sobre essa disputa em diferentes momentos da entrevista. Abaixo, algumas passagens que ilustram o clima instalado na Contag durante o processo de desfiliação:

Nós tivemos um momento muito tenso, que foi no Congresso de 2009, que a CONTAG era filiada à CUT ainda, e nós, da CTB, defendemos a desfiliação e a não filiação a nenhuma central, por enquanto. E aí, até agora, nós ainda não temos debate para essa questão de filiação. A gente defende que mantenha como está. Porque tem sido saudável para o movimento sindical, como um todo. Então, a gente tem essa avaliação, de que se mantenha ainda nesse formato que está atualmente¹⁴².

¹⁴² Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

2007 criou-se a CTB – em dezembro de 2007 – e o Congresso aqui foi de fevereiro para março de 2009. Então, nesse período, nesse intervalo de 2007 para 2009 – 1 ano e 3 meses, mais ou menos – começou o processo de disputa. Para tentar demarcar esse espaço. Quem era quem, e como é que ocupava o quê. Então, eu acho que foi mais tenso, pelo menos nos últimos anos. Acho que nos últimos 20 anos aí, eu posso dizer que foi o ano mais tenso, internamente aqui, para a direção, para a própria assessoria. Porque com aquela coisa: CUT e CTB¹⁴³.

Mas então, nesse período foi muito tenso, foi muito ruim aqui. O clima que a gente ficou aqui, na diretoria. Porque os debates eram, geralmente, muito acalorados, muito tenso. Muita tensão, pressão. Aí, tudo que um fazia já achava que era por conta de que era de uma central diferente. Falar no nome da CTB aqui, misericórdia. Era um terror. Então, foi um período muito tenso e de muito amadurecimento também. Terminou sendo. Da gente depois é que se percebe que se cometeu exagero. Ou às vezes, você foi vítima de exagero. Porque cada passo seu aqui, passava a ser meio que vigiado. Para ver como é que ia atuar, como é que ia fazer. Se você ia para a atividade, tinha um espião para ver o que é que você estava falando, ver o que é que você estava fazendo. Enfim, foi muito assim, não vou dizer que foi ruim. Foi um aprendizado muito bom, que terminou trazendo um amadurecimento¹⁴⁴.

Desde então, há a presença de dirigentes da Contag tanto na CUT como na CTB e é no interior de ambos os grupos que se realiza a atual composição que forma a diretoria da Contag, em um esforço de manutenção da unicidade sindical e, por sua vez, da reprodução social da Contag tal qual concebida pelos seis dirigentes. Sobre o equilíbrio de forças no interior da Contag, David destacou:

Mas sempre respeitou essa questão da diversidade da nossa base. E aí, a gente... tiramos um pouco isso, essa característica, mantendo a diversidade. Mas ficou mais carimbado com grupo da CUT e grupo da CTB. Que são os dois grupos que a gente tem aqui hoje, que disputam, democraticamente, de forma muito madura – inclusive acho que vale ressaltar isso – a questão dos espaços e da representatividade aqui na direção da Contag¹⁴⁵.

Porque antes tinha... eram onze cargos: tinham sete que eram *cutistas* e quatro apenas que era *ctbistas*. E aí, em 2009 veio para treze cargos – que aumentou meio ambiente e 3ª idade – e nós conseguimos compor com seis *ctbistas* e sete – manteve os sete – *cutistas*. Então, ficou mais apertado. Ficou apenas um a mais¹⁴⁶.

A hegemonia da agricultura familiar no interior da Contag consolidada no período anterior se manteve nos anos seguintes e ganhou ainda mais força nessa nova fase da

¹⁴³Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

¹⁴⁴Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

¹⁴⁵Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

¹⁴⁶Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

Confederação. Esse processo é também em parte alimentado pelo reconhecimento da importância dessa categoria pelo Estado por meio do crescimento do apoio creditício à produção da agricultura familiar, especialmente pelo governo petista, após 2003. Para que se tenha uma ideia das mudanças nas políticas agrícolas, enquanto no ano agrícola de 1999/2000 foram disponibilizados cerca de R\$ 3,3 bilhões para políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, em 2013 chegou-se a cerca de 21 bilhões. Além disso, outras modalidades de crédito foram criadas, como o Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroecologia, Pronaf Semiárido etc., todas atendendo públicos específicos. Também foi criado um programa de desenvolvimento territorial e desenvolvido programas de compra institucional da agricultura familiar, como PAA, PNAE¹⁴⁷. A menção a apenas algumas das políticas direcionadas aos agricultores familiares é apenas para destacar a importância que esse ator ganhava na cena pública. Mais do que um processo de causa e efeito, o que está em jogo aqui é um processo de conformação conjunta de um sujeito político que tem origem na ação dos próprios agricultores e que influenciou e foi influenciado pela própria ação do Estado e agências internacionais, como a FAO, que por meio de convênios com o Incra promoveu estudos que mostraram a importância da agricultura de base familiar e procuraram delimitá-la empiricamente (MEDEIROS, 2014a; PICOLOTTO, 2014).

Mas a representação da agricultura familiar não era mais monopólio da Contag e das federações e sindicatos a ela filiada. Desde o surgimento da Fetraf, passou a haver uma concorrência sobre quem seria o representante legal dos agricultores familiares, o que se materializou em disputas por base, por quem poderia falar em nome da agricultura familiar, pelo uso da identidade da agricultura familiar, pela legitimidade de falar em nome da categoria e pelo seu capital simbólico (MEDEIROS; PICOLOTTO, 2016).

Mas não era só os agricultores familiares que tinham uma organização específica que reclamavam a representação dessa categoria. Também os assalariados rurais tinham entidades específicas, de âmbito estadual, e que disputavam a representação dos assalariados rurais com a Contag, desde sua origem, uma entidade mista de representação de agricultores familiares (antes pequenos produtores) e assalariados rurais.

As disputas pela representação dos agricultores familiares e dos assalariados rurais ganhou o universo jurídico. Fetraf e Feraep entraram com ações na justiça e saíram vitoriosas, fortalecendo as suas atuações como representantes específicas dos agricultores familiares e dos assalariados rurais, respectivamente. A interpretação do Poder Judiciário brasileiro destaca a

¹⁴⁷ Para mais detalhes sobre o ciclo de políticas públicas voltadas para a agricultura dos últimos anos, ver, por exemplo: Grisa; Schneider (2015); Bergamasco; Delgado (2017); Maluf; Flexor (2017);

compreensão de que “trabalhador(a) rural” é uma categoria eclética que comporta diversos segmentos, entre eles principalmente os(as) agricultores(as) familiares e assalariados(as) rurais. Por esse motivo, a criação de organizações sindicais específicas não descumpra o princípio constitucional de unicidade sindical. Esta disputa ganhou também o âmbito executivo, quando o Ministério do Trabalho criou, em 2013, um Grupo de Trabalho em conjunto com as entidades sindicais (Contag, Fetraf e Feraesp) para debater o tema. De acordo com Medeiros e Picolotto,

Nesse grupo, foram apresentados dados do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais que são reveladores dos conflitos em curso. Apontam a existência de 117 sindicatos de assalariados rurais e 16 sindicatos regionais de agricultores familiares já com registro sindical, em sua maioria, por força de decisões judiciais, todos sem qualquer relação com a Contag. Além destes, existiam em 2013 mais 324 pedidos de registro sindical de novas entidades específicas, tendo aumentado este número para 600 em 2014 (Contag, 2016). Com base nisso e perante as demandas das organizações específicas, foi consolidado o entendimento em favor de uma nova normativa que redefina a categoria de enquadramento sindical trabalhador rural do Decreto-Lei 1.166 de 1971, abrindo “a possibilidade de dissociação da categoria eclética de trabalhador rural nas categorias específicas de assalariados rurais e de agricultores familiares (MTE, 2014). (MEDEIROS; PICOLOTTO, 2016, p. 25).

Diante desse cenário, esse tema foi assunto de debate no 11º CNTTR da Contag, em 2013, quando se deliberou que se estabelecesse uma regulamentação para os processos de dissociação de sindicatos. O que motivou essa decisão foi a ameaça de perda da sua base sindical para as organizações concorrentes. Permanecendo como entidade eclética, a Contag corria o risco de perder a representação das categorias de agricultor familiar e assalariado rural para outras organizações que viessem a se constituir. Desde então, a Contag passou a orientar seus sindicatos e federações a escolherem pela representação da categoria com maior capilaridade em cada situação: assalariados ou agricultores familiares (MEDEIROS; PICOLOTTO, 2016).

Esse processo se desenvolveu ao longo dos anos seguintes ao Congresso de 2013, culminando com a dissociação de sindicatos e federações. Em 2015, foi criada uma nova confederação de assalariados rurais, a Contar. Enquanto isso, a Contag optou pela representação dos agricultores familiares. O processo de criação de uma nova organização de assalariados rurais foi conduzido pela própria Contag e reflete parte da prática da confederação ao longo da sua história, que é conduzir os processos de mudança de forma a evitar conflitos abertos.

O processo de conclusão da criação das novas confederações ocorre com a efetivação da emissão do registro sindical das confederações pelo Ministério do Trabalho. Dessa forma, a Contar obteve o seu registro sindical em 11 de dezembro de 2017. A Contag, por sua vez, alterou o seu estatuto e passou a se denominar Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais

Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). O registro da mudança foi feito ao Ministério do Trabalho.

3 AÇÕES DE REPRODUÇÃO SOCIAL

“Na verdade, o movimento não para. Você vê que a gente sai de uma atividade e vai para outra”¹⁴⁸.

O trecho citado acima é de uma entrevista, realizada em 2015, com a diretora da Secretaria Geral da Contag. Naquele ano, a Confederação organizou três ações coletivas que estão entre as principais atividades da entidade: o Grito da Terra Brasil, o Festival da Juventude Rural e a Marcha das Margaridas, levando milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais entre homens, mulheres, jovens e terceira idade para as ruas de Brasília. Também iniciou diversos espaços de negociação com o Estado e demandou políticas públicas e direitos para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado brasileiro.

Contudo, as mobilizações são apenas uma dimensão da atuação da Contag. Reuniões de diretoria, do Conselho Fiscal, do Conselho de Representantes, etapas formativas da Enfoc, participação em eventos, articulações com outros movimentos sociais e tantas outras atividades compuseram a atuação da Confederação ao longo de 2015. E mesmo a realização das grandes ações demandou muito planejamento, articulação e preparação para se tornarem realidade. Eu pude observar parte desse processo ao acompanhar a preparação da Marcha das Margaridas no mês que antecedeu a sua realização, quando me hospedei no Cesir/Contag. Naquela ocasião, vivenciei o trabalho de organização de uma ação coletiva e de reprodução social de um movimento social de maneira intensa. Se até então essas dimensões me pareciam importantes, a partir dessa experiência, elas se tornaram fundamentais na abordagem para a compreensão e explicação da atuação dos movimentos sociais que apresento nesse trabalho.

As ações de reprodução social de um movimento social são atividades que criam as condições necessárias para o desenvolvimento das ações coletivas e para a própria perenidade do movimento. Elas ajudam a planejar as ações mais visíveis, como as marchas, as ocupações, as greves, e são estruturantes da manutenção da Contag no seu cotidiano. Em toda ação coletiva há uma dimensão de reprodução social do movimento em si. Contudo, nem toda a ação de reprodução social do movimento é feita diretamente para estruturar uma ação coletiva, embora, em última instância, essas dimensões estejam todas correlacionadas. Nesse capítulo, tratarei de

¹⁴⁸ Entrevista com Dorenice Flor da Cruz concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 20 de outubro de 2015.

alguns casos que retratam principalmente a dimensão reprodutiva das ações da Contag que não estão diretamente ligadas ao trabalho de estruturação de uma ação coletiva. Estas últimas serão tratadas nos capítulos seguintes de forma articulada com o debate sobre as ações coletivas. Aqui, procurarei ressaltar o trabalho cotidiano da instituição para sua manutenção e que levou a instituição a ter uma vida de mais de cinquenta anos até o momento.

Com base na análise dos relatórios anuais que deram origem ao banco de dados de atuação da Contag, classifiquei as ações de reprodução social da Confederação em dois tipos principais: 1) ações internas; e 2) ações de articulação com atores não estatais.

As ações internas englobam: a) apoio e/ou participação em atividades promovidas por entidades de base da Contag;¹⁴⁹ b) ações de expansão do Sistema Contag; c) atividades de avaliação, estudo, debate ou planejamento; d) atividades administrativas, financeiras e eleitorais; e) atividades de formação; e f) eventos vários. Estas possibilitam a organização de todas as demais ações da Contag e mantêm a instituição em funcionamento no seu cotidiano.

As ações de articulação com atores não estatais compreendem a articulação da Contag com: a) instituições da sociedade civil; b) instituições de classe; c) instituições internacionais; e d) instituições religiosas. Estas são importantes para a troca de experiência, aprendizagem e ação conjunta. Nesse sentido, são parte importante da reprodução social da Contag porque contribuíram para a criação das condições necessárias para o desenvolvimento das ações coletivas e para a própria perenidade do movimento.

Para visualizar como essas categorias operam e estão inter-relacionadas na prática, vale a pena citar um exemplo, como a realização de uma marcha. Para promover esse tipo de ação, o movimento tem um esforço que inclui, entre outros aspectos: promover a interlocução com órgãos do governo nas diferentes esferas, com intuito de obter as autorizações necessárias para a realização do ato público; realizar a articulação com outros movimentos sociais e atores da sociedade civil que podem eventualmente apoiar ou participar da ação; organizar o plano de segurança a partir do diálogo com entidades-fim, como o corpo de bombeiros e a polícia militar; planejar um sistema de atendimento médico; garantir que haja banheiros suficientes para o público; organizar a alimentação e local de abrigo para os participantes, elementos necessários em algumas situações, entre uma série de outros aspectos.

Cuidar da infraestrutura das ações da Contag, desde pequenos eventos internos até grandes mobilizações, é função da Secretaria Geral da instituição. Muitas vezes, os limites de algumas ações estão dados pelos constrangimentos criados pela infraestrutura do evento e esses

¹⁴⁹ As entidades de base da Contag são as instâncias do MSTTR filiadas à Contag: federações e sindicatos.

aspectos são fundamentais para entender algumas mobilizações. A Secretaria de Administração e Finanças também se envolve na organização das atividades da Contag, de acordo com Aristides Veras, então diretor da pasta no momento da entrevista. Dois trechos da entrevista com Aristides são ilustrativos da ação de reprodução social da Contag:

Porque aqui eu administro, em termos de estrutura, o Cesir, [...] o setor aqui de tecnologia, né, a parte de compras, passagens aéreas, é, telefonistas, toda a parte de contábil, caixa, finança, tudo, é, entendeu... O convênio do Senar, todos os convênios aqui da casa, [...], entendeu? Então aqui a Contag é - pra você entender - tem umas 40 pessoas aqui que envolve as nossas equipes¹⁵⁰.

É, a estrutura da Contag, Secretaria de Finanças e Administração é um formato bastante, bastante forte, nas coisas daqui, né? Por exemplo, todos os eventos, a parte de infraestrutura cuida nós, a gente tem que cuidar do lançamento do evento e da infra, todo aquele processo de montagens, de condições, de receber, de dialogar – toda aquela montagem. Todo mundo participa, mas a coordenação é nossa, porque tem o financeiro e tem uma logística, eu tenho que equilibrar, né? Entendeste? E o político também, né? Porque aqui vai muito pelo jeito de cada diretor, eu tô em tudo, discuto tudo, eu tô nos congressos, nas questões dos projetos de lei, eu tô discutindo a representatividade muito forte aqui pelo o que eu, o que eu aprendi também na direção CUT [...] ¹⁵¹.

A Secretaria Geral é também responsável pela interlocução interna na Contag, entre as secretarias, e também pela interlocução com as federações e sindicatos. Por ser um sistema confederativo, a Contag representa toda a categoria de trabalhadores rurais em âmbito nacional até 2015¹⁵². Para manter uma relação orgânica com a sua base, precisa manter um contato permanente com as federações, principalmente, e com os sindicatos. Na prática, essa relação se dá por meio da participação da Contag em atividades de formação, seminários, reuniões de planejamento, prestação de contas, realização de levantamento de dados e análises das realidades locais, orientação e assessoramento das instâncias da base da Contag, encontros com advogados para traçar planejamentos e estratégias de atuação, reuniões com as diretorias e assessorias das federações e sindicatos sobre gestão das federações, avaliações de ações locais, presença em posses, debates sobre conflitos por terra, acompanhamento de resolução de conflitos locais com entidades da base, debates públicos entre outros.

¹⁵⁰ Entrevista com Aristides Veras dos Santos concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 26 de outubro de 2015.

¹⁵¹ Entrevista com Aristides Veras dos Santos concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 26 de outubro de 2015.

¹⁵² Após esse período, com a dissociação sindical, passou a representar exclusivamente os agricultores e agricultoras familiares.

Para ilustrar como esse tipo de atividade opera, cito a seguir trecho do Relatório Anual de atividades da Contag de 1972, no qual foi descrito o trabalho de visitas às Federações e Sindicatos feito pela Contag.

Diretores e Assessores da Contag, em diferentes oportunidades, visitaram as Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, nos Estados, com vários objetivos: reflexão em conjunto, sobre problemas administrativos e sindicais das Federações e Sindicatos, cursos e treinamentos sócio-sindical, palestras, reuniões, congressos estaduais e regionais, orientações sobre recadastramento, Pebe, Funrural, Aposentadoria, planejamento Administrativo, fundação de Federação, Posse de Diretorias, inauguração de sedes de Federações, planejamento Educacional, visitas a Autoridades Regionais e outros objetivos de interesse do Movimento Sindical (CONTAG, 1972, p. 8-9).

Em resumo, a Contag desenvolve uma série de atividades que são pouco visíveis publicamente, mas que são fundamentais para a manutenção do funcionamento das entidades sindicais. Como caso emblemático desse tipo de atuação, analisarei os congressos da Contag e a articulação da Contag com as organizações internacionais. Essas ações são representativas de uma parte das atividades desenvolvidas pelo movimento social em seu cotidiano e servem para uma melhor compreensão do trabalho de sustentação do movimento no tempo, inclusive nos que diz respeito às formas de ação coletiva.

3.1 Os Congressos da Contag

O Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag (CNTTR)¹⁵³ acontece atualmente a cada quatro anos¹⁵⁴ e tem caráter temático e eleitoral. É, portanto, a ocasião em que se debatem os grandes temas do universo sindical dos trabalhadores(as) rurais e quando são realizadas as eleições para a direção da Confederação. Até 2015, foram realizados

¹⁵³ O CNTTR teve esse nome até a sua 11ª edição, em 2013. No mais recente Congresso, em 2017, passou a se chamar Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, adequando-se às mudanças pelas quais a Confederação passou com o processo de dissociação sindical da categoria de assalariados e assalariadas rurais. Considerando o marco temporal desse trabalho, que vai até 2015, utilizarei sempre o termo antigo. Até 1998, utilizava-se a sigla CNTR. Naquele ano, adotou-se um segundo “T” na sigla para se referir às trabalhadoras rurais. Esta inclusão foi resultado da luta das mulheres por democracia nas instâncias do movimento sindical.

¹⁵⁴ O Congresso é realizado com periodicidade de quatro anos desde 2001 (8º Congresso). Entre 1995 (6º Congresso) e 2001 a periodicidade foi de três anos. Entre 1991 e 1995 o intervalo foi de quatro anos. E entre 1973 (2º Congresso) e 1991 o intervalo entre os encontros foi de seis anos.

11 Congressos Nacionais¹⁵⁵. Contudo, sua importância vai para além da discussão sobre temas políticos e eleições, como destacarei nessa sessão.

Por ser o principal órgão de definição das linhas mestras da atuação da Contag em cada gestão e ser o momento de escolha do seu corpo dirigente, o CNTTR é uma das mais importantes ações de reprodução social da Contag. É, portanto, uma ação fundamental para a organização, planejamento e perenidade do movimento, destacando-se como dimensão central para a compreensão da atuação da Contag. O trecho a seguir, extraído dos anais do 3º Congresso, em 1979, ilustra o caráter central do Congresso da Contag para as atividades do MSTTR, uma vez que as definições tomadas em cada evento orientam a prática das entidades sindicais:

[...] o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que não começou no dia de sua abertura solene, não pode terminar na data de sua sessão de Encerramento. Ele só se completará na medida que seus resultados sejam discutidos com cada dirigente, cada delegado sindical, cada camponês. É preciso que nossas propostas não fiquem apenas em nossas conclusões, limitando-se a repousar nos presentes anais. É preciso divulgá-las e discuti-las todo o tempo com os companheiros que estão nas bases. É preciso colocá-las na prática de nossa atuação diária, nos cursos, nas reuniões, nos encontros, nas assembleias sindicais. É preciso que o conjunto de nossas reivindicações e propostas se transforme na ferramenta do trabalho sindical (CONTAG, 1979b, p. 11).

Antes de discorrer sobre os Congressos, é importante situar que há outros órgãos deliberativos na Contag: o Conselho Deliberativo, a Diretoria e o Conselho Fiscal. O mais importante espaço de tomada de decisões coletivas depois do Congresso é o Conselho Deliberativo,¹⁵⁶ formado por diretores da Contag e federações, cuja finalidade é deliberar sobre pautas apresentadas à diretoria, como a prestação de contas, previsões orçamentárias, planos de ações do MSTTR. As instâncias consultivas do MSTTR são a Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (PNTTR) e os coletivos e comissões nacionais. A Plenária acontece na metade do mandato da diretoria da Contag e que busca analisar mudanças na conjuntura, avaliar as atividades da entidade, a partir das resoluções do Congresso, e avaliar e deliberar sobre o plano de ação para a Contag até o Congresso seguinte. Os coletivos e comissões nacionais se dividem por áreas temáticas de atuação da Confederação. São elas: políticas sociais, reforma agrária, política agrícola, assalariados(as) rurais,¹⁵⁷ comunicação,

¹⁵⁵ Em 2017 foi promovido o 12º Congresso da Contag, o primeiro após a dissociação sindical dos assalariados da Confederação. Esse Congresso está fora do escopo de análise deste trabalho, que tem como marco temporal o ano de 2015.

¹⁵⁶ Fonte: Estatuto da Contag em validade até 2015.

¹⁵⁷ Deixou de existir em 2017, com a extinção da Secretaria de Assalariados.

relações internacionais, gestão e finanças, organização e formação sindical, meio ambiente, além de três Comissões Nacionais – mulheres trabalhadoras rurais, jovens trabalhadores(as) rurais e trabalhadores(as) rurais da terceira idade. O objetivo desses coletivos é avaliar e propor novas ações e políticas, de acordo as suas temáticas. Geralmente estas propostas são levadas para o Conselho Deliberativo. Esse é o arranjo mais recente de organização da estrutura da Contag, que variou ao longo do tempo.

Durante meu trabalho de campo, uma assessora me disse que se eu quisesse conhecer a história do MSTTR bastava ir aos anais dos Congressos para ver o desenvolvimento dos debates do movimento sindical e da estrutura sindical ao longo do tempo. Esse episódio para mim foi indicativo do reconhecimento dos Congressos e dos debates tidos ali como elementos centrais para a definição dos rumos do MSTTR. E, por isso, aspecto fundamental para compreender melhor a atuação da Contag.

As principais atribuições dos Congresso são descritas no Regimento Interno dos Congressos. A seguir, cito as atribuições do 11º Congresso da Contag, em 2013, conforme consta no Regimento¹⁵⁸:

- I. analisar a situação política, social e econômica do País;
- II. analisar a situação política, social e econômica internacional;
- III. analisar a situação política, social e econômica da categoria trabalhadora rural;
- IV. avaliar o desempenho e a ação política do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR nos 50 anos de existência da CONTAG;
- V. definir diretrizes de atuação unitária do MSTTR em todas as áreas de interesse da categoria trabalhadora rural;
- VI. avaliar e atualizar as diretrizes, o conteúdo e as ações e mecanismos de implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS;
- VII. eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal da CONTAG, para o quadriênio 2013/2017;
- VIII. alterar, por maioria simples, o Estatuto Social da CONTAG (CONTAG, 2013b, p. 3).

Entender as finalidades dos Congressos é fundamental para compreender as ações desenvolvidas em cada gestão MSTTR e traçadas no CNTTR, sobretudo no âmbito da Confederação, tendo em vista que não há um controle absoluto sobre como as determinações congressuais são desenvolvidas pelas entidades da base da Contag. Por isso, ter em mente as decisões congressuais, as atividades de formação e as condições estruturais da Confederação são algumas das condições necessárias para uma melhor compreensão das ações coletivas

¹⁵⁸ Para informações gerais sobre as regras dos Congressos, utilizarei as referências contidas no documento mais recente. Ou seja, o Regimento Interno do 11º CNTTR. Sempre que necessário, farei referência às regras dos regimentos internos de cada Congresso.

levadas adiante pela Contag e de sua manutenção cotidiana. Seria, usando uma metáfora, uma espécie de base de um iceberg, invisível da superfície, mas fundamental para a sustentação e equilíbrio da parte que é visível, isto é, das ações e mobilizações públicas da instituição.

Além disso, o Congresso é um momento importante de balizamento de debates, reflexão de conjuntura, avaliação, troca de experiências, integração e sociabilidade entre lideranças sindicais e entre estas e outros atores, estatais ou não. Em alguma medida, o Congresso ajuda a reforçar um sentido de coletividade nacional para o Sindicalismo Rural e isso contribui para a manutenção da existência do movimento. Ademais, em diversos Congressos ocorre a realização de algum tipo de ação coletiva, como marchas, mobilizações, passeatas. Ou seja, na dinâmica social, as atividades de ação e reprodução se complementam e se realizam concomitantemente. São parte de um todo, como tenho argumentado nesse trabalho. Para fins analíticos, ao longo das páginas a seguir procurarei apresentar as várias dimensões dos Congressos da Contag, procurando entendê-las como características constitutivas dessa ação de reprodução social e que contribuem para a perenidade do movimento.

Um trabalho que inspirou a reflexão feita aqui sobre os Congressos da Contag foi a análise de Comerford (1999) sobre as reuniões de trabalhadores rurais. Comerford analisa as reuniões realizadas no âmbito de organizações de trabalhadores rurais e mostra que elas são importantes não só pelas suas dimensões instrumentais, mas também pelo papel que desempenham na construção de universos sociais. De acordo com o autor:

Para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as *reuniões* podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação das redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar (COMERFORD, 1999, p. 47).

A função dos Congressos da Contag variou ao longo do tempo. É difícil fazer uma caracterização geral dos 11 Congressos que aconteceram em um intervalo de aproximadamente 50 anos. Ao longo dos Congressos, enquanto trabalhadores e trabalhadoras rurais de todos os estados do País discutiam a conjuntura nacional e internacional, suas dificuldades, experiências, desafios e traçavam planos de luta, o País viveu golpes de Estado, teve governos ditatoriais, períodos democráticos com governos de diferentes correntes políticas no poder e mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais variadas. Ao mesmo tempo, cada Congresso teve seu

próprio regimento interno e, com isso, uma dinâmica de funcionamento próprio. Contudo, em linhas gerais, há uma continuidade sobre as características e significados do CNTTR para a Contag, no sentido de uma tendência mais generalizante dos Congressos a despeito das particularidades de cada Congresso em seus diferentes contextos.

O registro de todos os debates e decisões congressuais são feitos e publicados nos anais dos Congressos da Contag. Isso faz desse material o principal documento político que orienta cada mandato, que atualmente dura quatro anos¹⁵⁹. São também documentos com forte caráter memorialístico e fonte para conhecer a história do MSTTR. Pelas razões mencionadas, os anais foram uma das principais fontes consultadas nessa seção. Além disso, analisei outros documentos produzidos pela Confederação, como relatórios e jornais, entrevistas e anotações da observação da vivência dos Congressos que participei, em 2013 e 2017, principalmente o primeiro, já que o de 2017 não foi utilizado como referência nesse trabalho.

Os anais apresentam uma estrutura semelhante ao longo do tempo, embora cada edição tenha sua particularidade. No geral, costumam conter os seguintes pontos: introdução, temário com a conclusão das discussões (por cada tema), regimento, órgãos de funcionamento do Congresso, programação, lista de delegados e demais participantes, mensagens recebidas, discursos, moções, mensagens e fotos. A partir dos anos 1990, também fazem parte dos anais textos de análise de conjuntura. Em 1998, o PADRS foi aprovado pelo 7º Congresso e, a partir dessa edição em diante, o texto base do projeto político também compôs o conteúdo dos anais.

Atualmente, os Congressos da Contag acontecem em caráter ordinário a cada quatro anos, mas é possível a realização de congressos de caráter extraordinário, se convocados pelo Conselho Deliberativo da Contag. Isso aconteceu duas vezes na história da Contag: em 1990 e em 1999.

Tabela 4 - Congressos da Contag

1963	Congresso de Fundação
1966	1º CNTR ¹⁶⁰
1973	2º CNTR
1979	3º CNTR

¹⁵⁹ Os mandatos de direção da Contag duravam três anos até 2001, quando passaram a ter duração de quatro anos.

¹⁶⁰ De acordo com José Francisco da Silva, ex-presidente da Contag, o Congresso de 1966 foi considerado o primeiro da categoria para fins de organização da atividade no âmbito da Contag. José Francisco explicou que, quando essa decisão foi tomada, eles sabiam da existência de congressos anteriores, como o de Belo Horizonte e o da Fundação da Contag. Contudo, por falta de registros à época, optaram por essa contabilização (Informações disponíveis na entrevista com Josefa Martins Reis e José Francisco da Silva concedida à Leonilde Medeiros no contexto da pesquisa Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do meio rural brasileiro, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

1985	4º CNTR
1990	1ª Plenária Nacional Ampliada do MSTR
1991	5º CNTR
1995	6º CNTR
1998	7º CNTTR
1999	2º Congresso Nacional Extraordinário de TTR
2001	8º CNTTR
2005	9º CNTTR
2009	10º CNTTR
2013	11º CNTTR

Cada Congresso tem o seu próprio regimento interno, que regula o funcionamento das atividades e votações. Em geral, o regimento apresenta as finalidades do Congresso, quem são os participantes, quem pode votar, as regras de inscrição, os órgãos de funcionamento e suas finalidades (comissão coordenadora, comissão de estudos, comissão de divulgação, comissão de recepção e hospedagem, comissão de redação, plenário e comissão de administração, estas com variações a cada ano), além das disposições gerais.

Os Congressos da Contag contam com a participação de delegados e delegadas sindicais provenientes dos sindicatos, federações e confederação. Mais especificamente, são delegados e delegadas da diretoria efetiva da Contag, das federações e um delegado ou delegada por STTR eleito em Plenária Estadual ou Regional e convocado pela federação a qual é vinculado, de acordo com o Regimento Interno do 11º CNTTR (o mais recente deles, considerando a periodização dessa pesquisa). Os delegados são os participantes do Congresso com direito a voto. Além deles, compõe o CNTTR: assessores e assessoras da confederação, federações e sindicatos, equipe de apoio, convidados e observadores, todos sem direito a voto. Costumam estar presentes nos Congressos os seguintes tipos de convidados: políticos de todas as esferas de poder, principalmente os que ocupam algum cargo público no momento do Congresso ou aqueles que têm proximidade com a pauta do MSTTR; representantes de diversos movimentos sociais, partidos políticos, centrais sindicais, sindicalistas, religiosos, organizações religiosas, universidades e imprensa. A presença desses atores mostra o reconhecimento de como o Congresso da Contag é um espaço importante para se estar presente. Ir a um Congresso da Contag parece ser um sinal de demonstração de que a parceria ou o contato com a Confederação importa, como destacado nas falas dos representantes institucionais na abertura do 11º Congresso.

A definição das regras de indicação de delegados e delegadas para os Congressos variaram ao longo do tempo. O Regimento Interno do Congresso de 2013, por exemplo, exigia uma representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da terceira idade e aposentados e aposentadas rurais, bem como o cumprimento das cotas de participação de 30% de mulheres e 20% de jovens (idade entre 16 e 32 anos). Essas políticas de cotas não existiam nos primeiros Congressos da Contag¹⁶¹.

Para indicar delegados e delegadas, os sindicatos e as federações são obrigados a estar “em pleno gozo dos seus direitos sindicais”, o que significa basicamente: para o sindicato – estar cumprindo as obrigações sindicais conforme o estatuto da federação de que é filiado e estar em dia com a contribuição referente à arrecadação das mensalidades de seus associados; para as federações – estar em dia com o recolhimento à Contag dos valores das contribuições social, confederativa e sindical arrecadadas pela federação em sua base territorial, ter repassado a contribuição referente à arrecadação das mensalidades dos associados recolhida pelos sindicatos, além de apresentar as planilhas financeiras dessa contribuição e apresentar a prestação de contas anual aprovada pelo Conselho Deliberativo da federação¹⁶². Para tudo isso, há prazos definidos e, principalmente alguns sindicatos não dão cabo desses prazos e acabam, não participando do Congresso. O número de participantes dos Congressos da Contag variou entre 500 delegados, em 1966, e 4100 delegados, em 1985. A média de participantes é de aproximadamente 2000 delegados por Congresso, sobretudo a partir dos anos 1990.

Cada Congresso é marcado pelo contexto da época, sobretudo em função dos temas debatidos, que refletem as preocupações de cada momento. No discurso de abertura do 5º Congresso, ao recapitular a história dos congressos da Contag, Aluísio Carneiro, presidente da Confederação na ocasião, destacou a importância do contexto para a organização de cada congresso: “[...] o que aprendemos com a nossa própria história é que cada congresso que realizamos soube enfrentar os desafios e dificuldades de sua época, traçando metas e planos de luta unificados [...]” (Anais do 5º Congresso, p. 25).

Uma análise dos anais dos Congressos da Contag é, portanto, um dos meios possíveis para identificar os principais temas em pauta para os trabalhadores do campo em cada momento. Pela importância da Confederação, é também uma fonte para conhecer o cenário político brasileiro do ponto de vista dos dirigentes sindicais do MSTTR, uma vez que uma das funções

¹⁶¹ No Regimento Interno do Congresso de 2017, a indicação de delegados e delegadas deveriam cumprir o critério de paridade de gênero, ou seja, igualdade numérica de participação de homens e mulheres.

¹⁶² Conforme regras do regimento interno do 11º CNTTR.

da Congresso é debater a conjuntura para refletir e tratar estratégias de luta pelos direitos e demandas dos camponeses.

Conhecer e entender essa dinâmica de organização e debate dos Congressos da Contag torna-se fundamental para analisar qualquer ação da entidade, pois é o Congresso a principal esfera de definição do funcionamento da Contag a cada gestão. Considerando isso, nos parágrafos seguintes apresentarei um breve resumo dos Congressos da Contag relacionando-os com a conjuntura política do país e destacando os principais temas em pauta a cada momento. O objetivo aqui é apenas mencionar os principais pontos de destaque de cada Congresso e não de trata-los em detalhes.

O Congresso de fundação da Contag aconteceu nos dias 19 e 20 de dezembro de 1963 na sede do Sindicato dos Bancários da Guanabara¹⁶³ e contou com representações sindicais rurais de 19 estados. Na ocasião, foi formada e eleita a primeira chapa da entidade, que ficaria à frente da instituição por apenas alguns meses, quando o governo militar promoveria uma intervenção na Confederação, alijando seus diretores dos cargos. A fundação da Contag é resultado da multiplicação de organizações que se criavam na área rural em várias partes do país e do crescimento da importância da questão agrária no debate público nacional que, naquele momento, estava na ordem do dia. É também resultado da regulamentação da Sindicalização Rural, ocorrida em 1962.

O 1º Congresso da Contag, de 1966, aconteceu em pleno regime militar, com a confederação sob domínio de um interventor, legitimado pelo voto nas eleições internas de 1965. No evento, foi predominante a discussão sobre Estatuto do Trabalhador Rural, Estatuto da Terra e Política Agrícola, em consonância com a linha de atuação da Contag naquele momento e que girava em torno da busca pela aplicação das leis existentes. Naquela ocasião, a organização do Congresso contou com recursos técnicos e financeiros do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) a pedido do então presidente da Contag, José Rotta, que tinha articulação com o governo estabelecido.

O 2º Congresso, de 1973, ocorreu no auge da repressão dos governos militares e não escapou da vigilância dos órgãos de repressão do regime. José Francisco da Silva, presidente da Contag entre 1968 e 1989 falou sobre as dificuldades de organização desse Congresso seis anos após a sua realização, na abertura do Congresso de 1979, quando o contexto política já mostrava sinais da abertura política em andamento:

¹⁶³ Esse fato é indicativo da possível existência de uma articulação entre rurais e urbanos, ou, mais especificamente, entre a Confederação que se formava e o Sindicato de Bancários.

Em 1973, fazer um Congresso de Trabalhadores Rurais parecia a muitos uma temeridade. Qualquer reunião maior era posta sob suspeição pelos que dirigiam o País. O Movimento soube, todavia, interpretar bem a situação e, dentro das limitações do momento, quebrar o silêncio que era imposto às classes trabalhadoras. A imprensa da época, apesar das limitações que também sofria, a começar pela censura prévia, abriu suas páginas às reivindicações dos trabalhadores rurais. Reivindicávamos num momento em que muitos sequer ousavam falar (CONTAG, 1979, p. 82).

Os principais temas do 2º Congresso foram: Legislação Trabalhista e Rural, Educação, Previdência Social Rural, Reforma Agrária e Colonização e Desenvolvimento Agrícola. A maior dificuldade do Congresso foi debater o tema da reforma agrária, associado a um debate de forças progressistas, e por isso censurado pelo Ministério do Trabalho. A saída encontrada pela Contag para trazer o tema à tona e viabilizar a realização do encontro foi reforçar que o assunto estava inscrito nas leis e que o escopo de debate respeitaria esses limites. A defesa da distribuição de terras naquele momento se orientava por um forte discurso de cumprimento do Estatuto da Terra. A orientação da ação a partir da lei foi prática comum da Contag nesse período e, ainda que tenha deixado de ser o principal meio de ação da Contag a partir do final dos anos 1979 e começo dos 1980, permaneceu como característica fundamental da sua atuação ao longo do tempo.

O 3º Congresso, de 1979, foi marcado pelo contexto da luta pela redemocratização do sistema político do país, sendo essa uma das principais mensagens dos anais desse Congresso. No bojo da luta pelo reestabelecimento das liberdades democráticas e pelo Estado de Direito, também reivindicavam o direito de livre retorno e participação daqueles que haviam sido impedidos ou afastados da luta dos trabalhadores, o direito à participação política em todos os níveis, o direito à livre negociação entre empregados e empregadores, a total revogação da legislação anti-greve e a criação da CUT. O 3º Congresso lançou uma moção pela anistia e pela completa redemocratização do país.

No plano interno do movimento sindical, também foi um importante momento de inflexão e marco na mudança da estratégia de luta da Confederação. Se até então a principal tática estava centrada em apresentar demandas ao Estado com justificção orientada pelas leis, a partir de então o foco foi ampliar as lutas coletivas. De acordo com os termos empregados nos anais, já falam menos em "pedir" e mais em "exigir" as reivindicações e discordâncias diante dos programas governamentais. Entre os temas tratados estavam: questões agrárias, sindicalismo e educação sindical, legislação trabalhista, política agrícola e previdência social rural.

O 4º Congresso da Contag, de 1985, foi o que teve um maior número de participantes entre todos os Congressos: 4.100 delegados. O número de presente reflete em grande medida o

entusiasmo que se vivia naquele momento e o grau de mobilização da sociedade civil em diferentes setores. O ano de 1985 foi um ano central na transição política brasileira, quando o último presidente militar deu lugar a um presidente civil depois de 21 anos. Inclusive, o novo presidente – José Sarney – foi ao Congresso da Contag e participou da sessão solene de abertura. Nesta ocasião, lançou a Proposta do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Foi também nesse Congresso que a Contag defendeu a tese da convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Ou seja, o tema da transição política pautado em 1979 ainda estava em pauta em 1985.

Um dos assuntos de debate que teve grande destaque naquele Congresso foi a discussão sobre violência no campo. A questão apareceu no debate público não só pela escalada da violência, mas também porque naquele momento houve a oportunidade de se falar sobre o tema, antes silenciado considerando o contexto do governo militar. Trabalhos recentes mostram como a violência no campo atingiu os trabalhadores rurais na ditadura, aspectos até recentemente pouco conhecidos ou debatidos pela academia¹⁶⁴. A centralidade do tema ganhou forma nos gritos de ordem dos delegados do Congresso. O encerramento do Congresso aconteceu sob manifestações que clamavam por justiça.

Além disso, foi lançada no 4º Congresso uma carta de princípios na qual foram expostas as principais pautas de luta do movimento sindical no contexto: em prol da consolidação da democracia no país; por uma nova política econômica; pela reforma agrária ampla, massiva, imediata e com a participação e controle dos trabalhadores rurais para eliminação do latifúndio; pelo fim da violência no campo; por uma nova política agrícola; por uma solução definitiva para o problema da seca; pela reformulação das políticas e projetos governamentais no campo; por uma política previdenciária; por uma nova política salarial; pelo livre exercício do direito de greve; pela plena liberdade e autonomia sindical com a preservação do princípio da unicidade. Essa carta ilustra a ampliação dos temas em debate pela Contag no Congresso, antes mais restrito ao cumprimento das leis.

A euforia e esperança do Congresso de 1985 deu lugar a um período de reestruturação do movimento sindical. A derrota de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato nas eleições de 1989 à Presidência da República e que representava os anseios dos movimentos populares, teve reflexo na organização e estratégia da Contag, bem como em diversos outros movimentos e organizações sociais. A vitória de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e o começo de um governo com políticas neoliberais impôs uma série de crises ao país – econômica, política e

¹⁶⁴ Ver Sauer et. al., 2015; Medeiros, 2018 (no prelo).

social – com reflexos diretos na vida dos trabalhadores rurais. Em 1990, a 1ª Plenária Nacional Ampliada do MSTR debateu fundamentalmente a organização interna da Confederação.

A insatisfação com o governo eleito levou os delegados do 5º Congresso, de 1991, a realizarem uma grande manifestação de rua em Brasília, a maior já vista desde a Constituinte e segundo a própria Contag. A manifestação cercou os Ministérios da Agricultura e Reforma Agrária e do Trabalho e Previdência Social. Ao primeiro, demandaram o atendimento integral das propostas de reforma agrária discutidas no 5º Congresso. Já para o Ministério do Trabalho e Previdência Social reclamaram sobre a não regulamentação dos direitos previdenciários conquistados pelos trabalhadores rurais na Constituição, que garantiria aos rurais os mesmos direitos que os urbanos já tinham por meio de um sistema único de Previdência Social. Também reclamaram da desorganização administrativa do Ministério e do governo ter suspenso mais de 200 mil benefícios rurais em novembro de 1991¹⁶⁵. A manifestação citada é um caso interessante de análise porque mostra a face da ação presente em uma ação classificada aqui como de reprodução, ressaltando as várias dimensões e complexidades da vida social.

Quatro anos depois, já no 6º Congresso, de 1995, se a crise econômica já tinha diminuído em virtude dos planos tomados pelos governos anteriores, a vida dos trabalhadores rurais não tinha sofrido grandes melhoras. Para o movimento sindical, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) mantinha uma agenda política neoliberal prejudicial aos direitos e demandas dos trabalhadores.

Diante das dificuldades dadas, a Contag se mobilizava de diferentes formas. A maior novidade do período foi a realização do Grito da Terra Brasil, mobilização iniciada em 1994 e que articulava uma série de movimentos sociais do campo que, a partir de 1996, passou a ser conduzida somente pela Contag¹⁶⁶. Ao mesmo tempo, outras mobilizações se desenrolavam, como as Jornadas de Lutas dos Rurais em várias regiões do país, as lutas da região Nordeste contra as secas, as campanhas salariais em diversas partes do país e as mobilizações de pequenos produtores no Sul.

Contudo, as mobilizações já não eram suficientes para a Contag naquele momento. Para a Confederação, mais do que protestos por demandas específicas, era necessário apresentar um projeto alternativo de desenvolvimento para o país. Nos termos dos anais: “Hoje não basta apenas protestar. É preciso disputar espaços com os outros projetos, apresentando alternativas

¹⁶⁵ A pauta de reivindicações era: que o governo regulamentasse as Leis nº 8.212 e 8.213/91; que o MTPS tomasse medidas para dotar o INSS e as agências da ECT de condições materiais e humanas para garantir o atendimento digno e eficiente da população; e que o governo revogasse o ato que suspendera os benefícios rurais.

¹⁶⁶ Esse tema será abordado no capítulo seguinte.

para o desenvolvimento para o país” (CONTAG, 1995, p. 29). Com isso, tiveram início naquele momento os encaminhamentos para a elaboração do que viria a ser o PADRS da Contag. A semente da elaboração desse documento veio de um outro projeto, chamado “CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical”, e que selava a aproximação da Confederação com a Central, tendo o seu momento de coroação na filiação da Contag à CUT, em 1995.

O resultado disso foi a implementação do PADRS a partir da sua ratificação no 7º Congresso, em 1998, ainda sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. O PADRS foi o elemento central de discussão e deliberação naquela ocasião. O foco do movimento sindical passava a ser uma ampla e massiva reforma agrária e valorização da agricultura familiar reunidos de forma integrada em um projeto político pautado por uma concepção de desenvolvimento rural sustentável. Com o PADRS, a categoria de representação central nos documentos da Contag deixa de ser trabalhador(a) rural e passa a ser a de agricultura familiar e dos(as) agricultores(as) familiares, demonstrando a força da agricultora familiar no interior da organização. No trecho abaixo, é possível encontrar um breve resumo do processo de elaboração do PADRS:

O PADRS começou a ser elaborado no 6º Congresso, realizado em 1995. Nos últimos três anos, a Contag realizou Seminários Regionais, cursos e oficinas, por intermédio dos quais foram sendo sedimentadas as bases para a construção de um projeto de desenvolvimento que tivesse na inclusão social e na geração e distribuição de renda o seu centro de convergência. O PADRS deve propiciar o desenvolvimento sócio, político e econômico das populações rurais e a dinamização da economia das pequenas e médias cidades do interior do País (CONTAG, 1998, p. 5).

A Contag desenvolveu e apresentou o PADRS como um projeto alternativo de sociedade para se opor ao projeto político neoliberal que foi hegemônico durante a década de 1990. As mudanças do projeto político da Confederação se refletiram em mudanças na estrutura da organização sindical e por isso se decidiu pela realização de um Congresso Extraordinário para deliberar sobre estrutura, organização e gestão sindical, que aconteceu em 1999.

O 8º Congresso manteve o debate sobre o PADRS, buscando avançar na consolidação e na qualificação do novo plano político do MSTTR. Um marco importante desse congresso para a organização sindical foi a criação da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e a incorporação da sua coordenação à diretoria executiva da Contag. Esse passo foi fundamental para a expansão da pauta de juventude nos debates do sindicalismo e para a democracia interna do movimento. Outra importante deliberação desse congresso ressaltada pela própria Contag no texto introdutório dos anais foi a decisão de investir na

construção de uma organização de produção e comercialização relacionada com a estrutura sindical.

O 9º congresso foi o primeiro realizado após a vitória de Lula nas eleições presidenciais e contou com a participação do então presidente da república. Foi a segunda vez que um presidente da república compareceu a um Congresso da Contag. Antes de Lula, José Sarney participou do 4º Congresso, de 1985, tal qual já mencionado. Este congresso ficou marcado para a juventude rural como o marco da aprovação das cotas de participação de, no mínimo, 20% de jovens nos cargos de direção de todas as instâncias do MSTTR. Foi no 9º Congresso também que o PADRS passou a se chamar PADRSS, resultado da inclusão do termo "solidário" ao Projeto Político que orienta a atuação política do MSTTR. De acordo com notícia publicada no Jornal da Contag:

com a mudança, a intenção da Contag é fomentar o debate em torno da questão econômica do projeto, com o estímulo à formação de cooperativas entre o meio rural e urbano e a implementação de programas sociais desenvolvidos em parceria com a CUT e com a sociedade civil¹⁶⁷.

Foi também nesse Congresso que se deliberou pela criação da Coordenação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade e pela criação de uma coordenação de meio ambiente para desencadear o processo de criação de uma secretaria, fato que se efetivou no Congresso seguinte, em 2009. Esses episódios são indicativos dos avanços pela democratização interna da organização e de mudanças de pauta no interior do MSTTR. Ainda, foi nesse Congresso que se aprovou a criação de uma Escola de Formação, fato que ocorreu no ano seguinte ao Congresso, em 2006.

Em 2005, algumas polêmicas estiveram presentes nos debates, sendo estas: a manutenção ou não da filiação da Contag à CUT e a questão dos transgênicos. Em relação à CUT, a decisão do congresso foi de manutenção de sua filiação. Já no que tange ao debate sobre os transgênicos, o assunto se polarizou principalmente por entre os delegados e delegadas do Sul e os demais participantes. Enquanto os primeiros tenderam a se posicionar favoráveis ao tema, para o restante dos participantes (e a maioria no Congresso), o MSTTR deveria ser contrário ao plantio e comercialização de produtos geneticamente modificados. O ponto estava na pauta do dia por conta da aprovação do projeto de biossegurança pelo Congresso Nacional (Projeto de Lei N.º 4.809-A, de 2005).

¹⁶⁷ Jornal da Contag, Ano II, Edição Especial, 9º Congresso, março 2005.

Ao contrário do congresso anterior, umas das principais marcas do 10º congresso foi a aprovação da desfiliação da Contag à CUT, que havia sido mantida no 9º congresso. Depois de 14 anos filiada à Central, os delegados e delegadas sindicais votaram por manter a Contag independente da CUT por uma diferença de 332 votos. No mesmo Congresso, foi aprovada uma resolução indicando a CUT e CTB como as principais parceiras do MSTTR. Outro destaque do 10º Congresso foi a aprovação das bases da Política Nacional de Formação Sindical, documento político que passou a orientar as ações de formação política da Escola Nacional de Formação Política da Contag, a Enfoc.

Foi no 10º Congresso também que, pela primeira vez, um gaúcho assumiu a presidência da Contag. Alberto Broch, que já fazia parte da diretoria da Contag, se tornou presidente da Confederação e ocupou o cargo por dois mandatos, vindo a ser o principal líder em prol da dissociação sindical, que culminou com a separação da categoria de assalariados da estrutura sindical do MSTTR, em 2015. A Contag, sob a direção de Alberto, fez da pauta da agricultura familiar uma das principais bandeiras de luta da Confederação e os fortes vínculos dos sindicalistas do Sul com o tema menos é um fator importante para entender o crescimento dessa pauta na confederação.

O 11º Congresso foi marcado para ocorrer no ano em que a Contag completaria 50 anos. Esse Congresso também aconteceu já no período do primeiro mandato da então presidenta Dilma Rousseff, tendo mantido a prática do seu antecessor, estando presente no evento. Um fato marcante desse congresso foi a aprovação da paridade da participação das mulheres em todas as instâncias do MSTTR ampliando a democracia interna do MSTTR.

Além da votação pela paridade, estão entre as principais decisões do 11º Congresso: a manutenção da Contribuição Social (de balcão) de 1% para financiamento das ações da Contag; a universalização da contribuição do Fundo Solidário, permitindo à Enfoc ampliar as ações de formação; a aprovação do Orçamento Participativo, a ser iniciado pela Contag ainda naquele ano; a reafirmação da cota mínima de 20% de jovens; e a decisão de não filiação da Contag a uma central sindical, ainda que se mantivesse o diálogo privilegiado com duas centrais sindicais (a CUT e a CTB), sob a justificativa de ambas serem a base fundamental mantenedora da unidade do movimento¹⁶⁸.

Uma breve análise do temário dos anais dos congressos me permitiu identificar os principais temas debatidos pelo MSTTR ao longo da sua trajetória, percebendo continuidades e descontinuidades. Dessa forma, foi possível concluir que alguns temas foram recorrentes na

¹⁶⁸ Destaques presentes no Jornal da Contag, Ano IX, Número 98, abril de 2013.

agenda de debates dos congressos, desde 1996 e até 2013, sendo os principais: o debate sobre organização sindical; questões referentes aos assalariados rurais; questões sobre política agrária, política agrícola, e de política previdenciária. Outros mais foram surgindo com o tempo, como análise de conjuntura; relações internacionais; gênero; geração; meio ambiente; e comunicação.

O tema da organização e formação sindical reunia várias questões ao longo dos anos 1960 a 1980, mas foram se diluindo no período seguinte, tornando-se áreas específicas ou sendo reunidas em outras categorias. É o caso da questão das finanças e gestão, comunicação e papel das mulheres. O tema da educação também era tratado no escopo das discussões sobre organização sindical, mas nos anos 1990 foi incluído nas discussões sobre políticas sociais. Inclusive, foi em 1998 que os anais tratam dos temas sociais utilizando no temário a categoria “políticas sociais”, como desdobramento do debate e estruturação do projeto político da Contag em torno do PADRS, ratificado naquele ano. A Secretaria de Políticas Sociais havia sido criada no Congresso anterior, em 1995. Na origem, o foco da Contag em matéria de políticas sociais era fundamentalmente nas questões previdenciárias. Nesse debate, o tema da saúde também recebia atenção, mas apenas ganhou destaque no temário no começo dos anos 1990, junto com a pauta da assistência social. Assim como as questões de seguridade, infraestrutura, habitação, esporte, cultura, lazer e trabalho infantil. O que destaque aqui é que esses temas só foram ressaltados no temário do Congresso nesse período, embora fossem tratados antes, como o tema do trabalho infantil.

No Congresso de 1985 aparece uma sessão do temário dedicada ao debate sobre democracia, participação política e violência no campo, questões centrais no debate político nacional naquele momento. Depois disso, essas reflexões passaram a vir identificadas como “questões nacionais” ou “análise de conjuntura”, tendo variado em diferentes momentos. Na realidade, mesmo antes de 1985, esses debates já eram feitos, mas ainda não recebiam destaque na compilação nos anais.

Os temas de gênero, geração, comunicação, formação, gestão e finanças, relações internacionais e meio ambiente se tornam assuntos tratados de forma sistemática a partir do Congresso de 1998. Isso se explica pelo fato de ser nesse momento que é aprovado o PADRS, plano político de balizamento da atuação da Confederação e demais instâncias do movimento sindical. Depois disso, em 2005, o tema da terceira idade se destacou nos anais, revelando a emergência de um grupo social no corpo do sindicalismo que passa a ser objeto de reflexão e tratamento especial nos Congressos e, por sua vez, na vida sindical.

Em termos procedimentais, o Congresso da Contag começa bem antes da mesa de abertura política do encontro e não se encerra no último dia do evento. Quero com essa afirmação sublinhar que, geralmente, o processo de preparação prévia do CNTTR acontece por mais de um ano antes da data do evento e cumpre uma série de etapas que envolve, entre outros aspectos, reuniões, assembleias, encontros, congressos e/ou plenárias estaduais, regionais, microrregionais e/ou de polos.

Tomando como exemplo o Congresso de 2013, sua organização foi realizada durante todo o ano de 2012, quando houve a elaboração de um texto base, escrito por uma comissão da Contag, e debatido pelas federações e sindicatos nas 96 plenárias estaduais e regionais. Estas plenárias também debateram os planos de luta do MSTTR. Os resultados dos debates foram encaminhados à comissão de organização e as ponderações, ratificações e ementas foram acopladas ao texto inicial, formando o texto base do Congresso. De acordo com o Regimento Interno do 11º CNTTR:

As Federações filiadas convocarão e realizarão uma Plenária Estadual ou Plenárias Regionais, Microrregionais e, ou de Polos para a discussão do documento base do 11º CNTTR e para a retirada de delegados e delegadas, com duração mínima de 2 (dois) dias, com, no mínimo, 4 (quatro) turnos de atividade (CONTAG, 2013b, p. 7).

Além disso, após o Congresso, todas as resoluções tomadas precisam ser aplicadas, os anais preparados e as avaliações feitas. Ou seja, o processo de envolvimento com o Congresso da Contag e a importância dessa ação para todas as atividades da Confederação são constantes e centrais. Essa ideia é difundida e compartilhada por muitos membros do MSTTR, como pode ser visto nas citações a seguir do texto do Relatório Anual de Atividades da Contag de 1979 e dos anais do 4º Congresso, em 1985, por exemplo.

O 3º Congresso Nacional não ficou restrito apenas à sua realização. Uma série de necessidades antes, durante e depois, teve que ser resolvida para o seu pleno êxito quanto à sua organização e, sobretudo, quanto às suas conclusões. Reuniões e encontros preparatórios, elaboração de temas e informes, esquemas administrativos e expedientes diversos, participação ativa em suas comissões, desenvolvimento de encontros regionais de estudo e avaliação fizeram parte de sua organização, realização e continuidade (CONTAG, 1979a, p. 1).

O 4º Congresso não se restringiu aos cinco dias de sua realização, em Brasília. Incluiu as manifestações das delegações nas capitais de seus estados por ocasião de seus deslocamentos para o local do Congresso; incluiu toda a sua preparação e incluiu, sobretudo, a divulgação, o debate e a prática de suas proposições, entre a categoria, de maneira a permitir a concretização das formas de luta aprovadas” (CONTAG, 1985b, p. V).

Este Congresso não está começando hoje. As propostas que aqui analisaremos são o resultado das discussões que começamos há um ano atrás, nas delegacias sindicais, nas assembleias dos sindicatos, tendo continuidade nos encontros microrregionais, nos congressos estaduais, na plenária de dezembro passado e nas reuniões do Conselho de Representantes da Contag" (CONTAG, 1985b, p. 27).

O processo de preparação do Congresso também envolve muitas conversas, articulações e debates formais e informais sobre os rumos da pauta a ser debatida e também sobre a formação da chapa (ou das chapas) que vão concorrer às eleições para os cargos da direção executiva e do conselho fiscal da Confederação, desde 1991, quando as eleições passaram a ser feitas no CNTR¹⁶⁹. Durante o trabalho de campo, ouvi diversas vezes de diretores e assessores da Contag que “o Congresso da Contag já havia começado”, mesmo quando estávamos há um ano da data do encontro. Com isso, eles se referiam principalmente ao processo de articulação política do MSTTR para a conformação da chapa candidata para as eleições sindicais.

A eleição de uma nova diretoria é condição para a manutenção do funcionamento da entidade de acordo com as regras estabelecidas no estatuto da Confederação. Por isso, é tema fundamental para a vida sindical. E é questão presente no cotidiano da Confederação permanentemente, ainda que seja mais forte no contexto de formação da chapa, que ocorre normalmente no ano anterior à realização do Congresso. Sobre este aspecto, Raimunda Damasceno, ex-dirigente da Contag, falou:

[...] quando começa a conversa aqui, entre os homens... porque na Contag a conversa vai se dando assim, no decorrer dos 4 anos, as articulações, elas vão se dando de uma forma sutil. Mas ela acontece. Engana-se quem acha que o processo de composição, na Contag, se dá só um ano antes do Congresso. Ele vai se dando ao decorrer dos quatro anos¹⁷⁰.

O processo de formação de chapa é complexo porque precisa conciliar concomitantemente uma série de fatores. Considerando as eleições mais recentes, os critérios em pauta eram: a) renovação de 30% dos membros da diretoria; b) representação regional; c) representação das forças políticas até então divididas em torno de duas centrais sindicais, a CUT

¹⁶⁹ Desde 1991, o CNTR da Contag acumula a função de debate sobre os rumos do movimento sindical com a eleição da nova diretoria e conselho fiscal da entidade. Contudo, desde 1985, a diretoria da Contag é eleita em Congresso, com a participação de delegados da maioria dos sindicatos do país, conforme deliberação do IV Congresso, em 1985. Antes, a diretoria da Contag era eleita por um colégio eleitoral composto por representantes das federações estaduais. Porém, a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal da CONTAG (gestão 1989-1992) não aconteceu em congresso. As urnas foram colocadas nas sedes das federações, que receberam os votos de um delegado por sindicato.

¹⁷⁰ Entrevista com Raimunda Damasceno concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

e a CTB¹⁷¹; d) paridade de gênero e cotas de juventude. Além disso, o que credenciava alguém a vir a se tornar um dirigente da Contag é ser trabalhador rural, com histórico de militância, tendo passado por outras instâncias sindicais, e ter respaldo e ser um dos nomes indicados pela região. Vale destacar que os estados e regiões têm um papel e peso importante na indicação de nomes para a composição das chapas. Por isso, a vinculação entre os diretores e as suas regiões, estados e locais se mantém forte em todo o mandato, pois é isso que, em parte, dá respaldo, credibilidade e sustentação para a sua atuação no plano nacional. O debate formal sobre a composição da chapa acontece no Conselho Deliberativo da Contag, segunda instância de decisão do MSTTR que reúne diretores da Contag e das Fetags.

Além disso tudo, os interesses e projetos políticos individuais de cada dirigente sindical contam na decisão de se tornar uma liderança nacional. Esse aspecto é difícil de incluir nesse tipo de análise e nem sempre é considerado nos estudos sobre movimentos sociais, mas é fundamental pelo menos ser mencionado¹⁷².

No caso da Contag, vale ainda mencionar que o processo de formação de uma chapa geralmente é desenvolvido com o esforço de criação de uma chapa única. Esse esforço está presente e perpassa toda a história da Contag, tendo em vista que apenas em duas ocasiões houve uma disputa de chapas, que ocorreu em 1967 e 1998. A tentativa em conformar uma chapa única tem a ver com uma concepção de “unidade na diversidade”, termo citado inúmeras vezes por diretores da Contag para sublinhar o esforço da Confederação em compor as forças políticas em disputa no interior da instituição em torno de uma única chapa, evitando assim o confronto eleitoral entre grupos distintos¹⁷³.

Se por um lado essa tentativa de mostrar unidade está presente na fala de muitos, esse aspecto foi relativizado por uma das entrevistadas, que destacou: “As chapas da Contag se constituem, em alguns momentos, de consenso, mas não de unidade”¹⁷⁴. Com isso a

¹⁷¹ Sobre a conciliação da representação das forças políticas das duas centrais na direção da Contag, Alessandra Lunas, dirigente da Contag no momento da entrevista, disse: “[...] com essa história de duas centrais, a gente costuma até brincar, né, ‘dona Flor e seus dois maridos’, né, Contag com dois assédios aí, das duas centrais, então concentrar, é..., conciliar por regiões, conciliar quem é que de ambas as centrais... há uma costura... [...] (Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015).

¹⁷² Na eleição desses critérios considerei o contexto de pesquisa que vivenciei durante o trabalho de campo, entre o 11º e o 12º Congresso. Portanto, os critérios elencados são parte deste contexto e consideram as regras das eleições de 2017.

¹⁷³ O slogan “construir a unidade na diversidade” foi adotado pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), criado em 1986 no 2º Congresso Nacional da CUT (Concut). Desde o Congresso de fundação da CUT, em 1983, havia sido aprovada a criação de uma secretaria específica para tratar da questão agrária. O slogan buscava retratar o reconhecimento da heterogeneidade de situações de trabalho do setor rural, ponto abordado pela CUT desde o seu surgimento, conforme pode ser visto nas resoluções de seus congressos, plenárias e/ou encontros (RODRIGUES; LADOSKY, 2015).

¹⁷⁴ Entrevista com Raimunda Damasceno concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

entrevistada destaca os acordos feitos como uma possibilidade de comunhão de forças em uma dada situação, mas que não constituem unidade. Ou seja, a entrevistada chama a atenção para as disputas internas presentes em cada chapa.

Para além dos debates temáticos e questões eleitorais, os Congressos são ainda espaços de articulação política entre o MSTTR e atores do Estado e/ou outros movimentos e organizações sociais. Nesses espaços, as alianças entre atores se mostram visíveis por meio da participação de aliados do movimento sindical na mesa de abertura, nos debates ou pela presença destes ao longo do evento. A leitura dos anais dos Congressos permite identificar a circulação de diversos atores representando instituições estatais, sindicais, de movimentos populares, religiosas e internacionais. A título de exemplo, só na mesa de abertura do 11º Congresso estavam presentes, além do presidente, vice-presidente e secretária de mulheres da Contag, representantes do governo federal (Ministros da Secretaria Geral da Presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Gilberto Carvalho e Pepe Vargas, respectivamente), estadual, presidentes da CUT e CTB e de organizações internacionais de trabalhadores rurais (Via Campesina, Unicafe, Coprofam, Uita). Os demais diretores da Contag também estavam no palco, no segundo plano, junto com os ex-presidentes da Contag, José Francisco da Silva, Francisco Urbano e Manuel dos Santos.

Ainda tomando o 11º Congresso como referência, naquela ocasião, pela manhã e tarde do primeiro dia que antecedeu a abertura oficial do Congresso, foi realizado o Seminário Internacional “Violência no Campo: Cenários, Vítimas e Agressões”, organizado pela Contag, Coprofam e Uita. O Seminário foi dividido em dois painéis: o primeiro tratou da violência contra assalariados(as) rurais e seus direitos e o segundo ficou no tema da violência no campo relacionada à luta pela terra e território. Cito esse Seminário porque um dos seus resultados foi a aprovação da retomada da Campanha Mundial contra a Violência no Campo e a construção de uma agenda conjunta entre os países e organizações sociais no tema. Além disso, foi aprovada a Carta Aberta “Violência no Meio Rural: A Favor da Vida e da Paz”, entregue à presidenta Dilma e aos ministros Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência da República) e Maria do Rosário (Direitos Humanos).

As articulações entre atores não se dão apenas entre representantes do MSTTR e outros movimentos e instituições, mas entre os próprios sindicalistas também. No decorrer do 11º Congresso, por exemplo, aconteceu uma Plenária de Mulheres e estas aproveitaram a oportunidade da reunião para debaterem diversos temas entre elas, além de definirem estratégias de ação coordenada no âmbito do próprio Congresso. Em 2013, estava na pauta do Congresso a aprovação da paridade da participação das mulheres nas instâncias do MSTTR.

Além disto, outras ações coordenadas pelas mulheres pautaram o tema da paridade ao longo dos dias do evento. Um dos dias do Congresso coincidiu com o Dia Internacional das Mulheres, o oito de março, quando, historicamente, as mulheres se mobilizam e pautam suas demandas e lutam por direitos e com as mulheres do MSTTR não foi diferente: houve um ato na plenária do Congresso e a distribuição de camisetas que defendiam a votação a favor da paridade, marcando o oito de março no 11º Congresso.

Quero com essas observações e breves exemplos destacar que o encontro de atores políticos diversos propiciado no contexto dos Congressos cria ainda a possibilidade de articulações várias e debates que vão além do rumo do MSTTR em si e das suas eleições, dimensão importante para a reprodução social do movimento.

Os Congressos são ainda espaços de sociabilidade e troca de experiências entre delegados e delegadas sindicais de todo o país. Representantes de todos os estados do país se juntam em um espaço determinado por cinco dias para debaterem e definirem os rumos do MSTTR e, enquanto as discussões políticas ocorrem, vários espaços e atividades paralelas fazem do Congresso um espaço permanente de interações entre os participantes. Provavelmente, um dos espaços que mais propiciam a interação entre os participantes é a exposição de produtos e materiais de cada estado. O 11º Congresso, por exemplo, ocorreu no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, e em uma parte do hall de entrada foram montados estandes de exibição para cada estado. Os estandes foram decorados com fotos, bandeiras de sindicatos e também com produtos diversos, trazidos pelos participantes. Com isso, ao longo dos dias, cada um pode conhecer e consumir produtos e experiências de outros delegados e delegadas sindicais, aspecto importante para o estreitamento de laços sociais e criação e/ou fortalecimento de vínculos no interior do próprio movimento¹⁷⁵. Também é um local para expor os símbolos identitários de cada região, estado ou localidade.

Após esse breve percurso sobre os principais temas e debates dos Congressos da Contag, como imaginar a atuação política dessa entidade sem considerar as discussões e decisões tidas nesse espaço? Fazer isso significaria negligenciar todo um processo de maturação e gestação do debate político que orienta a ação do movimento sindical. Significaria explicar a massa de gelo que flutua no mar apenas pela descrição da parte visível na superfície da água. Sem dúvida é uma forma de ver o iceberg. Mas com limites. Considerar a existência, importância e conteúdo desses debates será fundamental para entender as ações coletivas da Contag, tema do próximo capítulo.

¹⁷⁵ No seu estudo sobre as reuniões de trabalhadores rurais, Comerford destacou o papel das *reuniões* como forma de sociabilidade. Para mais detalhes, ver Comerford, 1999, capítulo 2.

3.2 Articulação com atores não estatais

A articulação dos movimentos sociais entre si e com outros atores da sociedade civil é importante para a reprodução social dos movimentos sociais na medida em que promove a troca de experiências, aprendizagem e dá bases para possíveis ações em conjunto. Muitas vezes, essas articulações são visíveis e públicas. Outras vezes, são feitas predominantemente no plano interno. Depende de fatores como contexto, objetivos, atores em cena. Seja como for, a articulação entre movimentos sociais é dimensão importante da atuação dos movimentos sociais e aspecto tratado de diferentes formas no campo de estudos.

A discussão sobre articulação entre movimentos sociais é antiga. Referências sobre a importância de alianças entre a classe trabalhadora estão presentes já nos escritos de Marx. A célebre frase do Manifesto do Partido Comunista, obra clássica do teórico alemão, expressa bem essa ideia: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”¹⁷⁶. Ou ainda a projeção de Lenin sobre a importância da aliança operário-camponesa para o processo revolucionário¹⁷⁷. Ações coletivas de sindicatos de trabalhadores articulados são conhecidas há tempos. Um exemplo clássico dessa forma de atuar são as greves gerais.

No universo camponês no Brasil, marcos importantes para a articulação nacional dos trabalhadores rurais do país foi a criação da Ultab, em 1954, e o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em 15, 16 e 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte. Na capital mineira, cerca de 1800 camponeses de todo o país afirmaram a necessidade de realizar reforma agrária.

Em uma das matérias sobre o Congresso de Belo Horizonte publicada no jornal *Terra Livre*¹⁷⁸ foi mencionada a importância da articulação entre camponeses entre si e os trabalhadores das cidades. Essa concepção é praticamente um valor compartilhado por muitos trabalhadores e setores populares, ou pelo menos por parte deles, mas que – na prática – nem sempre é simples de ser aplicado ou pelo menos ganha diferentes contornos conforme cada

¹⁷⁶ Marx; Engels, 2005.

¹⁷⁷ Lenin, 2007.

¹⁷⁸ O jornal *Terra Livre* era uma publicação voltada para os trabalhadores rurais e objetivava ser um guia político e um canal de troca de experiências entre os trabalhadores do campo. Editado pelo PCB desde maio de 1949, o *Terra livre* existiu até 1964, sendo publicado sem periodicidade, embora tenha buscado ser quinzenal e até mesmo se proposto a ser semanal (MEDEIROS, 1989, 1995).

situação. O que não é nenhuma surpresa. Sobre o mesmo congresso, uma matéria da imprensa comunista dizia:

Várias lições foram aprendidas no 1º Congresso Nacional de camponeses. Uma delas foi a de que somente a união de todos os lavradores e trabalhadores agrícolas, do Brasil, tendo ao seu lado o seu aliado natural, a classe operária, é capaz de conduzir as massas a uma vitória esmagadora contra os grupinhos ainda atrelados ao poder e que entram o desenvolvimento da economia nacional pelo empobrecimento das populações do campo e das cidades" (Uma nova etapa no processo revolucionário brasileiro, por Sosthener Jambo, então diretor executivo do jornal. Terra Livre, Ano XII, Nº 105, SP, Novembro de 1961, p. 1).

A atuação da Contag não é exceção entre os demais movimentos sociais. A Confederação se articulou com outros movimentos, organizações e atores ao longo de toda a sua trajetória. Parte significativa das ações da Contag são desenvolvidas em parceria, articulação, colaboração, diálogo ou alguma outra forma de relação com outros movimentos sociais, setores da sociedade civil, grupos religiosos ou organizações internacionais. Os tipos de relações estabelecidas entre estes atores ao longo do tempo mudaram de características conforme o contexto, bem como os atores em relação e as condições materiais que deram condições para o estabelecimento de vínculos entre as partes.

Uma rápida análise da história da Contag mostra os diversos vínculos e articulações estabelecidos pela entidade ao longo dos seus mais de 50 anos de trajetória, seja no plano nacional ou internacional. O próprio Congresso de fundação da Confederação ocorreu na sede do Sindicato dos Bancários da Guanabara, em 1963, o que indica haver ao menos um diálogo entre urbanos e rurais para a seção do espaço, para dizer o mínimo.

Ao longo dos anos 1960 e 1970, por exemplo, a Contag participou constantemente dos encontros anuais da Organização Internacional do Trabalho. A participação contava com o aval do Ministério do Trabalho e era uma oportunidade para os dirigentes da Confederação se articularem com outras organizações e pessoas, como reencontrar líderes políticos exilados do país por causa da ditadura. José Francisco da Silva, ex-presidente da Contag, contou que nessas ocasiões chegou a encontrar com Lyndolpho Silva, Paulo Freire e Francisco Julião, por exemplo¹⁷⁹. Carvalho (2018) destacou que ao longo de toda a trajetória a Contag desenvolveu articulações internacionais.

No final dos anos 1970, a Contag participou das mobilizações por anistia e atuou nas campanhas contra algumas obras de barragens, como as de Tucuruí (PA), Itaipu (binacional

¹⁷⁹ Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

com Paraguai), no Sul, em Sobradinho e Itaparica, no Nordeste, ao longo de um processo que se desenrolou pelos anos 1980. Na mesma década se envolveu em diversas mobilizações nacionais, como as da luta pela redemocratização, por Diretas Já, e pela Constituinte. Essas ações articulavam vários atores nacionais e locais. Também a Campanha Nacional Pela Reforma Agrária, liderada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária, que abrangeu diversas entidades, foi outra importante campanha que a Contag participou e que articulou diversos atores. Também foi importante nesta década atuação da Contag na Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Nos anos 1990, um dos casos mais interessantes de articulação da qual a Contag participou foi a criação e desenvolvimento do Grito da Terra Brasil, em 1994, que na sua origem reuniu diversos movimentos e organizações ligadas ao meio rural, como o MST e a CPT. Em 2000, a maior marcha de mulheres do Brasil, uma das maiores do mundo, saiu pelas ruas de Brasília pela primeira vez: a Marcha das Margaridas. Em 2015, aconteceu a quinta edição da Marcha. Nesses quinze anos e em todas as edições, as Marchas foram organizadas pela Contag em parceria com outros movimentos e organizações¹⁸⁰.

Nos anos 2000, a Contag participou, por exemplo, em abril de 2008, do Acampamento Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra, organizado pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária, junto com a Contag, CPT, Fetraf, MLST, Via Campesina. Na ocasião, mais de duas mil pessoas na capital federal relançaram a “Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar”, implementada em 2001, e retomando a proposta de estabelecer um limite de 35 módulos fiscais para as propriedades rurais.

Em agosto de 2012, teve ainda o Encontro Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Inspirados no Congresso de Belo Horizonte, de 1961, diversas organizações e movimentos sociais do campo se reuniram em Brasília para, entre outras atividades, se articular, estabelecer prioridades e traçar estratégias de ação conjunta. Nas palavras do então diretor da Contag, William Clementino, o Encontro “[...] foi uma das formas que a gente encontrou para aproximar os que têm princípios e identidades próximas”¹⁸¹.

Além disso, ao longo de toda a sua história a Contag participou das manifestações no primeiro de maio, data tradicional de mobilização dos trabalhadores, do campo e da cidade. Também atuou em diversas campanhas eleitorais, desde a redemocratização, ressaltando o

¹⁸⁰ Esses casos serão tratados em detalhes no capítulo quatro e cinco, respectivamente.

¹⁸¹ Entrevista com Willian Clementino da Silva Matias concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

envolvimento da Confederação com a política partidária e a vinculação do movimento com partidos políticos. A Contag também visitou e se articulou com organizações e movimentos ao redor do mundo.

A participação da Contag em articulação com outros movimentos não é questão pacífica, consensual e isenta de conflitos no interior da organização. O caso da realização do Encontro Unitário, de 2012, é um exemplo de como há várias concepções na Contag sobre as condições em realizar articulações em conjunto com outros atores. William Clementino da Silva Matias falou em sua entrevista sobre as incertezas de alguns dirigentes da Confederação em relação à organização do Encontro Unitário:

[...] vários dirigentes da Contag não acreditaram no Encontro Unitário. Porque disse que sempre os movimentos ligados a Via queriam mandar. Só que nós construímos uma estratégia, do lugar que eu vim para esse lugar, de que nós mandamos juntos. E muitos diretores da Contag só acreditaram no Encontro Unitário quando as delegações nossas, do movimento sindical, chegaram aqui e começaram a ligar para vários diretores perguntando onde estavam. E aí, começamos a construir. Até que em 2012 saiu o nosso grande Encontro Nacional Unitário. E daí para cá, vários momentos, fizemos ações conjuntas, estimulamos os estados a fazer algumas ações conjuntas, fazendo encontro unitários nos estados. Basicamente, quase todos os estados fizeram encontros unitários para poder construir aí uma estratégia forte de luta nesse período¹⁸².

Sobre a ação em conjunto com outros movimentos, Willian destacou compreender que a luta de muitos movimentos sociais é comum, referindo-se especialmente aos do campo. O que os diferencia são principalmente os caminhos diferentes que tomam. Para ele, “[...] muitas lideranças, dirigentes, se perdem, fazendo briga com os movimentos sociais e não brigando com o nosso principal inimigo comum, que é a estrutura governamental e que é o agronegócio empresariado rural brasileiro”¹⁸³. Em outro trecho Willian destacou:

E a estratégia do Encontro Unitário, eu ainda continuo defendendo ela para a Contag do ponto de vista da realização das ações. O Encontro Unitário foi feito com todos os movimentos sociais. Todos os trabalhadores, agricultores familiares, os camponeses que vieram, trouxeram sua tralha, seu alimento, seu tempero, seu tudo. E ali nós fizemos o debate, ali nós fizemos enfrentamento, fizemos luta, e ali nós fizemos comida, e ali nós praticamos a solidariedade, e ali a gente deu vários exemplos para a Contag e para nossas federações, que hoje, as pessoas vêm e não têm – quando é uma mobilização – não têm muito esse sentimento de pertencimento, de participação, porque simplesmente entrou no ônibus e veio e aqui estava tudo pronto, feito e acabado. Então, isso eu continuo defendendo aqui, para a Contag. Economicamente também, se for olhar, é o mais viável possível. Então, eu continuo defendendo. Eu prefiro, eu gosto desse modo de envolver. De todas as pessoas se sentirem parte desde

¹⁸² Entrevista com Willian Clementino da Silva Matias concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

¹⁸³ Entrevista com Willian Clementino da Silva Matias concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

o início ao fim. A construção, a ação em si. E o mais bonito de tudo isso é o quanto a agricultura familiar, os trabalhadores rurais, os camponeses, são solidários. Isso é muito claro. Muito bonito. Muito bonito¹⁸⁴.

A importância de se estabelecer articulação com outros movimentos sociais foi apontada especialmente por Willian na entrevista que fiz com ele. Pela sua fala, foi possível perceber que houve algumas alianças questionadas internamente, o que indica não haver um consenso sobre todo e qualquer tipo de articulação com movimentos e atores afins, e que nem todas as articulações são necessariamente aceitas, embora haja um discurso comum de que as alianças sejam positivas. Um exemplo de uma articulação que não é consensual entre os dirigentes da Contag é a com a atual Contraf, que representa um outro grupo sindical, de agricultores familiares, e que disputa a base de representação com a Contag. Na avaliação de Willian, a grandeza da Confederação aparecerá, entre outras situações:

[...] quando a Contag tiver a capacidade de se articular, cada vez mais, com as outras organizações do campo e entender que, por si só, não se basta. E que, no campo brasileiro, há espaço para todos movimentos hoje, que existem. Que por mais que nós somos o movimento com maior capilaridade, no Brasil, a gente ainda não é capaz de atender aos agricultores como deveria. Então, tem espaço para todo mundo. O que é que nós precisamos trabalhar muito, enquanto Contag, nesse ambiente coletivo, unitário, dos movimentos sociais, dessa articulação, é cada vez mais tentar fazer o melhor. Isso é o bastante inclusive para o discernimento dos trabalhadores lá na base, que o movimento participa. Então, isso é uma questão muito forte.¹⁸⁵

Embora o tema da articulação entre estes atores seja debatido há algum tempo no campo de estudos sobre movimentos sociais, esse debate tem contornos diferentes em cada momento histórico e conforme cada vertente ou área disciplinar. Neste campo, provavelmente um dos assuntos de maior interesse nos dias de hoje e desde o começo dos anos 2000 é o da articulação entre movimentos sociais em escala global. Silva (2010) destacou um crescente interesse pelas conexões e inter-relações dos atores sociais nacionais com processos de organização e contestação inter ou transnacional como um dos principais temas de pesquisa sobre movimentos sociais a partir dos anos 2000¹⁸⁶.

O interesse em compreender as articulações globais entre movimentos sociais ganhou destaque na década de 2000 como parte do processo de crescimento e aumento da visibilidade

¹⁸⁴ Entrevista com Willian Clementino da Silva Matias concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

¹⁸⁵ Entrevista com Willian Clementino da Silva Matias concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

¹⁸⁶ Outros dois temas emergentes nas agendas de pesquisa a partir dos anos 2000 de acordo com Silva (2010) são: a relação entre movimentos sociais e instituições; e o tema das redes, sobretudo como forma de organização que confere maior eficácia aos movimentos sociais

das ações de atores globais nesta década. O movimento antiglobalização, iniciado ainda em 1999, é indicativo deste processo e uma série de outros movimentos com algumas características semelhantes vão lhe suceder. De acordo com Bringel e Echart (2010),

o movimento antiglobalização demonstrou uma importante capacidade de organização (criando amplas redes sociais ou celebrando encontros relevantes, entre os quais se destaca, entre outros, o Fórum Social Mundial), de mobilização (Seattle foi somente o primeiro exemplo de uma série de ações coletivas que tiveram seu momento auge em Gênova, em 2001, nas mobilizações contra a guerra do Iraque ou nos protestos contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e de incidência (em diferentes escalas, esferas e eixos de atuação) no cenário internacional (BRINGEL; ECHART, 2010, p. 29).

A experiência de Seattle, em 1999, tem sido considerada um marco da aparição pública dos movimentos antiglobalização. Porém essa periodização encontra alternativas em leituras focadas em situações regionais e a partir de uma perspectiva pós-colonial, como é o caso do trabalho de Conway e Paulos (2017), que ao analisar a genealogia da articulação de movimentos na América latina propõem a construção de uma “genealogia alternativa de mobilização por entre movimentos distintos na América Latina”, “uma genealogia alternativa de mobilização por entre movimentos distintos em escala regional”¹⁸⁷, que seria baseada em:

na mobilização regional de 1992 por povos indígenas e afrodescendentes em torno de uma comemoração de 500 anos da “descoberta” das Américas; o levante zapatista em 1994, seus encontros contra o neoliberalismo e sua vida após a morte; as guerras por água e gás na Bolívia, as revoltas indígenas e a derrubada de múltiplos regimes no Equador no final da década de 1990; a chegada ao poder de Evo Morales como o primeiro presidente indígena das Américas; a reescrita das constituições na formação de estados-nação plurinacionais e interculturais nos Andes; e a conferência de 2010 convocada por Morales sobre os Direitos da Mãe Terra em Cochabamba (CONWAY, PAULOS, 2017, p.19)¹⁸⁸.

Portanto, outras leituras são possíveis. Apesar de relevante, não é o meu objetivo prolongar mais o debate apresentado até aqui, mas apenas mencioná-lo para mostrar sua importância. A partir daqui, o foco dessa seção será tratar da ação de articulação da Contag com outros atores não estatais, sobretudo movimentos sociais. Fundamentalmente, discutirei a

¹⁸⁷ No original: “alter-genealogy of cross-movement mobilization in Latin American”, “an alter-genealogy of regional-scale cross-movement mobilization”.

¹⁸⁸ No original: “the 1992 regional mobilization by Indigenous and Afro-descendent peoples around an alternative commemoration of 500 years of the ‘discovery’ of the Americas; the Zapatista uprising in 1994, its encuentros against neoliberalism, and its ongoing afterlife; the water and gas wars in Bolivia and the Indigenous uprisings and overthrow of multiple regimes in Ecuador in the late 1990s; the coming to power of Evo Morales as the first Indigenous president of the Americas; the re-writing of constitutions in the making of plurinational and intercultural nation-states in the Andes; and the 2010 conference convened by Morales on the Rights of Mother Earth in Cochabamba”.

relação da Contag com movimentos sociais internacionais como caso emblemático para debater essa dimensão da atuação da Contag. A escolha da articulação da Contag com outros movimentos sociais não nacionais busca destacar a atuação da Confederação no plano internacional, levando a análise para além das fronteiras nacionais.

Donatella Della Porta e Sidney Tarrow (2005) destacam que a transformação na atuação dos movimentos sociais em direção a uma escala transnacional só foi possível a partir fundamentalmente de três mudanças: contextuais (o fim da Guerra Fria e a ampliação da agenda de reivindicações, o avanço dos meios de comunicação e redução dos custos de deslocamento internacional, o aumento do fluxo migratórios e o crescimento das instituições e corporações internacionais); cognitivas (espelhamento de ações e táticas praticadas ao redor do mundo); e relacionais (trabalho em conjunto praticado entre os diversos movimentos em campanhas temporárias e a construção de enquadramentos indenitários mais amplos).

É pouco estudado até hoje, por exemplo, a participação da Contag em atividades promovidas por organizações internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ou a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), ou mesmo por entidades de representação rural regional, como a Coprofam. Contudo, em uma sociedade altamente globalizada, os vínculos, trocas e relações entre movimentos sociais e atores em diferentes partes do mundo é cada vez mais comum. Inclusive porque o interlocutor dos movimentos sociais há muito tempo deixou de ser exclusivo ou majoritariamente atores nacionais. Se tradicionalmente o Estado e a política governamental nacional foram os principais alvos das reivindicações articuladas pelos movimentos sociais modernos, que, por sua vez, mantinham-se organizados basicamente dentro do espaço doméstico, esse cenário começou a mudar na segunda metade do século XX e ganhou força no último decênio do século XX. Hoje, movimentos sociais exercem ações e promovem interações de alcance internacional. Com a Contag não é diferente. De acordo com Della Porta e Tarrow (2005), as transformações culturais, sociais, geopolíticas e econômicas ocorridas ao longo da segunda metade do século XX não eliminaram o papel e importância do Estado-Nação, mas transformaram o *modus operandi* da ação política internacional, impondo aos movimentos sociais diferentes ameaças e oportunidades de organização e ação política.

Nesse contexto, o surgimento de movimentos sociais transnacionais representa, além da expressão de um novo sujeito social, também uma mudança de escala de intervenção política, observada com maior ênfase a partir dos anos 1990. Contudo, se na maior parte dos casos a Contag não chega a ser um ator transnacional, em algumas situações a Confederação se articulou com outras organizações e criou um novo ator político, que atua como um movimento

transnacional. É o caso da Coprofam. Nas páginas seguintes, procurarei tratar da atuação da Contag como um ator que se articula com outros movimentos e organizações e que atua no plano internacional, assim como sendo a Contag uma organização que é parte de uma coalizão com outros movimentos e, nesse sentido, se consubstancia como parte de uma atuação transnacional. Destas análises, procurarei extrair e refletir significados para a organização e perenidade da própria Contag. Ao fim desse tópico, pretendo responder como a relação da Contag com outros atores é atividade fundamental e que ajuda a entender a permanência da existência da Confederação e de suas práticas políticas.

3.2.1 Articulações internacionais da Contag: a participação na Coprofam

A atuação da Contag no âmbito internacional é parte da trajetória da entidade sindical. Contudo, até hoje não existe uma secretaria exclusiva de relações internacionais. O tema é parte dos atributos da vice-presidência da instituição. Também não há um consenso sobre como deve ser dirigido o trabalho da agenda internacional. As possibilidades de atuação variam conforme a direção de cada dirigente, embora existam orientações políticas no PADRSS e nos Congressos da Contag sobre como atuar. O trecho da entrevista com Alessandra Lunas, que foi vice-presidenta da Contag e cuidou do tema de relações internacionais de 2009 a 2013, aponta algumas possibilidades de condução da agenda internacional.

[...] e agenda das mulheres é uma coisa que eu sempre briguei com a direção da Contag de que agenda internacional não pode ser da secretaria, não é nem secretaria hoje, né, que a gente cuida das relações internacionais, ela não tem status de secretaria na Contag, a gente fala na prática, ainda não é isso – pode ser que se ajuste daqui pro congresso próximo – mas é, e ela não pode ser de quem assume essa área. Hoje ainda é tocado sim, a gente, eu tentei o máximo estruturar isso quando tava na direção, é, mudamos o formato de coletivo de internacional, que aí ele não é um coletivo que tem nas federações igual tem nas outras áreas – não é uma área que as federações também militam – então você, pra mim, o coletivo de internacional ele era, a gente constituiu assim, no tempo que eu coordenei, era a direção da Contag mais as regionais pelo menos, porque você tá com uma dimensão macro, né? Então cada diretor precisa cuidar que a sua pauta não vai só até a fronteira; se eu tô discutindo questão agrária, esse é um dos temas, mas eu tô discutindo a nível internacional, não dá pro Zenildo [diretor de política agrária da Contag no momento da entrevista] fazer a luta pela reforma agrária olhando o umbigo do Brasil. O Brasil, pro mundo hoje, tem um papel preponderante, você vai discutir a questão da terra com os africanos hoje, com a agricultura familiar da África, é os empresários brasileiros que estão indo hoje

explorar a África com o apoio do governo brasileiro, que é uma contradição extrema essa hoje. Então assim, eu tô pegando agrária como um exemplo [...] ¹⁸⁹.

Há registros da participação da Contag em fóruns participativos internacionais organizados por instituições internacionais pelo menos desde o começo dos anos 1970, como pode ser visto no trecho abaixo:

A ação de defesa da classe se fez nos vários escalões nacionais e também a nível internacional com a participação em 3 (três) Conferências Internacionais do Trabalho, na VIª Reunião Agrícola da OIT e na IVª Reunião do Comitê Consultivo Interamericano da Organização Internacional do Trabalho, contribuindo para aprimorar a legislação social e trazendo as boas experiências interacionais aplicáveis no Brasil (CONTAG, 1974, p. 19).

Os relatórios anuais da Contag relatam inúmeras vezes a viagem de diretores e assessores da Confederação para o exterior para participar de fóruns e reuniões com organizações internacionais, como a OIT e a FAO; para visitar experiências de outros movimentos sociais e organizações no exterior; e diálogos com Embaixadas. Mesmo antes disso, já no final dos anos 1960, representantes da Contag estavam em contato e viajaram para reuniões e atividades internacionais, como destacou o ex-presidente da Contag José Francisco da Silva na entrevista que me concedeu.

Contudo, é sobretudo a partir dos anos 1990 que a Contag constrói uma ação mais planejada e perene de atuação em âmbito internacional. Inclusive porque é nessa década que se acelera o processo de globalização e integração regional. Só para dar um exemplo, a constituição do Mercosul ocorreu em 1991. As decisões tomadas nesses espaços impactariam a vida do meio rural brasileiro, de maneira que a atenção de alguns movimentos sociais também passou a se focar nessa esfera de atuação, a internacional.

Um dos meios de atuação da Confederação no universo internacional tem sido a Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam). A Coprofam foi oficialmente criada em 1994 como um ator que reúne grupos, organizações e movimentos sociais rurais localizados nos países do bloco ¹⁹⁰ que acompanhavam com

¹⁸⁹ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

¹⁹⁰ O Mercosul (Mercado Comum do Sul) foi oficialmente instituído em 1991 com o Tratado de Assunção assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Com o passar dos anos, outros Estados aderiram ao Bloco na modalidade Países Associados: Chile (1996), Peru (2003), Colômbia (2004), Equador (2004), Guiana (2013) e Suriname (2013). Venezuela e Bolívia, que também foram Países Associados desde 1996, entraram com pedido de adesão completa ao Bloco em 2006 (Venezuela) e 2012 (Bolívia). A Venezuela formalizou sua incorporação ao bloco como País Membro em 2014. A Bolívia segue, até a presente data, com formalização pendente.

preocupação o desenrolar das negociações comerciais regionais e internacionais com potencial de incidência (direta ou indireta) no setor rural

A criação da Coprofam aconteceu na cidade de Porto Alegre e fizeram parte da conformação da Coordenadora diversas organizações regionais dos países-membros do bloco e que tinham entre si afinidades temáticas e de pauta. Atualmente, a Coprofam é formada por 12 organizações nacionais¹⁹¹, com participação de outros países do Mercosul Ampliado (Bolívia, Chile, Colômbia e Peru) que se desdobram em mais de cinco mil organizações de base (Sindicatos e Associações) que representam, aproximadamente, 35 milhões de trabalhadores rurais, agricultores familiares, camponeses e indígenas.

Com mais de 20 anos de existência, a Coordenadora vem mostrando atuação fundamental em diversas frentes voltadas para agricultura familiar, segurança e soberania alimentar e desenvolvimento rural dentro e fora da América do Sul. Uma das suas principais conquistas foi a criação, em 2004, da Rede Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF), instância institucional do Mercosul e que é reconhecida internacionalmente como modelo inovador na condução da relação Estado-Sociedade no que tange a modelos de integração participativa.

Antes de falar um pouco sobre os significados da atuação da Coprofam para a Contag vale a pena discorrer sobre as motivações para a união de várias organizações em torno da criação de uma nova organização transnacional, a Coprofam. Em primeiro lugar, a criação da Coprofam, em 1994, a partir da aliança entre organizações de pequenos agricultores localizadas no Mercosul, foi em grande parte uma resposta imediata ao processo de integração regional e os impactos das decisões políticas que poderiam ser tomadas neste contexto, especialmente no que diz respeito ao setor rural. A estratégia adotada pela Coordenadora foi demarcar uma diferenciação entre a produção agrícola familiar e o modelo de agricultura empresarial. Seus principais objetivos eram ter voz nos espaços de negociação regional e pressionar o bloco em favor da agenda da agricultura familiar para o meio rural. Contudo, a ação da Coprofam também extrapolou a esfera da ação reativa dos atores frente a uma ameaça externa.

Um argumento que ajuda a entender a mobilização por parte de movimentos distintos é o da ocorrência de situações antagônicas sistêmicas (SCHERER-WARREN, 2006, p.113).

¹⁹¹ São elas - Uruguai: Comissão Nacional de Fomento Rural (CNFR), Associação de Mulheres Rurais do Uruguai (AMRU), Associação de Colonos do Uruguai (ACU), Intergremial de Produtores de Leite (IPL); Paraguai: União Agrícola Nacional (UAN); Chile: Movimento Unitário de Camponeses e Etnias do Chile (MUCHECH), Confederação Nacional da Agricultura Familiar Campesina Voz del Campo; Bolívia: Coordenador de Integração de Organizações Econômicas Campesinas da Bolívia (CIOEC); Peru: Central Campesina do Peru (CCP); Argentina: Federação Agrária Argentina (FAA); Mesa Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares da Argentina; Brasil: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

As razões para movimentos com orientação e/ou temas distintos optarem por atuar em conjunto e as razões sobre as condições que inspiram a coalizão entre movimentos distintos provavelmente vão recair na ameaça externa comum como principal justificativa. Dessa forma, os diferentes movimentos, atores, organizações podem se articular para desenvolver ações coletivas e alcançar seus objetivos. Contudo, a atuação da Coprofam ao longo do tempo não se circunscreveu exclusivamente à atuação no Mercosul, mas adquiriu outras dimensões e significados.

Com o tempo, a Coprofam passou a atuar em outros espaços, sendo uma das vozes a representar um conjunto de organizações de agricultores familiares e camponeses do Cone Sul, conforme termo corrente hoje para indicar o grupo de representados da entidade. Só para citar alguns exemplos, a Coprofam tem atuado em espaços como o Foro Mundial Campesino do FIDA, o Conselho de Segurança Alimentar da FAO, e o Fórum Rural Mundial (WRF, na sigla em inglês para *World Rural Forum*), responsável pelo Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF 2014), consagrado pela Organização das Nações Unidas (ONU), e pela campanha em curso AIAF+10, que consiste na continuidade das ações da campanha AIAF 2014, declarada pela Assembleia Geral da ONU, promovendo e aprimorando iniciativas em favor da agricultura familiar¹⁹².

Um dos desafios da Coprofam no seu processo de constituição foi buscar uma nomenclatura que conseguisse representar e dar visibilidade às diversas identidades dos pequenos agricultores dos países do bloco que conformavam a então nova organização. Agricultores(as) familiares, camponeses(as), indígenas, povos originários? Como nomear uma categoria que possui denominações e significados diferentes conforme cada local do qual se fala? Na América Latina, o termo utilizado para se referir a sujeitos sociais no campo muda de um país para o outro em algumas situações. E, inclusive, um mesmo termo tem significados distintos em cada país. Por exemplo, se no Brasil há uma diferenciação marcada entre camponeses e indígenas, em outras realidades essa fronteira é mais tênue ou mesmo inexistente.

Com isso, por muito tempo, uma questão chave para a Coprofam foi buscar uma definição e caracterização de agricultura familiar para o grupo. Os atores começaram, portanto, a debater conjuntamente os aspectos de cada movimento na direção de se reunir em uma outra estrutura. Inicialmente, os movimentos indígenas e camponeses não foram incorporados pela definição de agricultura familiar. Com o contato constante de diferentes movimentos em torno

¹⁹² Informações disponíveis em: < <http://fidamercosur.org/claeh/claeh/not%C3%ADcias/944-coprofam,-uma-uni%C3%A3o-fundamental-para-os-agricultores-da-regi%C3%A3o>>. Acesso em: 27 Fev. 2018.

da região e a força que esses temas tiveram, foi possível ampliar a definição, além de incorporar novos debates – não discutidos inicialmente.

A solução encontrada pela Coprofam tem sido utilizar os termos “agricultur(a) familiar”, “camponês(a)”, “indígena” e povos originários, dando destaque à diversidade de sujeitos sociais no campo nos diferentes países. Esse processo é importante para a constituição e manutenção da articulação do grupo, para a construção de acordos e para o desenvolvimento da habilidade de estabelecer compromissos diante da diferença, fundamental no processo de participação em ambientes de coexistência de atores diferenciados¹⁹³.

O mesmo pode ser dito em relação aos debates sobre gênero, que somente foram incluídos nos documentos oficiais da Coprofam após os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais terem se engajado na Coordenadora¹⁹⁴. Em uma entrevista na qual reflete sobre os desafios da atuação política em âmbito internacional quando se representa um conjunto de organizações de diferentes países, Alessandra Lunas, dirigente da Coprofam e da Contag no momento da entrevista declarou:

[...] e aí se mistura em muitas organizações, é algo muito interessante, que a maioria das organizações da América Latina se misturam com a pauta dos indígenas, né? Coisa que no Brasil nós não temos mais, se for mexer nos anais da Contag aí, você vai olhar coisa do indígena muito longe, né, faz tempo que esse umbigo desmedou, né? [...] As demandas são muito próximas, mas não se atuam juntas, isso é fato hoje, né? Então... e já na América Latina não, você vai pra outras organizações, os indígenas são a agricultura familiar. A agricultura familiar dos outros países são os indígenas, então algo que aproxima de outras agendas com experiência muito importante nesse sentido e também nos outros continentes, né?”¹⁹⁵.

Portanto, a opção política da Coprofam para lidar com as diferenças foi buscar construir a unidade em torno de termos e temas que aglutinassem os diferentes atores sociais e suas experiências. O processo de construção da unidade em torno de determinados aspectos e superação das diferenças é condição fundamental para a coexistência e articulação de movimentos sociais, reforçando o que une os movimentos que compõe a articulação. Esse processo de construção de identidade se dá também em relação de alteridade. No caso da Coprofam, na demarcação da oposição que esse ator social fez a outro: o agronegócio.

¹⁹³ Um processo semelhante foi vivido pela Marcha das Margaridas. Inicialmente autodenominadas trabalhadoras rurais, ao longo do tempo a comissão organizadora da ação mudou os termos utilizados para agregar novas categorias na representação da ação. Atualmente, fala-se em povos do campo, das águas e das florestas. Voltarei a falar disso no quinto capítulo, dedicado à Marcha.

¹⁹⁴ A Contag passou por processo similar.

¹⁹⁵ Entrevista com Alessandra Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 26 de outubro de 2015

Embora a força da Coprofam tenha se constituído sobretudo por meio da sua atuação no âmbito do Mercosul, nos últimos anos a Coordenadora ganhou um protagonismo maior. Atualmente, a atuação da Coprofam ultrapassa as fronteiras do bloco e busca incidir na agenda de outros espaços multilaterais e organismos e entidade nacionais e internacionais. A título de exemplo, vale a pena mencionar a atuação da Coprofam junto à FAO no contexto do Ano Internacional da Agricultura Familiar, em 2014¹⁹⁶. Com o respaldo de reunir doze organizações rurais de oito países e ser uma organização protagonista na REAF, que inclusive serviu de exemplo para outros atores construir seus próprios espaços públicos participativos, a Coprofam ganhou o respeito e espaço nos debates sobre agricultura familiar em várias arenas internacionais e multilaterais.

A Coprofam atua, portanto, dentro e fora do espaço regional pautando a sua visão política sobre agricultura familiar. Deve-se entender a ampliação da atuação da Coprofam em outros espaços participativos no contexto de uma maior abertura política para esse tipo de prática em várias instituições, sobretudo no espaço regional do Mercosul, como apontou Nierdele (2016).

Um aspecto que amplia a possibilidade de defesa da pauta da agricultura familiar em espaços internacionais é o multiengajamento dos dirigentes da Coprofam. Como todos eles são militantes das entidades que representam em âmbito nacional, algumas vezes eles puderam ampliar a sua capacidade de participação em espaços internacionais, seja como representante da organização de âmbito regional ou nacional.

Com isso, a Coprofam tem buscado propagar a sua compreensão sobre agricultura familiar e de um outro projeto político para o desenvolvimento rural em espaços importantes de debate sobre o tema no mundo, como é o caso da FAO. A proposta em prol de uma abordagem distinta para uma agricultura de menor escala, como é desenvolvida nos países da região, e que se correlaciona com o debate em torno de segurança e soberania alimentar tem grande peso na atualidade e esta agenda tem servido de parâmetro para recomendações de ações para o meio rural em arenas internacionais, além de servir como referência para o desenvolvimento de políticas públicas para a agricultura familiar em outras partes do mundo¹⁹⁷.

A troca de experiência não ocorre só entre a Coprofam e outros atores, mas também entre as organizações que compõe a própria Coordenadora. Exemplo disso são os intercâmbios

¹⁹⁶ Ver: <http://www.fao.org/partnerships/container/news-article/es/c/214597/>. Acesso em 16 março 2017.

¹⁹⁷ Para mais detalhes sobre o processo de internacionalização da agenda da agricultura familiar e o papel dos movimentos sociais, ver Luiz (2018).

de conhecimentos sobre políticas públicas que têm acontecido por ocasião dos encontros da REAF. Nas palavras de William, dirigente da Contag e da Coprofam no momento da entrevista:

E nós estamos conseguindo, no ambiente do nosso projeto alternativo, no que reza a solidariedade internacional, estamos conseguindo influenciar no espaço da REAF para que as políticas públicas brasileiras se tornem políticas públicas para os outros países. Para a agricultura familiar. É claro que a gente tem aprendido bastante e muitas coisas nós vamos precisar nos ajustar porque já andaram melhor do que nós. Por exemplo, nós estamos fazendo um processo de convencimento dos governos, do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, do PNAE, compras públicas, que é dado o número de compras públicas. E isso está começando a ter um efeito superinteressante nos países. Os países, conhecendo a experiência, já começando a adotar algumas coisas¹⁹⁸.

O movimento de influência entre as experiências dos países é recíproco. De acordo com o mesmo entrevistado:

Bom, em quê alguns países avançaram mais do que o Brasil? Por exemplo, na certificação dos produtos da agricultura familiar. A lei sanitária da Argentina é a melhor lei, pelo que já ouvi falar, do Mercosul. Então, agora, nós estamos forçando a Anvisa a entrar com debate conosco, para ver se a Anvisa absorve um pouco da lei argentina. A lei de terras, da Bolívia: o reconhecimento dos territórios, das comunidades, é muito interessante. Isso é um espaço de troca e um espaço de construção de coisas em comum¹⁹⁹.

O caso destacado mostra que, se a articulação entre movimentos sociais em torno da Coprofam tinha por objetivo inicial incidir no debate sobre agricultura no Mercosul, os efeitos para os atores que compõe a Coordenadora são bem mais amplos. Também, a articulação entre as entidades que compõem a Coprofam e entre a Coordenadora e outros movimentos e instituições internacionais mostra que é importante entender as articulações de forma contextualizada, pois variam conforme o cenário político e social. As articulações são, portanto, contextuais, e podem ser feitas, refeitas e desfeitas conforme cada momento. As articulações entre movimentos é, por isso, um processo histórico. Mas que gera efeitos e aprendizados na trajetória dos movimentos sociais e dos seus dirigentes e militantes.

Mas como essa experiência contribui para a reprodução social dos movimentos sociais? As relações sociais com outros atores é parte importante do processo de aprendizagem, formação e perenidade dos movimentos sociais. Pode-se dizer também que a articulação reforça os laços de solidariedade e troca de experiências entre os movimentos. E são esses aspectos que

¹⁹⁸ Entrevista com Willian Clementino da Silva Matias concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

¹⁹⁹ Entrevista com Willian Clementino da Silva Matias concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

destacarei aqui como importantes contribuições geradas na relação com outros atores não-estatais para a reprodução social da Contag. E isso tem efeitos diretos na vida de todas as organizações que a compõe, como a Contag, dotando-a de um acúmulo político sobre temas, meios de atuar, e possibilidades de ação conjunta entre outros fatores. Nesse processo, a Contag vai se constituindo e se reconstituindo cotidianamente.

Seguindo a pista dada por Melucci (2011) de que as dimensões individuais e a experiência subjetiva dos atores sociais são elementos fundamentais na reflexão e análise sobre a vida social, resalto aqui os desafios e aprendizados vivenciados por alguns dirigentes da Contag na medida em que se expuseram ao contato com outros movimentos e atores. Nesse caso, falarei mais especificamente da experiência de relação com atores internacionais. Em outras palavras, analisarei os aspectos individuais e subjetivos da experiência de militantes que atuam em espaços transnacionais a partir do caso dos dirigentes da Contag que acumulam a função de dirigentes da Coprofam, fato que impõe desafios diferentes daqueles vivenciados por militantes que circunscrevem sua atuação política a espaços nacionais e que correspondem com os locais onde nasceram ou viveram a maior parte das suas vidas. Vale destacar que a experiência de atuação em espaços transnacionais é ao mesmo tempo uma experiência subjetiva dos militantes e uma experiência social para a instituição que eles representam.

A importância em considerar essa dimensão tem a ver com o fato de analisar o processo político não apenas considerando os aspectos coletivos e objetivos da prática militante, mas buscando analisar a dimensão subjetiva como parte importante da atuação política, aspecto que deve ser considerado nos estudos sobre movimentos sociais para que se tenha uma compreensão mais ampla desse fenômeno.

Para tratar desse tema, destaco a seguir o trecho de uma entrevista com a então dirigente da Contag e Coprofam durante a realização da entrevista, Alessandra Lunas. Neste trecho, a entrevistada destaca alguns elementos interessantes sobre a sua experiência de atuação em espaços transnacionais como uma militante que atua em nome de uma articulação de movimentos sociais.

Então, a Internacional foi, diríamos, senhor novo aprendizado, né? Acho que se, isso de maneira muito gradativa, pensando, você vem da direção de uma federação, eu tinha uma visão de mundo muito ali em torno Rondônia, o sindicato, depois com a federação, né? E até pela minha idade, né, você vai, a gente não aprende na universidade isso, né? Até porque faculdade mesmo eu fui fazer depois de entrar na Contag em Brasília, fazia em Rondônia, vim concluir aqui depois, e a gente, essa, ir pra Internacional foi, diria assim, uma das maiores contribuições que o movimento sindical pode dar para minha vida pessoal, inclusive, de militância, que é ter uma ideia disso que nos unifica na luta enquanto agricultura familiar, enquanto trabalhadores rurais, é, no mundo inteiro, né? Onde é que a gente se encontra nisso, como é que as

lutas se unificam, né? [...] eu assumi a Internacional e ganhei de presente a presidência da Coprafam, então para mim foi outro desafio, muito grande, porque aí você tem o limite da língua, né, além dos limites de conhecer essa demanda pra além, né? Mas, lógico, aí eu já vinha com uma visão de mundo mais da Contag, mais a nível nacional, então, é, raras vezes tinha saído do país, até porque a gente estando em outras áreas esse negócio era mais difícil de você estar nessa agenda de debate mais ampla. Então, pela Internacional, eu assumi a Coprofam e aí não era só contribuir numa agenda, ver como é que levava a pauta da Contag, era coordenar, pelo menos pra América Latina, através da Coprofam, a demanda da agricultura familiar nos espaços de negociação, nos espaços de construção, então foi um outro olhar e a própria projeção da Coprofam pro mundo, né? Porque é a Contag filiada à Coprofam e a Coprofam ocupa muitos espaços no âmbito internacional nesse olhar da representação da agricultura familiar e a única organização, a maior organização de agricultura familiar na América Latina, não comparando com a Via Campesina que é uma demanda, uma articulação internacional, ela é a maior representação da América Latina. Então você não falava mais só pelos sete países, você falava como um desafio então, conhecer essa demanda, né, aprofundar²⁰⁰.

Um primeiro elemento que destaco no depoimento acima é o desafio apontado pela entrevistada para tratar das problemáticas da categoria que ela representa em um nível mais amplo, não mais circunscrito à sua localidade ou ao Estado-Nação. Se em muitos casos tratar de determinadas questões é um desafio para um movimento de base nacional, especialmente aqueles de países extensos e com múltiplas e diversificadas características regionais, como o Brasil, conformar uma agenda, ter acordos, estabelecer linhas de atuação, quando essa atuação se volta para a representação de um bloco de países, o desafio do militante é ainda maior. Mais especificamente, a entrevistada destacou que para a sua atuação política em espaços transnacionais foi necessário desenvolver sua capacidade de compreensão da problemática da agricultura familiar não só mais em âmbito doméstico, mas também em como a problemática devia ser tratada de modo a beneficiar os agricultores familiares de todo o bloco. Sobre esse desafio, essa dirigente sindical disse:

E aí tive também participando até agora do Conselho Mundial de Segurança Alimentar, então foi toda uma experiência no sentido de conhecer a demanda, da gente aí ver, né, como é que a Contag, né, o que a gente faz lá na base, no dia a dia, né, como que as experiências de fortalecimento lá do PAA, do PNAE, tá contribuindo na soberania alimentar, no fortalecimento da agricultura familiar, com uma estratégia maior de defesa do papel da agricultura familiar no papel da soberania alimentar mundial. Então, acho que estar nesse lugar foi o que dá um pouco esse caminho talvez para encontrar da luta que a gente fazia lá, né, pelo reconhecimento da merenda escolar, não sei o quê, mas era a briga por uma merenda que não chegava de qualidade, mas não com essa visão de que ela era uma estratégia mundial, né? Então acho que cada lugar que você vai estando, vai te dando uma outra dimensão de mundo, e aí, de fato, a Internacional, outra dimensão de mundo, literalmente, de conhecer as demandas desses outros agricultores, porque ter que se empoderar pra falar em nome deles se não você também vai falar como, né?²⁰¹.

²⁰⁰ Entrevista com Alessandra Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 26 de outubro de 2015

²⁰¹ Entrevista com Alessandra Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 26 de outubro de 2015

Por outro lado, viver essa experiência traz ganhos pessoais para a militante e para a entidade representada, abrindo novas possibilidades de articulação, reflexão e difusão de meios de ação e de fazer política.

Um segundo aspecto apontado pela dirigente da Contag/Coprofam na atuação em espaços internacionais trata da necessidade de falar um outro idioma. No Brasil, tendo o português como língua materna, muitos dirigentes não tiveram a oportunidade de estudar outra língua. Por isso, para atuar no espaço regional, foi necessário pelo menos aprender a se comunicar em espanhol.

A inserção da Coprofam em outros espaços internacionais para além da região fez com quem os dirigentes vivenciassem situações em que foi necessário buscar meios de se comunicar em inglês, o que gerou grande dificuldade para alguns deles. Sobre este aspecto, Alessandra Lunas relatou: “Então, um senhor desafio de vida aí, ter que aprender outra língua, outra coisa, pelo menos meu portunhol me viro pelo resto do mundo... não consegui vencer a minha barreira de aprender inglês”²⁰². Ainda sobre esse tema, a dirigente narrou:

[...] e teve minha assessora na área internacional, na época. Margarita até dizia assim ‘mas tu tem que aprender, porque eu aprendi a falar inglês porque eu tinha que aprender a falar a língua do povo dos Estados Unidos pra poder enfrentar eles, né?’. ‘Não, Margarita, hoje não mais, não preciso disso, espanhol é língua oficial no mundo, qualquer lugar que eu for o povo também vai falar espanhol’, aí brincava com ela, né? Mas enfim, também era muito desafio ao mesmo tempo, né, você entrar pra uma agenda que você não dominava, você tem que se mergulhar nela, tem que aprender outra língua, duas línguas aí não dá, né?’²⁰³.

Como entender a atuação de um militante em um espaço transnacional sem se considerar sua experiência individual e subjetiva permeada por gramáticas emocionais como preocupações, medos, limites, anseios? Esses aspectos não seriam importantes para analisar de uma forma mais ampla as potencialidades, limites e desafios para a articulação entre movimentos sociais? Não seriam igualmente relevantes para refletir sobre o desempenho e os resultados tipicos pelos movimentos sociais na articulação com outros movimentos sociais ou mesmo na representação de movimentos sociais em espaços formais de debate internacionais como os citados ao longo deste artigo – REAF, Comissões da ONU etc.? Ainda, são questões fundamentais para a perenidade dos movimentos sociais em um contexto fortemente globalizado. Até que ponto é necessário se articular e participar de coalizões internacionais ou

²⁰² Entrevista com Alessandra Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 26 de outubro de 2015

²⁰³ Entrevista com Alessandra Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 26 de outubro de 2015

nacionais para se reproduzir? Considerando que muitas das decisões políticas que afetam a vida dos trabalhadores(as) podem vir de espaços internacionais, não é importante que a Contag se coloque nessas arenas? Considerando que as respostas para essas perguntas são positivas, a participação da Contag na Coprofam e, portanto, sua articulação com outros atores, é aspecto central para sua existência competitiva na representação dos trabalhadores rurais.

É importante considerar esses aspectos nas análises das ciências sociais sobre a atuação de movimentos sociais não só para entender os efeitos dessa articulação para a vida dos militantes, mas também as reflexões dessa experiência na vida da instituição que eles representam. Em trabalho no qual analisa a atuação transnacional da Contag e do MPA,

A pesquisa de campo indicou, com bastante ênfase, que o “modo sindical” de reunir coisas transnacionalmente foi e ainda é importante para a construção de articulações internacionais pela Contag, não podendo, portanto, ser deixado de lado na análise sobre a Confederação brasileira. As transformações nos modos de agir e de reunir elementos produzidas pela Contag indicam também interessante capacidade de reformular-se (reformulando as associações que a constituem) e de construir novas alianças políticas ao longo do tempo (CARVALHO, 2018, p. 15).

Para a Contag, a participação na Coprofam significou um processo de aprendizagem e troca de experiências profundas com atores diversos, de movimentos sociais, da sociedade civil, multilaterais e estatais. Essa experiência ampliou não só o conhecimento acumulado pela instituição em vários temas, como a ajudou a desenvolver habilidades de atuação em espaços diversos, assim como a projetou como um ator relevante no cenário internacional. Com isso, destaco que a experiência de articulação com outras organizações não estatais vivenciadas pela Contag no âmbito da Coprofam foi e é central para a reprodução social da Contag por lhe permitir trocar experiências, aprendizagem e planejar ações conjuntas com outros atores, o que dota à Contag de novos saberes e de capacidade de inserção em outros espaços. Vale mencionar que a articulação com outros atores não é apenas uma ação de reprodução social. É também em parte uma ação coletiva em si. Como já destaquei, um não existe sem o outro. A separação feita aqui tem fins apenas analíticos. No capítulo seguinte, dedicado ao estudo das ações coletivas da Contag, o tema da reprodução social não vai desaparecer. Afinal, elas são partes constitutivas de um todo, que é a atuação dos movimentos sociais.

4 FORMAS DE AÇÃO COLETIVA

Acho que nesses anos a Contag construiu alguns mecanismos de mobilização que estão nos deixando consolidados: Festival, Marcha e o Grito da Terra são três eventos de mobilização de massa que é uma referência na sociedade, referência nas diversas organizações sociais do campo, nas centrais sindicais, nos próprios partidos políticos. Quer dizer, já entrou no calendário da luta, né, dos movimentos sociais brasileiros²⁰⁴.

Há uma certa perspectiva difundida em parte do meio acadêmico e social que qualifica a atuação política do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais como não combativa, pelega, domesticada. Essa qualificação sobre a atuação do MSTTR é particularmente forte quando se fala sobre a atuação do movimento durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), mas não se limita a esse período. Como exemplo, no trecho a seguir, Favaretto revela uma visão que qualifica a ação política da MSTTR no período da ditadura como uma ação com “relativa domesticação”, uma prática sindical que em muitos casos se resumia ao “assistencialismo” e considerou que houve “certa acomodação” de boa parte dos sindicatos que se constituíam.

A unicidade sindical e a instituição do imposto sindical compulsório permitiram, a um só tempo, um impulso e uma limitação à constituição do sindicalismo rural brasileiro do período. A unicidade sindical instituiu a obrigatoriedade de representação do conjunto de segmentos do campo em um único sindicato, de base municipal. Esse sindicato único é que viria a deter o monopólio de representação dos agricultores e trabalhadores rurais. Além do aspecto institucional, a concorrência com outras forças pela direção da organização e das lutas reforçava um discurso ainda mais corporativista, que servia também de proteção à disputa e à preservação de um sistema de lealdade inerente a regras internas de formação e reprodução de lideranças (Ricci, 1999). Já a cobrança do imposto sindical instituiu um mecanismo permanente de sustentação, cujo caráter compulsório contribuiu decisivamente para uma certa acomodação de boa parcela dos sindicatos que então se constituíam. O Funrural completou aquela tríade institucional ao permitir que as entidades de representação celebrassem convênios para a prestação de assistência médica e de saúde, contribuindo fortemente para a ampliação do número de sindicatos e, mais que isso, para moldar uma prática sindical que, em muitos casos, se resumia ao assistencialismo. A luta por direitos e o que ela representou para tornar públicos os conflitos agrários e para a continuidade das lutas no pós-golpe, a visibilidade da luta pela reforma agrária e a capilaridade da estrutura sindical de representação dos trabalhadores rurais brasileiros foram ganhos que tiveram como contrapartida uma relativa domesticação da ação sindical e um fechamento de sua organização em relação a outras forças, temas e problemas do país naquele período (FAVARETTO, 2006, p. 31, grifo meu).

²⁰⁴ Entrevista com Aristides Veras dos Santos concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 27 de outubro de 2015.

Essa visão é baseada numa percepção sobre a atuação política da Contag que analisa a ação política a partir de uma projeção sobre como deve ser a atuação política de um movimento social, a partir da atribuição de um projeto político ao ator que lhe atribui um papel histórico anterior à experiência social. Nesse trabalho, procuro entender a ação política da Contag considerando principalmente a atuação dos atores no tempo em que viveram, considerando suas perspectivas sobre as ações. Adotar essa perspectiva significou entender a ação coletiva da Contag abandonando pré-concepções sobre como deveria ser sua ação e entendendo a ação vivida a partir do ponto de vista de quem as viveu. Esse será o fio condutor que vai orientar a análise sobre a ação coletiva da Contag por cinco décadas a partir dos estudos de alguns casos nas páginas seguintes.

Ao longo desse capítulo tratarei de três casos de ações coletivas da Contag: 1) Ação com base na legislação (anos 1960-1970); 2) Campanhas Salariais (1978-anos 1980), principalmente a de Pernambuco; e 3) Grito da Terra Brasil (1994-2015). Os critérios que orientaram a seleção dos casos emblemáticos foram: 1) Situações consideradas pelos entrevistados e identificados nos documentos entre as mais relevantes para a história da Contag e sobre as quais eu tinha dados de pesquisa; 2) situações que ilustrassem a variedade das formas de ação descritas na tipologia das formas de ação coletiva²⁰⁵; 3) ações que foram desenvolvidas em diferentes períodos da trajetória da Contag, para mostrar como a Contag atuou em cada momento e como se relacionou com o Estado em cada figuração estabelecida ao longo de cerca de 50 anos.

Dessa forma, a ação com base na legislação predominou ao longo das décadas de 1960 e 1970 inteiras como um dos principais meios pelos quais a Contag demandava políticas e direitos ao Estado brasileiro. Era um momento de restrições de liberdades democráticas devido à ditadura imposta e o espaço para negociação e diálogo era restrito. Com a mudança do contexto político e distensão do regime, a Contag passou a se orientar para ações coletivas de massa, conforme resolução do 3º CNTR, em 1979. Nesse momento, as Campanhas Salariais do Nordeste tiveram extrema relevância no escopo de atuação da Confederação, sendo a mais conhecida delas a de Pernambuco, ocorrida em 1979 e nos anos subsequentes. Nesse caso, a Contag descreveu sua ação não mais como um pedido, mas como uma exigência. O encaminhamento do processo administrativo, comum no período anterior, deu lugar às reuniões, mobilizações e greves de trabalhadores, acompanhadas de negociações sobre os direitos dos assalariados com usineiros e fazendeiros, sob a mediação de agentes do Estado,

²⁰⁵ As formas de ação coletiva compreendem três tipos: ação dirigida à sociedade; ação dirigida ao Estado; e ação dirigida à sociedade e ao Estado. Ver anexo 1.

sobretudo representantes do Ministério do Trabalho, em um contexto de abertura política, de transição do regime ditatorial para um sistema democrático.

Finalmente, o terceiro e último caso tratado aqui diz respeito às ações que ficaram conhecidas como Grito da Terra Brasil. A primeira delas foi realizada em 1994 e sua repetição nos anos seguintes a tornou umas das ações principais marcas da Contag. Em linhas gerais, o Grito consistia em realizar uma ação coletiva de massas somada a uma ação de negociação com representantes do Estado brasileiro. O objetivo era demandar políticas públicas e direitos para aquele que veio a se tornar o principal ator político de representação da Contag ao longo dos anos 1990 e até hoje: o(a) agricultor(a) familiar. Ao acompanhar um processo de mobilização por 21 anos, pretendo destacar continuidades e rupturas em relação aos modos de atuar e motivações da atuação conforme os atores em cena, da Contag e representantes do Estado, ao longo do tempo. O Grito foi feito sob diferentes governos e contextos e por isso é um caso interessante de comparação de como uma ação coletiva se constitui e se desenvolve ao longo do tempo.

Muitos outros casos de ação coletiva poderiam ser escolhidos para compor esse capítulo: ações contra instalação de barragens, luta pelas Diretas Já, participação na Constituinte de 1987, luta pela implementação da previdência social rural reconhecida na Constituição de 1988, ocupações de terra, participação em Conselhos e Grupos de Trabalho entre tantos outros. Destaco isso para que o leitor não tenha a impressão de que a maneira de atuar da Contag seguiu o padrão dos casos analisados como um modelo de sucessão linear. As maneiras de atuar da Confederação não são homogêneas nem tampouco seguem padrões fixos, mas mudam e se conformam a partir de vários fatores, como atores em cena e o contexto, como ressaltéi na discussão sobre a abordagem de estudos sobre ação coletiva, no primeiro capítulo. Por outro lado, é igualmente verdade que há padrões que são hegemônicos em determinados períodos e os casos selecionados mostram isso. Afinal, em um contexto democrático como foi o dos anos 1990 e 2000, por exemplo, não foi comum o envio de pedidos tão cautelosos por via administrativa, ao contrário do que aconteceu nos anos 1970. Da mesma forma, era improvável que houvesse uma greve em fins dos anos 1960 e, principalmente, na primeira metade da década de 1970, embora tenha havido exceções²⁰⁶.

Ainda, embora o foco central do capítulo seja a análise de alguns casos relevantes de ação coletiva da Contag, eventualmente, sempre que possível e houver dados a respeito,

²⁰⁶ Como as greves de Contagem e Osasco, São Paulo, em 1968.

mencionarei o tema da ação reprodutiva, pois são partes indissociáveis. A separação e escolha dos casos e abordagem têm finalidade estritamente analítica.

4.1 Ação com base na legislação

A atuação da Contag durante a ditadura foi interpretada por muitos acadêmicos e por setores sociais como uma entidade “desmobilizada”, “pelega”, “legalista”, adjetivos que em geral procuravam descrever a percepção dos atores de que a Contag não defendia os interesses dos trabalhadores rurais. Essa visão foi e ainda é em grande medida uma marca atribuída à Confederação e representa uma visão exterior a esta, que desconhece os meios de atuação desenvolvidos ou que não consegue enxergá-los por igualar a ação coletiva à ação agnóstica. Com isso, ignora processos de lutas travadas pela Confederação em seu cotidiano. José Gonçalves, ex-assessor da Contag, comenta essa visão: “Com o golpe de 64, chegaram à conclusão, ou tentavam passar essa conclusão, que não tinha mais nada. Mas não! A gente resistiu, cara. Com o golpe, a gente continuou abrindo sindicato...”²⁰⁷.

Ao se debruçar na análise dos processos e dinâmicas sociais em jogo na Confederação durante aquele período, é possível entender melhor a lógica de atuação da entidade sindical a partir do ponto de vista dos seus protagonistas, compreendendo as estratégias e significados das suas ações. Ivaneck Perez Alves, assessor da Contag desde o começo dos anos 1990, analisa essa situação. Ivaneck fala do ponto de vista de quem via a ação da Contag como “pelega”, mas que mudou sua maneira de ver após conhecer melhor o trabalho desenvolvido pela Contag no período da ditadura.

Você tinha limitações sérias na atuação da Contag. A Contag era uma entidade reconhecida. Já tinha sofrido intervenção, sofreram para se livrar da intervenção. Então, eles tinham muito cuidado na atuação deles, para não dar margem a nenhum tipo de intervenção. Mas quando você vai ver realmente a história da Contag, você vê que a Contag, do jeito dela, fez todas as lutas. Praticamente, não existe, na década de 80, não existia uma liderança – liderança de trabalhador rural, no Brasil – que não tivesse sido formada em algum curso da Contag. Militando em outras organizações e tudo, mas todos com a formação política da Contag. Só que para fora, o que é que a Contag dizia que estava fazendo? Que estava formando as lideranças no Estatuto do Trabalhador Rural. Estava preparando os trabalhadores para reivindicarem os direitos que estavam no Estatuto do Trabalhador Rural e no Estatuto da Terra. Como o pessoal da CPT e de outras organizações mais avançadas politicamente entendiam que o Estatuto da Terra era uma coisa limitadora, era uma legislação da ditadura, contra os

²⁰⁷ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

trabalhadores, eles entendiam que essa defesa que a Contag fazia do Estatuto da Terra, que os cursos que a Contag fazia, de divulgação do Estatuto da Terra, era algo pelego, de direita, etc. Mas quando você vem para dentro e vê o que é que eram realmente esses cursos, o viés em que eram feitos esses cursos, aí, você percebe que não é assim. Era limitado? Era limitado. Porque para vender o peixe, eles tinham que passar a ideia de que era o Estatuto da Terra. Mas não era só Estatuto da Terra que eles estavam discutindo e fazendo. Então, eles faziam aqui, curso de direitos trabalhistas. Mas foram desses cursos que surgiram as lideranças que comandavam os processos da criação da negociação coletiva no campo, que não existia. Então, a partir desses cursos, eles traziam gente da ONU – de fora. E tudo – e, em tese, quem passava fora, era curso de direito trabalhista, mas estava preparando todo o processo de negociação – entende? –, de mobilização, para greve e tudo, para formar, para você poder forçar a negociação coletiva. [...] Então, só para ver que a coisa não é assim tão preto e branco, como a gente – e eu mesmo – acreditava na época²⁰⁸.

Em outro trecho, Ivaneck conclui:

Então, para mim, a Contag era pelega. Zé Francisco era pelego. Depois, você percebe que Zé Francisco tinha uma cautela que beirava a covardia, entende? Mas os passos que ele podia dar? Ele dava, e sempre deu. Tanto é que a Contag, com toda essa peleguise dela, participou do processo de anistia, de luta pela anistia, luta em defesa da Amazônia, entende? Comandou... a maior parte das ocupações que ocorreram no Brasil – no campo – foram comandadas por lideranças formadas pela Contag. Comandou os processos de greve, de mobilização, no Nordeste. Então, quando você vê, o que é que aconteceu?²⁰⁹.

Um trecho da entrevista com Josefa Reis, ex-assessora da Contag, ajuda a cotejar a concepção de que não houve lutas no campo nos anos 1960 e 1970: “Isso precisa ser resgatado. As lutas que aconteciam na época. Não eram greves, não eram manifestações de rua, porque isso só no período democrático, de luta pela redemocratização que começaram as lutas massivas mesmo”²¹⁰. Portanto, para entender a ação coletiva da Contag naquele período é necessária uma concepção que compreenda a de ação coletiva para além dos fenômenos de lutas de massa. Na sequência da entrevista eu pergunto quais lutas eram desenvolvidas naquele momento e ela responde:

[...] as ações plúrimas na área assalariada. A resistência na posse da terra. O pessoal se agrupava ali. Não existia a luta coletiva que eu digo era do Estado todinho ir para a porta do Ministério. Fazer o Grito da Terra. Mas o pessoal se agrupar e se solidarizar lá localmente, e nas vizinhanças, isso havia e houve muito. Por isso que houve muita violência, muito assassinato de dirigente, de advogados, de trabalhadores... [...] Política agrícola o pessoal do Sul tinha mais a vanguarda disso: a luta por preço, a luta por crédito, preço mínimo, crédito, era mais por aí a luta dos pequenos agricultores. E a luta de organização sindical mesmo. Que era a luta para você poder entrar nos

²⁰⁸ Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

²⁰⁹ Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

²¹⁰ Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

engenhos, entrar nas fazendas, então tinha toda uma organização para isso, para trazer o pessoal para o sindicato. [...] A previdência... [...].²¹¹

Uma inspiração para pensar nas formas alternativas de ação política foi encontrada no trabalho de Thompson (1998), que tem como objetos a cultura política, as expectativas, as tradições e até as superstições dos trabalhadores que com mais frequência se envolviam em ações no mercado²¹². Além disso, Thompson buscava entender as relações, ou, às vezes, as negociações, entre a multidão e os governantes, denominadas pelo autor, segundo ele, de forma insatisfatória, como “motins”. Thompson mostra “como, em tempos de preços elevados e de penúria, a multidão podia, com uma vigorosa ação direta, impor ao mercado um controle protetor e a regulação dos preços, reivindicando às vezes uma legitimidade derivada do modelo paternalista” (THOMPSON, 1998, p. 204). Esse autor aponta que há diversas formas de ação coletiva alternativas à rebelião, comumente identificada como a mais óbvia. Entre elas, enumera: “petições em massa junto às autoridades, jejum, sacrifícios e orações, inspeções até as casas dos ricos ou migração de aldeias inteiras” (THOMPSON, 1998, p. 206).

É com o olhar atento para pensar na maneira como as ações coletivas da Contag se desenvolveram no período da ditadura que identifiquei como principal linha de atuação da Confederação naquele período a luta com base na legislação. Essa maneira de conduzir a ação da Contag foi predominante a partir de 1968, quando José Francisco da Silva assumiu a presidência da Contag no lugar de José Rotta, que ficou à frente da Confederação após o golpe de 1964, quando houve intervenção em entidades da estrutura sindical de várias categorias. Dado o contexto político da época, marcado por restrições à liberdade de atuação dos movimentos sociais, a nova direção da Contag buscou imprimir uma linha de atuação possível em meio aos constrangimentos do momento. A ideia básica era manter a Contag e as demais instâncias do MSTTR em funcionamento, atuando nas brechas possíveis. Dessa forma, entre 1968 e 1979, a forma de ação hegemônica na linha de atuação da Contag foi a luta com base na legislação. De acordo com Francisco Urbano de Araújo Filho, dirigente da Contag na época da ditadura e posteriormente presidente da Confederação nos anos 1990, essa linha de atuação foi traçada no “Seminário de Integração dos Programas da Contag, Delegacias da Contag, Federações”, em 1968, conhecido pelos dirigentes sindicais como Encontro de Petrópolis. De acordo com o ex-dirigente sindical, nesse seminário foi elaborado o Programa de Integração Nacional, que “[...] definiu toda uma estratégia de como você trabalhar e fortalecer, assim “use

²¹¹ Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

²¹² O estudo de Thompson engloba o século XVIII na Inglaterra.

a lei”, pra poder fazer as reuniões. O que a gente discutia lá não tava escrito. Porque ia ser preso se escrevesse”²¹³. O que a Contag fez foi ler as suas lutas na linguagem dos direitos, passando a pautar suas ações pela demanda do cumprimento da lei. Nas palavras de Medeiros,

a Confederação procurou consolidar a representação política desse amplo conjunto de modos de inserção no mundo do trabalho utilizando a linguagem dos direitos inscritos na lei para demandar ao governo tanto reforma agrária, por meio da aplicação do Estatuto da Terra, como cumprimento da legislação trabalhista, prevista no Estatuto do Trabalhador Rural, num contexto adverso de forte repressão às lutas ainda emergentes e às organizações que procuravam mantê-las vivas (MEDEIROS, 2014a, p. 252).

A luta com base na legislação foi entendida pela Contag como a luta possível para a entidade permanecer funcionando e operando na defesa dos trabalhadores no final dos anos 1960 e 1970. A dimensão da negociação e da luta com base na legislação foi aspecto central na condução da ação coletiva da Contag durante a ditadura. Josefa Reis falou sobre isso em sua entrevista:

Até aí como a gente não tinha muita perna para greve, para ocupação aqui e ali e tal, ainda se buscou o caminho da justiça, do judiciário, com a legislação que se tinha, porque os fazendeiros e os senhores de engenho, usineiros, parece que foram os que deram o golpe. O processo estava todo a favor deles, polícia controlada por eles, militares controlados ou eles controlados por militares. O fato é que eles foram os donos da bola. Isso durante esse período não era fácil. Então qual era o instrumento que a gente tinha para trabalhar? Pelo menos a legislação que não estava sendo respeitada. Se falou, por exemplo, do assalariado. 13º mês não pagavam. Férias não pagavam. A tabela de tarefas²¹⁴ foi para as cucuias. Esses projetos grandes como Sudene era para atender os grandes. Não tinha projeto de sociedade para os pequenos [...]. A gente tinha o cuidado de aproveitar os instrumentos que se tinha²¹⁵.

No Relatório Anual de 1970, há uma lista dos documentos utilizados com mais frequência pela Contag na sua ação jurídica. São eles:

- Estatutos da própria Contag;
- Estatutos das Federações filiadas à Contag;
- Estatutos dos Sindicatos filiados às federações;
- Estatuto do Trabalhador Rural - Lei 4214, de 2/3/63;

²¹³ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

²¹⁴ A tarefa é uma modalidade de pagamento por produção. Foi de “[...] uso mais ou menos generalizado nos anos 40 e 50, [e] consistia numa área de terra de 25 por 25 braças demarcadas no início da semana e entregue ao trabalhador para ser trabalhada, sem maiores considerações de tempo. No fim da semana recebia ele pelo número de tarefas trabalhadas, segundo avaliação do patrão de quanto valia o seu serviço” (PALMEIRA, 2013, p. 325).

²¹⁵ Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

- Estatuto da Terra - Lei 4.504, de 30/11/1964;
- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- Portarias Ministeriais referentes à problemática rural;
- Estudos Técnicos da FAO, OIT e OEA;
- Estudos, Pesquisas, Levantamentos elaborados pelo Incra;
- Encíclicas Papais, de modo geral.

Além desses documentos, o Relatório Anual de 1970 menciona que a assessoria jurídica da Contag também se orientava pelas conclusões dos grupos de trabalho e órgãos governamentais sobre a realidade brasileira, seus problemas e possíveis soluções. O que estava em jogo nessa ação era a construção de uma narrativa pautada em documentos jurídicos e técnicos que eram apropriados para a elaboração de uma argumentação que sustentasse uma demanda por meio do diálogo, relatórios técnicos, ofícios e ações legais e que evitassem o confronto direto naquele contexto. Algumas das formas de ação que seguiam essa lógica estão descritas no trecho do relatório de 1970 mencionado a seguir:

Com base, sobretudo, nessa documentação, a Contag tem elaborado seus estudos, buscando adaptá-los à realidade dos trabalhadores rurais ou extraindo-os dessa mesma realidade, não perdendo de vista seus objetivos, enquanto órgão de defesa, coordenação, representação, reivindicação e promoção dos trabalhadores integrantes da Categoria. Os resultados de tais Estudos vêm, então, a se constituir em metas de trabalho que para serem atingidas, a Contag sentiu a necessidade e o dever de conduzi-las em dois níveis: a nível de cúpula e a nível de base. A nível de cúpula, busca chegar às autoridades e/ou responsáveis. A nível de base, pretende chegar aos trabalhadores rurais. Tanto num, como noutro setor, essa tarefa é levada a termo formal ou informalmente, mediante contratos espontâneos ou como participante oficial. Quanto aos meios empregados, são múltiplos: contatos pessoais, audiências, palestras, reuniões, conferências, grupos de trabalho e cursos. (CONTAG, 1970, p. 5-6, grifo meu).

Outro trecho, citado a seguir, do dessa vez do Relatório Trienal 1972-1974, é ilustrativo da narrativa construída pela Contag naquele momento para pautar sua ação com base dos princípios legais:

A Contag em seu trabalho de melhoria da situação socioeconômica e cultural do trabalhador rural tem se orientado pelos princípios doutrinários proclamados pela nossa Constituição Federal, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU) e pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (CONTAG, 1974, p. 4).

Já o Relatório Anual de 1975 faz uma lista de alguns aspectos gerais da estratégia de atuação jurídica da Contag²¹⁶:

1.1 Que a ação Jurídica desenvolva-se em 3 níveis de atuação: preventiva, educativa e de defesa; 1.2. Conscientização e orientação dos trabalhadores rurais e dirigentes sindicais no sentido de que sejam esgotadas as vias judiciais e administrativas locais e estaduais, no encaminhamento de problema visando a defesa da classe; 1.3. Ampliação da rede jurídica nos Sindicatos; 1.4. Encaminhamento de relatórios denunciando os conflitos às autoridades competentes e à imprensa; 1.5. Promover contratos e dissídios coletivos de trabalho; 1.6. Distribuir a legislação de interesse da classe junto aos juizes” (CONTAG, 1975, p. 2).

O documento também detalha aspectos sobre: 1) coordenação jurídica; 2) contratação de advogados; 3) acordo; 4) acompanhamento dos dirigentes ao trabalho jurídico; 5) trabalho sindical-jurídico junto aos posseiros.

Um autor que chamou a atenção para o fato de a legislação ter se tornado uma importante ferramenta de luta para os trabalhadores no pós-golpe foi Palmeira (2009). A partir de um estudo sobre a ocorrência de conflitos na Zona da Mata de Pernambuco em um momento de desmobilização política (1964-1974), ele identificou que o Estatuto do Trabalhador Rural se transformou em uma importante ferramenta de luta para os trabalhadores, que, quase diariamente, mobilizavam-se politicamente para obrigarem os proprietários a atenderem às disposições da lei. Para este autor, no contexto pós-golpe de 1964, “a simples luta pelo cumprimento da legislação assume muitas vezes uma feição radical insuspeitada, podendo pôr em xeque a própria continuidade das relações sociais na agroindústria” (PALMEIRA, 2009, p. 194).

Palmeira observou as diferentes formas de ação dos trabalhadores do campo e percebeu nelas distintas expressões de lutas. Se a concepção do pesquisador relacionasse ação coletiva a manifestações de rua e ações armadas, por exemplo, dificilmente identificaria um processo de mobilização social como no caso estudado.

Em trabalho prévio (Teixeira, 2011), também identifiquei a importância do recurso à legislação como elemento da ação coletiva dos trabalhadores rurais. Na ocasião, estudei como um grupo de trabalhadores rurais vinculados ao STTR de Magé atuaram para conseguir a desapropriação das terras que ocupavam e que foram objeto de litígio ao longo dos anos 1960 e 1970. A pesquisa de campo mostrou que naquela situação os recursos à linguagem das leis ou, em outros termos, a luta com base na legislação foi estruturante do processo de resistência

²¹⁶ Essas linhas gerais de atuação foram definidas em encontros regionais. Além da atuação jurídica, tratou-se da atuação no âmbito: educacional-sindical; previdenciário; de relacionamento com autoridades.

e reivindicações da permanência da terra por um grupo de trabalhadores rurais que se sindicalizaram. Esse caso mostrou ainda a ligação entre as deliberações da Confederação e a maneira como as situações foram vividas localmente, mostrando que havia uma maneira de atuar que não se limitou apenas ao âmbito da cúpula sindical, mas que foi vivida na prática em diversas localidades.

Nas ações coletivas de luta pela terra, um dos principais instrumentos legais utilizados pela Contag para embasar suas reivindicações foi o Estatuto da Terra. Outro instrumento que servia de referência para os assessores jurídicos da Contag era o artigo 502 do Código Civil, sobre o argumento do desforço possessório, que dizia que, se uma posse fosse invadida, era permitido pegar em armas para defendê-la, explicou Josefa Reis. De acordo com o artigo mencionado, “O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se, ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo”. O parágrafo único do artigo dizia: “Os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse”²¹⁷. Francisco Urbano, ex-dirigente da confederação, também comentou em um trecho de sua entrevista sobre o uso da legislação na luta pela posse da terra:

E você tinha... nos enfrentamentos, a gente usava o Estatuto da Terra para mostrar a defesa do posseiro, porque o Estatuto falava muito claro, e fala, né? Sobre qual era o papel da reforma nas terras públicas, se podia fazer colonização, podia arrecadar, e... podia desapropriar por causa de conflito. Então, tudo isso era o nosso trabalho, tinha que usar a lei [...]²¹⁸.

A ex-assessora da Contag, Josefa Reis, destacou que os empates²¹⁹, no Acre, foram processos que seguiram a orientação do Código Civil na luta pela contenção da derrubada dos seringueiros²²⁰. Na ocasião, havia uma delegacia sindical da Contag atuando no local, inclusive prestando apoio jurídico aos seringueiros.

O uso da lei foi feito também de forma conjugada com outras formas de ação coletiva, como foi o caso da interpretação da Lei de Greve para legitimar a ação grevista dos assalariados rurais em Pernambuco, em 1979, e nos anos seguintes. Esse caso já é ilustrativo da transição dos padrões de ação que foram hegemônicos na Contag em cada momento: de uma ação institucional pautada no recurso às leis para uma ação de massas, mas que ainda se utilizava do

²¹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em 04 de julho de 2018.

²¹⁸ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

²¹⁹ Os empates eram uma forma de ação coletiva para impedir a derrubada das florestas, ato precedido pela expulsão dos seringueiros e apropriação da terra.

²²⁰ Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

recurso legal em sua legitimação. Falarei mais detalhadamente sobre esse caso na sessão seguinte. Por ora, basta mencionar ao menos o significado da Lei de Greve para a vida sindical:

A greve, no período, era reconhecida pelo artigo 158 da Constituição Federal. Contudo, exigia-se um ritual que praticamente inviabilizava esse direito: a assembleia tinha que ser aprovada por dois terços dos presentes; a convocação da assembleia deveria se realizar por editais publicados na imprensa; os votos da assembleia tinham que ser apurados por delegados do Ministério do Trabalho; o patronato deveria ser notificado com um prazo de cinco dias de antecedência para elaboração da contraproposta; a Delegacia Regional do Trabalho deveria iniciar um processo de conciliação entre as partes; a paralisação seria reconhecida somente se sua demanda tivesse caráter econômico (RICCI, 2009, p. 328).

De acordo com Ricci (2009), o cumprimento da Lei de Greve significou o atendimento de categorias que tinham direitos formalizados e a exclusão daquelas que, ao contrário, não eram reconhecidas pela legislação vigente.

Provavelmente a principal referência para o desenvolvimento de uma ação coletiva pautada na luta com base na legislação foi o trabalho semelhante desenvolvido pela Federação de Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), entidade de base do então presidente da Contag, José Francisco da Silva. De acordo com Tavares (1992), as ações na Justiça foram o mais importante instrumento acionado pelos sindicalistas pernambucanos a partir de 1964. O autor destaca que a Fetape buscou manipular instrumentos jurídicos como o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, e o Estatuto da Terra, de 1964, na orientação das suas ações políticas. Nas palavras de Tavares:

O sindicalismo que sobreviveu ao golpe, tendo na Fetape o seu principal instrumento de rearticulação e continuidade, ocupou o único espaço que lhe restava para a ação sindical: a promoção de ações na Justiça para restringir o domínio patronal através da luta pela obediência à lei. (TAVARES, 1992, p. 105).

Para colocar em prática essa linha de ação um ator foi fundamental: os advogados ou assessores jurídicos. Eram eles que, junto com os dirigentes sindicais, interpretavam as leis e buscavam brechas jurídicas para operar a defesa dos trabalhadores rurais.

E fazendo grandes encontros, seminário, não chamava de seminário, né? Chamava mais encontro dos trabalhadores, e aglutinando força, muita figura, pessoas, entidade, nesse processo, né? Chegamos a ter na federação de Espírito Santo, que é um estado pequeno, tinha seis, oito assessores só de formação. Só de formação. Sergipe, que era outro estado pequeno, tinha cinco assessores de formação. E aí o estado, que era estado pequeno, nós tínhamos advogados e assessores de formação, que advogado era também, tinha doze, tá certo? Hoje, se tiver, tem um. Lá você tem doze, entre assessores de formação e assessoria mesmo, de fazer capacitação e advogado. Advogado militante. Não é advogado de profissão, era militante, advogado militante, veio fazer encontro, passar o dia todinho no curso, dando aula de legislação,

sindicalismo, então... esse foi todo ampliado para o país inteiro, tá certo? Por volta de 74, aí vem, 75, vem crescendo²²¹.

O Relatório Anual de 1977 apresenta informações importantes sobre como a Contag via o papel do assessor jurídico. Ao relatar o aumento das atividades jurídico-sindicais em 1977 e justificar a necessidade de contratar mais dois advogados para o seu corpo de funcionários naquele ano, o relatório descreve a função do assessor jurídico na instituição, que é fazer:

o acompanhamento de processos de interesse da Contag, federações e Sindicatos nos Ministérios e outros órgãos governamentais em Brasília; a emissão de pareceres e estudos de conteúdo jurídico e social, aplicáveis aos interesses dos trabalhadores rurais e das entidades de classe; o contencioso judicial perante os Tribunais Superiores em Brasília; o acompanhamento, com informações às bases, de mensagens, projetos de lei e outras matérias de interesse dos trabalhadores rurais, em tramitação no Congresso Nacional; a assessoria jurídica aos representantes da Contag nos órgãos de controle jurisdicional e contencioso administrativo da Previdência Social; a coleta, interpretação e divulgação de matéria jurídico-sindical, inclusive jurisprudência, foram atividades desenvolvidas pela Contag no campo Jurídico-Sindical e que foram realizadas na medida das suas possibilidades (CONTAG, 1977, p. 8).

De acordo com alguns entrevistados, o trabalho de atuação dos assessores jurídicos era forjado no diálogo e interação com os dirigentes sindicais, trabalhadores rurais e entre os próprios assessores jurídicos. A reflexão em conjunto e a troca de experiências foram elementos destacados nas entrevistas como fundamentais na conformação de uma prática política pautada na ação legal. Foi, por exemplo, por meio desse diálogo que se estabeleceu a importância em se realizar ações coletivas de trabalhadores na justiça ao invés de ações individuais, relatou Josefa Reis²²². De acordo com José Gonçalves, também ex-assessor da Confederação, “[...] os advogados se juntavam [...] com os trabalhadores. [...] Tinham a humildade de estar ali ouvindo o trabalhador contar a história, na linguagem dele, encomprido. E ele lá, tranquilo e coisa e tal”²²³.

A ação com base na legislação se operava não só na prática direta dos assessores jurídicos e diretores, mas permeava diversas dimensões da vida sindical: era tema de encontros e reuniões nacionais ou locais, assunto debatido nos jornais e boletins elaborados pela Contag, parte das discussões tidas nos encontros formativos. Tratava-se de espalhar para o conjunto do MSTTR uma leitura de ação política pautada nos direitos, o que era entendido como ação fundamental dada a conjuntura pouco favorável a mobilizações coletivas. A Contag buscou,

²²¹ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

²²² Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

²²³ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

com isso, evitar conflitos diretos, sem deixar de manter a busca pelas conquistas que beneficiassem os trabalhadores rurais.

Era comum, por exemplo, a publicação de notícias nos jornais e boletins produzidos pela Contag com decretos, leis, programas de governo, decisões judiciais e elementos desse tipo com explicações detalhadas para os trabalhadores rurais sobre o que significava para eles cada documento reproduzido. A ideia era oferecer aos trabalhadores rurais e dirigentes sindicais em suas localidades informações e orientações que pudessem pautar suas práticas em situações semelhantes.

Também chamou a atenção nas entrevistas o destaque ao fato de que era comum entre os assessores jurídicos daquele momento o comprometimento com a causa para a qual trabalhavam. Esse aspecto foi mencionado por alguns entrevistados como fator importante para o sucesso do trabalho jurídico da Contag. Tratava-se de assessores comprometidos com as causas populares e militância. Com origens diversas, desde estudantes universitários até advogados que atuaram nas federações estaduais do Sistema Contag, os assessores jurídicos foram atores fundamentais nesse processo de ação. Com as informações disponíveis e considerando o escopo desse trabalho, é difícil afirmar as motivações da atuação de todos os assessores jurídicos da Contag. O fato é que há uma lembrança no presente para alguns entrevistados de que a dimensão do engajamento pessoal dos advogados era central para o trabalho que desenvolviam. A investigação detalhada sobre a trajetória dos assessores jurídicos da Contag fica como agenda de pesquisa em aberto²²⁴.

Considerar a conjuntura pouco favorável a mobilizações coletivas é fator central para entender as condições nas quais a Contag traçou essa estratégia de luta considerada mais prudente. Se é verdade que outras organizações de esquerda optaram por meios de luta mais radicais naquele momento, para a Contag estava em jogo manter uma ação que pautasse suas reivindicações sem comprometer o funcionamento e a perenidade da instituição até que fosse possível mudar as estratégias em um contexto mais favorável para isso.

Os limites da ação de um indivíduo ou um grupo tem relação com o debate de Elias sobre o campo de atuação em que um indivíduo poderia se desenvolver num dado contexto. Para entender a ação Contag naquele momento é preciso entender o contexto da época, a “figuração”, para utilizar um termo de Elias (2006, 2008). Viviam-se uma ditadura militar. Mas isso não é tudo. Afinal, outros atores tomaram outros caminhos. São a figuração e as relações sociais e políticas da Contag e sua história que ajudam a entender as opções tomadas. Os

²²⁴ Há estudos sobre a atuação advogados em movimentos sociais, inclusive do campo, que já oferecem contribuições importantes para essa agenda de pesquisas, entre os quais cito o de Ribas (2015).

constrangimentos do contexto foram analisados pelos dirigentes na eleição das suas formas de atuar naquele período. Francisco Urbano refletiu sobre esse aspecto em sua entrevista. Primeiro, ele apresenta o diagnóstico:

Então, em 70, fez um grande movimento, mas, chegando agora para 74, todas essas estratégias da reforma agrária, nós mudamos, organizamos, por exemplo como que você, você não podia fazer grande movimento de rua, mas como é que você ia enfrentar a reforma agrária?²²⁵.

Em seguida, explica como enfrentaram os constrangimentos do momento com o recurso às leis:

Você aumentar a quantidade de advogados trabalhista para ir para programa de capacitação, de consciência de trabalhadores, para entrar na justiça, pelo direito trabalhista. Desses direitos trabalhistas, você, chegamos a desapropriar usina no Rio de Janeiro, porque de tanta dívida que ela tinha, trabalhista, ela ia a falência. Aí foi desapropriada as usinas por conta de não cumprimento de direito trabalhista e previdenciário²²⁶.

Contudo, embora para as lideranças sindicais a luta com base na legislação fosse a ação possível a ser feita naquele contexto e o caminho de ação coletiva escolhido pela Contag naquela situação, a visão de atores externos à Contag sobre a atuação da confederação nem sempre compreendeu a estratégia traçada. Ivaneck fala sobre este aspecto referindo-se a como via a atuação da Contag quando ainda não atuava como assessor da confederação.

Agora, nós que estávamos de fora e só via o que eles podiam vender também? Para a gente era um bando de pelego irresponsável, que estavam ganhando dinheiro, vivendo às custas do trabalhador e sem dar nenhum tipo de retorno. Eu só vim ter outra ideia, tanto das lideranças, quanto do movimento sindical rural da Contag; das federações? Por dentro²²⁷.

Em suma, a opção pela negociação e resolução dos problemas pelas vias legais, como o recurso ao Judiciário ou a denúncia e negociação com órgãos governamentais, representou uma forma de encaminhar as lutas dos trabalhadores rurais vista como possível naquele contexto pelos dirigentes da Contag.

²²⁵ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

²²⁶ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

²²⁷ Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

Como procurei destacar, o processo de construção da ação com base na legislação envolveu o intercâmbio de experiências e saberes entre assessores jurídicos, dirigentes e trabalhadores rurais e acabou criando uma certa leitura da ação política da Contag e demais instâncias do movimento sindical. Nesse processo, a preparação da ação se fez fomentando também a própria reprodução do sindicalismo, em situações como nos encontros, formais e informais e no diálogo estabelecidos com trabalhadores por meio de cartilhas, boletins e jornais.

Esse modo de conduzir a ação política se estruturava também em uma leitura do contexto político mais amplo, de restrições democráticas. Se as ações públicas e de confronto direto ao Estado eram proibidas ou perigosas naquele momento, o que os sindicalistas fizeram foi tentar atuar nas brechas possíveis, a partir de uma leitura própria, utilizando o discurso legal e técnico para embasar suas ações dentro de uma linguagem que, pelo menos no plano público, em alguma medida era respeitada pelos agentes do Estado como esforço de manter a impressão de normalidade do Estado brasileiro. O que essa situação mostra é que se, por um lado, havia de fato muitas restrições para a atuação no contexto da segunda metade dos anos 1960 e ao longo dos 1970, essa ação não foi impossível dentro de certos limites.

A ação com base na legislação predominou como uma das principais ações coletivas da Contag até o final dos anos 1970, mas não desapareceu do modo de agir da Confederação nos anos subsequentes. Inclusive, fez parte da estratégia de encaminhamento das greves de canavieiros em Pernambuco, em 1979, conforme demonstrarei na seção seguinte.

4.2 A retomada das ações de massa: as campanhas salariais

Com a mudança do contexto político no final dos 1970, a Contag reorientou sua maneira de lutar coletivamente. O marco dessa mudança foi uma das resoluções do 3º Congresso, em 1979, que aprovou a orientação para a realização de ações coletivas de massa. De acordo com o Relatório Anual de 1979, para pôr em prática a recomendação do 3º Congresso, as federações de Pernambuco, Alagoas e Paraná “partiram para a luta por convenções coletivas que melhorassem as condições de vida e trabalho dos assalariados permanentes e temporários e aumentassem seu poder de barganha face aos patrões” (CONTAG, 1979a, p. 14). Essa reorientação política não foi um ato repentino, mas resultado de um processo de discussão e maturação que ocorreu principalmente ao longo de cursos e debates promovidos pela Contag

com sindicalistas de todo o país, principalmente ao longo de 1978, como parte dos encontros preparatórios para o 3º Congresso da Contag, em 1979²²⁸.

O início das convenções coletivas marcou o fim da hegemonia da ação negociada com base na legislação para dar lugar a lutas mais diretas, pelo menos no plano discursivo da Contag. Na prática, a reorientação na maneira de conduzir as ações coletivas não significou o desaparecimento das formas de ação predominantes nas décadas anteriores, mas uma abertura para o desenvolvimento de outras formas. Como destacou Ricardo Tavares:

As greves, na verdade, não encerraram um ‘período’ de luta através de ações na Justiça do Trabalho. Na medida em que foram capazes de forjar alguns novos *direitos*, até mesmo criaram condições para ampliar essas ações. Contudo, elas caracterizaram uma mudança política nas formas de expressão dos conflitos sociais e nas possibilidades de luta dos trabalhadores. Por outro lado, as greves – como nova prática social – também trouxeram consigo outros problemas (TAVARES, 1992, p. 363-364).

O trecho a seguir da entrevista com Francisco Urbano retrata esse processo:

Que naquele congresso [terceiro] a gente disse: ‘já chega, já chega só de atividade para dentro, agora vamos ter que fazer dessas atividades uma grande movimentação de massa, agora temos que fazer coisas mais fortes, de massa efetivamente, que é para fazer o rompimento com a...’. Aí começou-se traçar também os movimentos pra campanhas salariais, né? Já foi, isso aí, em 79, né, 78, 79. Nas grandes greves, né? [...] 79, a de Pernambuco. Grandes movimentos²²⁹.

O caso emblemático desse novo momento foi a realização das Campanhas Salariais de Pernambuco, iniciadas em 1979, e que se espalharam para diferentes partes do país posteriormente. A Campanha Salarial compreendia o conjunto de atividades voltadas à aprovação do contrato coletivo de trabalho.

No momento da eclosão da greve o presidente da Contag era José Francisco da Silva, sindicalista de origem pernambucana que havia sido delegado sindical, presidente do sindicato de Vicência, zona canavieira, e diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape). A segunda metade dos anos 1970 e primeira dos 1980 foi marcada por uma expansão da produção do álcool no Brasil e as áreas de cultivo no país haviam se expandido enormemente, principalmente entre 1976 e 1984. Após este período, houve uma estagnação que durou 10 anos, seguida de uma retração no período entre 1997 e 2000²³⁰ (MENDONÇA et. al., 2008).

²²⁸ O tema foi tratado no capítulo 2, principalmente no tópico 2.4.

²²⁹ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

²³⁰ Essa produção voltou a aumentar nos anos mais recentes, mas não é objetivo desse trabalho discutir esse fato aqui.

De acordo com Josefa Martins Reis, ex-assessora da Contag, antes das Campanhas Salariais, a Federação de Pernambuco já desenvolvia as ações plúrimas. De acordo com Tavares:

As ações plúrimas envolvem, numa só ação trabalhista, um conjunto de trabalhadores vinculados a um mesmo patrão. As ações plúrimas foram difundidas através do sistema sindical, dando um primeiro passo para o momento seguinte, das ‘lutas coletivas’. A greve de 1979 fez uma nova leitura desta tradição, transformando as ações individuais e plúrimas, na Justiça, em uma perspectiva de luta coletiva, mantendo o viés legalista. Daí a greve legal, numa conjuntura de grandes transformações na vida sindical do País, mas onde ainda pairava riscos (TAVARES, 1992, p. 203-204).

As ações plúrimas serviram de experiência importante para a organização das Campanhas Salariais. José Gonçalves comentou esse processo:

Pernambuco chegou a colocar 3.000 trabalhadores numa Junta de Conciliação. Ainda na luta pelas indenizações trabalhistas. Como é que fazia? O advogado muito bom – nessa linha que eu te falei: os caras entravam no nosso movimento, comprava a ideia, vendia a ideia, vivia a ideia – o cara consegue convencer o juiz de fazer audiências plúrimas. Às vezes tinha três, quatro audiências. Ele tinha, numa junta de conciliação, 150, 200 trabalhadores. Ali no município, aquela confusão lá, de trabalhador, para as audiências que o juiz estava fazendo. Que pela lei trabalhista é individual. Cada cara é um processo. Aí, o advogado conseguiu 50 de uma vez só, por exemplo. Então, tinha essa experiência de mobilização. Quando começamos a organizar as greves, você já percebe que está meio caminho andado²³¹.

A reorientação da forma de ação coletiva da Contag naquele momento estava conectada com a tendência das ações coletivas de outras mobilizações no país. No final dos anos 1970 e começo dos 1980, camponeses ocupavam terras no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, assim como em outras partes. Esse processo acabou dando origem ao MST, oficialmente criado no dia 22 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, Paraná, durante o 1º Encontro Nacional de Sem-Terra. Talvez a mais famosa na época tenha sido a paralisação dos trabalhadores da fábrica de caminhões Saab-Scania, no “ABCD paulista”, em 1978. O movimento grevista começou com cerca de dois mil trabalhadores e se espalhou para outras áreas, tendo importantes desdobramentos políticos na luta contra a ditadura civil-militar implantada no Brasil em 1964 (SANTANA; BRAGA, 2009). De acordo com Tavares,

²³¹ Entrevista com José Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2014

representantes do MSTTR estiveram presentes acompanhando as greves operárias dos metalúrgicos:

No início de 1979, a onda de greves que se espalhou pelo país não escapou à atenção da liderança sindical pernambucana. Um advogado da Fetape foi enviado a São Paulo e ao Rio de Janeiro para acompanhar as greves dos metalúrgicos. A principal preocupação era verificar como eram encaminhadas, do ponto de vista legal, as formas de negociação. Tão importante para os sindicalistas pernambucanos quanto a greve, era a preocupação de negociar para sair dela com resultados positivos. Era fundamental fazê-lo legalmente, sem abrir espaços para novas intervenções nos sindicatos (TAVARES, 1992, p. 154-155).

Sigaud também comenta a relação entre a conjuntura política nacional e a deflagração da greve de Pernambuco, em 1979. Nas palavras da autora:

A greve de Pernambuco ocorreu num momento de ‘abertura’ do regime. Mas, nos parece, que foram sobretudo as greves vitoriosas dos setores da classe operária e de setores da classe média que mais decisivamente influíram na mobilização de Pernambuco. A informação – tornada possível graças a um relaxamento da censura aos meios de comunicação – de que os trabalhadores voltavam a se organizar para reivindicar direitos, que voltavam a fazer greve e voltaram a obter vitórias se constituiu em inegável estímulo tanto para as lideranças como para os trabalhadores da Zona da Mata (SIGAUD, 1980, p.13-14).

Tavares (1992) explica que a greve dos canavieiros em Pernambuco deve ser entendida no contexto das greves do ABC paulista e de outras regiões do país, pois estas foram influenciadas por aquelas. Os trabalhadores sabiam o que acontecia pelo país pelos meios de comunicação de massa, principalmente o rádio. Apesar disso, segundo Tavares, a principal referência dos trabalhadores nesse processo grevista foi a greve de 1963, em Pernambuco,²³² pois foi nesse período que experimentaram significativa melhoria de vida. Tavares cita o seguinte depoimento:

‘A lembrança que a gente tinha era a de que a gente ia recuperar aquele tempo. Então a turma começou a falar em fazer uma greve e lembrando para o pessoal as greves que existiam antes da Revolução de 64 e que os trabalhadores conseguiam melhorar as condições de vida. Mas a greve antes de 64 não era igual, não tinha aquela burocracia toda que tinha agora’ (Delegado sindical, Itaquitinga, Zona da Mata Norte de Pernambuco, outubro de 1988) (TAVARES, 1992, p. 166-167).

²³² A greve de 1963 na Zona da Mata foi uma paralisação total dos trabalhadores" em toda uma região geoeconômica e social. Com a greve, os trabalhadores conquistaram um aumento de 80% (TAVARES, 1992). “Mobilizando cerca de duzentos mil trabalhadores da cana, em luta por melhorias salariais e pelo estabelecimento de uma tabela de tarefas no campo, ela paralisou toda a região canavieira, unificando a seu redor diferentes forças políticas que disputavam a direção das lutas dos trabalhadores rurais na região: PCB, Ligas e a Igreja” (MEDEIROS, 1989, p. 71).

A partir de então, a greve se consolidou como forma de luta dos assalariados rurais da região da Zona da Mata e ensaio do que seria uma referência de atuação da Contag nos anos subsequentes, se espalhando para outros estados e regiões do país. Em resumo, a greve dos canavieiros de Pernambuco, em 1979, foi a experiência a partir da qual se procurou generalizar a estratégia das greves para várias zonas de assalariados do país. E esse será o caso analisado nas páginas seguintes para entender a dinâmica da ação coletiva da Contag após 1979. Não se trata aqui de descrever e analisar o passo a passo da organização da greve e seus desdobramentos, trabalho já feito por Sigaud (1980, 1986, 2009) e Tavares (1992), por exemplo. O objetivo em trazer esse caso é situá-lo no contexto e abordagem desse trabalho, interpretando a greve de 1979 como um evento central nos rumos da ação coletiva liderada pela Contag. Trata-se, portanto, de situar principalmente o papel da Contag na greve de 1979.

4.2.1 “Os comunistas estão chegando”: a Campanha Salarial de 1979

A greve dos trabalhadores rurais das plantações de cana-de-açúcar aconteceu entre 2 e 9 de outubro de 1979 na Zona da Mata de Pernambuco. Foi uma entre as 68 greves que aconteceram no país entre janeiro e outubro de 1979²³³. A greve envolveu diretamente 20 mil trabalhadores e indiretamente mais de 100 mil. Os trabalhadores foram vitoriosos. De acordo com Sigaud, se destacam entre as principais conquistas: aumento salarial de 52%; cessão de uma área de dois hectares de terra para cultivo de lavouras de subsistência; e uma Tabela que estabeleceu equivalências entre os serviços de produção da cana e as maneiras de remuneração (SIGAUD, 1980).

Os assalariados rurais eram homens e mulheres que trabalhavam geralmente desde muito jovens. Em Pernambuco, trabalhavam no corte de cana, principalmente na parte da manhã, quando o sol era menos intenso. Algumas famílias moravam dentro das próprias usinas e engenhos²³⁴, o que tornava mais difícil a realização da greve com esse público, e outras

²³³ Antes de 1979 e após o golpe, eclodiram greves de trabalhadores rurais pelo menos no município de Cabo, em Pernambuco. Essa mobilização foi estudada por Koury (2010).

²³⁴ “Na zona canavieira de Pernambuco, os trabalhadores dos engenhos recebiam além da casa para morar, um pequeno lote onde podiam plantar alimentos. Em troca, tinham que garantir dois dias de trabalho semanais gratuitos para o proprietário. Só o que ultrapassasse isso era remunerado. Era o chamado morador de condição. Em algumas situações, podiam também receber um sítio, lote onde podia plantar além do roçado, árvores, o que lhes garantia uma ligação mais permanente com a propriedade. Segundo Lygia Sigaud (1979), o foreiro seria uma variante do morador. Neste caso, teria uma maior independência em relação ao proprietário. Não havia a

moravam nas periferias das cidades. Muitos deles migravam em busca de trabalho: ou seja, quando acabava o período do corte de cana em um estado, eles se mudavam para outro²³⁵. Na Zona da Mata de Pernambuco, havia os trabalhadores *fichados* e os *clandestinos*. Os primeiros mantinham contratos formais de trabalho com os engenhos e os segundos, não (SIGAUD, 1980). Os *clandestinos* também se caracterizavam por residirem, em sua maioria, nas pontas de ruas – periferias das cidades da região (SIGAUD, 2009). Sigaud usa os termos *clandestinos* e *fichado* “para designar respectivamente os que trabalham com empreiteiro morando na rua e os que tem sua carteira de trabalho assinada, e que moram no engenho” (SIGAUD, 1979, p.141).

Originalmente, a ideia era realizar um dissídio coletivo para aprovar uma pauta de reivindicações. Contudo, os sindicalistas avaliaram que o custo organizacional para realizar o dissídio e a greve seria o mesmo, pois ambos precisavam seguir o ritual da lei. Contra o dissídio havia o fato de que uma vez julgado pelo Tribunal, os trabalhadores não teriam mais possibilidades de barganha e o Sindicato corria o risco de se desmoralizar perante a base caso suas principais reivindicações não fossem aprovadas no Tribunal. A vantagem da greve era que as possibilidades de barganha dos trabalhadores eram maiores e o estado de mobilização seria permanente (SIGAUD, 1980). De acordo com Sigaud (1980), essas decisões foram tomadas no âmbito das assembleias e reuniões nos sindicatos, ressaltando com isso o papel central que os trabalhadores tiveram no rumo das greves.

Uma característica que particularizou a greve dos canavieiros de Pernambuco em 1979 e as greves lideradas por assalariados rurais da base sindical da Contag nos anos seguintes foi o fato de se orientarem pela Lei de Greve (Lei 4.330, de 1º de julho de 1964)²³⁶. Esse é um caso emblemático de como a Contag utilizou a lei vigente no processo de mobilização dos trabalhadores rurais em diferentes partes do país.

O Relatório Anual de 1979 destaca como um dos principais desafios de realização da greve dos assalariados em Pernambuco em 1979 o respeito à Lei de Greve, descrito no documento como um instrumento criado para impedir o exercício desse direito. Sigaud (1980) sugere que a realização da greve conforme a lei deve ser compreendida com base nas condições

obrigação de trabalhar para ele semanalmente, mas somente de pagar uma quantia anual, o foro, além do cambão, cerca de vinte dias de trabalho gratuito por ano” (MEDEIROS, 1989, p. 46).

²³⁵ Entrevista com Paulo Jarbas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de novembro de 2015.

²³⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4330.htm>. Acesso em 23 Jun. 2018. A lei regula o direito de greve. O primeiro artigo da lei define seu escopo: “Considerar-se-á exercício legislativo da greve a suspensão coletiva e temporária da prestação de serviços a empregador, por deliberação da assembleia geral de entidade sindical representativa da categoria profissional interessada na melhoria ou manutenção das condições de trabalho vigentes na empresa ou empresas correspondentes à categoria, total ou parcialmente, com a indicação prévia e por escrito das reivindicações formuladas pelos empregados, na forma e de acordo com as disposições previstas nesta lei”.

particulares em que viviam os trabalhadores na Zona da Mata e sua história recente. A autora explica que, em todo o período após 1964, os patrões difundiram entre os trabalhadores a ideia de que as greves realizadas no começo dos anos 1960 eram ilegais por meio de demissões, perseguições e prisões. Com isso, explicou Sigaud:

[...] o próprio ato de fazer uma greve passou a significar um desrespeito à 'lei' e a palavra grevista transformou-se em sinônimo de 'agitador', 'comunista' e 'subversivo'. A situação era tal que os trabalhadores, todas as vezes que se opunham de alguma forma às condições de trabalho em que vivia, sentiam-se na obrigação de deixar claro que não eram 'grevistas' e que não estavam defendendo a greve. Portanto, a lei de greve, apesar de todas as suas limitações, se tornava uma arma importante tanto para as lideranças sindicais quanto para os próprios trabalhadores no sentido de que podiam opô-la, enquanto lei impessoal vinda de fora, às 'leis' privadas em que se amparavam os patrões e a repressão (SIGAUD, 1980, p. 19-20).

Em outro trabalho, escrito em 1986, Sigaud apresenta algumas explicações para a greve de 1979 e as que se seguiram até 1985 se realizarem cumprindo a Lei de Greve²³⁷.

Ajustar-se à lei foi o modo que encontraram para evitar retaliações contra as entidades sindicais e seus líderes. Foi também um meio para opor um obstáculo legal à ação da Polícia Militar que, à exceção do curto período, do Primeiro Governo Miguel Arraes (Callado, 1964), tendia a atuar na defesa dos proprietários e contra os trabalhadores rurais (SIGAUD, 2009, p. 289).

Tratou-se, portanto, de um uso político da lei para proteger os trabalhadores e não necessariamente apenas um cumprimento dos dispositivos legais. A utilização da Lei de Greve é ainda uma expressão da convivência entre a orientação da ação coletiva do MSTTR após 1979, propondo ações diretas e de massa, e a concepção de luta anterior a 1979, orientada por uma ação com base na legislação. O caso mostra como os modelos de ação hegemônicos em determinados períodos não representaram a submissão de outras formas de ação coletiva. Sobre a Lei de Greve, Tavares explicou:

Esta lei [...] fixava um conjunto de exigências a serem cumpridas a fim de legitimar legalmente uma greve. Eram tantas que a lei jamais havia sido utilizada antes por qualquer categoria profissional no país. Era, na verdade, uma maneira que o regime militar encontrara de impedir greves sem ferir acordos internacionais assinados pelo Brasil junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), organismo das Nações Unidas (TAVARES, 1992, p. 158).

²³⁷ Embora o texto tenha sido publicado em 1986, utilizo aqui como referências nas citações a versão revista e publicada em 2009. Ambos estão citados na referência bibliográfica desse trabalho.

Em resumo, a realização da greve a partir do cumprimento da Lei de Greve foi uma maneira de usar a lei para fazer ações de massa, mantendo certa continuidade com o padrão de ação coletiva hegemônico no período anterior. Os sindicalistas consideravam importante respeitar a lei porque tinham a preocupação de que a adoção de novas formas de luta provocasse novas intervenções²³⁸ nos sindicatos ou uma reação violenta da polícia, afinal, ainda se vivia em um contexto de regime militar. Tendo em mente o processo de greves operárias em curso naquele momento, Francisco Urbano comenta algumas razões que os levaram a adotar esse modelo de greve:

Então você continuava fazendo a divulgação, mas eu tinha que ter o instrumento legal. Até as últimas greves já não foram legais no começo, mas, ou você fazia, ou o Ministério do Trabalho intervinha na federação, no sindicato e não fazia. Ou a polícia entrava lá e não deixava você fazer o trabalho de mobilização. Você tinha que andar, mesmo pra parar um carro de boia-fria, nós tinha que estar lá com o edital de convocação de assembleia, com a cópia do expediente que tinha notificado as empresa e o cara do Ministério do Trabalho. Se o cara tivesse sem isso lá com ele, cê ia era preso. Se tá me prendendo, imagina os trabalhadores. Então todo esse processo é diferente do da cidade.²³⁹

Além disso, o fato de muitos assalariados rurais viverem na área de engenho e usina os colocava em uma potencial situação de vulnerabilidade diante dos patrões, que podiam lhes tirar a moradia a qualquer momento. E essa era uma particularidade das greves nas áreas rurais quando comparadas ao universo urbano. Por isso também foi importante o cumprimento da Lei, de acordo com alguns entrevistados. Francisco Urbano comentou sobre essa dimensão no trecho da entrevista citado a seguir:

Esse processo todo coincidiu com o, com as greves de São Bernardo, urbana, né? Reforçou a gente do ponto de vista do, pro campo. Porque você trouxe, trouxe, São Bernardo fez as greves, como chamava, greve sem lei, porque a lei de greve era quase impeditivo. Nós fomos verificar o seguinte: nós não podemos fazer se for sem lei. Porque na cidade você, simplesmente, num corre risco de trabalhar? Naquela época, a maioria dos camponeses morava dentro de fazenda. Então como é que você vai fazer? Tá certo? Bom, então tivemos que cumprir todo o rito da, fomos criticados por isso, mas todo o rito da lei, tal e tal, no tempo tudo certo: não pode ficar em empresa, não pode ficar no Ministério do Trabalho, aquela palhaçada toda. Para você poder fazer as assembleias e decretar greve. A chamada greve legal, né? Aí nós fomos muito criticados, mas como é que eu faço? Camponês mora dentro da fazenda. A maioria dos camponeses ainda morava²⁴⁰.

²³⁸ Vale lembrar que, após o golpe de 1964, sindicatos, federações e a confederação sofreram intervenção do Ministério do Trabalho, que alijou as lideranças da direção das entidades, colocando em seus lugares outros dirigentes. Tratei desse processo no segundo capítulo.

²³⁹ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

²⁴⁰ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

A organização da greve respeitando a Lei de Greve implicou no cumprimento de um ritual burocrático, que incluiu ações como:

publicação de editais na imprensa uma semana antes das assembleias, comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, realização de assembleias com cédulas de votação a favor ou contra a greve (participando do escrutínio somente trabalhadores sindicalizados), garantia do quórum de 2/3 para validar todo o processo, etc (TAVARES, 1992, p. 162).

Tudo isso exigiu um enorme esforço de organização do movimento sindical. Como mencionado, uma das exigências da Lei de Greve era a realização de assembleias gerais para formulação das reivindicações e autorização da greve²⁴¹. Embora só tivessem direito ao voto os trabalhadores sindicalizados, houve um grande comparecimento de trabalhadores clandestinos nas assembleias dos sindicatos da Zona da Mata²⁴². Eles não votaram, mas manifestaram apoio à decisão geral da greve, de acordo com dados do Relatório Anual de 1979. Maria José, funcionária da Contag na época, comentou sobre as assembleias: “mas as assembleias eram assim, coisa mais linda, era muito trabalhador, era muita gente, e todo mundo aplaudia, ia, e era música, era festa, se tornava uma festa”²⁴³. De acordo com Relatório Anual de 1979, a greve

[...] representou uma quebra por dentro da ‘lei de greve’ do Governo. Os obstáculos antepostos por aquela lei à realidade de qualquer greve foram transformados pela liderança em armas do próprio movimento. Os prazos que visam amortecer os impulsos grevistas foram transformados em tempo para mobilização das bases dos Sindicatos mais fracos através da atuação integrada entre sindicatos vizinhos ou da atuação direta da Federação. O complicado processo eleitoral, que visa individualizar a decisão de greve e cansar os trabalhadores, provocando a falta de quórum na votação, recebeu uma interpretação mais liberal do movimento sindical (um precedente importante para futuros movimentos) e sobretudo reforçou aos olhos dos trabalhadores a legitimidade do apelo à greve (CONTAG, 1979a, p. 16).

No trecho citado, a Contag procurou reforçar a concepção de que a “interpretação liberal” da lei permitiu ao movimento sindical usar o processo de cumprimento das etapas para

²⁴¹ De acordo com o quinto artigo do primeiro capítulo da Lei de Greve: “O exercício do direito de greve deverá ser autorizado por decisão da assembléia geral da entidade sindical, que representar a categoria profissional dos associados, por 2/3 (dois terços) em primeira convocação, e, por 1/3 (um terço), em segunda convocação, em escrutínio secreto e por maioria de votos”.

²⁴² Sigaud (1989) explicou que a garantia dos direitos não está ligada, para os trabalhadores, simplesmente a um contrato de trabalho ou a uma carteira profissional assinada. Para os trabalhadores, para ter os direitos garantidos, é necessário que se pague o Sindicato enquanto associados. Não estar em dia com o Sindicato ou estar afastado dele não garante que o trabalhador se sinta legitimado para utilizá-lo na defesa dos seus direitos, ainda que tenha a ficha.

²⁴³ Entrevista com Maria José Costa Arruda (Zezé) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 19 de março de 2015.

realização da greve como um processo de mobilização dos trabalhadores em Pernambuco. Essa justificação deve ser entendida em um contexto de relação no qual a Contag era acusada por outros movimentos sociais de ser “legalista” por agir conforme a lei, de acordo com alguns entrevistados.

Os primeiros sindicatos a deflagrarem a greve foram os de São Lourenço da Mata e Paudalho. A organização e mobilização dos sindicatos na Zona da Mata era desigual e por isso a greve não foi desencadeada em todos eles ao mesmo tempo, sinalizou Sigaud (1980). Tavares aponta que o começo da greve aconteceu nesses municípios porque inicialmente apenas esses dois sindicatos cumpriram o ritual burocrático necessário. Ambos os sindicatos eram de municípios vizinhos à Zona da Mata Norte pernambucana, mais próximos de Recife, onde atuavam os grupos de sindicalistas mais dinâmicos ligados à Fetape e que tinham contato constante com as lideranças da Contag (TAVARES, 1992). A greve teve início após os dirigentes sindicais não terem nenhuma resposta patronal às reivindicações apresentadas, conforme orientava a Lei de Greve. Ambos os sindicatos reuniam cerca de 20 mil trabalhadores e, durante toda a negociação, os trabalhadores permaneceram parados, apesar das pressões patronais e policiais.

Uma semana depois da realização das assembleias em São Lourenço da Mata e Paudalho, outros 22 sindicatos realizaram suas assembleias e aprovaram a adesão à greve. Os 24 sindicatos que consentiram a realização da greve representavam 28 municípios de um total de 39 em toda a Zona da Mata. Sigaud (1980) estimou que cerca de 70 mil trabalhadores participaram da decisão de decretar a greve na região. A antropóloga destaca que

os números se tornam mais expressivos na medida que se sabe que é muito diferente se obter esse tipo de comparecimento onde os trabalhadores moram na mesma cidade onde funciona a sede do Sindicato, e obtê-lo numa situação em que os associados estão espalhados pelo interior das fazendas, com dificuldade de acesso à sede da cidade e sem que o Sindicato tenha quaisquer condições de providenciar transporte (SIGAUD, 1980, p. 27-28).

Sigaud (1980) indicou que uma característica importante das greves de Pernambuco foi a participação ativa da Fetape na coordenação do movimento. Essa atuação foi importante na mobilização e articulação dos sindicatos. A Confederação se somou ao trabalho da federação e ambas coordenaram as campanhas salariais em Pernambuco. De acordo com Tavares (1992), tratava-se de

um modelo no qual as instâncias inferiores estão subordinadas às instâncias superiores – não exatamente através de um critério de, digamos, ‘centralismo democrático’, mas

sim de adesão espontânea à hierarquia, que, por sua vez, se sustenta em um correspondente grau de acúmulo de capital político, maior nos seus escalões superiores. À coordenação central cabe a direção geral do movimento e a centralização das negociações, nas quais as demais instâncias exercem papéis subordinados (TAVARES, 1992, p. 191).

No período da Campanha Salarial, que acontecia na época da safra, entre setembro e outubro, praticamente todos os diretores e funcionários da Contag se deslocavam para os locais de ação. Foi assim em 1979 e nos anos subsequentes, até meados dos anos 1980, quando os estados começaram a fazer as greves sem o apoio presencial de toda a equipe da Contag. A ideia era dotar a ação de mais pessoas que pudessem apoiar o trabalho nos estados. Esse fato foi lembrado por diversos entrevistados que falaram sobre as Campanhas Salariais. Foi uma experiência que marcou a trajetória dos dirigentes e assessores da Contag e, por isso, um fato destacado por eles nas suas narrativas sobre esse evento. Para alguns, era difícil deixar a família e amigos, mas os que pontuaram esse aspecto também destacaram que estavam envolvidos e queriam participar das Campanhas.

Cada Campanha durava em torno de vinte dias, em média, segundo Paulo Jarbas, funcionário da Contag que atuou em diversas mobilizações de assalariados. Na sua perspectiva, a Contag exercia um papel de coordenadora das Campanhas Salariais. Antes de começar a Campanha nos estados, a Confederação reunia as federações e sindicatos envolvidos nas mobilizações e discutia as principais cláusulas, táticas etc. Paulo Jarbas comentou que quando eles chegavam nas cidades das Campanhas algumas pessoas comentavam que “os comunistas lá de Brasília estão chegando”. As greves iniciadas em Pernambuco se espalharam para outros estados e seguindo o padrão desenvolvido, a equipe da Contag se deslocava para as cidades em que as ações iriam se ocorrer. Paulo Jarbas mencionou que bastavam alguns dias nas cidades para eles serem identificados pela população local como o “pessoal da greve”. Se inicialmente havia um estranhamento com a chegada de pessoas de fora das comunidades, com o tempo foram construindo relações com os habitantes locais e conquistando a simpatia dos moradores das cidades, aspecto importante para ganhar solidariedade à mobilização em desenvolvimento²⁴⁴.

Contudo, não eram apenas os funcionários e dirigentes da Contag que viajavam para atuar nas mobilizações. Tavares destacou que sindicalistas e assessores de diversos estados do país também se deslocaram para Pernambuco para apoiar a greve:

²⁴⁴ Entrevista com Paulo Jarbas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de novembro de 2015.

Na verdade, a Contag concentrou todos os seus esforços no sucesso da greve, lançando mão da sua capacidade de articulação política acumulada dentro do movimento sindical e junto a outros atores políticos da sociedade. Era o começo de uma estratégia relativamente bem sucedida de greves de assalariados rurais [...]. E, mais importante do que qualquer outro aspecto, foi a construção de um exemplo através do qual tentaria atrair dirigentes sindicais de outras áreas do país para a forma de luta sindical que se mostrava a mais adequada aos tempos da ‘abertura’: a realização de greves (TAVARES, 1992, p. 172-173).

O apoio às Campanhas de sindicalistas de outros estados é um indicativo de que as mobilizações de assalariados geraram um processo de troca de experiências e apoio entre sindicalistas de diferentes partes do país, dimensão que pode ter contribuído para a criação de certa unidade do MSTTR e possibilitado o aprendizado do saber fazer greve. O apoio às greves não vinha só de outros estados, mas também de outras regiões de Pernambuco. De acordo com o Relatório Anual de 1979, um elemento relevante na greve foi o apoio dado pelos trabalhadores rurais pequenos produtores do Agreste e sertão de Pernambuco, fornecendo alimentos e dissuadindo outros trabalhadores de aceitarem substituir os grevistas. Como mencionado no capítulo anterior, o processo de troca de experiências e articulação entre atores, no interior do movimento sindical ou com outros sujeitos do campo popular, contribuía para a conformação da Contag e demais instâncias do movimento sindical ou, nas palavras de Thompson (1987), para o “fazer-se” do movimento na própria experiência. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento da ação contribuía para a reprodução social do movimento.

Paulo Jarbas destacou que o apoio dentro do próprio estado vinha também de outras organizações de classe localizadas em Pernambuco e de comerciantes locais. A ajuda ao movimento grevista era particularmente importante quando a greve se prolongava mais do que o previsto. Como os trabalhadores não estavam exercendo sua profissão, não tinham salários e, com isso, sua sobrevivência estava ameaçada pela falta de recursos. Nesse sentido, a arrecadação de dinheiro e alimentos era necessária para garantir a sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias durante o movimento grevista²⁴⁵. Conhecendo essa necessidade, a cada edição das Campanhas Salariais a Contag criava o fundo de greve, que era uma reserva de recursos para subsidiar as atividades de greve e garantir a sobrevivência dos trabalhadores. As federações faziam parte da criação e composição do fundo. De acordo com Francisco Urbano, a ideia era envolver as federações na organização dessas ações de modo a ganhar seu apoio e ampliar a discussão sobre as Campanhas no interior do Sistema Contag. O fundo de greve foi, portanto, peça fundamental para garantir a subsistência dos trabalhadores durante a greve e símbolo da solidariedade aos grevistas. O fundo de greve era formado por várias fontes:

²⁴⁵ Entrevista com Paulo Jarbas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de novembro de 2015.

A Igreja e o comércio local colaboraram com gêneros alimentícios. Camponeses de outras regiões de Pernambuco também enviaram alimentos. Sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais de diversas regiões do país contribuíram com dinheiro recolhido entre associados. Coletas foram feitas em Recife e nos principais centros do país (Rio, São Paulo, Brasília) por grupos de pessoas que solidarizavam com o movimento. Os estudantes, que naquele momento elegiam a primeira diretoria da UNE, não podiam evidentemente realizar uma mobilização maior em função da greve, mas mesmo assim alguns dos grupos que disputavam o comando da entidade se dispuseram a colocar ao lado da urna de votação uma urna para coleta do fundo para os trabalhadores. Por fim, ao lado de todas essas manifestações de solidariedade de outros grupos e instituições talvez a maior manifestação de solidariedade tenha partido dos próprios trabalhadores em greve. No dia de distribuição do fundo inúmeros trabalhadores que, em virtude de suas condições pessoais, como por exemplo a possibilidade de se alimentar do roçado ou do sítio que cultivavam, não só abriram mão de qualquer auxílio, como fizeram questão de contribuir com dinheiro ou em produto (macaxeira, farinha) para um fundo comum que viesse atender aos mais necessitados, aos companheiros *fichados* e sobretudo aos *clandestinos* (SIGAUD, 1980, p. 33).

O apoio à greve se realizou também com manifestações de solidariedade provenientes de diferentes partes do país por meio de telegramas, notas e declarações públicas, de sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos urbanos e associações da sociedade civil.

De acordo com Jarbas, para organizar as Campanhas Salariais a Contag contou com o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)²⁴⁶, que forneceu assessoria aos dirigentes e assessores da Contag no entendimento da composição salarial, o papel do Estado, do empresário, preço da cana, inflação etc. Ainda, outro grupo presente nas Campanhas foi o de alguns estudantes universitários, considerados apoiadores e solidários das greves. Em algumas entrevistas eles foram lembrados como atores importantes no apoio à greve. Nas narrativas dos entrevistados, o grupo mais lembrado foi o de estudantes de pós-graduação do Museu Nacional, na UFRJ. A presença desse grupo de pesquisadores se explica pelo fato de Moacir Palmeira e Lygia Sigaud desenvolverem pesquisa na região desde 1969. No decorrer dos anos seguintes, os pesquisadores se aproximaram da Fetape, sindicatos e da própria confederação. Palmeira chegou a ser assessor da Contag por alguns anos, na década de 1980. Junto a eles, outros pesquisadores desenvolveram trabalho de campo no local ou em estados próximos no âmbito do projeto “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste (1975-1977)”, financiado pela Finep, IBGE e Ipea, e coordenado por Moacir Palmeira,

²⁴⁶ De acordo com informações contidas no portal eletrônico do Dieese, “o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) nasceu da luta dos dirigentes sindicais brasileiros. Foi fundado em 1955, com o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiassem as demandas dos trabalhadores”. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html>>. Acesso em 10 Jul. 2018.

professor do PPGAS/MN (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional)²⁴⁷.

O trabalho da equipe de organização da greve nos estados era apoiar a mobilização e organização dos trabalhadores na realização da Campanha Salarial. Para isso, era necessário cumprir uma série de passos que incluía publicar o edital de convocação da assembleia nos sindicatos, mobilização dos trabalhadores, realização da assembleia, elaboração da pauta de reivindicações aos patrões, negociação com os patrões e realização da greve, quando necessário para pressionar pelo atendimento das pautas.

Uma ação importante no processo de mobilização era estabelecer um diálogo com os STTRs, pois eram os seus dirigentes que conduziriam a interlocução inicial da equipe de organização da greve com os assalariados rurais. Uma figura fundamental nesse processo foi o delegado de engenho, versão local do delegado sindical, conforme indicou Sigaud (1980). O delegado de engenho era a pessoa responsável por estabelecer contato entre os sindicatos e o trabalhador rural na sua localidade. Durante as greves, essa pessoa ajudava na mobilização dos trabalhadores para as reuniões, assembleias e outras atividades e foi fundamental na comunicação entre os sindicatos e os engenhos. Tavares comentou sobre as ações de mobilizações dos assalariados pelos delegados de engenho:

Esses delegados eram moradores escolhidos por seus pares ou indicados pelo sindicato que, de uma maneira ou de outra, serviam de mediadores entre os problemas vividos pelos trabalhadores e a atuação do sindicato. Eram os representantes de base do sindicalismo (TAVARES, 1992, p. 163, grifo do autor).

A mobilização dos trabalhadores também se dava nas próprias usinas, quando era possível. Em alguns casos, a ameaça de repressão oriunda das forças repressivas contratadas pelos patrões – conhecidos como “capangas” – colocava em risco a segurança dos organizadores das Campanhas e impunha limites para a ação de mobilização dos assalariados para as greves.

Contudo, as mobilizações nos engenhos e usinas não era suficiente para alcançar todos os trabalhadores. Por isso, também foi necessário mobilizar os assalariados por meio de panfletagens, reuniões, programas de rádio etc. As panfletagens aconteciam nos espaços públicos das cidades para alcançar os trabalhadores na ida para o trabalho, como nas rodoviárias

²⁴⁷ A equipe era formada por professores ou alunos do PPGAS/MN, entre os quais, Otávio Velho, Afrânio Raul Garcia Jr., José Sergio Leite Lopes, Lygia Sigaud, Marie France Garcia, Luiz Antonio Machado, Maria Rosilene Barbosa Alvim, Neide Esterici e Beatriz Heredia. Para mais detalhes sobre o projeto, ver Carvalho (2015, 2016) e Lopes (2013).

e feiras, e serviam também como meio de dialogar com a população dos municípios, esclarecendo sobre o caráter da mobilização em curso e, potencialmente, conquistando solidariedade à mobilização em curso.

Tavares mencionou que um dos instrumentos utilizados para se comunicar com as bases foram a literatura de cordel e os *cânticos*. Esses instrumentos foram usados como meio de preparar os trabalhadores para o ritual da Lei de Greve, para organizar a greve e propagandear as reivindicações, para divulgar a Convenção Coletiva após a greve (TAVARES, 1992).²⁴⁸

A mobilização tinha uma contrapartida, que era uma tentativa de desmobilização da greve por parte dos patrões. Uma das histórias contadas por Paulo Jarbas destaca essa dimensão. Jarbas comentou que os “gatos”, pessoas responsáveis por contratar os trabalhadores no corte da cana, prometiam pagar um salário maior para os trabalhadores durante as Campanhas. A ideia era convencer os assalariados a não aderirem à greve. Porém, na hora, segundo o entrevistado, não pagavam o valor mais alto²⁴⁹.

Em 1979, uma vez feita a mobilização e assembleia, com aprovação da pauta de reivindicações e da realização da greve, a pauta foi entregue aos patrões. Eles tinham cinco dias para apresentar respostas à proposta de contrato coletivo feita pelas entidades sindicais, de acordo com a lei²⁵⁰. Com o fim do prazo e sem a aceitação dos patrões em negociar, os trabalhadores começaram a greve, que durou uma semana.

Os trabalhadores em greve se organizavam em comandos por engenhos. “Aos comandos cabia formar os piquetes para mobilizar todos para a greve, barrar os fura-greve, impedir que o patrão trouxesse outros trabalhadores para substituí-los, fiscalizar a paralização naquela propriedade e a ação de eventuais provocadores” (SIGAUD, 1980, p. 30). Maria José, funcionária da Contag na época da greve que viajou para Pernambuco para apoiar a mobilização, se lembrou em sua entrevista que todos acordavam cedo para ir conversar com os trabalhadores que iam para o corte de cana logo pela manhã, explicando-os sobre a ação em curso e sua importância. A ideia era evitar que os trabalhadores entrassem no transporte rumo

²⁴⁸ Para conhecer alguns dos cânticos comuns no universo sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco, ver o CD “Lutando e Cantando: Música e Política dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco” produzido por Menezes e Pereira (2008) e o trabalho escrito por ele “Lutando e Cantando: música, política e memória social dos trabalhadores rurais de Pernambuco”, também em 2008.

²⁴⁹ Entrevista com Paulo Jarbas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de novembro de 2015.

²⁵⁰ De acordo com o Artigo 6º da seção II, do Capítulo II da Lei 4.330: “Aprovadas as reivindicações profissionais e autorizada a greve, a Diretoria da entidade sindical notificará o empregador, por escrito, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias para a solução pleiteada pelos empregados, sob pena de abstenção pacífica e temporária do trabalho, a partir do mês, dia e hora que nela mencionará, com o interregno mínimo de 5 (cinco) dias nas atividades acessórias e de 10 (dez) dias nas atividades fundamentais”. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4330.htm>. Acesso em 24 Jun. 2018.

ao corte de cana e enfraquecessem a mobilização²⁵¹. Ainda sobre os piquetes, Tavares destacou que eles eram

destinados como se sabe a persuadir os trabalhadores que não aderem espontaneamente ao movimento. A organização dos piquetes ocupa um lugar central nessa operacionalização da greve – são dezenas de equipes de piqueteiros, que, a cada ano, a partir de 1979, foram desenvolvendo novas táticas para a greve em Pernambuco (TAVARES, 1992, p. 192).

Durante as Campanhas, todos os dias à noite, a equipe que trabalhava na organização se reunia para debater o andamento e traçar novas estratégias.

Apesar do processo de abertura política que o país vivia em 1979, o contexto ainda era de restrições democráticas e o processo de mobilização envolvia riscos de repressão. As histórias de repressão e violência contra a organização das Campanhas Salariais são diversas e são mencionadas por vários entrevistados. A repressão acontecia de diferentes maneiras conforme a configuração de poder de cada local. Essas histórias envolvem violências físicas contra os assalariados, emboscadas contra os organizadores das Campanhas, ameaças e vigilância feita por *capangas* contra os assalariados, obrigando-os a trabalhar, e tentativas de prisões. Os trabalhadores usaram a legalidade da greve como arma para se defenderem dos arbítrios dos patrões e de forças policiais. Sobre a mobilização em Pernambuco, Maria José, funcionária da Contag na época, narrou:

eu fui chamada várias vezes na Delegacia de Polícia... lá, em Pernambuco. Quis saber o que eu tava fazendo [...]. E a gente fazia tudo com base na lei de greve. ‘Comandante, é o seguinte, tá aqui a lei de...’ – a gente andava com a lei – ‘Nós estamos fazendo, ó, o que diz a lei, assembleia, porque quem vai decidir se faz greve não é nós, são os trabalhadores, tá aqui ó, então nós não estamos fazendo nada demais’. Tá bom, tá bom’ – aí era assim – ‘então tá liberado’, mas várias vezes²⁵².

Maria José se lembra que a cada mobilização as forças policiais estavam presentes, acompanhando todo o processo. Para não desmobilizar os trabalhadores, dizia a eles que a polícia estava lá para dar segurança às pessoas, mas, cientes dos riscos que corriam, procuravam seguir os trâmites legais para evitar o questionamento por parte dos agentes do Estado ao processo em curso.

²⁵¹ Entrevista com Maria José Costa Arruda (Zezé) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 19 de março de 2015.

²⁵² Entrevista com Maria José Costa Arruda (Zezé) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 19 de março de 2015.

[...] tinha lugar que a polícia estava presente nos pontos de, chamava, na época, boia fria, depois cortou esse nome, chamava boia fria, né, onde os trabalhadores pegavam os transportes, estava lá cheio de polícia, tudo muito bem armado, entendeu? Mas a gente sabia porque nós estávamos bem orientado, de como proceder naquele momento²⁵³.

Então assim, muita reação do patronato, muito capanga nas estradas amedrontando – a gente ia dentro dos canaviais, convocar, distribuir panfleto, dentro dos canaviais – cara, era muita loucura. Dentro, a gente discutia com aqueles caras que fazia a, que tem um cara lá que é só para vigiar, eles têm um nome certo lá, que hoje eu não me lembro mais o nome, o nome certo, mas tinha um nome, um nome do cara lá que era tipo o leão de chácara, que ficava olhando se os trabalhadores estavam fazendo tarefa direito. Era muita discussão. Uns você convencia no papo, na conversa: ‘olha, você é trabalhador, você também passa necessidade, o que nós estamos fazendo aqui é pra melhorar a vida de vocês, não tô fazendo nada errado, entendeu?’”. Aí amenizava, a gente entrava, enquanto um estava conversando com um cara, os outros já estava ali dentro²⁵⁴.

Retomando o caso de 1979, o processo de negociação entre sindicalistas e patrões teve início logo com o começo da greve e durou quatro dias. Quem negociava pelos trabalhadores eram os presidentes dos sindicatos, o presidente da Fetape e da Contag. Do lado patronal havia representantes sindicais dos usineiros e dos fornecedores de cana. Os assessores jurídicos de ambas as partes acompanhavam as reuniões. O Estado estava presente na negociação por meio dos representantes da Delegacia Regional do Trabalho, que mediavam as negociações. No meio das negociações, deu lugar ao Delegado Regional do Trabalho o Secretário das Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho.

Enquanto as negociações se desenrolavam, um dos instrumentos de ação e pressão utilizado pelos trabalhadores era queimar os canaviais, passo importante e que antecedia o corte da cana. Uma vez queimado, o canavial precisava ser cortado e com os trabalhadores em greve isso não era possível. Com isso, os patrões ficavam pressionados. Paulo Jarbas contou que uma das táticas utilizadas era colocar fogo por meio de uma vela no canavial. Enquanto a vela queimava e antes de espalhar o fogo, havia tempo suficiente para sair do meio do canavial. O que essa informação mostra é a multiplicidade de ações envolvida em torno das Campanhas Salarias: greves, negociações e ações de resistência localizadas nos canaviais.

A greve de 1979 não se prolongou e Tavares explica no trecho abaixo os motivos.

Os usineiros foram surpreendidos pelo movimento e quiseram negociar rapidamente, a fim de evitar uma generalização da greve por toda Zona da Mata. Um certo grau de mobilização foi mantido nos dias subsequentes porque a convenção assinada pelos

²⁵³ Entrevista com Maria José Costa Arruda (Zezé) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 19 de março de 2015.

²⁵⁴ Entrevista com Maria José Costa Arruda (Zezé) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 19 de março de 2015.

usineiros com os sindicalistas encontrou resistência da parte dos representantes dos fornecedores de cana (fazendeiros que produzem cana para vender às usinas) (TAVARES, 1979, p. 164).

Contudo, os fornecedores de cana acabaram assinando a Convenção após o governo conceder um aumento aos fornecedores sobre o preço da cana. Apesar de as negociações e a greve terem terminado, a mobilização precisa permanecer para que se haja pressão para que se realize o cumprimento do acordo, no caso da assinatura da convenção coletiva, ou da sentença do Tribunal Regional do Trabalho, no caso do dissídio coletivo.

Durante as greves, um personagem foi fundamental: o/a assessor/a jurídico. Se antes esse ator leu a legislação e buscou encontrar meios de ação a partir do próprio texto da lei, no caso das greves de assalariados o assessor jurídico não só interpretou a Lei de Greve em colaboração com os trabalhadores e sindicalistas como também foi central nas negociações com os patrões e Estado. Esses atores dominavam o conteúdo de certas regras e linguagem do universo jurídico, essencial nesse tipo de negociação. Nesse ponto, há continuidades entre as estratégias de ação de antes e após 1979. As interpretações das leis e negociações não foram feitas só pelos assessores jurídicos, mas por eles em diálogo com os trabalhadores. Era uma leitura das leis a partir da troca de experiências com os trabalhadores e líderes sindicais.

A greve da Zona da Mata em 1979 se encerrou quando os trabalhadores de São Lourenço da Mata e Paudalho se reuniram em assembleia e aprovaram o protocolo de acordo firmado entre seus representantes e os líderes patronais (SIGAUD, 1980). Sigaud busca entender as razões que levaram os trabalhadores à vitória. Nas palavras da autora:

A vitória dos trabalhadores na mesa de negociações pode ser explicada pelo fato de que havia 20 mil em greve e uma ameaça de que outros 100 mil se unissem ao movimento. Também pesaram a unidade demonstrada durante o 'diálogo' e a legalidade da greve. Havia evidentemente por parte do Governo o interesse de que aquela greve tivesse um desfecho que não lhe trouxesse maiores prejuízos políticos, pois suas atuações recentes em relação a outros movimentos [refere-se à greve dos bancários do Rio e dos metalúrgicos de Minas] haviam produzido um desgaste para o programa de 'abertura'. Por outro lado, a vinculação das reivindicações às leis vigentes tornava difícil ilegitimar a pretensão dos trabalhadores. Tudo indica que esses elementos e o risco calculado de que a Convenção pudesse não ser cumprida levaram o Governo e os patrões a cederem (SIGAUD, 1980, p. 46).

Os trabalhadores dos demais 22 sindicatos que se encontravam mobilizados para aderir à greve não o fizeram porque a convenção aprovada se estendia a toda a zona canavieira. O término da greve e a vitória dos trabalhadores não representava a imediata aplicação dos contratos de trabalho. Muitos patrões se recusaram a se ajustar às normas por não concordarem com o que havia sido acordado na mesa de negociação. A luta dos assalariados continuou após

o fim da greve em muitas localidades, como destacou Sigaud (2009). Para exigir o cumprimento das normas, os assalariados entraram na Justiça do Trabalho, negociaram com os patrões e até mesmo voltaram a paralisar o trabalho como meio de pressão pelo cumprimento do acordo²⁵⁵.

4.2.2 Desdobramento das Campanhas

A greve dos canavieiros da Zona da Mata pernambucana, em 1979, foi a experiência a partir da qual se procurou generalizar a estratégia das greves para todas as zonas canavieiras do país (TAVARES, 1992). O sucesso na maneira de realizar a greve levou Tavares (1992) a considerar o “modelo Pernambuco”, expressão utilizada para falar do modelo de realização da greve com base na Lei,²⁵⁶ o paradigma de ação construído pela Contag para o conjunto do sistema sindical por meio do qual orientava a realização de greves nas zonas canavieiras do país²⁵⁷. Em 1980, o desafio foi deflagrar a greve em todos os municípios da Zona da Mata. Tavares explica o motivo para isso:

Na zona canavieira, se a greve não é total, os usineiros são capazes de deslocar cana de sub-áreas mais distantes e continuar alimentando as moendas das usinas, principal alvo das greves. Naquele momento, a Fetape avaliou que seria necessário ampliar o apoio externo ao movimento, a fim de fortalecer as fileiras das equipes que sustentavam os piquetes, encarregados principalmente de deter clandestinos e corumbas a caminho do trabalho nos engenhos: solicitando apoio ao movimento popular em Pernambuco e ao sindicalismo rural de todo o país (TAVARES, 1992, p. 218, grifo do autor).

As duas iniciativas foram tomadas, mas o apoio do movimento popular pernambucano foi restrito. O apoio da Contag e de outras federações foi mais intenso. As federações que se destacavam por ter concentração de assalariados e que participaram do encontro em Carpina, em agosto de 1980, foram convidadas a participar da greve – e foi assim até 1985.

²⁵⁵ Para mais detalhes, ver Sigaud (2009).

²⁵⁶ De acordo com Medeiros, “um encaminhamento que explora ao limite as virtualidades da legislação existente, procurando buscar nela o espaço para a mobilização e organização dos trabalhadores” (MEDEIROS, 1989, p. 133).

²⁵⁷ Nas palavras de Tavares, “O sindicalismo rural pernambucano ofereceu a identidade de camponês ao movimento sindical de trabalhadores rurais” (1992, p. 181, grifo do autor). Se é verdade que o sindicalismo rural de Pernambuco foi central na estruturação da identidade sindical nacional, o peso dado ao modo de agir sindical desse estado por Tavares é muito intenso e desconsidera outras configurações, histórias e forças políticas que se entrecruzam e conformam o que se entende por MSTTR, que não é algo homogêneo e não pode ser entendido apenas por meio de uma das suas partes.

Era ao mesmo tempo um processo de produção, reprodução e difusão do ‘modelo pernambucano’ – uma estratégia de treinamento de sindicalistas de todo o país através da experimentação das lutas travadas na Zona da Mata, concomitantemente buscando o fortalecimento dessa mesma experiência (TAVARES, 1992, p. 221).

Em 1980, a greve teve grande mobilização e reuniu cerca de duzentos e quarenta mil trabalhadores, tendo sido fundamental para a consolidação do modelo de ação em desenvolvimento. Em 1981, a greve não aconteceu, pois o TRT julgou o dissídio antes de terminar o prazo fixado por lei para as negociações, inviabilizando assim legalmente o movimento. Porém, a preparação e mobilização para tal aconteceu. Nos anos seguintes, novas greves aconteceram em Pernambuco, com exceção das situações em que se chegou a uma solução durante as negociações que antecederam a mobilização (SIGAUD, 2009; MEDEIROS, 1989).

As Campanhas Salariais tiveram início em Pernambuco e depois se difundiram para outros estados. Em 1980 aconteceram greves na Bahia, no setor de café, e em Minas, na zona açucareira. Em 1982 foi a vez do Rio Grande do Norte, que repetiu a mobilização no ano seguinte. Em 1984 a greve aconteceu em diversos locais, entre os quais São Paulo, Goiás, Minas, Rio, Rio Grande do Norte e Paraíba. As greves em cada estado tinham sua dinâmica própria conforme a organização sindical de cada local. Porém, o histórico de mobilização em Pernambuco repercutiu e influenciou no rumo das mobilizações de assalariados em outros estados (SIGAUD, 2009).

Um passo importante para a difusão das greves foi a realização dos Encontros Nacionais de Assalariados Rurais, que aconteceram entre 1980 e 1983. Nesses seminários, que reuniam sindicalistas e assalariados de várias partes do país, a experiência de Pernambuco foi apresentada como exemplo de que a realização de greves era possível e um modelo a ser seguido (SIGAUD, 2009). Tavares falou sobre o Encontro de 1981:

Neste encontro, ‘além da troca de experiência sobre contratação coletiva e outras formas de ação coletiva, foi analisada a Política Salarial e a Legislação em vigor, referente a Contrato Coletivo de Trabalho e Lei de Greve, levando em consideração a atual conjuntura política do País’ (Contag 1980: 1). Participaram sindicalistas de sete estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo. Era o passo decisivo na estratégia de difusão da experiência pernambucana. Pouco depois, na campanha salarial de 1980, na Zona da Mata Pernambucana (setembro/outubro), sindicalistas daqueles estados incrementaram viagens a Pernambuco para acompanhar as campanhas salariais, como faziam alguns deles desde 1978 (TAVARES, 1992, p. 217-218).

Se a primeira greve da Zona da Mata de Pernambuco coincidiu com a eclosão das greves operárias no Sudeste, em fins dos anos 1970, as greves seguintes aconteceram sem que no

universo urbano se mantivesse a alta intensidade de paralisações operários, o que é indicativo da relativa autonomia das greves no campo em relação às operárias (SIGAUD, 2009).

Embora existisse um saber fazer greve pelos militantes da Contag, a deflagração de uma ação como essa teve características distintas conforme a situação de cada local e o contexto. O depoimento de Maria José é ilustrativo disso:

[...] Nós fizemos isso também no sul de Minas, né, na região canavieira do sul de Minas, mas o contexto e a situação lá era bem diferente do Nordeste. Muito diferente. Você já vê que a situação de vida do pessoal – a maioria mora na cidade, né, mora na periferia e trabalha nos canaviais, enquanto que lá, em Pernambuco, a maioria mora dentro dos canaviais, né, com, a maioria mora dentro dos canaviais, sem direito de plantar um pé de tomate no fundo do quintal, né? Já, em Minas, o pessoal mora na cidade, na periferia, mas a maioria tinha sua casa, sua geladeira, seu fogão, já tinha um transporte mais decente para ir pro trabalho. Não tinha comida, mas eles levavam a comida. Eu costumava dizer assim: ‘e aí, vai almoçar o que hoje?’. ‘Ah, olhe, eu tenho frango, tenho feijão, tenho...’. Quer dizer, muito diferente da rapadura com farinha. Muito diferente. E, vamos dizer assim, que estava uma situação bacana no sul de Minas, mas a gente estava lá exatamente pra melhorar a situação, né? Que teve também excelente resultado. Grandes assembleias, grande momento, planejada da mesma forma que foi planejada para o Nordeste, sabendo que lá em Minas a realidade era outra, né? [...] Então assim, chamou muita atenção o movimento, né, que foi, a greve durou uma semana, parece, uma semana de greve²⁵⁸.

Paulo Jarbas explicou que um dos períodos em que mais se obtinha conquistas era durante as eleições, pois os patrões eram políticos ou apoiadores de candidatos e naquela situação estavam interessados nos votos dos assalariados²⁵⁹. A fala de Jarbas lança uma hipótese a ser investigada, da relação entre eleições e resultados das mobilizações, trabalho que foge ao escopo desse estudo. De toda forma, a sugestão do entrevistado aponta para a importância em se considerar o contexto de cada momento da greve como categoria relevante para se entender as ações.

Paulo Jarbas mencionou que a greve mais difícil de organizar foi a primeira, em Pernambuco, devido ao ineditismo da situação. Porém, ao longo dos anos e conforme a Contag dirigia-se para outras localidades para organizar as Campanhas, novas e distintas dificuldades surgiam. Na Paraíba, por exemplo, a violência era um dos maiores dificultadores das ações. Já no Rio Grande do Norte, uma usina dominava praticamente todo o estado e tinha um bom sistema de comunicação que lhes facilitava exercer o controle sobre a equipe de organização da greve²⁶⁰.

²⁵⁸ Entrevista com Maria José Costa Arruda (Zezé) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 19 de março de 2015.

²⁵⁹ Entrevista com Paulo Jarbas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de novembro de 2015.

²⁶⁰ Entrevista com Paulo Jarbas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de novembro de 2015.

Para citar mais um exemplo, os sindicalistas do Rio de Janeiro realizaram a primeira greve geral de cortadores de cana em 1984, no município de Campos. A greve ocorreu após um longo processo de socialização para a greve vivida por esses sindicalistas por meio de viagens ao longo de sete anos à Zona da Mata pernambucana por ocasião das Campanhas Salariais, seminários, cursos e treinamentos. As conexões entre as greves em Pernambuco e no Rio de Janeiro foram analisadas por Tavares (1992).

Os ganhos materiais obtidos com as greves foram imensos e significativos para os trabalhadores. Ao mesmo tempo, o processo de greve representou ganhos no que se refere ao processo de reprodução social do próprio MSTTR, ao fortalecer a estrutura sindical e estimular a filiação de mais trabalhadores aos sindicatos. O trecho a seguir destaca alguns desses fatores, importantes para a perenidade do movimento.

O saldo da greve dos trabalhadores de Pernambuco foi extremamente positivo para os trabalhadores e para o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais. Para os trabalhadores trouxe ganhos materiais importantes e ajudou-os a readquirir confiança em sua própria força. Para os sindicatos, foi um fator de fortalecimento e renovação. Nunca, nos últimos quinze anos, viram-se assembleias com tanta gente. Os trabalhadores clandestinos reaproximaram-se dos Sindicatos, desmentindo a tese de que é impossível trabalho sindical com ‘bóias-frias’. Alguns Sindicatos que não aderiram ao movimento grevista, pressionados pelos trabalhadores, foram obrigados a fazê-lo a maior caminho. Outros, sentindo-se constrangidos, para não perderem totalmente o respeito de suas bases, uma vez aprovada a convenção, solicitaram sua extensão aos demais municípios da zona da mata (CONTAG, 1979a, p. 15-16).

A greve de 1979 em São Lourenço da Mata e Paudalho teve efeitos sobre sindicatos de municípios vizinhos, provocando mobilizações diversas, inclusive entre as entidades sindicais cuja atuação se limitava sobretudo às atividades assistencialistas, de acordo com Sigaud (1980). No trecho a seguir, Maria José, funcionária da Contag que atuou nas greves, ressaltou a capacidade formativa do processo de organização da Campanha Salarial, aspecto que compõe o caráter de reprodução social da mobilização em curso naquele momento nos termos desse trabalho. Nas palavras de Maria José:

a gente não mobilizava só pra greve, era um momento de conscientização política também. Nas assembleias, todo dia a tarde tinha uma reunião do sindicato. As principais lideranças do sindicato, os delegados de base, era o momento de capacitar, de informar, de orientar, dele se informar daquele momento que a gente tava vivendo. Então a gente tinha todo um esquema, todo um planejamento dos temas que a gente ia discutir – ‘por que fazer a greve?’ – aí depois que contava toda a situação, que eles nos contava da vida deles, aí a gente entrava: ‘os patrões não querem ceder, os patrões não querem pagar melhor, o que que nós vamos fazer?, o que que precisa ser feito?’. [...] ‘Olha, uma cana...’ – nunca esqueço desse exemplo – ‘olha, uma cana, uma cana você corta rápido, duas já é mais difícil, três já é mais, agora pega um feixo, é isso que nós somos, um só não tem força, mas se juntar todo mundo aqui, nós temos força’. Era assim, com exemplo bem prático... [...] e, dessa mobilização, dessa conversa,

surgiram muitas lideranças boa, muito jovem bom, muita gente afinada, muita gente com vontade, entendeu? Muita. Houve muita renovação de liderança nos sindicatos nesse período em função desse trabalho que a gente ficava só um mês, entendeu? Muita²⁶¹.

Portanto, o processo de organização das greves fez muitos assalariados verem os limites da atuação da diretoria do seu próprio sindicato e passarem a atuar mais ativamente junto aos sindicatos. Nesse processo, novas diretorias foram eleitas e assalariados que viveram a experiência da greve se tornaram dirigentes sindicais. Sigaud (2009) resume alguns dos ganhos das greves na Zona da Mata de Pernambuco entre 1979 e 1985 em relação ao processo de organização sindical:

[...] houve o aumento da participação dos associados na vida sindical, a ampliação do quadro de associados e a consolidação da estrutura intermediária de delegados sindicais. Entre 1979 e 1985, nove diretorias sindicais que não haviam se envolvido nas greves foram substituídas” (SIGAUD, 2009, p. 302).

Também foi importante como processo formativo para as lideranças locais. Paulo Jarbas, funcionário da Contag que atuou em diversas greves, explicou que depois de alguns anos os funcionários da Contag não precisavam mais viajar para apoiar a organização das Campanhas, pois os próprios dirigentes estaduais já tinham experiência para fazerem por si só as mobilizações. Essa fato ressalta o aspecto formativo das Campanhas e, por sua vez, mais uma dimensão de reprodução social da Contag²⁶².

A partir de 1980 e até 1985 diversas Campanhas Salariais foram organizadas cumprindo a Lei de Greve. De acordo com Tavares, em 1985 o governo federal fez caducar a Lei de Greve e a partir de então os sindicalistas atualizaram sua prática sindical diante da nova mudança conjuntural.²⁶³ Data desse momento também o fim das viagens sistemáticas dos funcionários e dirigentes da Contag para organizarem e apoiarem as greves nos estados. De acordo com Tavares (1992), a partir de 1984 as viagens, como experiências sistemáticas, foram encerradas.

A Fetape e a Contag deixaram de ‘convidar’ sindicalistas de outros estados para viajar a Pernambuco no período das campanhas salariais dos canavieiros por dois principais motivos detectados nos relatos dos dirigentes sindicais: os custos de alimentação dos visitantes (as passagens eram pagas pelas federações de origem) se tornaram muito altos; os próprios sindicalistas visitantes foram ano após ano, eles mesmos, se

²⁶¹ Entrevista com Maria José Costa Arruda (Zezé) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 19 de março de 2015.

²⁶² Entrevista com Paulo Jarbas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de novembro de 2015.

²⁶³ Contudo, a informação que consta no portal eletrônico da legislação é que ela foi revogada pela Medida Provisória nº 59, de 1989, que por sua vez foi substituída pela Lei nº 7.783, de 28.6.1989, em vigor até hoje e que “dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências”.

engajando em greves nos seus estados e comprometendo-se em muitos casos com suas bases, secundarizando assim a participação na campanha salarial de Pernambuco (no caso do Nordeste, os períodos de campanha salarial são, inclusive, semelhantes) (TAVARES, 1992, p. 254).

Ivaneck Perez Alves, assessor jurídico da Contag, esclarece que o fim das viagens do corpo de funcionários e assessores da Contag tinha também a ver com a crise financeira pela qual a entidade passava no período.

Então, nesse período de crise, a Contag deixa de poder fazer o que ela fazia antes: mandar os funcionários para o Nordeste etc. Então, você começa a reorganizar. E entra nessa fase de você fazer uma reunião antes, com as federações, com as lideranças, para poder discutir pauta, etc. Mas quem passa a encaminhar mesmo as negociações e tudo, são as federações, sozinhas. Com apoio da Contag, mas um apoio era mandar um advogado, ou um diretor, para ajudar. [...] [Antes,] os funcionários da Contag iam nas fazendas, mobilizar os trabalhadores, fazer as greves e tudo o mais. Durante muitos anos foi assim. Aí, com essa crise financeira, esse trabalho tem que ser redimensionado. Aí, foi redimensionado dessa forma. A Contag não manda mais os funcionários: vai um diretor; um assessor, para ajudar no processo²⁶⁴.

Ainda, na avaliação de Francisco Urbano Araújo Filho, as Campanhas Salariais perderam força vis-à-vis o processo de modernização do setor agrícola. De acordo com o ex-dirigente sindical, a MSTTR não soube adaptar suas ações às mudanças no setor:

Mais recente, teve uma diminuição dessas campanhas mais massivas, né? Porque nós, isso é minha opinião, nós não conseguimos acompanhar a chamada modernização do setor, que era para tirar, afastar gente. Então começaram a botar o tratorista, o caminhoneiro, é... exigiu um cara com mais letra, mudar estratégia de corte, né, de produtivo, uma série de metodologia deles, que diminuiu mão de obra, tá certo? Mas manteve a exploração daqueles poucos que ficaram. Nós não conseguimos acompanhar isso, que precisaria de cada federação ou sindicato ter recurso para ter gente pra, muito próximo, ir acompanhando o processo de modernização para intervir logo ali, né? Depois que tá consolidado se perde isso, né?²⁶⁵.

Como busquei demonstrar nos parágrafos acima, a mudança na maneira de conduzir as Campanhas Salariais tinha a ver com uma variedade de motivos, que incluíam a aprendizagem do saber fazer as Campanhas em cada localidade, a crise financeira da Contag em meados nos anos 1980, a modernização do setor agrícola e as implicações disso nas relações de trabalho assalariado no campo. As Campanhas Salariais e as negociações entre os representantes dos trabalhadores e dos patrões não se encerraram, mas fizeram parte do cotidiano da Contag nos anos subsequentes, mudando de forma e importância. Considerando a experiência

²⁶⁴ Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

²⁶⁵ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 22 de outubro de 2015.

pernambucana, Sigaud destaca que, após 1985, os contratos coletivos de trabalho foram renovados anualmente por meio de um dissídio votado pelo Tribunal Regional do Trabalho ou por meio de convenções entre as partes. Algumas greves chegaram a acontecer, como em 2005, com duração de dez dias (SIGAUD, 2009).

A apresentação do caso das greves de canavieiros, principalmente a de 1979, teve o objetivo de ressaltar um caso emblemático que mostrasse a orientação da Contag em privilegiar ações de massa. A mobilização dos assalariados foi apenas uma das pautas de atuação da Confederação na década de 1980. A Contag atua ainda em grandes mobilizações nacionais, como a Campanha por Diretas Já, em ações mais localizadas, como no apoio dos atingidos por barragens, nas mobilizações dos pequenos produtores, principalmente na região sul do país, na Constituinte de 1987, e ainda na elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária, entre outras ações. Os anos 1980, inclusive, são uma década com intensas ocupações de terras e lutas para resistirem e lutarem contra despejos, em várias partes do país. Embora várias dessas ações já tenham em alguma medida sido estudadas, ainda há poucos trabalhos com o recorte de investigação para entender a atuação da Contag nesses processos.

O Começo dos anos 1990 foi marcado por um processo de reestruturação interna do movimento sindical. Ao mesmo tempo, uma categoria até então com pouca expressão nacional começou a ganhar força, a de pequenos produtores e que vieram a ser denominados, posteriormente, agricultores familiares. Suas principais pautas de reivindicação tinham a ver com políticas públicas e, por isso, seu principal foco de ação foi o Estado. Na seção seguinte, descreverei e analisarei aquela que se tornou a principal ação coletiva da Contag nos anos 1990, marca do sindicalismo dos trabalhadores rurais e expressão da ação pautada na negociação com o Estado: os Gritos da Terra Brasil.

4.3 Gritos da Terra Brasil: a “data-base” do MSTTR

[...] o Grito é o momento, como diz, a data base do movimento sindical. Todo mundo não tem uma data base? O Grito da Terra também representa isso: a data base, a renovação das pautas, de articular, de pressionar, de cobrar, de dialogar sobre as questões do campo como um todo, né? Em todas as bandeiras de luta que o movimento sindical atua, né? Que é reforma agrária, previdência, educação do campo, né? Assalariados²⁶⁶.

²⁶⁶ Entrevista com Maria José Costa Arruda (Zezé) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 19 de março de 2015.

O Grito da Terra Brasil (GTB) é uma mobilização desenvolvida pela Contag anualmente desde 1994 que tem por característica central apresentar e negociar uma pauta de reivindicações da categoria de trabalhadores rurais para o Estado. O foco central tem sido o poder executivo federal: é para essa instância que se destina a maioria das pautas do Grito. Contudo, também há demandas para o poder legislativo federal, como pedidos de projetos de lei, e, em menor escala, pedidos ao poder judiciário. Além disso, essa mobilização também se caracteriza por, em algumas situações, promover ações de massa na rua, ocupações de prédios públicos e outras ações coletivas complementares, que variaram ao longo do tempo. Essas ações dão força para as negociações e, portanto, são diretamente associadas a ela, ou seja, são partes constitutivas do GTB.

O primeiro GTB aconteceu em 1994 e, desde então, a mobilização vem sendo realizada anualmente. Por isso, foi comum em todas as conversas e entrevistas com dirigentes e assessores da Contag a caracterização do GTB como a data-base do MSTTR. Nas palavras de Juraci Moreira Souto, dirigente da Contag: “[o GTB] é uma espécie de data-base da organização sindical rural brasileira perante o governo federal, perante o poder judiciário, perante o poder legislativo”²⁶⁷.

O estudo do GTB é interessante porque permite analisar o desenvolvimento de uma ação regular ao longo do tempo, observando o seu processo de gestação, transformação e características em cada contexto. Também é interessante pelas múltiplas formas de ação, que conjuga mesa de negociação com passeatas, ocupações de prédios públicos e publicação de notas públicas, entre outras.

4.3.1 Caracterização do Grito da Terra Brasil

A inspiração para organizar o GTB tem origem no Norte do país. No início dos anos 1990, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri-PA), vinculada à CUT, realizou uma série de mobilizações que ficaram conhecidas como “Gritos do Campo”. A

²⁶⁷ Entrevista com Juraci Moreira Souto concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 21 de outubro de 2015.

primeira delas aconteceu em 1991. Essas ações inicialmente denunciavam o aumento da violência no campo e depois reivindicaram a aplicação do Fundo Constitucional de Financiamentos do Norte (FNO)²⁶⁸, criado pela Constituição de 1988, em benefício dos agricultores (TURA, 1996). Na avaliação de Alessandra Lunas, essas ações foram importantes para pensar a identidade dos trabalhadores rurais na Amazônia e serviram como catalisador para a criação de sindicatos e de federações na região²⁶⁹. O processo de organização dos Gritos do Campo foi estudado por Tura (1996), que os descreveu da seguinte maneira:

Os *Gritos* são mobilizações de trabalhadores rurais que ocorreram nas grandes cidades (na capital e cidades-pólos do Estado), num determinado período de tempo preestabelecido (em torno de três à cinco dias), articuladas pelo movimento sindical, que reúne diversos setores e organizações da categoria (Central Única dos Trabalhadores, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Movimentos de Pescadores, Seringueiros, Sem-Terra, etc.) na formulação de uma pauta comum de reivindicações e na negociação com o Estado e o patronato, tomando como base uma concepção de desenvolvimento para o campo que procura se contrapor ao modelo vigente. Para a conquista de suas reivindicações são elaboradas propostas de mesas de negociação constituídas, como também são organizadas diferentes formas de pressão durante os dias do evento, como, por exemplo, a ocupação de bancos, de avenidas, passeatas, debates, manifestações em frente à órgãos públicos, etc. Assim, nestes dias de manifestações, há negociações com o patronato e representantes dos governos municipais, estaduais ou federal (TURA, 1996, p. 1-2).

Em 1993, essa mobilização se expandiu por toda a Amazônia, ganhando dimensão regional e conformando o primeiro Grito dos Povos da Amazônia por Cidadania e Desenvolvimento. A mobilização ocorrida no Norte do país inspirou diversos movimentos sociais a realizarem uma ação parecida no plano nacional. Foi assim que começou a se gestar o Grito da Terra Brasil, cuja primeira edição aconteceu em 1994, último ano do governo Itamar Franco (1992-1995). O GTB de 1994 foi organizado por diversas entidades: DNTR/CUT, Contag, MST, Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Conselho da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Capoib), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outras. A origem do GTB, portanto, é marcada pela articulação de diversos movimentos em torno de uma pauta de reivindicação comum apresentada aos representantes do Estado. Desse ponto de vista, o GTB poderia ser analisado como uma ação de articulação da Contag com outros movimentos sociais e organizações e parte do processo de reprodução social do movimento. Tura (1996) reflete sobre os significados das articulações e alianças entre os movimentos sociais e organizações e reforça

²⁶⁸ De acordo com Tura, "os Fundos Constitucionais do Centro-Oeste, Nordeste e Norte são linhas de crédito instituídas pela Constituição de 1988, que visam o desenvolvimento destas regiões" (1996, p. 3).

²⁶⁹ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

a dimensão reprodutiva do Grito ao destacar: “a força e a eficácia dos Gritos não são produzidos apenas ‘na rua’, mas também no próprio processo de confecção das pautas, configurando-se como um importante momento de unificação e articulação do movimento e de capacitação” (1996, p. 108). Esse aspecto é importante para compreender um fenômeno de forma mais complexa, mas o foco aqui é outro: entender o GTB como ação coletiva, sobretudo focada na negociação de políticas públicas com o Estado.

O trecho a seguir mostra a visão da Contag sobre política de alianças do GTB nos anais do 7º Congresso, que foi particularmente importante por conter o texto do PADRS, então novo projeto político do MSTTR aprovado naquele momento e em vigor até o hoje, com alterações:

O Grito da Terra Brasil tem cumprido o papel de ampliar o leque de alianças do MSTR com as demais entidades que atuam na área rural. Conseguiu evitar o aguçamento de um clima de competição respeitando os diferentes atores sociais e suas diversas linhas de organização e atuação”. (CONTAG, 1998, p. 50).

Contudo, apenas os dois primeiros Gritos, em 1994 e 1995, foram organizados por uma articulação ampla de atores. A partir da terceira edição o GTB passou a ser uma ação apenas da Contag. De acordo com Ivaneck Perez Alves, assessor jurídico da Contag, um dos motivos que levou à desarticulação entre o MSTTR e outros movimentos foi o fato de alguns movimentos fazerem pautas e negociações em separado da pauta e negociação geral. Isso desagradou algumas federações estaduais, que pressionaram a Contag a deixar o Grito ou a encaminhar a mobilização sozinha, ganhando a segunda opção²⁷⁰. Observei durante o trabalho de campo que a manutenção de alianças com outros movimentos sociais é tema delicado na Contag, não só por causa das possíveis convergências ou discrepâncias entre posições políticas nas entidades em âmbito nacional. Por ser uma estrutura confederativa, as decisões políticas da Contag nem sempre pode deixar de considerar as posições políticas nos estados. E as relações entre o movimento sindical e outros movimentos, como o MST, por exemplo, têm variados níveis de aproximação e distanciamento.

O GTB segue um padrão de atuação desde 1994. Primeiro, elabora-se uma pauta de reivindicações dos trabalhadores rurais. Depois, entrega-se a pauta aos representantes do Estado. O terceiro passo é marcado por um processo de negociação, no qual representantes da Contag e federações e agentes estatais se reúnem para negociar setorialmente cada reivindicação. Por fim, é feita uma ação de massa em um dia “D”, quando geralmente o governo

²⁷⁰ Entrevista com Ivaneck Perez Alves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de outubro de 2011.

anuncia os resultados da negociação. A cada ano esse processo tem características distintas, mas em geral segue esse padrão. O GTB acontece entre os meses de abril e/ou maio, antes do anúncio do Plano Safra anual²⁷¹. As principais definições estratégicas sobre o Grito de cada ano são feitas geralmente na reunião do Conselho de Representantes da Contag, composta por todas as federações vinculadas ao Sistema Contag, geralmente em novembro do ano antecedente à realização da mobilização.

Atualmente, a construção da pauta para o GTB em geral segue as seguintes etapas: as equipes da Contag constroem as diretrizes por áreas temáticas. Em seguida, enviam-nas para os estados, que discutem o documento em reuniões estaduais, regionais e locais. Na sequência, as contribuições de cada estado são sistematizadas e o coletivo de cada área²⁷² estrutura e finaliza a elaboração da pauta. Antes de enviar a pauta ao governo, o Conselho da Contag discute as prioridades, destacadas como os principais pontos a serem negociados com os representantes do Estado em cada edição da mobilização. Essa maneira de organizar a construção da pauta variou ao longo do tempo. Essa descrição corresponde a como a pauta tem sido elaborada nos anos mais recentes. De acordo com alguns entrevistados, antes a pauta era feita principalmente no âmbito da Contag, entre diretores e assessores. Com o tempo, esse processo buscou envolver uma maior participação das entidades de base da Contag, sendo esse um sinal de ampliação da democracia interna do movimento.

Contudo, a busca por envolver a base da Contag na construção da pauta traz desafios para o movimento sindical, dentre os quais o principal é atender a especificidade de cada situação, região ou grupo específico em uma pauta nacional. Para Willian Clementino da Silva Matias, diretor da Contag na ocasião da entrevista, “apesar de ser uma pauta extensa, ele ainda não dá conta dos sujeitos se verem nele”²⁷³. Sobre esse aspecto, Luiz Vicente Facco, assessor da Confederação, comenta:

É um desafio construir uma pauta nacional com a dimensão do Brasil, com características distintas, com 26 estados e mais o distrito federal, mais de 4 mil sindicatos, mais de 6 mil municípios, com características muito distintas (semi-árido, pantanal, floresta amazônica), características, culturas, traços, o desenvolvimento da agricultura familiar se dá de maneira distinta. Como conciliar isso tudo e construir

²⁷¹ O Plano Safra é um conjunto de ações do Estado para o fortalecimento da agricultura familiar. Até 2017 foi lançado anualmente no início do ano agrícola, em 1º de julho de cada ano.

²⁷² Atualmente, cada secretaria da Contag se organiza em coletivos por área, que geralmente reúne o diretor ou diretora da Contag responsável pela pasta e os diretores ou diretoras das federações dessa pasta. Por exemplo, o Coletivo Nacional de Política Agrária é formado pelo diretor de política agrária da Contag e diretores/diretoras de política agrária das federações.

²⁷³ Entrevista com Willian Clementino da Silva Matias concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

uma pauta nacional? Esse é um exercício que não é fácil e no começo a Contag sofreu muito. Até hoje tem dificuldades em contemplar tudo²⁷⁴.

A extensão da pauta costuma ser um ponto polêmico para os organizadores do GTB. Há uma avaliação compartilhada por muitos dirigentes de que a pauta é muito extensa e que, com isso, o Estado acaba atendendo as reivindicações consideradas periféricas, enquanto os pontos centrais nem sempre são atendidos. Sobre este aspecto, segundo Facco, “há um indicativo do Conselho em reavaliar esse procedimento considerando que o resultado tem sido periférico – os pontos centrais da pauta não têm sido respondidos”²⁷⁵. Essa preocupação também foi mencionada por Aristides Veras, atual presidente da Contag: “acho que ele [GTB] precisa ser repensado pra ele dar conta dessas grandes questões, então a gente bota uma pauta com 200 itens e as grandes questões às vezes não aparecem. Se estão dentro, estão muito fragmentadas”²⁷⁶. O próprio Aristides comenta ainda em outro trecho sobre a extensão da pauta: “tem várias ideias que precisa reduzir essa pauta, ela é muito grande. Eu, particularmente, acho que a gente espalha muito reivindicações, não foca, se a gente focasse, a gente teria mais resultados”²⁷⁷.

Uma vez pronta, a pauta é entregue a diferentes setores do Estado e com isso tem início um processo de negociação entre as partes. Uma série de reuniões são agendadas entre representantes da Contag e do Estado. Por um período que se estende aproximadamente entre duas e quatro semanas, representantes da Contag e do Estado se reúnem para dialogar e negociar acerca das pautas elaboradas pelo MSTTR. Aos diretores e assessores da Contag se juntam diretores e assessores das federações estaduais. Além de contribuir para o processo como um todo, a participação dos dirigentes estaduais ajuda a trazer a pauta regional e estadual para as mesas de negociação. David Wylkerson Rodrigues de Souza, dirigente da Contag no momento da entrevista, destacou esse aspecto:

Geralmente, vem cinco ou seis diretores das federações, e ficam aqui 10, 15 dias, antes do Grito. Quando o Grito chega, já tem todo esse processo de negociação com os estados, cada estado traz... É bom ter um representante em todas as comissões, porque eles vão discutindo de acordo com as demandas do seu estado. Então, nenhum estado

²⁷⁴ Entrevista com Luiz Vicente Facco concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de novembro de 2015.

²⁷⁵ Entrevista com Luiz Vicente Facco concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de novembro de 2015.

²⁷⁶ Entrevista com Aristides Veras dos Santos concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 27 de outubro de 2015.

²⁷⁷ Entrevista com Aristides Veras dos Santos concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 27 de outubro de 2015.

fica de fora. Todos os estados, geralmente, vêm com os seus representantes e negociam²⁷⁸.

Esse mesmo dirigente também comentou sobre o processo de negociação estabelecido por ocasião do GTB Brasil:

[...] Geralmente, nós somos recebidos entre 15 a 18 Ministérios, anualmente. Na grande maioria, negociamos diretamente com o Ministro. Os Ministérios que têm uma demanda maior? Geralmente o Ministro participa do começo e bate o martelo no final da discussão. Bate o martelo, vírgula. Quem bate o martelo mesmo é a Presidente da República, mas o Ministro, ele faz o encaminhamento, para a Presidência, daquilo que ele acha como deve ser. Enfim, como negociou com a gente. Todo o processo de negociação é passado para a Presidência, mas quem dá a resposta final de toda a pauta, aí é a Presidência que, geralmente, no Grito da Terra, ela recebe a comissão da Contag, que vai a diretoria e os representantes das federações. E ela recebe a gente²⁷⁹.

Nos anos mais recentes, todo o processo de negociação tem contado com o apoio das centrais sindicais próximas à Contag e às quais as federações são filiadas: CTB e CUT. Na avaliação de David Wylkerson Rodrigues de Souza, a presença das centrais sindicais no processo de negociação dá força política para a Contag na relação com os representantes do Estado. Ao mesmo tempo, as centrais sindicais ganham mais visibilidade e repercussão política, aproveitando a mobilização organizada pela Contag.

Embora a marca central do GTB seja o processo de negociação com o Estado, a ação do Grito não se restringe a isso. Outra dimensão do GTB é a função que essa ação tem em dialogar com a sociedade, como é destacado nos Anais de um dos Congressos da Contag quando a ação é mencionada: “o Grito da Terra também é um instrumento para o diálogo do MSTR com a sociedade, quando temos a oportunidade privilegiada de conquistar o apoio de outros setores a nossa proposta de desenvolvimento (ANAIS DO 7º CONGRESSO, 1998, p. 45).

No trecho a seguir, Medeiros (2014) fala sobre os significados do GTB ao trazer à cena pública pautas relacionados ao universo do campo que vão além do mais conhecido, como questão fundiária e de salário. A partir do destaque de Medeiros, é possível inferir sobre a importância do GTB enquanto mobilização que destaca o papel social dos agricultores e com isso coloca em visibilidade social a pauta da agricultura familiar.

A dimensão expressiva assumida pelo Grito da Terra [...] deram visibilidade nacional a novos temas. Se até então a questão do campo era lida como questão fundiária e de salário, naquele momento emergia com força a pauta dos agricultores de base familiar, que se colocavam na cena pública como aqueles que alimentavam a nação, colocando-

²⁷⁸ Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

²⁷⁹ Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

se explicitamente em contraposição aos grandes produtores rurais que produziam somente para o mercado externo e ao latifúndio, que pouco ou nada produzia (MEDEIROS, 2014a, p. 263-264).

Por reunir milhares de pessoas nas ruas de Brasília todo ano e na medida em que gera todo um processo de negociação com diferentes instâncias do Estado, o MSTTR torna a agenda do universo rural pública e mais visível. Com isso, ganha novas oportunidades de divulgar a causa pela qual militam.

Outra dimensão que compõe o GTB é o seu caráter de ação de reprodução social. O trecho citado abaixo destaca esse aspecto ao tratar do caráter educativo da ação, para usar os termos mencionados, como pode ser visto a seguir:

O GTB vem amadurecendo uma proposta de mobilização descentralizada que permita ações municipais, microrregionais e regionais, estaduais e nacionais. É um espaço educativo ao propiciar que as entidades, nos mais diferentes níveis, sensibilizem e mobilizem os agricultores; construam pautas de reivindicações; façam as ações de massas; pressionem os governos e negociem avanços em outro patamar. São nestes momentos de construção coletiva que o PADRS ganha corpo e concretude (CONTAG, 1998, p. 45).

Geralmente a negociação é acompanhada por um processo de mobilização de massas, que costuma se concentrar em poucos dias, o chamado “Dia D”. Nesse momento, o presidente da república ou o seu representante costuma receber uma comissão da Contag e federações para apresentar as respostas e comentários à pauta do MSTTR. Além disso, geralmente uma equipe de Ministros designados pela presidência que acompanhou todo o processo de negociações no Grito é destinado a comunicar no ato público as respostas do governo.

Desde 1994, essas mobilizações foram feitas de diferentes formas: protesto nacional concentrado nas ruas de Brasília; protesto nacional descentralizado nos estados da federação; misto entre mobilização concentrada e desconcentrada. As ações de rua já incluíram passeatas, ocupação de prédios públicos, bloqueio de estradas etc. A forma da mobilização de massa varia a cada ano e a escolha do formato muda conforme o objetivo de cada Grito, os atores em cena e o contexto. Nos trechos citados a seguir, David Wylkerson Rodrigues de Souza destaca a dimensão contextual da decisão sobre a mobilização feita no contexto do GTB:

E aí, a gente vai, a medida em que as negociações vão andando, é que vai se definindo como é que vai ser o formato do Grito: se vai ter maior pressão, se vai precisar de mais gente, se está tranquilo, se está tendo um número razoável, para não precisar vir todo mundo. E aí, as coisas vão andando²⁸⁰.

²⁸⁰ Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

Todo dia, a gente chega das negociações, senta aqui com as federações, com a direção e a comissão coordenadora, senta e avalia. Todo o dia. Como é que foi, o que andou, o que é que não andou, o que é que já foi definido, o que é que está pendente, por que está pendente? É porque só depende da definição do governo? [...] Então, tem esse funcionamento, essa formatação. O funcionamento é de acordo com a demanda, com a necessidade, que a gente vai adequando a realização do Grito. O comportamento nosso, na verdade²⁸¹.

Uma das principais polêmicas debatidas na coordenação do Grito é se a mobilização deve ser feita de maneira centralizada ou descentralizada. Os dirigentes da Contag destacaram que o protesto nacional concentrado nas ruas de Brasília tem como uma vantagem atingir o foco central das principais reivindicações dos trabalhadores, o poder executivo do governo federal. Com isso, as mobilizações em Brasília cumprem o papel de pressionar pelo estabelecimento de políticas públicas. Uma das desvantagens é a dificuldade de mobilizar pessoas de todo o país para as ruas de Brasília e os custos envolvidos.

Já o protesto nacional descentralizado nos estados da federação tem a vantagem de ampliar a participação de sindicatos em ação conjunta por todo o país, aumentando o número de pessoas envolvidas no protesto. Outra vantagem dessa abordagem é conseguir dialogar com os governos estaduais e municipais, muitos deles foco de demandas existentes nas pautas ou mesmo atores centrais na articulação de políticas que são reivindicadas ao governo federal, mas que dependem dos entes estaduais e municipais para suas aplicações. Nessa abordagem de mobilização, muitas vezes, o foco deixa de ser o estabelecimento de políticas públicas e passa a ser a execução de políticas já criadas. Uma desvantagem é dispersar a ação pelo país, correndo-se o risco de pouca visibilidade e efetividade na pressão ao Estado. Em algumas situações a Contag buscou conjugar os dois métodos: mobilização centralizada acompanhada de mobilização descentralizada.

A decisão sobre a melhor estratégia a ser tomada em cada GTB tem a ver com alguns elementos, dentre os quais destaco principalmente a conjuntura e os atores em cena. O trecho abaixo é ilustrativo de como esse critério influencia na reflexão da Contag sobre a orientação do GTB. Trata-se de um momento predominantemente neoliberal (contexto) cujo interlocutor é o governo FHC.

A percepção da atual conjuntura e dos efeitos do governo neoliberal de FHC fez com que o MSTR fortalecesse e radicalizasse o Grito da Terra Brasil - GTB, tendo claro que a derrota do neoliberalismo é fundamental para os trabalhadores e trabalhadoras

²⁸¹ Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

rurais. [...] O MSTR tem forte presença em espaços institucionais combinada a ações de massa nos mais diferentes níveis (ANAIS DO 7º CONGRESSO, 1998, p. 45).

A reflexão sobre a mobilização do GTB passa também por pensar o Grito para além dos dias de ação em Brasília, mas que se realiza em uma série de mobilizações locais a partir ou em conjunto com o processo irradiado pela mobilização nacional. Os trechos abaixo destacam essa dimensão:

142. O Grito da Terra Brasil não se esgota na mobilização nacional, muito pelo contrário, ele deve prosseguir nas mobilizações estaduais e municipais fazendo acontecer as conquistas alcançadas, o MSTR deve privilegiar as ações de massa nos estados, em especial ocupações de terras e de prédios públicos (bancos, EMATERs, INCRA, praças públicas etc.). Portanto, o 8º CNTTR deve aprovar que todos os Gritos da Terra Brasil sejam realizados a nível nacional, regional, estadual e municipal. 143. O MSTR deve capitalizar os resultados das conquistas alcançadas no GTB no sentido do fortalecimento de suas entidades, vinculando-as à ação sindical. (CONTAG, 2001, p. 44).

O problema é que o enfrentamento e as negociações com o governo não têm data marcada. A mobilização alcançada tem grande dificuldade de permanecer enquanto forma de pressão no pós grito. As negociações continuam, mas perdem qualidade e poder com a desmobilização, causando inclusive frustrações aos trabalhadores e trabalhadoras. Isto ocorre em nível municipal, estadual e nacional. O MSTR vive o desafio de, a partir do acúmulo dos Gritos, formular uma estratégia de ação de massas que rompa com a limitação no tempo e que dê sustentação à atuação institucional das entidades. É evidente que neste período de enfrentamento ao projeto neoliberal, as grandes mobilizações são fundamentais para enfraquecê-lo e conquistar legitimidade social, atendimento às reivindicações concretas e apoio as nossas propostas. No próximo período, viveremos o desafio de encontrar um método que permita às entidades animar as mobilizações e canalizá-las nos diferentes setores. (CONTAG, 1998, p. 46).

O GTB descentralizado envolve mais atores em sua concepção e execução, formando no processo da própria mobilização mais trabalhadores na dinâmica política da ação sindical. No trecho a seguir, William Clementino, dirigente da Contag quando concedeu a entrevista, oferece elementos para essa reflexão:

[...] onde foi feito o Grito descentralizado, os resultados, inclusive por parte do governo federal, foram bons. Não posso – não consigo enumerar agora – mas na avaliação do Grito, no Conselho, apontam o quanto foi forte estar acontecendo a nível nacional e desencadear num processo de negociação que vai o governo federal, aos estados, negociar com as federações. Que antes, passavam o ano inteiro pedindo audiência, mas por conta de uma ocupação lá no Incra, uma ocupação na Previdência, no Ministério do Trabalho, Superintendência de Agricultura, enfim, fez com que estabelecessem vários compromissos, vários diálogos. E coisas que o governo não dava conta de fazer por aqui, quando foi lá, começa a devolver. Além da articulação entre a pressão federal com a pressão estadual. Então, isso teve um resultado²⁸².

²⁸² Entrevista com Willian Clementino da Silva Matias concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

Ainda sobre o caráter pedagógico do GTB, William destacou:

E a outra coisa é que nós precisamos construir esse processo de Grito descentralizado – eu continuo defendendo e sei que vou ser voto vencido agora – porque nós precisamos estimular os municípios também a fazer Grito da Terra local. Porque a responsabilidade da agricultura familiar é sim federal; é sim, estadual; e é sim, municipal. Às vezes até tem recurso estadual ou federal, mas se a prefeitura não faz, ainda a culpa fica na esfera nacional ou estadual. E os prefeitos, às vezes, está com dinheiro lá, desvia o dinheiro, desvia a função, desvia tudo. E isso deveria ser um processo, efetivamente, que estimulasse com que os municípios também fizessem a sua parte lá, de mobilização e de pressão²⁸³.

As reflexões feitas por Willian chamam a atenção para a dimensão multiescalar que envolve uma gama de atores de uma mobilização como o GTB, cujo sucesso ou fracasso da pauta pode vir a ter efeito na vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais, só para destacar a relação entre a mobilização e a conquista de políticas. No âmbito desse trabalho não é possível abordar todos os detalhes e sutilezas em jogo nessa relação, inclusive porque o foco aqui é a dimensão nacional da mobilização. Contudo, a investigação das mediações multiescalares desse tipo de ação pode vir a ser um tema de pesquisa importante para a melhor compreensão da mobilização e da relação entre movimentos sociais e Estado, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal.

4.3.2 GTB e relação com o Estado

Eu avalio que o Grito da Terra tem sido o principal instrumento de proposta qualificada, instrumento de negociação e de conquista desses avanços para o campo²⁸⁴.

²⁸³ Entrevista com Willian Clementino da Silva Matias concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

²⁸⁴ Entrevista com José Wilson de Souza Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 29 de outubro de 2015

Medeiros (2014) avalia que o reconhecimento de uma série de demandas dos agricultores de base familiar pelo Estado (atribuída no âmbito do sindicalismo rural à capacidade de mobilização e à força dos Gritos da Terra) marca uma sensível mudança na relação da Contag com o Estado. Para Tura (1996),

o movimento sindical passa a identificar, então, que não apenas a transformação na estrutura fundiária do país altera as relações de poder dominantes na sociedade e sua democratização, mas também a quebra da centralização e a participação das decisões sobre as prioridades e destinos dos financiamentos governamentais, que permanecem intocados. Ou seja, dirige-se à revisão do ‘modelo de desenvolvimento (TURA, 1996, p. 111).

Considerando a dimensão central do GTB em estabelecer um processo de negociação com o Estado, nessa seção focarei na análise da relação da Contag com o poder executivo para entender melhor as dinâmicas de relação entre ambas as partes ao longo do tempo, buscando identificar sobretudo os significados da negociação da Contag com o governo sob gestão de diferentes forças políticas. Mais especificamente, entre 1994 e 2015, considerando principalmente as implicações das diferenças do contexto e dos atores em cena, representando cada ator para a relação estabelecida em cada momento.

As experiências dos entrevistados mostraram que o tratamento dado pelos representantes de Estado que ocupavam os cargos do executivo varia conforme as forças políticas no poder. Ao tratar desse ponto, estavam geralmente comparando os governos do PSDB e do PT, pois o Grito da Terra acompanhou todo o tempo de gestão de ambos os governos. Apesar de ter começado durante o último ano de gestão Itamar Franco, poucos entrevistados falaram da negociação estabelecida naquele momento, embora haja uma menção ou outra a respeito. Na memória dos entrevistados, o que mais se cristalizou foi a experiência de negociação com os governos do FHC, Lula e Dilma. Em linhas gerais, há uma concepção compartilhada pelos entrevistados de que no governo de FHC as negociações com movimentos sociais eram mais difíceis, enquanto as negociações em tempos dos governos Lula, principalmente, e Dilma eram mais fáceis. Há também um reconhecimento geral dos entrevistados de que várias conquistas foram obtidas tanto nos governos do PSDB como nas gestões petistas. O Provap, que posteriormente se tornou o Pronaf, e a criação do MDA foram consideradas conquistas do MSTTR ainda no período FHC. Contudo, há um reconhecimento geral de que essas conquistas foram ampliadas no período do governo Lula.

No trecho a seguir, Francisco Urbano de Araújo, que foi presidente da Contag entre 1992 e 1998, destacou suas impressões sobre como os gestores do Estado sob diferentes mandatos receberam os representantes da Contag no contexto das negociações do GTB:

No governo Itamar, é, nós não conseguimos que ele desse orientação pro pessoal receber, certo? Nós conseguimos algumas reuniões pela própria pressão que foi aquele momento, pela própria fragilidade, como ele não botava polícia para cima da gente, tanque, nesse ponto, ele era muito democrata, então facilitou algum ministro receber. Mas não foi, foi muito difícil. No governo Fernando Cardoso, apesar dele ter feito, nós pedimos na época – claro, não há, era uma foto desse tamanho, você tá vendo, era uma semana, nós recebemos 15 dias, não é nada, duas semanas, pra negociar isso, os ministros têm as suas agenda deles, mas nós temos a nossa também. Aí nós pedíamos que: ‘o senhor punha alguém da Casa Civil para articular com esses ministros pra garantir que eles nos receba’. Eles fizeram. No primeiro ano foi muito difícil, 95, foi muito difícil. Foi enrolado, o tal do Secretário Geral recebia com pressão, porque não tinha vontade, né? E eles também não jogou muito peso. Já em 96, aí já mudou bastante. Ele não só indicou a pessoa, mas dentro do Ministério da Agricultura já tinha um outro menino que era o Souza, que tinha mais compromisso e ajudava nesse processo. E, na Casa Civil, mudou também o cara da Casa Civil, que ajudou mais nesse tipo de negociação. No governo do Presidente Lula, ele mudou de forma muito radical, pra melhor, né? Mas, é, receber, negociar. Negociar não quer dizer que é tanta facilidade não, porque tem que ser recebido, tá certo?²⁸⁵.

Além de revelar suas impressões sobre como o Estado recebeu a Contag no estabelecimento das negociações no contexto do GTB, a fala de Urbano mostra como a relação com o Estado sob gestão de um mesmo governo foi mudando com o tempo. Nesse caso, o sindicalista menciona a maior abertura da gestão FHC para o diálogo em 1996 quando comparada ao ano anterior. Ainda que uma explicação mais densa sobre essa diferença careça de mais investigação, é possível lançar como hipótese que a maior abertura ao diálogo pode significar também um processo de aprendizagem dos agentes do Estado para ouvir representantes de movimentos sociais e negociar com eles políticas. Afinal, em 1996, o GTB já não era mais uma ação sem precedentes para o Estado.

O ponto de maior destaque entre os entrevistados quando comparam o governo FHC aos governos Lula e Dilma é a facilidade de negociação que se abriu após o início da gestão petista. Antes, era preciso fazer pressão social para ser recebido e ter mais espaço de negociação. Sobre esse aspecto, Aristides comentou:

[...] o governo de Fernando Henrique, às vezes a gente vinha aqui, é, fazer um ato, fazer uma pressão para ser recebido, a gente pressionava para ser recebido, não era nem pra conquistar nada, era pra receber. Mas foi no governo Fernando Henrique que a gente conseguiu convencer o governo de criar o MDA, de criar o Pronaf, então isso como política, como a base da, da... da estrutura MDA, mas foi no governo Fernando

²⁸⁵ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2015.

Henrique ainda... agora, como o MDA rodava e como rodava o Pronaf, aí, aí é aquela história, existiam mas não de fato na vida das pessoas, porque o Pronaf não chegava lá. [...] Então, com o Lula, o acesso abriu [no governo FHC o acesso dos agricultores aos benefícios do Pronaf eram mais limitados do que a partir do governo Lula]; [...] Então, repetindo, é isso, a gente vinha aqui pressionar o governo pra ele montar estrutura, pra poder negociar com ministro tinha que fazer uma pressão pra ele nos receber, era recebido pelo secretário do secretário, o resultado da pauta era muito pouco.

Marco Antonio dos Santos Teixeira: Vocês não eram recebidos por essa quantidade de ministros que é hoje não?

Aristides Veras dos Santos: Não, nem perto, que isso, não, nem próximo, talvez os diretores que estão a mais tempo podem até dizer, eu não tenho ideia, mas eram poucos. A pressão era essa, a gente vinha aqui pressionar pra ser recebido, acampava na frente do ministério...²⁸⁶.

No trecho citado acima aparece também a menção a outro elemento forte de comparação entre as gestões do PSDB e do PT em outras entrevistas: apesar do reconhecimento de que, em ambos os governos, houve conquistas importantes, foi apenas após a chegada de Lula que as políticas públicas para os agricultores se ampliaram e atingiram mais pessoas. Nas palavras de José Wilson, então diretor da Contag:

O governo do presidente Lula ele recebe a Contag, ele conhece o campo, ele negocia, ele teve uma abertura extraordinária e os maiores avanços de conquistas de políticas públicas pro campo, tanto do ponto de vista de conquistar como do ponto de vista da efetivação foi do governo Lula²⁸⁷.

David Wylkerson Rodrigues de Souza, também diretor da Contag na ocasião da entrevista, destacou que a ampliação das políticas públicas se deu em três níveis: criação de novas políticas, aumento dos recursos destinados à agricultura familiar e desburocratização do acesso:

Eu lembro que na época de 2002, que foi o último ano do Governo FHC, o negociado para o Pronaf foi de dois bilhões e oitocentos milhões. Em 2003 – que foi o 1º ano de Lula – ele já dobrou: isso já veio para cinco bilhões e seiscentos milhões. Eu sei que dobrou, praticamente. Isso sem falar na burocracia. Porque o Pronaf era o seguinte: tinha o crédito, mesmo para o pequeno – que era o Pronaf B ou Pronafinho – que era para o pequeno agricultor que não tinha muito que comprovar, mas mesmo assim o processo para a elaboração do projeto era umas sete laudas. E isso foi reduzido para uma lauda. Então, era uma coisa objetiva. Era uma coisa simples, comum. Já que era para ser de fácil acesso – se tornou de fácil acesso – e aí, nós tivemos políticas públicas mais ampliadas, como a questão das cisternas, que isso fez um diferencial enorme para o Nordeste. Para o Norte e para o Nordeste, principalmente. Nós tivemos o Luz

²⁸⁶ Entrevista com Aristides Veras dos Santos concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 27 de outubro de 2015.

²⁸⁷ Entrevista com José Wilson de Souza Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 29 de outubro de 2015

para Todos, que foi um avanço assim, significativo. Porque aí, tem a implantação das políticas e suas consequências²⁸⁸.

Provavelmente a história mais famosa em torno da mobilização do GTB, emblemática da dificuldade em se estabelecer um processo de negociação no governo FHC, sobretudo quando comparada à facilidade de diálogo que se abriu com a chegada do PT ao poder, aconteceu em 1997. Naquele ano, um grupo de militantes do MSTTR organizou uma ocupação do Ministério do Planejamento e colocou um peru na mesa do Ministro. Maria José, ex-assessora da Contag, explica os motivos para a escolha da ave: “[...] era um símbolo que eles queriam usar com o peru. “Botar o peru na mesa”, não tem esse negócio? Entendeu? Então botaram um peru mesmo”²⁸⁹.

A foto da ave saiu na capa do Jornal *Folha de São Paulo* no dia seguinte e foi amplamente divulgada, deixando o governo insatisfeito com a ação. A ocupação do MSTTR buscava pressionar o governo a abrir um espaço de negociação com a Contag, mas a repercussão da ação fez o episódio tomar grandes proporções.

²⁸⁸ Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

²⁸⁹ Entrevista com Maria José Costa Arruda (Zezé) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 19 de março de 2015.

REFORMA AGRÁRIA Governo considera atitude 'inaceitável e ato de violência'

Agricultores colocam peru na sala do ministro Kandir



Agricultores com o peru, na sala do ministro Antonio Kandir

ABRIGONIM
de Leonor de Toledo

Agricultores que estão desde segunda-feira em Brasília participando do protesto do Grupo de Trabalho estudam ocupar o Ministério da Planejamento e colocaram um peru na cadeira do ministro Antonio Kandir.

Os manifestantes dizem que colocaram o peru no gabinete do ministro porque é um animal de "muito peso e pouca ação".

Essa reclamação de que Kandir apressa processos autorizou somente em 50% os recursos para a agricultura familiar.

A irrisão do prédio, que durou nove horas, e a ação da PM do Distrito Federal, que levou um dia inteiro para desalojar os invasores, abriram uma crise entre a Presidência da República e o governo petista de Cristiano Buarque.

O porta-voz do Planalto, Sérgio Azeiteiro, disse que a invasão era inaceitável e um ato de violência. Com base no artigo 2º, inciso XIV da Constituição, o governo federal decidiu intervir na PM do DF. A Constituição diz que compete à União organizar a PM do DF.

A associação de imprensa de Cristovam disse que o governador ia conversar com o presidente Fernando Henrique para desistirem da intervenção. "Inibir intervenção em toda a PM vai ser coisa na ocra", disse a assessoria.

Novas invasões

Os agricultores só deixaram o ministério depois que ficou acertada uma reunião com o ministro Kandir, Raul Jungmann (Política Fundiária) e Milton Seligman (Justiça) para tratar sobre as reivindicações de mais recursos à agricultura familiar, reforma agrária e Justiça no campo.

"Desocupamos o ministério, mas vamos voltar a ocupar a agência baseada nos pedidos públicos se não houver uma resposta concreta do governo", disse o presidente da Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), Francisco Urbano.

A desocupação também foi motivada por uma liminar do ministro de posse enviada pela Advocacia Geral da União junto ao juiz da 13ª Vara Federal em Brasília, Manoel Ferreira Nunes. A Polícia Federal foi acionada para cumprir a ordem judicial.

A liminar foi iniciada em R\$30 por cerca de 600 agricultores, segundo avaliação da Contag. Segundo a Polícia Militar, 400 manifestantes ocuparam o ministério.

Além do peru, os agricultores também familiarizaram um bode e o batizaram com o nome do ministro da Agricultura, Arturdo Porto.

Reação

O governo considerou a liminar como um gesto intencional dos agricultores, pois há dois dias secretários de seis ministérios vinham negociando o atendimento das reivindicações do protesto.

"A atitude dos militares do Distrito Federal rompeu de modo unilateral e por meio ilegal e ilegítimo o diálogo produtivo que vinha sendo travado entre as partes", disse Kandir, em nota oficial. Segundo a nota, na véspera da ocupação, ele tinha afirmado que seria possível atender 15 reivindicações, incluindo o aumento de R\$ 1 bilhão para R\$ 1,5 bilhão no orçamento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Para o ministro Seligman, houve féria na segurança preventiva da Esplanada dos Ministérios por parte do governo do Distrito Federal.

Figura 2: Trecho da matéria na Folha de São Paulo, em 15 de maio de 1997, p. 4. Fonte: Acervo Folha.

A história dessa ocupação está na memória de praticamente todos os entrevistados nesse trabalho e foi contada por vários deles, com mais ou menos detalhes, tenham eles participado ou não da ação, o que mostra haver um processo de memória compartilhada sobre essa história. Foi comum nas narrativas o estabelecimento da premissa de que essa ação não foi planejada por toda a organização do GTB daquele ano, mas levada sob a liderança de um grupo de dirigentes que acreditavam na importância de uma ação mais contenciosa para forçar o processo de negociação e atendimento das pautas pelo Estado. Inclusive, a decisão sobre o ato não foi compartilhada ou aceita pelo então presidente da Contag. Na época, a direção da Confederação era formada por um grupo de dirigentes históricos ligados ao MSTTR, entre eles Francisco Urbano, então presidente da Confederação, e dirigentes vinculados à CUT, que em geral defendiam uma ação coletiva de atuação mais direta e conflitiva. A ocupação do Ministério foi liderada pelo grupo ligado a CUT. Inclusive, Francisco Urbano contou que soube dos detalhes da ocupação e da repercussão pelo telefone, quando representantes do governo e da imprensa começaram a lhe telefonar pedindo o seu posicionamento no caso. Particularmente, Urbano defendia a ideia de conter a ocupação por mais um dia, pois havia uma promessa do governo

de se reunir com os representantes do GTB naquele dia. Contudo, para o grupo que fez a ocupação, esta era necessária e foi essa concepção que prevaleceu na ocasião. Na época, Francisco Urbano era filiado ao PSDB. Contudo, para o dirigente sindical, sua filiação política não interferia no trabalho que desenvolvia na Contag, uma vez que seu principal interesse era a defesa dos trabalhadores rurais. Urbano fazia parte de um grupo histórico de militantes da Confederação cuja militância política se forjou no interior do espaço sindical.

A ideia compartilhada por todos era promover um ato público e levar animais e produtos produzidos pelos agricultores para expor na mobilização, ressaltando a importância dos trabalhadores rurais na produção de alimentos. Esse tipo de prática é comum até hoje entre movimentos sociais do campo pela simbologia que possui de materializar para o seu interlocutor o resultado do trabalho no campo. Contudo, durante o ato público, um grupo de dirigentes decidiu acampar na frente do Ministério. O posicionamento ao redor do prédio facilitaria a eventual ocupação do Ministério, ainda ponto de polêmica naquela ocasião.

A ocupação foi feita de manhã bem cedo e o governo reagiu exigindo a desocupação e negando a abertura da mesa de negociação com a Contag. A partir disso, instalou-se um processo de acordo para a desocupação do prédio que envolveu o Ministério da Justiça e juízes federais. Da parte do MSTTR, a desocupação só aconteceria caso os representantes do Estado aceitassem negociar com os dirigentes sindicais a pauta do GTB. A queda de braço entre os agentes do Estado e da Contag durou o dia todo, sendo finalizada às 18h, quando a Contag aceitou desocupar o prédio em troca de uma reunião com o Ministro do Planejamento e outros agentes do Estado. Um aspecto que pesou a favor da desocupação, de acordo com Francisco Urbano, foi a ameaça de pagar multas diárias de cem mil reais caso o prédio não fosse desocupado.

Na mesma noite aconteceu a reunião entre representantes da Contag e do Estado. Francisco Urbano contou o episódio e mencionou que, logo no início da reunião, o Ministro do Planejamento anunciou que não haveria negociação com a Contag. A imprensa acompanhava a reunião e, na avaliação do ex-presidente da Contag, a ação do Ministro buscava desmoralizar os representantes dos trabalhadores rurais. Diante disso, a opção dos dirigentes sindicais foi de se levantar e não participar mais da reunião, uma vez que Ministro já tinha declarado a impossibilidade de negociação. O episódio, na avaliação de Urbano, evitou a exposição e enfraquecimento das lideranças de trabalhadores rurais na ocasião.

Francisco Urbano foi processado pelo Ministério do Planejamento. A ação se encerrou recentemente, em 2013, levando a Confederação a pagar uma multa de aproximadamente 300

mil reais, de acordo com Aristides Veras, diretor da Contag²⁹⁰. A possibilidade de ser processada é o que faz a Contag avaliar com tanta cautela o custo de ações mais conflituosas, como a ocupação de prédios públicos. Por ser uma instituição registrada oficialmente com CNPJ, pode ser facilmente localizada e processada por seus atos. Esse é o principal argumento dos entrevistados quando falam sobre os limites de ações coletivas como ocupações de prédios públicos e de terras. Desta forma, as estratégias da Contag tendem a considerar tais riscos em suas escolhas de atuação. É por não ter um CNPJ que o MST, por exemplo, se permite ser mais audacioso em algumas ações, na avaliação de alguns dirigentes e assessores sindicais. Sobre este debate, Francisca Rocicleide Pereira da Silva (Roci), ex-assessora da Contag, declarou:

Como a Contag não é igual ao MST, a Contag tem CNPJ, a Contag é formalizada, a Contag, a estrutura dela de funcionamento ela é toda institucionalizada. Então se ela fizer uma ação de destruir o patrimônio público ela é responsabilizada, ela é encontrada, um juiz acha a Contag. Mas o juiz não acha o CNPJ do MST. Então isso sempre foi diferente também. Isso a sociedade não entende essa diferença, que são estratégias distintas, muito distintas. E são estratégias conscientes daquela organização. Se é por medo ou se é por oportunidade ou se é por convencimento, aí cada tempo histórico vai colocando as suas questões. Mas isso é uma estratégia consciente ao modelo organizativo que a Contag sempre escolheu para ela e ainda hoje ela ainda é muito firme nesse propósito.²⁹¹

Nos anos subsequentes, as negociações entre a Contag e o Estado por ocasião do GTB permaneceram, trazendo a cada edição algum resultado positivo para os trabalhadores. Contudo, o grande ponto de inflexão para os resultados do GTB aconteceu a partir de 2003, com a chegada de Lula ao poder e a ampliação dos espaços de diálogo e negociação com o Estado.

O reconhecimento da maior abertura do Estado para receber os movimentos sociais a partir de 2003 é geral entre os entrevistados. Porém, os limites desse diálogo logo se impuseram, considerando os constrangimentos existentes no âmbito do Estado para atender as reivindicações dos trabalhadores rurais, especificamente no caso da Contag. O trecho da fala de Aristides Veras dos Santos, dirigente da Contag, é ilustrativo desse processo:

É isso, então, no período Lula, aí o diálogo, ainda hoje com a Dilma, conversar, não tem dificuldade, a gente não pode dizer que tem dificuldade de diálogo com o governo, os ministros nos recebem, não é 16 ministérios que nos recebem, é 16 ministros que nos recebem, uma hora, duas horas, meia hora, às vezes mais de uma vez durante o período. Dois ministros coordenam o Grito como um todo, que é o do MDA e o da... Secretaria Geral da Presidência, a Presidenta recebe a pauta – o Lula fazia isso lá

²⁹⁰ Entrevista com Aristides Veras dos Santos concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 27 de outubro de 2015.

²⁹¹ Entrevista com Francisca Rocicleide Pereira da Silva (Roci) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 29 de novembro de 2015.

também, foi raro o momento que Lula não recebeu –, recebe a pauta um mês antes e um mês depois dá resposta, isso não, a gente não tem exemplo de uma organização social que reúne 16, conversa com 16 ministros, 16 ministérios e o Presidente da República recebe em um espaço de 30 dias, 40 dias, duas vezes a... pra receber e depois pra dar resultado. Em termos de diálogo, é fantástico. Os resultados têm uma deficiência, claro, do próprio Estado brasileiro, essa história aí do pacto federativo, né, e tem as limitações no governo muito forte, porque o que era mais importante pra gente, a pauta da terra, ela parou, ela, ela, ela... no segundo mandato de Lula pra frente, ela começou num processo de, de, de decadência, foi assim caindo, não foi crescendo, foi um processo de retração mesmo da, da, da luta pela terra, que você negociava e o governo não cumpria; e a reação do latifúndio foi ficando cada vez mais organizada, cada vez mais eles foram crescendo no Congresso Nacional, entendeu?²⁹².

Francisco Urbano também destaca alguns dos desafios em negociar com um governo progressista, considerado próximo aos movimentos sociais. Para o ex-presidente da Contag, o grande desafio da negociação da Contag com o Estado sob gestão dos governos do PT foi saber a medida certa da pressão ao governo, que se orienta para mostrar o peso da organização e a capacidade de mobilização para conseguir as demandas sem criar argumentos que autorizem a oposição a questionar a legitimidade ou colocar em risco um governo que reconhecem como melhor do que os anteriores porque mais comprometido com as pautas populares.

É, então você tem um outro problema sério, que não é fácil de administrar e você tem que ter todo um cuidado de não ser, de não virar, vamos dizer assim, um estilingue para a direita, né, querendo derrubar. Mas você não pode ficar sem incomodar, eu não posso tomar pedrada na testa como se marca bode, porco, antigamente, mas eu tenho joelho para sair mancando, mas não mata, sai mancando e ele saber porque levou a porrada. Então eu acho que tá faltando um pouco isso, não tem que bater na cara, não tem que bater na testa, mas eu tenho que fazer ele sentir o peso da organização e o compromisso dele²⁹³.

Já Willian Clementino da Silva Matias destacou a dificuldade em negociar com um governo popular, no qual vários dos representantes do Estado são conhecidos de militância, mas que naquele momento ocupam um cargo públicos e por isso estão submetidos a constrangimentos institucionais que limitam suas capacidades de ação. Com isso, cabe aos movimentos sociais exercerem seu papel de pressão, que nem sempre é o mais simples, considerando a familiaridade que possuem com o interlocutor.

Mas uma coisa que eu acho que a Contag precisa mudar é a sua forma de negociar. Que se não mudar a sua forma de negociar, as reuniões de negociação do Grito da Terra vão passar a ser meramente por uma reunião de amigos ou de prestação de contas do governo, do que fez e do que não dá conta de fazer. Acho que as negociações têm que ser um pouquinho mais duras e mais enérgicas. Eu, por minha conta própria,

²⁹² Entrevista com Aristides Veras dos Santos concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 27 de outubro de 2015.

²⁹³ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2015.

quando eu era diretor de agrária, quando a direção da Contag pensava que não, mas estava com alguns dirigentes do MDA presos, numa sala. Porque eu acho que... pô, paciência. Uma coisa é relação institucional, uma relação, às vezes, até pessoal, que a gente tem muitos amigos também. Outra coisa é a relação de representação de um povo²⁹⁴.

O recurso a formas de ação contestatória mais conflitivas, como o acampamento na Esplanada dos Ministérios e a ocupação de prédios públicos, também aconteceu nos anos de gestão dos governos do PT. Maria Elenice Anástacio, ex-dirigente da Contag, contou que em 2006 um grupo de aproximadamente cem jovens trabalhadores rurais acampou na Esplanada e ameaçou ocupar o MDA caso a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), órgão vinculado ao Ministério, não aceitasse negociar a criação de uma política de crédito fundiário específica para os jovens²⁹⁵.

A expectativa de muitos movimentos sociais populares era de que a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003 significaria a resolução de muitos problemas históricos que eram pauta do Partido dos Trabalhadores, como a reforma agrária. Com a esperança das mudanças que acreditavam que viriam a partir de 2003, muitos movimentos sociais mudaram a forma de atuar, reduzindo a força de pressão que tinha em momentos anteriores. Parte dessa mudança está relacionada à alteração da maneira como os representantes do Estado passaram a lidar com os movimentos sociais, abrindo-se mais ao diálogo. Nas palavras de Juraci Moreira Souto, diretor da Contag: “[...] eu acho que o poder de pressão, de fogo, ele deu uma certa abrandada com essa ilusão de que o poder público faz por si só. Ele não faz por si só. Ele faz sob pressão seja ele que governo que for”²⁹⁶. Contudo, como a própria citação anterior demonstrou, a avaliação sobre os limites da possibilidade de ação dos agentes de Estado, mesmo sendo eles historicamente simpatizantes ou próximos das causas dos movimentos sociais, era limitada. Ainda de acordo com Juraci: “A estrutura de governo não muda porque o governante mudou”²⁹⁷. O que está em jogo na frase anterior dita por Juraci Moreira Souto é uma perspectiva que consegue avaliar e compreender o caráter estrutural do Estado e os constrangimentos que essa estrutura impõe para as forças políticas que ocupam esse espaço de poder. A capacidade

²⁹⁴ Entrevista com Willian Clementino da Silva Matias concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

²⁹⁵ Entrevista com Maria Elenice Anástacio concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 16 de março de 2017.

²⁹⁶ Entrevista com Juraci Moreira Souto concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 21 de outubro de 2015.

²⁹⁷ Entrevista com Juraci Moreira Souto concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 21 de outubro de 2015.

de o Estado atuar muda conforme a força política que ocupa seus cargos, mas dentro de certos limites.

Contudo, mesmo no interior de um mesmo governo a relação com os representantes do Estado não é homogênea, conforme destacaram alguns entrevistados. Ainda que cada governo tenha uma linha de atuação no que se refere ao estabelecimento de espaços de diálogo e negociação com movimentos sociais, a prática sobre como essa relação se estabelece com os diferentes setores muda conforme as correlações de força política e de poder que estabelecem em cada situação.

Assim, geralmente a Contag e federações têm conseguido estabelecer diálogos e negociações com quase todos os setores do poder executivo federal, com exceção dos Ministérios da Fazenda e Planejamento, apontados pelos entrevistados como os setores mais fechados para negociação. Sobre estes casos, David Wylkerson Rodrigues de Souza comentou a partir de uma situação que ocorreu no governo Dilma, quando o Ministro da Fazenda era o Guido Mantega:

Para você ter ideia, teve um ano – não faz muito tempo – deve ter sido 2011, ou foi 2012, que o foco era Fazenda. A falta de liberação de recursos. Para tudo. Para a reforma agrária, para habitação, para assistência técnica, para crédito, para renegociação de dívida. Para poder renegociar. Porque o Ministério da Fazenda não aceitava. [...] Renegociação de dívida, a gente renegocia tudo, com a SAF, essa renegociação de dívida, que envolve crédito, mas quem dá o parecer final da negociação é o Ministério da Fazenda. Então, nesse ano aí, teve um ano recente, que nós... o foco era o Ministério da Fazenda, ocupar. E nós decidimos, no conselho, que a gente iria fazer o quê? A gente iria acampar lá na frente do Ministério. Chegamos lá, madrugada, instalamos as barracas, as carreiras – que aí a polícia chegou para desmanchar – e nem assim... E ficamos acampados 12 dias, lá. Dormimos lá e nem assim nós conseguimos falar com o Ministro da Fazenda. Falamos... No máximo, conseguimos falar com o secretário. Não lembro de quando fomos recebidos pelo próprio Ministro²⁹⁸.

Em seguida, David complementa:

E pelo Planejamento, ano passado, por exemplo, a gente conseguiu ser recebido pela Miriam [Belchior]. Que era a Ministra. E era uma pessoa muito mais acessível. Mas antes da Miriam, eu não lembro agora quem era, mas não era tão acessível. Então, esses dois Ministérios, que são centrais, que é quem decide nessa questão econômica... lógico que se a Presidenta estabelecer a política, eles vão ter que executar. Mas é onde sempre tem os entraves. É Planejamento e Fazenda. Principalmente Fazenda. Para a gente, a Fazenda tem sido assim, uma pedra no nosso sapato, a Fazenda. Por conta dessa falta de acessibilidade. E também pelo desenho da política, o rumo da política que o Ministério defende²⁹⁹.

²⁹⁸ Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

²⁹⁹ Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

Ao falar sobre a diferença de negociação com ministérios de um mesmo governo, o próprio David Wylkerson mencionou o caso da negociação com os Ministérios da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário na gestão do governo Dilma.

É o exemplo mais concreto assim, mais próximo da gente fazer a análise se tem divergência ou não, é a partir desses dois. Não deixa de ter. Porque, por exemplo, o MAPA... fala no MAPA, você já lembra o agronegócio, a grande agricultura, a agricultura empresarial. Principalmente a partir da nomeação da Katia Abreu, que é uma figura que tem dado muito destaque para essa coisa da... Tem tentado carimbar a agricultura como única. Ela tem essa concepção. De certa forma, isso facilita a receptividade dela para com a gente. Mas não deixa de ter diferença. Porque são públicos predominantemente bem diferentes. No MDA, você tem muito mais acesso. Tanto ao próprio MDA quanto as secretarias, os órgãos que são vinculados ao MDA. O Incra, a SAF, a SRA. Enfim, mas tem a... Por exemplo, vinculado ao MAPA está a Conab e a Embrapa, que são os 2 órgãos mais... Que a gente tem negociação mais direta, vamos dizer assim. Principalmente Conab, que tem um papel, na garantia da soberania alimentar, fundamental, para o país. Então, com a Conab, a gente tem facilidade de negociar. A Embrapa Embrapa, até pouco tempo atrás, acho que ela representava mais o agronegócio que o próprio MAPA. A Embrapa. Então, agora que ela está abrindo para agricultura familiar. Já temos... Renovamos um termo de cooperação técnica, da Contag com a Embrapa, no final do ano passado, onde estabelece atividades conjuntas, em parceria, estudo, a questão da pesquisa, com foco na agricultura familiar. Isso já tem... Vem sendo crescente, na Embrapa. E o próprio MAPA. Porque tem muitas resoluções; portarias, que são editadas pelo Ministério. Então, isso requer negociação, também. Não tem como a gente não negociar com o Ministério. Então, tem sido assim, receptivos. Lógico que não na mesma proporção do MDA³⁰⁰.

Medeiros (2014a) também comentou as diferenças de tratamento da relação com a Contag dentro de um mesmo governo. A autora refletiu sobre a experiência da gestão de Lula.

Dessa forma, como visto, criaram-se duas frentes distintas da relação sindicalismo (e movimento) com o governo: uma fortemente marcada por uma perspectiva negocial, que é o campo da agricultura familiar, outra marcada pela tensão e dificuldade de estabelecer negociação que é a frente do acesso à terra, seja por meio de desapropriação e compra, seja por meio de demarcação de terras para populações tradicionais. Visivelmente, a agenda relacionada aos temas fundiários encontra sérias barreiras nas organizações empresariais rurais e tem dificuldades para promover negociações com o Estado. Se não são feitos novos assentamentos, a dificuldade de mobilizar para acampamentos e ocupações também cresce, gerando um círculo vicioso, que dificulta as disputas nesse terreno (MEDEIROS, 2014a, p. 277).

Para Medeiros (2014), essa diferença na relação com as pautas para o campo tinha a ver com as contradições do governo Lula, que procurou dar apoio tanto ao setor produtivo da agricultura como aos agricultores de base familiar.

³⁰⁰ Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

Entre os Ministérios mais abertos ao diálogo com os movimentos sociais está o MDA, durante o seu tempo de existência, por se tratar de um Ministério que engloba as principais pautas de reivindicação do MSTTR e com o qual a Contag já tem um histórico de negociação. Contudo, nem sempre as negociações com o MDA são fáceis ou os resultados são satisfatórios, do ponto de vista de alguns entrevistados. O fato de dialogar com pessoas próximas à Contag faz com que a negociação às vezes se torne mais difícil, uma vez que nem sempre o agente do Estado pode ou quer atender a uma demanda do movimento, enquanto para o movimento a proximidade da relação com muitos dos agentes do Estado que estão em cargos do MDA dificulta a negociação.

Há um discurso no meio social que pode ser apreendido por meio de matérias na imprensa, por exemplo, que desqualifica e julga de forma negativa a aproximação entre movimentos sociais e o Estado, sobretudo durante as gestões do governo do PT³⁰¹. O que essas análises não consideram é a aproximação entre representantes do Estado e setores patronais, como os setores do agronegócio, para falar dos atores mais afins ao universo rural. A análise da relação entre Contag e Estado em diferentes contextos deve levar em conta que o setor patronal também se relaciona com o Estado e que as conquistas por eles obtidas através de políticas públicas são muito maiores em termos de volume de recursos do que os obtidos pelos agricultores familiares, por exemplo. Considerar esse elemento ajuda a perceber que, independentemente da maior ou menor abertura do Estado para dialogar com movimentos sociais sob diferentes gestões, há uma tendência que se mantém constante e que não é tão questionada socialmente como foi a aproximação dos movimentos sociais dos governos do PT: a relação com setores patronais. A própria força política do setor patronal, inclusive em cargos eletivos, e a sua contribuição para o PIB nacional acaba garantindo reconhecimento da sua importância para a sociedade e, por isso, a subvenção que recebe do Estado é pouco questionada quando comparada ao que é feito pelos movimentos sociais.

Francisco Urbano de Araújo comentou o jogo de forças presente na pressão por demandas ao Estado. Pelo trecho a seguir, é possível perceber a importância em considerar outros atores na relação que se estabelece com o Estado e, neste ponto, há um limite desse trabalho, cujo foco é a relação com os movimentos sociais. Novos ganhos analíticos virão

³⁰¹ A título de exemplo, cito aqui o editorial do Jornal *O Globo*, de 19 de Maio de 2015, cujo título é: "Aparelhamento e desvios no poder público". O editorial acusa os governos do PT de aparelharem o Estado com seus militantes partidários e acusa "representantes de organizações sem terra [de terem] passe livre" no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Incra.

quando essa análise focar nessa relação considerando também a gama de atores em cena. A seguir, um trecho da fala de Urbano sobre esse jogo de forças:

Veja, numa batalha, numa guerra, e você tem uma guerra todo dia, entre pra resolver o problema do povo e o Estado, né, porque o governo não tá pra trabalhar só pra gente, tem pressão de tudo que é lado. Quem pressionar mais e mais organizado, leva. Não pressionou, não tem dinheiro sobrando, né. Independente da pressão e da qualificação dessa pressão você avança mais. Ou faz você se mexer pra buscar, então eu tenho que acertar minhas estratégias pra cada batalha. E cada momento da guerra, quem é o general do outro lado? Quem é o general de hoje? Tá certo? Quem é o principal comandante, o nome lá, como é que eu derrubo ele? Não, porque se derrubar se eu derrubar o Lula... mas como é que eu obrigo ele a atender minha demanda? Tá certo?³⁰².

Em resumo, o que procurei destacar nessa seção foi principalmente a importância de se considerar os atores em cena e o contexto na análise da ação dos movimentos sociais voltada para o Estado. Ao mesmo tempo, entender que o Estado é uma relação social ajuda a compreender as diferentes figurações sociais em cada momento, aspecto fundamental para uma interpretação capaz de reconhecer a diversidade de dinâmicas de relações entre movimentos sociais e Estado que não se baseiam apenas no confronto político direto em ações de massa na rua, mas também em negociações dialógicas, entremeadas por relações de poder. Reconhecer a diversidade de lógicas que a ação coletiva pode assumir na prática social pode evitar interpretações que tendem a sugerir a primazia de um modo de atuar – geralmente as ações orientadas pelo confronto – em detrimento de outras formas de ação³⁰³.

Finalmente, ainda que a análise longitudinal de cerca de vinte anos de mobilização da relação entre a Contag e o Estado por meio do estudo do GTB perca sutilezas importantes desse processo de relação, há ganhos importantes em termos analíticos ao evitar analisar as relações entre movimentos sociais e Estado a partir da comparação entre um tipo de governo ou força política presente no poder, assim como de um grupo de lideranças políticas na liderança de

³⁰² Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2015.

³⁰³ As disputas políticas entre movimentos sociais e a leitura política de acadêmicos acabam, em geral, qualificado as ações coletivas como mais autonomistas ou mais institucionalizadas. É o que sugere o trecho a seguir, só para citar um exemplo: “Essa breve incursão sobre o impacto dos CMDRS [Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável] sobre as estruturas tradicionais de representação sindical sugere um dilema a ser superado: ou o sindicalismo de trabalhadores rurais disputa programas públicos que indicam mudança na lógica de fomento ao desenvolvimento da agricultura – a favor da sua base social de representação, mantendo-se como instrumento de conquistas econômicas e sociais – ou aumenta o grau de mobilização social e pressão sobre as agências estatais – mantendo-se como instrumento de organização política e coesão social. Até o momento, a primeira opção foi a escolha, ainda que tímida, que grande parte dessas organizações trilharam. Tal escolha, contudo, parece se esgotar gradativamente” (RICCI, 2009, p. 336).

movimentos sociais. Estudos de caso centrados em situações específicas poderão cotejar o potencial interpretativo da abordagem e narrativa elaborada aqui.

4.3.3 Reflexões sobre o GTB depois de mais de 20 anos de mobilização

A repetição da forma de ação depois de mais de vinte edições de GTB tem feito diretores e assessores da Contag refletirem sobre a eficácia, sucesso e impactos dessa forma de mobilização na atualidade. “O governo já sabe que em maio vai ter que ouvir a Contag”³⁰⁴. As palavras de José Wilson, diretor da Contag no momento da entrevista, ressaltam o caráter de repetição da ação do GTB, que aconteceu anualmente de 1994 a 2015, marco final de análise desse trabalho³⁰⁵. Outro entrevistado que destacou a previsibilidade do Grito e mencionou os limites que a ação tem encontrado para avançar nos seus objetivos foi Elias D'Ângelo Borges, dirigente da Contag: “[...] a gente, inclusive, discute uma nova forma de realizar o Grito da Terra Brasil. O Grito da Terra Brasil não é mais só uma mobilização. É uma marca. Todo mundo sabe quando terá e quem fará e essa coisa toda. Agora, os resultados é que nem sempre a gente tem”³⁰⁶. Já a fala de Francisco Urbano, ex-dirigente da Contag, explica a importância da repetição do GTB:

O Grito da Terra continuou todo ano. Porque, se você não fizer, o governo não mantém. [...] O governo é como galinha velha, só cozinha na panela de pressão, cara. Não adianta, ou pressiona o governo ou ele não lança, tá certo? [...] Porque acomoda, o governo se acomoda com a cadeira³⁰⁷.

Uma outra passagem, dessa vez uma fala do assessor da Contag, Luiz Vicente Facao, destaca a importância do GTB e sua repetição ao longo do tempo, frisando a importância do movimento sindical como mediador dos interesses da classe trabalhadora para o Estado visando a criação e aperfeiçoamento das políticas públicas para atenderem as demandas dos seus beneficiários.

³⁰⁴ Entrevista com José Wilson de Souza Gonçalves concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 29 de outubro de 2015

³⁰⁵ A última edição do GTB aconteceu em 2015. Depois disso algumas mobilizações aconteceram, mas não com como GTB.

³⁰⁶ Entrevista com Elias D'Ângelo Borges concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 20 de outubro de 2015.

³⁰⁷ Entrevista com Francisco Urbano de Araújo Filho concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de outubro de 2015.

O GTB é uma espécie de data base do campo. Todo ano chega com uma pauta, ela é posta para o governo, estabelece um processo de negociação e vem a mobilização cobrando resultados. Mas também o governo já está ficando curtido, acostumado com a pauta. E cheio de manha, já leva na conversa o movimento, o dirigente, os trabalhadores. Por isso é preciso mudar o GTB, mudar a estratégia. Nenhum dirigente é contra fazer todos os anos o GTB. Ela é uma negociação permanente e não algo que tem começo e fim. É um processo de negociação permanente. [...] A luta é uma luta permanente. A política pública não é perfeita e acabada. Ela sempre está em mudança. Tem que ir adequando e essa adequação tem que ser feita ouvindo e sentido o beneficiário na ponta. E aí vai construindo a pauta de reivindicações. O GTB traz para o governo os defeitos das políticas públicas, os ajustes que precisam ser tomadas para corrigir e apontamos políticas que precisam ser construídas. Então o GTB para o governo é extremamente importante. Para o governo que toma isso como importante. Talvez o Lula e a sua equipe tenha sacado isso bem. Em oito, dez anos o Brasil se tornou uma referência no mundo em políticas de combate à fome, agricultura familiar, desenvolvimento rural. E o governo não fez isso sozinho. Tem outros atores. As políticas não são perfeitas. O movimento sindical tem papel fundamental nesse processo por estar junto ao trabalhador na base para ver o que está acontecendo, para ter a capacidade de diagnosticar, sistematizar e trazer isso para negociar. Temos que construir as pautas estaduais, fazer o embate com os municípios. O papel do movimento sindical é extremamente importante. Precisamos de dirigente que tenha visão e saiba dialogar com os agricultores e que consiga traduzir isso. É um papel importante que o movimento sindical presta à sociedade e ao governo. O governo teve esses avanços porque tem uma organização do porte da Contag que vem fazendo isso há mais de vinte anos. Se o governo toma isso para isso e tem a determinação de fazer isso, de atender a demanda, o governo só ganha, a sociedade só ganha³⁰⁸.

Outra preocupação da mobilização pelo GTB passa pelo caráter repetitivo da ação ao longo do tempo. Provavelmente a ação coletiva da Contag que mais se aproxima da ideia de repertórios de confronto (Tilly, 1978) no que se refere à dimensão de repetição e aprendizado histórico que o conceito carrega em si é o GTB. A reflexão sobre as implicações dessa repetição esteve presente nos debates da Contag:

Entretanto, após quatro GTBs, é possível observar que já não tem sido suficiente para avançar na construção do PADRS. A consolidação do GTB como “data base dos rurais”, é uma faca de dois gumes. Se por um lado nos afirmou para a sociedade enquanto atores sociais, por outro concentrou toda nossa capacidade de ação em um limitado período de tempo. (CONTAG, 1998, p. 45).

Ainda sobre a previsibilidade das ações do Grito, Antoninho Rovaris, diretor da Contag, destacou:

Pra mim, o Grito se transformou numa grande festa. Pra nós e pro governo. Essa é uma opinião muito pessoal. Por que? Porque nós temos dia para chegar; nós temos data para voltar. E nós sabemos exatamente a pauta que nós entregamos e a resposta que o governo vai dar. Ou seja, vamos jogar muito aberto. Se nós tivermos que trancar o pé aqui [...], nós não estamos preparados aqui para ficar oito dias e brigar com o

³⁰⁸ Entrevista com Luiz Vicente Facco concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de novembro de 2015.

governo. O povo vem pra cá com a roupinha do corpo, dorme nos alojamentos e no hotel e de noite ta pegando a malinha e ta indo embora [...]. Mas virou uma festa³⁰⁹.

Já Aristides Veras dos Santos chama a atenção para a importância em inovar na maneira de realizar o GTB:

E precisa mudar também um pouco a própria dinâmica da mobilização, tem um desgaste do mesmo modelo: as pessoas vêm, acampam, é... negocia, volta, tem um dia certo pra chegar, tem um dia certo pra voltar, aí é como se ficasse muito previsível as coisas, virou uma rotina muito... entendeu? Que tá precisando mexer um pouco com a, com as pessoas, porque eles vêm, aí ficam se queixando que vieram passear, né? Apesar de que nos estados as federações não fazem muito diferente não, mas já tá precisando renovar isso. E já, e já a tentativa de descentralizar foi inovação, veio trazer o povo pra cá, pressiona lá na base, e traz uma comissão maior pra cá, mas em termos de comissão, entendeu?³¹⁰.

As reflexões sobre os limites da ação do GTB são feitas desde as primeiras edições da mobilização. Em 1998, por exemplo, quando o Grito havia sido realizado apenas cinco vezes, alguns pontos que foram levantados pelos entrevistados enquanto questões críticas do GTB já estavam sendo tratadas pela Contag, como pode ser visto no trecho a seguir, extraído dos Anais do 7º CNTTR.

O Grito da Terra Brasil, apesar da sua importância, não conseguiu provocar mudanças significativas na lógica das ações governamentais no campo. Essas tendem a tratar as políticas destinadas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais como de natureza assistencial, periféricas às questões econômicas e sociais do País. Além disso, existem outros problemas a serem superados nas mobilizações do GTB. E preciso ampliar a participação dos demais setores sociais que atuam no campo e conquistar um maior apoio por parte dos setores urbanos. É preciso também ter uma coordenação mais efetiva entre as ações locais e a nacional e ampliar as mobilizações para um maior número de estados. Ter mais cuidado na elaboração da pauta de reivindicações, com a efetiva inclusão das demandas dos assalariados. (CONTAG, 1998, p. 50).

Contudo, o mesmo documento reconhece alguns dos pontos positivos da mobilização.

O MSTR realizou, ao longo do período, diversas manifestações nacionais, regionais, estaduais e locais. O Grito da Terra Brasil, realizado anualmente, se mostrou a mobilização mais eficiente na conquista das principais reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esta mobilização tem garantido conquistas como: a criação e viabilização do Pronaf, desapropriação de diversas áreas para fins de reforma agrária, melhorias nas condições de acesso aos benefícios da Previdência Social e melhoria nas relações de trabalho. O sucesso alcançado na realização do Grito da Terra Brasil deve-se a diversos fatores:

1. seu caráter massivo.

³⁰⁹ Entrevista com Antoninho Rovaris concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 27 de outubro de 2015.

³¹⁰ Entrevista com Aristides Veras dos Santos concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 27 de outubro de 2015.

2. equilíbrio alcançado nos seus objetivos básicos:
 - 2.1 abrir negociações com o governo;
 - 2.2. divulgar os problemas enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais;
 - 2.3. protestar e denunciar as políticas neoliberais do governo FHC.
3. conjugação das ações nacionais com ações locais, contemplando as reivindicações em diferentes níveis. (CONTAG, 1998, p. 50).

A ação repetida também traz vantagens para o movimento social que a organiza. Uma delas tem a ver com o aprendizado acumulado a cada ano, que ajuda, em tese, a tornar o esforço de organização de uma nova mobilização em princípio menor. O saber fazer a mobilização, o passo a passo, se por um lado não inova, por outro permite a concentração em outras atividades. Ao mesmo tempo, possibilita que acertos sejam refeitos à luz da experiência anterior. Afinal, por mais que a forma tenha características parecidas, há algo de novo a cada mobilização, que varia conforme a pauta principal, meios de negociações, estratégias e formas de ação coletivas, definidos a partir da conjuntura de cada ano. Sobre esse aspecto, Maria José Costa Arruda, ex-assessora da Contag, destacou:

Acho que esse ano [2015] vai ser mais forte em função da conjuntura também que existe, que seja mais forte, tô torcendo pra que seja uma coisa bem representativa. Acho que não só fazendo, focando a nossa pauta, mas também o momento político, né? Chamando atenção para reforma política, chamando atenção pra questão da Petrobrás, né, reafirmar que é nossa, sobre a corrupção, tem mesmo que dar cadeia. Mas isso assim, o nosso projeto, nós reafirmar o nosso projeto, projeto político, projeto pra nação, né? Que nós ajudamos a eleger, que nós ajudamos... então assim, eu acho que isso vai tá focado no Grito da Terra desse ano, além da nossa pauta, porque o momento exige que façamos isso.

Marco Antonio dos Santos Teixeira – Claro, por mais que exista algumas pautas que continue, tem... responde ao momento, né?

Maria José Costa Arruda – Responde ao momento, que tem que dialogar com o momento político, não tem como você fazer desfocado do momento, ignorar que tá existindo tudo isso assim, né? Aí não faz sentido, né? Então vai dialogar com a pauta, nossas reivindicações, mas também com o momento político. Foi assim que o conselho de representante da Contag definiu, né? Mas é isso, assim, é uma longa história até chegar aqui, cara, tu não imagina³¹¹.

A relação entre o contexto e o GTB foi tratado também na entrevista com Elias D'Ângelo Borges, diretor da Contag. Elias ressaltou a dificuldade vivida em 2015 na negociação da pauta do Grito com os agentes do Estado, considerando a crise política e econômica vivida no momento. Para o dirigente sindical, foi difícil obter conquistas porque o governo não atendia as demandas do MSTTR. Nas palavras do entrevistado: “Eu acho que nós estamos vivendo um

³¹¹ Entrevista com Maria José Costa Arruda (Zezé) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 19 de março de 2015.

momento muito difícil do Grito da Terra Brasil. Muito difícil. Por algumas questões. Uma delas é que você negociar num momento de crise, num ambiente de crise econômica?”³¹².

Outro entrevistado que discorreu sobre a relação entre o contexto e a mobilização do GTB foi Willian Clementino da Silva Matias, dirigente da Contag no momento da entrevista.

Muitas das vezes o caráter do Grito era um caráter propositivo. Várias vezes foi negociador, só de negociação. Por conta de períodos aí, da história, conjunturas, que precisava ser um outro caráter. Teve Grito que o caráter do Grito, mesmo com suas pautas, mas o principal caráter era denunciar questões do momento: ou chacina; ou desastres ambientais; ou seca; ou cheia. O Grito sempre se portou diante da conjuntura³¹³.

A fala de William me ajudou a pensar na importância de historicizar as ações coletivas, sobretudo aquelas que se repetem a cada ano. Caracterizar o GTB de forma genérica pode dizer muito pouco se não considerarmos o contexto de cada ano e atores em cena. Portanto, mais do que discorrer sobre cada Grito neste capítulo, procurei apontar uma abordagem para entender ações coletivas a partir da experiência geral. Há ainda muitos estudos que podem ser feitos sobre o Grito, destacando aspectos ainda não tratados aqui, como a investigação detalhada sobre o desenvolvimento as pautas de reivindicações e a relação delas com as políticas públicas para a agricultura familiar nas últimas décadas.

³¹² Entrevista com Elias D'Ángelo Borges concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 20 de outubro de 2015.

³¹³ Entrevista com Willian Clementino da Silva Matias concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

5 ENTRE A AÇÃO E A REPRODUÇÃO: A MARCHA DAS MARGARIDAS

Em 1978, a Contag realizou cursos preparatórios para o 3º CNTR. Foram 18 edições, com a presença de 25 dirigentes em cada um dos cursos. Ao todo, foram 450 participantes, dos quais apenas três eram mulheres. Uma delas foi Margarida Maria Alves. Na época, não existia um debate sistemático e consolidado sobre a participação política da mulher no meio sindical. Porém, a percepção da baixíssima presença das mulheres naqueles cursos levou a então assessora de formação da confederação, Josefa Martins Pereira, a propor o tratamento dessa questão como uma pauta no interior do movimento sindical.

No dia 1º de maio de 1983, Margarida Maria Alves disse em um discurso de comemoração pelo Dia do Trabalhador: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Pouco mais de três meses depois, em 12 de agosto, a líder sindical paraibana e presidenta do sindicato de Alagoa Grande foi assassinada na porta da sua casa por um matador de aluguel, na frente do seu marido e filho pequeno.

Após 22 anos, em agosto de 2000, a Marcha das Margaridas saiu pelas ruas de Brasília para dar visibilidade às pautas das mulheres e lutar por igualdade na sociedade e no movimento sindical e por políticas públicas e direitos específicos para as trabalhadoras rurais.

Em 2015, no cerimonial da solenidade de abertura da quinta edição da Marcha das Margaridas foi dito: “o latifúndio matou Margarida. Mas eles não sabiam que ela era semente. E Margarida se espalhou por todos os recantos desse país”. Essa mensagem é constantemente lembrada pelas mulheres engajadas na Marcha das Margaridas ao se referirem à adesão e ampliação de participantes na mobilização ao longo das suas edições. Hoje, o nome de Margarida Maria Alves é lembrado pelas dirigentes sindicais como um símbolo de força, resistência e da luta das mulheres e, por isso, ela é a grande homenageada na maior marcha de mulheres trabalhadoras rurais do país.

A Marcha das Margaridas é nacional e internacionalmente conhecida como uma importante mobilização de mulheres com um volume expressivo de participantes. Com cinco edições realizadas entre 2000 e 2015, leva mulheres de todas as partes do país a Brasília para lutarem por demandas como reconhecimento, direitos e políticas públicas específicas para as mulheres rurais ou, como autointituladas desde a edição de 2015, “mulheres do campo, das águas e da floresta”. A Marcha das Margaridas é atualmente a maior mobilização coletiva coordenada pela Contag e pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e conta com o apoio de diversas organizações parceiras. É, portanto, um caso emblemático de uma ação

coletiva dirigida pela Contag cujo foco é atingir tanto o tecido social, com a intenção de promover transformações societárias, inclusive no próprio interior do movimento sindical, como o Estado, na busca por direitos, políticas públicas e por mudanças no sistema político. Ao mesmo tempo, contribuiu para o processo de reprodução social da Contag na medida em que realizou muitas atividades que criaram condições necessárias para o desenvolvimento das ações coletivas das mulheres e para a própria existência e perenidade da Contag, principalmente da organização das mulheres no interior do sindicalismo. Se a Marcha dura um ou dois dias, conforme cada edição, o processo de organização da ação coletiva é praticamente constante e intenso no ano que antecede a sua realização, com reuniões de organização, formação política, negociações com setores do Estado, por exemplo.

Nas páginas que se seguem, narrarei e analisarei a luta das mulheres trabalhadoras rurais em diferentes contextos, buscando entendê-la tanto como uma ação coletiva focada em promover demandas ao Estado e dirigidas à promoção de mudanças societárias quanto como uma ação de reprodução social da Contag. Como já destaquei, as noções de ação coletiva e ações de reprodução social são construções do pensamento elaboradas para analisar dada situação. Na prática, é difícil imaginar uma ação voltada exclusivamente ao Estado e/ou à sociedade ou fundamentalmente de manutenção do movimento. Nesse capítulo procuro mostrar essa dupla dimensão de maneira articulada.

5.1 Trajetórias de organização e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais no MSTTR

A origem da Marcha das Margaridas remonta à história de lutas das mulheres do MSTTR, cuja genealogia provém dos processos organizativos que tiveram início pelo menos nos anos 1970 e ganharam força na década seguinte. Nos parágrafos seguintes, narrarei de forma breve os principais passos dados por essas mulheres em sua organização política no âmbito do sindicalismo rural que criaram condições para a construção da Marcha das Margaridas.

Não é o objetivo aqui recompor trajetória de organização das mulheres ligadas ao MSTTR, trabalho já feito por outras pesquisadoras e pesquisadores³¹⁴. O importante é mencionar alguns dos principais acontecimentos dessa história que ajudarão a compreender o processo de organização política das mulheres.

Durante muito tempo as mulheres foram personagens com pouca visibilidade na história do MSTTR no Brasil, tendência observada em vários outros movimentos sociais e espaços de participação política. Pouco se falava sobre o papel das mulheres nas lutas pela constituição da organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais no país. Inclusive, sequer se falava em “trabalhadores e trabalhadoras rurais”, como é prática hoje. Isso se explica em parte porque os espaços de atuação política nos anos 1950 e 1960 foram dominados majoritariamente por homens. É igualmente verdade que ao lado desses homens existiam mulheres que desempenhavam múltiplas tarefas fundamentais para a manutenção do lar, do trabalho agrícola, da criação dos filhos e também para a luta política. A pesquisa sobre o papel desempenhado pelas mulheres em um contexto no qual o sindicalismo rural era dominado por homens ainda precisa ser aprofundada. Contudo, há exemplos conhecidos de mulheres trabalhadoras rurais que, mesmo antes do processo formal de organização política das mulheres no movimento sindical, foram importantes lideranças. É o caso de Elizabeth Teixeira e Josefa Pureza, só para citar dois exemplos³¹⁵.

A origem do trabalho de organização política das mulheres na Contag remonta à ação da então assessora educacional, Josefa Reis. Ela era uma das educadoras responsáveis pelos cursos preparatórios para o 3º CNTR, ocorridos em 1978, e comentou sobre essa experiência em uma entrevista:

Nesses cursos de 1978 que antecederam o 3º Congresso que começou a nascer na gente um sentimento mais forte sobre a exclusão da mulher. Desse curso participou Margarida Maria Alves, assassinada em 1982. Gedalva, que foi a primeira que participou da suplência da Contag, de Sergipe. E Maria, de Arapiraca, em Alagoas. Que eu me lembre, dos 18 cursos, tivemos só essas 3 mulheres. E aí eu olhava e só via esse monte de homens. A gente sabe que para a mulher ficar 20 dias era difícil, mas liderança é liderança e tinha que ter a mulher. Naquela época eu não tinha feito nenhuma leitura feminista não³¹⁶.

³¹⁴ Sobre a trajetória de organização política das mulheres trabalhadoras rurais, ver, entre outros: Aguiar, 2015, 2016; Carneiro, 1994; Almeida, 1995; Giuliani, 1989; Schaaf, 2001; Deere, 2004 Heredia e Cintrão, 2006; Medeiros, 2016; Bordalo, 2011; Medeiros; Neves, 2013; Pimenta, 2013a, 2013b, 2014; Siliprandi; Cintrão, 2015; Zarzar, 2017.

³¹⁵ Sobre a trajetória de Elizabeth Teixeira, ver: Bandeira e Herrera, 1997; e o documentário “Cabra Marcado para Morrer”, feito por Eduardo Coutinho, em 1984. Sobre a trajetória de Josefa Pureza, ver o documentário “Josefa – Uma Mulher na Luta Camponesa”, dirigido por Roberto Maxwell e Luiz Claudio Lima, em 2002.

³¹⁶ Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

Portanto, a baixa presença de mulheres no curso de formação política despertou a atenção de Josefa para começar a provocar a discussão sobre sindicalização das mulheres no sindicalismo. O tema foi debatido com polêmica e dividiu opiniões, de acordo com Josefa. A partir desse momento, o debate sobre questões das mulheres começou a ser feito no interior da Contag de maneira mais sistemática. Nos estados, as experiências que têm sido apontadas como precursoras do trabalho de organização das mulheres trabalhadoras rurais são as do Rio Grande do Sul e Pernambuco. O estopim para o trabalho de organização política das mulheres nesses estados foram as discriminações que as mulheres desses locais sofriam, respectivamente, para obter benefícios da Previdência Social e para serem incluídas nas frentes de serviço nas áreas de seca (CONTAG, 2002). Contudo, não só a discriminação das mulheres explica a emergência de um trabalho de organização política das mulheres, uma vez que esse fato não era particularidade de Pernambuco e Rio Grande do Sul. Provavelmente um dos principais motivos para o surgimento de um processo de mobilização das trabalhadoras rurais nesses estados foi o fato de haver uma forte organização sindical, que vinha se consolidando no Brasil. Sarti (2001) destaca a força desse movimento na década de 1980. Nas suas palavras:

Nos anos 80 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular (SARTI, 2001, p. 41)³¹⁷.

No contexto de ampliação dos movimentos de mulheres pelo país, as trabalhadoras rurais também lutaram pelo direito de participarem politicamente da vida sindical. Isso porque durante muitos anos as mulheres foram excluídas da possibilidade de se colocar politicamente no espaço sindical porque sequer tinham o direito a se sindicalizar. Elas eram identificadas como “dependente do sócio”, geralmente seus maridos ou pais. Com isso, uma das principais lutas das mulheres trabalhadoras rurais no começo dos anos 1980 foi pelo direito de se associar no sindicato. Uma vez conquistado o direito de se associar, as mulheres começaram a lutar pelo direito de se tornarem dirigentes sindicais. Inicialmente nos sindicatos. Depois nas federações.

³¹⁷ Apesar de se consolidarem nos anos 1980, foi nos anos 1970 que o movimento feminista emergiu no país com força. Um marco importante para isso foi o Ano Internacional da Mulher, em 1975, declarado pela ONU. Esse fato propiciou o cenário para início do movimento feminista no Brasil, ainda fortemente marcado pela luta política contra o regime militar (SARTI, 2011).

E, com o tempo, na Confederação. Tornar-se dirigente sindical era um passo importante para as mulheres conquistarem o direito de participar dos Congressos da Contag como delegadas e por sua vez terem condições de influenciar diretamente nas decisões da política sindical, já que esse é o principal espaço de deliberação do MSTTR.

Um marco do avanço da participação política das mulheres foi a moção das trabalhadoras rurais apresentada no 4º Congresso da Contag, em 1985. Essa moção destacou os principais fatores que dificultavam e excluía a participação da mulher na vida sindical e política: a discriminação da legislação em relação à mulher rural, agricultora e assalariada; o fato da mulher, esposa de mini e pequeno produtor rural, não receber benefícios previdenciários porque a legislação previdenciária a considerava dependente do marido; a exclusão da trabalhadora rural da legislação pertinente ao meio rural a despeito de integração na economia familiar; e a identificação da trabalhadora rural como doméstica e do lar, categorias profissionais já reconhecidas e características do meio urbano. Diante desse diagnóstico, as mulheres reivindicaram “que a mulher trabalhadora rural em regime de economia familiar seja reconhecida como trabalhadora rural agricultora” (CONTAG, 1985b, p. 240-241).

O 4º Congresso foi o primeiro a ter no temário a questão específica da mulher. Também, pela primeira vez, um cartaz do congresso da Contag evidenciava a figura de um homem e uma mulher, mostrando o reconhecimento político e produtivo das mulheres, como pode ser visto nas imagens abaixo.

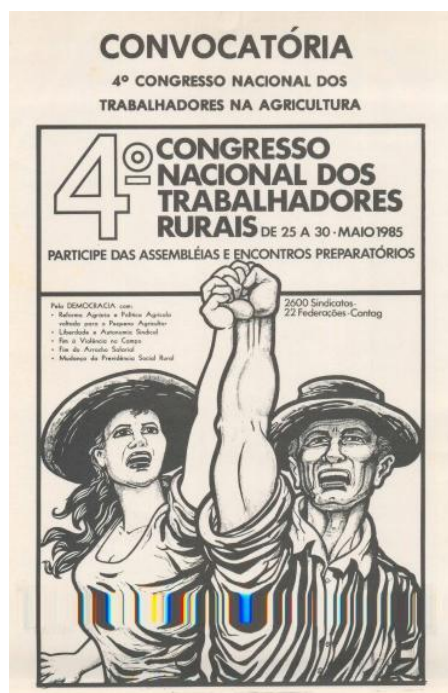


Figura 3: Cartaz do 4º CNTR. Fonte: CID/Contag



Figura 4: 4º CNTR. Fonte: CID/Contag

Um dos indícios do crescimento do debate sobre as mulheres na atuação da Contag foi o início do tratamento do tema nos relatórios anuais da Confederação. O Relatório de 1986 foi o primeiro a ter o tema “participação das mulheres no movimento sindical” como um tópico específico, ocupando uma lauda do documento, citada a seguir:

Na realidade as trabalhadoras rurais, sejam as que trabalham em regime assalariado ou em regime de economia familiar, são parte ativa dos movimentos coletivos do conjunto da classe trabalhadora rural: campanhas salariais, greves, resistência nas áreas de conflitos de terra, movimentos de pequenos agricultores, lutas por mudança na previdência, na área de saúde e na Constituinte. Contudo, as mulheres não têm, na mesma medida em que enfrentam as lutas, participado das discussões e decisões sobre essas lutas. Enfim, ainda é muito pequena a participação da mulher na organização sindical dos trabalhadores rurais.

O 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais traz definições claras sobre o papel do Sindicato na ampliação da participação sindical das mulheres, sendo recomendado o encaminhamento e coordenação de programas específicos dirigidos às mulheres trabalhadoras rurais e estimulada a sua sindicalização.

Nesse sentido a Contag teve a oportunidade de participar em 1986 de alguns debates desenvolvidos nos Estados, inclusive de um Congresso Estadual promovido pela Fetaeg e STRs daquele Estado.

Se por um lado vêm crescendo iniciativas de organização das trabalhadoras rurais, ora promovidas por Federações e STRs, ora promovidas por outras instituições, o MSTR ainda não desenvolve esse trabalho na maioria dos Estados.

Contudo, alguns avanços vão sendo conquistados. Novas cláusulas específicas de proteção à mulher passaram a constar dos contratos coletivos de trabalho, embora os patrões tenham nessas áreas assalariadas usado de vários mecanismos para anular essas conquistas, inclusive através do aumento das demissões. Mas, tanto no campo

trabalhista como nas questões agrária, agrícola, previdenciária a organização das mulheres se faz cada vez mais presente (CONTAG, 1986, p. 42).

A chegada das mulheres à direção dos sindicatos e, por consequência, aos Congressos da Confederação, lhes permitiu pautar a necessidade de ter espaços para debater a suas questões específicas e ações direcionadas. Em 1987, em pelo menos três estados ocorreram encontros de mulheres: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco. Ainda, em nível regional, aconteceu o 1º Encontro Regional de Trabalhadoras Rurais, em Florianópolis, organizado pela Contag e pelas federações do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás. O contexto para esse debate era propício já que, naquele momento, a sociedade como um todo debatia diversos temas devido à Constituinte em curso. Inclusive, em 1989, ocorreu o 1º Seminário Nacional de Trabalhadoras Rurais do MSTR: participação na Constituinte de 1988. As mulheres participantes do Seminário produziram um documento de reivindicações específicas das mulheres trabalhadoras rurais e o enviaram aos constituintes³¹⁸.

Josefa Reis contou que, como decorrência do processo de organização das mulheres nos estados por meio da criação de Comissões, se constituiu uma articulação também a nível nacional que culminou na formação de uma Comissão Provisória de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 1987, criada no contexto do 1º Encontro Regional de Trabalhadoras Rurais, em Florianópolis³¹⁹. Josefa explicou como era a estratégia de ação das mulheres a nível nacional naquele momento:

E adotamos a seguinte estratégia: pessoal, não tem nenhuma representante de mulheres no conselho da Contag, que é quem decide as programações. Vamos fazer o seguinte: vamos nos reunir na véspera, a gente se articula, faz a troca de experiência, vê nossas propostas de organização e reivindicação e vamos colocar nos conselhos. E vai conversar com os dirigentes e conselheiros e vamos pedir espaço para falar nas reuniões do conselho. E assim foi feito e conseguimos passar tudo. Então elas não eram dirigentes, mas tinham voz e conseguiam passar a proposta delas. Claro que ainda não abraçaram o mundo³²⁰.

A partir desse momento, as mulheres tiveram uma história ascendente de participação no Sindicalismo Rural. Para Raimunda de Mascena, dirigente da Contag entre 1998 e 2009 e, antes disso, dirigente sindical no Ceará, foi na edição de 1991 que a força da organização das

³¹⁸ O 2º e 3º Seminários Nacionais de Mulheres Trabalhadoras Rurais aconteceram em 1989 e 1992, respectivamente. Fonte: Contag, 2002.

³¹⁹ A fonte que informa o ano de 1987 como data de criação da Comissão é o Relatório Anual da Contag de 1987 e a Revista de Mulheres. Pimenta (2013a) e Aguiar (2016) apontam como data de criação da Comissão o ano de 1989.

³²⁰ Entrevista com Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 17 de março de 2017.

mulheres foi percebida nos Congressos da Contag. Naquela ocasião, as mulheres questionaram a baixa presença feminina nos Congressos e pleitearam que na edição seguinte fosse obrigatória a participação de mulheres. A partir de então essa questão começou a ganhar fôlego, contando inclusive com o apoio de homens sensíveis à causa. Esses homens eram sobretudo lideranças da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que começavam a ocupar cargos na direção da Contag³²¹. A mudança no movimento sindical no começo dos anos 1990 não acontecia somente na esfera da organização das mulheres. Naquele momento, a Contag estava se aproximando da CUT e tal gesto resultou na filiação da Confederação à Central Única e, nos anos subsequentes, na formulação do Projeto CUT-Contag de Formação Sindical e no PADRSS, conforme narrado no capítulo dois. Naquele momento, a CUT já vinha desenvolvendo um trabalho específico voltado para a questão das mulheres e as ideias circulavam entre os dirigentes e militantes cutistas e contaguianos. Em 1986, havia sido criada a Comissão Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora no 2º Congresso Nacional da CUT, formalizando a organização das mulheres na central sindical. Depois disso, em 1991, no 4º Congresso Nacional da CUT, foi aprovada a proposta de discutir ações afirmativas como meio de corrigir desigualdades entre a participação de homens e mulheres no movimento sindical cutistas e cotas para as mulheres participarem dos cargos de direção. A aprovação da proposta de cota mínima de 30% e máxima de 70% de cada sexo foi aprovada na 6ª plenária, em 1993, como recomendação, e não resolução³²².

A eleição das primeiras mulheres para cargos da diretoria da Contag foi em 1991, nas vagas de suplência. Foram elas: Tereza dos Santos da Silva, Tereza de Araxá, de Minas Gerais (1ª Secretária), Josefa Rita da Silva, Zefinha, da Bahia (suplente do Tesoureiro-Geral), Maira Bottega, do Rio Grande do Sul (suplente do Secretário de Política Agrícola), e Margarida Pereira da Silva, Ilda, de Pernambuco, (suplente do Secretário de Política Agrária). A participação das mulheres nos Congressos provocou o surgimento do debate de novos temas no âmbito do MSTR, como fica claro no trecho a seguir que faz referência à participação das mulheres no 5º CNTR.

As mulheres rompem as fronteiras machistas do mundo sindical e fazem o debate político de questões antes reservadas ao mundo privado. Temas como trabalho doméstico, autonomia sobre o corpo, direito ao planejamento familiar, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e o aborto, são debatidas nas Comissões Temáticas do Congresso. Na Comissão de Assalariados, o debate sobre gênero e reprodução vem fortemente articulado com as mais diversas formas de exploração da

³²¹ Raimunda de Mascena é do campo cutista.

³²² A política de cotas passou a ser uma resolução e integrar o estatuto da CUT somente em 2008, na 12ª plenária. Para mais detalhes, ver: BATISTA, 2016.

força de trabalho feminina. As mulheres propõem que o MSTR denuncie as diversas práticas de discriminação e violência nas relações de trabalho e novas propostas passam a ser incorporadas na pauta de reivindicações: - contra a exigência de atestado de laqueaduras de trompas no ato da contratação de mulheres assalariadas, - ameaças de demissão de gestantes, - violência nos locais de trabalho, praticadas por chefes e encarregados, - redução da jornada de trabalho durante o ciclo menstrual, - cota de 30% de mulheres na contratação por empresas, - creches nos locais de trabalho” (CONTAG, 2002, p. 19-20).

No 6º CNTTR, em 1995, as mulheres já eram 10% dos participantes e, com isso, ganharam força para demandar um cargo da direção executiva da Confederação. O nome indicado era o de Maria Santiago de Lima, de Rondônia. Contudo, durante as negociações, o pleito não foi aceito pelos homens, desencadeando uma forte reação feminina. Raimunda de Mascena conta que naquele Congresso as mulheres organizaram um ato questionando a falta de mulheres na direção executiva da Contag. Raimunda se lembra que, no ato, as mulheres subiram nas cadeiras, fizeram discursos, gritaram palavras de ordem em repúdio à exclusão das mulheres da direção executiva da chapa.

Diante da derrota sofrida, as mulheres se organizaram e decidiram coletivamente votar em branco ou anular o voto para as eleições da chapa da Contag, mostrando sua rejeição ao processo eleitoral em curso. Nas palavras de Raimunda: “[...] eu lembro que foi o congresso que teve, quase, 500 votos nulos e brancos e eram votos das mulheres. Porque nós não ficamos na chapa”³²³. Nos anais do 6º CNTR, consta o número total da votação que corrobora a fala da entrevistada. A chapa vencedora obteve 1.110 votos, contra 103 votos em branco e 346 nulos³²⁴.

Na plenária, as mulheres também decidiram apresentar uma contraproposta ao CNTR diante da não inclusão de uma mulher no cargo diretivo da chapa: a escolha pelas próprias mulheres de uma dirigente sindical que fosse coordenadora da comissão provisória de mulheres trabalhadoras rurais da Contag. Também reivindicaram para essa coordenadora o status de diretora da Contag, com todas as condições de trabalho que um diretor tinha, incluindo salário, assessoria e residência em Brasília. A proposta foi aprovada e, para isso, também foi importante a construção de alianças com os homens que entendiam e apoiavam a luta das mulheres. Raimunda conta que elas buscavam se aproximar desses homens, dialogando e mostrando a importância da questão. A estratégia era cada mulher procurar os dirigentes do próprio estado com os quais era possível estabelecer essa conversa.

Com isso, após o Congresso, a Comissão Provisória de Mulheres Trabalhadoras Rurais se reuniu em novembro do mesmo ano e elegeu Margarida Pereira da Silva, conhecida como

³²³ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³²⁴ Anais do 6º CNTR, p. 111.

Ilda, de Pernambuco, como a primeira mulher coordenadora da Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR)³²⁵. A Comissão, portanto, deixou de ser provisória e passou a ser prevista no estatuto a partir de junho de 1995. A escolha de Ilda pelas próprias mulheres para coordenar a CNMTR foi um marco na história de organização das trabalhadoras rurais. Ainda que a Comissão estivesse vinculada à Secretaria de Organização e Formação Sindical, pela primeira vez uma mulher teria direito à voz e voto na direção executiva da Contag.

Contudo, esse foi só o começo de outras disputas e desafios. Ilda relatou algumas dificuldades no trabalho na Contag, entre as quais: exclusão das discussões políticas de tomadas de decisão nas reuniões de diretoria; falta de condições de trabalho; necessidade de se reportar ao dirigente de organização e formação sindical, uma vez que a Comissão era ligada à essa secretaria. Diante das dificuldades vividas, Ilda procurou um tratamento psicológico que lhe ajudasse a desenvolver sua fala, que havia sido bloqueada devido a um processo traumático vivido no começo do trabalho na Contag. Ilda também fez um curso de oratória para aprender a se expressar e comunicar melhor³²⁶. O que essa história mostra são alguns dos desafios pessoais vividos por uma militante política, no caso, as dificuldades de uma mulher se inserindo em um espaço até então exclusivamente masculino.

Rocicleide Silva, assessora de formação e organização sindical responsável também pela pauta de mulheres na época em que Ilda assumiu a coordenação da CNMTR, relatou que o principal foco do seu trabalho com as mulheres durante a gestão de Ilda foi promover um debate com conteúdo político para as mulheres em cada comissão estadual, apresentando a elas novos conceitos e metodologias que lhes permitissem refletir sobre suas questões. Ao mesmo tempo, criou comissões estaduais onde não havia, fato mais comum principalmente nos estados do Norte e Centro-Oeste naquele momento. Conforme as comissões estaduais se fortaleceram, o passo seguinte foi estimular a criação de comissões nos sindicatos. Essa ação se proliferou e apresentou resultados positivos, na avaliação de Rocicleide. A ideia da CNMTR era que esse processo criasse condições para que ao menos uma mulher de cada sindicato participasse do Congresso da Contag seguinte. Para isso, a proposta precisava ser aprovada no Conselho da Confederação, o que não aconteceu³²⁷.

³²⁵ A CNMTR é formada por representantes e suplentes de cada federação estadual filiada à Contag.

³²⁶ Entrevista com Margarida Pereira da Silva (Ilda) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de novembro de 2015.

³²⁷ Entrevista com Francisca Rocicleide Pereira da Silva (Roci) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 29 de novembro de 2015.

Rocicleide destacou ainda que, durante a gestão de Ilda (1995-1998), a maioria do corpo de funcionários da Contag, homens e mulheres, fez cursos sobre gênero, ofertados pela Organização Não Governamental (ONG) SOS Corpo³²⁸. A ideia da ação era estabelecer alianças dentro da própria Contag com a luta das mulheres, uma vez que a Confederação é mista e o processo de opressão das mulheres também incide sobre os homens. O curso foi feito em um período de dois anos e contou com seis módulos. Alguns dirigentes das federações foram convidados a participar dessa atividade.

Foi ainda na gestão da Ilda que se deu a luta pela inclusão do termo “trabalhadoras” no vocabulário e nos documentos da Contag, fato que passou a vigorar a partir do 7 Congresso Nacional do Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em 1998.

Outra ação relevante desse período foi a realização da 1ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 1997. Esse encontro foi importante para o debate e reflexão sobre as demandas das mulheres e serviu como importante gesto político da força das trabalhadoras para dentro do movimento sindical. Inclusive, na Plenária, foi feito o debate sobre as cotas de participação das mulheres nos cargos de direção do movimento sindical.

Para Raimunda de Mascena, a derrota sofrida no 6º Congresso fez as mulheres avaliarem a necessidade de realizar uma grande campanha política de cotas de participação na diretoria e no congresso da Contag. Entre as ações realizadas estavam seminários temáticos em todo o país para discutir o tema. E esse foi um dos trabalhos feitos pela nova Comissão liderada por Ilda, com a assessoria de Rocicleide Silva. A inspiração da política de cotas veio do trabalho semelhante que vinha sendo realizado na Central Única dos Trabalhadores (CUT), que aprovou a política em 1993, garantindo o mínimo de 30% de mulheres nos cargos de direção. Essa medida já tinha sido adotada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1991. Raimunda da Mascena relata que a conquista das cotas de participação das mulheres na diretoria e congresso da Contag ocorreu com muita disputa. Ilda também comentou sobre esse processo:

Essa discussão acontecia nas reuniões dos conselhos e as mulheres chegavam antes para ficar falando com os diretores para conseguir apoio. Os homens falavam: as mulheres têm condições de estar no espaço de poder? E ela rebatia: como é que mede as condições dos homens? Como as mulheres podem mostrar que podem se não há espaço? Depois de muita luta conseguiram a aprovação da cota³²⁹.

³²⁸ O SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil fundada em 1981, com sede na cidade do Recife, Pernambuco.

³²⁹ Entrevista com Margarida Pereira da Silva (Ilda) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de novembro de 2015.

O resultado dessa luta interna foi a eleição de três mulheres para a direção executiva da Contag no Congresso seguinte, em 1998. Foram elas: Maria da Graça Amorim, do Maranhão (Secretaria de Política Social), Maria de Fátima Rodrigues da Silva, do Piauí (Secretaria de Formação e Organização Sindical), e Raimunda de Mascena, do Ceará (CNMTR)³³⁰. Raimunda foi a primeira coordenadora da CNMTR eleita em Congresso. E a sua gestão foi a primeira na Contag a exercer o mandato tendo uma Comissão Nacional constituída por representantes de todos os estados para se reportar. Um dos papéis dessa Comissão era se reunir antes do Conselho da Contag para definir como as mulheres interviriam naquele espaço de decisão política dos rumos do sindicalismo de trabalhadores rurais. De acordo com Raimunda, esse modelo de gestão acabou servindo de inspiração para outras secretarias que, com o tempo, começaram a criar coletivos nacionais formados por representantes estaduais com os quais as secretarias da Contag dialogam nas suas gestões³³¹.

A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais acabava sendo não só o espaço de organização e planejamento da ação das dirigentes sindicais, mas também um “[...] espaço privilegiado de fortalecimento identitário e de construção de estratégias coletivas para a sustentação das mulheres frente às práticas de hostilidade, desqualificação e reprodução das desigualdades” (PIMENTA, 2013a, p. 12). Ilda, a primeira coordenadora eleita para liderar a Comissão de Mulheres, se lembra que a discussão na Comissão Nacional servia como espaço de diálogo entre as mulheres sobre suas experiências nos estados e, com isso, reforçava o vínculo entre elas. Ilda conta que os debates passavam por temas como violência, discriminação, assédio, patriarcado, as experiências vividas em casa e na comunidade, entre outros assuntos³³².

Em 1999, por ocasião do 2º Congresso Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, promovido pela Contag, a política de cotas foi ampliada, passando a valer também para as federações, sindicatos e instâncias de deliberação. Também foi definida a obrigatoriedade da participação de 50% de mulheres em todos os espaços de formação (PIMENTA, 2013a).

Nas eleições seguintes, em 2001, as três diretoras eleitas anteriormente permaneceram na chapa e a elas se somou mais uma mulher que chegou à Contag para assumir a recém-criada Comissão Nacional da Juventude de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Simone Battestin,

³³⁰ Foi ainda eleita para o Conselho Fiscal Maira Bottega, do Rio Grande do Sul.

³³¹ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³³² Entrevista com Margarida Pereira da Silva (Ilda) concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 28 de novembro de 2015.

do Espírito Santo. Na nova diretoria, Raimunda de Mascena manteve o cargo que ocupava de Coordenadora da CNMTR. Maria de Fátima Rodrigues da Silva assumiu a Secretaria de Políticas Sociais. E Maria da Graça Amorim, a Secretaria de Meio Ambiente. No Congresso de 2001, foi deliberado sobre a aplicação correta da cota de no mínimo 30% de mulheres em todas as instâncias e eventos do MSTTR, tais como Congresso, Conselhos Deliberativos, Diretorias e Conselhos Fiscais, efetivas e suplentes, etc.

Nas eleições de 2005, as dificuldades e disputas de conformação da chapa atingiram as mulheres. O conflito aconteceu em torno da permanência ou não de Maria de Fátima Rodrigues da Silva na nova direção da Contag. Para um grupo de mulheres que estava na direção havia o desejo de permanência de Maria de Fátima, evitando a rotatividade de mulheres na direção, uma vez que Maria da Graça Amorim estava deixando a militância na Contag para se dedicar à militância na nova organização sindical que se constituía naquele momento, a Fetraf. Contudo, não havia consenso sobre a permanência de Maria de Fátima entre outros diretores e o próprio estado que ela representava, o Piauí. Na época, havia pressão para que seu cargo fosse utilizado para cumprir a cota de renovação de 30%, exigência estatutária, mas que geralmente atingia as mulheres³³³. Com isso, ganhava força a indicação do nome de uma nova mulher para a diretoria em formação, o de Alessandra Lunas, de Rondônia, que veio a ocupar o cargo de diretora da Secretaria de Políticas Sociais. Alessandra Lunas conta que nos seus primeiros momentos na Contag encontrou resistência de outras mulheres por não ter uma trajetória de militância na questão da mulher e na pauta feminista³³⁴.

Outra situação ilustrativa das disputas entre as mulheres aconteceu mesmo antes, a partir de 1998. Raimunda narra que a gestão das primeiras três diretoras executivas eleitas – ela, Maria de Fátima e Maria da Graça – também não era isenta de divergências sobre as decisões políticas no interior da Contag. Contudo, havia um acordo entre as três para evitar disputas abertas na frente dos outros diretores que pudessem enfraquecer ou colocar à prova o lugar conquistado pelas mulheres. Entretanto, as eventuais discordâncias e disputas não eram apagadas, mas colocadas em discussão em particular, entre elas.

³³³ Sobre esse aspecto, Pimenta destacou: “uma questão reveladora das estratégias do poder masculino refere-se à medida estatutária, em vigor na Contag, mas ainda não adotada pelo conjunto das federações e sindicatos, que diz respeito à renovação em 30% dos cargos da diretoria a cada mandato. Os cargos cujas direções são renovadas em geral são aqueles dirigidos pelas mulheres, o que comumente se dá em clima de forte pressão. Essa prática revela uma forte contradição como medida de democratização do movimento sindical, ao atingir as mulheres, e se transformar numa forma de enfraquecê-las politicamente e reproduzir o poder masculino” (PIMENTA, 2013a, p. 19).

³³⁴ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

Outro debate que mostra as disputas no âmbito da organização política das mulheres é em torno da maneira como elas deveriam ser organizar: se como movimento autônomo ou como movimento misto. E esse fato não é particularidade da organização das trabalhadoras rurais. Assim como a disputa por concepção de organização e luta não é exclusiva das mulheres, mas inerente ao processo político. Nas palavras de Raimunda:

Eu vou lhe dizer Marco, que as mulheres, nós sempre tivemos divergência. O movimento autônomo de mulheres, como se chama, que é o movimento só de mulheres, e o movimento misto, que é o movimento onde as mulheres militam dentro de organizações que têm homens também. Nós sempre tivemos divergência com isso. O que é que era mais importante? Se é o movimento misto ou se é o movimento autônomo? E nós chegamos num ponto que consideramos, já naquela época, a gente considerava os dois movimentos, as duas movimentações, movimentos importantes. Porque uma não disputaria lugar da outra. Um movimento ajudaria e fortaleceria o outro. O movimento autônomo funcionaria como o lugar de incubadora, o lugar de preparação das mulheres, para que essas mulheres também chegassem nesses espaços, que são os espaços, querendo ou não, os espaços de poder. Que eram os sindicatos, as associações, as cooperativas, as federações, a Contag, as centrais sindicais, enfim. Nós nunca fomos ter forças suficientes para articular uma grande organização só nossa, de mulheres, tipo uma Confederação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil³³⁵.

Dessa forma, um grupo de mulheres trabalhadoras rurais militantes do MSTTR optou por se organizar por dentro do movimento, mas sem deixar de lutar pelos próprios espaços e autonomia política no interior das entidades sindicais. Essa forma de organização ficou conhecida como movimento de mulheres misto³³⁶.

Aguiar resume o estado das conquistas da organização política das mulheres trabalhadoras rurais no âmbito do sindicalismo nos anos 1990. De acordo com a autora:

A década de 1990 marcou, assim, a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passaram a reivindicar participação nos cargos de direção, pressionando o surgimento, dentro das estruturas sindicais e de outros movimentos mistos, de coletivos, comissões e coordenações direcionadas especialmente às mulheres, nos âmbitos nacional, estaduais e municipais. Ou seja, foi uma década que se caracterizou pela luta das mulheres para ocupar os espaços de participação, enfrentando uma disputa constante para a conquista desses espaços e para a inserção e reconhecimento efetivo da questão de gênero no interior das organizações de trabalhadores rurais (AGUIAR, 2016, p. 273)

³³⁵ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

³³⁶ Outros grupos, entretanto, criaram suas estruturas de organização próprias, como é o caso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) ou do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA), que, posteriormente, se juntaram na sigla do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), o Movimento de Mulheres do Sertão Central em Pernambuco e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, inicialmente chamado Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu Norte-Nordeste (AGUIAR, 2016).

Se alcançar as direções dos sindicatos, federações e confederação foi um passo importante para as mulheres trabalhadoras rurais, logo elas perceberam os limites da conquista obtida. Os desafios vividos pelas primeiras mulheres nos cargos de direção mostraram que a desigualdade de gênero era uma questão arraigada na estrutura interna do movimento sindical e a luta por espaços de decisão era apenas um passo. A etapa seguinte era lutar pela inclusão de pautas que interessavam às mulheres e por igualdade nas condições de trabalho e de fala, entre outros aspectos. O trecho da entrevista com Raimunda de Mascena destacada abaixo é elucidativa sobre essa mudança no foco da luta das mulheres:

Em 90, nos deu chão para perceber que estar nas direções não era o suficiente. Pensa, Marco: a gente chega, fez a luta. Ela é da classe trabalhadora? É. Mas as mulheres, dentro dessa classe trabalhadora, são pessoas tratadas diferente. E diferente assim, desvalorizada. Aí, a gente vem para dentro... não. Sindicato que nós tanto brigamos, entrou o homem. Mas as mulheres não. E as mulheres que entraram, elas não têm poder de fala. Como que a gente fala nesse lugar? Como é que os assuntos da mulher, tipo saúde? Não era interessante para os homens. Educação? Não era um assunto interessante para os homens. O que mais? Doença? Não era uma coisa que os homens queriam discutir. Os homens queriam discutir, literalmente, agricultura. Mas nós não somos só agricultura. Nós temos outras coisas. É aqui onde eu não tenho escola para o menino; é aqui onde falta assistência; atendimento médico; é aqui que falta muita coisa. Então, as mulheres vão pensando para além, sabe? E com esses pensamentos para além é que a gente vai se dando conta de que tem a luta de classe e tem a luta de gênero, que as mulheres precisavam fazer, dentro desses espaços. E aí, quando a gente entra nos espaços, a gente percebe: ‘Opa! Nós estamos nesse espaço, mas a minha fala não tem o mesmo valor que a fala de José, de Antônio, de Manoel. A fala de Manoel é escutada. O que eu falo é menosprezado’. Então assim, como é que as mulheres vão ter força aqui dentro desse lugar? Como é que a gente tem força dentro dessas federações? Como é que a gente tem força? E aí, a gente descobre juntas: ‘Não. Para a gente ter força, a gente precisa fazer uma ação de força, que mostre que nós mulheres também sabemos conversar política’ – que também tinha essa história de que mulher não sabe fazer política, que política não é coisa de mulher. [...] Está discutindo política, essa mulher deve estar com... ou ela está numa tensão; ou ela está descompensada; ou ela está não sei o quê, sabe? E aí, as mulheres... e creche, que é uma luta antiga das mulheres. E por que é que nas reuniões nós não podemos ir? É que a reunião é a noite e a noite eu tenho filho pequeno. Filho pequeno eu não posso deixar sozinho e o menino eu não posso levar. Porque ou vou levar esse menino para dormir no braço e esse menino começa a chorar e vai incomodar João, José e Pedro nessa reunião. Por que é que eu não posso participar dessa reunião? É porque a reunião é aos domingos às 9 horas da manhã. 9 horas da manhã eu tenho que fazer comida em casa, tenho que varrer o terreiro, eu tenho que varrer casa, eu tenho que fazer comida, para quando o danado daquele marido chegar da reunião, a comida está pronta. Então assim, essas coisas, elas foram sendo... assim, foram as caixas que a gente foi abrindo, sabe³³⁷?

Para pautar suas demandas, as mulheres perceberam a necessidade de realizar uma grande ação que mostrasse a força que tinham. É nesse contexto que reside a origem do que viria a ser a Marcha das Margaridas, tema que abordarei no tópico seguinte.

³³⁷ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 25 de outubro de 2015.

5.2 “2000 razões para marchar”: origem e realização da 1ª Marcha

Se a conquista dos espaços de direção executiva na Contag representou um importante avanço na trajetória de luta das mulheres trabalhadoras rurais, logo elas perceberam o limite dessa vitória para ampliarem as conquistas desejadas. As reivindicações das mulheres ainda precisavam ganhar mais espaço de destaque no interior das pautas elaboradas pelo MSTTR. A avaliação da direção e assessoria de mulheres na época era de que a principal mobilização do MSTTR naquela época, o Grito da Terra, não dava conta de apresentar as reivindicações das mulheres. Além disso, as dirigentes não tinham espaço de negociação nas mesas de diálogos, lugares dominados naquele momento pelos homens. Nas palavras de Raimunda da Mascena:

Mas logo após o 7º Congresso [1998] nós começamos a ver que tipo de atividade nós podemos fazer, para garantir para esses homens, mostrar a esses homens, a força que nós temos. Porque só estar aqui, nós 3, não é suficiente. Porque a voz é menor. Os temas são tratados menor, sabe? É tudo menor. Como que a gente vai botar na ordem de grandeza a força dessas mulheres camponesas? Sejam elas associadas ou não. Foi aí que a gente começou a achar... que brecha a gente acha? E aí, nós pegamos o mote, que era os 18 anos do assassinato de Margarida Alves e a impunidade. Que a gente dialogava para dentro da Contag [...]. Se a gente dissesse que a gente só queria fazer uma marcha? Uma atividade de mulheres, e não tivesse um atrativo? A briga ia ser maior. Porque já tinha o Grito da Terra, etc. Então, já tem uma ação que vem a Brasília. Para que uma ação de mulheres? [...] A gente pode, na inteligência, pegar um negócio de marchar contra a violência, e a gente traz a impunidade do crime de Margarida Alves, que vai fazer 18 anos. Já já ele prescreve. E a gente faz uma movimentação.³³⁸

A fala de Raimunda indica com clareza a principal motivação da Marcha em sua origem: a demonstração da força das mulheres trabalhadoras rurais para o conjunto do MSTTR. Naquele momento, tratou-se de uma ação voltada principalmente para efetuar mudanças sobretudo no interior do próprio movimento sindical, em um claro processo de busca por mais democracia interna. Em outro trecho, Raimunda destacou: “a grande ação que a gente queria fazer era exatamente uma atividade que tornasse mais visível a força das mulheres dentro desse espaço sindical. [...] A gente precisava [...] mostrar que a gente tinha uma capacidade de força. Principalmente organizativa”.³³⁹ Ao demonstrar a força da organização das mulheres

³³⁸ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³³⁹ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

internamente, esperava-se ampliar também o empenho da Contag na negociação da pauta das mulheres com o Estado.

A Marcha das Margaridas foi também uma ação de adesão à Marcha Mundial de Mulheres, que aconteceu de 8 de março a 17 de outubro de 2000 e mobilizou mulheres no mundo inteiro contra a fome e a violência sexista.³⁴⁰ A edição brasileira da Marcha Mundial de Mulheres de 2000 foi organizada por diversas instituições, entre elas a Contag. O tema da Marcha das Margaridas em 2000 reproduziu o da Marcha Mundial: “2000 razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. De acordo com Aguiar (2016), a Marcha das Margaridas aderiu à Marcha Mundial por meio da articulação construída por intermédio da Secretaria de Mulheres da CUT (na época, Comissão de Mulheres) e da Sempre Viva Organização Feminista (SOF).

Para ser promovida pelo MSTTR, a Marcha precisava ser aprovada na reunião do Conselho da Contag, segunda instância deliberativa do MSTTR que reúne os diretores da Confederação e presidentes das federações estaduais. Para obterem o apoio dos homens, as mulheres argumentaram que a Marcha tinha por objetivo ser uma ação contra a impunidade da morte de Margarida Maria Alves, dirigente sindical assassinada em 1983. O crime estava em julgamento e prestes a prescrever e a ação das mulheres também cumpriria com o objetivo de pressionar pelo julgamento do assassinato de Margarida. Esse foi, portanto, o mote utilizado pelas mulheres para convencer o Conselho a realizar a primeira Marcha. E foi por esse motivo que a mobilização recebeu o nome da líder sindical Margarida Maria Alves.

O convencimento do Conselho Deliberativo da Contag foi lento e difícil. Foi preciso convencer muitos homens da importância da ação e, para isso, foi fundamental estabelecer

³⁴⁰ A Marcha Mundial de Mulheres foi criada no ano de 2000 como uma grande mobilização em várias partes do mundo contra a pobreza e a violência. A origem da Marcha está na Marcha Pão e Rosas, uma ação de mulheres do Quebec, Canadá, quando, em 1995, cerca de 850 mulheres marcharam 200 quilômetros contra a pobreza. Elas foram recebidas por cerca de 15 mil pessoas em frente à Assembleia Legislativa, no Quebec. Fonte: Contag, 2002. Segundo Aguiar, “essa experiência, compartilhada com mulheres representantes de movimentos de diversos países, serviu de inspiração para que, durante o fórum paralelo à conferência de Beijing, fosse lançada a ideia de uma iniciativa mundial contra a pobreza, dando origem, assim, à Marcha Mundial das Mulheres” (AGUIAR, 2016, p. 271). De acordo com Conway e Paulos: “A Marcha Mundial das Mulheres é uma rede feminista transnacional (TFN) fundada no final dos anos 90 para protestar contra a crescente pobreza e violência contra as mulheres no contexto do aprofundamento da neoliberalização. É uma rede grande e complexa, ativa em todos os continentes e atuando em múltiplas escalas. É uma rede constituída por grupos locais de mulheres e organizados em aglomerações nacionais autônomas. A marcha tem sido particularmente forte na América Latina, onde existem 15 órgãos nacionais de coordenação. A América Latina também tem sido o epicentro de políticas para a soberania alimentar” (CONWAY; PAULO, 2017, p. 3). No original: “The World March of Women is a transnational feminist network (TFN) founded in the late 1990s to protest increasing poverty and violence against women in the context of deepening neoliberalization. It is a large and complex network, active on every continent and operating at multiple scales. It is constituted by localized women’s groups organized in autonomous national agglomerations. The March has had particularly strong take-up in Latin America, where there are 15 National Co-ordinating Bodies (NCBs). Latin America has also been the epicenter of its food sovereignty politics”.

alianças com dirigentes que inicialmente eram mais sensíveis à causa. A Marcha foi importante não só para convencer os homens do poder de ação política das mulheres. A Marcha também foi central para a própria organização interna das mulheres trabalhadoras rurais, divididas entre o conflito de se manter como uma organização dentro do MSTTR e constituir-se como organização mista, ou se optavam pela organização autônoma. Esse conflito, vale destacar, era anterior e fazia parte dos debates das mulheres há alguns anos. Para Raimunda da Mascena, a realização da Marcha mostrou que o caminho de organização mista era o mais acertado para aquele grupo. Nas palavras de coordenadora da Marcha: “Eu acho que a Marcha do ano de 2000, ela deu fôlego para a organização das mulheres trabalhadoras rurais, dentro da organização. Porque parte das mulheres não compreendem a organização das mulheres trabalhadoras rurais mista contaguiana”³⁴¹.

Para Raimunda da Masceno, a 1ª Marcha das Margaridas foi um marco na luta das mulheres trabalhadoras rurais porque o sucesso de mobilização e repercussão da Marcha mostrou para o movimento sindical a força de organização das mulheres. Nas suas palavras: “Uma coisa foi a história nossa, de mulheres rurais, esse caminho todo, até dia 10 de agosto [dia em que ocorreu a Marcha]. A outra coisa foi o marco do dia 11 de agosto até hoje. Que aí, os homens perceberam que eles precisavam respeitar as mulheres”³⁴².

Além de tudo isso, a Marcha não deixou de apresentar uma pauta de negociação e reivindicar direitos e políticas públicas ao Estado. A pauta tinha três eixos principais: 1) Reforma Agrária e Agricultura Familiar; 2) Direitos trabalhistas e sociais; e 3) Combate à violência e impunidade no campo e a todas as formas de discriminação social e de gênero. Para a coordenadora da Marcha, o processo de negociação com o Estado não teve sucesso naquele momento porque o governo em exercício do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) não deu muita abertura para o diálogo. Entretanto, pelo menos, as mulheres protocolaram a entrega da pauta ao governo. Essa também foi entregue ao presidente da Câmara, então o deputado federal Michel Temer. Vale lembrar, nas palavras de Raimunda da Mascena, o foco da 1ª Marcha:

Mas no nosso objetivo, no ano de 2000, Marco, não era tanto abrir um processo de negociação com o governo brasileiro. O nosso objetivo, naquela época, era exatamente tornar público, denunciar, a situação de pobreza, de vulnerabilidade, que as mulheres trabalhadoras rurais do Brasil se encontravam, ao longo dos anos. Nós tínhamos certeza que a gente não ia abrir processo de diálogo, com o governo, na época – o Governo FHC – mas a gente queria vir aqui para Brasília, para demarcar a nossa posição política, frente a conjuntura do país, e demarcar a nossa força, para o

³⁴¹ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³⁴² Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 25 de outubro de 2015.

conjunto das organizações da sociedade civil, para o conjunto da sociedade. Que nós vivíamos na invisibilidade. Então, nós queríamos nos tornar visíveis. Inclusive a nossa luta por direito, por cidadania, por uma vida livre de muitas coisas³⁴³.

Apesar de a obtenção de conquistas junto ao Estado não ser o foco principal da primeira edição da Marcha, ainda assim, elas tiveram algumas conquistas. Segundo dados do *Transformatório das Margaridas*³⁴⁴, plataforma online que reúne dados sobre todas as edições da Marcha, o governo teve uma resposta satisfatória nas seguintes pautas: 1) no eixo de reforma agrária e agricultura familiar: a) reduziu a taxa de juros para o custeio agrícola de 5,6% para 4% ao ano e b) garantiu o acesso das mulheres à linha de crédito do Pronaf, Grupo B, no valor de R\$ 500,00, prevista inicialmente para ser desenvolvida na região Norte e Nordeste; 2) no eixo direitos trabalhistas e sociais, a) garantiu a manutenção da aposentadoria diferenciada para as mulheres trabalhadoras rurais, aos 55 anos de idade, e b) a participação das mulheres na revisão das normas que regulamentam a Segurança nos Locais de Trabalho nas Áreas Rurais (sendo essa última um status de implementação regular, conforme definido na plataforma). Não há registros de conquistas no eixo c) combate à violência e impunidade no campo e a todas as formas de discriminação social e de gênero³⁴⁵.

O processo de organização da primeira Marcha, em 2000, durou cerca de um ano e meio. Para a coordenadora da 1ª Marcha, Raimunda de Mascena, esse longo processo foi importante para demonstrar a capacidade organizativa das mulheres. Essa dimensão preparatória da Marcha e os seus significados são centrais para sua compreensão enquanto uma ação também de reprodução social e não só uma ação coletiva. Como destacou de Mascena, foi o processo organizativo que ajudou na constituição política e coletiva das próprias mulheres e na sua aceitação como sujeitos políticos importantes perante os homens.

Em resumo, a organização da Marcha teve alguns passos principais. Primeiro, o desenvolvimento da concepção da Marcha pela CNMTR. Segundo, a aprovação da ideia nas instâncias de deliberação da Contag, o Conselho Deliberativo. Terceiro, dialogar e construir a ideia da Marcha nas federações estaduais e nos sindicatos municipais. O diálogo com os sindicatos era feito para convencê-los a permitir e dar condições para a viagem das mulheres até Brasília, financiando parte dos custos delas.

A meta estabelecida na 1ª Marcha foi levar 20 mil mulheres para Brasília. Até então, a Contag só costumava realizar ações de massa com o conjunto do MSTTR que reunia cerca de

³⁴³ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

³⁴⁴ <http://transformatoriomargaridas.org.br/>

³⁴⁵ Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=243>. Acesso em 17 Fev. 2018.

quatro mil pessoas, nos Gritos da Terra, segundo de Mascena. Com isso, a ambição da magnitude do evento foi motivo de questionamento por parte dos demais diretores da Contag, que perguntavam como seria possível levar um número tão alto de mulheres para Brasília, considerando não só os custos, mas também as ameaças de repressão e violência que as manifestantes poderiam sofrer e para as quais, acreditavam, não saberiam reagir. Essas ameaças existiam, na visão de Raimunda de Mascena, por causa do contexto do governo Fernando Henrique Cardoso, que impunha dificuldades para os movimentos atuarem em Brasília. Um desses empecilhos era a ameaça de repressão das ações de massa nos espaços públicos. A preocupação com a segurança das mulheres foi uma pauta constante entre as organizadoras da ação.

Quase não veio homem para a Marcha das Margaridas. Eram mulheres mesmo. Foram as mulheres que vieram. Até porque os homens diziam: ‘Se esta coisa não der certo, não vou ficar com isso na minha responsabilidade’. Por isso que nos deu muita preocupação. Porque assim, a gente tinha muito medo de dar problema em algum carro, algum carro desse tombar na estrada. Foi um momento muito tenso, sabe? Porque era a 1ª vez que a gente descolava mulheres do Brasil inteiro para cá. E as mulheres tinham medo mesmo. Elas chegavam aqui e diziam: ‘Vai ter cachorro? Que vai rasgar a roupa da gente?’ E a gente dizia: ‘Olha, tem muita polícia, mas nós não vamos quebrar nada. Nós vamos marchar; nós vamos andar. Nós vamos fazer o nosso ato’. E fizemos um ato espetacular aqui na Esplanada³⁴⁶.

Os custos da Marcha também passavam pela criação de uma cartilha explicativa sobre o que consistia a ação, os motivos para marchar, como as mulheres poderiam se organizar nos seus locais de moradia e trabalho. Isso era feito para ajudar a cumprir um outro objetivo da Marcha, que era contribuir com o envolvimento, formação e organização de movimentos de mulheres no país. Entre um dos principais temas tratados nesse material estava a questão da violência contra a mulher, aproveitando o grande motivo que unificou a pauta da primeira Marcha. Mais uma vez, destaco com isso o caráter de reprodução social da Marcha para o MSTTR, sobretudo ao pensar no caráter formativo da ação e na constituição das mulheres como um grupo político organizado no interior do sindicalismo.

O financiamento da 1ª Marcha contou com os próprios recursos da Contag, mas também com apoio de projetos elaborados para esse fim e destinados a instituições como a Cáritas Brasileira e a ONG Fase. As mulheres também dialogaram e contaram com o apoio de outras organizações sindicais, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que ajudou a Contag na compra de um carro que serviu de prêmio para uma rifa feita pelas mulheres para arrecadarem recursos para a organização da Marcha. A rifa se tornou, nas edições seguintes,

³⁴⁶ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

uma marca da maneira como as mulheres se envolvem e colaboram em seus locais para a efetivação da Marcha. E o apoio de outras organizações, da sociedade civil e de trabalhadores urbanos, mostra a articulação das mulheres com outras entidades de diferentes setores.

A articulação com outras entidades não ficou restrita ao campo do financiamento. Já na primeira Marcha, a CNMTR buscou o apoio de outras organizações de mulheres para fortalecer a ação em desenvolvimento. Além da Contag, Fetags e STTRs, a Marcha já em sua primeira edição, foi promovida com a parceria da CUT, MMTR-NE, CNS, UBM, MLT e MINQC. Além disso, contou com o apoio da SOF, Associação Agroecológica Tijupá, Esplar, Fase, GTA da Amazônia, Cáritas Brasileiras, Cese, Fundo SAAP, Incra, FNUAP e Oxfam.

Ainda, várias organizações locais do Distrito Federal se articularam e no dia da Marcha apoiaram a ação, como sindicatos baseados em Brasília e Goiânia, principalmente, e a própria CUT do Distrito Federal. A articulação de movimentos e organizações de mulheres veio a se tornar uma marca da Marcha das Margaridas nas edições seguintes.

No dia da Marcha, a estimativa de 20 mil mulheres em Brasília foi ultrapassada, segundo a sua coordenadora. Concentradas no CESIR/Contag, no dia 10 de agosto as mulheres deixaram a sede da Confederação depois de almoçarem às dez horas da manhã e partiram rumo ao prédio do Banco Central, em Brasília, lugar marcado para a concentração da ação de rua. Uma vez lá, as mulheres se dividiram em três alas, cada uma delas representando um eixo central da marcha: 1) Reforma Agrária e Agricultura Familiar; 2) Direitos trabalhistas e sociais; 3) Combate à violência e impunidade no campo e a todas as formas de discriminação social e de gênero.

Uma vez que deixaram a concentração no prédio do Banco Central, as mulheres seguiram em Marcha até a rodoviária de Brasília, de onde caminharam pelo Eixão³⁴⁷ rumo ao Congresso Nacional, destino final da Marcha e palco do grande ato final. O ato, que era um dos principais momentos do processo de ação, buscava denunciar principalmente o modelo de desenvolvimento rural do país e como a política de Estado neoliberal impactava a vida das/os trabalhadoras/es rurais. No ato, as mulheres expressam suas reivindicações por meio de diferentes linguagens. As palavras de Raimunda de Mascena são elucidativas sobre esse aspecto:

Porque as denúncias, elas vêm de... vêm nas falas, vêm nos cartazes, vêm nas faixas, vêm nas bandeiras, vêm nos símbolos que as mulheres trazem. Eu lembro que na 1ª Marcha tinha muita panela. As mulheres trouxeram muita panela vazia. Porque assim,

³⁴⁷ “O Eixo Rodoviário de Brasília (DF-002), mais conhecido pela alcunha informal de Eixão, é, junto com o Eixo Monumental, uma das duas linhas que se entrecruzam dando a forma básica ao Plano Piloto de Brasília e possui 13 quilômetros e meio de extensão”. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eixo_Rodovi%C3%A1rio_de_Bras%C3%ADlia>. Acesso em 06 Maio 2018.

era muita fome. [...] Os símbolos mais fortes foram panelas e muitas cruces. E parece-me que tinha um caixão, que marchava também junto. Que era exatamente a história da denúncia do crime de Margarida Maria Alves³⁴⁸.

Depois do ato, as mulheres participantes seguiram diretamente para seus respectivos estados. A viagem de volta poderia demorar horas ou dias, a depender da origem de cada uma delas. Porém, o fim da Marcha na tarde do dia 10 de agosto de 2000 não encerrou o processo de mobilização das mulheres. Logo depois do término da ação coletiva em Brasília, a coordenação da Marcha passou a integrar a equipe de articulação da Marcha Mundial, que promoveu uma grande ação no dia 17 de outubro de 2000, em Nova Iorque, para entregar assinaturas colhidas pelas mulheres em todo o mundo denunciando a violência contra as mulheres à Organização das Nações Unidas (ONU). Esse fato mostra a capacidade de articulação das mulheres trabalhadoras rurais já na origem da Marcha, com uma ação nacional, em Brasília, e internacional, em Nova Iorque.

Depois disso, ainda no contexto da 1ª Marcha, houve uma ação local emblemática. As mulheres organizaram uma ação na Paraíba com o foco de garantir o julgamento do mandante do assassinato de Margarida Maria Alves, o médico Zito Buarque. A mobilização buscava garantir a reabertura do processo e julgamento de Zito Buarque, um dos poucos envolvidos no crime que ainda estava vivo na ocasião. O julgamento aconteceu no dia 17 de junho de 2001, em João Pessoa, na Paraíba, depois de ter sido adiado duas vezes. Na ocasião, mulheres de todo o país fizeram um grande ato pedindo a condenação de um dos culpados pelo assassinato de Margarida. A avaliação do resultado do julgamento foi feita por Raimunda:

[a avaliação da Marcha de 2000 é] que nós tínhamos botado o Zito Buarque no banco dos réus. Ele não foi condenado, mas nós queríamos condenar ele por pelo menos 14 horas de julgamento, [tempo] que durou o julgamento dele. Para nós, já era um... e reabrir aquele processo. Não deixar passar em branco a morte e a humilhação que foi, para a companheira Margarida. Porque eu acho que se tem morte duas vezes, ela morreu duas vezes. Porque uma foi matada e a outra forma como ela foi morta foi muito humilhante para qualquer ser humano, que lutava como ela³⁴⁹.

Para Raimunda de Mascena, o fim do julgamento de Zito Buarque representou o final do ciclo da 1ª Marcha das Margaridas e o começo da preparação da segunda edição da Marcha, que viria a acontecer em 2003. Nos anais do 8º CNTTR, em 2001, há um trecho que mostra a visão da Contag sobre essa experiência logo após a realização da 1ª Marcha.

³⁴⁸ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

³⁴⁹ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

146. A MARCHA DAS MARGARIDAS favoreceu a construção de uma pauta de reivindicação que contempla as necessidades específicas e explicita como a perspectiva da equidade de gênero pode ser incorporada às políticas globais do nosso projeto, dando continuidade às negociações do GTB/2000, incorporando as questões específicas das trabalhadoras rurais.

147. Para que o potencial desta ação se transforme em resultados concretos para a melhoria da qualidade de vida das trabalhadoras rurais, é imprescindível assegurar a sua participação, através das comissões de mulheres, em todo processo de construção e implementação do PADRS. Desta maneira, o MSTR estará se legitimando ainda mais perante a sociedade para propor políticas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, sobretudo políticas de inclusão social para os setores mais discriminados e excluídos de nossa sociedade, a exemplo das mulheres trabalhadoras rurais. (CONTAG, 2001, p. 45).

A Marcha nasce, portanto, como uma ação com várias dimensões: a luta contra a impunidade do assassinato de Margarida Alves; pela afirmação da força política das mulheres trabalhadoras rurais perante o conjunto do MSTTR; como uma ação que acabou resultando no fortalecimento das próprias mulheres enquanto organização mista no interior do MSTTR; e na demanda por direitos e políticas públicas para o Estado. Ação coletiva e reprodução social são duas dimensões de um todo que conformam e são conformadas pela Marcha e, por sua vez, na Contag.

A Marcha teve uma dimensão organizativa e de mobilização que durou mais de um ano e fortaleceu a própria organização das mulheres; uma articulação com outras entidades no processo de elaboração da massa, sobretudo com entidades representativas de mulheres, em diferentes planos – local, nacional e internacional; ação de massa na rua para demonstrar sua força e capacidade de mobilização para o próprio MSTTR, para a sociedade como um todo e para o Estado, em todas as suas instâncias – Executivo, Legislativo e Judiciário; atuação de negociação com o Estado; a entrega de uma abaixo-assinado em articulação com a Marcha Mundial por melhores condições de vida para as mulheres para uma organização internacional, a ONU. Tudo isso demonstrou um arranjo complexo que ultrapassou fronteiras nacionais e atingiu vários interlocutores de diferentes tipos.

5.3 “Toda a Marcha tem o seu jeito Marcha de ser e de marchar”: 15 anos de Marcha das Margaridas

Raimunda de Mascena declarou em uma das entrevistas que “[...] toda a Marcha tem um contexto. E toda a Marcha tem o seu jeito Marcha de ser e de marchar”³⁵⁰. Após fazer uma análise mais detalhada da constituição da Marcha das Margaridas e do processo de organização da 1ª Marcha, a partir daqui procurarei tratar de uma maneira mais geral das quatro edições seguintes da Marcha, destacando suas particulares e principais questões.

A Marcha de 2003 trouxe como lema “2003 Razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. Nesta edição, a organização da Marcha ampliou a meta de público para 50 mil mulheres e conseguiu atingir o número de 40 mil nas ruas de Brasília, segundo a própria organização.

As entidades envolvidas na Marcha se ampliaram em 2003. Além da Contag, Fetags, STRs, CUT, MMTR/NE, Secretaria de Mulheres do CNS, MLT e MIQCB que promoveram a ação, a Marcha teve como entidades apoiadoras a Casa Lilás, CPT, Esplar, Fase, Fórum Carajás, Loucas De Pedra Lilás, Marcha Mundial de Mulheres no Brasil, Rede LAC e a Sempre Viva Organização Feminista, CPT. E contou com o apoio da Oxfam, Cáritas, CESE, Fundo SAAP, Fundação Heinrich Böll, Cristhian Aid, IICA, Nead, Unifem, Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres e MDA.

Se o contexto é um fator relevante para entender a atuação das Marchas, sua segunda edição é uma excelente situação de análise, sobretudo quando a comparamos com a primeira, de 2000. Em 2003 tinha assumido a presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Era a primeira vez que um governo progressista apoiado por muitos movimentos sociais populares chegava ao poder.

A mudança de governo significou uma modificação na relação da Marcha com o Estado e, por sua vez, com a negociação estabelecida a partir da mobilização das mulheres. Se na primeira edição a entrega da pauta foi mais uma ação simbólica, no sentido de que não havia muitas expectativas de resultados considerando o contexto estabelecido de um Estado sob a gestão de um governo fechado para diálogo e negociação, na segunda Marcha essa situação mudou. O foco antes delimitado principalmente em uma ação com objetivo de conquistar espaços internos no MSTTR passou também a mirar o estabelecimento de um processo de negociação com os líderes estatais no poder. Nas palavras de Raimunda da Mascena:

Mas a de 2003, aí sim, essa de 2003, como recentemente tinha se saído de uma eleição que tinha elegido pela 1ª vez na história do país etc. e tal o Presidente Lula, aí já tinha uma expectativa de que a gente queria ser recebida pelo Presidente. Nós não tínhamos aquela coisa: ‘A gente quer o Presidente Lula na Marcha das Margaridas’. Não. Mas

³⁵⁰ Entrevista com Raimunda Damasceno concedida a Marco Antonio Teixeira em 25 de outubro de 2015.

a gente sempre disse: ‘A gente quer que o Presidente, o operário, o companheiro Presidente, Presidente companheiro...’ – eu lembro muito dessa frase. Essa frase ganhou o mundo, mas eu lembro de quem a gente escutava muito. Era de Manoel – ‘Do companheiro Presidente, Presidente companheiro, receba a nossa pauta’ – e nós entregamos a pauta, do ano de 2003, ao Presidente Lula e recebemos as respostas da pauta, do caderno de pautas, entregues também pelo Presidente Lula³⁵¹.

E o resultado dessa abertura maior do Estado para o diálogo representou ganhos para as mulheres. Raimunda lembra que um dos resultados da Marcha no que se refere à demanda por crédito para as mulheres foi a criação de um Grupo de Trabalho de crédito no âmbito do Estado para dialogar sobre as possibilidades, condições e desenho dessa política específica para as mulheres. Foi também nesse espaço que surgiu o diálogo sobre a possibilidade de criação de legislação sobre titulação conjunta de terras entre homens e mulheres³⁵². Em resumo, a entrevistada se lembra:

Mas assim, de pontos fortes que as mulheres apresentavam? Eram exatamente a titulação conjunta, crédito para as mulheres e assistência técnica. Aí vem a creche, vem o enfrentamento da violência, vem várias outras coisas. Mas o ponto maior que as mulheres cravavam, na época, era exatamente esse³⁵³.

A terceira edição da Marcha aconteceu em 2007, dessa vez sob coordenação da então Secretária de Mulheres da Contag Carmen Foro, do Pará. A Marcha teve como lema “2007 razões para marchar contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista” e levou 70 mil mulheres para as ruas de Brasília, de acordo com as organizadoras.

Nessa edição, os questionamentos internos no MSTTR também mudaram, de acordo com Raimunda de Mascena. Entre os principais, e nisso residia uma das particularidades da Marcha em 2007, foi o fato dela ter sido realizada em dois dias. O processo de diálogo e convencimento interno para isso foi árduo e custoso para as suas organizadoras, segundo de Masceno. Sobre esse processo, ela contou:

Já é uma Marcha que já acontece de uma forma mais organizada. A Marcha já tem raiz própria, dentro da Contag. Os questionamentos já não são mais: ‘Para que marchar?’, mas o questionamento que vem é: ‘por que 2 dias?’, e não mais ‘por que marchar? Precisa mesmo marchar?’ [...]. Eles já não questionavam mais por que marchar. Questionavam por que dois dias³⁵⁴.

³⁵¹ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

³⁵² Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

³⁵³ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

³⁵⁴ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

Raimunda de Mascena também destacou que pela primeira vez houve uma participação mais ampla de homens na Marcha. Pela sua lembrança, o percentual da participação de homens chegou a 30%³⁵⁵.

Outra transformação da Marcha de 2007 foi a criação de uma plataforma política das mulheres, algo mais amplo do que a elaboração de uma pauta, como era feito antes. Esse fato é indicativo de um processo de desenvolvimento do saber fazer Marcha. A cada edição foi se aprendendo com a experiência anterior e buscando aperfeiçoar a preparação e execução da mobilização, ao mesmo tempo em que alguns elementos da ação se rotinizaram. Pelo menos a forma, já que as dirigentes que realizam a marcha mudaram de cargos, novos atores se somaram ao processo organizativo e o contexto se transformou e influenciou o processo. Ou seja, a experiência se fez na prática, para lembrar uma das formulações de Thompson (1988), central nesse trabalho. É a própria Raimunda de Mascena que destaca as particularidades da Marcha em 2007:

Os desafios da 3ª Marcha já foram outros desafios. Que já era: ‘como é que a gente também já monitora a pauta, para que não seja uma pauta mais repetitiva?’. Porque de 2003 a 2007, já tinha coisas que já tinham sido atendidas, que já estavam sendo fomentadas, que já são reivindicações que já estavam sendo ampliadas. Então aí já se ampliava bem mais a pauta, e aí já foi o desafio que a Carmen coordenou isso com muita maestria, a construção de uma plataforma política. Um caderno de debates para além da pauta, já veio nascendo outras coisas mais elaboradas. Porque eu diria para você que as duas primeiras, elas não foram, não tiveram grandes elaborações.³⁵⁶

A plataforma política da Marcha em 2007 foi dividida nos seguintes temas: I: Terra, Água e Agroecologia; II: Em Defesa de uma Previdência Social, Pública, Universal e Solidária; III: Segurança Alimentar e Nutricional e Construção da Soberania Alimentar; IV: Trabalho, Renda e Economia Solidária; V: Garantia de Emprego e de melhores condições de vida e Trabalho para as assalariadas rurais; VI: Em Defesa da Saúde Pública e do Sistema Único de Saúde (SUS); VII: Em defesa da Educação do Campo não sexista; VIII: Combate à violência contra as mulheres; IX: Política de valorização do salário mínimo.

Também nessa edição se manteve a participação de entidades parceiras da Marcha. No cartaz, a promoção da Marcha ficou caracterizada como uma ação da Contag, Fetags, STRs e CUT com o apoio das seguintes parceiras: MMTR-Ne, MIQCB, CNS, MMM, Rede LAC, Coprofam e Mama.

³⁵⁵ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

³⁵⁶ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

Em 2007 também houve uma melhora da infraestrutura da organização da Marcha, com uma melhor organização física de acolhimento das mulheres que iam para Brasília. Enquanto na primeira edição o local de recepção e estadia das mulheres foi na própria sede do Cesir, na Contag, nas duas edições seguintes o ponto de acolhimento foi no pavilhão do Parque da Cidade, em Brasília. E a partir da terceira edição já houve a contratação de uma empresa para preparar o espaço de recepção e acolhimento das participantes³⁵⁷.

A Marcha de 2011 também foi coordenada por Carmen Foro, que se manteve diretora de Mulheres da Contag na gestão seguinte. O lema dessa edição foi: “2011 Razões para Marchar por: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”. Pela primeira vez, os temas “fome, pobreza e violência sexista” deixaram de estar presentes no lema da Marcha, fato que indica um deslocamento da preocupação central das mulheres a partir de 2011. A organização da Marcha por eixos temáticos se manteve, seguindo a maneira de organizar a pauta estabelecida na edição anterior. Nesta edição, os eixos foram: I: Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais; II: Terra, Água e Agroecologia; III: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; IV: Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; V: Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência; VI: Saúde e Direitos Reprodutivos; VII: Democracia, Poder e Participação Política.

Além da Contag, Fetags e STTRs, fizeram parte da comissão organizadora da 4ª Marcha das Margaridas a CTB, CUT, MMTR-NE, MAMA, MIQCB, CNS, Marcha Mundial das Mulheres, AMB, UBM, Rede LAC e Coprofam.

A cada edição, a Marcha foi ganhando novas características. Em 2011, além das ações públicas, que incluem atos solenes no Congresso e marcha nas ruas de Brasília, a Marcha contou com um conjunto de atividades, tais como mostra da produção das Margaridas, e atividades formativas como conferências, painéis, oficinas, debates e apresentações culturais. A Marcha de 2011 foi a primeira realizada no contexto do governo da presidenta Dilma Rousseff, que assumiu o cargo naquele ano e foi a primeira mulher a presidir o país, fato simbólico para a mobilização.

A Marcha de 2015 também foi feita no contexto de mais um governo Dilma. Contudo, a conjuntura havia mudado significativamente. Naquela ocasião, o país já vivia o primeiro ano do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff e a crise econômica e política já era a principal marca da conjuntura da época. Alessandra Luna, dirigente da Contag desde 2005,

³⁵⁷ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

diretora da Secretaria de Mulheres entre 2013 e 2017 e coordenadora da Marcha de 2015, falou sobre a conjuntura naquele momento:

[...] Ela [a Marcha] tem um pouco essa, esse misto aí, né, como a gente tá dizendo, a Marcha, nesse momento na conjuntura política do país, ela unificou inclusive mais do que as mulheres. Muita gente da militância de esquerda veio pra rua porque era a maior mobilização num momento extremamente crítico da política brasileira. Então, né, defesa da democracia, defesa das coisas, ela foi para além da agenda das mulheres especificamente, ela pautou a agenda política nacional. Então ela ganha outras conotações que precisam ser mantidas, né, e tem uma força, mas que não é nem hoje encerrada em cima da Contag³⁵⁸.

Ainda sobre o contexto, a 5ª Marcha aconteceu dias antes de uma mobilização que pediria o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Ganhava força naquele momento, portanto, a demanda por impeachment ao mesmo tempo em que várias votações no Congresso impunham uma agenda de retrocessos sociais. Esse contexto marcou profundamente a Marcha, que acabou sendo identificada naquele momento pela mídia como uma Marcha de defesa do governo. Sobre esse ponto, Alessandra comentou:

Foi uma construção muito difícil, diríamos assim, porque imagina, a gente dizer assim, primeiro que entre as próprias, que a gente tem a coordenação da Marcha ela é composta pela Comissão Nacional de Mulheres e pelas, uma representação de cada das organizações parceiras, então foi muito difícil construir nesse momento, porque também nosso povo fica em crise, né? Uma situação dessa, que lado que fica mesmo, a gente vai se expor, tem crítica até hoje que foi governista demais, que a gente foi pra defesa, mas isso foi uma construção que a gente fez internamente que a gente tinha clareza de que não tinha como ser diferente, porque até a imprensa bateu muito em relação a isso: ‘a Marcha é chapa branca, também defendeu o governo’. ‘Errado’, eu disse pra vários jornalistas, ‘errado estaria se vocês estivessem vendo a Marcha nesse momento batendo ou fazendo outra defesa, porque nós sempre tivemos clareza, a Marcha sempre foi uma mobilização de esquerda, desde a primeira Marcha no governo do FHC ainda’, quando a primeira Marcha das Margaridas veio pra rua, e nós tínhamos clareza de qual era o projeto de sociedade que a gente defendia desde lá e continuar não mudando de lado nesse projeto de sociedade e, nesse momento, com todos os problemas que nós temos, temo clareza de qual o projeto de sociedade que nós defendemos. Errado estaria se a Marcha tivesse na rua nesse momento, você já imaginou o que a gente estaria sofrendo depois da Marcha: ‘ah, uma mobilização desse tamanho das mulheres que não tem posição política’? Politicamente, seria uma conotação muito, infinitamente desastrosa da luta das mulheres. Então eu acho que mais do que nunca a certeza da condução desse momento de qual era o nosso papel, quem foi que marcou 16 de agosto, que estava todo mundo desesperado, né, como o quê que seria mobilização da direita no domingo logo depois da Marcha. Marcha tinha data um ano e meio atrás³⁵⁹...

³⁵⁸ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³⁵⁹ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

Em outro trecho, Alessandra Lunas continuou comentando os desafios e questionamentos tidos no contexto da Marcha:

A 16 de agosto, a gente sabia há poucos dias, aí: ‘ah, mas é o momento que vocês se mobilizou pra contrapor o domingo?’. ‘Como é que é? Não é o contrário não?’, porque a Marcha tá com data a um ano e meio, será que não foram eles que marcaram 16 exatamente pra querer desconstruir o que a Marcha estava fazendo? Então quando você começa a devolver, o pessoal: ‘opa, não tinha me dado conta disso’, né? Então acho assim que foi um momento difícil, chegar na construção, dizer como é que a gente se posicionava e de que, quais os elementos estariam em jogo, não só pra vida das mulheres, mas pra militância de esquerda, pra luta de esquerda como um todo, acho que a Marcha, a nossa avaliação é que ela cumpriu com uma tarefa árdua, né, nesse momento, continua aí com muita tarefa pela frente, mas acho que a gente conseguiu responder as expectativas como um todo, que fortalece a luta das mulheres, porque trouxe pra dentro desse momento, muitos companheiros disse: ‘a gente pode ir, não é só as mulheres?’ Eu disse: ‘olha, a gente, são muito bem vindos, até sempre disse isso’, eu disse isso pra todos os companheiros que honram o sangue de luta de Margarida Alves³⁶⁰.

O então Secretário de Finanças e Administração e atual presidente da Contag, o pernambucano Aristides Veras dos Santos, também comentou a respeito da crítica feita por parte da mídia de que a Marcha de 2015 havia sido uma ação de defesa ao então governo Dilma. O trecho da entrevista citado abaixo mostra o ponto de vista de mais um dirigente sindical sobre o caráter da Marcha em relação ao governo Dilma na conjuntura de 2015 e ainda faz comparações sobre a relação da Marcha, e por sua vez da Contag, com outros governos:

Esse é um outro problema, nem o Grito, nem o Festival, nem a Marcha tem caráter de apoio ao governo, são movimentos plurais, então, as mulheres que vêm, vem mulher a favor do governo, contra o governo, do PT, do PFL,³⁶¹ de qualquer coisa. Então não pode misturar as coisas, agora, é, como a conjuntura exigia, assim, fomos obrigados a dar também um norte e colaborar com a sociedade nesse debate, a dizer que somos contra o golpe, a favor da democracia e tal, né? É, enfim, agora, ao mesmo tempo, cobrando do governo que nós não queremos que mexa com os direitos dos homens e das mulheres, né, fazendo a crítica também. Isso é uma coisa que a gente tem procurado conciliar bem, é natural que você vá escutar pessoas que só traduziram o lado do apoio ao governo, mas pode ter outro que pode ter traduzido a crítica ao governo e, no fundo, são as duas coisas. Uma vez que eu defendo, que eu me coloco contra o golpe, eu tô ajudando a Dilma, querem derrubá-la, né? Eu defendo a democracia, o respeito à regra, a democracia, vamos disputar eleição daqui a três anos, a dois anos e tal, então, tô defendendo também a continuidade do governo, né? Quando eu faço uma pauta e cobro resultado, faço a crítica que tá querendo mexer com os direitos, como aconteceu com aquelas duas medidas provisórias, eu tô fazendo a crítica ao governo, entendeu? Pra mim, esse é o sentido de um movimento, de uma Contag independente, ela apoia o que ela concorda e ela discorda o que ela não concorda, né? Porque, às vezes, a sociedade faz uma leitura assim de oito ou oitenta, ou você me apoia ou você tá a favor ou tá contra, porque o ser humano ele é meio dúbio, né? Sim ou não, sim ou não, é sim pra umas coisas e é não pra outras, né? Não

³⁶⁰ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³⁶¹ O Partido da Frente Liberal (PFL) foi extinto em 2007 e teve como sucessor o Partido Democratas.

pode ser não total, nem sim total, até com Fernando Henrique Cardoso a Contag não tinha ‘não’ 100%, porque tinha coisa que apresentava, negociava e cedia. Então tinha que ser simples aquilo ali, agora, a maioria das coisas eram ‘não’, entendeu? Com o Lula, com a Dilma, já foi mais ‘não’ do que ‘sim’, aliás, já foi mais ‘sim’ do que ‘não’, hoje eu acho que tem mais ‘não’ do que ‘sim’, então tem, é um processo que estamos vivendo³⁶².

A análise das cinco edições da Marcha me leva a interpretar que, se por um lado há certo padrão na forma de realizar a ação coletiva, este padrão parece se tornar mais difuso quando analisamos em mais detalhes o conteúdo de cada edição da ação. A análise dos atores envolvidos na Marcha e do contexto mostra os diferentes significados que a ação teve em cada edição e ao longo do tempo. Considerando somente dois exemplos, na primeira, em 2000, as mulheres tinham como principal foco de atuação o próprio movimento sindical, em uma tentativa de conquistar espaços de participação e poder político no interior do sindicalismo, e pouco dialogaram com os agentes do Estado em exercício no poder, o governo FHC. Já na mais recente edição, em 2015, o contexto influenciou em grande medida o rumo da mobilização das mulheres, que saiu às ruas de Brasília para defender a manutenção da democracia porque entendiam que o processo de impeachment que naquele momento estava sendo orquestrado não era legítimo. Portanto, o estudo da ação não pode ser descolado da análise dos atores e do contexto, principalmente, conforme destacado no primeiro capítulo.

A organização de uma Marcha com dimensão nacional e com a expectativa de levar 100 mil mulheres para Brasília demandou muito esforço de planejamento e é sobre esse aspecto que Lunas fala no trecho a seguir:

agora foi alvo na avaliação da Marcha, agora em setembro, em Alagoa Grande, acho que a gente precisa amadurecer com mais carinho a data da Marcha, que tem prós e contras, internamente, pra Contag, que coordena, é extremamente desafiador, porque, por exemplo, se eu continuo na coordenação das mulheres no próximo mandato, é algo que, bom, como você já vem com uma experiência da construção da Marcha anterior, ela não chega a impactar tanto na construção da Marcha, mas, quando tem transição internamente, isso é muito difícil, muito desafiador, porque você chega tendo que adaptar a secretaria, tendo que, né, adaptar uma agenda e já tem que chegar construindo a Marcha, então isso é muito desafiador. Porque nós tivemos uma transição muito grande também nas federações, porque muitas das federações tem eleições logo depois da Contag, muita renovação da Comissão Nacional de Mulheres, então assim, gente teve que, desesperadamente, mudar aquele curso a nível nacional que foram várias etapas pra trabalhar um debate político de militância, de construção, se não a Marcha não saía, porque muitas mulheres estavam chegando também que veio lá do sindicato da base sem uma visão nacional, né?³⁶³

³⁶² Entrevista com Aristides Veras dos Santos concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 27 de outubro de 2015.

³⁶³ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

Para Alessandra, os impactos da transição nas direções sindicais são reduzidos com o apoio das parceiras, que colaboram na organização da Marcha e que, muitas vezes, já acumulam experiências anteriores de outras edições e atividades.

O acolhimento, acampamento e solenidade da Marcha de 2015 aconteceram no estádio Mané Garrincha, construído para a Copa do Mundo de 2014, realizado no Brasil. Foi a primeira vez que o estádio foi utilizado para uma atividade dessas e esse fato repercutiu bastante na mídia. A obtenção do estádio veio por meio de uma parceria com o governo do Distrito Federal, que cedeu o espaço em troca do MSTTR bancar os custos de manutenção do estádio nos dias do evento.

Os esforços de realização de uma atividade como essa também passam por desafios pessoais para suas organizadoras. Um deles é a necessidade de imersão total na organização da Marcha enquanto outras atividades de militância acontecem e demandam disponibilidade, seja do próprio MSTTR ou de outras vinculações políticas, já que muitos dirigentes da Contag têm um multiengajamento político. Para citar um exemplo, o ano anterior da realização da Marcha coincide com o calendário eleitoral, quando vários militantes sindicais estão empenhados na campanha política para tentar eleger os candidatos da sua preferência. E isso tem que ser considerado na discussão de ação política, uma vez que os pesquisadores geralmente olham somente para o nível da ação dos atores. A dimensão pessoal da vida de cada um também afeta a militância de diferentes maneiras, como criando condições mais favoráveis para o trabalho ou impondo limites para a atuação política, por exemplo. Mais uma vez a fala de Alessandra Lunas denota os aspectos mencionados acima.

[...] e aí a gente também é militante não só do movimento sindical, também é militante do partido, essas coisas, por exemplo, o último semestre de 2014, todos nós fomos para campanha, né? Nós começamos a construir a Marcha das Margaridas e tivemos que... ‘ah, parou pra ir em campanha?’, não, não paramos pra ir pra campanha, as ações que a gente fez na campanha de debate político do papel das mulheres na participação, né, na eleição das nossas candidatas, a gente já estava construindo a Marcha, porque é uma incidência também, que a Marcha também incide nesse sentido na base, né? Mas acaba impactando, que aí você tem que, né, se desmeliar aí com dois turnos, com todos, se a gente também se volta pra, o movimento sindical para dessa agenda do cotidiano pra ir pra campanha, então é muito difícil.³⁶⁴

Um dos aspectos que tem demandado grande esforço da organização da Marcha é a construção da pauta política. Como mostrei anteriormente de forma breve, ao longo das quatro edições anteriores houve uma mudança nos temas e na forma de organizar a pauta política da

³⁶⁴ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

Marcha. Ao longo das edições a pauta foi sendo ampliada e ganhando novos temas e formatos, crescendo em complexidade. Em 2015, mais do que uma pauta, as mulheres tinham uma plataforma política, modelo que já vinha sendo elaborado desde 2007. A novidade trazida pela edição de 2015 para a pauta foi separá-la em segmentos sociais, diferenciando as pautas por categorias de mulheres e buscando, com isso, dar mais visibilidade aos diferentes sujeitos sociais que vivem no meio rural.

O formato que a pauta da Marcha adquiriu é tema de crítica dentro da Contag. Aristides Veras dos Santos, hoje presidente da Contag, mas Secretário de Finanças e Administração no momento da entrevista, considera a pauta ampla e com pouco foco, assim como a do GTB. Com isso, os resultados políticos em termos de conquistas resultantes da negociação com o Estado não têm sido suficientes na sua perspectiva³⁶⁵. Apesar da pauta ser grande como a do GTB, o processo de construção da plataforma política da Marcha tem caminhos distintos, conforme destacado por Alessandra Lunas:

não é uma pauta como é feita a do Grito da Terra, onde a federação manda o que é a pauta, isso é uma pauta construída da base, é uma escuta das mulheres lá nas comunidades, então saiu aquele texto de debate em março que foi para todas as atividades durante março, que escutou as mulheres, que elas conversaram, continuaram o restante do semestre ouvindo as mulheres de base, fazer as atividades, as jornadas regionais pra receber o que cada estado tinha conseguido fazer de escuta pra construir uma pauta nacional pra sair no começo de julho foi um... desafio muito grande, né?³⁶⁶

Alessandra Lunas sugere que o envolvimento das mulheres na construção da pauta a partir da base pode ser o fator que garante a quantidade de pessoas em Brasília no dia da ação de massas:

Então, é um desafio imenso e aí quando a gente fala assim: ‘ah, o quê que faz o Grito da Terra, não consegue, o Grito que já mais pôs gente aqui foi sete mil pessoas? Não consegue fazer maior do que isso?’. Talvez o diferencial esteja nesse envolvimento da construção desde lá do pé no chão da base, que a Marcha consegue fazer e que a mulher sai de lá vendendo galinha, vendendo rifa, vendendo bolo no final de semana na igreja, rifeira de um real lá de um bolo que ela fez em casa para arrecadar para ela vir pra cá, né? É diferente isso³⁶⁷.

³⁶⁵ Entrevista com Aristides Veras dos Santos concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 27 de outubro de 2015.

³⁶⁶ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³⁶⁷ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

Maria Lúcia Santos de Moura, dirigente da Contag no momento da entrevista e uma das diretoras que compuseram a comissão de organização da 5ª Marcha, também considera o processo de organização da Marcha como aspecto central para a mobilização das mulheres para a ação de rua no Distrito Federal. De acordo com Lúcia, “a gente só mobiliza se reunir”. E é por isso que o processo que antecede a Marcha é repleto de reuniões locais, estaduais, regionais e nacionais. No processo de se reunir, muitos debates políticos são feitos e as mulheres se formam. Um dos desafios da organização é engajar mulheres à Marcha que entendam, conheçam e compartilhem dos princípios políticos da mobilização³⁶⁸.

Para contornar a dificuldade de negociação de uma pauta extensa com agentes do Estado, a coordenação da Marcha tem definido, pelo menos desde 2007, uma pauta mínima prioritária entre o amplo conjunto de reivindicações apresentados para o Estado com a intenção de que pelo menos para os pontos destacados haja respostas. Essa prática também tem sido adotada nas negociações do Grito da Terra. Para Raimunda de Mascena, a pauta central da edição de 2015, por exemplo, era a demanda do crédito fundiário.

Outro aspecto que precisa ser considerado no estudo sobre a ação da Marcha é o fato dessa mobilização ter várias dimensões em cada local e ultrapassar a ação política exclusiva em Brasília. A Marcha é uma ação coletiva que atualmente acontece a cada quatro anos no Distrito Federal, mas é muito mais do que isso: é o processo de construção política que inicia muito antes da realização da Marcha em si; é a promoção de Marchas nos estados e municípios, promovendo o fortalecimento do poder das mulheres na sociedade, no movimento sindical e na ação política dirigida às diferentes instâncias do Estado; é o desdobramento no diálogo e monitoramento com o Estado, com instâncias internacionais, com outros movimentos e organizações. Sobre a dimensão local da Marcha e os seus desdobramentos, Alessandra Lunas destacou:

Porque a Marcha não é só Brasília, nós tivemos muitas marchas municipais, outras que não conseguiram fazer marchas, mas quando ela sentou, levantou a pauta dela, identificou o que era para botar na mão do prefeito e elas sentaram e negociaram com o prefeito, né? Marchas estaduais, negociações, entregas das pautas dos governos dos estados. Porque são três instâncias e a Marcha faz essa incidência em todas as instâncias, é o que desafia agora, inclusive, da pauta que a gente construiu também ela retornar e continuar monitorando as três instâncias para depois somar o todo que tem andado da política para as mulheres, né?³⁶⁹

³⁶⁸ Entrevista com Maria Lúcia Santos de Moura concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 24 de novembro de 2011.

³⁶⁹ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

Além disso, a cada ano, entre as edições da Marcha, é feita uma ação chamada de Jornada das Margaridas, cujo objetivo principal é revisitar a pauta de reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais e promover um balanço dos avanços e do que ainda não foi implementado pelo governo. A primeira edição da Jornada aconteceu em 2008 e se repetiu em 2009, 2012 e 2013, até o ano de 2015, de acordo com informações disponíveis no portal *Transformatório das Margaridas*.

A Marcha tem ainda efeitos na vida de muitas mulheres que nela se envolvem e esse é outro aspecto que merece ser destacado, embora não seja o foco deste trabalho. Apesar disso, uma história contada por Alessandra Lunas chama a atenção para a dimensão do engajamento político nas trajetórias militantes e a cito abaixo como forma de mostrar um dos significados e efeitos da Marcha para a vida das mulheres e para a importância de se efetuar estudos sobre essa dimensão³⁷⁰.

a Iara tava até dizendo, que teve uma equipe da Enfoc que fez, né, as entrevistas, aí ela tava dizendo assim: ‘teve uma que eu fiz’, foram muitas entrevistas fantásticas, ela: ‘a última vez que eu fiz, eu chorei com ela’. Quando eu perguntei se ela topava conversar porque que estava ali, como é que foi construir pra vir e ela contou a história dela de dizer que ao voltar da Marcha, ela não sabia se ia ter mais casa pra voltar, porque o marido tinha dito: ‘se você for, aqui em casa você não entra mais’, e ela disse: ‘eu me desafiei’, uma senhora de idade, ‘eu me desafiei a definir a essa altura da minha vida que eu não aceitaria mais essa vida de submissão que eu vivo e que é na força da Marcha das Margaridas que eu tô encontrando força pra levantar a cabeça, e com as minhas amigas eu vim aqui’. Ela mostrou a bolsa. ‘Eu não tenho nem um real na minha bolsa, eu vim comendo do que as outras, né, juntei da minha produção o que eu pude trazer de fruta, de coisa para eu vir comendo na estrada e do que as outras me ajudaram bancar alguma coisa no caminho. E as minhas amigas têm dito que se eu chegar e não me deixar mais em casa, eu vou para casa das mulheres, mas eu não aceito’. Então assim, você está mexendo num paradigma de sociedade muito grande, você não tem ideia o quê que é essa vida das mulheres interna, na família, então esse levantar a cabeça e dizer: ‘opa, eu sou gente, eu tenho direitos’, né, diz: ‘ah, se tu for, tu não volta mais em casa’, que isso cara? Tá fazendo o que de errado, né, que? Então você tem, é um levantar cabeça lá onde o machismo impera que, né, muito forte, né?³⁷¹

Em síntese, quero destacar a partir do estudo da Marcha das Margaridas que a pesquisa da ação coletiva que se limita ao entendimento da mobilização de rua nos dias-chave da mobilização serão limitados e não compreenderão muitas dinâmicas e características da mobilização. O estudo das ações coletivas, portanto, requer que se analise a ação em si no tempo na qual ela faz parte, considerando o que lhe antecede e lhe sucede, os atores em cena, e em relação com as ações de reprodução social.

³⁷⁰ Sobre o tema engajamento militante, ver Sawicki e Siméant, 2011.

³⁷¹ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

5.4 “Sozinha a gente não faz”: as alianças que constroem a Marcha

A Marcha das Margaridas é organizada em aliança com movimentos, organizações e entidades de mulheres desde a primeira edição, em 2000, e essa é uma característica fundamental dessa ação coletiva em todas as suas edições. Promovida pela Contag, Fetags e STTRs, a Marcha de 2015 contou com a parceria das seguintes organizações na sua comissão organizadora: CUT, CTB, AMB, CNS, MMM, MAMA, MIQCB, MMTR-NE, UBM, GT Mulheres da ANA e Unicafe.

A cada edição, um conjunto de entidades compõe a Marcha das Margaridas e elas são denominadas e se autodenominam “entidades parceiras” em relação à Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNMTR), como indicou Aguiar (2016). As entidades parceiras “são grupos que estão diretamente envolvidos na Marcha, mas que não fazem parte do universo sindical, independente da sua estrutura ou formato institucional” (AGUIAR, 2016, p. 283). Com isso,

A CNMTR e as entidades parceiras compõem a Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas. Assim, embora surgida no interior do movimento sindical, a Marcha, como movimento específico, constitui-se num campo misto, formado por atores com formatos e identidades institucionais variadas, que se encontram articulados numa rede de relações, mesmo apresentando uma forma organizacional, objetivando reunir e orientar a atuação de todos os grupos que dela fazem parte” (AGUIAR, 2016, p. 284).

Considerando esse aspecto, a Marcha é também mais um caso que exemplifica o caráter de articulação entre movimentos sociais, aspecto tratado no capítulo três desse trabalho por meio do estudo da participação da Contag na Coprofam. As alianças entre movimentos e organizações e entidades diversas são importantes para a troca de experiência, aprendizagem e ação conjunta. Nesse sentido, contribuem em grande medida para a perenidade do movimento e para o desenvolvimento da ação coletiva.

Com isso, destaco não só um aspecto importante da Marcha, mas também um elemento central para se buscar uma interpretação mais holística desse fenômeno social a partir da abordagem sugerida neste trabalho: analisar de forma relacionada as ações de reprodução social e as ações coletivas. Se, para fins analíticos, caracterizei a atuação dos movimentos sociais em ações de reprodução social e ações coletivas – cada uma delas caracterizadas por formas

variadas –, na prática, esses tipos se sobrepõem e são dinâmicos. São parte de uma totalidade. E uma visão mais complexa da atuação dos movimentos sociais não pode deixar de considerar essas diferentes dimensões.

A importância das parcerias na organização da Marcha é destacada na fala de Alessandra Luna, coordenadora da quinta edição:

[...] a Marcha hoje, ela não é só da Contag, a Contag é a protagonista da Marcha, é quem, né, idealizadora, é quem coordena, todo mundo reconhece muito isso, mas ela só é a Marcha porque ela tem onze organizações de mulheres que também protagonizam uma unidade de luta das mulheres. Então ela extrapola só um momento de negociação só da Contag, diríamos assim, né? [...] A Contag é protagonista, mas ela ganha essa força que como eu tenho dito, o grande diferencial é a função com essas parcerias, né³⁷²?

Raimunda de Masceno, primeira coordenadora da Marcha, se lembra que uma das mulheres que ajudou de maneira significativa na organização da primeira Marcha e que ressaltava já naquela época a importância da aliança entre as mulheres de diferentes movimentos foi a então assessora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Vanete Almeida, hoje falecida. Raimunda se lembra que Vanete dizia:

‘A gente só vai conseguir caminhar, dar passos, se nós, organizações de mulheres e movimento de mulheres, nos juntar. Se a gente tiver cada um fazendo para um lado, a gente não consegue ter uma força maior, para enfrentar o machismo, para enfrentar todas essas ordens masculinas que estão na sociedade, de uma forma em geral’. Eu lembro que Vanete, nessa época, representava também a Rede Latino Americana de Mulheres Rurais, na América Latina e Caribe. Então, na Marcha de 2000 a gente já teve, não uma quantidade grande, mas nós já tivemos uma quantidade de parceiras que vieram, que se somaram junto com a Marcha³⁷³.

Em outro trecho da entrevista, Raimunda também comenta a importância das parceiras para as primeiras edições da Marcha:

Então assim, nessa época da Marcha das Margaridas já nos ajudava a dizer: ‘Sozinha a gente não faz. Agora, com a ajuda de outras é possível a gente fazer.’ E nós só fizemos a Marcha, naquela época, no ano de 2000, porque nós tivemos um processo de articulação grande, para dentro da Contag, para dentro do conjunto das instâncias do movimento sindical, mas que nós também... assim, ultrapassamos essa fronteira. Porque senão a gente não ia conseguir³⁷⁴.

³⁷² Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³⁷³ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

³⁷⁴ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

A Marcha foi ressaltada na fala de uma das entrevistadas como uma mobilização capaz de unir diferentes correntes, grupos, movimentos, organizações de mulheres em torno da agenda não só do campo, mas também urbanas. O trecho da entrevista abaixo destaca esse aspecto e mostra a relevância em se pensar sociologicamente os termos utilizados para delimitar fronteiras entre movimentos e universos espaciais. Muitas vezes, as categorias utilizadas nos estudos sociológicos são rígidas e limitadoras para compreender os fenômenos sociais: como é o caso das categorias “rural” e “urbano”. A experiência social da organização e mobilização da Marcha das Margaridas mostra os limites da separação desses universos empíricos e a importância em se pensar em relações sociais.

[...] porque tem gente que diz: ‘ah, mas a negociação da Contag...’. A Contag é a que protagoniza, tá na linha de frente, a maior organização, mas hoje ela deixa de ser só da Contag, ela é algo que unifica a luta das mulheres do campo e da cidade. Que eu acho que essa foi uma das grandes diferenças nessa última Marcha também, as outras já estiveram aí, mas dada a própria conjuntura vieram um protagonismo maior ainda nas mulheres urbanas seguindo a Marcha e outras coisa, mas, inclusive, a gente tem ouvido isso de várias organizações, só a Marcha consegue chamar todas as organizações. Porque entre as próprias organizações de mulheres também têm disputa, têm um monte de coisas, né? E a Marcha consegue botar os diferentes todos na mesa, pega a Marcha Mundial das Mulheres, a UBM, a MB, que são dois, dois antagônicas na luta, não se juntam. Só a Marcha consegue botar todo mundo na sala e discutir: ‘aonde é que tá a estratégia central que nós vamos junto com as mulheres independente das diferenças que a gente tenha como organização’. Então acho que isso é algo que precisa ser protagonizado, reconhecido até porque... e que bom que é uma experiência que nasce da luta das mulheres rurais e hoje tem essa responsabilidade muito além. E não tem nenhuma outra mobilização de mulheres que ponha a voz das mulheres na rua com esse tamanho. A Marcha Mundial das Mulheres faz alguns momentos pontuais ligados com o mundo e tal, mas, nosso, a nível nacional, a grande identidade de luta das mulheres foi a Marcha que tá fazendo, né, que tem unificado a luta das mulheres como um todo. Então acho que a gente na hora de ir sistematizando essas coisas, a gente com certeza vai conseguir ver que extrapola hoje só a agenda rural, né? Até agora as urbanas têm respeitado muito isso, se veem na Marcha, vêm ajuda a construir, mas tem respeitado o protagonismo rural, que também é muito importante, né? Acho que ter as mulheres rurais na linha de frente na luta das mulheres como um todo... Acho que é isso, vamos aí desafiando o que vem pela frente que tem hora que a gente também não muito por onde vai não, vai junto construindo, levanta aqui, caia ali, faz parte do processo, né?³⁷⁵

Na avaliação de Alessandra Lunas, a reestruturação da pauta da Marcha em 2015, separando as reivindicações das mulheres por segmentos, propiciou a maior inclusão das diferentes mulheres na pauta e isso provocou a maior adesão de diferentes segmentos sociais à mobilização, alguns deles antes pouco representados, como as mulheres das águas e as indígenas. É característica da edição e 2015 da Marcha a inclusão da categoria “das águas” para descrever um grupo de mulheres que vivem nas margens dos rios, em regiões litorâneas e

³⁷⁵ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

próximas a manguezais. Antes, falava-se apenas em mulheres do campo e da floresta. Ou seja, o modo de montar e descrever a pauta serviu como um fator aglutinador e articulador das mulheres, denotando um processo de construção contínua de representatividade que agrega as diferenças. Nas palavras de Alessandra:

[...] a gente guinou a estrutura da pauta em trazer por segmentos, né, mostrar que as mulheres rurais são vários olhares e que não basta, ‘ah, mulher rural, a política é a mesma para todo mundo’, não, a demanda da floresta é uma, a demanda das mulheres do Nordeste é outra, a demanda das assalariadas é outra, a demanda das quilombolas é outra. Então fazer essa classificação por seguimento também, é tudo mulher, mas tem demandas diferenciadas, então dar essa voz, inclusive, por parte das organizações, foi muito bem recebido, esse... tem sido muito bem recebido essa nova estruturação, porque aí as mulheres pegam, a das águas vieram, nunca vieram com tanta força como veio dessa vez e o que a gente fez? Fomos construir, as mulheres das águas e das marés através da Confrem³⁷⁶ – ‘essa aqui é nossa pauta’, ela tá na íntegra, né, na pauta da Marcha. A das indígenas a gente nunca tinha conseguido somar e trouxemos elas tão quanto elas apresentaram, então eu acho que isso aí... o próprio governo, deu trabalho porque dependendo da política, eu olho pra vários seguimentos e ele pode servir pra todo mundo, mas tá os específicos lá, então: ‘ah, tô pensando política pra quilombola’, eu vou lá na pauta da Marcha das Margaridas, porque elas tem demanda³⁷⁷.

Aguiar resume bem o processo de transformação das categorias de auto-reconhecimento das mulheres reunidas em torno da Marcha das Margaridas. A mudança dos termos utilizados correspondeu a um esforço por propiciar uma maior representatividade para a diversidade de sujeitos sociais presentes no campo no Brasil.

“Inicialmente, “as margaridas” surgiram no espaço público como trabalhadoras rurais, sendo identificadas como tal, mas a partir da Marcha de 2007, atendendo a uma reivindicação das mulheres extrativistas, elas passaram a se nomear “mulheres do campo e da floresta” e, na Marcha de 2015, a denominação “mulheres das águas” foi incluída, procurando, assim, abarcar o conjunto formado por mulheres rurais agricultoras familiares, camponesas, sem-terra, acampadas, assalariadas, trabalhadoras rurais, artesãs, extrativistas, quebradeiras de coco, seringueiras, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e tantas outras identidades construídas nos diversos territórios do País. Trata-se, portanto, de uma categoria identitária negociada” (AGUIAR, 2016, p. 280).

A parceria da Marcha com outros movimentos e organizações também ultrapassa as fronteiras nacionais. A Marcha sempre recebeu apoio e delegações internacionais em sua ação nas ruas de Brasília. O diferencial da última edição, em 2015, foi tentar qualificar mais a participação das participantes internacionais, que foi de cerca de 50 mulheres, sobretudo de

³⁷⁶ Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros.

³⁷⁷ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

organizações e movimentos dos países latino-americanos e africanos, principalmente os de língua portuguesa. Sobre esse aspecto, Alessandra Lunas explicou:

a Marcha passada tinha um grupo grande de delegação internacional também, pelo menos 50 pessoas como tinha dessa vez, só que elas vieram como um intercâmbio de experiência, participaram, foram embora sem conversar e é isso que a gente tentou agora, disse: ‘pô, mas não dá pra ser assim, as mulheres estão vindo beber na fonte de uma experiência, mas o quê que acharam, como é que foi?’, articular melhor isso e construindo um processo, né? Então por isso que elas chegaram, a gente fez aquela conversa que iniciou com elas, para dizer como seria, já dizia: ‘para vocês verem a experiência e depois a gente conversa’. Então você viu que a avaliação no dia seguinte tinha uma euforia desse momento e que ela continua repercutindo num sentido dela voltar pro seu país e... Não quer dizer que quer fazer igual, mas que a luz dessa experiência também, voltar fortalecida pra incidir... Seja no espaço que tenha necessidade pra ela ser...³⁷⁸.

E a dimensão internacional da Marcha tem ganhado cada vez mais força. O diálogo das mulheres de diferentes países com as brasileiras na última edição da Marcha das Margaridas fez surgir, em 2015, após a quinta edição da Marcha, a Rede Internacional de Articulação Margaridas do Mundo. Essa Rede foi referendada por mulheres de outros continentes por ocasião da Conferência Mundial de Agricultura Familiar, em setembro de 2015, em Bilbao, Espanha.

Contudo, o processo de articulação entre movimentos não se faz sem conflitos, disputas e debates. A discussão sobre a importância do MSTTR na organização da Marcha é ponto de debate internamente na Contag e está longe de ser consenso. Para um dos ex-diretores da Contag, David Wylkerson Rodrigues de Souza, a Marcha deveria destacar mais a visibilidade da Contag nesse processo.

Há uma certa preocupação... porque a Marcha é organizada pela Contag, mas tem uma dezena de apoiadores. Está a CUT; está a CTB; [...] está MMM; MME... É tanto M; um monte de... As Quebradeiras de Coco... [...] A Marcha Mundial. Então, como tem várias entidades, eu acho que termina zelando demais para não contrariar uma ou outra [...]. Que você sabe que esses eventos, sempre termina sendo um momento de *marketing* para as entidades. [...] Então, eu acho que terminam... Ao fazer isso, termina pecando no excesso do zelo, para não criar um problema ou um ruído político interno. Termina zelando demais as outras, e que termina que com esse zelo, atinge o nome da Contag, e dá uma visibilidade apenas a Marcha das Margaridas. Então, acho que é um pouco mais... um problema... não diria um problema, mas seria um pouco de uma falta de... não sei se visibilidade, eu diria. Mas isso é um problema mais interno, que termina tendo esse reflexo no externo. Termina refletindo desse jeito. Mas isso é o de menos, eu acho³⁷⁹.

³⁷⁸ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³⁷⁹ Entrevista com David Wylkerson Rodrigues de Souza concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 23 de outubro de 2015.

Um dos motivos de tensão para alguns representantes do MSTTR e algumas vezes destacado como fator justificador para uma eventual maior visibilidade das instâncias do MSTTR na organização da Marcha é o fato de Contag, Fetags e STTRs estarem à frente do processo liderando, entre outros aspectos, a mobilização e custos da Marcha. O foco do argumento de quem questiona o protagonismo das entidades parceiras está no fato de: como o custo de mobilização é grande e é responsabilidade principalmente do MSTTR, acredita-se que a maior visibilidade deveria ser do movimento sindical.

Esta construção permanente de poder coletivo da Marcha das Margaridas é ilustrativa da capacidade de formação de alianças políticas entre movimentos sociais. Mais do que uma inspiração simbólica, as Margaridas, como se identificam as mulheres que participam da Marcha, demonstram com sua prática política as sobreposições de pautas e identidades que se encontram na base social dos movimentos sociais. Apontam, assim, para possibilidades de construção de ações coletivas de massa articulando demandas de movimentos sociais que, embora apresentem muitas convergências, muitas vezes não conseguem trabalhar em conjunto de forma permanente, fragmentando, dessa forma, a ação política emancipatória.

5.5 Reprodução e ação coletiva em Marcha

As entrevistas, pesquisa documental e acompanhamento da quinta edição da Marcha me fizeram identificar que a ação coletiva das mulheres trabalhadoras rurais em parceria com outras mulheres organizadas em diversos formatos de movimentos sociais, centrais sindicais e outras organizações tem três objetivos centrais: 1) mudanças societais que estabeleçam relações igualitárias entre homens e mulheres; 2) democracia interna no MSTTR por meio da igualdade de condições entre homens e mulheres nos espaços políticos sindicais; 3) políticas públicas que beneficiem as mulheres, principalmente as mulheres do campo, das águas e da floresta. O trecho abaixo da entrevista com Alessandra Lunas é elucidativo sobre as diversas dimensões da Marcha em suas ações visíveis e públicas e menos visíveis e voltadas para a incidência no interior do próprio MSTTR:

[...] do mesmo jeito que a Marcha tem a condição, né, de pautar para sociedade, de ser reconhecida desse fortalecimento, ela precisa ter essa força canalizada para dentro, pra ocupar o espaço também no movimento sindical. Porque, nos sindicatos, a maioria reclama, né? As mulheres não são liberadas, as mulheres não conseguem fazer o

trabalho, tem... As mulheres na base isso é um grito muito forte ainda nesse sentido, então é uma meta de longo prazo aí, eu digo assim: ‘a Marcha das Margaridas tem duas pautas, a pauta externa que é essa de negociação com o governo, de diálogo com a sociedade e a pauta interna’³⁸⁰.

Ao avaliar os resultados da Marcha, Lunas destaca a importância da Marcha como uma ação que busca promover mudanças sociais, aspecto que provavelmente é desconsiderado por aqueles que avaliam o resultado da Marcha em termos de conquistas de políticas públicas.

Não é algo para dizer: ‘ah, o que era pauta o governo respondeu’. Não, você está pautando a sociedade, está pautando em casa, na família, mudanças de postura, mudanças de... entende? Você tá mexendo em estruturas de sociedade em vários níveis, né? Tanto do governo como começando em casa. A Marcha dando essa força para uma outra reação, para construção de uma outra relação mais igualitária entre homens e mulheres, começando de casa. Então, mensurar isso é uma tarefa árdua para nós, conseguir fazer todos os olhares, o quê que significou, porque é muita coisa³⁸¹.

Em outro trecho da entrevista, Alessandra mencionou:

[...] é preciso que a gente ao tratar da Marcha das Margaridas compreenda uma coisa: de que as mulheres não estão aqui tratando de questões pontuais, a gente tá tratando de um projeto de sociedade, a pauta é ousada mesmo, ela traz uma mudança muito mais ampla então eu acho que esse é um dos diferenciais que, na hora que a gente vai escrever alguma coisa é muito importante reconhecer isso³⁸².

A ação da Marcha contribui também na promoção de mudanças no interior do próprio movimento sindical. Isso porque os limites da democracia interna no âmbito do MSTTR têm como algumas das suas características a baixa inclusão de mulheres nos espaços de participação política sindical, com condições de trabalho iguais aos homens. É para combater isso, entre outros fatores, que se realiza a Marcha. Isso era necessário principalmente no contexto de realização da primeira Marcha porque a capacidade de trabalho político das mulheres era constantemente questionada no contexto de um espaço marcado por uma dominação dos lugares de poder, ocupados por homens. A história narrada por Raimunda de Mascena a seguir sobre as dificuldades cotidianas para a organização das mulheres no âmbito do movimento sindical e sobre os questionamentos que vivenciou por ser uma mulher em um espaço de poder predominantemente masculino por muito tempo é ilustrativa das dificuldades e desafios vividos

³⁸⁰ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³⁸¹ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³⁸² Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

pelas mulheres no MSTTR e ajudam a explicar os motivos para as suas mobilizações e luta interna no âmbito do movimento sindical:

Porque a gente tinha que dizer coisas que a gente... eram coisas que desagradavam a ordem masculina. E assim, você falar, contrariando a visão masculina? Até as tuas qualidades se transformam em defeitos. [...] As pessoas dizem: 'Mas ela é muito chata, ela é muito impliquenta. Mas ela é muito nojenta', mas ele não consegue perceber que o tema que eu trazia para a mesa era o tema que mexia com a ordem do patriarcado. Que mexia com o machismo que mora dentro de cada um. Então assim, eu estou te dizendo isso... [...] Porque grande parte dos homens diziam: 'Não sou machista, mas quem vai sou eu e quem fica é você.' Quantas vezes eu vim do Ceará para cá? Eu era coordenadora do coletivo de mulheres do Ceará. Quantas vezes eu vim a Brasília para o mesmo conselho da Contag? Que eu vinha para dois dias antes da comissão. [...] Francisquinho, que era presidente da federação do Ceará, vinha de avião e eu passava três dias na estrada. Tinha uma passagem... a federação ou a Contag pagavam a passagem de avião para o presidente. Agora, eu, para participar, dois dias antes da reunião da Comissão Nacional, não tinha dinheiro para as mulheres. Então, todas nós viemos de ônibus. Quantas 36, 38, 40 horas de viagem, eu fiz, do Ceará para cá? Eu me lembro que eu fui três vezes, em São Paulo, de ônibus. Saindo de Independência. Quase cinco dias de viagem, sabe? Eu vim para Goiânia. Então, essas coisas, você precisa ter a lupa. E aí, quando você vem, viaja três dias de ônibus, chega e você passa dois dias na reunião da Comissão Nacional, articulando... Como é que no Congresso Extraordinário, como é que no não sei o quê, a gente consegue pontuar o tema das mulheres, para participação? Isso, você se torna uma pessoa muito antipática. Por mais simpática que você seja. Porque ou você negocia com assim, o maquiavelismo da política, vai negociando, negociando, negociando, ou momento você vai ter que botar na mesa coisas que incomodam³⁸³.

O trecho citado acima apresenta alguns dos problemas cotidianos que foram e, em algumas situações, ainda são vividos pelas mulheres dirigentes sindicais e que são amostras da situação de desigualdade vivenciada pelas mulheres na sociedade. Os mais de quinze anos da Marcha das Margaridas têm contribuído para a mudança no tratamento da mulher na sociedade, mais especificamente das mulheres rurais, por meio de ações de valorização das mulheres, de atividades formativas e pelo destaque das mulheres como protagonistas políticas. Para a ex-secretária de mulheres da Contag e coordenadora da Marcha de 2015, um dos significados importantes da Marcha foi colocar as mulheres diretamente em diálogo por seus direitos, sem intermediários falando por elas. Sobre este aspecto, foi simbólico o encontro entre Alessandra Lunas e a ex-presidenta Dilma Rousseff na 5ª Marcha das Margaridas. No trecho a seguir, Alessandra aborda esse aspecto e vai além, ao destacar o papel da Marcha como ação que ajuda na promoção de mudanças societais na direção por igualdade de relações entre homens e mulheres.

Não, e isso é uma preocupação que você vê de quem tá na frente dos movimentos, mas pra ela isso que vieram assim, eu vejo algumas falas, 'não, só o fato de estar aqui,

³⁸³ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 25 de outubro de 2015.

nós empunhando a nossa pauta, sem ser por meio de mais ninguém, é eu botando na mão da Presidenta da República o que eu quero’, não é independente de que resultado que foi anunciado é um processo em si que ele é, pelas mulheres, extremamente valorizado, né? Independente do que eu estou chegando, não tem ninguém falando por mim, né? Isso não é uma falinha de um cara... [...]”³⁸⁴.

O diálogo de representantes da Marcha com agentes do Estado indica também mais uma das dimensões da Marcha, que é a demanda por políticas públicas para o Estado brasileiro. A ação dirigida ao Estado brasileiro é uma característica importante da ação da Marcha e talvez a mais visível para a sociedade. Seguindo um modelo já consagrado no MSTTR, a Marcha cria uma pauta de reivindicações e a entrega semanas antes ao dia de realização da Marcha aos representantes do Estado a fim de iniciar um processo de negociação que culmina com a resposta do Estado no fim da Marcha. A cada edição, uma pauta foi construída, ainda que com semelhanças com as anteriores em alguns pontos. A análise dessas pautas é uma fonte importante para entender o processo de desenvolvimento dos termos de debate e demandas das mulheres envolvidas na Marcha feitas ao Estado.

Um olhar retroativo para as cinco edições da Marcha permite entender as diferenças em cada contexto da relação entre Estado gerido por diferentes governos e a Marcha. No trecho a seguir, Raimunda compara as edições de 2000 e 2003, ambas coordenadas por ela e que dialogaram com dois governos distintos em exercício: FHC, em 2000, e Lula, em 2003.

Mas foi assim, eu considero uma diferença enorme, de 2000 para 2003. E o processo que se estabeleceu. 2003, 2004, de diálogo, que aí vai dialogando. Pensa-se um grupo; faz-se o GT de crédito; esse GT discute; nasce um GT para pensar um pouco mais... Esse grupo tinha responsabilidade de pensar, também, a titulação conjunta. Essa própria Marcha... por exemplo, os espaços que têm hoje, dentro do governo, para as mulheres rurais... por exemplo, a Diretoria de Mulheres Rurais é fruto de uma reivindicação das mulheres trabalhadoras rurais, da Marcha, para que na Esplanada, dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tivesse um espaço de mulheres, para ajudar a fazer o diálogo com as mulheres. Antes, era um programa – o PPIGRI, chamado – depois passou a ser uma assessoria... Não, antes era uma assessoria; depois um programa; agora uma diretoria. É aí que nasce o processo de diálogo da documentação ‘Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento’. Todas essas coisas, elas nascem desse diálogo pautado em 2003, na pauta da Marcha³⁸⁵.

Na edição de 2003, a Marcha já consegue apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Embora pequeno, o suporte já é indicativo da aproximação entre Estado e movimentos sociais que teve como marco o início da gestão Lula, em 2003. Naquele momento, o governo ainda estava se instalando. Contudo, a diferença da relação com Estado

³⁸⁴ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³⁸⁵ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

quando comparada com a receptividade da Marcha de 2000 no plano do diálogo é imensa na percepção de Raimunda da Mascena.

Assim, o Presidente Lula conseguiu estabelecer que, a partir do MDA, e da SPM – que estava nascendo... a SPM nasce também em 2003 – que o MDA coordenasse, para dentro do conjunto da Esplanada, a chegada da pauta das mulheres na Esplanada, e distribuísse e monitorasse as agendas para que os Ministros, para que suas equipes, recebessem a coordenação da Marcha, para conversar. E aí, eu lembro, esse Ministro Miguel Rossetto, que era o Ministro, na época, do MDA, eu lembro que as equipes dele, principalmente que tratavam mais temas de terra, de crédito, falavam: ‘Mas não tem como’. E ele dizia: ‘Construam um caminho e recebam as gurias e dialoguem com elas. Porque na pauta dessas mulheres tem militância, gente’. Escutei isso, dele dizendo, uma vez, na mesa, quando um dos técnicos deles – o bambambam dos técnicos dele – discutindo crédito e dizia: ‘Não tem condição de ter crédito para as mulheres. Não há possibilidade’. E ele dizia: ‘Não há possibilidade? Construa as possibilidades para que, a partir de agora, a gente possa ter. Nem que tenhamos que ter um grupo de trabalho, aonde sente e pense em crédito específico para as mulheres. E como é que esse crédito acontece’. Então assim, a receptividade da pauta, na Esplanada, em 2003, foi muito importante para nós. Dar a Cesar o que é de Cesar; dar a Maria o que é de Maria. Na Esplanada, em 2003, o respeito pela pauta da Marcha das Margaridas foi outro. Bem diferente [de como foi em 2000]³⁸⁶.

Apesar dos avanços em termos de diálogo com o Estado sob gestão de um governo considerado próximo aos movimentos sociais porque aberto ao diálogo com esses atores, as dificuldades das negociações entre movimentos sociais e Estado ainda existiam, embora tivessem características distintas quando comparadas ao momento anterior. Raimunda fala sobre esse processo baseada na experiência do MSTTR:

Andamos pouco. Por quê? O Estado não estava – e não está, até hoje – preparado para as respostas que são dadas, das pautas dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo que é anunciado, leva um tempo enorme para vencer a burocracia, dentro do Estado – os aparelhos que existem, burocráticos, dentro do Estado – para poder viabilizar³⁸⁷.

O diálogo com o Estado tem como pauta central os pontos principais de reivindicações das mulheres. A cada edição, cada governo elege o seu principal interlocutor interno com a Marcha, que é quem coordena os diálogos entre as mulheres e os Ministérios. Em 2015, esse processo foi coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, do então Ministro Rossetto. Também tinham grande importância para o diálogo a própria Presidência da República, o MDA e a SPM.

Em 2015, para citar um exemplo, foram escolhidos cinco pontos centrais da Marcha para dialogar com o Estado. Isso foi feito por meio de reuniões com os Ministérios representado

³⁸⁶ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

³⁸⁷ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

por seus gestores, algumas vezes inclusive com os ministros, para construírem o que poderiam ser os anúncios da Presidenta no dia da ação de massas. Uma semana antes da Marcha, a coordenação se reuniu com a própria Presidenta. Essa conversa não tratou dos detalhes da pauta, mas abordou questões centrais.

O momento de negociação da pauta da Marcha coincide com o momento de definição do Plano Plurianual (PPA) do governo e por isso o debate também foca em influenciar na elaboração do plano. Inclusive, a discussão sobre o período de realização da Marcha e os possíveis reflexos dessa escolha na possibilidade de influenciar o governo é tema de reflexão na Contag e assunto abordado por Alessandra no trecho a seguir:

Pautamos pra dentro do PPA, porque no momento que a gente fechou a nossa construção de pauta, foi exatamente quando o governo estava fechando o PPA, então, inclusive, muitas áreas do governo colocaram pra gente, ‘poxa, foi muito legal receber aquele calhamaço de coisas de vocês que deu um trabalhão, porque pela estrutura que vocês fizeram nesse ano também nos desafiou’, porque eles estavam acostumados a receber no formato anterior e a gente guinou a estrutura da pauta em trazer por segmentos, né [...]. Então o pessoal do governo disse assim, ‘ah, ajudou muito, porque era a área que a gente estava construindo as ações mais específicas, tinha hora que a gente ‘mas o quê que a gente faz?’, ‘não, pera e que as mulheres têm proposta’, né? Então, a gente ainda não conseguiu mensurar que lugares isso conseguiu incidir efetivamente, mas a gente tem ouvido o pessoal do governo, ‘pô, chegou na hora que a gente estava...’. Então, acho que faz parte, né? Se tá incidindo no PPA e é isso tudo que a gente tem dito assim no momento, é estratégia fazer a Marcha já nesse momento com transição no governo, né, que o governo, né? O governo elege, assume transição do primeiro semestre [...]. Mas assim, é estratégia fazer nesse momento? Dá trabalho por causa da transição na Contag? Só que até agora a gente não conseguiu sair muito disso, porque, por outro lado, você conseguir estar na rua no momento que as mulheres pautam, pelo menos para o próximo período, porque eu não tô pautando o Grito da Terra um ano, eu tô pautando um período, então incidir no PPA, incidir na, nas ações que o governo está exatamente elaboram processo, ele é muito mais estratégico do que se eu chegasse com isso ano que vem. Se eu chegar com isso ano que vem, aí sim eu não largo, não tem orçamento mais, PPA já rolou e o PPA planeja quatro anos, então por mais trabalhoso que seja, até agora a gente não conseguiu sair desse momento exatamente por quanto estratégico se imagina fazer um balanço do período anterior e apresentar para o próximo governo como é que a gente tá pensando, é estratégico estar nesse primeiro semestre, né?³⁸⁸

Se o processo de negociação com o Estado tem início antes da Marcha e encontra seu auge durante o dia principal da ação, ele não se encerra com o fim da ação de massa nas ruas. Até porque a Marcha segue atuando por outros meios. Um deles é via incidência da pauta da Marcha em outras ações coletivas da Contag, como no Grito da Terra. Outra maneira é por meio do monitoramento da execução da pauta de reivindicações da Marcha pelo Estado. Geralmente, essa ação de monitoramento tem um momento de realização emblemático denominado Jornada

³⁸⁸ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

das Margaridas, que normalmente acontece nos meses de agosto de cada ano com o objetivo de dialogar com os representantes d Estado sobre os avanços em termos de construção de políticas baseadas nas pautas de reivindicações da Marcha das Margaridas. Sobre esse aspecto, Alessandra Lunas comentou:

[...] geralmente, depois em agosto a gente faz essa agenda aí, que a gente chama Jornada das Margaridas que é essa agenda de monitoramento, de negociação, de botar o governo na mesa de novo, de monitorar o que conversou, de ajustar, vários grupos de trabalho sendo construídos a partir de algumas pautas que foram colocadas, que agora precisa cuidar e estruturar, né? [...] Esse pós agora é bem trabalhoso, além de continuar incidindo na questão da agenda política que continua desafiadora dentro do Congresso Nacional, de outros espaços pra própria força que a *Marcha* tem³⁸⁹.

Após a Marcha, uma das atividades é seguir o processo de negociação, pautando e pressionando o governo. Além disso, há uma série de iniciativas que são voltadas para dentro da própria organização da Marcha:

[...] o maior desafio pra gente é conseguir fazer chegar lá na mão daquela mulher, lá na base, o quê que andou. E isso pra gente é muito desafiador entre sindicatos e federações, né? Tem que manter um grupo muito afinado aí pra chegar lá, né? Não só das que vieram aqui, mas muitas que participaram do processo de base, que não puderam estar em Brasília, mas que são da Marcha, né, tão aí então³⁹⁰.

O debate anterior ajuda na reflexão sobre os limites de pensar a Marcha apenas em termos da própria ação de rua que ocupa o espaço público em Brasília por um ou dois dias. A ação da Marcha das Margaridas continua antes e depois da realização da mobilização de rua e, para que a compreensão desse fenômeno seja feita de maneira holística, não basta considerar a dimensão da ação coletiva da Marcha, mas também a sua contribuição para a própria reprodução social da Contag e demais instâncias do MSTTR, apenas para mencionar as entidades que coordenam essa ação.

Em outras palavras, se escolhi falar aqui do ponto de vista da Marcha como ação coletiva que busca promover mudanças societais e conquistar direitos e políticas, não posso deixar de falar da outra dimensão, que é a parte submersa do iceberg: a Marcha como garantidora da reprodução social das mulheres organizadas, da Contag e demais instâncias do MSTTR. É como se houvesse uma dimensão de cada ação que em alguma medida é hegemônica ou pelo menos

³⁸⁹ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

³⁹⁰ Entrevista com Alessandra da Costa Lunas concedida a Marco Antonio dos Santos Teixeira em 25 de outubro de 2015.

mais forte em determinada situação: tem ação que é mais reprodução, outra que é mais ação coletiva, outras múltiplas, mas nenhuma abrange só um aspecto desse binômio.

Para destacar a dimensão de reprodução social da Marcha sugiro pensar sobre a importância da organização da mobilização como uma ação que contribui para o desenvolvimento de um processo formativo para as suas organizadoras e participantes, aspecto que contribui para a reprodução social dos movimentos sociais conforme esquema de análise proposto nesse trabalho. Sobre este aspecto, Raimunda da Mascena mencionou: “A gente não sabe muito valorizar o que é essa atividade da Marcha, o que significa essa atividade de massa, que, ao mesmo tempo que é uma atividade de massa, ela tem um processo de formação muito grande no seu processo”³⁹¹. A formação acontece em vários espaços, como a fala de Raimunda destaca:

[...] o Grito da Terra só tem palavras de ordem, mas na Marcha, as mulheres saem cantando, de lá até aqui. Elas saem cantando Quando elas não cantam, elas fazem seminários lá dentro, daqueles ônibus, elas fazem oficinas. A Marcha de 2003, elas fizeram seminários de autoformação para não ser só aquele lugar de jogar cartas, de tocar não sei o que. ‘Não. Vamos conversar sobre essa nossa proposta política. O que é o feminismo; o que é o machismo; por que é que nós estamos aqui, companheiras? Por que nós estamos juntas? O que isso nos traz? Que força é essa, que nos convoca a todas nós, para construir um mundo possível, para nós e para o mundo?’³⁹².

A Marcha é também um espaço de sociabilidade, de interação, de trocas de experiências e saberes, criação de laços, de articulação política. Em 2015, por exemplo, qualquer observador atento que circulasse pelos corredores do estádio Mané Garrincha poderia ver as feiras improvisadas criadas pelas mulheres para expor, trocar e vender seus produtos.

Em resumo, o que procurei fazer nesse capítulo foi entender a Marcha como uma atividade coordenada pela Contag cuja dimensões passam por ações de reprodução social e ações coletivas. Ao dar exemplos que materializam a complexidade da Marcha em todas essas esferas, procuro mostrar a operacionalização da abordagem de estudo de movimentos sociais que proponho nesse trabalho. Longe de ser uma abordagem prévia ao estudo dos dados empíricos, essa abordagem foi desenvolvida em diálogo com o trabalho de campo e é em parte devedora da experiência de pesquisa desenvolvida durante a Marcha de 2015.

³⁹¹ Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

³⁹² Entrevista com Raimunda de Mascena concedida a Marco Antonio Teixeira em 22 de outubro de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi movido por uma dupla motivação: uma de caráter temático e outra de característica teórica. A primeira foi pesquisar sobre a Contag para contribuir para a visibilização da história da trajetória de organização e luta de muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros nos últimos cinquenta anos. Há ainda poucos trabalhos acadêmicos sobre a Contag e os que existem tratam de períodos limitados da existência da instituição. Por isso, optei nesse estudo em analisar a trajetória da instituição desde a fundação até 2015, quando mudanças importantes começaram a acontecer na entidade, com o processo de dissociação sindical dos assalariados e assalariadas rurais. Esse momento coincidiu com o período em que eu fiz a maior parte do trabalho de campo dessa pesquisa. A opção por analisar mais de 50 anos de atuação da Confederação trouxe contribuições para o conhecimento sobre a história da Confederação, dentre eles, destaco o esforço de produzir uma narrativa que descreve e analisa a genealogia da Contag, como fiz no segundo capítulo. Esse esforço foi grande e está marcado por lacunas e imprecisões. Outras narrativas são possíveis. Essa tese é um convite para que outros pesquisadores contribuam com novas pesquisas sobre esse tema.

Porém, a história da Contag não se encerra em si mesma. Ela está conectada com a história de outros movimentos sociais no país, na região e no mundo. Por isso, é importante olhar para a história da Contag em perspectiva comparada, para que se possa avançar nas interpretações correntes sobre a trajetória dos movimentos sociais³⁹³. Esse trabalho pode contribuir para isso, sobretudo com o caso brasileiro. Nos parágrafos seguintes procurarei demonstrar isso de forma breve, destacando alguns elementos centrais.

Os estudos sobre a reativação da sociedade civil, movimentos sociais e redemocratização ganharam força principalmente na segunda metade da década de 1970³⁹⁴ (LIEDKE FILHO, 2005), impulsionados pela ascensão de diversos movimentos sociais e pelas grandes mobilizações que ocorriam no Brasil naquele momento. As greves operárias iniciadas

³⁹³ Sobre a trajetória de estudos sobre movimentos sociais nas ciências sociais, ver Bringel e Teixeira (2015).

³⁹⁴ A identificação de diversos espaços de mobilização a partir dos anos 1970 não significava o desconhecimento de conflitos sociais em momento anterior. Antes disso, uma série de estudos abordou essa temática. É o caso dos trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957) e Rui Facó (1963), sobre movimentos messiânicos, de Mary Wilkie (1964), Robert Price (1964) e Shepard Forman (1979), sobre sindicalismo dos trabalhadores rurais, de Francisco Weffort (1972) sobre greves de trabalhadores urbanos, de Aspásia Camargo (1973) sobre as Ligas Camponesas, entre outros. Esses estudos foram desenvolvidos antes que o campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil se institucionalizasse, com linhas de pesquisa sobre o tema em programas de pós-graduação, e nos eventos acadêmicos abertos para esse debate, além da promoção de uma sistemática interlocução entre autores e o tema em si. E foram importantes para a conformação dessa área de investigação.

em 1978 são um caso emblemático do impulso das mobilizações nesse período.³⁹⁵ Três aspectos foram recorrentes nos trabalhos produzidos a partir de então e até o fim dos anos 1980: 1) os limites das abordagens estruturais baseadas no conceito de “classe social”; 2) o uso do termo “novos movimentos sociais”; e 3) o destaque à politização do cotidiano.

Pode-se dizer que a Contag acompanhou a tendência de mobilização em massa de muitos movimentos sociais do período por meio da sua atuação na organização das Campanhas Salariais a partir de iniciadas em 1979, em Pernambuco, mas que se espalharam para outros estados posteriormente, conforme tratado no quarto capítulo da tese. A trajetória da Contag acompanha a de outros movimentos sociais no período, na medida em que a instituição se volta para participar das principais mobilizações nacionais no período, como as ações pela anistia e pelas Diretas Já.

As ações da entidade pautadas na legislação, e hegemônicas até então, não desapareceram, mas deixaram de ser o modo de atuar privilegiado pela Confederação. A interlocução com o Estado parece ter se intensificado nesse período e, nesse ponto, a atuação da Contag parece divergir da tendência que prevalecia no momento, pautada pela recusa na participação institucional e de oposição ao Estado. A participação da Contag na elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), durante o Governo Sarney, e no processo da Constituinte são exemplos dessa vocação construída pela Contag em atuar institucionalmente.

No fim dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, o debate sobre movimentos sociais perdeu força na literatura das ciências sociais brasileiras. Nesse contexto, a categoria “sociedade civil” ganhou mais destaque. Com isso, o foco de análise dos intérpretes dos movimentos sociais voltou-se para a participação social, no qual as ONGs foram atores centrais. Os comitês de ação da cidadania organizados em torno da campanha contra a fome também se destacaram. Para estes atores, a política diminuiu o tom reivindicativo e passou a ressaltar a elaboração de sistemas de parcerias. Por isso, as políticas públicas de participação que ligavam diferentes setores da sociedade ganharam destaque. Gurza Lavalle, Castello, Bichir comentam, no trecho a seguir, a respeito da transformação da maneira de se fazer política entre os anos 1970 e 1980 e a década de 1990. O processo de valorização do uso do conceito de sociedade civil tornou os movimentos sociais despercebidos na literatura, que então passaram a iluminar outro tipo de

³⁹⁵ Alguns autores já chamaram a atenção para a inter-relação entre *realidade social* e *produção de conhecimento* sobre movimentos sociais. Barreira (2011) defende a tese de que a produção acadêmica sobre movimentos sociais no Brasil foi duplamente condicionada: pela conjuntura de redemocratização e pelas abordagens acadêmicas que deram centralidade analítica à ação dos sujeitos coletivos. Já Kauchakje avalia que quando se contrapõe as pesquisas sobre movimentos sociais ao contexto social, percebe-se que “[...] a academia brasileira acompanhou a dinâmica da realidade e demonstrou contínuo interesse em investigar movimentos sociais históricos de passado recente e, também, ‘no calor da hora’” (KAUCHAKJE, 2010, p. 128).

atores como alicerces da expansão da democracia (GURZA LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2004).

A análise da trajetória de atuação da Contag nos anos 1990 coloca em xeque muitas interpretações hegemônicas no campo de estudos sobre movimentos sociais, que tenderam a decretar essa década como um período de refluxo ou desmobilização dos movimentos sociais. Se é verdade que a agenda de reformas neoliberais do período impôs desafios para os movimentos sociais e enfraqueceu suas organizações e práticas³⁹⁶, é igualmente certo que muitos movimentos sociais não desapareceram ou deixaram de atuar, mas buscaram por maneiras alternativas às anteriores para agir (e por isso é tão importante considerar o contexto histórico / tempo como categoria central para entender a atuação os movimentos sociais). A luta pela efetivação da aposentadoria rural conforme estabelecido na Constituição de 1988 no começo dos anos 1990 e a mobilização em torno do Grito da Terra Brasil são dois exemplos do ativismo da Contag no período e contestam as interpretações correntes. O GTB é ainda um caso emblemático sobre o trabalho de articulação dos movimentos sociais, uma vez que suas primeiras edições foram feitas em parceria com outros movimentos, como mostrei no quarto capítulo, e dos efeitos das mobilizações na conquista de políticas públicas específicas. Hoje, uma das principais políticas públicas para a agricultura familiar, o Pronaf, foi criado em resposta às mobilizações do GTB.

Se os movimentos sociais tiveram pouco destaque na literatura das ciências sociais na década de 1990, como é o que parece, esse quadro sofreu nova inflexão nos anos 2000. Segundo Silva (2010), a partir desse período, os movimentos sociais aparentemente voltaram a ganhar destaque nos estudos de sociólogos, antropólogos e cientistas políticos. Um indício da retomada e revalorização dos estudos sobre o tema são os dossiês dedicados ao assunto em algumas revistas científicas nacionais.³⁹⁷ Kauchakje também observa este crescimento. Segundo a autora, entre 2001 e 2005 aumenta o número de trabalhos sobre movimentos sociais, discutindo o papel de trabalhadores populares, de novos grupos, as relações político-partidários, a

³⁹⁶ Cardoso (2003) analisa a experiência sindical urbana e enumera alguns fatores para entender o chamado enfraquecimento do sindicalismo brasileiro neste contexto: aprofundamento da democratização que provocou a redução de práticas e discursos contestatórios; as mudanças nas regras de funcionamento do sindicato instituídas pela Constituição de 1988; a reestruturação industrial profunda; e a insegurança estrutural no emprego devido à reestruturação econômica. Contudo, Cardoso ressalta que a crise do sindicalismo não pode ser atribuída totalmente aos movimentos mais gerais da economia. Isso significaria ignorar o papel dos agentes na construção dos seus destinos de curto e longo prazos. Parte dessa crise deve-se também aos seus próprios agentes. Segundo o autor, as lideranças sindicais se acomodaram complacentemente ao modelo de estrutura sindical que emergiu com a Constituição de 1988. Postergaram possíveis mudanças para um período menos conturbado na economia e na política e acabaram sendo responsáveis pelo enfraquecimento do sindicalismo neste contexto.

³⁹⁷ Sociedade e Estado (2006); Estudos Históricos (2008); Caderno CRH (2008); Lua Nova (2009).

mediação com elites econômicas, a ligação de movimentos com grupos religiosos, bem como a questão de temas envolvendo juventude e cultura. Há um aumento sobre todos esses assuntos em relação ao período 1996-2000, com exceção de estudos dedicados aos movimentos estudantis (KAUCHAKJE, 2010).

Silva (2010) identificou, na produção recente, os seguintes temas que mais se destacam: a relação entre movimentos sociais e instituições; um crescente interesse pelas conexões e inter-relações dos atores sociais nacionais com processos de organização e contestação internacional ou transnacional; o tema das redes, sobretudo como forma de organização que confere maior eficácia aos movimentos sociais.

O estudo da atuação da Contag mostra que enquanto a Confederação vai se adaptando às novas realidades e com isso está bastante alinhada com as tendências dos movimentos sociais em cada período, a manutenção de práticas consolidadas se mantém e convive com as novas práticas. Dessa forma, a Contag tem estreitado sua vinculação a organizações e movimentos do exterior e buscado construir uma ação transacional por meio de outras organizações, como a Coprofam, tema tratado no capítulo três. Ao mesmo tempo, enquanto a participação institucional é vista como uma novidade pela literatura sobre o tema desse período, a Contag vinha desde os anos 1960 e 1970 procurando negociar e se relacionar com instituições, ou seja, mantendo uma prática já constante em sua concepção de ação coletiva.

Em resumo, com esse trabalho procurei demonstrar que o estudo de um movimento de trabalhadores pode trazer importantes contribuições para o estudo da atuação dos movimentos sociais. Os movimentos de trabalhadores provavelmente foi um dos mais importantes movimentos sociais entre o século XIX e até pelo menos a primeira metade do século XX. No Brasil, até o fim dos anos 1980 os atores centrais dos estudos sobre movimentos sociais eram os trabalhadores, sobretudo os operários fabris. Como sugeriu Sader (1988), no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 *novos personagens entraram em cena*. E para entender a emergência desses atores muitos pesquisadores se voltaram para o estudo e reflexão do que acontecia. A história da Contag foi pouco estudada e os estudos sobre movimentos sindicais e de trabalhadores tenderam a se deslocar do campo de estudos sobre movimentos sociais. Seguindo a crítica de Berger (2014), considero problemático que o campo de pesquisa em movimentos sociais não tenha estreitas conexões com o campo de estudos em história/sociologia do trabalho. Essa separação negligencia uma importante linha de continuidade entre esses tipos de movimentos e campos de estudos. De acordo com Berger,

Naturalmente, também existe um perigo em estender o significado de "movimento social" - pois qualquer distorção maciça das fronteiras significa que o campo de pesquisa perderá muito de sua nitidez e especificidade. No entanto, tal especificidade tem um preço, pressupondo o perigo da pesquisa sobre movimento social se tornar um gueto em si mesma, com pesquisadores falando apenas entre si, não alcançando contextos mais amplos e significados mais amplos dos movimentos sociais e, portanto, não aproveitando a oportunidade de se engajar com literaturas e bolsas de estudo que se relacionam com o desenvolvimento dos movimentos sociais "(BERGER, 2014, p. 39)³⁹⁸.

Dito isso, começo a tratar da segunda grande motivação para o desenvolvimento desse trabalho. A segunda motivação desse trabalho foi contribuir para a reflexão teórica sobre movimentos sociais e ação coletiva. Diferente de Tilly (1978), por exemplo, cujas unidades de análise inicial são grupos e eventos para estudar ações coletivas, meu ponto de partida são movimentos sociais, entendidos como categoria de análise. Trata-se de um debate mais delimitado do que o proposto por Tilly (1978), para quem interessava mais ter como ponto de partida as ações coletivas do que os movimentos sociais como unidade de análise. Ou seja, o que propus aqui foi o estudo de movimentos sociais, principalmente aqueles ligados ao campo popular.

Apesar dos limites que se tem em reunir o que se convencionou chamar de movimentos sociais e de movimento sindical juntos, com a eventual perda das especificidades de cada modo de organização, acredito que uma das potencialidades dessa categorização é reunir experiências de atores que compartilham entre si aspectos comuns de identidade e solidariedade, que atuam coletivamente a partir de reivindicações afins, que possuem certa sustentação no tempo e que se reconhecem ou são reconhecidos no processo desta atuação como movimentos sociais. Como disse na introdução desse trabalho, esta concepção é importante porque reúne uma diversidade de experiências empíricas, tornando-as analiticamente comparáveis. Trata-se aqui de um esforço de construir pontes entre campos que, na compartimentalização do conhecimento, acabaram se diferenciando – como a sociologia dos movimentos sociais e a sociologia do trabalho –, mas cuja reunião de determinados aspectos pode possibilitar um avanço teórico. Na vida social, essas pontes já existem. A Marcha das Margaridas é um exemplo disso, como se pôde ver no quinto capítulo.

³⁹⁸ No original: "of course, there also lies a danger in extending the meaning of 'social movement' - for any such massive blurring of the boundaries means that the research field will lose much of its sharpness and its specificity. However, such specificity itself comes at a price, as it foreshadows the danger of social movement research becoming a ghetto of its own, with researchers talking only amongst themselves, failing to reach out to wider contexts and broader meanings of social movements and thereby not taking advantage of the opportunity of engaging with literatures and scholarship that relates to the development of social movements".

Além disso, com essa pesquisa conseguiu refletir sobre uma tendência comum nas interpretações sobre a atuação dos movimentos sociais: o uso corrente de dicotomias como mobilizados ou desmobilizados e de institucionalizados ou autônomos para descrever a prática desses atores. Entre outros fatores, essa interpretação tem estreita relação com a concepção de ação coletiva, geralmente entendida como ação de massa nas ruas e/ou orientadas por conflitos. Por isso, procurei refletir, com base na experiência da Contag, em que medida essas concepções eram válidas na busca por interpretações alternativas para entender a atuação dos movimentos sociais. Ao pesquisar sobre as ações da Contag, percebi a importância em se entender a ação para além dela mesma, mas considerando todo o trabalho de elaboração da ação e também de manutenção da existência de um movimento social, condições para a existência de uma ação. Foi assim que cheguei à noção de ações de reprodução social dos movimentos sociais, inspirado no conceito de reprodução social do trabalho, principalmente da sua versão elaborada por uma corrente feminista. Em resumo, analisei a trajetória da Contag a partir das categorias de ações de reprodução social e ações coletivas, vistas de maneira interdependente e centradas numa abordagem relacional com sensibilidade para o papel dos atores e do tempo para os rumos das mobilizações e dos movimentos. O possível uso dessa abordagem em outros casos fica como tarefa em aberto.

Finalmente, com essa tese, procurei chamar a atenção para a importância em adotar um uso teórico mais consciente sobre as concepções de Estado, seguindo a provocação trazida por Bringel e Falero, para quem

a construção de uma teoria crítica do Estado vinculada às teorias dos movimentos sociais constitui, assim, um desafio fundamental que permitiria, além disso, religar o debate fundador dos movimentos sociais na modernidade com as transformações de quem, ainda hoje, é seu ator político hegemônico (BRINGEL, FALERO, 2015, p.33)³⁹⁹.

Se adotei uma perspectiva relacional para compreender o Estado não como substância, mas como relação (POULANTZAS, 1981), e entrevistei indivíduos-ponte, ou seja, atores que já foram militantes da Contag, mas que no momento da pesquisa ocupavam algum cargo na estrutura do Estado (conforme sugestão de ABERS; BULOW, 2011), ainda não consegui ir a fundo na pesquisa sobre a relação movimentos sociais e Estado equilibrando a análise das duas

³⁹⁹ No original: “la construcción de una teoría crítica del Estado conectada a las teorías de los movimientos sociales constituye, de este modo, un desafío fundamental que permitiría, además, reconectar el debate fundante de los movimientos sociales en la modernidad con las transformaciones de quien, todavía hoy, es su actor político hegemónico”

partes, inclusive ao colher entrevistas com os atores. Esse é um dos limites desse trabalho e fica aberta esta agenda de pesquisa. Como destacaram Bringel e Falero,

uma análise relacional desses atores deve dar, em termos analíticos, um peso relativamente análogo a cada um deles, para que possamos entender com mais precisão seus caminhos históricos, suas formas de ação, sua heterogeneidade interna, as diferentes correlações de forças, matrizes sociopolíticas de curto prazo e as mais permanentes a médio e longo prazo (BRINGEL e FALERO, 2015, p.33)⁴⁰⁰.

Igualmente não consegui trazer para esse trabalho o estudo sobre as dinâmicas de participação da Contag no Estado nem tratar o Estado a partir apenas da dimensão executiva, mas considerando também as esferas legislativas e judiciária. Os temas em aberto ficam à espera de pesquisadores que se engajem nessas investigações.

Essa tese foi um grande sobrevoo sobre a história de atuação da Contag ao longo de mais de 50 anos e a partir de um mergulho profundo no trabalho de campo, que envolveu um processo artesanal de pesquisa que passou pela consulta a acervos documentais, realização de entrevistas e acompanhamento e vivências em experiências do cotidiano e de ação da Contag. Rejeitando concepções prévias que dizem como os movimentos sociais devem atuar, procurei no diálogo com os atores, por meio de diferentes métodos e orientado por premissas teóricas, compreender como a Contag atuou e vem atuando. A construção dessa abordagem de estudo foi, portanto, uma viagem intensa de idas e vindas entre a teoria e empiria, processo constitutivo dos percursos de pesquisa.

Para entender as diferentes dinâmicas de atuação da Confederação e sua relação com o Estado precisei abrir mão de tratar em detalhes cada situação, mas de apresentar os casos de forma mais breve. Muitas outras situações poderiam ser estudadas nesse trabalho, entre as quais destaco algumas: formação política da Contag; o papel e contribuição dos assessores/assessoras sindicais; as contribuições da Contag na luta dos atingidos por barragens, sobretudo nos anos 1980; a comunicação sindical; a relação com as centrais sindicais; a trajetória, engajamento e desafios da militância; a repressão e violência contra a Contag, sobretudo após o golpe de 1964 e até a redemocratização, em 1985; a Organização da Juventude Rural e Terceira Idade; o processo de organização política dos assalariados rurais e origem da estrutura sindical dos assalariados rurais; memória e documentação; o processo de internacionalização da Contag; Sindicalismo e Políticas Sociais, como educação do campo, trabalho infantil e previdência

⁴⁰⁰ No original: “un análisis relacional de estos actores debiera dar, en términos analíticos, un peso relativamente análogo a cada uno de ellos, de forma que podamos entender con mayor precisión sus recorridos históricos, sus formas de acción, su heterogeneidad interna, las diferentes correlaciones de fuerzas a corto plazo y matrices sociopolíticas más permanentes en el medio y largo plazo”.

social, entre tantos outros. Esse trabalho é um convite para que novas pesquisas se voltem para alguns dos temas mencionados.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra e TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, 2014. v. 57, n.2, p. 325-357.

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: Como Estudar o Ativismo através da Fronteira entre Estado e Sociedade? *Sociologias*, 2011. v. 3, n. 28, p. 52-84.

AGUIAR, V. V. P. *Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

_____. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, Florianópolis, 2016. v. 15, edição spe.

ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Jun/1998. v. 13, p. 5.

ALMEIDA, A. W. B. de. *Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização*. São Luís: MIQCB, 1995.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2004. v. 19, n.55, p. 35-52.

ALONSO, Angela. A política das ruas. *Novos Estudos*. CEBRAP, 2017. v. spe p. 49-58.

_____. As teorias dos movimentos sociais - um balanço do debate. *Lua Nova* (Impresso), v. 76, p. 49-86, 2009.

_____. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociol. Antropol.*, jun/2012.v.2, n.3, p.21-41.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BANDEIRA, Lourdes; HERRERA, Danilo. *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa, PB: Ed. Universitária/Manufactura, 1997.

BARCELLOS, F. H. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Mestrado. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro. 2008.

BARREIRA, Irllys. A. F.. Social Movements, Culture and Politics in the Work of Brazilian Sociologists. *Latin American Perspectives*, 2011. v. 20, p. 23-42.

BATISTA, Juneia. *30 anos de Política de Gênero: a história de luta das mulheres no movimento sindical*. 2016. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/artigos/30-anos-de-politica-de-genero-a-historia-de-luta-das-mulheres-no-movimento-sindi-c55e>>. Acesso em: 16 Jul. 2018.

BERGER, Stefan. Social Movement in Europe since the End of the Second World War. In: HESSE, Jan-Otmar; KLEINSCHMIDT, Christian; RECKENDREES, Alfred; STOKES, Ray [eds.]. *Perspectives on European Economic and Social History – Perspektiven der Europäischen Wirtschafts- und Sozialgeschichte*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 1st ed., 2014.

BLOCH, March. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOITO JÚNIOR, A. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Hucitec, 1990.

BORDALO, C. *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco*. 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BOSCHI, Renato Raul & VALLADARES, Lícia do Prado. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. *Espaço & Debates*. São Paulo, Cortei, 1983, n. 8, p. 64-77.

BOURDIEU, Pierre. Célibat et condition paysanne. *Révue d'Etudes Rurales*, 1962.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001,

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

_____. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas nos estudos das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, 2012. v. 2, n. 3, p. 43-67.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Teoria crítica e movimentos sociais: interseções, impasses e alternativas. In: BRINGEL, Breno; GOHN, Maria da Glória (orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 57-75.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, 2010. v. 46, p. 28-36.

BRINGEL, Breno; TEIXEIRA, M. A. Repertórios de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre movimentos sociais no Brasil. In: Ilse Scherer-Warren; Lígia Helena Hahn Lüchmann. (Org.). *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. 1ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015, p. 43-76.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Movimientos Sociales, Gobiernos Progresistas y Estado en América Latina: transiciones, conflictos y mediaciones. *Cad. CRH*, Salvador: 2016. v. 29, n. spe 3, p. 27-45.

CABRA MARCADO PARA MORRER. Direção: Eduardo Coutinho. Elenco: Eduardo Coutinho, Ferreira Gullar e Tite de Lemos. CPC – Centro Popular de Cultura da UNE – União Nacional dos Estudantes; MPC – Movimento de Cultura Popular de Pernambuco; Mapa, 1984 (119min).

CADERNO CRH, 2008. v. 21, n. 54. Disponível em:
<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=83>, acesso em: 23/04/2010.

CALHOUN, Craig. “New social movements” of the early nineteenth century. In: TRAUOGOTT, Mark (ed). *Repertories & cycles of collective action*. Durham e London: Duke University Press, 1995, p. 180.

CALLADO, A. Tempo de Arraes, Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

CAMARGO, Aspásia A. *Brésil, Nordeste: mouvements paysans et crise politique*. Thèse de 3ème cycle. École Pratique des Hautes Études, Paris. 1973.

CARDOSO, Adalberto. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Rev. Estud. Fem.*, 2001. v.9, n.1, p. 22-55.

_____. Mulheres no campo: notas sobre a sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, jun/1994, n° 2, p. 11-22.

CARVALHO, Lucas Correia. Projeto, conhecimento e reflexividade: estudos rurais e questão agrária no Brasil dos anos 1970. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 2015.

_____. 'Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste'. In: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2016, Caxambu. 40 Encontro Anual da ANPOCS, 2016.

CARVALHO, Priscila Delgado de. *Transformações do internacionalismo sindical na experiência da Contag*. Trabalho apresentado na IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

CASTORIADIS, Cornelius. A experiência do movimento operário. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CEFAÏ, Daniel “¿Qué es una arena pública? Algunas pautas para un acercamiento pragmático”, tradução corrigida e ampliada por Mariela Hemilse Acevedo, 2012. [Tradução da versão original do texto: “Qu’est-ce qu’une arene publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste”. In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac. *L’Heritage du pragmatisme. Conflits d’urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d’Aigues: Editions de l’Aube, 2002].

CLEMEN, Elisabeth; HUGHES, Martin. Recovering past protest: historical research on social movements. In: KLANDERMANS, Bert; STAGGENBORG, Suzanne (orgs.). *Methods of social movement research*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002, p. 201-230.

COHN, Gabriel. *Weber: Sociologia*. São Paulo: Ática, 2003.

COMERFORD, J. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CONTAG. *A mulher e o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais*. Trajetória de lutas. Brasília: DF, 2002.

_____. *Anais do 10º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília: DF, 2009.

_____. *Anais do 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: DF, 1966.

_____. *Anais do 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: DF, 1973.

_____. *Anais do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: DF, 1979b.

_____. *Anais do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: DF, 1985b.

_____. *Anais do 5º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília: DF, 1991.

_____. *Anais do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília: DF, 1995.

_____. *Anais do 7º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília: DF, 1998.

_____. *Anais do 8º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília: DF, 2001.

_____. *Anais do 9º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília: DF, 2005.

_____. *Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília: DF, 2013a.

_____. *Estatuto da Contag*. Brasília, DF, 2009.

_____. *Regimento Interno do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. Brasília: DF, 2013b.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1970.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1971.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1972.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1975.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1977.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1979a.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1980.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1981.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1982.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1983.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1984.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1985a.

_____. *Relatório Anual*. Brasília: DF, 1986.

_____. *Relatório Trienal – 1971-1974*. Brasília: DF, 1974.

CONWAY, Janet M.; PAULOS, Anabel. *By Popular feminist politics of cross-movement alliances in Latin America and the decolonial challenge*. Germany: Paper presented at the

International Conference on cross-movement mobilization, Ruhr-University Bochum, 5-7 de abr/2017.

CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

D'INCAO E MELLO, M. C. *O boia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1975.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, jan./abr. 2004. v. 12, n. 1, p. 175-204.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. Transnational processes and social activism. An Introduction, In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (orgs). *Transnational processes and social activism*, 2005, p. 1-20.

DELGADO, G. C. (Org.); BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*. 1. ed. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017. v. 1. 470p.

DIANI, M. The Concept of Social Movement, *Sociological Review*, 40(1): 1992, p. 1-25.

DILL, Brian; AMINZADE, Ronald. Historians and the Study of Protest. In: KLANDERMANS, Bert; ROGGE BAND, Conny. *Handbook of Social Movements Across Disciplines. Handbooks of Sociology and Social Research*. Springer, Boston, MA, 2007.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. *O processo civilizador*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v.1.

_____. *Conceitos sociológicos fundamentais: civilização; figuração; processos sociais*. In: *Escritos e ensaios*; 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. *The American Journal of Sociology*, sep/1997. v. 103, n. 2. p. 281-317.

ESTEVEZ, A.; TEIXEIRA, M. A.. Le conseguenze del golpe del 1964 sul movimento sindacale brasiliano. *Diacronie. Studi di Storia contemporanea*, v. 24, p. 1-29, 2015.

ESTUDOS HISTÓRICOS. 2008. N. 42. Disponível em:
<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/185>, acesso em: 23/04/2010.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FAVARETO, Arilson. Agricultores Trabalhadores – os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2006. v. 21.

FAVARETO, Arilson; BITTENCOURT, Gerson Luis. (2000), “Agricultura e sindicalismo nos anos noventa: notas para um balanço”, in J. C. Tedesco (org.), *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 2 ed. Passo Fundo, Editora da UPF.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2004.

_____. *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle*. PM Press [Common Notions], Oakland, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo de, PAULILO, Maria Ignez. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, v. 1.

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

FIGUEIREDO, Argelina. Intervenções sindicais e o novo sindicalismo. *Dados*, 1978. v. 17, p. 135-155.

FORMAN, Shepard. *Camponeses, sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREDERICO, Celso. *A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GALINDO, Eryka Danyelle Silva. *Pois, sem mulher a luta vai pela metade: a participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais e as repercussões no sindicalismo*. 2017. Dissertação

(Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

GILL, Lorena de Almeida; DOS SANTOS NETO, Martinho Guedes (orgs.). *Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e campo*. 1 ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Arquivo Nacional e Central Única dos Trabalhadores, 2016. v. 2.

GIULIANI, P. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do NE, 1976-86. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Vértice, 1989. p. 255-300.

GOHN, Maria da Gloria. *Teorias dos Movimentos Sociais- Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 1. ed. SÃO PAULO: Edições LOYOLA, 1997. 220p .

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. eds. *Rethinking Social Movements: Structure, Meaning, and Emotion*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2003.

GRIEBINGER, Andreas. *Das symbolische Kapital der Ehre. Streikbewegungen und kollektives Bewußtsein deutscher Handwerksgelesen im 18. Jahrhundert*. Frankfurt/Berlin/Wien, 1981.

GRISA, Catia (Org.); SCHNEIDER, Sérgio (Org.). *Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015. v. 1. 624p.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964)*. 2 v. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

GRZYBOWSKI, Cândido. Os movimentos sociais e o processo de organização dos camponeses. *Cadernos do CEAS*, set/out 1983, n. 87.

GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G.; BICHER M. Renata. Quando novos atores saem de cena – Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Política & Sociedade*, Florianópolis: 2004. v. 5, n. 2, p. 35-54.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HANNERZ, U. (2003), 'Being there... and there... and there!': Reflections on multisite Ethnography. *Ethnography*, Vol 4, Issue 2, 2003, pp. 201 – 216.

HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: UNIFEM. *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília: Unifem; Fundação Ford; Cepia, 2006. p. 103-131.

HONNETH, Axel. “Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais”. In: *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela (orgs.). *Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves 4ª Edição*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

KAUCHAKJE, Samara. 35 anos de pesquisa sobre movimentos sociais: permanências e diversidades nas teses e dissertações realizadas na USP e UNICAMP. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília: jan-jul/2010, nº 3, p. 113-132.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974*. 2010. 370 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos.

KOVARICK, L. Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: Uma análise de literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, s.l, 1987. v. 1, n.3, p. 38-50.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*. [Trad. Aristides Lobo] São Paulo: Centauro, 2007.

LEVI, Lúcio. Governo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de político*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 14, p. 376-437, jul/dez 2005.

LOPES, Carla (Org.); REGOS, T. C. (Org.). *Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*. 1ª. ed. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores (CUT), 2015. v.2.

LOPES, José Sergio Leite. Entrevista com Moacir Palmeira. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre , v. 19, n. 39, p. 435-457, June 2013.

LUA NOVA. 2009. Número 76. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-644520090001&lng=pt&nrm=iso, acesso em: 23/04/2010.

LUIZ, Juliana. *As linhas vermelhas para o desenvolvimento rural: a internacionalização da agricultura familiar brasileira e seu impacto na governança global*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MALUF, Renato S.; FLEXOR, G. (Org.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2018. v. 1. 330p.

MARQUES, Antonio José; TROITIÑO, Sonia (orgs). *Arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo Rio de Janeiro: Arquivo Nacional*. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2016, vol 1.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 1ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista de 1948 & Cartas Filosóficas*. São Paulo: Centauro, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Do Golpe à nova transição democrática” in: *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão popular, 2009.

McADAM, Doug; McCARTHY, John; ZALD, Mayer. (eds.). *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. New York: Cambridge University Press, 1996.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

JOSEFA: uma mulher na luta camponesa. Direção: Roberto Maxwell e Luiz Cláudio Lima. Virtual Filmes com o apoio do Centro de Documentação e Memória da Baixada Fluminense e APPH-Clio, 2002 (22min 11s)

McADAM, D. *Political process and the development of black insurgency*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N.. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6., 1977.

MEDEIROS, L. S.; SORIANO, J. Reflexões sobre o sindicalismo rural brasileiro: a Contag. *XXXVI Reunião Anual da SBPC*. São Paulo, 1984. (Mimeogr.).

MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, São Paulo. 1995.

_____. "Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical". *Revista São Paulo em Perspectiva*, 11 (2): 65-72, abr.-jun, 1997.

_____. "Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas". S.l.: *Revista Mundos do Trabalho*, jan-jun/2012. v. 4, n. 7, p. 7-31.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamento político*. 1ª ed. Niterói: Alternativa, 2013, v. 1.

_____. "O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014a.

_____. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: Milton Pinheiro. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014b, p. 195-230.

_____. *Marcha das Margaridas: novas nuances nas lutas por direitos no campo*. 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=3718>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. (Org.). *Conflito e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018.

MEDEIROS, L. S. (Org.); TEIXEIRA, M. A (Org.). *Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*. 1ª ed. São Paulo: Arquivo Nacional e Central Única dos Trabalhadores, 2016, v. 3.

MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de et. al. *Expansão da Produção de Alcool Combustível no Brasil: uma Análise Baseada nas Curvas de Aprendizagem*. S.l.: Trabalho apresentado no Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

MOORE JR., Barrington. *Injustiça: As bases sociais da desobediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008, v. 1.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, v. 2.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. El Colégio de México, 1999.

MENEZES, R.C.; PEREIRA, Edmundo M. M. *Produção do CD Lutando e Cantando: Música e Política dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco*. 2008.

OLSON, Mansur. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. Harvard University Press, 1st ed. 1965, 2nd ed. 1971.

OLSON, Mansur. *A Lógica da Ação Coletiva*. São Paulo: EDUSP, 1999.

PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

_____. *Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana*. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo de, PAULILO, Maria Ignez. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo:

Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, v. 1, p. 171-200 .

_____. Feira e Mudança Econômica. *Vibrant* (Florianópolis), v. 11, p. 324-360, 2013.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *La guerre sainte au Brésil: le mouvement messianique du Contestado*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1957.

PEREIRA, Edmundo M. M.; MENEZES, R.C. *Lutando e Cantando: música, política e memória social dos trabalhadores rurais de Pernambuco*. In: 26a. Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. 26a. RBA - Resumos e artigos., 2008.

PEREIRA, Rita de Cássia Mendes (Org.); GARCIA, Dayane (Org.). *Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Central Única dos Trabalhadores, 2014, v. 1.

PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do “novo”*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. São Paulo: Annablume, 2009.

PESSANHA, Elina (Org.); MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Resistência dos Trabalhadores na Cidade e no Campo*. 1ª ed. São Paulo: Cedoc/CUT, 2015, v. 1.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014, v.52, suppl.1, p.63-84. ISSN 0103-2003. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>>.

_____. *As mãos que alimentam a nação*: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2011.

_____. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. *Sociologias*, 2014. v. 16, n. 35.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; MEDEIROS, Leonilde. *A representação política no sindicalismo rural*: antigos e novos atores. Paper apresentado no 40º Encontro Anual da Anpocs. Minas Gerais: 2016.

PIMENTA, S. D. C. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. *Cadernos de Trabalho NETSAL*, 2013a. v. 1, p. 1-29.

_____. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: SILVA, E. M.; SOARES, L. B. et al. (Org.). *Políticas públicas e formas societárias de participação*. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2013b. p. 155-184.

_____. Trabalhadoras do campo e da floresta: diversidade, protagonismo político e desafios na construção da unidade. In: *Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural*, 9, Cidade do México, 2014.

PINTO, L. G. *A Contag de 64 a 76: reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989. v. 2, n. 3, p. 03-15.

_____. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1992. v. 2, n. 3, p. 3-15.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e a Revolução*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

PRICE, Robert. *Rural Unionization in Brazil*. Pesquisa nº 14. Madison, Wisc.: Land Tenure Center, 1964.

REIS, M. José; SCHERER-WARREN, Ilse. As Barragens do Uruguai: A Dinâmica de um Movimento Social. *Boletim de Ciências Sociais*, 1986, n. 42, p. 25-48.

RIBAS, Luiz Otávio. *Direito insurgente na assessoria jurídica de movimentos populares*. 2015. 205 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-1964. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo de, PAULILO, Maria Ignez. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, v. 1.

_____. *Terra de ninguém: Representação sindical no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

RODRIGUES, Iram Jácome; LADOSKY, Mario Henrique Guedes. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 95, p. 87-142, Aug. 2015.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio; BRAGA, Ruy. O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, maio/ago 2009. V. 22, n. 56, p.297-309.

SANTANA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Vicente A. C. *Direito à memória e à verdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cad. Pagu*, 2001, no.16, p.31-48.

SAUER, S. et. al. *Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988*. 1. ed. Brasília: Dex-Unb e Senado Federal, 2015. v. 1. 638p .

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 200-255, 2011.

SCHAAF, A. V. D. *Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais: *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

NIERDELE, Paulo. A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul: Sociogênese de uma plataforma de diálogos entre governos e movimentos sociais: *Estudos Sociedade e Agricultura*, out.2016, vol.24, nº2, pp.569-619.
SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

_____. *A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas*. *Dados*, 1986, v. 29.

_____. “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo de, PAULILO, Maria Ignez. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, v.1.

_____. Para Que Serve Conhecer o Campo? In: SÉRGIO, Miceli. (Org.). *Temas e Problemas de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Sumare, 1992, p. 30-42.

_____. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos Rurais).

SILVA, Iby Montenegro de. *A Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2013.

SILVA, Fabricio Pereira da. Entre nação e cidadania. Um olhar sobre as relações entre movimentos sociais e Estados refundados nos Países Andinos, a partir de teorias participativas da democracia. In: *XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013*. Salvador: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013.

_____. Estado, movimentos sociais e democracia nos Andes. In: V Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 2011, Cascavel. *As políticas sociais nas transições latino-americanas no século XXI: tendências e desafios*, 2011.

SILVA, José. Graziano. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? - Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, 2010, v. 46, p. 2-9.

SOCIEDADE E ESTADO. 2006. Volume 21, número 1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-699220060001&lng=pt&nrm=iso, acesso em: 23/04/2010.

STAMPA, Inez (Org.); MARQUES. Antonio José. (Org.). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: CUT Brasil e Arquivo Nacional, 2010.

STAMPA, Inez (Org.); NETTO, Rodrigo de Sá (Org.). *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013. v. 1.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *Democracy and Disorder: Protest and Politics in Italy, 1965- 1975*. Oxford: Clarendon Press, 1989

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação nas ciências sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 55-88, 1991.

TAVARES, Ricardo. *CONTAG, da ditadura à transição – memória social e construção política do “campesinato”*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992. 2 v.

TEIXEIRA, M. A. S. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, P. J. (Orgs.). *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *Plebeische Kultur und moralische Ökonomie. Aufsätze zur englischen Sozialgeschichte des 18. und 19. Jahrhunderts*. Ausgewählt und eingeleitet von Dieter Groh. Ullstein. Frankfurt/Berlin/Wien: 1990.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42.

_____. *From mobilization to revolution*. Nova York: Random House, 1978.

TOURAINÉ, Alain. *O retorno do ator – Ensaio sobre sociologia*. Trad. Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1984. (Coleção Economia e Política).

TURA, Letícia Rangel. *Gritos do campo: reconhecimento político e exercício da cidadania no Pará*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS. 1996.

WEBER, Max. *Ensaaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco*. São Paulo: CEBRAP, 1972.

WILKIE, Mary W. *A Report of Rural Syndicates in Pernambuco*. Mimeografado. Madison, Wisc.: Land Tenure Center, 1964.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017.

APÊNDICE A – Descrição das Ações da Contag

Ações de Reprodução Social

Ações internas	
Ações de expansão do Sistema Contag	criação de novos sindicatos, federações, polos sindicais e demais instâncias do MSTTR.
Apoio e/ou participação em atividades promovidas por entidades de base da Contag	apoio, participação de ações e reuniões e encontros diversos da Contag com as suas entidades de base.
Atividade de avaliação, estudo, debate ou planejamento da Contag	ações internas da confederação, tais como reuniões de diretoria, reunião da diretoria com assessores e funcionários, reuniões do conselho fiscal, dos conselhos de representantes, das comissões eleitorais, encontros e seminários nacionais, regionais, estaduais ou municipais de avaliação, planejamento, debates, preparação de congressos, realização de pesquisas, estudos ou levantamentos de dados entre outros. Os temas tratados nessas ações são tanto as questões relativas ao escopo temático como situações sobre a rotina, administração e manutenção da entidade.
Atividades administrativas, financeiras e eleitorais	ações de gestão da entidade assim como o trabalho de organização das eleições internas da própria Contag.
Atividades de formação da Contag	Ações que explicitam claramente que são de formação, como cursos, capacitações, treinamentos de líderes, aperfeiçoamento de equipes.
Eventos	solenidades de posses, festas de confraternização, inaugurações de sedes e novas instalações da própria Contag.

Ações de articulação com atores não estatais	
Articulação com instituições da sociedade civil	participação em fóruns e atividades promovidas por instituições da sociedade civil, como reuniões, visitas a alguma entidade ou a algum local, congressos.
Articulação com instituições de classe	participação em atividades promovidas por instituições de classe, como reuniões, visitas técnicas, congressos. As instituições de classe se referem a organizações de trabalhadores, diferenciando-se das instituições da sociedade

	civil somente em termos descritivo, para identificar as situações em que a Contag se relaciona com organizações de trabalhadores daquelas em que interage com outras organizações, de setores populares, indenitários etc. (classificadas como da sociedade civil).
Articulação com instituições internacionais	situações de contato ou participou de atividades promovidas por instituições internacionais, como eventos, reuniões e visitas.
Articulação com instituições religiosas	participação em atividades promovidas por instituições religiosas, como reuniões, e do envio de documentos para instituições religiosas diversas, como CPT, CNBB e até mesmo para o papa.

Formas de Ação Coletiva

Ações dirigidas à sociedade	
Concessão de entrevista	geralmente destinadas à sociedade em geral. Podem ser de apoio a uma causa, de esclarecimento, de opinião, de repúdio, de protesto, de denúncia, de reivindicação. Tratam de temas como a denúncia de situações de violência, prestam solidariedade às lutas de trabalhadores rurais e outros setores populares, criticam decisões do governo, esclarecem a opinião pública etc.
Participação da Contag em palestras e atividades de pesquisa	falas de membros da Contag nas universidades, entidades sindicais, instituições estatais, instituições religiosas e outros espaços tratando de temas variados, como a problemática agrária ou agrícola no país, com intenção de difundir uma determinada visão política sobre dada questão. Compreende a participação em seminários, congresso, reunião de debate, almoço, encontros. Também trata da participação da confederação em atividades em colaboração com universidades, como o acompanhamento e colaboração com pesquisas e participação como patrono de turma concluinte de um curso.

Publicações	produção e divulgação de materiais sobre a visão da Contag em relação à determinados temas. Isso é feito por meio dos jornais, boletins, publicações, apostilas, livros etc. Vale destacar que muitos desses materiais são elaborados com fim formativo e informativo para os trabalhadores rurais.
-------------	---

Ações dirigidas ao Estado	
Ação institucional (poder executivo estadual)	audiência com representante do Estado (governo estadual); participação em atividades promovidas por instituições do Estado (governo estadual); reunião com instituições estatais (governo estadual).
Ação institucional (poder executivo federal)	audiência com representante do Estado (poder executivo); convênio com o Estado; envio de documento à instituição do Estado (poder executivo); gestão junto a autoridades do Estado; participação de representante do Estado em atividade promovida pela Contag; participação em atividades promovidas por instituições do Estado (poder executivo); participação em espaços participativos do Estado; reunião com instituições estatais (poder executivo); visita a projetos de assentamento; visita de instituições do Estado (poder executivo); visita técnica com representantes do Estado.
Ação institucional (poder judiciário)	qualquer relação com entidade do Poder Judiciário desenvolvida pela Contag.
Ação institucional (poder legislativo estadual)	participação em atividades promovidas por instituições do Estado (poder legislativo estadual).
Ação institucional (poder legislativo federal)	participação em atividades promovidas por instituições do Estado (poder legislativo municipal).
Ação institucional (poder legislativo municipal)	audiência com representante do Estado (poder legislativo), participação em atividades promovidas por instituições do Estado (poder legislativo), visita de instituições do Estado (poder legislativo), reunião com instituições estatais (poder legislativo) e envio de documento à instituição do Estado (poder legislativo).

Ações dirigidas à sociedade e Estado	
Abaixo-assinado	formas de apresentar uma demanda coletiva por meio de adesão de pessoas e grupos.

Ação dirigidas a empresas	tratam basicamente de tentativas de negociações com empresários.
Campanhas	referem-se as ações organizadas geralmente com a intenção de criar um debate público, informar a sociedade sobre determinado tema, reivindicar algo ao poder público. Muitas vezes, é desenvolvida em colaboração com outros movimentos, organizações ou entidades.
Campanhas salariais	são manifestações de assalariados rurais em busca de melhorias salariais e condições de trabalho. Nesse caso, geralmente o foco da ação é a negociação com o patrão, mas o Estado participa como permanente interlocutor que acompanha e regula o processo de negociação.
Manifestações coletivas	marchas, protestos e ações de massa no espaço público, que geralmente buscam denunciar algum aspecto e/ou demandar alguma mudança ao Estado ou a algum agente privado, principalmente. Podem ser locais, estaduais, regionais ou nacionais e podem ocorrer em diferentes locais ao mesmo tempo. Provavelmente as formas de ação mais conhecidas e associadas à atuação de movimentos sociais.

APÊNDICE B – Lista das entrevistas realizadas no contexto de pesquisa da tese

	Nome do entrevistado	Estado	Perfil	Data	Local	Tempo total do áudio
1	Alessandra da Costa Lunas	RN	Secretária de Mulheres da Contag	26/10/2015	Contag, Brasília	02:03:26
2	Antoninho Rovaris	SC	Secretário de Meio Ambiente da Contag	27/10/2015	Contag, Brasília	01:17:49
3	Aristides Veras dos Santos	PE	Secretário de Finanças e Administração Sindical	26/11/2015	Contag, Brasília	01:37:56
4	Aristides Veras dos Santos	PE	Secretário de Finanças e Administração Sindical	27/11/2015	Contag, Brasília	01:28:49
5	Armando Santos Neto	PE	Assessor de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	27/11/2015	Contag, Brasília	01:26:46
6	David Wylkerson Rodrigues de Souza	CE	Secretário de Política Agrícola	23/10/2015	Contag, Brasília	01:47:37
7	Dorenice Flor da Cruz	MT	Secretária geral da Contag	20/10/2015	Contag, Brasília	01:06:24
8	Elias D'Ângelo Borges	GO	Secretário de Assalariados Rurais da Contag	20/10/2015	Contag, Brasília	01:02:41
9	Elias D'Ângelo Borges	GO	Secretário de Assalariados Rurais da Contag	21/10/2015	Contag, Brasília	01:10:06
10	Francisca Rocicleide Pereira da Silva (Roci)	CE	Ex-assessora de mulheres da Contag. Diretora no MDS	29/11/2015	Casa da entrevistada, Brasília	02:11:24
11	Francisco Urbano Araújo Filho	RN	Ex-dirigente da Contag, tendo sido presidente entre 1992 e 1998	22/10/2015	SRA/MDA, Brasília	02:57:29
12	Francisco Urbano Araújo Filho	RN	Ex-dirigente da Contag, tendo sido presidente entre 1992 e 1998	24/10/2015	Contag, Brasília	03:48:51
13	Ivaneck Perez Alves	BA	Assessor Jurídico da Presidência da Contag	28/10/2015	Contag, Brasília	02:35:43
14	José Gonçalves	PE	Ex-assessor educacional da Contag	24/10/2015	Casa do entrevistado, Brasília	02:32:39
15	José Wilson de Souza Gonçalves	CE	Diretor de Políticas Sociais da Contag	29/10/2015	Contag, Brasília	02:00:47
16	Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco	PI e PE	Ex-Assessora e Ex-Presidente	17/03/2017	Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília	02:49:50
17	Juraci Moreira Souto	MG	Secretário de Formação e Organização Sindical da Contag	21/10/2015	Contag, Brasília	01:26:47
18	Luiz Vicente Facco	RS	Assessor da Presidência da Contag	24/11/2015	Contag, Brasília	01:56:56

19	Margarida Pereira da Silva (Ilda)	PE	Ex-dirigente da Contag, coordenadora da CNMTR	28/11/2015	Casa da filha da entrevistada, Brasília	01:42:06
20	Maria Elenice Anastácio	RN	Ex-Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	16/03/2017	Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília	02:17:32
21	Maria José Costa Arruda (Zezé)	MA	Assessora da Secretaria de Política Agrária da Contag	19/03/2015	Contag, Brasília	01:50:44
22	Maria José Moraes Costa (Mazé)	PI	Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	27/11/2015	Contag, Brasília	00:43:00
23	Maria Lúcia Santos de Moura	SE	Diretora de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade	24/11/2015	Contag, Brasília	01:34:26
24	Paulo Jarbas de Caldas Osório	RJ	Coordenador do Setor de Convênios e Projetos	25/11/2015	Contag, Brasília	01:25:24
25	Raimundinha Damasceno	CE	Ex-dirigente da Contag, tendo sido coordenadora da CNMTR e secretária de formação e organização sindical	25/10/2015	Casa da entrevistada, Brasília	02:45:40
26	Raimundinha Damasceno (Raimundinha)	CE	Ex-dirigente da Contag, tendo sido coordenadora da CNMTR e secretária de formação e organização sindical	22/10/2015	SPM/PR, Brasília	01:42:58
27	Willian Clementino da Silva Matias	TO	Vice-presidente da Contag	23/10/2015	Contag, Brasília	03:16:19

APÊNDICE C – Lista das entrevistas realizadas por terceiros no contexto de outras pesquisas

	Nome do entrevistado	Estado	Perfil	Contexto	Data	Local	Entrevistador	Tempo do áudio
1	Maria José Costa Arruda (Zezé)	MA	Assessora da Secretaria de Política Agrária da Contag				Leonilde Medeiros e Rosângela Cintrão	Não tenho o áudio
2	Sérgio Sauer	RS	Assessor da Secretaria de Política Agrária da Contag					Não tenho o áudio
3	Manoel dos Santos a	BA	Presidente da Contag		20/07/2004	Contag, Brasília	Leonilde Medeiros e Carmen Deere	Não tenho o áudio
4	Manoel dos Santos b	BA	Presidente da Contag		01/10/2002	Contag, Brasília	Leonilde Medeiros	Não tenho o áudio
5	Manoel dos Santos c	BA	Presidente da Contag		25/09/2001			Não tenho o áudio
6	Francisco Urbano Araújo Filho	RN	Ex-dirigente da Contag, tendo sido presidente entre 1992 e 1998					Não tenho o áudio
7	Josefa Martins Reis (Zefinha) e José Francisco da Silva	PE	Ex-assessora e ex-presidente da Contag, respectivamente	Pesquisa "Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do meio rural brasileiro"		Recife	Leonilde Medeiros	Não tenho o áudio
8	Euclides Nascimento	PE	Ex-direigente da Contag	Pesquisa "Movimentos sociais e formação de militantes: uma reflexão sobre as experiências do	26/11/2008	?, Rio de Janeiro		Não tenho o áudio

				meio rural brasileiro"				
9	Amarildo Carvalho de Souza	BA	Assessor da Contag e educador da ENFOC	Pesquisa para a dissertação de mestrado intitulada "A Contag em perspectiva: um estudo sobre formação política"			Iby Montenegro da Silva	01:26:53
10	Antenor 1	PR	Assessor da Contag e educador da ENFOC	Pesquisa para a dissertação de mestrado intitulada "A Contag em perspectiva: um estudo sobre formação política"			Iby Montenegro da Silva	00:45:46
11	Antenor 2	PR	Assessor da Contag e educador da ENFOC	Pesquisa para a dissertação de mestrado intitulada "A Contag em perspectiva: um estudo sobre formação política"			Iby Montenegro da Silva	00:14:27
12	Avelino Ganzer	PA		Pesquisa para a dissertação de mestrado intitulada "A Contag em perspectiva: um estudo sobre formação política"	09/11/2012		Iby Montenegro da Silva	00:24:22
13	José Francisco da Silva	PE	Ex-presidente da Contag	Pesquisa para a dissertação de mestrado intitulada "A Contag em perspectiva: um estudo sobre formação política"	19/03/2013		Iby Montenegro da Silva	01:15:50
14	Raimundinha Damasceno	CE	Ex-dirigente da Contag, tendo sido	Pesquisa para a dissertação de	17/11/2012		Iby Montenegro da Silva	00:23:22

			coordenadora da CNMTR e secretária de formação e organização sindical	mestrado intitulada "A Contag em perspectiva: um estudo sobre formação política"				
15	Iara Duarte Lins	AL	Rede de educadores da ENFOC	Pesquisa para a dissertação de mestrado intitulada "A Contag em perspectiva: um estudo sobre formação política"			Iby Montenegro da Silva	00:48:05